

BRINCAR, JOGAR, VIVER

LAZER E INTERSETORIALIDADE COM O PELC





Patricia Zingoni Machado de Morais
Coordenadora-Geral de Tecnologia
Cooperação e Intercâmbio
DCTEC/SNDEL
Ministério do Esporte

2008

BRINCAR, JOGAR, VIVER

Lazer e Intersetorialidade com o
PELC

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

**Secretária Nacional de Desenvolvimento
de Esporte e de Lazer**

Rejane Penna Rodrigues

**Diretora do Departamento de Ciência
e Tecnologia do Esporte**

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

**Diretora do Departamento de Políticas Sociais
de Esporte e de Lazer**

Cláudia Regina Bonalume

**Secretaria Nacional de Desenvolvimento
de Esporte e de Lazer - SNDEL**

SAN Qd. 03. Lt. A, 1º andar – Salas 1291, 1250 e 1268

Edifício Núcleo dos Transportes – DNIT

CEP 70.040-902 – Brasília – DF

Fones: (61) 3429-6872, 6835 ou 6824

Fax: (61) 3429-6909

Endereços eletrônicos:

rejane.rodrigues@esporte.gov.br

leila.pinto@esporte.gov.br

claudia.bonalume@esporte.gov.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministro do Esporte 15

APRESENTAÇÃO

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de

Lazer – SNDEL - Ministério do Esporte 17

PARTE 1 – ABERTURA DO EVENTO

MESA DE ABERTURA

Teresa Cristina Nascimento Sousa

Ministra Interina da Secretaria Especial de Políticas

para as Mulheres - SPM 23

Matilde Ribeiro

Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial - SEPPPIR 25

Antonio Carlos Biscaia

Secretário Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça 29

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

“O Lazer na Intersetorialidade das Políticas: Elementos da discussão do trabalho em redes públicas”

Simone Aparecida Albuquerque

Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de

Assistência Social (SUAS) - Ministério do Desenvolvimento Social

e Combate à Fome 31

PARTE 2 – LAZER E INTERSETORIALIDADE:

DIALOGANDO SOBRE FUNDAMENTOS DO PELC

“O Lazer”

Leila Mirtes S. Magalhães Pinto; Rejane Penna Rodrigues; Cláudia Bonalume;

Maria Leonor Brenner Ceia Ramos - SNDEL - Ministério do Esporte 45

In memoriam
Dirce Margareth Gross
Secretária Especial de Promoção de
Políticas de Promoção da Igualdade Racial

BRINCAR, JOGAR, VIVER

Lazer e intersectorialidade com o PELC - Volume I - n° 1 (Novembro/2008)

ISBN: 978-85-99218-36-5

1. Educação

Tiragem: 1500 Exemplares
Exemplar de distribuição gratuita

Os textos publicados, os conceitos e as interpretações, são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.



BRINCAR, JOGAR, VIVER

Lazer e Intersetorialidade com o PELC



Organização do Livro

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
Débora Alice Machado da Silva
Rejane Penna Rodrigues
Cláudia Regina Bonalume
Luiz Roberto Malheiros Araújo

“O Programa Esporte e Lazer da Cidade” <i>Cláudia Regina Bonalume; Andréa Nascimento Ewerton; Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto; Débora Alice Machado da Silva – SNDEL - Ministério do Esporte.</i>	61
“A Rede CEDES como uma rede de Política Pública” <i>Cláudia Regina Bonalume SNDEL - Ministério do Esporte</i>	68
“O Funcionamento de Núcleos do PELC” <i>Andréa Nascimento Ewerton; Luiz Roberto Malheiros Araújo – SNDEL Ministério do Esporte</i>	92
“O Lazer e a Intersetorialidade no Funcionamento dos Núcleos do PELC: fala dos gestores e agentes participantes da 2ª Reunião Nacional do PELC” - Equipe técnica sintetizadora das falas dos participantes: <i>Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (Coordenadora), Andréa Nascimento Ewerton, Débora Alice Machado da Silva, Marcelo de Almeida Pereira Ferreira, Luiz Roberto Malheiros Araújo, Leandro Casarin Dalmas, Muriel de Carvalho Plautz e Andreia Meneses Silva Lopes - SNDEL Ministério do Esporte</i>	109

PARTE 3 – LAZER E INTERSETORIALIDADE:

DIALOGANDO COM PALESTRANTES DA 2ª REUNIÃO NACIONAL DO PELC

MESA REDONDA 1:

“Panoramas para a Construção de Políticas Públicas Intersetoriais”

Moderadora:

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto - SNDEL 211

Palestrantes:

Tânia Brizolla

Diretora do Departamento de Estruturação, Articulação e
Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo

André Luiz de Figueiredo Lázaro 211

Secretário da Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade - SECAD - Ministério da Educação..... 221

Flávio Koutzii

Sociólogo

MESA REDONDA 2:

“Estratégias para o Desenvolvimento de Políticas Públicas Intersetoriais: Perspectivas de Parceria com o Lazer I”

Moderador:

João Alberto Chagas Lima – SNDEL - Ministério do Esporte 238

Palestrantes:

Dirce Margarete Grosz

Assessora Técnica da Subsecretaria de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Política para as Mulheres.....238

Carlos Eduardo Trindade

Subsecretário de Planejamento da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial.....248

MESA REDONDA 3:

“Estratégias para o Desenvolvimento de Políticas Públicas Intersetoriais: Perspectivas de Parceria com o Lazer II”

Moderador:

Marcelo de Almeida Pereira Ferreira – SNDEL – Ministério do Esporte 265

Palestrantes:

Alexandre Valle dos Reis

Assessor Técnico do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....265

Celso Toscano Paz – Assessor de Relações Institucionais do

Pronasci – Ministério da Justiça 270

MESA REDONDA 4:

“Ações Intersetoriais: Algumas Experiências”

Moderadora:

Cláudia Regina Bonalume – SNDEL – Ministério do Esporte 292

Palestrantes:

Gabriela Santoro de Castro

Coordenadora Geral de Comunicação e Cerimônia da SEPAN.....292

Jaqueline Moll

Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da SECAD.....298

Júlio César Monzú Filgueira

Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED do Ministério do Esporte 307

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO:

“Lazer na Intersetorialidade das Políticas Públicas: Novos Olhares”

Moderador:

Nelson Carvalho Marcellino – Rede CEDES – UNIMEP-SP 315

Palestrante:

Marustschka Martini Moesch – PUC-RS 315

PARTE 4 – LAZER E INTERSETORIALIDADE: DIALOGANDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE GESTORES E AGENTES DO PELC

REFLETINDO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NO PELC

1. “Gestão pública municipal desafios, superações e
intersectorialidade”

Elizabeth Pessôa Gomes da Silva 351

2. “A formação dos agentes de esporte e lazer no norte
da amazônia brasileira: uma estratégia de intervenção pedagógica
para e pelo lazer”

*Carmen Lilia da Cunha Faro; Dalva de Cássia Sampaio dos Santos;
Lucília da Silva Matos; Joselene Ferreira Mota;
Robson dos Santos Bastos; Zaira Valeska Dantas da Fonseca* 364

3. “O processo organizativo da II Colônia de Férias do Município
de Santarém: um relato de experiência de eventos de lazer”

Rita Maria de Fátima Peloso Grasso 376

4. “Tecendo uma nova cultura lúdica em áreas de reforma agrária”

Equipe do CEPATEC – Gislei Siqueira; Paulo Ueti 393

5. “Os desafios do animador cultural no cotidiano do Programa
Esporte e Lazer da Cidade/PELC”

Robson dos Santos Bastos 396

6. “Proposta de intervenção crítico-educativa para o animador
cultural do Programa Esporte e Lazer da Cidade”

Cláudio Gualberto; Leonardo Toledo Silva 404

7. “A gestão do Programa Esporte e Lazer da Cidade: experiência do município de Várzea Paulista-SP”	
<i>Diná Teresa Ramos; Bruno Mazzuco; Marcos Vinícius Martines</i>	418
8. “O lazer já tomou conta da cidade de Bagé e a cidade de Bagé já tomou conta do lazer!”	
<i>Ana Elenara da Silva Pintos</i>	431
9. “A construção de ações intersetoriais no lazer a partir da relação entre saúde, qualidade de vida e animação cultural”	
<i>Diná Tereza Ramos</i>	437
10. “PELC no Tocantins: política pública de intersetorialidade para a Comunidade Indígena Xerente e Comunidade Quilombola Malhadinha”	
<i>Khellen Cristina Pires Correia Soares; Núbia Cristiane Zago Garcia.....</i>	450
11. “Eventos para o idoso: possibilidades de intervenção e de políticas públicas intersetoriais no Tocantins”	
<i>Khellen Cristina Pires Correia Soares</i>	452
12. “Efeitos da atividade física orientada sobre o auto-conceito de pessoas idosas”	
<i>Cristiane Melo de Oliveria; Nanci Maria de França.....</i>	465
13. “Direitos dos idosos: um espaço de construções coletivas e educação permanente”	
<i>Suzana Hübner Wolff.....</i>	481
14. “O contexto da prática esportiva e suas relações com o desenvolvimento humano”	
<i>Fabiane de Oliveira Macedo; Luciane Coelho Rabel; Valmir Moises Rabel; Norma Rejane Santos Ribas</i>	491
15. “Desafios e obstáculos: gerando conhecimentos e saúde”	
<i>Débora de Cássia Fernandes; Marcelino Conti; Simone de Carvalho Thuler; Marcelo Dantas Britto</i>	503
16. “Domingo no parque”	
<i>Cláudia Marins de Souza; Gracia Maria da Silva Baldez</i>	504

- 17. “Caravanas da lazerania: liberdade e autonomia às comunidades periféricas”**
Elizabeth Pessoa Gomes da Silva; Elenir da Silva e Cunha 515
- 18. “PELC: implementação e atividades sistemáticas em Natal/RN”**
*Gabriela Dalila Raulino Bezerra;
 Gabriela Oliviar de Oliveira Santos; Juliana Medeiros
 Freire da Costa Mafra;
 Franciane Carla de Pontes Aguiar 516*
- 19. “A auto-organização comunitária e o trabalho coletivo dos usuários do Programa Esporte e Lazer da Cidade: um olhar sobre a realidade dos núcleos de Natal”**
Lerson Fernando dos Santos Maia; Lucyana Kelly Silva da Costa 517
- 20. “Formação profissional dos agentes sociais do PELC em Natal: propostas e diretrizes metodológicas”**
*Gabriela Dalila Raulino Bezerra; Gabriela Oliviar de Oliveira Santos;
 Juliana Medeiros Freire da Costa Mafra;
 Franciane Carla de Pontes Aguiar 518*
- 21. “Lazer, política e inclusão social: um possível agente de transformação da realidade: o caso do PELC”**
Talita Nara Campos Fernandes; Lerson Fernando dos Santos Maia 520
- 22. “O V Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer - Recife/PE e a I Reunião Nacional de Agentes do PELC – Brasília/DF no contexto do PELC em Natal/RN”**
*Gabriela Dalila Raulino Bezerra; Gabriela Oliviar de Oliveira Santos;
 Juliana Medeiros Freire da Costa Mafra;
 Franciane Carla de Pontes Aguiar 522*
- 23. “Um olhar inclusivo para os adolescentes da comunidade do Pajuçara através do Projeto Esporte e Lazer da Cidade”**
Gabriela Câmara de Araújo; Lerson Fernando dos Santos Maia 523
- 24. “A experiência de planejamento da formação do PELC na Região Norte”**
*Carmen Lília da Cunha Faro; Dalva de Cássia
 Sampaio dos Santos; Joselene Ferreira Mota; Lucília Matos;
 Robson dos Santos Bastos; Zaira Valeska Dantas da Fonseca 525*

25. “Perspectiva de qualificação no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)”
Cláudio Gualberto; Leonardo Toledo Silva; Lômeu de Malaquias Lomeu 526

26. “Ferramentas de gestão de projetos aplicadas ao Programa Esporte e Lazer da Cidade: PELC”
Cláudio Gualberto; Júlio César Carvalho Caldeira; Leonardo Toledo Silva 527

27. “Programa Esporte Lazer da Cidade (PELC): modelo de gestão consorciada”
Cláudio Gualberto; Leonardo Toledo Silva; Lômeu de Malaquias Lomeu 528

28. “Caminhada ecológica na Serra do Mursa: uma ação intersetorial no município de Várzea Paulista-SP”
Bruno Mazzuco; Marcos Vinícius Martines; Diná Teresa Ramos 529

REFLETINDO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS PROJETOS E PROGRAMAS

29. “Projeto Bola de Ouro: esporte & educação cidadã”
André Ricardo da Luz Almeida; José Luiz da Silva Lima 530

30. “Educação Física e Juventude: um “Território de Oportunidades”
Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior; Roseana Mendes 542

31. “Projeto Canarinho”
Carlos Antonio Sfalsin; Eduardo Lopes 550

32. “A prática de um programa social: a gestão do Programa Segundo Tempo no município de Estrela/RS”
Daiane Wagner do Couto; Alessandra Brod 557

33. “O lazer no Parque Ecológico Sóter: uma abordagem a partir das políticas públicas”
Anderson da Cunha Baía; Rodrigo de Souza Gabriel 573

34. “Construindo uma proposta de inclusão na perspectiva do Programa Escola Aberta: os festivais em questão”
Antonieta Martins Alves 585

35. “A formação dos agentes do Programa Escola Aberta em Salvador/BA”	
<i>Edson Farret da Costa Júnior R</i>	597
36. “A administração estratégica na atuação do corpo de bombeiros no campo preventivo junto ao Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade”	
<i>José Ribamar Cunha Rodrigues – MAJOR BM</i>	598
37. “A administração estratégica na atuação do corpo de bombeiros no campo preventivo junto ao Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade: outras experiências”	
<i>José Ribamar Cunha Rodrigues – MAJOR BM</i>	612
38. “Esporte: é boa saúde”	
<i>Cleonice Maciel Perez; Ângela Mendonça de Souza; Sueli Cano de Oliveira</i>	613
39. “O envelhecer de bem com a vida: brincando, cantando e contando história”	
<i>Manuela Barreto Araújo Gomes; Jacemile da Silva Pereira; Marcius de Almeida Gomes; Isa Gomes da Silva</i>	614
AVALIAÇÃO DA 2ª. REUNIÃO NACIONAL DE GESTORES E AGENTES DO PELC: A FALA DOS PARTICIPANTES	
<i>Comissão de Avaliação do Evento</i>	615

PREFÁCIO

Orlando Silva
Ministro do Esporte

A 2ª Reunião Nacional do Programa Esporte e Lazer da Cidade constituiu-se em um momento pleno de debates e de conclusões importantes para a Política Nacional de Esporte, tratando especificamente da intersetorialidade do lazer nas políticas públicas.

Creio que uma referência fundamental para o lazer é o prazer na atividade vivida, seja ela em que dimensão for, tendo sempre a ver com encontro. Na verdade, o jogo, a brincadeira, qualquer atividade lúdica no lazer, é mais prazerosa porque permite o convívio, o estar próximo ao outro, o descobrir o outro, o aprender com o outro. Essa é também uma referência importante para o desenvolvimento de políticas públicas na área do lazer. Não há política pública no campo do lazer que se torne plena sem a intersetorialidade —, conceito fundamental da política pública que, essencialmente, tem o sentido do encontro.

A realização de políticas de lazer, no cotidiano das pessoas, não se dá pensando apenas no fenômeno esportivo. Aliás, o próprio registro do nosso Programa materializa o que penso, porque a diversificação da cultura é muito forte no desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Nesse Programa, a dimensão da educação, a partir das vivências e do aprendizado coletivo dos valores difundidos nas experiências de lazer, é outra dimensão evidente. A possibilidade de integração social e de desenvolvimento das comunidades percebido como uma

oportunidade para o desenvolvimento social é também evidente. A possibilidade de construção de ambientes amistosos e convívio solidário, cujo esforço maior é a garantia dos direitos sociais, é mais do que evidente.

Ou seja, o principal sentido da realização da 2ª Reunião Nacional do PELC foi provocar, no âmbito do Governo Federal, essa reflexão, essa perspectiva e esse interesse pela articulação do lazer com as várias dimensões da gestão pública.

Por isso, essa obra é tão relevante. Ela expressa o diálogo do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Turismo, a Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, os membros da Rede CEDES e de cada Núcleo parceiro do PELC, pesquisadores, educadores, gestores, agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade de todo o País, participantes desta 2ª Reunião.

Cumprimento a todos autores do presente livro, com enorme expectativa e entusiasmo pela possibilidade de atuarmos cada vez mais de forma integrada. A vivência da intersetorialidade propicia encontros que permitem a implementação de uma política pública mais qualificada, mais eficiente, reconhecendo o lazer como direito social do povo brasileiro e um dos fatores de sua qualidade de vida.

Boa leitura e muito diálogo com essa experiência!

APRESENTAÇÃO

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer

No ano de 2006, o Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, realizou em Brasília a I Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Este encontro tinha como um de seus objetivos principais a consolidação da identidade nacional do Programa e contou com a participação de representantes de 71 Entidades que desenvolviam o PELC em mais de 400 núcleos, somando atendimento a mais de 400 municípios, de 22 Estados brasileiros. Nesse evento, estiveram também presentes pesquisadores do PELC Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer), além de representantes do Programa Escola Aberta do Ministério da Educação.

Grande parte das palestras, debates e relatos de experiências, resultantes desta reunião, foi registrada em forma de artigos produzidos pelos gestores, consultores, pesquisadores, estudiosos da área e do quadro da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer publicados pelo Ministério do Esporte no livro: “Brincar, Jogar, Viver” (volumes I e II).

Entretanto, a necessidade de aprofundamento de conceitos, políticas, programas, projetos e ações a serem desenvolvidas em todo o território nacional, num país heterogêneo como o nosso, onde uma parcela da nossa população, a despeito dos grandes investimentos feitos pelo Governo Federal nos últimos anos, ainda se encontra em situação de miséria ou na faixa da pobreza, acaba por exigir cada vez mais das políticas sociais.

Segundo Demo (1993, p.6), “política social significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais, quando entendida como proposta do Estado”.

Sendo assim, nada mais oportuno que escolhermos para, na 2ª Reunião Nacional dos Agentes do PELC (2007), dar continuidade às reflexões iniciadas em 2006, que um tema que possibilitasse ampliar a discussão sobre o lazer como tema transversal nas políticas sociais intersetoriais, em um encontro nosso com parceiros de outras Secretarias Nacionais e outros Ministérios. Com isso, a Reunião de novembro de 2007 avançou de modo significativo nessas relações à medida que abriu espaços para um conhecer a experiência do outro, pois o caminho da intersectorialidade exige leitura e reflexão das próprias experiências acumuladas e conhecimento de possibilidades de transformação das práticas sociais, que passa pelo conhecimento das diversas ações realizadas no mesmo contexto de atuação.

A primeira parte deste livro, revela que o tema em pauta reflete um dos principais desafios das políticas sociais na atualidade. E as falas desafiam a participação de todos no debate. Atenta às demandas colocadas pelos agentes participantes, a segunda parte do livro amplia o que foi debatido na Reunião e coloca em jogo a compreensão que a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer tem do lazer e das possibilidades do PELC (Núcleos de Esporte e Lazer e Rede CEDES) para ações intersectoriais e em rede. Parte de livro que se encerra, abrindo o debate com todos os 597 agentes participantes desta 2ª Reunião Nacional, por meio do diagnóstico realizado na inscrição, sistematizado e discutido durante o evento – representando um dos principais resultados deste encontro.

A terceira parte do livro registra a expressiva contribuição dos convidados que integraram as mesas redondas e debates com a plenária das mesas redondas 2 e 3. Infelizmente, por motivos técnicos com a gravação do debate da mesa redonda 1 não pode ser transcrito e a mesa redonda 4 não ocorreu debate. Mas, com a publicação na

íntegra de todas as falas registradas no presente livro, esperamos que sejam estimulados novos debates desenvolvidos por você, leitor ou leitora. Debates atentos às diversas experiências e questões postas pelos palestrantes, desafiando-nos a repensar as práticas vividas no Programa considerando várias perspectivas.

Debates a serem ampliados com as falas dos agentes do PELC, registradas na quarta parte do presente livro, onde apresentamos as comunicações orais e pôsteres socializados no evento. São exposições importantes para conhecermos o desenvolvimento do Programa e sobre experiências de outros programas, vividos também pelos nossos agentes, que andam de mãos dadas com o PELC. E tanto os textos que relatam experiências como os que relatam pesquisas e ensaios produzidos a partir dos desafios do PELC reafirmam a qualidade do Programa construída em sua *integração com as políticas sociais*.

Essas parcerias são indispensáveis para que se realize o sentido pleno do que o PELC se propõe, pois o que está em jogo é o brincar e viver valorizando identidades, autonomias, criatividade e alegrias vividas coletivamente.

E, considerando a importância da interlocução nossa com nossos parceiros, destacamos *em itálico e negrito* trechos de falas das partes 1, 2 e 3 deste livro, como sugestões de argumentos e dados que possam mobilizar outras reflexões e discussões sobre o lazer e a intersectorialidade com o PELC.

Uma boa leitura para você leitor e leitora, repleta de discussões críticas e idéias inovadoras que possam enriquecer nossas interações no lazer!

Fontes

1. BRASIL. Ministério do Esporte. *Brincar, jogar e viver: o Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: SNDEL/ME, 2007. v.1 e v.2.
2. DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Parte 1

ABERTURA DO EVENTO MESA DE ABERTURA



MESA DE ABERTURA

*Tereza Cristina Nascimento Sousa
Ministra Interina da Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres - SEPM*

Quero cumprimentar a todos os integrantes desta Mesa, cumprimentando o Ministro Orlando, meu colega de trabalho, porque o Ministério do Esporte tem sido nosso parceiro durante todo este ano de 2007. Queria cumprimentar também a todos os Gestores da Área de Esporte e Lazer.

O lazer é uma temática que, para nós, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é nova, mas não deixa de ser importante porque é uma temática que entra de uma forma fundamental no uso do tempo pelas mulheres brasileiras.

Se nós contarmos o tempo que as mulheres brasileiras usam para o trabalho em si, para o trabalho doméstico e para o lazer, ***o uso do tempo para o lazer não representa nem 1% do tempo que ela utiliza para o restante das suas atividades.***

O Ministério do Esporte, nos últimos meses, tem trabalhado com a proposta de 08 de março de 2007, quando fizemos uma ampla campanha no PAN, trazendo atletas mulheres para mostrarem as conquistas da população feminina do Brasil, o quão importante é utilizar o seu tempo de uma forma que não só robustecesse o seu lazer, mas que o lazer e o esporte fossem usados como algo que faz bem à saúde das mulheres. As mulheres, principalmente depois de certa idade, precisam fazer esporte e utilizar seu tempo para lazer.

Eu espero que, nessa proposta que vocês gestores vão discutir aqui nessa 2ª Reunião Nacional do PELC, olhem para essas especificidades.

Olhando o vídeo do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que o Ministério dos Esportes passou há pouco, eu atento, principalmente, para o tipo de lazer que é desenvolvido com as meninas lá na ponta. Para nós, isso é muito importante porque isso pode determinar um tipo de ideologia que aquela menina vai desenvolver ao longo de sua vida.

No mês de agosto deste ano se 2007, nós realizamos a *II Conferência Nacional, que reuniu cerca de 3.000 mulheres aqui em Brasília. O eixo lazer entra, fortemente, como o eixo da saúde, dentro do nosso Plano Nacional e, na realidade, isso significa uma transformação na forma de ver a pessoa e também como uma mudança de cultura.* Isso é importante para este governo, principalmente, em termos de gênero, raça e etnia.

O esporte tem o poder de fazer essa transformação. Quando a Seleção Brasileira Feminina de Futebol conseguiu a Medalha de Ouro no PAN foram as mulheres que saíram na frente. Isso demonstra as mudanças culturais que são possíveis de serem operadas por meio do esporte e do lazer, não só aqui como no resto do mundo.

Então, eu espero que vocês tracem políticas que nós possamos, futuramente, executar em conjunto para que, assim, iniciemos uma transformação nesse País: para que, um dia, possamos realmente dizer que é um país de todos e de todas.

Muito obrigada e bom trabalho!

Boa tarde.

Eu quero iniciar saudando o Ministro Orlando Silva, em nome de quem, cumprimento os demais componentes da Mesa que, a partir deste momento, vão acompanhar esta atividade.

A nossa presença aqui tem a ver com a busca de compreender a possibilidade da vinculação entre esporte, lazer e igualdade racial, no campo das políticas públicas.

Quando eu falo na busca de compreender é porque a política de promoção da igualdade racial é uma novidade na estrutura do Governo Federal. ***A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) existe há apenas alguns anos. Ela completará cinco anos no dia 21 de março de 2008.***

Nós temos alguns acúmulos na relação entre governo e sociedade civil, com um grande empenho da sociedade civil já há muitas décadas, mas ***esta área de esporte e lazer tem sido colocada, nesse processo histórico, não em segundo plano, mas na fila de espera***, considerando que a demanda para a promoção da igualdade racial vem se acumulando ao longo de 500 anos e, na ordem de priorização, ***nós acabamos sempre esquecendo da palavra mágica “lazer”, que tem a ver com a qualidade de vida, além das políticas tradicionais, como trabalho, educação e saúde.***

Esse esforço de aproximação não começa aqui nesta Mesa. Nós já temos trabalhos, debates e ações anteriores e eu quero aqui destacar um exemplo de trabalho conjunto, que foram os Jogos Pan-Americanos. Num dos momentos dos Jogos Pan-Americanos, nós vivenciamos, de maneira muito emocionada a intenção de como se pode dar essa junção entre a SEPPIR, o Ministério do Esporte e vários outros órgãos do governo.

Contando com a colaboração do Ministério do Esporte, nós destacamos a importância da tocha Pan-Americana passar em um quilombo. Isso não estava previsto antes. Ao organizar essa atividade, nós percebemos o quanto ela foi mobilizadora. O quilombo escolhido foi o “Campinho da Independência”, no Rio de Janeiro. Lá, nós conseguimos colocar no mesmo espaço, artistas, quilombolas, moradores da região, todas as instituições organizadoras do evento e pessoas que militam há muito tempo com a questão racial, como uma demonstração de interesse e do casamento já existente em relação a essas temáticas que nós estamos tratando aqui. O Ministro Orlando Silva também esteve presente e a comunidade demandou continuidade desse trabalho. Naquela altura, os quilombolas organizaram um café colonial, que durou até a hora do almoço. O dia foi intenso com várias atividades culturais, artísticas e lúdicas. Foi um momento muito importante.

Um outro exemplo é que nós temos apoiado, desde os primeiros anos da existência da SEPPIR, os Jogos dos Povos Indígenas. É uma iniciativa da sociedade civil. Eu tive a oportunidade de participar de dois momentos dessa atividade, que se repete anualmente, e isso é demonstrado como sendo uma busca dos povos indígenas e das instituições que têm liderança neste campo de trabalho, no sentido de trazer o que tem de lúdico, de esporte e de organização dentro das aldeias indígenas e fora delas, mas com representação da cultura indígena para dentro da agenda do governo. Os jogos expressos pelas várias tribos indígenas são muito diferentes dos jogos que nós conhecemos tradicionalmente. É corrida de tora, corrida de arco, enfim, são coisas que nós não imaginamos, considerando o código esporte e lazer como nós concebemos na vida das cidades. Então, eu acho muito importante este aprendizado e esta possibilidade.

O terceiro e último exemplo tem sido o convívio com a capoeira. Eu tenho participado de várias atividades relativas à capoeira e há uma demanda muito sistemática na agenda de trabalho da SEPPIR, e creio que também do Ministério da Cultura e do Ministério do Esporte. Nós estamos em fase de finalização de uma proposta de casamento entre a ação da SEPPIR e do Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Cidadã “PRONASCI, de ter a capoeira como um elemento de inclusão social e de ação de combate à violência.

Na minha vida como gestora pública e como profissional da área social, essas são inovações para a política pública, que vêm da sociedade, como um aprendizado histórico, como um aprendizado que não começa conosco e nós temos um papel muito grande de poder incorporar esse aprendizado no nosso dia-a-dia.

Com essas palavras, eu quero transformar esse nosso esforço aqui numa coisa prática. *Ao assistir o vídeo do Programa Esporte e Lazer da Cidade, várias coisas me chamaram a atenção, mas eu vou destacar aqui duas.*

Uma foi a frase: “Basta a bolinha de gude e a mágica está sendo feita”. No samba, nós costumamos fazer: “Basta a caixinha de fósforo e a roda, e tudo acontece”. *Eu acho que essa mágica é possível no âmbito da política pública.*

Uma outra situação que me chamou a atenção foi a Agente Social de Lazer dizer: “Eu posso dar aula em escola particular, mas aqui eu me sinto útil, eu vejo o resultado do meu trabalho”. Então, além da sua fala, o que me chamou a atenção foi *o brilho nos olhos daquela menina que, na verdade, é o necessário para essa nossa trajetória de inventar o novo dentro da administração pública, considerando o aprendizado da sociedade e o aprendizado da vida.*

Então, eu creio que esta 2ª Reunião Nacional deste Programa poderá propiciar esses encontros e eu aproveito para con-

vidar os vários órgãos de governo aqui presentes para participarem do VII Encontro Nacional do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, que acontecerá aqui em Brasília, no período de 10 a 12 de dezembro (2007). É uma reunião similar a esta em que o público-alvo serão os gestores federais, estaduais e municipais que atuam no campo da igualdade racial. Através desses nossos trabalhos, ora provocados pelo Ministério do Esporte, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres ou por outros tantos órgãos de governo, o importante é que possamos focar a discussão da intersetorialidade e da transversalidade que alimentam a construção dessas novas agendas do Governo Federal.

Agradeço a oportunidade de estar aqui e desejo que os próximos momentos de trabalho sejam tão proveitosos como o nosso trabalho no cotidiano, na vida.

Muito obrigado!

Antonio Carlos Biscain
Secretário Nacional de Segurança Pública
Ministério da Justiça

Eu quero cumprimentar o Ministro do Esporte, Orlando Silva e a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, em nome de quem, cumprimento os demais integrantes da Mesa. Queria cumprimentar também os participantes deste evento: Deputados, Prefeitos, os Gestores e Agentes do Programa de Esporte e Lazer da Cidade de todo o País.

Nesta minha breve intervenção, como Secretário Nacional de Segurança Pública, e também representando o Ministro da Justiça, Tarso Genro, ***gostaria de registrar a importância da intersectorialidade dos diversos órgãos do Governo Federal, na busca de políticas públicas que visem o resgate da cidadania, da dignidade do ser humano, dos cidadãos e cidadãs do nosso País.***

É nesta linha que foi concebido, articulado e lançado, pelo Presidente Lula, no dia 20 de agosto de 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), buscando um novo paradigma para um tema tão complexo e relevante no nosso país, que é a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Esse novo paradigma está voltado para uma visão de prevenção e resgate daqueles que não têm acesso pleno à cidadania e, sem dúvida alguma, entre essas diversas parcerias, o Ministro Tarso Genro faz questão de registrar essa parceria com o Ministério do Esporte porque ela é fundamental. São iniciativas como estas que se enquadram perfeitamente nos objetivos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania " PRONASCI. É um programa que será desenvolvido no curso de quatro anos, fundamentalmente, a partir do próximo ano, de 2008 a 2011.

São recursos como nunca existiram em nosso País, voltados para a segurança pública, mas com essa nova visão, com esse novo paradigma. ***Há uma estreita intersectorialidade entre o Ministério da Justiça e outros Ministérios, como o Ministério da Saúde, Educação e Ministério do Esporte.***

A partir daí, com essa visão de que Segurança Pública não é repressão pela repressão, mas é cidadania na sua plenitude, que eu tenho a satisfação de estar aqui e queria cumprir a todos os que idealizaram e estão concretizando e executando um programa desta natureza.

Muito obrigado!

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

O Lazer na Intersetorialidade das Políticas:
Elementos da discussão do trabalho em redes públicas

Simone Aparecida Albuquerque

Departamento de Gestão do Sistema Único de
Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome.

Boa noite a todos.

Eu quero agradecer ao Ministério do Esporte pela oportunidade dada ao Ministério do Desenvolvimento Social para participar deste evento. Por orientação do Presidente Lula e do Ministro Patrus Ananias, o nosso Ministério vem fazendo um esforço enorme de integração de programas e também de intersectorialidade de políticas, que é uma tarefa bastante difícil, como eu vou tentar refletir com vocês aqui.

Primeiro, eu queria dizer que ***discutir intersectorialidade e trabalho em rede nada mais é do que discutir uma estratégia para garantir direitos sociais neste País***. A sociedade brasileira, a duras penas e lutas, vem tentando construir esses direitos sociais e eu vou tentar discutir qual é o desenho de políticas sociais que nós estamos propondo, qual é o rumo e problemas do trabalho em rede.

A Constituição de 1988 já tem um forte componente dos chamados direitos sociais. ***Ela traz esse componente como fruto da luta de muitos de vocês que aqui estão, do Movimento Pré-Constituinte, que transformou o esporte e a cultura em direitos e que trouxe uma discussão importante para a sociedade brasileira***, que é a discussão de seguridade social, compreendendo que todas as pessoas têm direito à vida, independente dela contribuir ou não para esse direito. Toda a nossa luta de

colocar o direito social na Constituição de 1988 teve vários avanços e o esporte passou a compor os direitos sociais brasileiros. A Assistência Social passa a compor um direito social também, assim como as demais políticas sociais. Então, a intersetorialidade já está prevista na Constituição.

Na realidade brasileira, nós temos uma luta enorme para transformar esses direitos em lei e depois nós temos um grande caminho a percorrer para transformá-los em realidade. Há uma grande luta pela implantação das políticas sociais no Brasil, ou dos chamados "direitos sociais", para todos. Primeiro, elas têm o mesmo nascedouro que a Constituição de 1988, mas algumas políticas se constituíram antes do que outras. Essa é a primeira característica do desenho das políticas sociais no Brasil. Eu vou dar alguns exemplos.

A Constituição Brasileira diz que a política social é um direito, mas ela não diz como é que esse direito vai se traduzir. Para isso, nós temos que ter leis orgânicas ou legislações complementares que nos digam como podemos acessar esse direito. As políticas sociais mais consagradas enquanto direitos foram sendo construídas setorialmente, conforme a organização da sociedade para lutar por elas. Por exemplo, a Lei Orgânica da Saúde, que regulamentou o SUS, é de 1990. A Lei Orgânica da Previdência Social é de 1991. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também data dessa época (1996) e temos a Lei Orgânica da Assistência Social, que é de 1993.

Só nesses casos, já temos problemas porque o que era para ser objeto de uma intersetorialidade foi se constituindo setorialmente. Ou então, o desenho das políticas sociais brasileiras foi feito através dos segmentos. Por exemplo, conforme a organização do Movimento das Crianças e dos Adolescentes, nós construímos o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); conforme a organização das pessoas com deficiência, nós constituímos a Política Nacional de Integração das Pessoas com

Deficiência; conforme a organização dos idosos nasceu o Estatuto do Idoso, agora em 2004. Então, nós temos uma luta pelas políticas setoriais de saúde, educação, assistência, cultura e esporte.

As políticas de cultura e do esporte são duas políticas que vêm tentando se constituir enquanto direito, a duras penas e com um desafio novo, que é o mesmo desafio posto para nós da Assistência Social. ***Nós temos dois desafios para os quais eu quero chamar a atenção: temos que ser setor e intersetor, ao mesmo tempo.*** Então, a nossa luta, a nossa batalha tem essas duas vertentes.

Um outro problema que nós temos que enfrentar, se quisermos de fato construir a intersetorialidade, ou a garantia das políticas sociais como a tradução dos direitos sociais, é a característica bastante centralizadora das políticas sociais brasileiras. A Constituição diz que nós temos que descentralizar, mas o nosso modelo do Governo Federal é muito centralizado. Eu posso falar isso com tranquilidade porque eu estou aqui. Ter essa visão é bastante importante porque, já que nós vamos ter que intersetorializar, nós vamos ter que pensar que os modelos das políticas sociais têm um caráter bastante centralizador.

Normalmente, os programas são desenhados nacionalmente, sem levar em conta as especificidades locais, regionais, etc. Para um país tão diversificado quanto o nosso, essa é uma questão importante. Nós temos uma baixa informação até para que possamos dar visibilidade para as pessoas que têm direito às políticas sociais e estamos tendo, ainda, bastante dificuldade de construir a chamada participação popular, ou participação da sociedade civil. Algumas políticas sociais têm Conselhos Setoriais já previstos no próprio desenho da sua legislação.

Esses são alguns elementos que nos levam a uma reflexão, como gestores, para que possamos pensar em como podemos ser, ao mesmo tempo, setor e intersetor.

Como podemos caminhar no sentido da integração, ou intersetorialidade, ou trabalho em rede?

Primeiro, é bastante importante que a gente compreenda que o modelo de política social no Brasil é um modelo descentralizado. O Governo Federal não executa. Quem executa são os estados e municípios. Nós temos o Pacto Federativo, segundo o qual, o Governo Federal não manda nos estados e municípios. O Governo Federal incentiva, propulsiona, mas não manda. Então, *nós temos que pensar em gestão compartilhada.* Isso tem a ver com a realidade local, mas tem que ter uma coordenação nacional. *Só o Governo Federal, no âmbito nacional, tem condições de fazer avaliações nacionais e ter um olhar nacional, mas, ao mesmo tempo, tem que levar em conta as questões locais e as diversidades territoriais.* Esse é um grande desafio para nós.

Além de termos os governos estaduais e municipais, nós também temos a sociedade civil que também deve compor o trabalho em rede, ou o trabalho em parceria. O que é mais deficiente é que *essas redes têm que agir como se públicas fossem. Ser público não significa ser estatal, mas significa que, se recebeu dinheiro público, tem que ter as orientações legais, estabelecidas em lei e com o cumprimento das mesmas regras.* Então, esse é um outro desafio. Nós temos que ter uma gestão compartilhada com estados e municípios e, ao mesmo tempo, uma relação integrada e parceira com a sociedade civil.

Um outro grande desafio, a partir da descentralização, da implementação de uma gestão compartilhada com estados e municípios, é a questão do território, porque é, a partir do território, que nós conseguimos construir a intersetorialidade. Nesse sentido, cada uma das políticas sociais tem uma concepção e uma compreensão de território. Nós vamos ter que entrar num denominador comum. Vamos ter que pensar

efetivamente no que é que estamos chamando de território. Por exemplo, a saúde fala nos Distritos Sanitários e faz um recorte do Programa Saúde da Família. No nosso Ministério, nós temos duas concepções de território. Nós trabalhamos com os “territórios vulneráveis”, para os serviços de proteção às famílias, e trabalhamos também com territórios mais amplos, que são os consórcios que o nosso Ministério co-financia. Essa definição do território é bastante importante. As políticas sociais têm que, pelo menos, se aproximarem dessa visão de território, se nós quisermos construir redes intersetoriais.

Para ser intersetorial dentro do território, no mesmo local, a porta de entrada para os nossos programas tem que ser única. Não podemos ter várias portas de entrada. Por exemplo, o Ministério do Esporte e da Assistência Social estão desenvolvendo programas, em conjunto, lá num determinado município, num determinado território. Eles fazem todo um esforço trabalhando com as famílias e as crianças, mas, depois, não conseguimos fazer a inclusão dessas crianças na escola. Essa inclusão não vai ser feita se a porta de entrada e os objetivos das políticas sociais não forem comuns. Esse é um elemento importante de estratégia intersetorial. ***Além disso, os critérios de acesso às políticas sociais devem ser também planejados juntos por todas as políticas sociais.***

Por que é que os critérios devem ser construídos juntos? Vou dar um exemplo concreto. Vamos imaginar que lá no território onde a Assistência Social e o Esporte estão trabalhando juntos tem uma turma de meninos que podem fazer esporte e lazer duas vezes na semana porque as famílias deles têm um papel protetivo já mais fortalecido. Agora, tem uma turma que está no trabalho infantil e nós temos que fortalecer o caráter protetivo das famílias durante a semana toda, então, essas crianças não podem ir apenas duas vezes na semana. Elas podem fazer esporte duas vezes na semana, mas têm que fazer outras

atividades porque nós temos que apoiar as famílias na proteção daquelas crianças para elas não irem para a rua. Isso é bastante importante para o objetivo comum de inclusão social das famílias nesses territórios e fortalecimento de seu caráter protetivo.

Uma outra questão para a qual eu gostaria de chamar a atenção, além do aspecto da descentralização, de termos um território comum de intervenção das diversas políticas, de conseguirmos elaborar planejamentos conjuntos e termos uma porta de entrada única é que nós devemos vencer juntos. No caso das políticas sociais brasileiras, o trabalho com as famílias é bastante importante. A Constituição de 1988 fala que a família, a comunidade e o Estado devem, juntos, proteger as crianças, os adolescentes, os jovens, os idosos e as pessoas com deficiência. ***Então, o papel de proteção é da família.*** Isso é bastante importante porque todos nós que trabalhamos na área social sabemos que o menino pode ir à escola, pode freqüentar as oficinas de esporte e de cultura, mas se ele chega em casa e não tem um ambiente protetivo e tranqüilo, dificilmente o nosso trabalho vai dar certo. Então, ***ter a família como um eixo matricial das políticas sociais é um investimento bastante importante.*** São esses pequenos problemas que nós temos que enfrentar do ponto de vista do desenho das políticas sociais que nós estamos implementando.

É importante frisar que nós já temos alguns resultados para comemorar. Primeiro, a integração dos programas de transferência de renda nos mostrou que esse é um outro fator muito importante para a gente pensar a intersectorialidade. Você tem que integrar programas e ter a universalização das políticas sociais também porque não dá para criar políticas sociais para um pequeno grupo. ***O acesso às políticas sociais deve ser universal.*** Isso é muito importante. Por conta dessa estratégia, nós já conseguimos diminuir a desigualdade social e pobreza no Brasil.

O que é que os estudos nos mostram? Todas as avaliações que foram feitas até hoje, pelo IPEA e pelos vários institutos de pesquisa mostram que nós conseguimos diminuir a pobreza e desigualdade social no Brasil. É claro que isso não é responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mas já aponta para o Programa Bolsa Família e as intersectorialidades que esse programa criou com a condicionalidade da saúde e da educação. Essas duas áreas são bastante importantes para que isso aconteça. Mas, as pesquisas nos mostram também que, se a gente quiser diminuir ainda mais a desigualdade social no Brasil, nós temos que ofertar serviços para essas famílias, serviços de esporte, de assistência social, de cultura, de saúde e de educação.

Por conta dessa avaliação, ***o que é que está colocado para os próximos quatro anos como desenho das políticas sociais e estratégia de intersectorialidade?***

Primeiro, ***é bastante importante que a gente consiga fazer que a pobreza não seja intergeracional, que não passe da mãe pobre para o adolescente e para a criança pobre.*** As políticas nos dizem que nós temos saúde, esporte, assistência social, cultura etc., e nós temos que fazer com que os jovens, de 15 a 17 anos, fiquem um pouco mais na escola. Está provado que 2,7 milhões de jovens, dos 15 aos 17 anos, estão fora da escola. Não adianta achar que só a educação, abrindo as suas portas, vai fazer com que esses meninos permaneçam na escola. Esse é um desafio para nós que estabelecemos as políticas sociais. Por isso, foi lançada a “Agenda da Juventude” e nós temos várias etapas para o trabalho com jovens de 15 a 17 anos. Nós estamos desenhando um programa “Pró-Jovem Adolescente”, com vários Ministérios juntos, e os pesquisadores e estudiosos estão pesquisando se essa nossa integração, se essa rede que nós vamos tentar construir no nosso País, de fato, está desenvolvendo habilidades, competências e o caráter protetivo das famílias que integram o Programa Bolsa Família e que têm jovens de 15 a 17 anos.

Esse é um desafio e tem estudos que mostram que, no Brasil, como as políticas sociais fizeram uma opção de transferência de renda, ***nós temos agora o desafio de ofertar serviços de educação, de assistência social, de saúde, de esporte e de cultura.*** Hoje, você tem muito mais serviços de saúde e de educação do que tem programas e projetos de esporte e cultura.

Esse desafio, colocado para os gestores públicos, estudiosos e trabalhadores da área, tem que ter, em nossa opinião, a compreensão de que o trabalho em rede só é possível se for conduzido pelo Estado. Só o Estado é capaz de garantir direitos sociais. Não adianta a gente transferir essa responsabilidade para voluntários, ou só para a sociedade civil. Eles são atores bastante importantes, mas só o Estado é capaz de conduzir esse processo, por causa dos impostos que ele arrecada, por causa da sua responsabilidade em ofertar direitos sociais, porque é ele que tem o papel de regular e de construir o público. Então, esse também é um viés bastante importante, com essa compreensão de que só o Estado pode ser o grande condutor e construtor de redes sociais. Essa é a responsabilidade de todos nós que executamos as políticas sociais.

A população brasileira chegou num nível de precarização de vínculos, num nível de violência e de exclusão social que faz com que ela exija de nós, gestores, que persigamos incansavelmente a eficiência e a eficácia de cada uma das nossas políticas setoriais. Nós precisamos nos integrar e nos intersectorializar em rede para evitarmos o desperdício, o retrabalho e a superposição dos nossos programas. Se não fizermos isso, poderemos evoluir para uma situação irreversível de perda de esperança no nosso futuro como Nação.

Eu tenho certeza que a estratégia da intersectorialidade e do trabalho em rede apontam exatamente para o reverso dessa desesperança para que, enfim, nós possamos construir um caminho que efetive direitos sociais no Brasil.

Muito obrigada!

Outras abordagens

César Gomes: *Boa noite. A minha pergunta é a seguinte: “Quando nós procuramos garantir os direitos do nosso setor, considerando a questão da legalidade, nós não estaríamos, de certa forma, nos afastando da questão da legitimidade, no caso da intersetorialidade? Parece que a questão legal, na busca dos direitos, fica muito focada na questão do setor e a legitimidade, na questão da intersetorialidade”.*

Uma outra questão é quando você menciona o desafio de ser setor e intersetor. Eu pergunto se isso já não estaria concretizado na luta de classes. Acho que trabalhando a luta de classes, nós já estaríamos concretizando esse desafio de ser setor e intersetor ao mesmo tempo.

Edinaldo: *No início da sua fala, você faz um resgate das políticas setoriais da saúde, da educação e da própria seguridade social. O lazer é um direito social, um direito constitucional. Ele é um dos poucos direitos sociais do Art. 6º da Constituição de 88 que não foi regulamentado. Ou seja, o lazer, enquanto um direito social, não tem a mesma trajetória, ou o mesmo tratamento, ou a mesma estima social, que tiveram a saúde, a educação e os outros direitos. Se a intersetorialidade depende, fundamentalmente, de determinação de territórios, como é que fica o lazer nessa pretensa intersetorialidade? Ou seja, sem território, como constituir o diálogo intersetorial?*

Algumas pessoas falam do lazer enquanto um direito transversal. Na verdade, o lazer está em tudo e, em matéria de fazer política, isso é complicado. A última questão é que, historicamente, as grandes intervenções sociais são feitas por programa, até pela dificuldade que você estabelece no sentido de garantir uma rede com territórios uníssonos. Hoje, o lazer, de certa forma, é percebido em diversos programas, fazendo parcerias com outras áreas. Como é que você vê essa sobreposição dos diversos programas que são apresentados nas diversas políticas sociais?

Ricardo Bittencourt: *Meu nome é Ricardo Bittencourt e eu sou da cidade Senhor do Bonfim, na Bahia. A minha pergunta é sobre a questão das redes. No meu município, nós temos a oportunidade de viver um diálogo territorial, uma vez que, o Governo do Estado introduziu a política de 26 territórios. No nosso território, nós temos a felicidade de ter uma rede de gestores na área de cultura e também de entidades da sociedade civil, que é coordenada por uma ONG “ Centro de Referência Integral de Adolescentes “ de Salvador, que é coordenado pela Professora Maria Eugênia. Diante do comentário que a senhora fez sobre a gestão da rede em âmbito nacional, é preciso reforçarmos um pouco esse conceito de que a primeira finalidade da construção de rede foi a disseminação de informações. No início, a rede tinha apenas essa função. Quando começamos a pensar em redes sociais, surgiram alguns problemas. Não podemos falar em integralizar porque, quando se integraliza alguém, isso significa que se tirou alguma coisa dessa pessoa para compor alguma outra coisa e entramos na questão do incluir. Como respeitar toda essa territorialidade e todas essas particularidades que cada território, cada estado e cada município tem? Como seria o suporte dessa rede, pensando num gerenciamento informacional?*

Simone Albuquerque

Em relação à questão do setor, intersetor e luta de classes, é claro que eu estou falando de uma trajetória de luta dos trabalhadores brasileiros. Isso é muito importante porque é uma luta de cidadania regulada pela carteira de trabalho. No Brasil, quem lida com essa área há mais tempo sabe que, até antes da Constituição de 1988, o trabalhador que tinha carteira assinada no Brasil tinha direitos sociais garantidos porque pagava por isso.

Quando a gente fala da luta por direitos e no desenho da cidadania regulada, no Brasil, isso era para quem conseguia contribuir para a Previdência Social. Essa é uma questão. A luta dos direitos para todos, independentemente da contribuição para a

Previdência Social, foi assegurada a partir da Constituição de 1988. O que eu coloquei aqui é que nós temos uma contradição na efetivação do direito social e no desenho de políticas sociais brasileiras, que é marcada pela Constituição de 88, que é fruto da luta dos trabalhadores formais e informais, mas nós temos até hoje a marca de um regime ditatorial que ficou 20 anos construindo políticas centralizadas no Governo Federal. A descentralização é uma luta nossa, é uma luta do movimento democrático desse País, de quem defende a democracia, de quem acredita que tem que ter o nacional, mas tem que ter o local também. Então, foi isso que eu tentei dizer. Nós temos um desafio porque não conseguimos implementar a Constituição de 88 até hoje.

O lazer ainda não se constitui como direito e nem a assistência social. Nós temos que compreender a lógica da luta pelos direitos. Na Constituição de 1988 está dito que a renda é um direito. Tem gente que acha que quem recebe o benefício do Bolsa Família é pobre, sem vergonha, não vai trabalhar mais, etc. Só que isso é um direito. Quando eu estou falando do setor e intersector é no sentido de que vocês têm que definir qual é o rumo que vocês querem para a política do esporte no Brasil. Não sou eu que vou dizer isso. É o amadurecimento da área de vocês. Vocês é que vão discutir como vai ser essa política e, dependendo do desenho que vocês fizerem para ela, nós atenderemos um ou outro território. Eu acho que há sempre um tensionamento entre o esporte profissional e o esporte na lógica da inclusão social. Vocês têm que fazer uma opção. Se for na lógica da inclusão social, nós temos que respeitar os vulneráveis e temos que utilizar o Cadastro Único das Políticas Sociais. Nós já temos informações das famílias mais vulneráveis para que possamos planejar essas políticas juntos. Nós temos territórios vulneráveis. No caso da Assistência Social, eu tenho que tomar a decisão do rumo a ser percorrido, como deve ser o investimento etc. e me parece que esse também é um pouco o desenho do programa de vocês. É importante que

possamos trabalhar na ótica da inclusão social, do fortalecimento das famílias, do pertencimento, da auto-estima etc. Se for esse o rumo, com certeza, acho que podemos construir várias possibilidades comuns. Então, essa questão da definição dos territórios passa um pouco por aí.

O que é que vocês querem? Querem começar pelos territórios mais vulneráveis? Vocês têm uma perspectiva de todos os territórios vulneráveis para que possamos trabalhar juntos? O que a saúde e a assistência social definem como território interessa para o esporte? Vocês é que têm que dizer isso conjuntamente. Essa questão da sobreposição dos programas é um problema que nós temos que enfrentar. Muitas vezes, os três níveis de governo “ federal, estadual e municipal “ têm o mesmo programa, o mesmo público, só que com nomes diferentes. É como se todo mundo tivesse que colocar o nome dele lá para competir. É isso que eu estou tentando dizer. Isso está provado que, pelo modelo de política social que nós estamos desenhando, se nós trabalharmos juntos, nós vamos conseguir atingir objetivos mais comuns. A área social tem uma disputa grande. A área econômica não tem essa divisão em setores. Mesmo a área urbana consegue se mostrar como área urbana, mas nós não conseguimos nos mostrar ainda como área social. E isso não é por acaso, mas tem uma intencionalidade. ***Em minha opinião, há uma intenção nesse modelo de política social, ou de acesso ao direito, que é não garantir direitos. É por isso que eu acho que nós devemos nos desafiar a conseguirmos essa intersetorialidade.***

Muito obrigado!

Parte 2

LAZER E INTERSETORIALIDADE: dialogando sobre fundamentos do PELC



Leila Mirtes S. de Magalhães Pinto¹

Rejane Penna Rodrigues²

Cláudia Regina Bonalume³

Maria Leonor Brenner Ceia Ramos⁴

Os sentidos e significados de lazer vividos nas práticas políticas do Brasil são, especialmente, frutos de processos históricos constituídos, entre nós, a partir do século XX, com heranças das sociedades ocidentais antigas, medievais e industriais (PINTO, 2008; GOMES, 2004; MUNNÉ, 1980).

Na **Grécia Antiga**, o ócio (*scholē*), como significado atrelado ao lazer, era considerado importante atividade desfrutada pelos homens livres, especialmente os filósofos. Como atividade que partia da alma (*psique*) e possuía alguma finalidade, o lazer tinha o sentido oposto ao de ocupação (*ascholia*). Para Aristóteles, lazer implicava paz, prosperidade e entendimento do uso adequado dessa atividade.

Na **Roma Antiga**, o termo latino *otium* (ócio) referia-se à possibilidade de descanso, recreação, diversão, distração após o *neg-otium* (negócio) — tempo no qual os indivíduos conquista-

¹ Licenciada em Educação Física; Especialista em Pedagogia do Esporte; Mestre em Educação Física: Recreação e Lazer; Doutora em Educação Física; exerce função de Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte do Ministério do Esporte.

² Licenciada em Educação Física; Especialista em Desporto Coletivo; exerce função de Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte.

³ Licenciada em Educação Física; Especialista em educação do Movimento; Mestranda em Educação Física; exerce função de Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer da Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte.

⁴ Licenciada em Educação Física; Mestre em Educação; exerce função de Coordenadora Geral de Fomento à Produção e Difusão do Conhecimento Esportivo, Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte.

vam, organizavam ou construíam. O *otium* não era considerado um tempo com um fim em si mesmo. Roma introduziu a diversão para as massas, utilizando os espetáculos organizados nos dias de festas como instrumento de manipulação. Para a classe dominante do “pão e circo”, a diversão popular constituía meio eficaz de despolitização do povo, reduzido à condição de mero espectador.

Na **Sociedade Feudal**, o lazer transformou-se em ociosidade, com sentidos de fraqueza física e moral, vadiagem, pecado. É interessante observar que, atualmente em nosso meio, ócio é um termo articulado ao sentido de lazer com significado da opção pelo uso do tempo disponível em atividades de contemplação. Ociosidade, por sua vez, é um termo que não representa a livre escolha do sujeito para viver o lazer. Na ociosidade, há a falta da operosidade, como mostra, por exemplo, o tempo do desempregado.

Já as experiências históricas das **Sociedades Modernas Industriais** influenciaram na constituição do sentido de lazer tal como o compreendemos, hoje, na realidade brasileira. O sentido de lazer gestado a partir dos movimentos trabalhistas, sobretudo ingleses, que, no contexto da Revolução Industrial do final do século XIX, simbolizaram a revolta contra a escravização econômica. Naquela época, as longas jornadas de trabalho chegavam até mesmo a 14 horas diárias.

Relações que, no Brasil, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, influenciaram no *estabelecimento da jornada de oito horas diárias de trabalho e na instituição do repouso semanal remunerado e das férias anuais, consolidadas por várias orientações legais*.

A primeira Constituição Federal, de 1891, se silencia sobre direitos dos trabalhadores, exceto quando, indiretamente, na Revisão Constitucional de 1925-26, emenda o art. 14 e atribui ao Congresso Nacional a competência de legislar sobre o trabalho.

A Constituição Federal de 1934, no seu artigo 121, pela primeira vez no País, fala de um “tempo de não trabalho” (o trabalho diário não excedente de oito horas; o repouso, de preferência aos domingos; e as férias anuais remuneradas).

Constituição de 1937, no seu art. 137, estabelece que o operário terá direito ao repouso semanal aos domingos, após um ano de serviço ininterrupto num trabalho contínuo, a uma licença anual remunerada, sendo que o dia de trabalho de oito horas poderá ser reduzido.

O Decreto-lei n. 5.452, de 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recebido como um avanço nas relações sociais brasileiras e passo decisivo para nosso desenvolvimento econômico, social e humano. A CLT dispôs sobre período mínimo de descanso para os trabalhadores; intervalo para repouso/alimentação no trabalho; remuneração para repouso semanal, feriados e férias.

A Constituição Federal de 1946, em seu art. 157, estabelece os princípios da legislação do trabalho, explicitando a duração diária do trabalho não excedente a oito horas, o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e as férias anuais remuneradas.

A Constituição de 1967 preservou os direitos de 1946 e acrescentou, no art. 158, as colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação, convalescença mantidas pela União. Aborda também as 8 horas de trabalho com intervalo para descanso, o que se repetirá no art. 165 da ementa da Junta Militar de 1969.

Em síntese, o *“tempo de não-trabalho”* nos moldes desses documentos históricos, por um lado, *é compreendido como “sobra” do tempo social, “tempo livre” ou “desocupado”, valorizado como recompensa do trabalho ou redenção dos problemas sociais.* Por outro lado, *as políticas de atividades implementadas a partir da CLT geraram a difusão da compreensão do “tempo livre” como “tempo a ser ocupado por recreações”.*

Mas, o reconhecimento legal de um “tempo social livre” abriu espaço para experiências que foram sendo historicamente ressignificadas como lazer, à medida que, socialmente, foi sendo reconhecido que o essencial da vida dos atores sociais se desenrola, também, para além do tempo dedicado ao trabalho assalariado.

Como forma de “ocupar” o “tempo de não-trabalho”, neste período histórico difundiu-se a política assistencialista de “recreação orientada”, promotora dos “pacotes” de atividades.

As **políticas de atividades recreativas** foram difundidas nos âmbitos estatal e corporativo, a partir da criação, em 1946, do “Departamento de Recreação Operária no Rio de Janeiro”, de vários clubes e do Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), como duas das soluções brasileiras para a prestação de serviços de educação, saúde, lazer e ação social dos trabalhadores da indústria, do comércio e de suas famílias.

Nesse sentido, as políticas de atividades recreativas tinham como objetivos promover distração, descanso e recomposição da força de trabalho.

Integrando as estratégias e ações que buscavam a manutenção do sistema social em operação na época, tais políticas contribuíram para a formação de valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos no “tempo livre”. Com esse sentido, conflitos, tensões, diferenças de necessidade – a não ser as relacionadas ao trabalho – e de acesso cultural no lazer não foram considerados pelas políticas de atividades recreativas, neste momento histórico.

Dos anos 50 aos 70, vivemos transformação radical no perfil da Política Social Brasileira. O “núcleo duro” da intervenção social do Estado se define, completando, *welfare state* brasileiro – modelo de desenvolvimento baseado na ação e proteção estatal.

O sistema de política social adotado, baseado nos princípios do mérito – posição ocupacional e de renda adquirida no nível da estrutura produtiva – e da seletividade, instigou debates sobre a expansão global de riqueza e renda como melhoramento das capacidades humanas e condição de acesso aos benefícios do Estado de Bem Estar.

As discussões desta época abriam espaços para organização dos sistemas públicos, ou estatalmente regulados, na área de bens e serviços sociais básicos e ampliaram-se ações como as “políticas de massa”.

Segundo estudos de Pinto (2008), em consequência, em 1958 foi promovida *Campanha de Ruas de Recreio*, que mobilizou atividades esportivo-recreativas em ruas e praças das cidades, voltadas principalmente para as crianças e a massa trabalhadora. As *Ruas de Recreio*, posteriormente chamadas de ***Ruas de Lazer***, foram difundidas de tal forma nas décadas seguintes, que ***até hoje representam o modelo de política pública de lazer da maioria dos municípios e estados brasileiros***.

Difundia-se a política de lazer como ações setorizadas, institucionalizadas e marcadas pela promoção de “eventos” esporádicos, “pacotes” de atividades baixados pelos gabinetes técnicos e políticas de doação de material e cessão de equipamentos específicos, sem se preocupar com a participação humana nas atividades vividas.

Nesse período histórico ***consolidaram-se secretarias municipais e estaduais de Esporte e Lazer do País, consagrando o campo da Educação Física como o principal difusor das políticas de lazer em nosso meio***.

Nessa mesma época, estudos sobre o lazer avançam com ***a inclusão da Recreação e Lazer, desde 1962, como disciplinas e atividades de extensão dos cursos graduação em Educação Física***, passando a integrar os currículos de formação deste profissional.

A consolidação da aliança entre Educação Física, Esporte e Lazer ocorreu via Decreto n. 69.450, de 1971 – em vigor até 1996 – que dispôs sobre a ***obrigatoriedade da Educação Física escolar como prática de atividades esportivo-recreativas em todos os níveis de ensino do País.***

Nos anos 70, o SESC/São Paulo incorporou à sua equipe, como consultor, o sociólogo francês ***Joffre Dumazedier, que estimulou o intercâmbio de idéias, formação profissional e desenvolvimento de pesquisas sobre o lazer no Brasil,*** transmitindo em encontros e cursos, sua vasta experiência de militância cultural e educativa nessa área. Dessa equipe, destacam vários estudiosos que vêm contribuindo, até hoje, com a ***produção de conhecimentos sobre o lazer no País.***

Lembramos, especialmente a partir dos anos 80, ***creceu a produção acadêmica sobre o lazer nos cursos brasileiros de Educação Física,*** sendo criados inúmeros Grupos de Estudos, criados Bacharelados em Lazer no nível de graduação, realizados vários cursos de especialização lato sensu, incluídas linhas de pesquisa em Lazer em Cursos de Mestrado e, atualmente, criado o Mestrado – stritu sensu – em Lazer na UFMG.

As exigências do modo de vida capitalista influenciaram a atitude das pessoas, especialmente nos anos 70 e 80, ***difundindo o lazer como tempo-espaço necessário para o consumo de várias formas de entretenimento*** produzidas e difundidas pela indústria cultural.

Neste período histórico, em que ***o lazer foi reconhecido como força econômica,*** caíram os regimes autoritários; consolidou-se o capitalismo; ampliaram-se a produção e consumo de bens, a oferta de serviços e a geração de empregos, atendendo demandas específicas ligadas ao lazer. Isso gerou expressiva atividade econômica, que exigiu mão-de-obra diversificada e qualificada para atender aos novos empreendimentos e demandas. O capitalismo provocou a disseminação do lazer veiculado pela in-

dústria cultural, tratando os indivíduos como potenciais consumidores de mercadorias lúdico-culturais.

Ao mesmo tempo, devido a pobreza, ao crescimento econômico e de condições educativas irregulares no País, extremamente diferentes entre as camadas da população, ***alargaram-se as desigualdades quanto ao acesso à produção cultural disponível no lazer.***

Além disso, no início dos anos 80, o lazer ainda não era reconhecido como parte dos dilemas e das reivindicações sociais. A apropriação cultural consumista promovia vivências acríticas de lazer pela população. No decorrer da década, percebeu-se o ***aumento da participação dos atores sociais nos processos de democratização do País***, o que gestou ambiente propício a mudanças políticas que, posteriormente, influíram nas políticas de lazer. Depois de longo período de privação de liberdades democráticas, a década de 1980 culminou com a promulgação de uma Constituição avançada quanto à ampliação/extensão dos direitos sociais e afirmação da cidadania, neles incluído o lazer.

Como na mesma década o governo federal brasileiro adotou a política neoliberal, que teve como modelo as políticas privatizantes e de desmonte do Estado de Bem-Estar Social, foi estimulado o livre mercado e legitimado o debate entre as duas concepções, ou seja, de um lado, ficavam aqueles que defendiam um “estado mínimo” numa certa idealização do mercado motivado pelo discurso da ineficiência do Estado e eficiência do mercado; de outro, aqueles que defendiam que o problema não estava no tamanho *do* Estado, e, sim, na sua forma de gestão.

Surgem, também, teorias críticas às burocracias estatais, que não ficavam só no campo intelectual, mas também se expandiram na perspectiva do senso comum. Cresceu um sentimento contrário à *burocracia*, classificando-a mais como um grupo de interesse do que como um corpo técnico neutro, a serviço dos cidadãos. Esse sentimento contrário à burocracia estatal e a fa-

vor da iniciativa privada, ganhou espaço e, nesse contexto, a *ótica da qualidade* começou a ser incorporada pelo modelo gerencial quando o conceito de efetividade, apontou à necessidade do governo prestar bons serviços. (SANTOS, 1998)

Apesar de o *gerencialismo puro* ter como base a separação entre a política e a administração, isso não foi possível porque a especificidade do setor público dificulta a avaliação do seu desempenho e a mensuração de sua eficiência. A *administração por objetivos* e a *descentralização administrativa*, visando dar maior autonomia às agências e aos departamentos, também caracterizaram a inovação do modelo organizacional, que tem influenciado a gestão das políticas sociais, dentre elas, as de lazer (*Ibidem*).

Nesse mesmo contexto, um aspecto destacou-se no campo do lazer, referente a questão dos usuários das políticas públicas nesse campo: como entendê-los, são *clientes/consumidores* ou *cidadãos*? Entendemos que o termo *cliente/consumidor* devesse ser substituído pelo de *cidadão*, já que o exercício da cidadania é muito mais abrangente do que apenas escolher serviços públicos. Afinal, a *cidadania* está relacionada com a *participação ativa* dos sujeitos na escolha dos dirigentes, na formulação e usufruto das políticas e na avaliação dos serviços públicos. Esses itens atendem a um dos objetivos principais da administração pública cidadã: a equidade (BENEVIDES, 1996).

Isso porque, ***segundo a Constituição federal de 1988, o lazer é direito de todos***. Direito que, de acordo com o Título VIII, Capítulo III, seção III, Do Desporto, art. 217, § 3º parágrafo do item IV deverá ser provido pelo Poder Público que “incentivará o lazer, como forma de promoção social”.

Colocavam-se em pauta as necessidades de provimento dos direitos de todos os cidadãos, por políticas que concebiam o desenvolvimento não somente como possibilidade de crescimento econômico, mas que estabeleçam mediações entre o econômico, social, ambiental e humano com vista à melhoria da qualidade de

vida da população e a um mercado orientado pela universalização do acesso aos bens e serviços oferecidos.

A garantia dos direitos sociais, buscando reduzir progressivamente as desigualdades, passa a se constituir em investimento assegurado pelo estado, o setor estatal não governamental e também o setor corporativo. O compromisso compartilhado tem implicado: por parte do estado, a regulamentação do lazer e o provimento de condições mínimas de acessibilidade a esse; por parte das entidades não governamentais e corporativas o desenvolvimento de políticas, programas e projetos de lazer conscientes do seu dever socioeducativo; por parte das comunidades e famílias, o dever de participar e colaborar com as ações desenvolvidas pelos diferentes setores, também criando oportunidades de tempo e espaço educativos para que os sujeitos possam vivenciar o lazer com autonomia.

Esse desafio trouxe no seu bojo outro maior ainda, ou seja, ***a necessidade de repensarmos as políticas de lazer integradas e intersetoriais, baseadas na “cultura de participação”, ampliando oportunidades de acesso de todos aos bens sociais indispensáveis a uma condição digna de vida, por meio de políticas que têm sido lideradas pelo setor do Esporte.*** Desafio que instigou com a difusão de estudos sobre o lazer realizados em cursos de pós-graduação e grupos de pesquisas de diversos campos de conhecimento. Essas discussões provocaram contrapontos entre políticas fundadas no lazer concebido pelo mercado e o lazer entendido como campo de criação humana, prática de resistência à lógica do discurso consumista da época.

A inclusão do lazer nos direitos constitucionais inaugurou um fato “novo” nas nossas experiências políticas. O lazer deixou de ser considerado um benefício social concedido apenas aos trabalhadores, passando a ser tratado no conjunto de medidas políticas necessárias à melhoria da qualidade de vida de todos, destacado também no art. 227 desta Constituição.

Isso refletiu na ***inclusão do lazer em leis e políticas que reconhecessem e protegessem tal direito***. Nesse sentido, um passo decisivo pode ser observado nos avanços do âmbito jurídico-legal, em decorrência da promulgação da Constituição de 1988, que revela relações de responsabilidades compartilhadas que incluem o lazer em várias políticas sociais.

Várias leis passaram a implicar o lazer no conjunto de seus dispositivos, passando a desafiar a construção de estratégias e instrumentos de gestão que permitam efetivamente promover amplo atendimento proporcionado por tais políticas. A participação e a difusão de informações sobre esse aparato legal tornaram-se indispensáveis, como também as discussões sobre possibilidades e limites a enfrentar, rumo ao provimento necessário à conquista desses direitos. O lazer é expresso na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*; no *Estatuto do Idoso*, de 01 de outubro de 2003; na *Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência* – Decreto n. 3.298; na Lei n. 8.080, Título I, art. 3º e Lei n. 10.216, art. 4º, da Saúde; no *Programa Nacional de Apoio à Cultura* (PRONAC), no seu capítulo 1; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs, 2000) ressaltam a Educação Física como área de conhecimento que cuida da educação corporal, nela considerando a educação para a participação lúdica no lazer.

Porém, se de um lado esse quadro de “orientações” legais é animador, no sentido da garantia de direitos ao lazer, de outro há uma distância significativa entre a institucionalização dos direitos sociais expressos nas políticas públicas implementadas e as condições reais de conquistas dos direitos pelos sujeitos. O que demanda ações integradas efetivas desses atores com os do campo do Esporte.

A Lei 96/98, Lei Pelé, que instituiu as normas gerais sobre o desporto no Brasil, restringiu-se ao Sistema Esportivo Nacional e não é clara no sentido definido pela Constituição, requerendo revisão, especialmente a partir das conquistas da Política Nacional de Esporte e decisões das Conferências Nacionais de Esporte. O fato do lazer ser um eixo transversal das políticas sociais liderado especialmente pelo Ministério e Secretarias de Esporte em todo País, não está incorporado pela referida Lei.

A conquista plena do direito ao lazer continua ainda negligenciada por problemas tais como: a falta de consciência desse direito; insuficiente responsabilidade individual e/ou coletiva no jogo social para garantia do mesmo; exclusão de muitos das vivências de lazer disponíveis em nosso meio; falta estrutura que dinamize e dê base concreta infra estrutural para que a população vivencie o lazer; falta gestão participativa e transparente que partilhe responsabilidades com todos envolvidos para o estabelecimento das prioridades, a formulação e o controle da execução das políticas de lazer; faltam pactos, adesões, articulações de pessoas, que atuam em diferentes âmbitos, com competências e papéis diferentes, formação adequada e elevação da qualidade dos serviços prestados; falta financiamento, parcerias e cooperação para prover a viabilização das ações de lazer com equidade.

Mesmo não sendo fácil essa conquista, nos anos de 2004 e 2006 vivemos outro “novo” fato importante nas políticas de lazer no Brasil, quando ***pela primeira vez na história acontece um movimento para a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer***, com a participação direta da população, por meio de conferências municipais, estaduais e nacionais, dentre outras usadas para esse fim.

Sistema que busca a articulação de agentes — entidades, organizações sociais, instituições e seus sujeitos — para ampliar

condições para a prática do esporte e lazer nos municípios, estados e União. Busca-se com isso promover a inclusão social, garantir a universalização do acesso ao esporte e lazer como direitos de todos os cidadãos e dever do Estado, com o apoio de toda sociedade, e promover a democratização do acesso, da gestão e da participação no esporte e lazer. (BRASIL, 2006)

Mesmo que haja muito ainda a avançar para consolidar esse espaço de diálogo entre o estado e a sociedade, mobilizar e qualificar as articulações e a participação popular, em torno da implantação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, especialmente consolidando a dimensão do lazer nesse contexto, vale ressaltar a importância do “alargamento da esfera local”, que ganha força nos últimos anos. A incorporação de novos atores na arena política favorece a democratização, o fortalecimento da cidadania e a possibilidade de novos arranjos institucionais para superação dos desafios postos às políticas de lazer fundadas no desenvolvimento social e humano.

Sintetizando, *no século XX, contexto das sociedades industrializadas, os sentidos e significados de lazer foram constituídos, principalmente, na relação direta com às ações sociais obrigatórias, (profissionais, familiares, políticas, educacionais, religiosas e outras), principalmente do trabalho remunerado. As vivências culturais do lazer são traduzidas como não obrigatórias. Parte de um tempo livre/disponível/conquistado a ser preenchido com atividades recreativas/lúdicas que, em geral, determinam a organização da produção e do consumo como lazer, dificultando o acesso das camadas populares aos diversos conteúdos culturais disponíveis na sociedade.*

Nesse início de século XXI, “Era da Informação”, da difusão de diferentes meios de comunicação e linguagens, modificou as relações culturais, educativas e de poder, que influenciaram no entendimento do lazer, que passa a ser destacado, especialmente, como tempo/espaço de constru-

ção de experiências culturais com sentidos e significados contraditórios, considerando os do mercado e dos sujeitos. O lazer tem sido cada vez mais enfatizado como dimensão da cultura, social e historicamente constituída, articulada pelos elementos essenciais:

- *apropriação de um tempo social para livre escolha dos sujeitos que o vivem;*
- *posse de um espaço/lugar/equipamento para as vivências culturais a serem concretizadas no tempo de livre escolha dos sujeitos na família, comunidade, escola e/ou no clube, dentre outros âmbitos possíveis;*
- *vivência de manifestações diversificadas quanto aos seus conteúdos culturais (físicos, esportivos, artísticos, sociais, tecnológicos, entre outros), formas de participação (fruição, exercitamento, conhecimento), bem como expressão de sentidos e significados representativos das intenções e desejos dos sujeitos;*
- *realização de práticas que assumem a intencionalidade do lazer como meio e fim educativos para a democratização do acesso ao lazer por todos os cidadãos, o que implica conhecimento e vivência concreta das possibilidades disponíveis de lazer.*

Nesse atual contexto histórico, *o desafio do desenvolvimento de políticas integradas requereu “novo” olhar, consciência, ética dos envolvidos, bem como clareza e coerência dos fins e meios de implementação política, de seus pressupostos, diretrizes e formas de gestão e da avaliação das ações realizadas.*

As políticas de lazer não podem ser pensadas somente a partir das suas questões. *Precisam também implicar a consciência da importância do lazer nas políticas sociais.* O lazer é reconhecido como uma das dimensões da cultura, assim como o trabalho, a educação, a vida familiar, o esporte e outras manifestações.

Ao discuti-lo como cultura, Victor Melo (2006) aponta para a necessidade da discussão do lazer enquanto manifestações, trabalhos e práticas; processo de desenvolvimento; e também como forma de vida. Nesse sentido ressalta a **importância de nossas políticas culturais de lazer avançarem em três sentidos, ou seja: da cultura como saber** (centrada no conjunto de saberes e conhecimentos tendo em vista a preservação do patrimônio cultural); **da cultura como possuir** (buscando a democratização cultural centrada na facilitação do acesso às manifestações e conhecimentos disponíveis); e **da cultura como ser** (voltada à democratização cultural centrada em um estilo de vida e no âmbito do autodesenvolvimento, na facilitação para que todos produzam cultura).

O lazer compreende inúmeras práticas culturais como as práticas corporais, o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, as viagens, o esporte, as atividades artísticas (artesanatos, pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema) como vem sendo discutido por diversos autores (MELO, 2006; PINTO, 2008; GOMES, 2004).

Para Nelson Marcellino (1987), **o lazer, compreendido como cultura – em seu sentido mais amplo**, refere-se à **vivência** (praticada ou fruída) **no tempo disponível das pessoas**. O importante, como traço definidor, é o **caráter desinteressado dessa vivência**, pois não se busca, fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática e vivência contemplativa. Tempo disponível que implica liberação de obrigações sociais.

Como fenômeno tipicamente moderno, destaca Fernando Mascarenhas (2001), o lazer precisa ser discutido como resultante das tensões entre capital e trabalho, se **materializando como tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia**.

Sendo reconhecido como um fenômeno cultural, social e historicamente constituído, o lazer passa a representar um âmbito de onde podem emergir sentidos e significados diversos, bem como valores questionadores da própria ordem social estabelecida, como destaca Marcellino (1987).

Mascarenhas (2001) ressalta que o lazer, como **espaço de organização da cultura**, deve ampliar oportunidades para que sejam questionados os valores da ordem social vigente, de maneira que as pessoas o vivenciem e produzam cultura.

Christianne Gomes (2004), entendendo o **lazer como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais** em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, destaca, também, suas relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

Pinto (2007) destaca o lazer **como tempo/espaço/opportunidade privilegiada para vivências lúdicas**. Essas, por sua vez, representam, sobretudo, a **vivência de liberdade e prazer a partir de experiências culturais diversificadas, compartilhadas com o outro e que exercitam a autonomia dos sujeitos**. A ludicidade é, pois, uma conquista do sujeito no contexto de suas relações socioculturais, tendo sentidos e significados diversos, como por exemplo de (re)criação, encontro e pertencimento.

Como tal, o lazer é valorizado como uma das dimensões da vida de todo cidadão, espaço com possibilidades de transformação sociocultural e de inclusão dos sujeitos de todas as idades, gêneros, etnias e camadas sociais às oportunidades cotidianas de suas vivências.

Fontes

1. ADRIAO, Theresa e PERONI, Vera (Org). *O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade*. São Paulo: Ed. Xama, 2005.

2. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1996.
3. COLETÂNEA DE LEIS. 2. ed. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região/MG, 2005.
4. GOMES, Christianne Luce. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
5. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
6. MASCARENHAS, Fernando. Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia. In: *Seminário Lazer em Debate*, 2, Belo Horizonte. Coletânea... Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEEF/UFMG, 2001, p.81-93.
7. MELO, Victor Andrade de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papirus, 2006.
8. MUNNÉ, Frederic. *Psicossociologia del tiempo libre: um enfoque crítico*. México: Trillas, 1980.
9. PINTO, Leila Mirtes S. de. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008. p.79-95.
10. PINTO, Leila Mirtes S. de M. Vivência lúdica no lazer. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) *Lazer e cultura*. Campinas: Editora Alínea, 2007. p.171-193.
11. SANTOS, Boaventura de Souza. A reinvenção solidária e participativa do estado. Seminário Internacional: Sociedade e a Reforma do Estado, Brasília, mar. 1998. *Anais*.

O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC)

*Cláudia Regina Bonalume;
Andréa Nascimento Ewerton;
Leila Mirtes S. de Magalhães Pinto;
Débora Alice Machado da Silva³*

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) foi criada pelo Decreto n. 4.668, de 09 de abril de 2003, com as seguintes finalidades:

- I - assegurar a configuração de uma política social do Esporte e do Lazer centrada no parâmetro do desenvolvimento humano;
- II - zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação;
- III - propor ações sobre assuntos da sua área para compor o Plano Nacional do Esporte e do Lazer;
- IV - implantar as decisões relativas ao Plano Nacional do Esporte e do Lazer, afetas à sua área;
- V - prestar cooperação técnica e orientar a aplicação de recursos financeiros destinados a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não-governamentais sem fins lucrativos, em empreendimentos ligados ao desenvolvimento do Esporte e do Lazer;
- VI - manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, e internacionais, em prol do desenvolvimento do Esporte e do Lazer;
- VII - articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do Esporte e do Lazer;
- VIII - prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Esporte; e
- IX - emitir relatórios técnicos específicos, quando se tratar de execução de obras ou realização de eventos em sua área de atuação.

³ Autoras compõem a equipe da SNDEL-ME.

Finalidades que têm sido redefinidas por esta Secretaria, atenta às contínuas demandas do cenário das atuais políticas públicas brasileiras de esporte e lazer que incluem, especialmente, necessidades específicas dos estados e municípios brasileiros, assim como ações estratégicas definidas pelas Conferências Nacionais de Esporte e Lazer (2004 e 2006), na Política Nacional de Esporte (2005) e no Plano Nacional Desenvolvimento do Esporte (2007/2010).

Neste cenário, a SNDEL ocupa um espaço político institucional importante face às políticas sociais de esporte recreativo e de lazer, buscando articular ações governamentais dessa área, às redes de interações, fundadas no pacto social ético, liderado pelo Governo Federal, em prol da melhoria da qualidade de vida da população e da universalização de direitos de todos os cidadãos brasileiros.

Ação política que gera vários desafios, uma vez que é construída numa sociedade informatizada, desigual em termos de democratização quanto ao acesso da população ao nosso patrimônio histórico-cultural, nele destacando-se as oportunidades de conhecimento, assistência e prática dos diversificados conteúdos culturais de esporte e lazer, valorizando-se a diversidade cultural e de criação nacional brasileira.

Este cenário desafia a SNDEL a superar o tradicional modelo de política pública de esporte recreativo e de lazer no Brasil, baseado na reprodução mecânica de atividades, e gera o compromisso do desenvolvimento de ações educativas, com vistas à autonomia dos sujeitos nessas práticas, conscientes da sua importância, limites e possibilidades.

Trata-se, pois, de uma política comprometida com a democratização do acesso às políticas públicas de esporte e lazer, às diferentes regiões brasileiras e à inclusão social por meio dessas áreas, sempre priorizando as minorias e os segmentos sociais em desvantagem socioeducativoeconômica.

Política que reconhece o poder do conhecimento produzido por políticas educativas como fator de desenvolvimento humano, social, ambiental e econômico sustentável. Desenvolvimento que prima pela inclusão com equidade, ou seja, pelo atendimento qualificado pelo conhecimento e trato específico de demandas dos grupos prioritários quanto à idade, gênero, classe social, grupo étnico e com diferentes habilidades e potenciais corporais.

O principal objetivo da SNDEL é, assim, executar um amplo leque de iniciativas e ações de sua responsabilidade, considerando como decisivo o papel do conhecimento para o desenvolvimento sustentável das políticas públicas de esporte recreativo e de lazer no Brasil.

Para desenvolver uma proposta de política pública e social que atenda as necessidades de esporte recreativo e lazer da população, a SNDEL, do Ministério do Esporte, criou o Programa Esporte e Lazer da Cidade. O “espírito” do Programa vai além da promoção de práticas de atividades físicas e esportivas, jogos e brincadeiras que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com necessidades especiais de uma determinada comunidade. Isso porque traz na sua essência o estímulo à convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, contribuindo para que esporte e o lazer sejam assumidos como políticas públicas e direitos de todos.

O Programa desenvolve ações em dois eixos considerados centrais:

- (1) funcionamento de ***Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer;***
- (2) fomento de ações desenvolvidas pelos ***Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer - REDE CEDES.***

O Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer efetiva-se por meio de convênios com entidades públicas e do terceiro setor em todas as regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o acesso ao lazer e ao esporte – este em sua dimensão recreativa – à população, considerando as diversas faixas etárias e segmentos sociais, garantindo, sobretudo, a inclusão de pessoas sujeitas a restrições por razões econômica, de saúde, de idade ou de gênero, dentre outras.

Desenvolve ações fundadas nos princípios de: trato intergeracional, trabalho coletivo, gestão e planejamento participativos, intersetorialidade, valorização e fortalecimento da cultura popular nacional.

Qualifica Núcleos de atendimentos especiais a adultos acima de 45 anos e idosos (**PELC Vida Saudável**), a jovens em situação de violência (**PELC PRONASCI**), tendo em vista também implantar Núcleos Indígenas, quilombolas, em áreas de assentamentos e regiões rurais.

Cada Núcleo, desenvolve uma diversidade de atividades esportivas e recreativas sistemáticas, assim como eventos aos finais de semana e feriados, envolvendo toda a comunidade em ruas de lazer, gincanas, passeios, atividades culturais e outras, que contribuem para melhor qualidade de vida e integração comunitária no território. Para isso, garante formação continuada e em serviço dos agentes que atuam no Programa, com a participação de formadores especialmente qualificados para tal, no sentido de garantir que o mesmo exerça o papel de ferramenta pedagógica para o desenvolvimento de políticas locais de esporte e lazer.

Em 2007 e 2008 foram realizados editais de “Chamada Pública” para seleção dos pleitos a serem apoiados. A apresentação de mais de 2.300 projetos pode ser avaliada como um indicativo da demanda da sociedade brasileira por políticas que tratem o esporte e o lazer como direito de todos.

Com vistas a contribuir com o desenvolvimento dessas políticas, desde 2003 tem sido fomentadas diferentes ações desenvolvidas pelo **PELC REDE CEDES (Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer)** junto a grupos de pesquisa de Educação Física, Esporte e Lazer do País, de universidades públicas e privadas. As ações desenvolvidas no período de 2003 a 2006 focaram o apoio ao desenvolvimento de atividades desenvolvidas pelos grupos de pesquisa selecionados, estimulando investigações, instalações de equipamento, promoção de eventos e publicações.

Nos anos de 2007 e 2008, a Rede CEDES avançou para o fomento de pesquisas selecionadas por meio de “Chamada Pública”, selecionadas por pareceristas doutores de Instituições de Ensino Superior não concorrentes, órgãos de pesquisa (FINEP e CNPq) e representantes do Ministério do Esporte.

Dos 73 convênios estabelecidos pela Rede CEDES, relacionados no Catálogo 2007 - 2008 do PELC recentemente publicado, 52 foram desenvolvidos em 2007 e 2008. O processo de seleção de pesquisas via “Chamada Pública” desenvolvido em 2007 e 2008 contou com crescente número de pesquisas inscritas. História que, até o momento já integrou à Rede CEDES 34 Grupos de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer de Instituições Públicas e Privadas do País, envolvendo, ainda, outros 07 Grupos de Estudos em projetos consorciados.

Essa trajetória histórica consolida o reconhecimento, pela SNDEL, da **pesquisa** como aliada indispensável a uma política social de qualidade alicerçada por estudos que se inserem nos territórios vivos das nossas ações políticas de esporte e lazer. Decisão que assume **três papéis principais para a pesquisa**, ou seja:

1. **de avaliação** (busca leituras mais concretas das necessidades dos segmentos e contextos com os quais lidamos, se preocupando com a compreensão e realimentação dos processos vividos, atenta aos limites a superar e às potencialidades a serem redimensionadas);

2. **de ação educativa** (comprometida com o aprimoramento da gestão das políticas públicas de esporte e lazer pela educação de sujeitos críticos, criativos, capazes de agir de forma consciente e com autonomia em sua realidade);
3. **de comunicação** (estabelece diálogo com a realidade por meio de processos e atitudes que implicam diferentes formas de comunicação e interrelação da teoria e prática).

Nesses sentidos, o PELC Rede CEDES desenvolve várias estratégias, ampliando o leque de complementaridade em rede necessária para prover a circularidade do conhecimento produzido e sua socialização para gestores, agentes e população, dentre os quais destacam-se o/a:

1) Fomento a pesquisas desenvolvidas por 09 (nove) Núcleos Temáticos, ou seja:

1. Memória de Esporte, Lazer e Educação Física.
2. Perfil dos Estados e municípios brasileiros.
3. Avaliação de Políticas de Esporte e Lazer/Avaliação dos Programas Sociais mantidos pelo Ministério do Esporte.
4. Desenvolvimento de Novos Programas Sociais de Esporte e Lazer de alcance nacional, voltados ao atendimento de demandas específicas.
5. Observatório do Esporte.
6. Desenvolvimento de Programas Integrados/Intersetoriais de Esporte e Lazer.
7. Gestão de Programas de Esporte e Lazer.
8. Infra-estrutura de Esporte e Lazer.
9. Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

2) Apoio à publicação e distribuição de materiais técnicos, científicos que qualifiquem as políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

3) Apoio à realização de eventos nacionais e internacionais (congressos, seminários, reuniões técnicas) que estimulam o intercâmbio entre gestores, pesquisadores, estudantes e outros profissionais que atuam com esporte e lazer.

4) Criação de Sistema de Gestão Compartilhada para consolidação de redes nacionais de gestores, legisladores, agentes comunitários, pesquisadores e outros parceiros de ações de

esporte e lazer, contribuindo com a capacitação continuada de agentes, a qualificação de programas e a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

5) Cessão do Prêmio Brasil de Esporte, Lazer e Inclusão Social, destinado à promoção, ao apoio e à divulgação de produção científica, tecnológica, pedagógica nas áreas do esporte e lazer de inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas nesses campos. Realiza-se em duas etapas bianuais: em anos pares, cessão de prêmios a cinco categorias relacionados ao esporte e lazer de inclusão social e, em anos ímpares, difusão das obras premiadas nas cinco regiões brasileiras. Das cinco categorias, três são regionais, premiando: (1) Dissertações, Teses e Pesquisas Independentes; (2) Monografias de Graduação e Especialização; (3) Relatos de Experiências. Duas categorias são nacionais, premiando (4) Ensaios; (5) Novas Mídias.

6) Implementação do CEDIME (Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte), com o objetivo de documentar, preservar e difundir em rede conhecimentos e informações científicas, tecnológicas, gerenciais e jornalísticas de esporte e lazer. Representa um dos instrumentos básicos para a implementação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer.

No conjunto das estratégias desenvolvidas pelos dois eixos do “Programa Esporte e Lazer da Cidade” esperamos potencializar, o melhor possível, o investimento que o poder público faz na sociedade organizada, fortalecendo parcerias, atuações em rede no sentido da promoção do esporte e lazer de inclusão social no País.

Procuramos, ainda, ***assegurar a diversidade de culturas, de instituições e de temas/conteúdos por elas investigados e desenvolvidos no sentido do desenvolvimento e da complementaridade de ações de políticas públicas alicerçadas pelo conhecimento***, que não se esgota. Ele se produz, se reproduz e se transforma a cada nova experiência vivida na rede das políticas públicas.

A REDE CEDES COMO UMA REDE DE POLÍTICA PÚBLICA

Cláudia Regina Bonalume⁷
SNDEL – Ministério do Esporte

O ponto de partida do presente texto é o desafio de refletir sobre a Rede CEDES a partir de certo acúmulo teórico a respeito de **redes de políticas públicas**, procurando estabelecer um paralelo entre a teoria com esta política pública federal que tem entre seus pressupostos (diretrizes, objetivos e estruturação) a idéia de uma metodologia em rede.

Castells (1998) afirma que as **redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, com vistas à realização de objetivos, tendo como instrumento principal a comunicação**. Quando essa se rompe surge a alienação entre os grupos sociais e indivíduos que passam a considerar o outro um estranho, uma ameaça.

O texto anterior desta parte de livro, ao se referir à importância e funções da pesquisa na política da SNDEL, indica que o objetivo principal em questão é promover o esporte e o lazer de inclusão social o que, segundo as autoras, requer a constituição de relações de complementariedade, via instituição de fluxos e redes.

Nesse texto, procuro, a partir de pesquisa bibliográfica e documental e de entrevistas **responder a questão: de que forma a Rede dos Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES) contempla os pressupostos teóricos de uma Rede de Políticas Públicas?**

Nesse contexto, a **Rede CEDES** é criada e consolida-se tendo, **entre seus objetivos**, o de **articular, em rede, pesquisadores de esporte recreativo e de lazer**, assim como setores

comprometidos com a informação e documentação esportiva e de lazer, buscando otimização de esforços e de recursos no sentido da qualificação da Política Nacional deste campo. Ao mesmo tempo, dá vazão às iniciativas que preservem a especificidade da ação de cada um dos entes envolvidos nessa Rede, com a sua necessária intercomunicação.

Analisando as políticas públicas, Bonafont (2004) afirma que essas se definem como sistemas e crenças, como conjuntos de valor prioritário e suposições casuais acerca de como levar a cabo seus objetivos. Para a autora, as definições variadas a respeito do que é uma política pública refletem a diversidade de enfoques utilizados nas análises. As posturas fechadas e cíclicas, nas quais as políticas públicas se convertem em instrumento delimitado por etapas de partida e chegada do processo decisório, se confrontam com uma leitura mais aberta, na qual as ações aparecem de maneira menos previsível e demandam maior criatividade e compromisso dos atores, ainda que isso implique afastar-se da pretensão de situar a rede dentro da exigência de aplicações concretas e eficazes da própria política pública. Nas diversas posturas percebe-se que o governo aparece como elemento essencial, a ponto de não ser possível falar em política pública sem mencioná-lo.

No caso da **Rede CEDES** trata-se de uma política pública que surge, segundo os depoimentos e documentos analisados, para organizar uma ação que já existia - os grupos de pesquisa na área de esporte recreativo e de lazer - em torno de uma necessidade governamental, que é a de **articular o conhecimento produzido para utilizá-lo na construção da política nacional de esporte e de lazer**. Representa uma postura aberta, que exige grande articulação e vontade política para superar as ações fragmentadas e pouco fundamentadas que, historicamente, compõem, em geral, as políticas públicas na área. O Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, aparece como articulador principal da ação,

tendo os atores como protagonistas sem os quais a mesma não é possível.

As análises das políticas públicas das últimas décadas se caracterizam pelo desenvolvimento de marcos políticos distintos como: as janelas de oportunidades políticas de Kingdon, o modelo de ligações de defesa de Sabatier e Smith, o enfoque neoinstitucionalista na perspectiva histórica (Hall) e racional (Ostrom) e a análise de redes (*apud* BONAFONT, 2004).

Bonafont aprofunda a análise de rede, afirmando que essa adota princípios básicos da teoria de grupos, no tocante à idéia de interação e conflito de interesses e tem, como marco analítico, a descrição convincente da realidade e do processo de elaboração de políticas públicas, embora não tenha uma capacidade explicativa muito boa.

Enquanto o mercado lida predominantemente com relações utilitaristas e a hierarquia com relações de poder, a rede enfatiza a reciprocidade, via repetição das relações. ***Uma rede de políticas públicas é, para Powel e Dimaggio (1991), representativa, pois garante legitimidade, agilidade, amplia conhecimento, confiança, maior velocidade na troca de informações, favorecendo a efetividade e acelerando a velocidade de resposta.***

Bonafont (2004) caracteriza as redes de políticas públicas como conjuntos de relações relativamente estáveis entre atores públicos e privados, que interagem através de uma estrutura não hierárquica e interdependente, visando alcançar objetivos comuns a respeito da política. A interdependência é o conceito básico pelo qual se expressa a necessidade de manter relações estáveis entre atores diversos. Nessa perspectiva, as políticas públicas aparecem como resultado da interação e negociação constantes entre Estado e grupos sociais. Cada subsistema político limita o número de atores. De acordo com este aspecto, as redes podem

ser fechadas, com poucos atores, ou abertas, com maior pluralidade destes.

A interdependência vem sendo construída paulatinamente no interior da Rede CEDES. Como poderemos ver ao longo da análise de sua constituição, novos laços vão se estabelecendo na medida em que novas necessidades surgem. O que limita o número de atores e suas especificidades é o tema estruturador e os objetivos da Rede, ou seja, estudos sobre políticas públicas de esporte e de lazer. Tema um tanto recente nas pesquisas brasileiras, portanto, inovador, uma vez que até alguns anos atrás falar nele era falar em alguns eventos esportivos ou recreativos organizados pelos governos.

Com o avanço do processo de urbanização e a conseqüente mudança nas relações do ser humano com o tempo e com o espaço, novas demandas foram surgindo. Do ponto de vista histórico-social, o lazer ressurge como característica da sociedade moderna, urbano-industrial, resultado das reivindicações dos trabalhadores por “tempo livre”. Porém faz-se necessário salientar que a qualidade de vida por meio do lazer não depende, exclusivamente, do ambiente físico, mas, principalmente, da qualidade das relações interpessoais que se estabelecem entre os praticantes, da relevância que a prática assume para eles e das expectativas impregnadas nos papéis desempenhados por todos os envolvidos nessa prática. Ao lado das questões onde praticar e o que praticar deve-se acrescentar com quem praticar e como praticar. Aliar teoria e prática em torno de um tema tão amplo e inovador é o desafio que se coloca aos atores da Rede CEDES.

As perspectivas das redes de políticas públicas são complementadas pelo resultado de um processo de aprendizagem social, que se desenvolve e se transforma em informação nova e experiência adquirida. Tratando as redes como facilitadoras, Bonafont (2004) afirma que nelas a elaboração de políticas públicas considera a impossibilidade de separar valores e

objetivos e ordenar preferências. A política é tratada como processo de argumentação a partir de dados concretos, visando à produção de evidências. Ou seja, não basta que a análise seja racional, precisa ser factível politicamente. O papel dos atores, as idéias e o marco institucional em que se desenvolve a ação são enfoques levados em conta na análise das políticas.

Surgimento das redes e da Rede CEDES

Vale destacar que *não estamos falando de redes como algo novo, que vem suceder o mercado e a hierarquia. Sabe-se que elas têm estado historicamente presentes, especialmente em áreas como a organização da sociedade civil e a economia. Na gestão pública em geral, aparecem a partir do momento em que a diversidade do mundo contemporâneo coloca em cena novos atores e novas exigências sociais, que vão além das possibilidades do Estado, com atuação tradicional (centralizador, burocratizado, hierárquico), contemplá-las, o que tem permitido que formas variadas de gestão, como as redes, passem a ocupar um lugar significativo no debate e na ação das políticas públicas.*

No sentido da superação do modelo burocrático e centralizador de gestão pública, já vimos, no texto anterior deste livro, que a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC), desenvolve várias ações políticas dentre elas a pesquisa, por meio da Implantação e Funcionamento de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES - ação que integra o "Programa Esporte e Lazer da Cidade". Com isso, estimula e fomenta a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos nos campos da gestão do esporte recreativo e do lazer, tendo como horizonte a

(re)qualificação dos programas e a formação continuada dos gestores das políticas públicas de esporte e lazer em nosso País.

A Rede CEDES foi criada, em 2003, como uma ação voltada, inicialmente, apenas para a pesquisa do “Programa Brasil Potência Esportiva” – na ação “Estudos e Pesquisas Científicas e Tecnológicas para o Desenvolvimento do Esporte”. Em 2004, a ação “Estudos e pesquisas” e a de “Edição e distribuição de material técnico e científico relacionados ao esporte recreativo e de lazer” transformaram-se na ação de “Implantação e Funcionamento de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer – Rede CEDES”. O desmembramento se deu com vistas a garantir que as políticas públicas de esporte recreativo e de lazer fossem contempladas na questão científica e tecnológica, a partir da articulação de vários grupos de pesquisa na área, já em funcionamento nas universidades públicas. Mesmo representando um momento de transformação na área, a institucionalização da Rede, ao que indica a análise realizada, deu-se, de início, mais como oportunidade de financiamentos que pudessem consolidar Grupos de Pesquisas em Cursos de Educação Física de universidades públicas, do que o estabelecimento de uma conexão entre diferentes estudiosos com vistas a qualificar e aprofundar as relações das políticas públicas de esporte e lazer e, conseqüentemente, do trabalho em Rede promovido pelo Ministério do Esporte nesses campos. Mas, ao ser designada como rede, esta ação política inseriu-se em um contexto de transformações que acontecia em escala mundial de mudanças significativas.

Ao analisar a questão das redes, focando a relação tecnologia, sociedade e transformação histórica, Castells (1999) afirma que a tecnologia não determina a evolução histórica e a transformação social, mas incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como o uso que essas resolvam dar ao seu potencial tecnológico, ou seja, a habilidade ou inabilidade do uso das tecnologias traça o destino das sociedades.

Nesse sentido, *as mudanças mais perceptíveis na Rede CEDES, desde seu surgimento, são: a ampliação da transparência no processo de seleção de projetos apoiados; o início da participação dos atores nas decisões a respeito dos temas relativos à Rede, percebido a partir de 2006; o avanço nos objetivos da Rede que, de financiamento a pesquisas de interesses individuais voltam-se para objetivos comuns compartilhados por vários estudiosos no sentido da construção da política nacional de esporte; e na própria estrutura da Rede CEDES que, de totalmente centralizada, indica o início de criação de outros laços unindo os atores entre si, sem ter que, necessariamente, passar pelo Ministério.* As circunstâncias indicam que as causas das referidas mudanças devem-se, principalmente, ao crescimento da produção científica sobre políticas de esporte e lazer no Brasil e na mudança de gestores que estavam à frente do trabalho e, conseqüentemente, das formas de relacionar-se com a política pública. Afinal, como diz Castells, a relação entre Estado, tecnologia e sociedade é considerada determinante, em função do papel do Estado, na definição das trajetórias tecnológicas.

Além disso, as pesquisas têm ajudado aos gestores a reconhecerem que o *mundo é multicultural e cada vez mais interdependente.* Por isso, Castells (1999) acredita que *só pode ser entendido e transformado a partir de uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas de redes globais e políticas multidimensionais.* Para o autor, a cultura que importa nesse processo é a que concretiza as lógicas organizacionais como princípios que Biggart (*apud* CASTELLS, 1999) define como princípio legitimador, elaborado em uma série de práticas sociais derivativas, ou seja, as bases ideacionais para as relações das autoridades institucionalizadas.

As redes e a circulação da informação

Castells (1999) procura analisar o surgimento de uma nova estrutura social, associada a um novo modelo de desenvolvimento, o informacionalismo, manifestado sob várias formas, conforme a diversidade de culturas e instituições, em todo o planeta e considerando que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder. O informacionalismo visa o desenvolvimento tecnológico, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação. Afirmar que, como os modos de desenvolvimento modelam o comportamento social, inclusive a comunicação simbólica, o desenvolvimento informacional deverá levar a novas formas históricas de interação, controle e, conseqüentemente, à transformação social e, especialmente destacando, à transformação da gestão política com foco no conhecimento.

Embora contribua nesse processo, com grande produção de conhecimento e informação, na Rede CEDES não foi possível, ainda, visualizar a organização da circulação desses, especialmente no interior da própria Rede e dela aos programas sociais do Ministério do Esporte. Com algumas exceções, até o momento as pesquisas são desenvolvidas no interior de cada núcleo, organizadas em forma de publicação e entregues ao Ministério do Esporte, sendo que cada grupo divulga o resultado de sua pesquisa entre suas relações. Assim, apesar de não existir uma intencionalidade registrada e organizada pela própria Rede, as informações circulam, demandando, agora, qualidade nessa circularidade de informações e conhecimentos e a busca de aplicabilidade destes. Percebe-se um indicativo de possibilidade de ampliação disso na questão do desenvolvimento de pesquisas com metodologia consorciada entre grupos articulados por interesses coletivos e no uso da tecnologia da “gestão da informação ou do conhecimento” pela Rede CEDES.

O desempenho de uma determinada rede depende da conectividade, como capacidade estrutural de facilitar a comunicação sem ruídos entre os componentes e da coerência, que diz respeito aos interesses compartilhados entre os objetivos da rede e de seus componentes. Jackson (2005) aponta que uma estrutura eficiente de rede é aquela na qual diversos indivíduos estão conectados a um central, ou seja, muitos indivíduos conectados por um mínimo de laços.

A Rede CEDES está estruturada em grupos independentes, cada qual desenvolvendo uma pesquisa financiada pelo Ministério do Esporte. Os grupos conectam-se diretamente ao centro que é o Departamento de Ciência e Tecnologia desse Ministério e ao PELC, que, por sua vez, conectam-se à Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, à qual são ligados, às outras secretarias do Ministério, a outros institutos de pesquisa e órgãos relacionados à área, a prefeituras, governos estaduais, organizações e outros. Além destas conexões os grupos participantes da Rede CEDES têm suas próprias redes de relações. Percebe-se, a partir dos relatórios de 2006, a preocupação do Departamento em alterar a forma de estruturação. Pode-se apontar iniciativas que sinalizam para isso: edital público para seleção de projetos indicando temas orientadores das pesquisas a serem financiadas, que dialogam diretamente com os objetivos da rede; estímulo a pesquisas realizadas com metodologia consorciada; pesquisas induzidas pelo Ministério com vistas a atender demandas latentes ainda não tratadas, a serem desenvolvidas em conjunto aos estudos em desenvolvimento.

A cooperação e os sistemas de redes são apontados por Castells (1999) como únicas possibilidades de dividir custos e riscos, de manter-se em dia com a informação constantemente renovada. É dentro delas que novas oportunidades são criadas o tempo todo. Com a rápida transformação tecnológica as redes tornam-se uma unidade operacional real, são

assimétricas, mas cada um de seus elementos precisa dos outros para sobreviver. Assim, a rede é mais poderosa que os poderosos.

Buscando a difusão do conhecimento produzido, as ações dos CEDES têm estabelecido interface com o fomento de eventos científicos, edição e distribuição de materiais técnicos e científicos (periódicos e livros que vêm sendo destacados pelos principais fóruns e veículos de divulgação científica da Educação Física no País como o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Estratégias, dentre outras, que participam dos processos de (re)alimentação dos processos decisórios e de debates que buscam a reflexão da ação vivida na gestão da política pública nacional de esporte e lazer.

As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade, de tipos diferentes, de acordo com cada cenário histórico social, com expressões culturais/institucionais específicas. Castells (1999, p. 39) enfatiza a importância da *identidade*, entendida como *“processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais”*, como princípio organizacional das sociedades informacionais.

A configuração de ações de cooperação e intercâmbio que viabilizem a comunicação dos grupos de pesquisa da Rede CEDES e centros de informação e documentação com a comunidade internacional, coaduna-se com o processo de capilarização que a operação em Rede oferece. Percebe-se grande potencialidade de completar-se, dessa maneira, um *círculo de ações interligadas*, em que são acopladas, além das já mencionadas, a outras ações, como: Diagnóstico da Estrutura do Esporte Brasileiro, Conferência Nacional de Esporte e Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, que, em conjunto, buscam contribuir para a formação con-

tinuada dos gestores públicos e a qualificação dos protocolos de avaliação e monitoramento dos programas esportivos e de lazer, nos distintos níveis governamentais e não – governamentais.

Redes de relações e resultados

Alguns princípios centrais da relação rede social e resultado econômico, analisados por Granovetter (2005), podem ser utilizados para melhor compreensão das redes de políticas públicas, como:

1 – normas e densidade das redes: quanto mais densa a rede social mais claras e densas suas normas, uma vez que os grupos são preparados para cristalizá-las e reforçá-las, mesmo quando essas restringem a liberdade. Grupos existentes há mais tempo e menores tendem a ser mais densos, pois suas idéias vão sendo consolidadas no dia a dia;

2 – laços, como ações expressivas e instrumentais em uma rede, podem ser fracos ou fortes. Os laços fortes são concretos e consolidados, através deles passam as informações formais. Os fracos são pontuais e esporádicos. O autor afirma que as informações mais originais circulam entre os indivíduos através de relações ou laços fracos. Há muito mais laços fracos que fortes nas redes sociais e esses podem portar informações de menor significado, mas têm, como ponto alto que são, muito mais prováveis os fortes, para fazerem o papel de transmitir informações únicas e não redundantes aos diversos segmentos internos, inclusive aos desconectados das redes sociais;

3 – a importância dos *structural holes*: Burt (apud GRANOVETTER, 2005) ampliou e reformulou o argumento dos laços fracos, enfatizando que ***a importância central não está na qualidade de alguns laços em particular, mas na forma que as partes diferentes da rede estão ligadas***. Ele enfatiza a vantagem estratégica que pode ser desfrutada por indivíduos com laços em múltiplas redes, que estão muito separadas umas das

outras, na medida em que constituem a única rota através da qual a informação e outros recursos podem circular de um setor da rede a outros. Pode-se explorar isso como potencial para chegar aos “structural holes”. Para o autor, ***a cultura e as normas dos grupos também têm interferência na formação de habilidades e na produtividade dos envolvidos.***

Voltando o olhar novamente para a Rede CEDES, pode-se apontar dois aspectos significativos que dialogam com as afirmações de Granovetter. O primeiro diz respeito à possibilidade de perceber que ***a Rede foi se tornando densa na medida em que as relações entre os envolvidos foram ficando mais claras e as normas definidas e consolidadas.*** Atualmente, os membros têm buscado clareza de seus papéis e do significado das suas ações individuais e coletivas. Como segundo aspecto, vale destacar o papel dos laços fortes e fracos dentro da Rede. Enquanto os laços fortes tratam das relações institucionais e formais, como o conhecimento e sua organização, os fracos (por exemplo, contatos informais em reuniões e eventos) aproximam os grupos, despertam para novas possibilidades e criam demandas coletivas.

Há conceitos, como o de *pairwise stability* de Jackson e Wolinsky (*apud* JACKSON, 2005), que capturam a direção dos indivíduos nos laços em que estão envolvidos e as responsabilidades desses na relação custo-benefício. O que mais varia é a quantidade de direções que cada membro tem e o quanto racionais eles são nas respostas aos incentivos.

Observar a função de uma rede ao analisá-la permite, segundo Jackson (2005), perceber o valor ou utilidade da mesma, que varia significativamente segundo suas características. Ao atentar para esse aspecto vêm-se dois ingredientes de abordagem muito destacados na discussão de formação de redes: a recompensa para cada indivíduo, que serve de base para formação ou corte de laços; e a garantia de bases para a evolução do bem estar.

Analisando os benefícios obtidos pelos participantes da Rede CEDES, que podem justificar os tipos de laços estabelecidos e os resultados obtidos, há indicativos de que a consolidação da Rede, além do financiamento de pesquisas, contribuiu para o aumento da credibilidade da pesquisa sobre esporte recreativo e lazer nos cursos de Educação Física e proporcionou o aumento da capacidade dos grupos participantes desenvolverem seus trabalhos e concorrerem nos outros órgãos financiadores de projeto.

Análise da estrutura e organização de redes

Como já dito, atualmente, as pesquisas fomentadas pela Rede CEDES são produzidas a partir de temáticas semi induzidas e induzidas pela SNDEL. As pesquisas com temáticas semi induzidas resultam de projetos propostos pelas instituições de ensino superior, considerando os núcleos temáticos definidos por edital público de seleção. As induzidas resultam de projetos propostos pela SNDEL no sentido de atender a demandas da Política Nacional de Esporte, não contempladas pelos estudos até então sugeridos pelas universidades.

Considerando dados dessa natureza, Bonafont (2004) destaca que um dos objetivos das análises de redes é a identificação e classificação da ***pluralidade de formas de dirigir e administrar as políticas públicas a nível setorial, nas sociedades avançadas***. Nesse sentido, as análises sobre a Rede CEDES têm por objetivo compreender formas de fazer política pública (avaliar, comunicar e educar) e, se possível, colaborar para uma melhor compreensão dessa política e sua conseqüente qualificação.

Bonafont (2004) aborda aspectos relevantes ao estudo da construção de redes políticas ao facilitar a compreensão das dimensões experimentais, necessárias para marcar um estilo de administração e negociação da política que, sem se desligar das exigências de uma objetividade científica, permite avançar na dire-

ção de processos institucionais mais efetivos. ***Sem redes eficazes a possibilidade de gerar políticas públicas consistentes é menor***, o que, pelo contexto mundial atual, deixa mais incerto o futuro das próprias estruturas estatais. Fica a expectativa de ver transformada essa perspectiva, que, no momento, ainda representa muito mais uma técnica processual, em um paradigma que se consolide como uma alternativa integral de comportamento.

Na construção de sua Rede, os CEDES acabam sinalizando para a efetivação de linhas de pesquisas que compõem os diferentes núcleos temáticos, estruturantes do tema mais amplo que é: políticas públicas de esporte e lazer. Compartilhamento que integra um sistema nacional de pesquisadores formado por grupos de pesquisa consolidados e em fase de implantação, que buscam garantir um padrão de qualidade na produção de estudos que respondem às demandas das ações das políticas públicas de esporte recreativo e de lazer no Brasil.

Isso representa um avanço significativo no campo da gestão pública, na medida em que induz a produção e a disseminação desse conhecimento em direção aos estados e municípios, alimentando dinamicamente os processos decisórios no campo da gestão de políticas públicas do esporte recreativo e do lazer. Esforços ainda são direcionados, por intermédio da Rede CEDES, no sentido de promover o debate e a articulação desses conhecimentos, de modo a ***romper com ações fragmentadas e dispersas presentes nos sistemas de gestão das políticas públicas de esporte e lazer***.

Com estudos balizados por referenciais teóricos, especialmente, originários das ciências humanas e sociais e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas - a Rede CEDES busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a

avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.

Hall e Soskice (2001) classificam as instituições em formais, como legalmente constituídas, com normas específicas, e informais, caracterizadas pela presença de práticas institucionalizadas e complementares que interagem, sem hierarquia, variando segundo a situação. O que rege a interação entre os indivíduos em rede são as instituições formais. Em cada uma delas há diversos fatores intervenientes, ou seja, variáveis históricas, ideológicas e estruturais. Considerando-se que o processo de mudança institucional é real, porém difícil e variado, é preciso buscar conhecer e explorar a lógica dos diferentes arranjos para compreendê-la.

Considerando as tipologias das redes, Bonafont (2004) aponta para possibilidades como:

- classificar os atores participantes em função de sua capacidade de acesso ao processo de elaboração das políticas públicas;
- perceber que o tipo de organização, classificado de acordo com as necessidades e interesses dos membros e a estrutura, capacidade e recursos disponíveis, define as redes políticas;
- entender a concepção de autonomia do Estado como capacidade para transformar e alcançar objetivos políticos, a partir da colaboração da sociedade;
- compreender que as funções diferem de uma rede para a outra, podendo ir da garantia de acesso ao processo de tomada de decisão, passando pela consulta e intercâmbio de informação, pela negociação, coordenação de atividades, chegando até a cooperação na formação, gestão e legitimação das políticas;
- caracterizar as redes políticas a partir das pautas de conduta definidas pelas atitudes, preferências, interesses, formação e origem social dos participantes;
- perceber que a capacidade de influência de cada um dos participantes de uma rede se define a partir das regras e normas estabelecidas e postas em prática na política.

Citando Van Waarden, Bonafont (2004) identifica como *variáveis importantes para definir a estrutura de uma rede*: o tamanho; os limites e barreiras para ingresso de novos participantes; o tipo de participação; o tipo de união; a frequência e duração da relação; a densidade e multiplicidade, entendidas como grau de participação dos atores em relações múltiplas; a simetria ou reciprocidade na interconexão; a divisão e diferenciação em subgrupos ou redes específicas; a forma como as tarefas assumidas são coordenadas; a natureza das relações; e a estabilidade.

Analisando a tipologia da Rede CEDES, percebe-se que, inicialmente, foi aberta a grupos de pesquisa em esporte recreativo e de lazer, de instituições de ensino superior públicas do Brasil. Em 2007 incluiu também as universidades privadas, com curso de Educação Física. Segundo o planejamento 2008 a proposta passa a ser de abranger outros cursos, desde que desenvolvam pesquisas afins ao esporte recreativo e ao lazer.

Embora a participação seja significativamente aberta percebe-se que todos os grupos ingressaram na Rede a partir do momento que tiveram pleitos aprovados para financiamento de pesquisa e saíram assim que as mesmas foram concluídas. Até 2006, eram os interesses individuais, entendidos como interesses dos centros de pesquisa participantes da rede, que determinavam as pesquisas a serem realizadas. A partir de 2007, com o Edital Público indicando linhas de pesquisa e com a indução de outras se percebe a intenção política da SNDEL de colocar os interesses coletivos, entendidos como interesses da Política Nacional de Esporte, à qual a rede estaria integrando, acima dos individuais. Intenções que fundamentam os objetivos da Rede CEDES, que são:

- democratizar o acesso às informações relativas ao esporte recreativo e ao lazer e a identificação e divulgação de indicadores, com recortes por regiões, estados, municípios, idade, gênero, raça, etnia, entre outros;

- direcionar as ações na área do esporte recreativo e do lazer para a promoção da equidade regional e microrregional da gestão pública, integrando os grupos de pesquisa, as universidades e centros de pesquisa à sociedade;
- fomentar estudos e pesquisas voltadas à consecução de políticas públicas de esporte e de lazer comprometidas com o aperfeiçoamento da gestão do esporte recreativo e do lazer;
- estimular a difusão e a produção do conhecimento afeto às ações de gestão, no campo das políticas de lazer e esporte recreativo;
- interligar todos os centros de informação e documentação esportivas, para a composição de um sistema federal, formado pelos centros existentes e os que serão criados;
- difundir o conhecimento produzido por meio do fomento a eventos científicos, e edição e distribuição de materiais técnico - científicos (periódicos e livros);
- viabilizar a configuração de ações de cooperação e intercâmbio dos diferentes grupos de pesquisa e centros brasileiros de informação e documentação com a comunidade internacional, por intermédio do Sistema de Rede de Informações;
- articular os setores comprometidos com informação e documentação esportivas sem duplicidade de esforços e recursos, dando vazão às iniciativas que preservem, ao mesmo tempo, a especificidade da ação de cada um dos entes envolvidos com a sua necessária intercomunicação;
- construir, juntamente com o Centro de Documentação e Informação, do Ministério do Esporte (CEDIME), as diretrizes para uma política nacional de informação e documentação em Ciências do Esporte;
- estimular estudos e projetos de avaliação do esporte recreativo e do lazer, visando à formulação e gestão de políticas públicas, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação dessas atividades, bem como ao estabelecimento de indicadores de desempenho em todo o país;
- qualificar gestores e agentes sociais de esporte e de lazer responsáveis pela oferta dos serviços de esporte e lazer à população;
- celebrar convênios com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnico-científico-cultural e financeira.

Relações que se estabelecem nas e pelas redes

Em uma rede social os atores, direta e indiretamente envolvidos, carregam consigo diversos tipos de recursos. Lin (2001) destaca que alguns deles fazem parte do capital pessoal, mas muitos são incorporados a partir da convivência com outros agentes com os quais mantém contato ou fazem parte da posição estrutural que o ator ocupa com uma relação mais próxima.

Ao tentar entender como está sendo analisada a questão da interação social, Jackson (2005) afirma que a decisão dos atores tem sido tomada a partir da análise de custos e benefícios, considerados e mensurados na avaliação do impacto ou mudança em uma rede, além da análise da situação social circundante que pode explicar a variação de determinado fenômeno em diferentes grupos.

Jackson (2005) afirma que os *indivíduos estão criando e/ou mantendo relações nas quais, preferencialmente, encontram benefícios e evitando as que não os garantam*. Isso não necessariamente se dá de forma completamente racional. Assim, redes onde há previsão de ganhos substanciais com a formação de novos relacionamentos, ou de encerramento de antigos, podem vir a ser mais efêmeras que as redes onde tais possibilidades não sejam prioritárias. “Não é só o que você sabe, mas quem você conhece.” (LIN, 2001).

Capital social para Lin (2001) tem caráter estrutural significativo, está enraizado em redes e relações sociais e é concebido como recurso incorporado à estrutura social, acessado ou mobilizado para a ação. *O sucesso da ação está associado ao capital social, cujo conceito contém três componentes interligados: estrutura, oportunidade e a própria ação.*

Reconhecimento social que garante ao ser humano identidade e reputação, gerando ainda mais recursos e senso de valor e

seguridade na estrutura. A manutenção desses recursos visa garantir o capital que já existe no grupo e agregar novos, com vistas à sobrevivência e a resistência, favorecendo a compreensão dos motivos da ação humana e as conseqüências destas ações, por isso os processos construídos mais lentamente tendem a obter resultados mais longos.

A ênfase dada no decorrer de diversos textos de Bordieu à necessidade de leitura da realidade, dentro de uma rede de relações visíveis ou invisíveis, que definem a posição de cada um em relação à posição dos outros, reforça a necessidade de se pensar sempre nas relações que podem ser perceptíveis nas formas de coexistência, de sociabilidade, de relações entre os indivíduos, ou mesmo relações mais abstratas e estruturais que organizam o campo.

O capital social e/ou pessoal de cada ator ou grupo é muito importante na Rede CEDES. É ele que permite a diversidade de conhecimentos e as relações que se estabelecem a partir deles. Aparentemente ***esse capital ainda pode ser mais explorado se melhor conhecido e se colocado à disposição dos interesses coletivos.***

Percebe-se claramente que a maior parte das demandas da Rede CEDES passam pelo Ministério. As conexões são estabelecidas, principalmente quando este organiza encontros de estudo, planejamento, avaliação e socialização. No planejamento da última reunião de coordenadores de núcleos (outubro de 2007), assim como no relatório dessa, percebe-se um esforço no sentido de aprofundar as relações diretas entre os grupos.

“Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços.” (BOURDIEU, 1983, p. 89). São compostos de estruturas dinâmicas que mudam, por isso não são absolutamente autônomos, têm uma autonomia que varia muito. As mudanças são uma constante nos campos.

Nesses quatro anos, a Rede CEDES viveu momentos importantes. O primeiro é representado pelo apoio à pesquisa voltada ao esporte recreativo e de lazer. O segundo momento configura a busca de parcerias com grupos de pesquisas dos cursos de Educação Física das universidades públicas. Como terceiro momento ressalta-se a busca de aprofundamento e consolidação de pesquisas que qualifiquem a política de esporte e lazer do País, com ampliação de parcerias também para grupos de pesquisas de cursos de Educação Física de instituições particulares de ensino superior e, o mais recente, aponta para a tentativa de garantir uma estrutura real de rede, principalmente através do da utilização da tecnologia da gestão do conhecimento e do desenvolvimento de pesquisas envolvendo mais de um grupo, o que reforça a importância do trabalho coletivo.

Acerca do papel da coletividade Flek (*apud* DOUGLAS, 1986) lembra que, embora muitos cientistas realizem determinado experimento, a verdadeira autoria é da coletividade, do trabalho cooperativo, da equipe. Na mesma linha Becker (*apud* DOUGLAS, 1986) insiste ***que uma obra de arte, embora atribuída a determinado artista, é produto de um esforço coletivo de todos os atores envolvidos no processo.***

Da coletividade à institucionalização, Powel e Dimaggio (1991) afirmam que as instituições tendem a aumentar o grau de confiança e diminuir as incertezas. Essa confiança centra-se na repetição, nos chamados jogos continuados. ***Ao institucionalizar-se uma rede é importante ter cuidado para não torná-la hierárquica, uma vez que a ênfase deve estar nas interações e relações de reciprocidade, nas quais os interesses coletivos se sobrepõem aos individuais. Quanto mais ampla uma rede mais complexas são as relações e maior o custo de transação.***

Na Rede CEDES os atores participam apresentando projetos de pesquisas que são avaliados e, quando aprovados, financiados. A seguir a pesquisa é realizada e os grupos prestam contas,

porém o conhecimento produzido passa a ser do coletivo da Rede e, sempre que possível, a compor o conhecimento que fundamenta a Política Nacional de Esporte e de Lazer. A partir de 2006 os atores aparecem incluídos no processo de planejamento e avaliação da Rede, com vistas a torná-la um empreendimento coletivo.

Partindo da física social para a fenomenologia, Bourdieu (1999) defende que a realidade social de que falam os objetivistas é também objeto de percepção social, ou seja, a ciência social deve tomar como objeto de estudo a realidade, mas também a percepção, as perspectivas, os pontos de vista dos agentes dessa realidade, a partir da posição que ocupam no espaço social objetivo. A busca de formas invariantes de percepção ou construção da realidade social mascara o fato de que essa construção está submetida a coações estruturais, por isso não acontece num vazio social. As estruturas cognitivas estruturantes também são socialmente estruturadas, pela gênese social, desta forma a construção da realidade social pode ser um empreendimento coletivo.

Governança das redes de políticas públicas

Tratando da questão da governança como modo de gestão feita nas redes, Rhodes (1997) questiona: *como fazer o controle quando há diversos atores interagindo, sem a definição clara de onde começa o papel de um e onde encerra o de outro? Conclui afirmando que o grau de integração varia de uma rede para outra, de acordo com a capacidade de governança, da mesma forma que esta capacidade também é variável.*

Para Rhodes *redes de políticas públicas necessariamente são redes com governança*, o autor deixa claro que *governança é diferente de governabilidade. Enquanto a*

segunda diz respeito aos limites políticos postos a governança está relacionada à capacidade de atuar para mudar determinada situação, na qual se acredita. Isso depende de fatores como: a comunicação entre os atores, da sustentabilidade, do capital social, de como está estruturada a coordenação e da condição de geração, socialização e análise da informação.

A Rede CEDES não é uma rede esporádica, muito pelo contrário, tende a consolidar-se e tornar-se permanente, mesmo que o Estado deixe de financiá-la. Tem um processo definido de governança não hierárquica, pode ser também classificada como uma forma de governança da política pública de esporte e lazer do País e está em processo de construção coletiva de sua legitimidade.

Reconhecendo que cada rede é parte de um contexto específico, Kickert, Klijn e Koppenjan indicam *como condições para uma gestão de redes: o número de atores envolvidos; da diversidade destes atores; a natureza da rede (mais ou menos fechada); os conflitos de interesses; os custos de gestão da rede; o contexto político e social; a liderança; o poder de comprometimento e as habilidades. Uma boa gestão em redes leva ao agir, direcionando sem dirigir, os resultados são construídos ao longo do processo, a partir de uma ação coerente. A ênfase está muito mais na legitimidade do que na eficiência e na eficácia, o que favorece a inovação.*

A Rede CEDES tem sua gestão centralizada no Ministério do Esporte, que é quem aglutina nos núcleos, propõe e coordena debates, financia as pesquisas, realiza encontros, lança editais e coordena a organização de grupos para realização de pesquisas induzidas. Constam nos relatórios iniciativas de auto-gestão regional, em 2006, quando os grupos da Região Sul se organizaram para discussão de temas de interesse geral.

Conclusão

Pode-se concluir afirmando sucintamente que *trabalhar em rede é perceber todos os atores, inseridos em uma rede de sistemas, e atuar de modo a mobilizar, em favor das mudanças desejadas, os recursos decorrentes dessa inserção.*

Informação, conhecimento, normas, densidade, laços, conectividades, valores, utilidade, histórico, ideologias, estruturas, possibilidades, concepção, governança e outros aspectos, determinam as características das redes e sua capacidade de gerar políticas públicas consistentes.

No decorrer do texto procurei responder a questão posta no início, sem ter a pretensão de avaliar a Rede CEDES e, sim, de desvelar algumas de suas características, à luz do referencial teórico, com o intuito provocar a reflexão e deixar o desafio de qualificá-la, aos atores que a compõem. Diante disso é possível afirmar que os objetivos, diretrizes e até mesmo a estruturação da Rede CEDES, contemplam diversos pressupostos teóricos da Política Pública, porém há ainda muito espaço para a qualificação da aplicação e até mesmo revisão e questionamento destes pressupostos.

Fontes

1. BONAFONT, Laura C. *Redes de políticas públicas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004.
2. BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
3. BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
4. CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
5. DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1986.

6. FERREIRA, M. de A.P. e MARCELLINO, N. C. (org.) *Brincar, jogar, viver*. Programa Esporte e Lazer da Cidade. Vol 02 Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2007.
7. GRANOVETTER, Mark. The impact of social structure on economic outcomes, *Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 1, 2005, p. 33 – 50
8. HALL, P. e SOSKICE, D. (eds) *Varieties of capitalism: the institucional foundation of comparative advantages*. Princenton: Princenton University Press, 2001.
9. JACKSON, Mattheew O. *The study of social networks in economics*. Standford: Departament of Economics, 2007.
10. KICKERT, W. J M; KLIJN, E. e KOPPENJAN, J. F M (eds). *Managing complex networks: strategies for public sector*. London: SAGE Publications, 1997.
11. LIN, Nan. *Social capital: a theory of social structure and action*. NewYork, Cambridge University Press, 2001.
12. ORTIZ, R. (org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 2003.
13. POWEL, W. E DiMAGGIO, P. *The new institucionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
14. RHODES, R.A.W. *Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity e accountability*. Buckingham (Philadelphia): Open University Press, 1997.
15. *Site do Ministério do Esporte*. www.esporte.gov.br

“O FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DO PELC”

Andréa Nascimento Ewerton⁶

Luiz Roberto Malheiros Araújo⁷

I – Introdução:

Com imensa satisfação organizamos esse artigo para a Publicação que resulta da 2ª Reunião Nacional de Gestores e Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). ***Não obstante a importância do tema para as Políticas Públicas de forma geral, entendemos que o PELC tem, em seus 5 anos de existência, algumas contribuições para esse debate. É nesse sentido que, encaramos como um significativo desafio, a sistematização desse estudo, que ora apresentamos para uma reflexão que, mesmo tratada em possíveis leituras individuais, qualifica-se quando ocupa tempos e espaços de formação coletiva.***

Para encarar esse desafio, nos propomos a desenvolver uma abordagem iniciando pelo breve relato da história do PELC como proposta de Política Pública de Esporte e Lazer desenvolvida a partir da esfera federal. Seguindo em frente, pensamos ser fundamental construir o mapa conceitual no qual o Programa fundamenta-se, apontando a concepção do Programa.

Por fim, iremos contextualizar o porquê de acreditarmos que a intersetorialidade, além de princípio, configura-se como eixo estruturador do Programa e, ao fazer essa contextualização, refletiremos sobre os passos, os limites e as possibilidades que enfrentamos na consolidação da “Intersectorialidade e Lazer no Programa PELC”.

⁶ Graduada em Educação Física/UEPA, Especialista em Educação Motora e Esporte Escolar/UFPA e Mestranda em Lazer/UFMG. Coordenadora de Políticas Sociais SNEDEL 2003 a 2006. Diretora de Políticas Sociais SNEDEL 2006 a 2008.

⁷ Graduado em Educação Física, Coordenador de Políticas Sociais SNEDEL 2007 até os dias de hoje.

Sendo assim, propomos desenvolver com o leitor as etapas metodológicas que efetivamos no PELC na elaboração e execução das ações, nas formações dos agentes sociais de esporte e lazer⁸ etc.), organizando este artigo em três partes: i) Estudo da realidade (a história começa assim..., ou melhor, segue assim; os passos dados nessa história; ii) Organização do conhecimento (Refletindo sobre conteúdos e conceitos e o Mapa Conceitual) e iii) Aplicação do conhecimento (PELC e a Intersetorialidade – limites e possibilidades).

II – A história começa assim..., ou melhor segue assim.

Claro não é exatamente um começo da história e, sim, um recorte que fazemos para dar início a esta conversa. Desde já importa saber que esse recorte, muito sintético, tem a intenção de apontar como e quando foi gestado o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Em junho de 2002, reunidos num Encontro Nacional da Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores, um grupo de gestores, pesquisadores, intelectuais, militantes partidários e movimentos sociais debateram sobre Política Pública de Esporte e Lazer, elaborando princípios, diretrizes e propostas de ações que viriam a nortear Programas de Governo para as três esferas públicas.

⁸ Reconhecemos como agentes do PELC: os gestores, professores de educação física, educadores populares e comunitários, demais profissionais de áreas afins ao lazer envolvidos diretamente na execução do programa, seja com recurso do convênio, seja como contrapartida da entidade. O perfil e formação desses agentes atenderão as características e realidades locais, sendo indispensável uma efetiva formação em serviço, com vista a qualificação das ações desenvolvidas. Sugerimos que em locais de fácil acesso à formação superior, sejam selecionados estudantes e/ou professores de educação física, artes e outras áreas afins, sem deixar de lado as lideranças comunitárias que desenvolvem as atividades nessa área nas comunidades a serem atendidas. Destaque aos produtores culturais locais, aos capoeiristas, aos bailarinos, artistas plásticos, músicos, atores, entre outros (Orientação para Implementação do Programa www.esporte.gov.br/esportelazerdacidade)

Em 2002, parte desse grupo começa uma etapa importante: a transição para estruturação e composição do Governo Lula, apresentando a criação do Ministério do Esporte (ME). Após vários desenhos e articulações, foi aprovada como parte da estrutura do ME, em maio de 2003, uma Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), que nasce com o desafio de elaborar e fomentar Políticas Públicas de Esporte Recreativo e Lazer, assim como o desenvolvimento científico e tecnológico do Esporte e do lazer e, ainda, trazer ao Ministério do Esporte o protagonismo na formulação de **Políticas Públicas de Esporte e Lazer**.

Importa saber então, que a **SNDEL** estruturou-se para enfrentar esse desafio, reunindo contribuições do meio acadêmico e de gestões municipais e estaduais, em especial de governos populares democráticos, organizando suas ações em dois diferentes conjuntos de política pública. O primeiro desses dois conjuntos **estava** voltado para a implementação do projeto social denominado **Esporte e Lazer da Cidade** e que foi posteriormente estruturado em duas ações: a primeira envolvendo todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) e a segunda ação específica para atendimento da faixa etária a partir de 45 anos denominado **Vida Saudável**, ambas voltadas para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de estado que viabilizasse e garantisse o acesso da população brasileira a ações contínuas de esporte e lazer, que respondessem às necessidades localizadas nesse campo da vida social, tendo, ainda nesse conjunto, uma ação para fomento e difusão de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer.

O segundo conjunto direcionado para o **Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer**, para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva, para implementação de pesquisas de políticas

públicas de esporte recreativo e de lazer (REDES CEDES) e o fomento e difusão de eventos científicos e apoio a publicações.

Vale destacar que esse artigo fará mais referência ao primeiro conjunto, sem nenhum receio de deixar de fora o aprofundamento do segundo conjunto, abordado em texto anterior desta parte de publicação, ao mesmo tempo em que é fundamental compreender um pouco mais a intrínseca relação entre os dois conjuntos de ações, dentro de uma concepção de gestão compartilhada⁹ que a SNDEL se propõe a desenvolver.

III – Os passos dados nessa história...

O Programa PELC conta hoje (2008) com 23(rever) Núcleos da Rede CEDES¹⁰, em 12(rever) estados e no Distrito Federal e cerca de 1.000 Núcleos de funcionamento de esporte recreativo e de lazer¹¹ em 25 estados e no DF, totalizando mais de 400 municípios. Iniciou essa jornada com uma proposta de Projeto Piloto em 2003 de implantação de Funcionamento de Núcleos em apenas 10 estados e 10 municípios e de Núcleos da

⁹ GESTÃO COMPARTILHADA: coordenação responsável por planejar, coordenar, supervisionar, apoiar, acompanhar e avaliar as ações da SNDEL com o objetivo de consolidar a Política Nacional do Esporte (e do Lazer).

¹⁰ A Rede CEDES- para saber mais sobre a rede sugerimos acesso ao site www.esporte.gov.br/redcedes

¹¹ **Núcleos de esporte recreativo e de lazer** são espaços de convivência social da comunidade, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. As praças, as quadras, o salão paroquial e o campo de futebol em cada bairro (retirar) são exemplos de espaços destinados aos Núcleos. Nestes, as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais e físico-esportivas acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática.

O grande diferencial dos núcleos em nosso programa é a resignificação dos espaços existentes e, a busca de espaços alternativos em comunidade que não tem sido atendida por não ter espaços específicos de lazer. Acreditamos que a efetivação de políticas públicas leva a comunidade à auto organização na busca desses espaços específicos; portanto, os núcleos em nosso programa são os locais de referência da comunidade que pode e deve buscar descentralizar as suas ações/atividades nos demais espaços existentes, sendo esses espaços configurados como sub-núcleos. Buscamos com isso evitar considerar como núcleo um espaço que restrinja a comunidade à participação em uma única atividade de lazer.

Rede CEDES em apenas 5 Universidades Federais. Em 2004, implementou as primeiras experiências utilizando a metodologia consorciada¹².

Em 2005, o modelo de formação elaborado para os gestores e agentes do PELC serviu de modelo e originou em uma parceria entre o ME e o MEC passando, então, o Programa Escola Aberta do MEC¹³ a realizar as formações de seus oficinairos para realização de oficinas das temáticas de esporte, lazer e cultura.

Em 2005 e 2006, entre vários fatores e conjuntura político-administrativo, o PELC mesmo com o grande reconhecimento por parte das entidades (que tinha como consequência um permanente crescimento da demanda) precisou enfrentar, desde sempre, um recorte orçamentário muito aquém da necessidade. mobilização e articulação junto ao Congresso Nacional, com vistas a buscarmos a ampliação do orçamento

Essa situação nos levou a iniciarmos um processo de do PELC via emendas parlamentares (Individuais e de Comissão), o que desde então tem acrescido em média 200% anualmente aos recursos previstos no Programa.

Em 2006, com vista a dar um impacto nacional, socializar as diversas experiências que vinham sendo realizadas pelo Brasil através de nossas entidades parceiras, bem como qualificar a atuação de gestores e agentes do Programa, a SNDEL planejou e realizou, em parceria com o MEC, a 1ª Reunião Nacional de Gestores e Agentes do Programa¹⁴ e em 2007 realizou a 2ª Reunião

¹² Realizando convênios com entidades não governamentais, universidades, e governos estaduais e municipais, propondo a ampliação da capilaridade do Programa vivenciando uma gestão compartilhada entre várias entidades num mesmo convênio.

¹³ O Programa Escola Aberta é um programa realizado com recurso do FNDE em escolas públicas com vista a abertura das escolas aos finais de semana para participação da comunidade em diversas oficinas.

¹⁴ 1ª REUNIÃO contou com a participação de 22 estados, 71 entidades que representavam 151 municípios e os mais de 400 núcleos em funcionamento do PELC e 13 núcleos da Rede CEDES de 9 estados totalizando 531 participantes, que debateram sobre os conteúdos pedagógicos e operacionais do Programa, através de conferências, mesas redondas, oficinas e relatos de experiência.

Nacional¹⁵, tendo como tema “Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer”.

O ano de 2007 foi, sem margem de dúvida, um ano de consolidação do PELC, fruto de todo um amadurecimento do Programa, de contribuições dos debates e experiências de todas as entidades até então parceiras, bem como, também, do riquíssimo debate de 2 (duas) Conferências Nacionais de Esporte, realizadas em 2004 e 2006¹⁶. Isso permitiu à SNDEL dar mais um passo pioneiro no Ministério do Esporte: implementa a Chamada Pública¹⁷ para seleção de parceiros tanto para os convênios REDE CEDES como para os convênios para Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e reedita essa experiência em 2008.

Esses editais tinham como objetivo democratizar o acesso aos Programas da SNDEL, ao mesmo tempo em que iniciavam um processo de qualificação dos projetos apresentados, colaborando para o desenvolvimento do esporte e do lazer, objetivo maior da Secretaria.

Neste contexto da implementação da Chamada Pública e tendo como carro chefe do Programa a implementação de uma política de formação (desde a criação do Programa), em 2007 criamos, também, o Sistema de Formação do PELC¹⁸. Partindo de todo acúmulo da experiência com a formação e com vista a dar transparência e qualificar a sua proposta, realizamos uma sele-

¹⁵ 2ª REUNIÃO com aproximadamente 600 participantes entre gestores, agentes, formadores e pesquisadores do PELC.

¹⁶ Acessar o documento final das conferências no site www.esporte.gov.br tendo a primeira construído os subsídios para elaboração da POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE e das POLÍTICAS SETORIAIS e segunda construído os subsídios para criação do SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER.

¹⁷ Dados da Chamada Pública 2007/2008 em www.esporte.gov.br.

¹⁸ Para maior conhecimento sobre o sistema acessar www.esporte.gov.br/esportelazerdacidade.

ção pública¹⁹ para composição do grupo de formadores do PELC cadastrados para realização das formações locais em cada convênio.

Ainda em 2007, iniciamos a elaboração do Sistema de Execução, estruturado no tripé i) execução X ii) acompanhamento e monitoramento X iii) fiscalização e avaliação. Esse Sistema foi criado em uma ação conjunta SNDEL e CGMI (Coordenação Geral de Informática do ME) com tecnologia desenvolvida com vista a qualificar e otimizar o trato com as informações acerca de execução do Programa, sendo a continuidade de todo um trabalho de informatização iniciada com a implementação do Sistema *on-line* de apresentação de todos os pleitos ao Programa. Sistema de execução que entrará em funcionamento a partir do 2º Semestre de 2008.

Iniciadas em 2007 e materializadas em 2008, temos duas grandes iniciativas interministeriais junto ao PELC, que muito nos ajudaram a compreender e vivenciar a intersectorialidade como eixo de nosso Programa, a saber:

1 – MAIS EDUCAÇÃO²⁰

Inspirado em um ditado africano que diz que “é necessário toda uma aldeia para se educar uma criança”, o Ministério da Educação lançou o Programa Mais Educação que se utiliza por meio de parcerias com programas de diversos Ministérios, buscando a ocupação do território em que se encontra a escola com ações edu-

¹⁹ Foram inscritos nessa seleção 124 professores, que passaram por um processo de análise do currículo e apresentação e um artigo sobre um dos temas trabalhados pelo programa, tendo sido aprovados 77 formadores que hoje compõem o grupo de formadores divulgado no site do ME e disponível para as entidades para que as mesmas dentre esses selecionem os formadores que realizarão as formações locais.

²⁰ Programa do MEC em articulação com vários outros Ministérios com vista a ampliação dos tempos e espaços educativos, iniciando em 2008 com escolas que encontram-se com o IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica) abaixo de 2,9, na busca da construção de uma educação integral nas escolas públicas.

cativas em todas as áreas. Dentro dessas parcerias, o PELC participa como um Programa que estimula e valoriza a organização comunitária, buscando nas dimensões educativas do esporte e do lazer se integrar aos demais processos educativos da escola.

Considerando o duplo aspecto de educar pelo e para o lazer, apontado pelo PELC, assim como sua capacidade de mobilização comunitária e formação de lideranças, fomos chamados a essa parceria junto ao MEC no sentido de construir um novo paradigma de educação que pensa a escola para além dos seus muros e **entende** que a educação escolar precisa repensar seus tempos e espaços educativos, buscando romper com a fragmentação e hierarquização do saberes.

O papel do PELC nessa parceria, de 2007 até os dias de hoje, tem sido o de fazer esse debate e construir possibilidades de formação dos gestores e de educadores comunitários acerca das bases conceituais e a materialização de uma concepção de Educação Integral.

2 – PRONASCI²¹

Considerando o forte viés educativo e de inclusão social das ações do PELC, a articulação com o Ministério da Justiça mostra-se essencial, destacando-se o processo educativo para usufruto do lazer com qualidade. Areladas a outras conquistas sociais (segurança, trabalho, saúde, educação, etc), as ações educativas desenvolvidas pelo PELC agregam valores compatíveis com os princípios democráticos, de solidariedade, coletividade, participação e da cultura da paz, considerando o esporte e o lazer como

²¹ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do Ministério da Justiça, destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais e na articulação de ações de segurança pública com políticas sociais, por meio da integração entre União, estados e municípios. As ações levarão em conta as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

meios e fins de processos educativos com vistas à conscientização e autonomia dos sujeitos. O esporte e o lazer são direitos da população brasileira, com potencial para contribuir na formação humana integralizada, que acontece em diferentes tempos educativos e ampliam o acesso a bens culturais e espaços de cultura e participação popular de forma criativa e lúdica.

Essa parceria está sendo materializada através de um Termo de Cooperação entre Ministério da Justiça e do Esporte que, entre outras ações, oportunizará a implementação de 157 núcleos de esporte recreativo e de lazer do PELC em 15 estados, em mais de 80 municípios, beneficiando mais de 62 mil pessoas prioritariamente jovens entre 15 e 29 anos moradores de áreas de alto índice de vulnerabilidade e violência.

Todos esses passos nos ajudam e subsidiam à SNDEL para em 2008 conquistar o envolvimento em mais três grandes iniciativas: i) A contratação de uma consultoria que nos ajude a reelaborar indicadores mais efetivos do Programa em todas as suas dimensões; ii) A seleção, através da Rede CEDES, de um projeto de pesquisa que vai elaborar e testar uma tecnologia de avaliação do Programa, tendo sido selecionado o projeto da PUC-Minas e; iii) a implementação da Linha Editorial do PELC, composta por cartilhas, coletâneas, revistas e boletins e, como uma grande ação de incentivo a formação e a leitura, essa linha editorial estimulará a implementação de um grande projeto chamado Mala do Livro, hoje em fase de elaboração e busca de financiamento.

IV – Refletindo sobre conteúdos e conceitos.

Feita a tarefa de situar o leitor na parte que chamamos de “Estudo da realidade”, na qual apresentamos a história do PELC, entramos agora na parte de “Organização do conhecimento”. Para isso, propomos dialogar com a compreensão de conteúdos e conceitos para, em seguida, dialogarmos com o tema central desse artigo que é a intersetorialidade no lazer, buscando contextualizar esses conceitos e conteúdos na dimensão do PELC.

KOSELLECK (1992) compreende como conceito, palavra para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo. Defende a hipótese de que todo conceito é sempre concomitantemente **Fato** e **Indicador**. Um conceito relaciona-se sempre a aquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre conceito e conteúdo a ser compreendida.

Partindo dessa compreensão, buscamos compreender a relação entre conteúdos que compõem o contexto para compreensão do conceito da Intersetorialidade e Lazer:

i) *conteúdo lazer como dimensão da cultura, que surge na modernidade a partir da revolução industrial fruto das lutas dos trabalhadores e a conseqüente necessidade de compreensão e utilização do tempo (do trabalho e do não trabalho)*. Nesse contexto, nos faz refletir sobre conceitos como trabalho e cultura.

ii) *conteúdo lazer enquanto campo de conhecimento*²²: vale então destacar que na própria busca pela consolidação desse campo percebemos a organização de grupos de pesquisa advindos das mais diversas áreas de conhecimento (educação física, antropologia, psicologia, comunicação social, economia, turismo, estudos culturais entre outras)²³.

iii) *conteúdo lazer como direito social*²⁴, *somado a outros direitos sociais, visa a inclusão e emancipação do cidadão*. Esse contexto nos faz refletir com conceitos de Política Pública, Política Social, Cidadania.

²² De acordo com Bourdieu, a noção de campo serve para designar universos diferentes que são regidos por um mesmo modo de pensamento. in Werneck (2000).

²³ A busca de fundamentos em outras áreas não desqualifica os estudos específicos sobre o lazer, uma vez que essas contribuições enriquecem as análises multidisciplinares sobre o nosso campo de estudos (Werneck, 2000).

²⁴ Existente em marcos legais como a Constituição Brasileira, art 217, estatuto da criança e adolescente, estatuto do idoso.

Esse movimento que acabamos de fazer tem por objetivo provocar uma reflexão sobre a essência intersetorial do lazer, pois, como vimos, quer seja para compreender o lazer conceitual e historicamente, quer seja para compreender o lazer enquanto campo de conhecimento, quer seja, ainda, para compreender o lazer no campo da política de direitos; em todos esses aspectos é possível perceber seu caráter transdisciplinar²⁵, de permanente relação com outras áreas de conhecimento, de permanente relação com diversos setores da política pública.

Importa saber, então, que estamos chamando de intersetorialidade a capacidade de relação e inter-relação entre setores, áreas, campos, com objetivos comuns de enfrentamento de uma problemática, onde a gestão matricial, ou em rede, faz-se indispensável nessa efetivação, partindo da construção de eixos norteadores para ação, tendo todos os sujeitos envolvidos em todas as etapas do processo.

Dialogar com conceitos como matricialidade (representa o eixo coordenador e organizador dessas políticas, potencializando sua integração, com impacto positivo em seus efeitos), gestão em rede (interesses, temas, conhecimentos produzidos e dialogados), que demandam e produzem ações correlacionadas e articuladas.

Ações intersetoriais não são espontâneas, dependem de uma ação deliberada, pressupõem o respeito à diversidade e às particularidades de cada agente, envolvem a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e também o trabalho com os conflitos, para que se possa chegar com eficiência às ações concretas.

A intersetorialidade envolve a expectativa de resolução de situações, pois, em todas as experiências reconhece-se que ela se constrói sobre a necessidade dos agentes e setores enfrentarem problemas concretos.

²⁵ É o grau máximo de relação entre as disciplinas, daí que se supõe a integração global, favorece uma unidade interpretativa com objetivo de constituir uma ciência que explique a realidade. ZABALA (1998, 6)

Através de intersetorialidade, portanto, propõe-se a construção de políticas públicas em que se pretende a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos significativos na população.

Sobre a Intersectorialidade nas Políticas Públicas, destacamos a fala de Inojosa (*apud* PIRES, 2002, p. 115) quando diz que:

“No que se refere à aplicação da idéia de intersectorialidade nas políticas públicas, a lógica intersectorial pode ser mais permeável à participação do cidadão, já que suas necessidades se apresentam como no mundo real, intrinsecamente interligadas, contribuindo para a reformulação da relação Estado e Sociedade”.

Ainda de acordo com essa autora, através do paradigma da intersectorialidade podemos ter uma visão completa dos processos que ocorrem no mundo real e das suas conexões entre os vários e diferentes níveis do contexto. A contribuição do paradigma da Intersectorialidade é valiosa na solução de problemas que parecem insolúveis, existentes neste mundo das pessoas e instituições.

Porém, uma perspectiva de trabalho intersectorial implica mais do que justapor ou compor projetos que continuem sendo formulados e realizados setorialmente (Inojosa, 1998, p. 35)

Nesse contexto, o PELC tem como eixo estruturador a intersectorialidade pois, desde a construção de seu mapa conceitual ou rede semântica, aponta a inter-relação entre conceitos estruturantes: esporte, lazer, cultura, saúde, práticas corporais e animação cultural e conceitos estruturadores: política pública, inclusão social, política social, cidadania, diversidade, dialogando, portanto, com várias áreas de conhecimento.

V – PELC e a Intersectorialidade: Limites e Possibilidades

Cabe aqui esclarecer porque deixamos para o final o convite ao leitor para revisitar os princípios e diretrizes do PELC. O fato é que acreditamos que, para melhor oportunizar a compre-

ensão da intersetorialidade como eixo estruturador do PELC, fazia-se necessário os conhecimentos que desenvolvemos até esse momento, saber do estado da arte do PELC, para podermos refletir sobre até que ponto os princípios e as diretrizes do Programa dialogam com o que apresentamos do programa e sua relação com a intersetorialidade.

PRINCÍPIOS

- Da reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social

- Do esporte e do lazer como direitos de cada um e dever do estado;

- Da universalização e inclusão social;

- Da democratização da gestão e da participação.

Comentário: Para reverter o quadro de injustiça se faz necessário unir forças, otimizar recursos, articular sujeitos em direção a objetivos comuns de enfrentamento dessa problemática, portanto universalizar e incluir socialmente, significa garantir direitos o que se faz de forma mais efetiva com uma gestão participativa. Não obstante acabamos de identificar características da intersetorialidade em cada um desses princípios.

DIRETRIZES

Auto-organização comunitária; Trabalho coletivo; Intergeracionalidade; Fomento e difusão da cultura local; Respeito a diversidade; Intersetorialidade.

Comentário: a auto-organização e trabalho coletivo dialogam com a característica que trouxemos sobre a intersetorialidade “a lógica intersetorial pode ser mais permeável à participação do cidadão”. A intergeracionalidade dialoga com a característica de pensar o cidadão em todas as suas fases e demandas, assim como com a característica de atuar na garantia de direitos. Portanto todas as idades precisam ser pensadas e contempladas

na definição das Políticas Públicas, no fomento e na difusão da cultura local, assim como no respeito a diversidade dialoga com a característica da gestão matricial e em rede que *a intersetorialidade apresenta e, por fim, a diretriz da Intersectorialidade que então configura-se como eixo norteador, como meio e fim de todas as outras já apontadas.*

Antes de encerrar esse debate, apontamos limites e possibilidades na materialização da Intersectorialidade na experiência do PELC:

Limites:

1 – O paradigma de gestão pública é fragmentado e hierarquizado.

2 – A falta de cultura de participação popular e trabalho coletivo.

3 – As relações de poder são centralizadoras, nas esferas de decisão para implementação das políticas públicas.

4 – As amarras burocráticas, que engessam orçamentos, muitas vezes dificultam e até mesmo impedem um novo olhar e uma nova forma de definir uma execução orçamentária dialogada entre programas e projetos de áreas diversificadas.

5 – A cultura de hierarquização das necessidades básicas do ser humano ainda existem em nosso meio.

Possibilidades:

1 – A relação do lazer com diversas áreas de conhecimento e de gestão de políticas públicas.

2 – O perfil multidisciplinar dos sujeitos envolvidos.

3 – A diversidade e pluralidade dos interesses culturais do lazer.

4 – A crescente preocupação e valorização da utilização do tempo livre, influenciando vários setores.

5 – A capacidade de mobilização e organização comunitárias.

6- O entendimento atual de que intersectorialidade deixa de ser uma proposta de gestão e passa a ser um requisito essencial na formulação de políticas públicas.

Partindo da compreensão de que são as questões concretas que mobilizam as pessoas, são elas que criam o espaço possível de interação e de ação. É a temática que define a possibilidade de ação intersectorial de fato. O acesso ao esporte e ao lazer, com a exploração de suas múltiplas possibilidades é exemplo típico de temas que poderão ser trabalhados de maneira intersectorial.

Pensar na Política Intersectorial na atual conjuntura significa o enfrentamento e rompimento com a fragmentação da estrutura e da máquina administrativa de formas de gestão.

Mas não finalizaríamos esse artigo sem apresentarmos alguns Pressupostos Básicos para consolidação da proposta intersectorial no PELC e em políticas pública em geral:

1- Objetivo comum que parte de uma problemática social identificada por todos como prioridade.

2- Planejamento participativo, envolvimento de todos no processo em todas as instâncias.

3- Criação de mecanismos de diálogo entre setores, potencializando o fluxo da comunicação: Ex: Câmaras Setoriais, Comissões, Eixos, etc.

4- Envolvimento dos setores no processo de planejamento, execução e avaliação.

5- Avaliação permanente: controle social e monitoramento.

6- Clareza nos conceitos que envolvam o PELC, ter claro os objetivos e a que se propõe o PELC na perspectiva de mudança da sociedade.

7- Intencionalidade, que pressupõe formação permanente.

8- Potencialização do investimento público (financeiro, humano, etc.).p

9- Possibilidade e estímulo aos cidadãos para compreender o mundo e a sociedade na sua totalidade.

Sugerimos, ao final desse artigo, portanto, que as entidades parceiras ao PELC possam revisitar o questionário diagnóstico²⁶ preenchido pelas entidades quando da inscrição na 2ª Reunião Nacional de Gestores e Agentes do PELC, e publicado neste livro, fazendo a relação entre os pontos levantados no diagnóstico e as reflexões que aqui apontamos acerca da Intersetorialidade e Lazer: a experiência do PELC, fazendo a análise das convergências e divergências sobre essa temática. Assim, portanto, podemos dar passos significativos na compreensão e materialização da Intersetorialidade.

Propomos aos parceiros do PELC compreender a intersectorialidade como uma das condições necessárias à efetivação dos projetos sociais, contribuindo para uma gestão integrada entre parceiros, alinhada nos conceitos e nas finalidades comuns das alianças estabelecidas.

Fontes

1. GOMES, Christiane Luce & MELO, Victor. A. Lazer no Brasil: trajetórias de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*, Porto Alegre, n.19, 2003.
2. INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. *RAP – Revista de Administração Pública*, 33 (5). Rio de Janeiro, Set/Out, 1999. P. 115-141.

²⁶ População atendida, atividades oferecidas, demandas do Público atendido, ações governamentais relacionadas, parcerias entre programas governamentais, propostas de ações integradas, atuação do grupo gestor e entidade de controle social e da comunidade envolvida, sobre os locais de realização das ações integradas, planejamento das ações integradas, importância das informações das ações, como são socializadas as informações, que outras formas de socialização, importância da avaliação das ações Integradas, formação e fundamentação teórica e metodológica dos educadores, problemas vividos e alternativas construídas na gestão integrada, alternativas a ser construída para superar o problema, experiências lúdicas no PELC, expectativas dos gestores.

3. INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. In: *Cadernos Fundap*, n. 22, 2001. P. 102-110.
4. INOJOSA, Rose Marie. Intersectorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. *Revista de Administração Pública*, v. 32, nº 2, p. 35-48, 1998.
5. CKAGNAZAROFF, Ivan Beck & RODRIGUES MOTA, No-maston. *Relação entre descentralização e intersectorialidade*. Belo Horizonte: UFMG-FACE-CEPEAD, 2003.
6. KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.
7. MINISTÉRIO DO ESPORTE, Portal www.esporte.gov.br
8. SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Brincar, jogar e viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: SNDEL, ME, 2007. Volumes I e II.
9. WERNECK, Christiane Luce Gomes. A constituição do lazer como campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre cientificidade e autonomia deste campo. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000. *Anais*.
10. ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre : ArtMed, 1998.

**O LAZER E A INTERSETORIALIDADE NO
FUNCIONAMENTO DOS NÚCLEOS DO PELC: FALA
DOS GESTORES E AGENTES PARTICIPANTES DA
2ª REUNIÃO NACIONAL DO PROGRAMA***

Equipe sintetizadora das falas:

*Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
(Coordenadora), Andréa Nascimento Ewerton,
Débora Alice Machado da Silva, Marcelo de Almeida
Pereira Ferreira, Luiz Roberto Malheiros Araújo,
Leandro Casarin Dalmas, Muriel de Carvalho
Plautz e Andreia Meneses Silva Lopes²⁷.*

O Ministério do Esporte, por meio de sua Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) e em parceria com o Ministério da Educação (MEC), realizou a 2ª Reunião Nacional dos Gestores e Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em Brasília, no período de 07 a 10 de novembro de 2007.

Em continuidade aos debates desencadeados à ocasião da 1ª Reunião Nacional (2006) e considerando os princípios do PELC, bem como as necessidades levantadas pelo monitoramento dos Núcleos deste Programa e interlocuções com o MEC, foi eleita, para essa 2ª Reunião, a temática “o lazer e a intersectorialidade das políticas públicas”.

O planejamento desta discussão se iniciou com um debate sobre o tema do evento, efetuado a partir de diálogo com todos gestores e agentes participantes desta Reunião, efetuado por meio de questionário respondido no ato de ins-

²⁷ Equipe composta por servidores do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte e Departamento de Políticas Sociais do Esporte e do Lazer da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte.

crição do evento, cujas respostas foram organizadas no presente texto, encaminhado previamente a todos os palestrantes do Encontro.

A discussão realizada mostrou que a intersetorialidade é um dos desafios das políticas sociais no atual governo. Desafio guiado pelas idéias de parceria e solidariedade, que requerem o conhecimento do outro e das demandas que enfrentam juntos, da capacidade de gerir ações conjuntas, aglutinar aspirações, valores e estratégias, valorizando as diferenças e a rede constituída, atentos aos problemas enfrentados e as alternativas construídas.

O propósito central desse evento é, pois, estreitar os laços entre os envolvidos no PELC e desses com outros gestores de programas, projetos e ações governamentais. Espera contribuir com a ampliação e o aperfeiçoamento das políticas intersetoriais do Ministério do Esporte, a consolidação do lazer como um dos eixos das políticas sociais do Governo Federal, a socialização dos princípios e das diretrizes do Programa, a troca de experiências entre as entidades conveniadas e outros parceiros e, também, com a construção de estratégias de intersetorialidade em políticas públicas com o esporte e o lazer.

Por isso, a 2ª Reunião Nacional começou dando voz aos gestores inscritos no evento, dialogando com eles sobre o tema em pauta. A reflexão sobre desafios enfrentados na concretização de ações intersetoriais orientou esse diagnóstico cujo diálogo inicial, registrado em 129 questionários²⁸, foi ampliado nas discussões da Reunião Nacional. Informações consolidadas em Quadros que, durante a 2ª Reunião Nacional, foram expostos em Pôster apresentaram resultados são divulgados na íntegra no presente artigo deste livro.

²⁸ É importante esclarecer que cada questionário corresponde à inscrição de uma entidade, que foi recomendada a construir respostas às questões colocadas ouvindo sua equipe do PELC. Além disso, para a 2ª Reunião Nacional foram convidados mais de um representante por entidade/Núcleo. O público total inscrito para esse evento é de 500 pessoas.

A participação dos inscritos nesse diagnóstico foi fundamental para a rica construção desta Reunião, desde seu planejamento. Por isso, especialmente, agradecemos a todos!

Sobre os participantes do PELC

O PELC foi criado em 2004 comprometido com a qualificação continuada de gestores, agentes e ações com vistas a universalização do esporte e do lazer. Até 2007, instalou 1.288 Núcleos de esporte Recreativo e Lazer em 409 municípios, de 26 Estados e o Distrito Federal. A “Chamada Pública 2007” deu maior transparência ao processo de implantação dos Núcleos, tendo 1.624 pleitos inscritos e 364 aprovados. O PELC investe na implantação de 844 Núcleos de atendimento a todas as fases da vida (das crianças aos idosos) e 180 Núcleos do “Projeto Vida Saudável”, voltado ao atendimento de idosos. O Programa inclui, também, um eixo de Infra-estrutura e a Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer) que, em 2007, desenvolve ao todo 58 pesquisas, dentre as em andamento e novos convênios.

Buscando ampliar leitura sobre essa experiência, no presente diagnóstico iniciamos um diálogo com gestores do Programa em todo o País (Quadro 1), começando pelas condições de elaboração e desenvolvimento de ações integradas que possam contribuir com a “universalização” do lazer (direito social ao alcance de todos). Conquista que implica “inclusão” com “equidade”, ou seja, que reconhece que as pessoas e os grupos sociais são diferentes entre si em vários aspectos (culturais, sociais, econômicos e outros) e, também, nas condições de acesso ao que está disponível em sua realidade (vivência concreta das oportunidades).

Essas diferenças evidenciaram-se a partir do diálogo que realizamos sobre a caracterização do público atendido pelos gestores participantes desde diagnóstico, cujas informações totalizadas no Quadro 2, para que possamos identificar com mai-

or clareza esse público, precisam ser complementadas com dados dos Relatórios do PELC, uma vez que 83% dos participantes deste diagnóstico são novos integrantes do Programa.

Os dados do Quadro 2, no que diz respeito a predominância de participação no PELC, confirma o que vem acontecendo, ou seja, apesar do reconhecimento de que o lazer é fundamental em todas as fases da vida, o público que mais participa do PELC ainda é constituído por adolescentes e jovens de 13 a 24 anos. Isso demonstra a tendência da oferta e da mobilização comunitária para programas de esporte e lazer em nosso meio. Se os adolescentes e jovens são os que mais procuram o PELC, os adultos e as pessoas com deficiências são os mais difíceis de serem mobilizados pelo Programa. Entre os participantes há um equilíbrio entre homens e mulheres, sendo que os mais jovens tendem a ser meninos e os mais idosos as mulheres. Há, ainda, uma tendência dos eventos envolverem um número maior de participantes do que as atividades sistemáticas.

Esses dados nos desafiam a ampliar os atendimentos aos diferentes segmentos, especialmente considerando as crianças de 0 a 6 anos, os adultos homens e mulheres (etapa da vida de enfrentamento do contraponto entre lazer e trabalho) e as pessoas com deficiências (que esperamos identificar e mobilizar com a ajuda da Secretaria de Saúde de cada localidade).

Considerando a caracterização desse público alvo, destaca-se a predominância de participantes dos centros urbanos, embora nossos relatórios e alguns depoimentos revelem que cresce o desenvolvimento de Núcleos do PELC em áreas rurais, quilombolas, de assentamento e ribeirinhas. Uma das nossas dificuldades tem sido o atendimento das populações indígenas. Investimento que estamos dispostos a realizar no sentido de mapear as potencialidades dessas comunidades e sermos pró-ativos na consecução de políticas específicas para esses grupos, considerando os resultados levantados.

O atendimento aos indígenas vem mobilizando a promoção dos IX Jogos dos Povos Indígenas, realizado em 2007 no Estado Pernambuco pelo Ministério do Esporte em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco, as Prefeituras de Recife e Olinda, o Ministério da Justiça, a FUNAI, o Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena. Além disso, estamos iniciando a pesquisa sobre o esporte e lazer com populações da Região Norte, em grande parte ribeirinha, populações rurais e de assentamentos do Nordeste, populações quilombolas e rurais das Regiões Sudeste e Sul e indígenas das Regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste do País.

São estudos desenvolvidos por pesquisadores da nossa Rede CEDES, que nos instigam a conhecer as demandas desses grupos, principalmente pelo fato de que o lazer, da forma como em geral os estudiosos o reconhece hoje, é um fenômeno típico dos centros urbanos das sociedades capitalistas. No entanto, o lazer é cada vez mais destacado dentre as demandas de toda população brasileira, como é enfatizado pelos depoimentos do presente diagnóstico.

Mas, que sentidos e significados têm o lazer nas diversas regiões do nosso País?

Sobre demandas do público atendido pelo PELC

Considerando a diversidade das demandas do público do PELC, o presente diagnóstico implicou, como seu próximo passo, dar voz aos protagonistas deste diálogo, buscando mapear demandas a serem atendidas em suas realidades. É preciso ampliar e diversificar oportunidades culturais de lazer, superando barreiras que possam dificultar, ou impedir o acesso a elas. Sistematizados por Região, os dados do Quadro 3 nos permitiu uma primeira leitura sobre demandas de lazer no País.

Pela análise geral dessas falas identificamos três demandas prioritárias do PELC, que assumem a promoção do esporte e do lazer no sentido da/o: (1) superação da vulnerabilidade social, (2) organização das comunidades e (3) promoção de ações educativas conscientizadoras. Demandas que colocam o esporte e o lazer como dois fatores básicos das políticas sociais, destacando-se alguns aspectos, explicitados a seguir.

Quanto à necessidade de superação da vulnerabilidade social, no meio rural o esporte e o lazer são destacados como fatores de elevação do nível de auto-estima dos sujeitos, de agregação de grupos e de valorização da identidade local. Nos centros urbanos, são ressaltados como meios de combate às violências e fatores de integração de comunidades e famílias. Em ambos os casos, o esporte e o lazer são valorizados como direitos sociais de todos os cidadãos, como proclama a Constituição Federal de 1988 nos seus artigos 217 e 227, bem como fatores de melhoria da qualidade de vida, como expressa a Organização Mundial da Saúde (1995). Para isso, o esporte e o lazer implicam ações coletivas constituídas no cotidiano das comunidades, envolvendo toda população nas práticas culturais diversificadas vividas ludicamente no tempo de lazer, tempo previligiado de escolha, de exercício da liberdade e do prazer. Se a acessibilidade ao esporte e ao lazer implica vivências concretas e sistemáticas, requer, necessariamente, consciência de sua importância para a vida humana e a vida em sociedade. Daí, o fato da ação educativa conscientizadora ser outro critério que define as prioridades do PELC.

Estes fatores situam o esporte e o lazer no contexto das prioridades das políticas sociais. Por isso, não é por acaso que, ao falarem sobre as demandas das populações que atendem, os gestores do PELC enfatizam, de modo efusivo, as demandas sociais como um todo. Afinal, a vivência concreta do esporte e do lazer implica saúde, educação, segu-

rança, meio ambiente saudável, infra-estrutura urbana adequadamente planejada, construída e mantida, transporte, saneamento básico, renda, alimentação e outros inúmeros fatores relacionados às necessidades básicas a uma vida digna.

E é importante observar que essas demandas foram ressaltadas pelos gestores de todas as regiões brasileiras (Quadro 3), dentre elas destacando-se as necessidades educacionais. Isso porque, por exemplo, ao mesmo tempo em que numa mesma região o lazer é compreendido como fator de qualidade de vida, nesses mesmos grupos muitos dos depoentes não conseguem expressar ações efetivas que contribuam para garantir as relações do lazer com todos os fatores sociais citados. Interações que podem ser enriquecidas com o relacionamento mais estreito entre as políticas/programas dos setores e das organizações citadas.

Será que as pessoas têm consciência da importância que o lazer assume nos seus depoimentos sobre as demandas da população?

Precisamos muito conversar a esse respeito, especialmente considerando que o diálogo foi apontado como uma das principais alternativas para superação de problemas e conquistas de necessidades. Um diálogo como revelam os depoimentos: aberto, crítico e criativo, atento às diferenças dos sujeitos e de suas culturas.

Sobre ações governamentais relacionadas às demandas dos participantes PELC

Os dados referentes às demandas dos participantes do PELC desafiam a promoção de ações intersetoriais baseadas na inter-relação de necessidades e suas influências mútuas. Ações que possam articular vários campos sociais no trato das demandas a serem atendidas na sua globalidade. Desafio que implica a compreensão das necessidades socioculturais dos beneficiários das ações políticas (familiares, escolares, de trabalho, esporte, lazer, cultura, etc) e de como cada ação governamental pode atuar sobre elas.

Essa compreensão mobilizou os gestores do PELC para lerem as ações governamentais realizadas em seus municípios, buscando identificar aquelas que podem contribuir com o atendimento das suas demandas e necessidades apontadas. Dados explicitados no Quadro 4, dentre os quais ressaltam-se algumas evidências.

Em primeiro lugar, a extensa listagem de atividades, parceiros e ações governamentais mostram-nos representações das realidades locais assim como a visibilidades atribuída aos diversos parceiros, sinalizando para várias possibilidades de articulação de ações dos Governos Federal, Estadual e Municipal com organizações do Setor Privado, do Terceiro Setor e da sociedade civil.

Em segundo lugar, os dados chamam nossa atenção sobre a importância das ações sociais já existentes na consolidação de novas ações intersetoriais, destacando aqui aquelas que integram o esporte e o lazer. Com isso, podemos apontar duas formas de atuação intersetorial que o PELC realiza.

A primeira pela construção de parcerias estabelecidas a partir da relação entre programas e projetos definidos especificamente cada um (como vários depoimentos do diagnóstico exemplificam). Forma que pode ser executada pela execução de projetos próprios ou pela transferência de recursos de um programa para outro.

A segunda inclui a construção compartilhada de ações intersetoriais gestadas coletivamente desde sua elaboração inicial, como acontece com o Programa MAIS EDUCAÇÃO, que está concluindo o projeto de implantação de pólos piloto, envolvendo vários parceiros dentre eles o PELC, durante esta 2ª Reunião Nacional de Gestores e Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Sobre parcerias entre programas governamentais

A intersetorialidade é uma das condições necessárias à efetivação dos projetos sociais, contribuindo para uma gestão

sinérgica entre parceiros, alinhada nos conceitos e nas finalidades comuns das alianças estabelecidas.

No entanto, as respostas dadas pelos depoentes do presente diagnóstico, registradas nos Quadros 5 e 6, apontam para variadas interpretações das ações governamentais. Por exemplo, para alguns, tratam-se de atividades e, para outros, de Programas e Projetos localmente implantados.

Será que quando falamos de ações governamentais devemos nos reportar à atividades? Ou essas se referem a questões mais amplas?

Há necessidade de construirmos o consenso de que tratamos as ações governamentais priorizando os programas e projetos, entendendo que as atividades são desdobramentos destes, conforme as características da cada localidade. Os dados compilados neste diagnóstico destacam ações governamentais federais, estaduais e municipais. As parcerias com diferentes órgãos implicam, também, uma linguagem entendida por todos (rede semântica de conceitos estruturantes dos programas), clareza nos princípios e objetivos em todos os níveis.

No que tange as parcerias existentes e os novos parceiros em todas as regiões do País, diversas vezes as mesmas entidades foram citadas, o que pode ser interpretado de formas diferentes. Pode representar visão restrita em relação aos parceiros potenciais e parcerias não consolidadas. Ou, ao mesmo tempo, representar o reconhecimento de Programas e Projetos consolidados no País, integrantes de vasta gama de possibilidades de parceiros com o potencial e interesse no lazer. Parcerias almejadas e muitas vezes ainda não consolidadas nas alianças locais. Os dados coletados nos mostram, também, a importância das ações sociais existentes para a consolidação de novas ações intersetoriais.

Nestas alianças, o PELC tende a criar linhas de ação específicas, como por exemplo, “Esporte, Lazer e Educação” (PELC/MAIS EDUCAÇÃO), “Esporte, Lazer e Segurança” (PELC/

PRONASCI), “Esporte, Lazer e Turismo” (PELC/Programa Viaja Mais Melhor Idade do Ministério do Turismo), “Esporte, Lazer e Cultura” (PELC/MAIS CULTURA), “Esporte, Lazer e Ação Social” (PELC/Programa da Família).

Sobre propostas de ações integradas com o PELC

Ao implicar co-responsabilidades, as tomadas de decisões sobre ações a serem desenvolvidas requerem definição de competências, atribuições e responsabilidade de cada um na elaboração e gestão das políticas setoriais, buscando a superação do centralismo das decisões. As estruturas colegiadas de gestão serão espaços de consolidação dessa integração, coordenadas pelas áreas centrais e contando com a participação das áreas específicas envolvidas.

No entanto, os dados do Quadro 7 parecem reafirmar as respostas anteriores em relação às parcerias, com indicativo de ações e atividades concretas que possam ser efetivadas junto aos parceiros e, ao mesmo tempo, apresentando sugestões focadas nas perspectivas de ampliação e qualificação do Programa.

Da forma como esses dados foram detalhados, apenas em alguns casos podemos ver a importância que as organizações atribuem ao lazer considerando os planos das ações integradas relatados. Citações cujas referências apontam para possíveis impactos de cada uma no lazer dos beneficiários diretos da ação.

Esses mesmos quadros sinalizam para o lazer como um setor de ação transversal que pode ser tanto enfatizado como processo quanto produto cultural de construção, vivência e transmissão de valores, culturas, conhecimentos e competências, assim como de formação dos sujeitos para entender e participar do mundo onde vivem, conscientes da importância do lazer, benefícios e riscos nele vividos. Processo educativo que se inicia quando nascemos e continua ao longo da vida.

Isso implica ação conjunta e qualificada de diferentes pessoas, profissionais, grupos, entidades e lideranças. Com isso, são postos outros desafios para o planejamento e a realização das propostas integradas.

Sobre atuação do Grupo Gestor, Entidade de Controle Social e pessoas envolvidas

A integração das ações caracteriza-se pela definição de finalidades compartilhadas, estruturadas de forma interdependente e complementar. Ou seja, todo sujeito – individual ou coletivo – está inserido numa rede de sistemas que pode mobilizar e promover mudanças desejadas na ação sociocultural vivida.

O Quadro 9 mostra que as relações do grupo gestor e da entidade de controle social no PELC são relatadas ainda de forma incipiente, apontando como desafios o fortalecimento e a qualificação de suas interações. Ressalta-se a necessidade das mesmas consolidarem a interlocução, o compartilhamento de informações e a construção coletiva do projeto norteador.

As ações integradas participativas requerem um novo perfil de liderança, pois implicam novas formas de olhar e pensar as relações estabelecidas, partilhando poder entre sujeitos, grupos e setores. As lideranças são desafiadas a participar de mudanças na cultura política local, a (re)ver e (re)ler a realidade, precisam ser mobilizadoras de ações, sensíveis às possibilidades e aos limites vividos na sua concretização. São comprometidas com a discussão de problemas coletivos, o protagonismo dos sujeitos e a realização de ações conscientes e lúdicas.

O Quadro 9 reafirma a participação de profissionais das entidades e órgãos parceiros, citados nos Quadros 5 e 6, com enfoque bastante enfatizado nas áreas da saúde, educação e esporte. A sociedade civil é citada diversas vezes, em especial considerando a participação dos agentes comunitários ligados a associações, organizações existentes nas comunidades e a atuação de lideranças religiosas.

Muitas entidades destacaram os papéis dos “animadores de competência geral”, dos “animadores de competência específica” e dos voluntários, embora a análise dos dados levantados nos faz perceber um limite em relação ao papel do voluntário no desenvolvimento das ações integradas. Se pretendemos caminhar para auto-gestão do Programa e para seu estabelecimento enquanto uma Política Pública, a ação desses sujeitos não poderia ser articulada de modo mais consistente?

Sobre locais para realização das ações integradas com o PELC

As ações integradas envolvem também a multifuncionalidade dos equipamentos, articulando serviços e atividades. Por exemplo, uma escola pode incorporar também posto de saúde, centro cultural, espaço de esporte e lazer; os centros esportivos públicos podem incorporar ações preventivas de saúde, educação informal, complementação alimentar, da mesma forma que os centros de saúde podem mobilizar a educação para e pelo esporte e lazer.

A relação entre os três setores público, privado e terceiro setor para otimizar programas e projetos de esporte e lazer, várias vezes lembrada neste diagnóstico, reafirma a necessidade das parcerias institucionais em vários sentidos, destacando-se aqui, quanto ao uso e otimização de equipamentos de esporte e lazer disponíveis nas cidades.

Ao serem indagados sobre onde em sua cidade já são ou poderiam ser realizadas ações integradas de esporte e lazer, os participantes do presente diagnóstico enfatizaram os “espaços e equipamentos específicos” para essas vivências. Dado que instiga também a discussão sobre os significados atribuídos aos “espaços e equipamentos não específicos” para as práticas de esporte e lazer, considerando o olhar das comunidades e a amplitude de possibilidades de vivências dos conteúdos culturais de esporte e lazer que estes espaços podem oferecer.

Temos clareza dos espaços e equipamentos que podem ser utilizados em nossa cidade para as práticas de esporte e lazer? Quais os usos que temos feito deles?

Sobre planejamento das ações integradas com o PELC

A intersetorialidade é um princípio que privilegia a integração matricial das políticas sociais tanto na fase de planejamento quanto nas de execução e monitoramento. Essa matricialidade representa o eixo coordenador e organizador dessas políticas, potencializando sua integração, com impacto positivo em seus efeitos.

Mas, como poderia ser organizado o planejamento de ações integradas?

As propostas intersetoriais implicam planejamento e gestão compartilhada, ou seja, a construção de espaços de convergência de sujeitos que se completam a medida que articulam esforços para atuar em prol de objetivos comuns, otimizando recursos e impactos para cada ação no público atendido, que também é comum.

Os depoentes deram ênfase no planejamento participativo, coletivo, partindo do diagnóstico da realidade, com definição clara de papéis de todos os envolvidos e contando com participação ativa do grupo gestor, das entidades de controle social e da comunidade em geral. A importância da participação dos conselhos e fóruns locais foi ressaltada por vários gestores (Quadro 10).

Nessa perspectiva, os participantes deste diagnóstico destacam a importância de maior engajamento e envolvimento de todos os sujeitos no processo, validando o projeto pretendido e respondendo de forma mais efetiva às necessidades e demandas da realidade.

Sobre importância das informações nas ações integradas

Uma das maneiras de verificarmos se estamos trabalhando “integrados” é pelo modo como lidamos com as informações. Nas ações intersetoriais, as informações precisam ser organizadas e disponibilizadas de modo que todos os envolvidos possam ter acesso a elas e ampliar conhecimentos sobre o vivido. Isso é básico para tomadas de decisões compartilhadas. Uma decisão é um comprometimento com a ação. O compromisso é mais evidente quando há agilidade nas informações, cujo processamento reflete tanto incerteza quanto consciência sobre as fontes que melhor respondem às necessidades das ações.

Nesse sentido, perguntamos aos participantes deste diagnóstico: que informações são importantes para o planejamento das atividades integradas? Informações sobre os papéis de todos os envolvidos, princípios do programa, objetivos, dados do diagnóstico da realidade em questão, das avaliações críticas feitas continuamente com os diferentes segmentos. Essas foram algumas das informações mais destacadas como básicas para um processo intersetorial que parte da necessidade do conhecimento dos parceiros (uns dos outros), do processo gerencial vivido e do conteúdo específico construído (Quadro 16). Por isso, é importante lembrar que a informação implica gerar, apropriar e circular dados sobre o processo e o produto coletivamente construídos. Em decorrência, o sucesso de uma ação integrada depende da socialização das informações importantes para a ação realizada, entre todos os envolvidos.

Como são socializadas as informações sobre o que acontece no projeto?

Respondendo essa pergunta (Quadro 20), os participantes deste diagnóstico indicaram a realização de reuniões periódicas da equipe como principal estratégia para garantir a socialização das informações. Destacaram também a importância dos canais de comunicação e de mobilização com a comunidade como: rádios

abertas e comunitárias, informativos diversos, reuniões comunitárias e com segmentos específicos, correspondência, internet e a construção de instrumentos de avaliação junto com a comunidade no sentido de fortalecer a capacidade da mesma sugerir as ações ao programa. Além disso, consideram como fundamentais a divulgação de trabalhos científicos sobre o Programa, o contato direto com as entidades e as secretarias parceiras, bem como o estímulo à participação dos Conselhos Gestores.

Entretanto, parece-nos que há um limite das participantes do presente diagnóstico em perceberem que a própria comunidade é um canal forte de socialização das informações, pois os canais são apontados, mas os fluxos ainda parecem ser unidirecionais (grupo gestor/entidade para comunidade).

Que outras formas de socialização poderiam ser usadas?

Nesse sentido, vários itens foram destacados e registrado no Quadro 21. Os dados mostram que algumas regiões reforçam a importância do monitoramento permanente do Programa, além de registros constantes do que nele acontece, alimentando a circulação em rede (virtual ou não) das informações geradas nos e entre os núcleos. Destacam, também, a necessidade da SNDEL divulgar mais o PELC em todo o território nacional, inclusive de forma digital por meio de uma página exclusiva na Internet.

A socialização de informações também foi articulada às propostas de formação multidisciplinar e ao fortalecendo de trocas de conhecimentos entre os núcleos de atendimento (aos diferentes segmentos e do Programa Vida Saudável) e os núcleos de pesquisa (Rede CEDES), ampliando e estreitando a integração entre gestores, agentes, formadores de formadores e pesquisadores do PELC. A promoção de eventos (Feiras, Mutirões, Festivais e outros) também é apontada como outra forma de socialização das informações do Programa.

Sobre importância da avaliação das ações integradas

Como poderemos avaliar as atividades integradas?

Os depoentes apontam variadas estratégias de avaliação (Quadro 17), em sua maioria formais, embora alguns sinalizassem para o uso de formas alternativas como seminários, fóruns comunitários, registros fotográficos. Os dados, em geral, demonstram a necessidade de um plano de avaliação estruturado de modo a tratar objetivamente do monitoramento das ações e dos resultados do que efetivamente foi realizado. Com isso, demonstrou também a necessidade de incentivarmos o registro das ações e avaliações realizadas.

A importância da avaliação ao longo de todo processo foi um consenso, sendo mencionados a utilização de diferentes instrumentos de coleta (questionários), registro (relatórios, formulários) e socialização dos dados (pelas mídias, rádio, TV, jornais, carro de som, "boca a boca" e outros). Outros exemplos são expressos no Quadro 17. Exemplos que indicam a avaliação realizada pela equipe interna do Programa, indicando a importância também da avaliação externa do PELC.

O importante é que todos compreendam que as informações podem ser usadas com várias finalidades como: para dar significado às ações realizadas, gerar novos conhecimentos sobre elas e orientar ou fundamentar tomadas de decisões. As informações são básicas para a criação de significados (manifestados e negociados nas tomadas de decisões); estruturar a percepção, por todos, dos problemas e das oportunidades vividos; produzir uma estrutura de sentidos e propósitos que dão identidade e valor às ações realizadas. É também fundamental lembrar que as informações mais significativas nascem de processos contínuos de avaliação.

Sobre formação e fundamentação teórica e metodológica dos educadores

O presente diagnóstico nos permite dizer que, enquanto um setor de ação transversal, o lazer é, ao mesmo tempo, proces-

so e produto de construção, (re)significação e circulação de valores, conhecimentos, sentimentos, experiências, desejos que implicam formação e ação qualificada de profissionais e lideranças.

Mas, de que qualidade estamos nos referindo? O que os gestores dizem sobre elas? Como têm sido organizadas as formações em serviço (módulo de aprofundamento) do Programa?

Questões como essas estavam implícitas no questionário respondido para este diagnóstico. As manifestações a respeito, contempladas especialmente no Quadro 19, indicaram que as formações em serviço no PELC estão em fase de estruturação, implicando, especialmente, as reuniões de planejamento e de formação periódica (semanal ou quinzenal) com agentes e coordenadores do Programa. Reuniões que também envolvem, por vezes, os gestores e convidados externos e os parceiros dos projetos/programas locais.

Essas reuniões procuram tratar de temas específicos e transversais ao PELC, assim como os conteúdos trabalhados nas “formações introdutórias” e referentes à organização do trabalho pedagógico. Nas reuniões também são tratados temas de interesses locais e usadas ferramentas didáticas diversas (leituras e discussões de textos, análise de filmes e vídeos, realização de oficinas, estudos de casos, apresentação de relatos de experiências de vários núcleos, dentre outras expressas principalmente no Quadro 18).

Os dados destacaram, também, a importância da participação dos integrantes do PELC em outros seminários; a organização de Fóruns; o uso de estratégias diversificadas desenvolvidas conforme a característica de cada realidade; a necessidade das formações realizadas cooptarem todos os envolvidos no processo, pois na maioria dos casos a ação de formação em serviço está voltada mais gestores e agentes (envolver também lideranças da comunidade).

Os gestores precisam se fazer reconhecidos como gerentes dos assuntos de interesse público, com responsabilidade pelo diagnóstico, programação, supervisão e continuidade das ações de esporte e lazer no âmbito onde atuam.

Os gestores e agentes do PELC lidam com o “conhecimento tácito” (sem regras pré-definidas, usado pelas pessoas para realizar suas atividades e dar sentido a elas, expresso pelas suas habilidades na realização das ações cotidianas) e o “conhecimento explícito” (expresso de modo formal pelas áreas de conhecimento, usando sistemas de símbolos, regras, métodos e outras formas de registro difundidas amplamente). Daí a importância do Programa estar atento e valorizar os vários tipos de conhecimento que fundamentam as ações realizadas, sem perder de vista seus sentidos, valores e objetivos.

Que textos e outros materiais didático-pedagógicos têm orientado a formação dos agentes do Programa?

Os participantes deste diagnóstico fizeram uma apresentação pontual de alguns textos e materiais didáticos utilizados nas ações de formação. (Quadro 18). Elencaram autores, livros e revistas que abordam conteúdos importantes para o Programa, das áreas de Educação Física, Lazer, Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Educação, Psicologia, Didática, Pedagogia, Gestão, Administração. As referências são variadas, como requer as abordagens do Programa, sobre fundamentos e conceitos do campo do lazer e do esporte recreativo; diversidade de práticas culturais de esporte e lazer; metodologias; orientações específicas sobre o trato das diferenças dos sujeitos/segmentos atendidos pelo Programa; temas relacionados ao trabalho e sua relação com o lazer; saúde e qualidade de vida; primeiros socorros; drogas, sexualidade, dentre outros.

Como materiais didáticos foram citados: o uso da internet e de outros meios de comunicação, jornais, revistas; reuniões de

planejamento, seminários e palestras locais e em parcerias com Instituições de Ensino Superior; uso de documentários e trabalhos científicos (teses, dissertações, pesquisas da Rede CEDES).

Pontuações ricas, mas que não foram suficientes para explicitar todos os conteúdos específicos tratados nas formações desenvolvidas pelo PELC (discutidas no Quadro 19), tanto no que diz respeito aos conteúdos de natureza técnico-pedagógica como de natureza socioeducacional política. O que precisa ser bem explicitado pelo Programa, especialmente pelo fato de que se trata de um Programa que visa educar para a autonomia dos sujeitos no esporte e lazer.

Apesar da citação da Rede CEDES, os dados também revelam a ausência das ricas fontes produzidas e já publicadas em livros por essa Rede, criada com o objetivo de contribuir com a fundamentação das ações do Programa, tratando dos problemas e situações analisadas nas atividades formativas desenvolvidas pelos Núcleos de atendimento do PELC. Isso indica a necessidade da difusão para os Núcleos do PELC da produção da Rede CEDES como uma das estratégias de consolidação da ação em rede entre o trabalho dos núcleos e dos pesquisadores. O ideal é que haja ação orgânica entre eles para maior integração entre teoria e prática, entre saber popular e saber acadêmico.

Também surgiram alguns destaques relacionados a situações em que ainda não existe nada acumulado e/ou em execução (possivelmente convênios novos). Destaques que revelam diferentes relações, por região do País, no que tange ao acesso e uso do conhecimento científico. Por exemplo, os depoentes das Regiões Sudeste e Sul fizeram referências diretas à autores, enquanto que, os pertencentes às demais regiões, citam temas, muitos deles pouco representativos em relação a discussão do lazer realizada na formação continuada desenvolvida com vistas a constante melhoria da qualidade do Programa.

Sobre problemas vividos e alternativas construídas na gestão integrada

A gestão integrada consiste, em última instância, na fusão das ações de setores a partir da gestão local, pois não há como resolvermos sozinhos problemas sociais. Com isso, cresce a necessidade da compreensão do todo do contexto e das relações de complementaridade e interdependência entre as partes envolvidas no trato dos problemas (sociais e de gestão).

Mas, que problemas podem ser vividos nas ações integradas do PELC?

O principal problema, citado pelos gestores em todas as regiões brasileiras é a falta de costume e experiência com ações integradas. Isso fica evidenciado em citações como “divergência de objetivos e opiniões, não cumprimento das ações planejadas, falta de visão do todo, ciúme, falta de compreensão”. (Quadro 14)

Recorrentemente, as entidades se remetem a questão da “falta” de espaço, equipamento, recursos, engajamento. Isso pode representar tanto dificuldade como resistência em lidar com o novo, a falta de uma cultura em relação às ações integradas ou a assunção de um posicionamento frente às dificuldades políticas – descontinuidade, divergência de opiniões, falta de identidade com a proposta política, entre outros motivos.

Outros problemas citados com bastante frequência a esse respeito são: influência política no processo de gestão, falta de continuidade das ações e, com menor número de citações, falta de qualificação para esse tipo de ação.

Que alternativas podem ser construídas para superar esses problemas?

As soluções propostas (Quadro 15) dão grande foco à falta de experiência em ações integradas. Entre as principais sugestões que atendem a essa preocupação estão: encontros periódicos de avaliação, definição clara das responsabilidades de cada setor,

planejamento integrado das ações, criação de uma rede de informações sobre as ações propostas (planejamento e execução), definição clara dos objetivos e relação constante com a comunidade atendida. Cabe ressaltar também que a criação do Grupo Gestor foi apontada como uma das soluções. Outras demandas importantes são a continuidade do programa e a maior presença do Governo Federal nas execuções do programa.

Desburocratização dos processos, verificação de como lidamos com a informação e conscientização sobre os objetivos do programa e dos fundamentos do lazer. Essas são alternativas consideradas relevantes, entre outras citadas no Quadro 15.

Sobre experiências lúdicas no PELC

Que atividades lúdicas são e/ou poderiam ser promovidas pelo Programa para consolidar uma ação intersetorial significativa para sua cidade?

Em resposta a essa pergunta (Quadro 21), destaques foram dados ao trato às experiências lúdicas relacionadas com a realidade local (atividades do núcleo, datas comemorativas, dentre outras), a demanda de cada segmento e a capacidade interdisciplinar e transversal do desenvolvimento das atividades lúdicas. Uso de atividades lúdicas como meio e fim para promover motivação, interesse, vivência prazerosa e significativa da atividade de lazer, mobilizar pessoas e grupos para ações coletivas e/ou integrar famílias e sujeitos da mesma ou de idades diferentes (intergeracionalidade).

A diversidade de práticas culturais também destacou-se na discussão sobre atividades lúdicas, sendo indicadas várias atividades como: torneios, gincanas, festivais em várias e diferenciadas possibilidades de linguagens esportivo-culturais (esporte, dança, jogos populares e esportivos, arte, cinema, dança, circo etc.), possibilidades de intercâmbio entre segmentos e núcleos, organização de passeios culturais.

No entanto, os relatos de trabalho com idosos ainda estão bastante limitados no que diz respeito a ludicidade, sendo a esse segmento articuladas atividades tradicionalmente tratadas pela saúde (ênfase nas atividades físicas considerando seus aspectos biofisiológicos).

Além disso, como existem várias concepções de ludicidade, até mesmo contraditórias, lembramos que as ações lúdicas precisam ser coerentes com os princípios inclusivos. Nesse sentido, a vivência de alegria é fruto de práticas com liberdade. Vivências significativas para as pessoas e grupos, compartilhadas pelos participantes e comprometidas com a autonomia dos sujeitos.

Estamos falando, assim, de atividades que não se resumem à animação. Mas que o divertimento, a recreação vivida nas ações lúdicas são estruturadas com a participação dos sujeitos. Descontraídas, são conscientemente levadas a sério pelos participantes porque são frutos de sua livre escolha e participação na organização e vivência das atividades, mobilizadas pelos seus desejos, curiosidades, criticidade, criatividade e satisfação.

Sobre expectativas dos gestores do PELC

Indagados sobre suas expectativas em relação às ações integradas (dados no Quadro 8), os gestores apontaram para a transversalidade do lazer nas práticas sociais, e sua importância para o conhecimento da realidade e possibilidades que tem de participar na construção de propostas coletivas/integradas de superação das dificuldades nela identificadas. Na perspectiva deles, alguns critérios para intersetorialidade precisam ser considerados, como expomos a seguir.

Muitos declaram já agir em parceria e outros não. O PELC é um Programa de base nacional, que precisa alinhar diretrizes, princípios e ações, dentre elas as integradas. Isso não quer dizer que se busca um engessamento do Programa, que amadurece à medida que as bases locais também o fazem.

As discussões realizadas certamente irão implicar mudanças nas formas de ofertas de serviço que, ao passarem por mudanças na sua base de indicadores, incluindo-se indicadores sociais e culturais mais amplos, bem como detalhado plano de monitoramento e avaliação das ações parceiras realizadas, processa avanços consideráveis na história das políticas públicas de esporte e lazer em nosso País. Nesse sentido, um avanço significativo destacado no presente diagnóstico é a crescente participação da sociedade civil e de grupos de gestão compartilhada, consolidando-se cada vez mais na política pública de esporte e lazer. Outro avanço importante é a incorporação de vozes dos diversos agentes da sociedade civil e da crescente necessidade do PELC ser gestado como política pública que busca sua continuidade, o que pode ser observado nos investimentos nas ações de formação continuada e em serviço, durante as atividades realizadas.

Enfim, as expectativas postas pelos depoentes deste diagnóstico confirmam as expectativas dos coordenados do PELC no sentido de afirmar o lazer como uma das áreas prioritárias para a população e as políticas sociais, cujas experiências podem influenciar mudanças culturais no gerenciamento de programas públicos de esporte e lazer do País. Lembrando que, para isso, será preciso garantir a participação da sociedade civil nos diferentes momentos de desenvolvimento dos trabalhos, em conjunto com a participação dos representantes governamentais. Além disso, a gestão do conhecimento construído no PELC, gerando redes de informação e formação que podem qualificar cada vez mais as ações desenvolvidas no Programa.

QUADRO 2

Fases da vida	Público feminino	Público masculino	Pessoas com deficiências	Média de público em eventosem	Número de atendimento atividades sistemáticas
0 a 06 anos	4.834	4.609	497	10.014	15.800
7 a 12 anos	33.009	19.954	1.330	33.300	68.550
13 a 17 anos	18.112	20.314	1.813	35.705	69.770
18 a 24 anos	16.940	12.618	1.203	36.017	39.764
25 a 35 anos	54.433	15.351	879	30.977	38.312
36 a 59 anos	12.532	6.239	978	36.610	36.377
60 a 75 anos	13.398	8.559	568	28.054	10.376
Acima de 76 anos	6.192	2.933	418	11.798	9.523

Quadro2: Resultado total: dados gerais do público atendido pelo PELC por fases da vida, segundo diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 3

REGIÕES	DEMANDAS
SUL	Melhorar a política pública para a população que vive em situação de violência e vulnerabilidade social. São muitos problemas a enfrentar. Municípios são excluídos dos direitos básicos como de acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer. Alguns concentram um grande índice populacional migratório e população vulnerável pelas conseqüências sociais. A população que vive na zona rural e trabalha na lavoura não pratica esporte. Suas atividades de lazer são assistir televisão e ir à Igreja. Vivemos êxodo para os centros urbanos dos jovens do campo. Muitas crianças não têm acesso a atividades lúdicas, esporte e lazer nas comunidades (só nas escolas), seu tempo livre é ocioso. Há limitações de atividades físicas e esportivas para idosos. O maior desafio é envolver pessoas com deficiências físicas e os adultos homens de 35 a 40 anos nas atividades do PELC. Faltam atividades para adolescentes. É baixo o nível da auto estima da mulher/mãe. Falta diversificar atendimento do público feminino. Precisamos criar condições para cri-

anças, adolescentes e idosos conhecerem, descobrirem e ressignificarem sentimentos, idéias, costumes e papéis sociais. Superar exclusão social, principalmente familiar e dos idosos (inatividade física, enfrentamento do envelhecimento e invisibilidade social). Inclusão social dos diversos grupos nos eventos de lazer. Muitos desconhecem os direitos como cidadãos. Não têm consciência crítica da realidade. Falta compreensão mútua e interação entre as pessoas e seu entorno. Precisamos divulgar as habilidades dos envolvidos e possibilitar a eles aprendizado e aperfeiçoamento de técnicas de seus trabalhos; encorajar a criatividade e curiosidade. Criação de novas creches, postos de saúde, maior segurança e acesso a oficinas profissionalizantes. Atividades orientadas de esporte e lazer. Continuidade nas ofertas. Desenvolver o Programa PELC diariamente, em 3 turnos. Carência e insuficiência de atividades lúdicas em função da exigüidade dos projetos municipais, estaduais e federais. Atendimento vinculado à saúde, busca da qualidade de vida e convívio social. Demandas de trabalho, familiar e de lazer e cultura; atividades específicas como caratê, futebol e capoeira; respostas às diferenças sociais e desigualdades raciais. Capacitação de agentes. Há necessidade de espaços de lazer. Precariedade e má distribuição dos parques, praças da cidade; necessidade de espaços esportivos; falta de espaços. Sucateamento das escolas públicas comprometendo educação e projeto de Educação Física e Esporte com qualidade; necessidade de materiais de consumo e permanentes e de transporte.

SUDESTE

A cidade tem população com grande número de procedentes de Regiões muito pobres do sul de Minas e nordeste brasileiro. Escassez de emprego. População local condiciona suas necessidades como dever do poder público na educação, saúde, emprego, lazer, etc. Daí a necessidade de programas que motivem a independência das ações governamentais que, por si sós, não são capazes de transformar e desenvolver a sociedade, educando e valorizando o cidadão participativo, buscando o desenvolvimento da família. Os municípios do nosso estado com IDH

abaixo de 0,8 precisam superar a situação problema que emerge da pobreza, das desigualdades sociais, da exclusão social, política e da violência. Temos necessidade de acesso ao esporte e lazer para as pessoas de todas as idades e com deficiências que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica. A população demanda melhoria da qualidade de vida e inclusão social nas atividades esportivas, de lazer, cultura, no atendimento aos hipertensos, às gestantes e aos deficientes. Falta moradia. Temos que enfrentar o analfabetismo absoluto e funcional, a evasão escolar, o desemprego e subemprego, a ociosidade, as poucas oportunidades de lazer, carência afetiva, familiar, carência nutricional, o transporte coletivo insuficiente e oneroso, a carência de espaços públicos para esporte e lazer, o baixo IDH, a baixa renda familiar, o baixo nível de autoestima, a pouca consciência política. Demandamos saúde, educação, trabalho, alimentação, saneamento básico, transporte além de áreas públicas, eventos culturais, atividades no contra-turno escolar, reconhecimento do direito ao lazer; atendimento com mais programas do esporte e lazer com maior tempo de duração; bens e serviços de prevenção e manutenção da saúde. Faltam opções de lazer e espaços adequados para atividades esportivas. São pré-requisitos para o estado real de saúde: educação, lazer, renda, justiça social e equidade. Precisamos descentralizar os núcleos do PELC para outras comunidades; facilitar as renovações dos convênios com menores demandas de documentação; encurtar o período de execução e renovação. Adequar as atividades conforme parâmetros referenciais, como: público alvo, manifestações culturais locais, espaço e infra-estrutura, recursos humanos, pedagógicos e/ou materiais esportivos. Envolver as famílias na educação pelo e para o lazer. Melhorar o poder econômico, investimento em educação e cultura, criar centros de convivência fora da escola, ampliar acesso regular e gratuito a medicamentos, promover acesso permanente à atividade física (acompanhamento e capacitação profissional). Capacitar recursos humanos para atender as demandas de atividades físicas, esportivas e de lazer.

NORDESTE

Público atendido vive em precárias condições de saúde, saneamento, risco pessoal e social. Não existem políticas públicas

de atividade física, esporte e lazer. As pessoas acima de 45 anos apresentam patologias resultantes de vida sedentária, alimentação inadequada, baixa auto-estima, falta de oportunidade de inclusão social pelo esporte e lazer (restritos aos jovens). Há necessidades de integração sócio-familiar, orientação jurídica e noções de administração financeira, requalificação profissional e reinserção no mercado de trabalho, alfabetização de adultos, acesso ao ensino superior, inclusão digital, de valorização do idoso como depositário de tradições culturais, complementação alimentar, assistência médica e social. Comunidades em contexto de vulnerabilidade social com necessidades em saúde, educação, segurança, habitação, cultura, esporte e lazer, escassez de espaços públicos e de políticas públicas que promovam a convivência cidadã e a qualidade de vida de todos. Demanda de acesso inter-comunitário (precariedade das estradas), geração de trabalho, saneamento básico, abastecimento de água, educação, saúde coletiva, indiferença do poder público local, acesso ao lazer e esporte de forma socializada e democrática, equipamentos poliesportivos comunitários (sucateados), programas que garantam a participação de mais comunidades e populações carentes. Demanda de oficinas que possibilitem a ação e fruição do povo. Procura por atividades como dança e teatro, por acesso a atividades esportivas, artísticas, práticas corporais e de lazer – auto-organização, participação popular, diversidade cultural, resgate da cultura local, inclusão social. Faixa populacional (40 a 70 anos) que não está inserida na maioria dos programas, e reclamam de falta de eventos culturais e participação da proposta de trabalho. Necessidade de inter-relação das ações políticas. Necessidade de suprir situações de vulnerabilidade social, exclusão, pouco aproveitamento do espaço público de lazer, pouca valorização da produção artística local, reduzida prática esportiva e de lazer. Necessidades básicas de um dos Estados mais pobres do Brasil: trabalho e renda, educação, saúde, assistência social, moradia, saneamento básico, esporte, lazer e cultura. Ações de incentivo ao esporte e lazer, cultura, acesso às atividades, orientações de saúde, qualidade de vida na 3ª idade.

NORTE

Temos muitos problemas: pessoas acima de 45 anos com renda inferior a 120,00; mulheres viúvas com índice de 50% com doenças típicas do envelhecimento, (IDE) taxa de aprovação no ensino fundamental baixa; número insuficiente de creches e vagas na educação básica; evasão e repetência; problemas infrustruturais. Há necessidade de ampliação do serviço de saúde, política de educação para saúde, emprego e renda (formação, encaminhamento e alocação no mercado de trabalho, política de crédito), ruas asfaltadas, equipamentos esportivos, transporte urbano e água; políticas para prevenção do uso de álcool e drogas. O IDH está abaixo da média nacional; vivemos dificuldades sócio-econômicas; necessidade de alfabetização dos idosos; falta de recursos para políticas públicas que atendam às necessidades das comunidades. Algumas atividades de esporte e lazer perdem força quando interrompido o processo de renovação do PELC, há carência de espaços e equipamentos de esporte e lazer; necessidade de atividades de integração esportiva, de valorização cultural; de organização e sistematização popular para uso dos espaços de esporte e lazer; falta de áreas de lazer adequadas para os idosos; seu acesso às práticas de esporte e lazer, infra-estrutura para realização de atividades simultâneas; otimização dos espaços públicos e formação de agentes comunitários; precisamos de equipamentos de som para algumas atividades, lanche após oficinas; atividades que permitam a comunidade ganhar alguma renda; materiais e ações de esporte e lazer complementares a educação formal; falta pessoal qualificado e espaços para a prática de esporte recreativo e de lazer; preenchimento do tempo ocioso da população infanto-juvenil, atendimento aos idosos com programas condizentes às suas necessidades.

CENTRO OESTE

As demandas dos idosos são: necessidade de lazer, respeito e dignidade por parte da sociedade; dos jovens: desemprego, falta de objetivos, educação, carência de espaços para lazer; das pessoas com necessidades especiais: espaços adequados, inclusão, profissionalização. Vivemos a exclusão no lazer das pessoas entre 40 e 50 anos; falta de atividade física para a população idosa;

falta atendimento da população indígena; não possuímos nenhum programa de esporte e lazer no nosso município; demandamos melhoria na qualidade de vida social, educacional, econômica e isonômica, acesso ao mercado de trabalho, segurança, educação e saúde, construção de espaços culturais e de lazer. Falta de espaços físicos adequados, transporte e alimentação, incentivo a prática de atividades esportiva e utilização do esporte e do lazer de forma participativa.

Quadro3: Demandas dos participantes do PELC segundo depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 4

REGIÕES	AÇÕES SOCIAIS GOVERNAMENTAIS
SUL	<p>Transformar núcleos em centros de convívios. Parcerias com APAE e Associações de Deficientes Físicos, Visuais, Auditivos. Pouco mudamos essa realidade. Atuamos com a Secretaria Municipal de Educação e a Coordenadoria Regional de Educação; com as redes municipal e estadual de ensino, a Secretaria de Ação Social (Casas de Família, Agente Jovem e COMDICA), a Secretaria Municipal de Saúde e Postos de Saúde, o Corpo de Bombeiros (Bombeiro Mirim), a Coordenadoria do Meio Ambiente e a Coordenadoria do Idoso. O Governo Federal promove: Projetos Sociais do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); Fome Zero, Bolsa Família, Bolsa Escola, PSFs, Segundo Tempo; Projeto Brasil Alfabetizado, PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Projetos de Extensão das Universidades Federais, Leis de Incentivo ao Esporte e à Cultura, Saúde Comunitária, Comunidade Escola, Mutirão da Cidadania, Blitz da Cidadania, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Programa Agente Jovem, Agentes de Saúde (Yoga para Idosos). Em âmbito Municipal temos: Projetos Sociais do CIESC, Brilhar e Grupos de Terceira Idade, Bolsa Família e projetos habitacionais do município. Associações de Idosos do Município, Projetos Crescer e Metamorfose, Esporte Amador da cidade, ações conjuntas com as Secretarias Municipais de Assis-</p>

tência Social, Saúde, Cultura, Educação; Escolas municipais, estaduais e particulares (da Educação Infantil à Universidade); Associação Comercial e Industrial da cidade; Câmara dos Dirigentes Logistas, EMATER. Programa Municipal para Terceira Idade (Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social). Grande apoio ao PELC nas atividades realizadas nas comunidades, escolas e entidades. Novos loteamentos, com sede para associação de moradores e creche, quadra esportiva e espaço de recreação. Parceria com a Fundação de Assistência Social, oficinas de computação e atividades pedagógicas extra-classe. Grupos de Convivência, Oficinas de Teatro, Grupos de Canto. Campanhas solidárias nos bairros. Projeto Movimento (Educação) promove atividades físicas no Ginásio Municipal e asilos Municipais. Conselho Municipal de Defesa dos Idosos, Secretaria de Assistência articulada ao Conselho Municipal do Idoso, extensão comunitária das Universidades. Secretaria Municipal de Assistência Social e de Esporte (inclusão social pelo esporte e lazer). Ações dos Conselhos Municipais (Saúde, Educação, Idoso etc). Centro de Atenção à Terceira Idade "Sempre Amigos". Programa Estadual: Primeira Infância Melhor.

SUDESTE

Programa da Saúde da Família e Bolsa Família. Programa de Esporte da Prefeitura Municipal (esporte, lazer, necessidades especiais). Parceria com Ministério do Esporte pelo PELC e Segundo Tempo. Reformas e construção de equipamentos esportivos e de lazer nos diversos bairros da cidade, recuperação e preservação de patrimônios históricos, naturais e arquitetônicos da cidade, destinados a atividades de esporte e lazer. Prefeitura Municipal atende 100% das crianças, adolescentes e jovens na Educação Básica, Programas de ensino técnico-profissionalizantes e superior. Na área da saúde oferece atendimento básico, destacando o papel dos Agentes de Saúde do Programa Saúde da Família, do Departamento de Cultura e Esporte (com vários projetos), da Promoção e Bem Estar Social, dos diversos Conselhos (da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar); o Fundo Social oferece cursos profissionalizantes. Temos acordo/verbas com Governo Estadual para moradias. Projeto Jepom

(recruta jovens maiores de 18 anos, masculino, dispensados do Exército e dá oportunidade de primeiro emprego e cursos profissionalizantes). Adequação e melhorias dos espaços físicos existentes, construção de novos espaços. EJA nas escolas públicas, de forma precária, mas já oferece vagas, tem pouca divulgação. Qualificação profissional em parceria com governo estadual e terceiro setor. Restaurante popular do governo estadual. Viva Vôlei e ruas de lazer da Secretaria Municipal de Esporte. Eventos de esporte e lazer, construção de ginásios e quadras. Atividades recreativas com oferecimento de lanches. Realização de eventos culturais, utilização de espaços culturais. Atividades de apoio: psicológico, segurança pública, frentes de trabalho. Projeto pioneiro na área da saúde que necessita se tornar uma ação intersetorial. Programas de urbanização, de integração transporte, trânsito, parcerias com governo federal e Estadual; Projeto Canarinho, Escolinhas de Esporte, Projeto Ruas de Lazer, Jogos Escolares, Projeto Ginástica para comunidade e Hidroginástica para os pais; incentivo à cultura e ao turismo regional (valorização das manifestações esportivas e culturais da região). Instituto Brasil Igualdade Social (IBIS); Programa Morar Melhor; Bolsa Família; Recreação no Parque; parceria com Universidades e ligas esportivas locais; programa de alimentação; leis de incentivo à cultura e ao esporte; suporte em projetos e pesquisas junto a Polícia Militar, Casa de Recuperação Emaús, Unimed, Clubes Esportivos e Penitenciárias; Escola Integral; Programa Tim-Arte-Educação; Programa Saúde da Família. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Pró-Juventude; intercâmbio intermunicipal de grupos de idosos; acesso do idoso ao atendimento médico; inclusão digital do idoso; eventos para a socialização do idoso; EJA; acesso dos idosos da zona rural ao BPC (educação); valorização das manifestações esportivas e culturais da região pelo Circuito Estrada Real.

NORDESTE

Programa Bela Idade (municipal, semelhante ao Vida Saudável); palestras em igrejas de todos os credos; difusão da importância da atividade física, noções de nutrição, higiene; Caravanas da Intersetorialidade (ações integradas). PROSE

(Programa Saúde do Idoso), assistência médica, palestras e campanhas e material educativo, PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos), atividades esportivas, aulas de informática, BPC (Benefício de Prestação Continuada), Restaurante Popular, Bolsa Família, oficinas de artesanato, Centro de Convivência do Idoso, Passe Livre – transporte urbano. Interação com as políticas para o idoso junto aos órgãos de saúde, assistência social, universidades, conselho do idoso e a sociedade. Fundação da Criança e Assistência Social desenvolve um projeto intitulado Vida Ativa que atende 200 idosos acima de 60 anos de idade. Programa Cultura Viva do MinC; democratização e socialização de esporte, lazer e vivências culturais (principalmente zona rural). Educação, esporte e lazer pelo PELC, Segundo Tempo, Escola Aberta, Pró-Jovem, Caravana do Lazer, Espaço Criança Esperança, Programa Brasil Alfabetizado, Brigada Paulo Freire, Projeto Participação Criança, Centro Musical de Olinda. Saúde – Pedala Olinda, Se – Bole, Academia da Cidade. Políticas sociais – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Projeto Agente Jovem. Orçamento participativo – Projeto Opzinho (crianças e adolescentes). Bolsa Família. Coral, jogos, ginástica, seminários, palestras, passeios, caminhadas, oficina de artesanato, alfabetização de adultos, danças regionais. Ruas de lazer, festivais, festas tradicionais, gincanas literárias, torneio, passeio turísticos, trilhas ecológicas e caminhadas. Projeto Arte em Toda Parte; Calendário Anual de eventos culturais e esportivos. Segundo Tempo, Editais de Incentivo à Cultura e Pontos de Cultura. PETI, Programa de Atenção à Família, PAC, PPD, Bolsa Família, Brasil Alfabetizado, Brasil Sorridente, Farmácia Popular, Centro de Atendimento Psico-social, Pró-Jovem, Saúde da Família, Programa Sentinela. Prefeitura Municipal, Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania, Secretaria de Educação. Parcerias relacionadas à infra-estrutura. Centro de Referência e Assistência Social, Casas de Família, Brasil Alfabetizado, PSF, Central do Cidadão, INSS, Laboratórios de Informática de escolas estaduais, SUAS, SUS e Universidades.

Programa da Saúde da Família e Bolsa Família. Programa de Esporte da Prefeitura Municipal (esporte, lazer, necessidades especiais). Parceria com Ministério do Esporte pelo PELC e Segundo Tempo. Reformas e construção de equipamentos esportivos e de lazer nos diversos bairros da cidade, recuperação e preservação de patrimônios históricos, naturais e arquitetônicos da cidade, destinados a atividades de esporte e lazer. Prefeitura Municipal atende 100% das crianças, adolescentes e jovens na Educação Básica, Programas de ensino técnico-profissionalizantes e superior. Na área da saúde oferece atendimento básico, destacando o papel dos Agentes de Saúde do Programa Saúde da Família, do Departamento de Cultura e Esporte (com vários projetos), da Promoção e Bem Estar Social, dos diversos Conselhos (da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar); o Fundo Social oferece cursos profissionalizantes. Temos acordo/verbas com Governo Estadual para moradias. Projeto Jepom (recruta jovens maiores de 18 anos, masculino, dispensados do Exército e dá oportunidade de primeiro emprego e cursos profissionalizantes). Adequação e melhorias dos espaços físicos existentes, construção de novos espaços. EJA nas escolas públicas, de forma precária, mas já oferece vagas, tem pouca divulgação. Qualificação profissional em parceria com governo estadual e terceiro setor. Restaurante popular do governo estadual. Viva Vôlei e ruas de lazer da Secretaria Municipal de Esporte. Eventos de esporte e lazer, construção de ginásios e quadras. Atividades recreativas com oferecimento de lanches. Realização de eventos culturais, utilização de espaços culturais. Atividades de apoio: psicológico, segurança pública, frentes de trabalho. Projeto pioneiro na área da saúde que necessita se tornar uma ação intersetorial. Programas de urbanização, de integração transporte, trânsito, parcerias com governo federal e Estadual; Projeto Canarinho, Escolinhas de Esporte, Projeto Ruas de Lazer, Jogos Escolares, Projeto Ginástica para comunidade e Hidroginástica para os pais; incentivo à cultura e ao turismo regional (valorização das manifestações esportivas e culturais da região). Instituto Brasil Igualdade Social (IBIS); Programa Morar Melhor; Bolsa Família; Re-

criação no Parque; parceria com Universidades e ligas esportivas locais; programa de alimentação; leis de incentivo à cultura e ao esporte; suporte em projetos e pesquisas junto a Polícia Militar, Casa de Recuperação Emaús, Unimed, Clubes Esportivos e Penitenciárias; Escola Integral; Programa Tim-Arte-Educação; Programa Saúde da Família. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Pró-Juventude; intercâmbio intermunicipal de grupos de idosos; acesso do idoso ao atendimento médico; inclusão digital do idoso; eventos para a socialização do idoso; EJA; acesso dos idosos da zona rural ao BPC (educação); valorização das manifestações esportivas e culturais da região pelo Circuito Estrada Real.

NORDESTE

Programa Bela Idade (municipal, semelhante ao Vida Saudável); palestras em igrejas de todos os credos; difusão da importância da atividade física, noções de nutrição, higiene; Caravanas da Intersetorialidade (ações integradas). PROSE (Programa Saúde do Idoso), assistência médica, palestras e campanhas e material educativo, PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos), atividades esportivas, aulas de informática, BPC (Benefício de Prestação Continuada), Restaurante Popular, Bolsa Família, oficinas de artesanato, Centro de Convivência do Idoso, Passe Livre – transporte urbano. Interação com as políticas para o idoso junto aos órgãos de saúde, assistência social, universidades, conselho do idoso e a sociedade. Fundação da Criança e Assistência Social desenvolve um projeto intitulado Vida Ativa que atende 200 idosos acima de 60 anos de idade. Programa Cultura Viva do MinC; democratização e socialização de esporte, lazer e vivências culturais (principalmente zona rural). Educação, esporte e lazer pelo PELC, Segundo Tempo, Escola Aberta, Pró-Jovem, Caravana do Lazer, Espaço Criança Esperança, Programa Brasil Alfabetizado, Brigada Paulo Freire, Projeto Participação Criança, Centro Musical de Olinda. Saúde – Pedala Olinda, Se – Bole, Academia da Cidade. Políticas sociais – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Projeto Agente Jovem. Orçamento participativo – Projeto Opzinho (crianças e adolescentes). Bolsa Família. Coral, jogos, ginás-

tica, seminários, palestras, passeios, caminhadas, oficina de artesanato, alfabetização de adultos, danças regionais. Ruas de lazer, festivais, festas tradicionais, gincanas literárias, torneio, passeio turísticos, trilhas ecológicas e caminhadas. Projeto Arte em Toda Parte; Calendário Anual de eventos culturais e esportivos. Segundo Tempo, Editais de Incentivo à Cultura e Pontos de Cultura. PETI, Programa de Atenção à Família, PAC, PPD, Bolsa Família, Brasil Alfabetizado, Brasil Sorridente, Farmácia Popular, Centro de Atendimento Psico-social, Pró-Jovem, Saúde da Família, Programa Sentinela. Prefeitura Municipal, Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania, Secretaria de Educação. Parcerias relacionadas à infra-estrutura. Centro de Referência e Assistência Social, Casas de Família, Brasil Alfabetizado, PSF, Central do Cidadão, INSS, Laboratórios de Informática de escolas estaduais, SUAS, SUS e Universidades.

NORTE

Programa Iperdia (atende a hipertensos). Programa de atendimento à família. Processo de mobilização e discussão de políticas públicas a luz da realidade. Implantação do Conselho Municipal de Educação, potencialização dos demais conselhos. Construção de postos de saúde de qualidade, construção de praças e parques. Aumento da frota de transporte urbano. Parcerias governo estadual para resolver a falta de água, construção de poços artesianos. Os projetos da Secretaria Municipal de Saúde e Lazer da Metrópole. Escolas municipais de dança, Caravana da Lazerania, Brinquedotecas e Livrotecas fixas e itinerantes, torneios esportivos. Programa estadual de construção de 12 complexos de esporte e lazer baseado no planejamento territorial participativo. Aumento da integração das secretarias. Investimento nas regiões de IDH. Congresso da cidade e do campo. Saúde – CAIMI (Centro de Atendimento Integrado da Melhor Idade). Esporte e lazer – Centro de Convivência do Idoso. Educação – EJA. Criando políticas sociais com oportunidade para todos – “Jogos das Floresta”. Criando espaços alternativos e de multiuso: Centros poliesportivos, Quadrilhódromo, Parques Urbanos. PETI, Lei de Incentivo ao Esporte, Agente Jovem, CRAS.

Projeto Integrarte, Gincanas estudantis. Programas, projetos, atividades sistemáticas e assistemáticas com caráter comunitário: jogos, competições, manhãs de lazer. Disponibilizar profissionais qualificados para atuar como multiplicador; organização de espaços e materiais, construção de espaços alternativos; parcerias com escolas estaduais, clubes particulares, entidades em geral.

**CENTRO
OESTE**

PELC, jogos abertos, intertorcidas, campeonatos veteranos e jogos estudantis. Projeto Esporte – É Boa Saúde: Secretaria de Saúde, de Educação, Universidades e Clubes. FUNESP – atividades de esporte e lazer. Atendimentos de forma coletiva para a população. Trabalhos elaborados por SESI e SESC. Construção de praças esportivas, postos de saúde, hospitais, melhoria da segurança e das escolas. Bolsa Família, Pro jovem e projetos sociais Federais. Meu município não oferece nenhuma ação.

Quadro 4: Ações governamentais citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 5

REGIÕES

**PARCERIAS ENTRE PROGRAMAS
GOVERNAMENTAIS**

SUL

Projeto Social junto às famílias (Projeto Nossa Casa) realizado com recursos federais e municipais, onde foram construídas 76 unidades habitacionais. Projeto Segundo Tempo desenvolvido nas escolas, centros comunitários rurais e de bairros, EMATER. Quadra esportiva perto da escola atende comunidade. Há parceria entre clubes de futebol, clubes sociais, universidades, Corais municipais e Banda municipal. PELC Vida Saudável está engajado com o GRACIE (Grupo de Apoio e Convivência ao Idoso) da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. As comunidades têm sociedades com ginásios, campos, clubes de mães, lideranças que articulam população e governantes.

05 escolas públicas com Projeto Escola Aberta; a Secretaria Municipal de Desporto desenvolve eventos na cidade e parceria do Esporte Clube da Universidade com projeto de esporte educacional e comunitário. Instituição de Ensino Superior cede o Centro de Atletismo; Rotary Club (salas para atividades de lazer); Associações de Moradores (quadradas e salas); escolas municipais (cedem ginásios, quadras e salas para esportes e artesanatos); Comunidade Católica (espaços para esporte e artesanato); Departamento de Desporto e Cultura (realização de eventos), APAE (realização de atividades), Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Saúde, Bem Estar Social e Meio Ambiente. Secretarias Municipais Educação e Desporto, Associação Esportiva e Recreativa Florestal (escolinhas, esportivas), Programa Escola Aberta. Bolsa Família, ASEF, OASF, Piso de Média Complexidade. Auxílio a famílias carentes e pessoas com necessidades especiais. No Núcleo ACSBM temos parcerias com a Associação (cede espaço e tem representante no Grupo Gestor); a Brigada Militar (recursos humanos para o programa de Resistência às Drogas e Violência, no PELC; Igreja (recebe recursos do Fome Zero) ajuda a viabilizar o PELC; Instituto Superior (educação para saúde) participa dos eventos; trabalho voluntário dos estudantes da Faculdade. No Núcleo Pão dos Pobres o PELC tem parceria com a Escola Municipal (cede espaço físico), o ASEMA (Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto) e com a ARSLE (Associação de Reciclagem Seletiva do Lixo Esperança). Para a realização de eventos existem parcerias com a Associação dos Moradores do Bairro Salgado Filho, a Universidade, o Salão Paroquial, a Escola, a Secretaria de Cultura. Com a Rede CEDES mapeamos áreas de lazer da cidade. PSFs, onde há triagem dos portadores de doenças crônico-degenerativas e as encaminham para o Programa. Parcerias com o Turismo, a Educação, a Cultura, a Educação, a Saúde. Com as Associações de Bairro, Programas Federais (Ponto de Cultura, Musicarte), escolas municipais e estaduais. Representação no Conselho do Idoso e Programa Municipal do Idoso junto com a Instituições de Ensino Superior.

Prefeitura com Ministério Público (ressocialização de jovens infratores) pelo Projeto CEDEDICA; com projetos sociais do Lions Club, CEMAUIE, Lar Divina Providência, PROERD, Segundo Tempo, Fundações municipais; Fundações municipais, Prefeitura Municipal voltada a criança com objetivo do esporte de alto rendimento, Escolas municipais e estaduais, clubes esportivos, policia militar, conselhos de esportes, conselho de educação, saúde e assistência social, conselho tutelar. Com a Secretaria de Estado de Segurança Pública "Blitz da Cidadania", com um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), com escolas estaduais (atividades de basquete, grafite, break e yoga).

SUDESTE

Programa da Família, PSF, Atenção Básica em especial à assistência Social. Secretaria de Assistência Social e Cidadania; Fundação Cultural de Jacareí; Secretaria de Infra Estrutura; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Educação; Associação de Amigos de Bairro; Secretaria de Esportes e Recreação. Bolsa Família, parcerias para realização de eventos esportivos e de lazer com Governo Estadual, emendas parlamentares e convênios com entidades através de verbas estaduais, Parceria da Rede CEDES/ME através da Universidade, parceria com Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras e Conselho da Criança e Adolescente, Parceria com a Secretaria Municipal de Educação. As ações governamentais são estreitamente ligadas entre os Departamentos, com vários projetos: Cultura e Esporte com Educação; Cultura e Esporte com Saúde; Cultura e Esporte com Promoção e Bem Estar Social; Cultura e Esporte e outros organismos governamentais para qualificação profissional. Programa Bolsa Família da Secretaria da Educação. Secretaria de Habitação da Secretaria Estadual (recuperação e urbanização de favelas do município. Na área de qualificação profissional e segurança alimentar. Atividades do Vida Saudável com utilização de espaços municipais, atividades do Ministério do Esporte (Jogos Pan e Parapan). Universidade: Programa Médico da Família. Secretarias estaduais: saúde, esporte e lazer educação e defesa civil. Esporte na escola,

Programa Saúde na família, Bombeiro Mirim, Sorriso Feliz. Governo Federal/ Ministério do Esporte, com ações de financiamento, acompanhamento e avaliação. SESPORT na execução e gerenciamento do PELC, prefeituras municipais (Secretarias de Esporte, Educação, Meio-ambiente, Cultura, Ação Social, Saúde e Cidadania, Segurança); recursos humanos/suporte de diversas áreas; associações de gestores municipais – apoio à divulgação; associação das federações esportivas – suporte técnico e encaminhamentos administrativos; movimentos comunitários – escolas, conselhos, associações, entidades parceiras da Rede Criança – aproximação e envolvimento nas ações esportivas. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – relação técnica científica na perspectiva da qualidade na formação. Conselho Regional de Educação Física (CREF) – acompanhamento dos aspectos legais. Universidades e Faculdades – suporte técnico-científico e recursos físicos (instalações). Escolas particulares CEFETS e SESC. Federação das APAES – suporte técnico e encaminhamento dos portadores de necessidades especiais. Apoio a divulgação. Viação de Transporte com o transporte para evento anual, Educação Municipal OSCIP e IBIS (Instituto Brasil Igualdade Social) – desenvolvimento social sustentável. Associações de Moradores, Instituições de Ensino e Associações de Municípios. Bolsa Família. Habitar Brasil, empresas industriais, AMDI (Associação dos Municípios para o Desenvolvimento Integrado) e AMVA (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço). Com Universidades – pesquisa e esporte, empresas privadas – incentivo fiscal, Associação de Moradores, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, APAE, SESI, Segundo Tempo, Saúde da Família, Praça de Esportes, Clube, Instituto braço social de indústria.

NORDESTE

Atenção básica e saúde da família. Diagnóstico da clientela por meio de questionário e testes de saúde. Programa Cultura Viva (MinC). Programas - Agente Jovem, Sentinela, Casa da Família, PETI, Programa em tempo de Viver (terceira idade). Secretaria de Estado da Assistência Social/ PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e Fundação

Municipal de Ação Cultural. Escola Aberta – formação dos agentes. Divisão de Educação Inclusiva e Coordenadoria de Pessoas – localização das pessoas. Secretaria de Saúde, entidades comunitárias e ONG's. A Universidade realiza ações de educação, esporte, lazer e cultura com a Prefeitura da Cidade, com creches, ONG's, CEAD (Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência) e Secretaria Especial de Esporte. Secretaria Municipal de Ação Social, secretaria de Educação, de Saúde, CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), Secretaria Municipal de assistência social, secretaria municipal de educação, secretaria municipal de saúde, conselho municipal de assistência social (CMAS), conselho municipal de saúde e conselho municipal de educação. Vida Ativa com a Secretaria Municipal de Saúde. Governo estadual, entidades privadas e entidades não governamentais como a OMEP. Segundo Tempo, Secretaria de Ação Social, participação popular e educação, FUNCAJU, FUNDAT, EMURB, Secretaria de Transporte Públicos e Secretaria de Educação.

NORTE

AABB – espaço físico; sociedade marajoara de arte – oficinas; ONGs novos curupiras – geração de empregos e renda na zona rural. PETI, Bolsa Família, Encontros de formação e atividades sócioeducacionais, construção de Telecentros, Abrigos, Parcerias entre secretarias (Turismo, transporte, infraestrutura). FUNDAPA pelo PELC, FUMBEL pelo projeto bandas e fanfarras, Séc. de Saúde – dança na casa Mental, Secretaria do Meio Ambiente – brinquedoteca Jardim Botânico; Cia. de Trânsito educação no trânsito; Guarda Municipal da cidade – seguranças dos projetos em locais periféricos; AMA Belém – atividades lúdico recreativas; UFPA – projeto Saúde e Lazer, projeto Escolas de dança; Universidade Estadual – projeto Escola de Esporte. Com Estados e municípios que tem o projeto Navegar. Com Estados, municípios e iniciativa privada em núcleos do “Vida ativa na terceira idade”. Projeto Pintando a Liberdade. Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer em conjunto com a Secretaria de

	Assistência Social – Programa Vivativa. PETI, Grupo 3ª Idade, Agente Jovem e Ação Social. Relações Governo – Prefeitura Secretarias Municipais, exemplo: Feira da Economia Solidária, Campanhas Educativas, Projetos de reestruturação urbana, Processos de gestão participativa, Zoneamento ecológico, PETI, Agente Jovem que compartilham recursos humanos. PETI, Agente Jovem do PELC auxiliam na organização dos eventos especiais. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Ação Social.
CENTRO OESTE	PETI. Projeto Esporte – É Boa Saúde, Projeto Atleta do Futuro/Segundo Tempo, Projeto AABB/Comunidade, Projeto Avança Judô. Programas da prefeitura municipal – Atletas do Futuro, atividades esportivas nas praças e parques, núcleos de terceira idade, festas de lazer. Universidades – Assessoramento técnico. Parceiros da Escola, do GDF formalmente não, mas desenvolvem atividades de inclusão social e digital, educação ambiental, além de cursos de capacitação. Nós não temos ainda parcerias.

Quadro 5: Parcerias entre programas governamentais citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 6

REGIÕES	NOVAS PARCERIAS
SUL	Associações de bairro, associações em geral e meios de comunicação. Empresas esportivas ou estatais. Departamento de Assistência Social, Escolas das Redes municipais e estaduais de ensino, associações de bairro, Conselho Tutelar, Círculo de Pais e Mestres, Secretarias Municipais e Associação Comercial. Entidades civis, clubes, entidades públicas. ASSEDI, Clubes de Mães da EMATER, Liga Feminina de Combate ao Câncer, escolas e universidades, imprensa, Secretarias Municipais, Câmara dos Vereadores, Agentes de Saúde. Associa-

ções Comunitárias. Setores industriais e comerciais da cidade (Lei de Incentivo ao Esporte). Empresas e Associação Cultural Nipobrasileira de Ivoti. Associação dos Moradores, Sessão do Idoso, da Secretaria de Assistência Social. Secretaria Municipal de Saúde, EMATER, Clube das Mães. Secretaria Municipal de Saúde, da Cultura, de Ação Social, de Educação, de Obras; Ministério do Esporte/SNDEL, Universidades e Faculdades da cidade. Associação Pró Desenvolvimento do desporto e Grupo de Agentes de Pastoral Negros de São Lourenço do Sul, com atendimento nas comunidades quilombolas. Secretaria Municipal de Saúde, Organizações do Bairro, iniciativa privada, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Federal do Idoso, Ministério da Saúde, e da Educação. Centro Irmão Marista. Associação Feminina de Criciúma, Secretaria de ação social, entidades representantes dos portadores de deficiência. Associação comercial e industrial e o porto. SESI e SESC. Farmácias, laboratórios, consultórios médicos e empresas ligadas a saúde Associações comunitárias do comércio e a indústria. Prefeitura Municipal, ONG's, Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Saúde, Universidades e Faculdades de Educação Física isoladas. ME, programas voltados para idosos. Secretarias de Esporte, Educação, Cultura e Saúde.

SUDESTE

Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo. Empresa de Confecções Esportivas, que no momento é nossa parceira gerando emprego. Associações de Bairros, comunidade escolar e comunidade local. Empresas da cidade, secretarias municipais, comunidade organizada, entre outros. Universidades, escolas, SESC, Secretarias do Município, o Conselho Municipal de Esporte e Universidades da Cidade e Região. O setor privado. Governo estadual e secretarias municipais, faculdades locais, colégios particulares, associação de moradores, centros comunitários, Agenda 21 local, times de futebol de bairro, esportistas locais, rotary clube, lyons club, igrejas católicas e evangélicas. Secretarias de esporte, cultura, educação, 3º setor, empresas privadas, universidades, entidades de pesquisa, postos de saúde. secretaria de cultura, Prefeitura

Municipal de São Gonçalo, Ass. Nac. Gerontologia, governo municipal, federal, sociedade civil organizada, secretaria da educação NELTUR (turismo), transporte e secretaria de esporte, governo federal/ estadual em suas ações setoriais. Municípios e iniciativas não governamentais, governo federal (com materiais) e secretaria de saúde. Rede de ensino e Associações de Moradores, grupos organizados de mulheres, idosos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, de Assistência Social e de Esporte. Associações de Municípios, empresas de pequeno, médio e grande porte, pequenos comerciantes, profissionais da saúde, assistentes sociais, pais dos alunos, Associação do Comércio e das Indústrias – Rotary, Clube, Assessoria de Comunicação Social.

NORDESTE

Indústrias e comércio local. Secretaria de Saúde, comerciantes locais, Chesf, SEBRAE, Infraero, Exército brasileiro, Polícia Militar, Banco do Nordeste, Caixa Econômica, Banco do Brasil, CODEVASF, Governo Estadual. Universidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Associações de moradores, grupos da sociedade civil, escolas. Os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do entorno, grupos de convivência, abrigos de idosos, Conselhos, Universidade, sociedade civil organizada, o MP e secretarias de Saúde, Esporte, Cultura, Turismo e Assistência Social. Secretarias de Educação, Políticas Sociais, Saúde e Cultura. Entidades comunitárias, ONG's. Secretarias de Educação, Turismo, de Meio Ambiente, de Saúde e de Cultura. Prefeitura Municipal de Olinda, Associação Pernambucana da Terceira Idade, Universidades, SESI e Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Ligas esportivas e recreativas, associações de moradores, associações atléticas universitárias. Ministério do Esporte, Banco do Brasil e iniciativa privada. Ministério do Esporte, Banco do Brasil, CAIXA, SEBRAE e iniciativa privada. Fundação Municipal da Criança, da Cultura, do Desporto e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Turismo, de Educação e Comunicação. Prefeitura Municipal por intermédio da FUMDEL, entidades locais e externas e privadas não governamentais. Fundação municipal do trabalho, Secreta-

ria da Educação, Secretaria da Assistência Social, Secretaria de Comunicação, Obras e Urbanização, Secretaria de Participação Popular, Universidade Federal de Sergipe, UBM, UERN, cursos de Educação Física e enfermagem Central do Cidadão, INSS, Laboratórios de Informática de escolas estaduais, SUAS, AABB, BNB-Clube.

NORTE

Banco do Brasil e Sociedade Marajoara de Artes. Ass. Moradores de Abaetetuba, PM do Pará, Corpo de Bombeiros do Pará, UFPA, Secretaria Estadual de Educação de Abaetetuba. SEMTRANS, SEMTUR, SEMSA, UEPA, UFPA. Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. Municípios através de secretarias (educação, saúde, emprego e renda, esporte e lazer), iniciativa privada e ONGs. Assistência social (PETI e Bolsa família). Ministério do Esporte. Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC). Secretaria de Saúde (SUSAM), SEBRAE. Conselho de Desenvolvimento Humano (CDH). Secretaria de Assistência Social (SEAS). Municípios, Sistema S, Forças Armadas, IES, ONGs. Secretarias de Ação Social dos Estados e Municípios, Fundações de Cultura, Empresas de ônibus. Governo Federal, Universidade Federal do Acre, Governo do Estado, Secretarias Municipais. Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Rede de Ensino municipal e estadual. Comerciantes do município. Empresários Locais. Associação de formação de atletas, Associação de mulheres unidas, SEMAS, SEMECE, COMDICA, Divisão de Esporte e Cultura.

CENTRO OESTE

Secretaria de saúde, de ação social, conselho municipal (criança, esporte e educação), coordenadorias de esportes e cultura, educação indígena e do campo, movimento comunitário, comércio local, igrejas e escolas, secretarias municipais e parceiros da área privada, governo federal, estadual e municipal, instituições filantrópicas, sociedade organizada em geral, Rede Gasol, apoiador da "Casa do Saber", Ministério das cidades, da saúde, cultura e do fome zero, Governo do DF,

Ministério da educação e da assistência social e combate a fome, Secretaria de esporte, de educação, de cultura, faculdades alem de empresas privadas.

Quadro 6: Novas parcerias citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 7

REGIÕES	SUGESTÕES DE AÇÕES INTEGRADAS
SUL	<p>Doações de materiais e construção de locais para prática de esporte e lazer. Programas de educação infantil, com ênfase no esporte; apoio a grupos de 3ª idade para promoção de convívio e melhoria da qualidade de vida; atendimento integral a pessoas com necessidades especiais para prática de esportes e lazer; jogos tradicionais e rurais; jogos rurais; ruas de lazer, bailes comunitários, campeonatos, recreação; universidade: projetos de socialização, inclusão e formação permanente; prevenção para a saúde; oficinas, eventos, lanches e palestras; criação de espaços de cultura (acervos de livros, revistas, teatro, trabalho educativo), atividades de saúde, ações com a comunidade; eventos descentralizados; doação de materiais e cessão de espaço, atendimentos; Interlocução com outros núcleos para um atendimento mais amplo. SAE (Serviço de Assistência Especializada em DST/AIDS) do Ministério da Saúde, Segundo Tempo, Programa Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente, Programa de Inclusão Digital (para Terceira Idade) do Ministério da Ciência e Tecnologia. APDD seria ótimo e com os agentes de Pastoral Negros, junto às comunidades quilombolas. No município com o Conselho do Idoso, a Coordenação de Esportes e Universidade e líderes das comunidades. Articulação com AFASC para levantamento dos idosos do município. Realização de eventos e interlocução com empresas. Parcerias que facilitem a permeabilidade social e a constituição no grupo social de um processo permanente e auto-sustentável de gestão comunitária de esporte e lazer. Universidades: formação e capacitação técnica e produção de conhecimento; Prefeitura e ONG's: ceder espaços e gerenciar processos; Secretarias de Estado: apoiar a parceria nos programas executados no núcleo.</p>

Auxiliar com local, recursos para academia para os idosos. Oferta diversificada de modalidades esportivas, jogos lúdicos. Várias ações comunitárias apontando para mobilização local com participação da população. Realização de eventos de esporte e lazer para públicos diversificados. Divulgação e mobilização comunitária, aporte de recursos financeiros para materiais e equipamentos, utilização de espaços físicos, etc. Formação de profissionais do Programa e envolvimento do público alvo. Eventos e palestras. Incentivo ao esporte, patrocínio de campeonatos, entrega de prêmios aos ganhadores, reforma de estruturas do município. ampliação dos programas e implementação de novos programas. Incentivar aumento escolaridade. Conscientização problemas ambientais. Divulgação de material educativo. Incentivo a retirada de documentos (CPF, RG). Viabilização dos espaços públicos existentes. Integração PELC, escola, comunidade. Disponibilizar a agenda cultural do município e guia turístico. Encaminhamento de participantes, preventivo de saúde, oferecimento de lanches, uniforme. Ampliação da valorização nas atividades artísticas. Saídas culturais, que tem como um dos objetivos o acesso dos participantes a locais culturais do município, disponibilizar agenda cultural e guia turístico. Saúde, acesso ao esporte participação, educação-esporte, cidadania. Dar maior sustentabilidade aos eventos de lazer, ações sistemáticas de conhecimento do patrimônio histórico. Ações para além do econômico, ou seja, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana. Projetos sociais contínuos na área do esporte educacional com metodologias que estabelecem relações entre as ações das secretarias estaduais e municipais. Ampliação do atendimento na área esportiva, atendimento clínico e acompanhamento familiar. Descentralização das ações, maior interação dos cidadãos, ampliação de atendimento nas escolas. Encontros da terceira idade, palestras, festivais de danças/esportes. Disponibilização de espaços físicos, melhor comunicação entre os municípios consorciados. Capacitação de jovens – mão-de-obra para empresas; envolvimento das famílias; integração dos filhos dos funcionários. Convivência entre escola e família. Difusão das inter-

venções – causar impacto social. Disponibilização de recursos materiais e humanos; trabalho voluntário dos associados; apoio na formação continuada e divulgação do Programa.

NORDESTE

Consolidar o Programa, buscar infra-estrutura ideal, continuidade das ações. Cadastro para empregabilidade da clientela ativa, ações conjuntas com programas estaduais. Capacitação; passeios educativos, de lazer, culturais e turísticos; festas, confraternizações; seminários. Universidades: programas de extensão em áreas estratégicas, estágio supervisionado para docentes de diversas áreas, seminários regionais para a qualificação dos agentes. MDA: acessibilidade ao esporte, lazer e bens culturais socializadores com equipamentos e instalações públicas e aberturas de núcleos em áreas assentadas; formação de um pólo gestor para programas empreendidos na região do sisal. Mostras públicas, matrícula de alunos, divulgação do PELC. Atividades de esporte, lazer e cultura. Oficinas culturais para a preservação, desenvolvimento, fruição e passagem da cultura popular. Os módulos de formação continuada serão um espaço aberto para as áreas temáticas envolvidas. Ações permeadas na formação continuada e na troca de experiências. Campanhas educativas, palestras, seminários, feiras, concursos literários, eventos, passeios turísticos e culturais. Festivais de cultura corporal, esporte e lazer nas ruas; pesquisa de interesse do idoso em práticas de lazer, turismo recreativo e esporte de aventura para a terceira idade. Festivais, festas tradicionais, passeios turísticos, trilhas ecológicas, torneios e gincanas literárias, coral, jogos, torneios, gincanas literárias, oficinas manuais e capacitações. Atividades, recreativas, esportivas e de lazer, saúde, educação, cultural e assistência social. Ações específicas de cada organização, estabelecer ações colegiadas a fim de aplicação de escala e/ou participação em eventos que favorecem as ações. Traçar ações conjuntas, como por exemplo: esporte e lazer em todas suas manifestações populares, incentivo à leitura, qualificação profissional, realizar campanhas. Divulgação, interlocução com lideranças, formação de agentes sociais, manutenção de espaços e equipamentos de lazer, avaliação de

qualidade e construção dos eventos. Ações: práticas esportivas, educação, saúde, com resgate das vivências culturais, literatura de cordel, contação de história, apresentação teatral, festivais de música, eventos, parcerias.

NORTE

Disponibilização de local, recursos para academia para atividades para o idoso. Desenvolvimento de oficinas artesanais e projetos intergeracionais. Pesquisa, planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações fundamentais em projetos oferecidos a comunidade. Trabalho com 3ª idade, macros eventos, recrutamento de estagiários, formação continuada. Construção e disponibilização de espaços esportivos e de lazer, na periferia. Ações integradas entre saúde, educação e inclusão social. Resgate da cidadania, redescobrimto dos espaços de esporte e lazer como formador da inserção social dos excluídos. Trabalho com população mais desprovida. Atividades culturais e esportivas, educação para o idoso, atendimento médico, capacitação de idosos, atendimento de questões de moradia e emprego. Disponibilizar agentes e compartilhar a gestão do programa. Cursos de cabeleireiro, culinária, crochê, reciclagem, manicure, artesanato, iniciação ao teatro, orientação cultural, passeios, assistência social. Planejamento, formação de educadores, seção de uso de espaços. Desenvolver consciência do voluntariado, utilização de espaços e materiais, apresentação de palestras e seminários, troca de informações, acompanhamento do desenvolvimento individual. Festivais musicais, campeonatos esportivos. Apoio aos eventos em geral. Torneios de futebol, basquete, vôlei, handebol, ruas de lazer, dança folclórica.

CENTRO OESTE

Exames médicos, situações de vulnerabilidade social, festivais tradicionais, palestras, celebrações a partir do programa. Todos os eventos. Palestras, cursos, comemorações, passeios. Promover o esporte e o lazer – atividades de integração e participação da população. Recursos para academia para o idoso, eventos relacionados a melhor adaptação dos idosos com a sociedade. Melhoria das condições materiais e estruturais para a condução operacional dos projetos, habilitação e

colocação da mão de obra no mercado de trabalho relacionados aos jovens do programa "Forças no Esporte". Apoio para melhoria da infra-estrutura, atendimento a saúde, ampliação dos projetos culturais e distribuição de alimentos à comunidade atendida. GDF: equipamentos públicos; MEC e Combate a Fome: parceria tornando obrigatória participação dos beneficiários do programa PROJOVEM, PROUNI e Bolsa Família. Qualificação, abertura de espaço físicos públicos, recursos humanos melhor qualificado e melhorar a estrutura existente.

Quadro 7: Sugestões de ações integradas citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 8

REGIÕES	AÇÕES INTEGRADAS: EXPECTATIVAS DOS GESTORES
SUL	<p>Nesses 03 anos vimos que não resultados significativos sem cooperação. Melhores possíveis, pois juntas as entidades unem forças para tocar projetos e aprimorá-los. Provocar a população em geral de que sua participação será imprescindível para o sucesso do projeto. Mobilização de toda comunidade; envolvimento e valorização da família; divisão de responsabilidades; interdependência dos setores; satisfação do público alvo; formação de boa base para desenvolvimento de outros projetos sociais. Ampliar conhecimento sobre desenvolvimento humano e social do cidadão e acesso dos participantes do Vida Saudável. Abrangência das ações do PELC. Processo deve ser bem estudado para que os parceiros compreendam a importância dos mesmos (enraizamento na comunidade e potencialidade). Ampliar e qualificar atendimento considerando diferenças. Positivas, já que as realizamos. Qualificar e ampliar o trabalho do PELC. Divulgação, controle social e organização. Envolver outros setores sociais, atender demandas, promover conhecimento dos direitos dos cidadãos. Comprometer mais ainda o programa com a participação. Aumentar apropriação e continuidade. Expansão do Programa.</p>

Construção dialogada, respeitando diferenças; comprometimento de todos parceiros; ações realmente integradas. Diversificação das atividades. Integrar de forma participativa. As iniciativas de parcerias podem gerar a manutenção das oficinas oferecidas pelo programa. Troca de experiências e trabalho diferenciado. Fortalecimento e ampliação do PELC. Favorecer uma melhor qualidade de vida aos envolvidos. Esporte e lazer como condição de transformação e emancipação da comunidade. Melhorar os programas existentes em prol da qualidade de vida dos idosos. Qualificar o atendimento, evitar sobreposições, otimizar ações e evitar descontinuidade. Atender 700 pessoas acima de 45 anos com atividades que contribuam para a convivência e qualidade de vida.

SUDESTE

Cumprir a meta do projeto e integrar o idoso na sociedade, reduzindo a obesidade. Melhorar os indicadores sociais, preparando o público para o trabalho. O objetivo é inserção dos mesmos no sistema socioeducacional. Contemplar e difundir o esporte, lazer e cultura pelo fomento a eventos realizados de forma participativa com a comunidade, sendo indispensável a auto-organização e trabalho coletivo. Que possam fluir diante das necessidades, com os parceiros citados. A expectativa é grande, pois sem essa integração ficam difíceis, parciais e segmentadas. Qualificar o atendimento. Apresentar às entidades citadas as nossas iniciativas a serem realizadas no programa. Que essa ação conjunta garanta uma parceria cada vez maior da população nas práticas esportivas, culturais e de lazer. Melhora gradativa e acentuada. Potencializar resultados do PELC, ampliar a possibilidade de inserção social das diversas faixas-etárias e portadores de deficiência, como sujeitos de direitos e cidadãos. Melhoria na execução geral, número de participantes, prevenção de doenças, resolução de dificuldades dos participantes – falta de alimentação, falta de vestimentas, ampliação do conhecimento das comunidades. Promover a integração de ações criando um ambiente que favoreça o uso social e produtivo do programa. Agilidade e capilaridade das ações, integrando e atingindo maior demanda populacional. Dar sustentabilidade ao programa

favorecendo seu enraizamento. As ações integradas na forma colegiada demandam saberes na prática administrativa e pedagógica: escuta mútua, diálogo no coletivo, preservar princípios do programa, estabelecer conexões das ações dos setores para o alcance dos objetivos. Melhoria atendimento, ampliar número de vagas e melhor condição de vida familiar. Maior abrangência na programação e execução das ações com um número maior de pessoas. Contribuir para uma sociedade mais igualitária, promover ações de apoio à cidadania, ao bem-estar coletivo, ao desenvolvimento social e à melhoria da qualidade de vida da população. Fortalecimento e integração das ações desenvolvidas. Melhoria da qualidade de vida da população acima de 45 anos. Atender ao grupo de trabalho contemplando diferentes necessidades e demandas.

NORDESTE

Realizar intervenções multidisciplinares e trabalhar a intergeracionalidade; implantação plena da intersetorialidade, sem superposição das ações setoriais; melhoria das condições de funcionamento dos núcleos; planejamento, integração e divisão de ações e responsabilidades; grande, pois o PELC é uma novidade na região (comunidades rurais). Possibilidade de acesso ao lazer, ao esporte, à atividade física e à cultura; estimular outras parcerias de forma consistente; acredita que a superposição de programas ou ações potencializa os resultados; novas possibilidades de ações integradas poderão ser conquistadas; promover uma atuação intersetorial; efetivação e implantação de políticas que concretizem os direitos do idoso. Ampliar e enriquecer as oportunidades a serem oferecidas ao público; mais avanços a partir de experiências acumuladas – exemplo para outras ações; proporcionar uma resposta social mais efetiva – superação da fragmentação das ações; otimizar recursos, articular atividades, potencializar o uso dos equipamentos públicos; atender as demandas da população – maior impacto na qualidade dos serviços; consolidar programas e projetos intersetoriais; integração universidade-sociedade-ministério; potencializar a integração e os impactos positivos; que o atendimento seja feito de forma integrada e coparticipativa, como

em diferentes programas; esperam parceria efetiva para promoção da integridade no desenvolvimento das ações; pretende-se estudar a melhor maneira de apresentar as atividades variadas nos diversos campos sociais; criação de políticas públicas de esporte, lazer, recreação e cultura, bem como a otimização do uso de espaços para as atividades e despertar para a consciência desse direito. Ampliação e diversificação das oportunidades de atendimento das demandas e necessidade da população. Ampliar a gestão democrática, articulando as comunidades para acessibilidade, difusão e fomento da cultura, universalizar a prática do lazer.

NORTE

Desenvolvimento e consolidação das ações; enfrentar articuladamente os problemas do município; muito tênua, pois as ações integradas ainda ocorrem por acaso; estabelecimento e consolidação de uma política pública de esporte e lazer junto às comunidades; por meio da multiplicação da formação de agente, implementação de espaços comunitários; maximizar os resultados promovendo inclusão social através do esporte e lazer; maior número de pessoas atendidas; que haja interação objetivando uma melhor qualidade; amenizar as dificuldades nas questões de saúde; acompanhamento dos programas medicamentosos permanentes; redução do analfabetismo entre idosos; melhoria da qualidade de vida; competência e eficiência na gestão, aumento no nº de atendimentos e de ações que o programa poderá executar, maior reconhecimento da sociedade; recursos de cabeleireiro, culinária, crochê, reciclagem, manicure, artesanato, iniciação ao teatro, orientação cultural, passeios, assistência social; melhor qualificação, rendimento e resultados na execução dos programas, projetos e atividades; agir de forma integrada, com consciência dos diferentes papéis; aumentar os atendimentos; que possa atender as necessidades da comunidade de forma lúdica e prazerosa; maior integração para melhorar os resultados.

CENTRO OESTE

Grandes, devido a animar e reunir a comunidade, criar e ser parceiro; desenvolver ações integradas com secretarias mu-

nicipais, estaduais e federais, conselhos, universidades e empresas privadas; integrar as populações dos vários núcleos – eventos de esporte e lazer; proporcionar maior convívio, maior participação nas ações; promover encontros para troca de experiências entre população e agentes de lazer; aumento da qualidade de vida da população e interatividade entre eles; melhoria e aperfeiçoamento dos instrumentos de inclusão social e qualidade de vida; baixar índice de criminalidade, melhorar a qualidade de vida e a saúde; ampliar participação popular no controle social; o apoderamento da população; melhora no quesito de otimização e qualidade das atividades desenvolvidas.

Quadro 8: Ações integradas: expectativas dos gestores, citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC – 2007

QUADRO 9

REGIÕES	AÇÕES INTEGRADAS: GRUPO GESTOR E ENTIDADE DE CONTROLE SOCIAL
SUL	<p>Conselho Gestor se reúne uma vez por mês, mantêm se informado e acompanham o melhor possível (o volume de nossas atividades é muito grande. É atuante: questiona, sugere e visitam núcleos de forma aleatória, trazendo demandas para reuniões. A entidade de controle social é representada no Conselho Gestor por uma representante (a mantém informada). Acreditam nas ações integradas avaliando parceiros. Deverão ser parceiros em todas as fases do projeto. Harmônica, coerente e responsável nas tomadas de decisões e execução das mesmas. Democrática nas buscas de opiniões e respeito às individualidades. Pela integração do Grupo gestor e entidade de controle poderá ser alcançado metas do programa. Planejamento conjunto com comprometimento de cada um no desenvolvimento das mesmas. Minhas experiências mostram a importância da ação conjunta da entidade de controle social. O grupo gestor planeja, organiza e realiza reuniões para discutir o Programa, acompanhando os agentes soci-</p>

ais. A entidade de controle social tem que ser engajada, participar de forma efetiva no planejamento e execução. A entidade de controle social será o Conselho Municipal de Desporto. Termômetro para avaliação do Programa. O grupo gestor (representantes dos núcleos) atua sistematicamente nas ações integradas, reivindicando, sugerindo. Alguns membros do Grupo Gestor são pouco atuantes, mesmo assim a coordenação os mantém informados. Outros atuam intensamente em todas as ações. Atuam na discussão, planejamento, execução e avaliação. Grupo gestor tem a difícil tarefa da organização e desenvolvimento do Programa. Ele as lideranças técnicas e comunitárias compõem fórum permanente de trabalho. O grupo gestor não interfere no planejamento das ações, apóiam sua realização. A entidade de controle social apóia a qualificação dos agentes sociais. Todo trabalho integrado é discutido mensalmente com os parceiros. Grupo gestor – mediados das ações realizadas, servindo de suporte. Reunião de planejamento e execução. Disponibilidade de espaço físico, integração e interação dos envolvidos, visando a qualidade de vida através do esporte. A parceira com o Conselho Estadual de Esporte e Lazer foi pensada a partir da possibilidade da atuação conjunta devido à diversidade de instituições em seu colegiado. as ações integradas visam a qualidade das atividades e o bom atendimento ao idoso, pois todos participam com sua vivência e experiência. São realizadas reuniões periódicas pela coordenação e equipe do projeto. Há muito a desenvolver na relação da coordenação com a entidade de controle social. O grupo gestor disponibilizou várias atividades para essa demanda, além de incentivar todo o trabalho realizado.

SUDESTE

Tem dado total apoio administrativo e financeiro para que o projeto funcione o melhor possível. Já a entidade de controle social tem atuado ativamente na fiscalização dos recursos e monitoramento das ações, sendo uma das parceiras para o bom desenvolvimento do projeto. É uma gestão participativa e democrática, com caráter deliberativo (acompanha, coordena, fiscaliza, monitora e avalia). Cabe à instância social a responsabi-

lidade pelo controle social da execução do convênio e andamento do projeto. Realizada por meio de reuniões mensais, relatórios de ação, participação direta no acompanhamento das atividades, entre outras. Há anos são parceiros de ações no município. O avanço é o desenvolvimento do PELC, pois a parceria seria mais dinâmica. A Secretaria de Esportes é responsável pela implantação do PELC estará atenta aos trabalhos desenvolvidos, pois o nosso objetivo é atender a população. O representante do Conselho Municipal de Esportes é um ex-atleta, professor de Educação Física e estará acompanhando o Programa. Atuar em conjunto, buscando objetivos comuns para atender melhor, com qualidade, de forma contínua, equilibrada e transparente. Acompanhamento in-loco, participação das reuniões de avaliação e planejamento mensal. Encontro do Grupo Gestor uma vez por mês, com participação do representante de controle social, também nos eventos. A entidade é próxima do núcleo. Boa integração do grupo, com reuniões para debates e reflexões sobre a atuação do Programa. Ampla, integrada aos objetivos do programa, com total liberdade de opinião e deliberação. Acompanhamento direto dos agentes com suporte dos coordenadores e consultores, com encontros avaliativos das ações. A secretaria municipal de educação e a secretaria municipal de cultura, esporte e lazer compõem o grupo gestor, que controla bom funcionamento de todo projeto. Segue padrões de atendimento popular de maneira clara. Irão monitorar e documentar os resultados das ações desenvolvidas. Reuniões para globalizar as ações desenvolvidas nos municípios consorciados, ativa e participativa – acompanha o processo e o desenvolvimento do projeto. Consiste no monitoramento das ações – do planejamento à execução de forma articulada visando a sustentabilidade. Tem caráter propositor além de fiscalizador.

NORDESTE

A entidade de controle social apóia as atividades desenvolvidas no Programa. Reuniões semanais e visitas diárias aos núcleos; troca de informações com entidades, secretarias transversais e sociedade civil. Compartilham todos os encaminhamentos, discussões, decisões e tarefas de forma democrática e

com participação ativa das comunidades na fiscalização e divulgação do Programa. O grupo se reunirá uma vez por mês para avaliação sobre a aplicação do Programa; se orientará numa ação conjunta e partilhada desde o planejamento até a execução. O grupo gestor teve uma atuação predominantemente de subordinação às idéias e propostas da coordenação. A entidade de controle social marcou presença constante e posição crítica nos momentos importantes do desenvolvimento do projeto. Seminários – debates, avaliação e sugestões em relação ao funcionamento do Programa, visitações, solenidades e eventos culturais com a participação de todos. Os programas de apoio aos idosos, as mães do PETI e do segundo tempo participam de programas monitorados e avaliados pelos conselhos: conselho municipal de assistência social, conselho municipal dos direitos da criança e adolescência, conselho tutelar, do idoso, instância do controle social e o PETI. Viabilizar a operacionalização de todas as atividades inerentes ao programa, através do planejamento, monitoramento e coordenação das atividades, juntamente com os conselhos, que tem ênfase participação no controle social. Todas as ações dos programas são acompanhadas. Reuniões semanais do grupo gestor e participação ativa em todas as ações integradas e reunião mensal com a entidade de controle social e recebendo informações e visitando os núcleos. Acompanhamento e monitoramento das ações, necessidade de trabalhar no fortalecimento da participação e da articulação de políticas públicas. Desenvolver parceria para avaliação processual do programa. Reuniões periódicas. Realizar de forma contínua, mensalmente, com avaliação das ações, durante a execução do programa.

NORTE

Supervisiona e monitora as atividades, articulam com a sociedade civil e governo; é colegiada pressupõe participação efetiva e compromissada no encaminhamento das ações. O grupo gestor começou antes do convênio, discutiu a escolha de coordenadores e agentes. A entidade de controle só participa quando enviamos convite. O grupo gestor – acom-

panha e avalia o desenvolvimento qualitativo e disponibiliza informação à entidade de controle social, quando solicitado. Espera-se que seja a partir de um colegiado, para garantir a representatividade. Monitoram e dão sugestões de melhorias de forma integrada. Estado, através da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer. A entidade de controle social não vem acompanhando o programa, conseqüentemente não temos ações integradas. Atua na fiscalização, acompanhamento e avaliação do programa, agentes e coordenadores. Suporte na parte logística, articulando parcerias. A entidade de controle social não tem sido atuante, apesar da proximidade de sua sede em relação a do grupo gestor. Planejamento, acompanhamento e relatoria. Todas as ações são realizadas em conjunto.

Quadro 9: Ações integradas: grupo gestor e entidade de controle social atuações citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 10

REGIÕES	PLANEJAMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS
SUL	<p>Partimos dos princípios: o que desejamos; onde queremos chegar; o que devemos fazer para irmos ao encontro dos nossos objetivos; que parceiros nos ajudam nesse processo; o que devemos fazer. A partir daí convidamos parceiros para conversar, redefinimos estratégias e responsabilidades e partimos para ações. Com aperfeiçoamento de coordenadores e monitores, qualificando profissionais. Utilizar ações integradas. Encontros de estudo e planejamento após diagnóstico. Conhecimento das estruturas físicas, locais, empresas e possibilidades de apoios, índices e dados do município. O planejamento deve organizar a capilaridade, definir papéis, e ações de todos. Ser flexível, com linha de pensamento, a partir de diagnóstico da realidade. Dialogando com a comunidade, seus grupos e demais instâncias do programa. Mapeamento dos diversos projetos da cidade (executores, público, localização, atividades, objetivos). Por meio de reuniões com todos envolvidos, destacando o</p>

protagonismo dos sujeitos. Atividades integradas. Por meio de reuniões com lideranças comunitárias, chefes de setores, equipe de trabalho, etc. Reuniões periódicas com agentes sociais e participando das formações. Pelas ações participativas, reuniões específicas e integradas. Reuniões com setores citados. Reuniões com parceiros. Respeitar calendários de eventos dos parceiros. A Universidade, Coordenação de Esportes e comunidades organizam programa, o Conselho Municipal fiscaliza e sugere, todos avaliam. Pela definição de fins compartilhados, envolvendo diferentes experiências e formação. Nas discussões semanais. Semanalmente com todos os agentes e representantes da entidade. Contar com estruturas físicas, inserir-se nas comunidades pelas associações de moradores. Participação de entidades envolvidas. Através de encontros semanais, avaliação semanal, planejamento coletivo e por área. Reuniões e encontros de formações reunindo gestores, agentes e entidades de controle social. Planejamento centralizado para maior acesso as informações, discussão coletiva das dificuldades. Identificar todas as ações estabelecidas no planejamento e verificar a interface destas para potencializar as metas do programa. Todo programa para ser eficaz e efetivo precisa de planejamento. Pelo grupo gestor, com cronograma de ações e participação efetiva. Um cronograma que será realizado com as atividades desenvolvidas e com o melhor horário para os participantes.

SUDESTE

Planejamento integrado desde a origem do projeto trabalhando junto as várias secretarias e a sociedade civil. Considerando o projeto um ciclo vital vivo, ciclo próprio, Importância da participação dos beneficiários em todo processo, com objetivo de transformá-los em instrumentos de alta realização para beneficiários. Por meio de reuniões de sensibilização e participação dos órgãos e entidades envolvidas, visando atingir metas do programa. Principalmente as áreas de cultura, educação, desenvolvimento social e esportes, lazer e atividades motoras. Pela realização de Fórum com participação de todos os setores públicos, entidades de controle social, associação

de pais e mestres, Conselho Tutelar e comunidade local no planejamento das ações. Utilizando os professores e profissionais das diversas áreas para atender os munícipes incluídos no Programa. Com ajuda de todos os envolvidos, buscando descentralização do poder com a participação de todos. Com a participação ativa e racional dos setores. Contato inicial com secretários municipais e designação de técnicos para atuarem nas ações. Reuniões mensais com técnicos, grupo de controle social e equipe do PELC. Implementação das decisões no atendimento direto aos participantes. Definição de metas e avaliações, integrando agentes sociais e políticas públicas sociais. Grupo gestor e entidade de controle poderiam levantar em conjunto as possibilidades de ações integradas de acordo com cada núcleo. Definir em conjunto as melhores opções para alcançar os objetivos pré-estabelecidos considerando a teia de relações. Norteados pelo objetivo do PELC, através da multifuncionalidade de cada órgão. Através de objetivos comuns. Escuta mútua e diálogo coletivo na perspectiva crítica tendo como referencial o entorno e não os objetivos específicos do programa. Trabalhar com princípios como norma que guia a ação humana, na crença de que a mudança é possível, de forma articulada com rede de contato diário através de reuniões e relatórios. Planejamento semanal com coordenação administrativa e pedagógica, juntamente com a secretaria de saúde, democraticamente com visão de atendimento popular, com legitimidade e excelência por meio de encontros programados, de forma flexível, com base nos princípios e objeto do Programa, de forma coletiva e organizada, respeitando as diferenças culturais dos envolvidos, tratando as questões no coletivo, sempre para melhor atender a comunidade. Diagnóstico das ações e possíveis impactos. Trabalho com pressupostos de co-gestão e co-participação. Diálogo com o poder público e diversas iniciativas. Avaliação de maneira participativa, democrática, sustentável, contínua, permanente e capaz de gerar a sensação de compartilhamento nos parceiros envolvidos.

NORDESTE

Em paralelo com as ações de cada núcleo, incluindo formação e evento. Participação de todos os órgãos públicos, privados e sociedade civil. Elaboração, controle, acompanhamento e verificação do plano. Sempre buscando a interlocução com os atores sociais envolvidos. Abertura de fóruns de debates comunitários mobilização e articulação da comunidade. Observação da participação ou não dos inscritos nos programas dos parceiros a fim de incluí-los. Mapeamento das tradições populares identificadas na comunidade. Nos módulos de formação, planejamento, execução e realização das ações do programa. Elaboração do projeto básico. Apreciação do projeto básico em reunião com todos os setores envolvidos. Realização das devidas alterações – orientação do coletivo, formação de uma comissão organizadora e ratificação das atribuições e funções; a partir da integração entre as secretarias. Promover de sentidos e significados às ações por meio da participação dos envolvidos. Planejamentos participativos, gestão colegiada, ações integradas, comunicação e divulgação efetiva do realizado e do realizável. Reuniões realizadas pela equipe executora, oficinas envolvendo a comunidade, trabalho em grupo, visitas institucionais e domiciliares aos locais de realização das atividades. Realizado de forma participativa envolvendo a equipe do projeto, juntamente com o conselho, responsável pelo programa. Reuniões para verificar as necessidades da população atendida. Participação de representantes de todos os segmentos dos atores sociais do projeto. Reuniões sistemáticas com parceiros, construção de um plano integrado. Mediante propostas do grupo gestor.

NORTE

Com participação do público envolvido, representante sociedade civil, entidade controle social, entidades parceiras. Integração do grupo gestor na discussão das políticas públicas dos municípios, trocas de experiência com Conselhos e entidades participantes. Reuniões inter-secretarias, debates, seminários com pauta de ações comuns. Planejamento pelo viés da coletividade. Os indicadores temáticos emergem do geral e essencial oriundos das comunidades, visando um salto qualitativo à integração de ações modificadoras. Planeja-

	<p>mento participativo, com vistas a identificação de problemas, definição de metas. Por setoriais ou grupo de trabalho, a cada quinzena. A interação entre os envolvidos. Em conjunto com o Grupo Gestor, o Controle Social e o Fórum Permanente do Idoso. Envolvendo diferentes formações profissionais, parceiros e sociedade. Através de calendário de reuniões específicas, envolvendo agentes e gestores onde se discuta o papel de cada um, responsabilidades e avaliação dos resultados. Reuniões preliminares, diagnóstico de situação e programa de planejamento, com diversos setores, órgãos e segmentos, com base nos objetivos do programa e das metas, dos setores, discussão para verificar a melhor abordagem.</p>
CENTRO OESTE	<p>Através do planejamento coletivo (reuniões), além de atividades organizadas, com distribuição das ações a serem realizadas. Em cada núcleo vai ser diferente, devido a realidade de cada um. Será realizado quando o Convênio para início dos trabalhos for assinado. Por meio de eventos – fomentar a participação da população nos espaços de lazer. Apresenta um alto grau de integração entre os órgãos governamentais e parceiros. Com parceria entre vários órgãos como PM, escolas (pública e privada), administração regional. Irão construir o planejamento através da inclusão social. Quanto maior numero de apoiadores ou parceiros melhor para o projeto, cada um dando seu nível de participação e contribuição gerando idéias.</p>

Quadro 10: Planejamento de ações integradas citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 11

REGIÕES	PESSOAS A SEREM ENVOLVIDAS NAS AÇÕES INTEGRADAS
SUL	<p>Todos os segmentos. Há ações em que um público específico será mais importante. Grupos de Idosos, por exemplo. Empresários e políticos da cidade. Assistentes sociais, enfermei-</p>

ras, agentes de saúde, professores, secretários municipais, médicos, líderes comunitários, presidentes de clubes de mães. Todas as pessoas, buscando maior abrangência do grupo envolvido. Representantes dos órgãos públicos, líderes municipais, religiosos, sindicais, da indústria, do comércio e lideranças estudantis. Lideranças diversas. Profissionais de Educação, de Educação Física, da área da cultura, da saúde, pedagogia, serviço social, turismo, nutrição, bombeiros, do direito, terapeutas ocupacionais, professores de dança, psicólogo, assistente social, enfermeiros. Gestores, coordenadores e monitores, idosos, coordenadores da terceira idade, bolsistas, parceiros, comunidade, beneficiados, agentes dos programas municipais, estaduais e federais.

SUDESTE

Já são envolvidos universitários, voluntários da terceira idade, agentes comunitários, assistentes sociais, entidades como APAE, Lar São Francisco, Sociedade São Vicente de Paulo. Todas as pessoas interessadas em contribuir com o Programa num trabalho coletivo e participativo, compartilhando suas vivências no contexto social, cultural e profissional. Profissionais de Educação Física, estagiários, lideranças comunitárias, voluntários, profissionais do serviço social, gestores, conselheiros, alunos e usuários. Todos os envolvidos: profissionais do esporte, educação, saúde, assistência social, psicologia, fonoaudiologia, recreação, artistas e agentes da pastoral da criança. Os profissionais contratados para o PELC. Os professores de educação física, pedagogos, médicos, administradores, assistentes sociais, biólogos, estagiários, pedagogos, artistas, médicos, policiais e psicólogos. Professores, líderes comunitários, bolsistas e voluntários. Profissionais com saberes experiências: artesão, mestres de capoeira e artes marciais, músicos, artistas, brincantes da cultura brasileira. Lideranças comunitárias, aposentados, diretoras de colégios, jovens voluntários, universitários estagiários, agentes comunitários de saúde. Todos os agentes sociais. A princípio o grupo gestor, entidade de controle social e representantes de ações integradas. Coordenadores de núcleos. Famílias integrantes do programa. Grupo gestor, representantes de secretarias, coor-

	denadores, gestores, parceiros, comunidade e voluntários, agentes sociais, coordenadores, presidente da entidade, voluntários e grupo gestor.
NORDESTE	<p>Pessoas que atuam nas áreas de educação física, pedagogia, nutrição, fisioterapia, gerontologia, serviço social. Coordenadores, professores, estagiários, monitores e os próprios participantes. Gestor, coordenadores, bolsistas, professores de educação física, estagiários e voluntários. Professores de educação física, historiadores, facilitadores e agentes culturais, estagiários, Griôs Sisaleiros (mestres da cultura e do saber popular), artista plástico. Lideranças locais, profissionais de educação física, gestores do esporte e lazer, produtores culturais e artistas, educadores e pedagogos, gestores do serviço público. Público atendido, bolsistas, coordenadores, parceiros sociais. Todas as pessoas envolvidas no Projeto em cujo trabalho as ações demandam integração. Agentes sociais ligados aos conteúdos culturais – esporte, meio ambiente cultura, turismo. Profissionais envolvidos no programa, como médicos, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, educadores, enfermeiros e nutricionistas. Idosos, crianças, jovens, mães de crianças atendidas pelo PETI, associações comunitárias e grupos organizados. Pessoas com experiências anteriores no desenvolvimento de atividades esportivas, de lazer, culturais, educacionais entre outras. Agentes sociais, voluntários, comunidade em geral, professores e alunos da Universidade, Faculdades, grupo gestor. Coordenador, bolsistas, responsável técnico, gestor e voluntários. Professores, agentes sociais de esporte e lazer, comunidade, agentes de saúde, representantes de igrejas, associação de moradores grupos culturais, Agremiações Esportivas, Voluntários.</p>
NORTE	<p>Lideranças comunitárias e religiosas, profissionais que trabalham no núcleo, gestores de entidades parceiras. Coordenadores de núcleo. Presidentes e voluntários de associações de bairro, professores de educação física, estagiários, pedagogia e educação artística, psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, pedagogos, arte-educadores e grafiteiros. To-</p>

dos os participantes do programa. Médicos, professores da rede pública, grupos de assistência social. Monitores, coordenadores, agentes sociais, gestores, coordenação do programa, de núcleo, agentes, parceiros da sociedade civil – associação de moradores.

CENTRO OESTE

Assistente social, psicólogo, médicos, agente de saúde, enfermeiros, professores e pessoas do sindicato. Dirigentes das Associações dos Idosos, conselheiros, presidentes de bairros, clube de mães, agentes comunitários de saúde. Profissionais da área do esporte e do lazer, acadêmicos de educação física, gestores de município e estado e a população em geral. Militares com habilitações variadas, estagiário, professores de educação física, representantes de entidades públicas e particulares, bolsistas, alunos de universidades públicas e privadas, instituição do estado que pense em política pública para a juventude.

Quadro 11: Pessoas a serem envolvidas nas ações integradas citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 12

REGIÕES

LIDERANÇAS PARA AÇÕES INTERSETORIAIS

SUL

TV, Jornais, empresas privadas. Idosos, clubes de mães, associações de deficientes, associações de bairro, comunitárias (outros programas sociais), Lideranças comunitárias, indígenas e estudantis, associação dos profissionais do esporte, grupo de jovens, Escolas, Ginásios de Esporte, Clubes, Centros de Tradições Gaúchas, Italianas e Alemãs. ASSEDI, Liga Feminina de Combate ao Câncer, times de futebol, escoteiros, ONGs, Sindicatos, grêmios estudantis, EMATER, igrejas, institutos, diretores de escolas, Universidades, Brigada Militar, Banco SICR, Rotary. Projetos Crescer e Metamorfose, professores Secretarias Municipais (saúde, educação esporte e lazer, assistência social e cidadania, creches, entidades sociais, Con-

	selhos, Coordenação de Esporte. Secretarias de Estado, Unesco, SESC, Câmara de vereadores.
SUDESTE	<p>Associações de moradores e rede de ensino. diversos grupos organizados de capoeira, de mulheres, idosos; escolas; clubes esportivos; paróquias e pequenas empresas da região, associações de bairros, presidentes de bairros, sindical, artístico e sociedade civil organizada, associações de bairro, conselhos, secretarias, organizações privadas, ONG's, Rotary Clube e Clubes. Universidades e faculdades, órgãos científicos, associação de gestores (AGELES), associação de moradores, conselhos regionais, instituições não governamentais, secretarias estaduais e municipais, federações esportivas. Secretaria municipal de educação, secretaria de esporte e lazer do ES, associação das federações esportivas. Associações esportivas, de classe e de moradores, escolas, colégios públicos e particulares, universidades particulares, igrejas, clubes, lideranças comunitárias, postos de saúde. Mídia em pequena escala, grupos de ações comunitárias, associação de moradores. igrejas, associação de moradores, igrejas, grupos de jovens, setor educacional, transporte, turismo. PSF controle de pressão, Iper Dia, Secretaria de Cultura, Secretaria da Saúde, Secretaria de Esporte. Criança e do Adolescente; Associação Anti-alcoólica de Dobrada; Associação de Amigos do Bairro Portal do Sol. Organizações Não Governamentais; Governamentais; e Entidades Privadas que possam contribuir com problemas tratados. Órgãos públicos, centros comunitários, entidades, conselhos municipais, universidades, Sistema "S" e outros. Departamento de cultura e Esporte, Departamento de Promoção e Bem Estar Social, Programa Saúde da Família, Pastoral da Criança e Conselho Tutelar. Associações de bairros. Projeto Jepom.</p>
NORDESTE	<p>Universidades, escolas, poder público e privado que atuam na promoção da saúde. Associações comunitárias, ligas desportivas, associações recreativas, culturais, clubes, centro social urbano, escolas, exército, grupos religiosos, conselho do idoso, APOCHESF e grupos da terceira idade, Liga</p>

Desportiva e Cultural dos Assentamentos da Região, ONG's, movimentos de jovens de assentamentos, prefeitura mirim, associação de mães e pequenos produtores, grupos culturais, etc. Lideranças das próprias comunidades – dirigentes de instituições com reconhecidos serviços prestados à comunidade onde atuam. Grupos de convivência, o SESC, Secretarias, Associações de bairro, Associações e Federações esportivas. Clube esportivo, quadras de esportes, ginásios e praças, associações comunitárias, líderes comunitários de bairros, a Plenária Temática Esporte e Lazer do Orçamento Participativo reuniu mais de quinhentas pessoas e elegeu a maior delegação dentre as temáticas. Fundação Municipal de Desporto e as Universidades de Educação Física. Setor privado, governamental, público, não-governamental e comunitário. Lideranças políticas municipais e estaduais, lideranças comunitárias, igrejas, ONGs, iniciativa privada. Professores, agentes sociais de esporte e lazer, comunidade, agentes de saúde, representantes de igrejas, associação de moradores grupos culturais, Agremiações Esportivas, Voluntários. Associações comunitárias, Universidades, AABB, Casa da Família, Secretaria de Esporte e Escolas.

NORTE

AABB, Secretaria Municipal de Esporte, Associação Náutica de Marajó. Secretaria Municipal de Saúde, Educação, Meio Ambiente, Departamento de Transito, Fundação Cultural, Associação de Moradores, Associação de Deficientes Físicos. Esporte amador, SESC, Associação de moradores, escolas, clubes recreativos. CEAL, Funpapa, AMA Belém, Associação Desportiva Fidelis-Gremio, Centro comunitário Allan Kardec, Terra firme esporte clube, Associação dos moradores do Conj. Habitacional Paracuri II, Instituto esportivo das comunidades de bairro, Esporte clube atlético Guajará, Grupo beneficente novo mundo, Instituto de capacitação Gerando Oportunidades, Associação Esportiva Real Madri, Art-Soccer, AFAEPA. Envolvimento do setor privado, ginásio de esporte, praça da bíblia, praças, estádio, casa de cultura, escolas, associações de Bairros, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer. IES, Sistema S,

	<p>Governo do Estado e Municípios através da Assistência Social. Saúde educação ação social, cultura, entidades parceiras, movimento social, comunidade em geral que já desenvolve programas e projetos em seus bairros. Igreja, Polícia Cidadã, Secretaria de Saúde, SEDUC, SEDAM, Escolas. Sindicatos, Associações comunitárias, rurais, comerciais, entidades religiosas. Associação comercial, diretores de escolas, sindicatos de trabalhadores rurais, outras secretarias municipais e estaduais, Associações.</p>
CENTRO OESTE	<p>Associações de bairros, Centro de Convivência do Idoso, parques de esporte e lazer, universidades. Líderes comunitários e grupos da terceira idade, nos núcleos de atendimento aos idosos. Saúde, ação social, escola, grupo de idosos, secretaria de educação, sindicato, empresários, pastoral da criança e pastoral da terra. Associações comunitárias, religiosas e educacionais. No setor público (ministérios, secretarias do GDF, CBM, PM.), no privadas do (bancos, SESI, SECS, ONGs diversas...). Polícia Militar, escolas particulares e no SESC, com atletas independentes da cidade.</p>

Quadro 12: Lideranças para ações integradas citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 200

QUADRO 13

REGIÕES	LOCAIS PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS
SUL	<p>Centros culturais de esporte e lazer, praças, ruas, parques, centros comunitários, pavilhões comunitários, associações, centros de convivência, módulos esportivos, igrejas, escolinhas de futebol, campos de várzea, ginásios, escolas, associações da moradores, ONG's, CRAS, postos de saúde, comunidades distantes do centro do município, comunidades de bairro, clubes, áreas de camping, universidade, CTG, Italianas e Alemãs, Auditórios Centro Administrativo Municipal pista de skate, bicicross, clubes de mães, salões de festas, unidades sanitárias e de saúde, bairros.</p>

SUDESTE

Bairro Sra Santana, Sagrado e COPEM. Escolas, clubes esportivos, salões paroquiais, ginásios, praças públicas, campos de várzea, etc. Centros esportivos, escolas e salões paroquiais, campos de futebol, escolas, parques, clubes e igrejas, escola municipal e APAE, reservas ambientais, clubes, praças, ruas, Rotary Clube e Pains Tênis Clube, escolas, teatros, áreas livres (lagoas, praias e matas), escolas públicas, posto de saúde de múltiplos atendimentos, espaços privados: universidades e faculdades, inst. Não governamentais, áreas esportivas (praças), quadras poli-esportivas, campos de futebol. Cursos de reaproveitamento de alimentos, de terapia ocupacional, artesanato, palestras sobre saúde e terceira idade. No Centro de Lazer do Trabalhador Arnaldo Roveri; no Centro da Juventude Lino Trevisan. Espaços públicos e privados como: centros comunitários, clubes esportivos sociais, praças, quadras, campos. Centros comunitários, escolas, universidades, parques, Sistema "S", Centros esportivos e de lazer. Escolas municipais e estaduais, casa da Cultura, Biblioteca Municipal, Centros Comunitários, Ginásio de Esporte, Campo de Futebol, Praças Públicas. Bairros da periferia nos finais de semana. Escolas. Associações esportivas, escolas, ONGs, campos de futebol, quadras, centros comunitários, centros de saúde, centros culturais, igrejas, praças, associação de moradores, escolas públicas, postos de saúde, cinemas, teatros, circos, bibliotecas, lonas culturais, escolas, centros comunitários e equipamentos públicos de esporte e lazer, condomínios, logradouros, comunidades de baixa renda, integradas as secretarias de esporte, educação e turismo.

NORDESTE

Parque da cidade, associações de bairros, igrejas, parque de exposições, clubes, postos de saúde, igrejas, terreiros de candomblé, clubes, centro social urbano, exército, centros comunitários, Ateliê Escola Arte e Sertão do IMAQ, salões comunitários, praças e espaços abertos das comunidades, espaços públicos – orla da cidade, associações da comunidade, ruas, praças, interseção com abrigo de idosos, clubes, quadras e ginásios, AABB, clube, rua de lazer, quadra esportiva, centro do idoso e ginásios esportivos, escolas da rede municipal,

<p>NORTE</p>	<p>estadual e privada, quadras esportivas, parques, praças e ruas da cidade, pátios das igrejas e espaços das associações comunitárias, ruas, praças da cidade, universidades, ginásios, clubes de esporte, campos e estádios de futebol, campos de várzea, parques ambientais, terrenos livres dentro dos diferentes bairros, espaços comunitários existentes (associações, clubes, igrejas e outros), espaços públicos de lazer, praças, parques, centros esportivos, centros sociais, escolas, clubes, Sede de Maçonaria e BNB.</p> <p>AABB e Secretaria Municipal de Esporte, escolas da rede municipal e estadual, ginásio municipal, corpo de bombeiros, praças do município, centros comunitários, ginásio da cidadania, logradouros públicos, espaços esportivos municipais, estádios, quadras polivalentes, espaços adjacentes das universidades, campos de futebol, quadras de escolas teatros, cinemas, parques, barcos, e reservas ambientais, espaços formais: escolas, estádios, ginásios, quadras universidades e espaços informais: margem dos rios, praias e praças, estádio, casa de cultura, centros comunitários esportivos, Fundação Vila Olímpica, centros culturais, parques, campus universitários, praças e equipamentos esportivos e de lazer do município. Secretarias municipais e programas PETI e Agente Jovem, espaços improvisados, eventos esporádicos, UNISP – Segurança Pública, Associação Atlética de Clube Máster, Sindicato de Trabalhadores Rurais.</p>
<p>CENTRO OESTE</p>	<p>Parques de esporte e lazer, ginásio de esportes e clubes sociais, Parque Ayrton Senna na região do Aero Rancho, nos referidos núcleos, praça, salão da igreja, ginásio de esporte, quadra de areia, bairros e ruas da comunidade, escolas da rede pública, escola de educação aos deficientes, Centro de Desenvolvimento Social – CDS do GDF, parques ecológicos, auditórios, clubes e universidades.</p>
	<p>Quadro 13: Locais para realização de ações integradas citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007</p>

QUADRO 14

REGIÕES	PROBLEMAS QUE PODEM SER VIVIDOS
SUL	<p>Falta de espaço para toda demanda de público, de pessoal disposto a ações integradas, desconhecimento, por parte dos atores envolvidos, de seus lugares no projeto, de solidariedade dos profissionais, discriminação, preconceitos, falta de iniciativa e motivação, falta de participação efetiva de todos, mudança de liderança, de apoio do poder público local, falta de estrutura e falta de meios de locomoção que facilitem o acesso ao núcleo. Não cumprimento do acordado com os parceiros, falta planejamento – participativo– monitoramento e avaliação, dificuldade de harmonizar horários, Desconhecimento da realidade e das necessidades do outros. Divergência de opiniões e objetivos, Desconfiança e disputa política entre gestores. Atrasos nos processos burocráticos (licitações). Falta de clareza sobre o que está sendo trabalhado, prioridade de faixa etária e entendimento que o trabalho é integrado, Ações não sejam assistencialistas, Distanciamento dos objetivos do programa e dos participantes, interferência de instâncias de poder na definição e execução das propostas, trocas de pessoas sem preparação, diferenças das organizações envolvidas, dificuldades orçamentárias, envolvimento e participação do grupo gestor, sobreposição de ações, disponibilização de recursos.</p>
SUDESTE	<p>Horário de atendimento para crianças em creches em período integral; gestão no planejamento e controle das ações – divergência de opiniões; falta de adesão dos envolvidos, de compromisso com o objetivo do Programa; atritos culturais; não conseguir atender a todos. Não estar aberto a ouvir e respeitar o outro, não estar aberto a novas idéias e valores. Falha na comunicação, ausência de envolvimento com a realidade local, preocupação com interesses individuais, falta de políticas de incentivo. Envolvimento de todos sem perder de vista os objetivos e metas do Programa. Qualificação acadêmica, social e política dos quadros profissionais. Falta de po-</p>

líticas públicas. Propostas de ações integradas não contempladas no planejamento estratégico do Estado; falta de planejamento e coordenação; aumento não sustentável. Não vemos problemas, podem ocorrer rejeições aos tipos de atividades. Divergências de idéias e ações, problemas com infraestrutura, dificultando a eficiência do projeto, falta de divulgação. Divulgação de serviços públicos e comunitários, mobilização comunitária (participação, preservação e manutenção de serviços locais), consumo de drogas, sedentarismo, hábitos alimentares. A não compreensão por parte de alguns setores e gestores de políticas públicas que essas ações podem acontecer de forma intersetorial e não fragmentadas pelas áreas afins especificamente. As dificuldades do dia a dia como prevenção de drogas, gravidez precoce, e outros. O problema da educação, saúde, família. Conflitos de idéias e interesses. Estrutura limitada das Secretarias Municipais, equipe insuficiente, estrutura precária dos equipamentos, falta de preparo dos agentes comunitários de saúde. Divergências políticas, interesses pessoais que não visam o bem comum. Perda de foco, divergência de opiniões e de objetivos correlatos. Competição e falta de visão compartilhada.

NORDESTE

Clientela com patologias diversas. Falta de recursos, falta de envolvimento e participação dos parceiros, divergências políticas. *Descontinuidade de participação do público, falta de recursos, dificuldade de socialização inter-comunitária dos trabalhos produzidos e das ações participativas.* A vaidade individual e institucional, demagogias e promessas pretensivas, intervenções político-partidárias durante o processo, falta de motivação das lideranças atuantes. Falta de comprometimento nas ações conjuntas, desagregação de políticas públicas. Transporte adequado para locomoção dos idosos. Dificuldade de transporte adequado para idosos e atendimento hospitalar. Falhas no cumprimento com o que foi estabelecido – centralização, autoritarismo, falta de autonomia, falha no planejamento, falha na comunicação e socialização do Projeto. Dificuldade de informação, ausência de visão sistêmica, resistência à gestão integrada, falta de planejamento, falta

de clareza nos papéis, descontinuidade das ações, falta de compromisso. Não participação efetiva de todos nas decisões, má distribuição e recursos, implicações políticas partidárias, falta de mobilização social, centralidade, assistencialismo, falta de comunicação. Planejamento e estruturação das ações integradas e colaboração dos parceiros. As entidades querem somente ter o seu nome reconhecido (individualismo organizacional). Na realização de ações integradas: não efetivar parcerias, descumprir parceria, descontinuidade do Programa, falta de qualificação de pessoal, deficiência de infra-estrutura, falta de credibilidade da população em relação a renovação. De opinião, compreensão dos objetivos e prioridades.

NORTE

Falta de infra-estrutura e recursos, de visão do todo da complementariedade das ações. Desorganização e desarticulação. Falta de liderança e coordenação das ações. Interrupção das atividades – falta de espaço; falta de espaços; atraso no prazo de entrega dos materiais do programa Pintando a Liberdade; Baixa qualidade desse material esportivo; falta de merenda; redução do número de bolsistas em contra-senso ao aumento da demanda. Pouca experiência na área de gestão integrada e com entidades de controle social. Dificuldade de descentralização orçamentária e na definição de papéis e diminuição do controle das ações. Logística e organização. Divergências de opiniões. Demandas de outras faixas etárias, além dos idosos. Falta de comprometimento. Disputas políticas e ciúme entre lideranças locais. Falta de comunicação e planejamento das atividades. Problemas de acompanhamento e execução. Desconhecimento e falta de clareza do papel de cada ator envolvido no processo, falta de compromisso e banalização dos objetivos. Falta de qualificação dos profissionais, dificuldade de organizar determinados eventos envolvendo grande número de profissionais. Falta de profissionais que queiram se envolver com o lazer. Falta de materiais.

CENTRO OESTE

Já é uma prática da Prefeitura. Não encontramos problemas. Temos que considerar as diferenças culturais, as dificuldades

múltiplas em organização e transporte. Desagregação social e familiar, medo do futuro, dificuldade de acreditar nas pessoas e mitos. Devido a falta de articulação, poderá ocorrer falha na execução da ação. Falta de consciência social e de realidade do problema de afeto e outro órgão ou setor, falta de recursos materiais ou financeiros. Falta de espaço, de recurso e estrutura física. Há disputas politiquieiras, ciúmes entre lideranças locais.

Quadro 14: Problemas que podem ser vividos citados pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 15

REGIÕES	ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS
SUL	<p>Estabelecer encontros periódicos de avaliação, Diálogo, Planejamento coletivo, execução, avaliação, replanejamento a partir do diagnóstico, esclarecer a responsabilidade de todos envolvidos. criar ações motivantes e integradas gerando ambientes agradáveis, Profissionais motivados e capacitados. Programas integrados com recursos integrados; secretarias e ministérios integrados. Agilidade nos processos burocráticos. Publicizar as parcerias cada vez mais e a rotina dos projetos sociais. Realizar um cronograma das atividades a serem desenvolvidas e incluí-las no orçamento. criar um departamento para reunir as idéias – equipe não é de funcionários de carreira (maioria temporários). Uso de espaços alternativos (ruas e locais fora do perímetro urbano). Buscar diálogo, integração e envolvimento com a comunidade para gerar o compromisso recíproco, consenso entre líderes. Voltar os esforços para o trabalho com crianças e adolescentes – para no futuro diminuir os problemas incentivando o esporte e a educação. Reuniões bimestrais com todos envolvidos, cursos de aperfeiçoamento. Trabalho e discussão de problemas em grupo, oficinas e trocas de experiências com outros municípios. Garantir a participação da sociedade civil organizada no Comitê Gestor. Trabalho e horários diferentes. Envolvimento real de todos. Participa-</p>

ção da imprensa e família. Organização do material e definição antecipada das necessidades a serem supridas, definição clara de objetivos, público alvo e das pessoas capacitadas para tal fim. Construção coletiva do Programa; apropriação da proposta por todos; definição de papéis; legitimidade de representantes; conhecimento da realidade; planejamento adequado para a tender necessidades e realidade orçamentária; no caso da Universidade, produção de pesquisas a partir da realidade.

SUDESTE

Flexibilizar horários para atender a todos. Definir o papel de cada um e planejamento integrado. Sistematizar ferramentas de controle das ações e do processo de comunicação. Motivação. Explicação e ênfase nas propostas. Trabalhar as diferenças culturais antes de desenvolver as ações. Firmar parceria com a comunidade local – voluntários. Diálogo, convivência, respeito. Formação continuada, feedback – avaliação. Diagnóstico para soluções coletivas e organizadas – baseadas nas metas do Programa. Constituir uma equipe com quadro qualificado com o perfil: capacidade de resolver problemas e tomar decisões de modo construtivo; trabalhar e decidir em grupo com referencial na solução da redução da ameaça social; usar o método da análise-síntese dos fenômenos sociais; crítico diante da realidade; estabeleça avaliação constante como meio de ajuda e solução de problemas. Ter um coordenador geral para orientar todo o processo. Implantação de parceria pública, melhor direcionamento das verbas governamentais para as ações que envolvem ações esportivas voltadas para melhor idade. Informar legalmente ao poder público sobre a importância e necessidade do projeto para a população e contar com a regulação dos locais. Atuação conjunta entre os entes envolvidos e a envolver. Implantação de serviços diversos e sua manutenção. Fixação dos serviços e atividades nos locais. Continuidade das ações e programas já implantados e em funcionamento, independente das transições políticas. Realização de fórum para se debater as questões e propostas, difundindo que pelo desenvolvimento de ações de esporte e lazer de maneira intersetorial, as realiza-

ções se tornam mais eficazes e otimizadas. Integração das secretarias como: educação, saúde, segurança, entre outras. Diálogo permanente, definição de metas, funções e raio de ação dos setores. Planejar de forma participativa, ampliar alianças, oferecer benefícios aos colégios, oferecer cursos e oficinas. Verificar como lidamos com a informação, nas ações intersetoriais as informações são organizadas e disponibilizadas para que todos possam ter acesso e ampliar os conhecimentos. Isso é básico para tomada de decisão. Uma decisão é um comprometimento com a ação. Entendimento dos interesses políticos e pessoais que devem ser banidos em prol das necessidades sociais. Discussões, debates, pré-determinação de ações. Reuniões sistemáticas, construção da pauta conjunta.

NORDESTE

Criar o vínculo das áreas envolvidas com devido reconhecimento. Programas de acompanhamento psicossocial, atividades lúdicas, atividades esportivas adaptadas. Elevação do grau de consciência, realce da importância do Programa, superação das divergências, busca de alternativas de recursos. Melhor normatização de funções dos envolvidos; utilização de materiais alternativos; participação de voluntários, colaboradores e parceiros locais; formatação de sub-projetos – sustentabilidade das ações; melhor qualificação da gestão social – melhor planificação das atividades; eventos e atividades intra-comunitárias contínuas e criação de uma rede de divulgação e informação para socialização das experiências. Esclarecimento de todo o processo aos participantes, entendimento do seu papel no grupo, construção do senso crítico do grupo, pacto entre as partes para avaliação e acompanhamento. Planejamento, realização e avaliação das ações em conjunto, visibilidade das ações por meio da imprensa. Locação de veículos. Elaboração democrática do planejamento. Constituição de uma comissão organizadora com setores e segmentos envolvidos. Investir na formação dos agentes envolvidos. Apresentação de experiências de gestão integrada. Ampla participação no planejamento, efetivo processo de comunicação, descentralização de poder. Designar uma pessoal

para cada ação, colaboração dos parceiros, ações intersetoriais as informações deverão ser organizadas e disponibilizada. Planejar colegiadamente e reconhecer o alcance de cada ente. Estimular empenho de parceiros, capacitações sistemáticas, adequação dos espaços físicos, definir cronograma plurianual. Discutir questões polêmicas, conscientizar sobre os objetivos do programa.

NORTE

Busca de espaços alternativos, novas parcerias e investimentos. Planejamento participativo à luz, de fato, da realidade da população atendida Planejamento conjunto, definição de papéis, organização conjunta, construir processo de avaliação onde se possa com honestidade aparar as arestas. Investimento público-privado para a construção de espaços esportivos e de lazer. Envio dos materiais esportivos no ato de implantação do núcleo. Reduzir o valor da bolsa para manter o número maior de agentes. Planejamento detalhado das ações. Definir claramente os papéis. Oficinas de gestão integrada e descentralização orçamentária. Oficina preparatória para realização do controle social. Melhor planejamento, gestão compartilhada, trabalhar a motivação, buscar soluções conjuntas, criar um comitê de gestão integrada, fundamentado no planejamento estratégico do programa. Realizar encontros periódicos, visando a implantação de um fórum permanente de avaliação e planejamento contínuo e integrado, avaliação continuada; reuniões periódicas, estar atento e flexível para modificar ação que não estiver atingindo às expectativas; promoção de eventos com grande antecedência, solicitar ajuda de outros municípios, terceirização de serviços. Prever vagas no curso do PELC para profissionais de outros setores. Buscar patrocínios e parceria com a comunidade em geral.

CENTRO OESTE

Construção conjunta – participação de todos nas decisões. Fazer organogramas com funções e obrigações que serão respeitadas na execução. Relação familiar, organizações de associações, cursos profissionalizantes. Distribuição de ações de forma clara, determinando responsabilidades. Realização de

eventos para conscientização social. Em parceria com o governo, reutilização de espaços como estacionamentos, transformando em quadras poliesportivas. Eliminação do valor da contrapartida exigido na formalização do convênio. Maior presença dos órgãos federais junto aos governos locais e uma melhora, conseqüentemente, em relação entre quem desenvolve os projetos, a comunidade beneficiada e os órgãos competentes.

Quadro 15: Alternativas de soluções citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC – 2007

QUADRO 16

REGIÕES	PLANEJAMENTO INTEGRADO: INFORMAÇÕES IMPORTANTES
SUL	<p>Políticas e diretrizes, planos, objetivos e resultados, responsabilidades e papéis, diálogos e reuniões, trabalhos e limites do programa; Consciência da necessidade da intersetorialidade. Diagnóstico real da situação (idade, sexo, residência, profissão, doenças, renda, interesses, capacidades, potencialidades) e otimização de recursos. demandas, tipo de atividades a serem desenvolvidas, quem vai desenvolvê-las e custos. datas, locais, público, saber o que todos têm a oferecer. Disponibilidade de espaços e materiais, vivência e cultura da localidade. Capacidade de envolvimento dos parceiros; métodos e instrumentos para planejamento. Controle total das ações com relatórios periódicos. Domínio dos processos burocráticos do Programa. Definições sobre: o que desejamos, onde queremos chegar; o que devemos fazer para irmos ao encontro dos nossos objetivos; que parceiros nos ajudam nesse processo; o que devem fazer, como, onde e quando, que público beneficiar: todos, quais. A partir daí convidamos parceiros para conversar, redefinir estratégias e responsabilidades, partir para ações, avaliar o realizado. As contribuições materiais, financeiras e recursos humanos cedidos pelos parceiros nas ações integradas; elaboração de calendário de eventos e projetos de médio e longo prazo; criação de banco de dados sobre a comunidade da cidade;</p>

estabelecimento de indicadores de resultados para acompanhamento e avaliação dos projetos. As avaliações permanentes com críticas e sugestões dos diferentes setores: escolas, secretarias, comunidades. Conhecimento base do programa, acesso a formação, busca de experiências e em outros núcleos. Ações compartilhadas (fatores positivos e negativos). Conhecimento do outro, identificação de potencialidades e fraqueza, e de papéis, conhecimento do contexto, e das temáticas de esporte e lazer. Acontecimentos diários.

SUDESTE

Realidade e demandas das comunidades. O objetivo do Programa – garantir o acesso livre e irrestrito às manifestações de esporte, cultura e lazer. Dados sobre o público alvo, demandas, faixa etária, condições sócio-econômica, o público atendido, atividades a serem oferecidas, como desenvolver estas atividades, necessidades da comunidade. Questionamentos acerca da relevância e dos objetivos das atividades. As metas, os papéis e funções, as estratégias, resultados esperados, dinâmica da equipe, características do público, recursos existentes, cronograma de execução. Filtrar e dispor das informações em tempo real está relacionadas ao compromisso estabelecido na política setorial do esporte. Informações sobre o projeto – detalhes sócio-políticos e pedagógicos, avaliações do cotidiano. informações sobre as oportunidades e desafios das ações administrativas e pedagógicas, quem vai trabalhar, nomes, grupos, locais, setores, as reuniões com agentes, assistentes sociais, reunião mensal para rever planejamento, atividades, mais informações e experiências de outros municípios da Região. Relacionadas a determinação dos objetivos e aos instrumentos adequados para seu alcance. Tipos de serviços oferecidos na comunidade por órgãos públicos e sociedade civil. Projetos em fase de elaboração a serem implantados e a envolver. Comunicação clara, precisa e detalhada de todas as fases do programa e o estabelecimento de uma agenda comum dos setores envolvidos e parceiros. De acordo com as necessidades indicadas pela população pesquisada. Montar uma rede de informações, onde cada setor tivesse as informações dos demais. Princípios, objetivos e metas, avaliação, resultados alcançados e estatísti-

ca de atendimento. Proposta aprovada pelo Ministério do Esporte, plano de ação, planejamento mensal, textos da formação inicial. Perfil de local e diagnóstico aprofundado. Sobre o que as comunidades pensam. Discussão, estudos, divisão de tarefas e cronograma. Todas que possam esclarecer e nortear as ações futuras, relativas ao objeto principal do projeto. Todas as informações devem ser compartilhadas e tratadas com objeto da realidade. As atribuições e programas de cada setor, necessidades prioritárias.

NORDESTE

Sobre os objetivos e as metas do programa, a clientela alvo – idade, tipos de patologia, tipo de acompanhamento médico, psicossocial e terapêutico. Identificar o perfil do público; recursos humanos e financeiros, equipamentos e espaços físicos disponíveis; responsabilidades e envolvimento dos participantes. Faixa etária, grau de escolaridade, expectativa do que deve ser empreendido, formas de avaliação e monitoramento, divulgação de ações e meios de interlocução intersetorial. Identificação das necessidades locais, mapeamento das forças, estudo da ação e sua aplicabilidade na comunidade. Conhecimento do programa e seus objetivos, entendimento da situação do idoso na cidade, compreensão da responsabilidade dos agentes. Diagnósticos das entidades/programas/projetos, a fim de identificar a real possibilidade de participação ativa nas ações, bem como verificar o comprometimento de cada órgão parceiro. Demanda por inclusão nos programas já existentes e seleção dos beneficiários potenciais. Boa apresentação e justificativa, formulação de objetivos claros e significativos, detalhado cronograma de execução com atribuição de responsabilidades. Sobre a realidade da comunidade envolvida, as experiências de gestão. Informar as diretrizes e princípios geradores da proposta, objetivos e metas, possíveis setores envolvidos, tempo de realização da ação, recursos, normas. Elementos para realização das atividades, conteúdos das atividades, os objetivos e as metas que se pretende alcançar. Contexto de cada localidade onde será realizada a atividade, lideranças existentes, recursos diversos, parceiros e problemas e sugestões de resoluções. Plano de trabalho do programa, objetivos,

	<p>cronograma de atividades, balanço financeiro, temáticas, características do núcleo. Reconhecimento dos diversos programas envolvidos e recursos disponíveis. Ações voltadas ao público alvo, que as atividades sejam programadas, divulgadas e que tragam os objetivos almejados pelo PELC.</p>
NORTE	<p>Público que se pretende trabalhar, o que trabalhar, parceiros, planejamento de ações. Sobre o foco de ação dos segmentos envolvidos, potencial da demanda, condições estruturais, funcionais e materiais, a partir de diagnóstico; característica do grupo a ser atendido, ações a serem efetivadas, recursos humanos, financeiros, objetivos a serem atingidos. Anamneses com levantamentos estatísticos gerais e essenciais das comunidades: percentual de educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, violência e espaços de esporte e lazer. Organização e sistematização da informação. Transparências, divulgação e comunicação entre os participantes, dados qualitativos e quantitativos da realidade, demandas, locais e objetivos do programa, dados sócio econômicos, identificação de atores sociais comunitários, agilizar informações, ter conhecimento do espaço, ter avaliado a ação anterior, saber com quem pode contar e o material disponível, levantamento de anseios da população, junto às lideranças.</p>
CENTRO OESTE	<p>Definição clara do papel de cada parceiro. Depoimentos prestados pela população. Relatórios construídos pelos coordenadores sobre as ações diárias. Reuniões periódicas e organização geral. Formação, organização social, visão política, criatividade, liderança e cooperativismo. Conhecimento da realidade do local onde serão realizadas as atividades, público alvo, meta de atendimento, objetivo e recursos dispostos, parceiros e conveniados para a consecução dos objetivos. Informar sociedade através de rádio comunitárias as ações, o local e a hora das atividades. Informações verdadeiras e de maior acesso a qualquer tipo de informação.</p>

Quadro 16: Planejamento integrado: informações importantes citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 17

REGIÕES	ATIVIDADES INTEGRADAS: FORMAS DE AVALIAÇÃO
SUL	<p>Da concepção ao fim do plano de trabalho, manter rotinas de armazenamento de informações e resultados, pesquisa número de participantes. Comparar o planejado com o realizado, Avaliação de metas e objetivos, avaliação continuada, Discussão em grupos e questionários. Satisfação do segmento envolvido, relatórios, questionário avaliativo, caixa de sugestões, flexibilidade no planejamento, registro das ações e demandas, reuniões e métodos avaliativos, brincadeiras para participação de todos, Reuniões sistemáticas, questionários, avaliações, sistematizações. Pode ser contínua, processual, feita pelo número de participantes e pode ser realizada pesquisa com os próprios participantes. Pela formação continuada dos agentes sociais e demais participantes. Verificar o progresso e não agir como se nada estivesse acontecendo. Discutir fatos onde existem desigualdades sociais, reconhecimento da realidade e expectativas de cada região, envolver pessoas capacitadas. (avaliação sincera: pontos positivos e negativos). Primeiro de forma espontânea, natural pela participação e manifestação dos participantes. Porém é necessária a avaliação do grupo gestor (planejado e executado), de forma crítica. Formulários de avaliação preenchidos pelos participantes servem de indicador do rumo adotado. Coleta de dados (gráficos), análise coletiva, reuniões de equipe, profissionais e comunidade. Pela elaboração de procedimentos e instrumentos de avaliação interna a partir do que pensa a comunidade, os gestores e técnicos. Criação de indicadores de qualidade.</p>
SUDESTE	<p>Análise dos resultados obtidos em relação ao planejamento. Relatórios diários; reuniões semanais e/ou mensais, na prática e por meio de questionários para comparação com o planejamento como positivas. Durante toda a execução, sob diversos olhares. Relatórios das atividades. Deve ter como foco o desenvolvimento de competências – observação, questionário, registro e feedback. Voltar a reconstrução das ações,</p>

dar visibilidade aos objetivos. Referenciar análise dos processos avaliativos em relação ao processo inicial. Possibilitar uma proposta de ajuda coletiva. Estruturar material de coleta de dados. Criar setores avaliativos permanentes. Usar pesquisa oral. Ler crescimento da demanda da frequência, participação dos envolvidos, melhorias físicas e psíquicas dos participantes. Avaliar pelo processo de desenvolvimento do Programa de forma contínua e participativa, refletindo os aspectos fundamentais (equidade, participação sócia, intersectoriedade para melhoria da qualidade de vida, resignificação de espaços). Reuniões periódicas entre agentes sociais e envolvidos, pesquisas com a comunidade e beneficiários, pelas reuniões periódicas de avaliação e troca de informações, consolidação dos trabalhos implantados, programas em parcerias e visão dos usuários. Acompanhamento in loco das ações, questionário trimestral com os envolvidos, famílias e escolas. De acordo com o número dos participantes. Reuniões e grupos de debates para discussão de planos e ações. Ler nível de satisfação dos envolvidos. Enviar relatórios mensais ao Ministério do Esporte. Adequar recurso material, recursos humanos, definição de objetivos e metas, estratégias de mobilização e participação de todos, divulgação. Observar ações, aplicação de questionários, reuniões com gestores. Avaliação contínua, personalizada, elemento do processo o qual nos permitirá conhecer o resultado de nossas ações, auto-avaliação com executores, avaliação discursiva com os participantes, sistêmica, dados estatísticos e indicadores de qualidade, com acompanhamento de ações, avaliação constante de resultados, com base nas atribuições decididas para cada setor.

NORDESTE

Partir do princípio de sua atuação e objetivo. Acompanhamento da clientela de acordo com sua patologia ou simplesmente *acompanhamento da composição corporal da clientela sem patologias identificadas*. A partir do grau de satisfação e comprometimento dos beneficiários, executores e parceiros. Fóruns de debates e seminários discursivos; relatórios (grupo gestor, lideranças e executor); anamneses e pesquisas

dirigidas aos beneficiários, gestores e parceiras; banco de dados. Valorização das falas e registros diários das ações como instrumento para elaboração dos relatórios. Intercâmbio do governo federal – fiscalização e interação com o programa continuam, através da equipe executora do programa, juntamente com a participação dos beneficiários w conselhos envolvidos. Instrumentos: reuniões semanais, mensais, elaboração de relatórios, relato em ata e livro de ocorrência, visita institucionais e domiciliares, relatórios fotográficos. Indicadores a serem selecionados, entrevistas, depoimentos e critérios subjetivos da equipe técnica. Perguntas objetivas para verificar a aceitação da ação pelas pessoas, depoimentos presenciais dos segmentos envolvidos, reuniões ampliadas e restritas, questionários e entrevistas, seminários integrados e sistemáticos, visitas institucionais participativas, entrevistas, divulgação dos dados, eventos culturais e científicos, reuniões, relatórios, documentários, debates. Depoimentos do público atendido, das pessoas que trabalham no núcleo ou que assistem as atividades, aplicação de questionários. Indicadores colegiados, participação de representantes das organizações parceiras, clareza dos elementos colegiados que serão atendidos. Contínua, observando resultados do dia-a-dia. Periódica, com reuniões sistemáticas, fóruns com a participação da comunidade, pesquisa de opinião. Diagnóstico, processual, contínua, através de registros, entrevistas e visitas.

NORTE

Por meio do desenvolvimento/ações, avaliação em todo processo, verificar se objetivos foram alcançados. Ler impacto causado na comunidade no que se refere a cultura de participação e tomada de conhecimento de seu papel, grau de envolvimento. Grupos avaliadores – nas ações, com produção de relatórios. Reuniões, conversas e debates dos pontos divergentes. De modo tácito – relatórios por tópicos aos envolvidos, encontros mensais para esse fim. De modo explícito – formulários adequados as características gerais e essenciais, que revelem eficácia na integração de ações. Avaliação de grupo e manifestação desta sistemática utilizada, por meio de processo contínuo, relatórios e avaliação conjunta das ati-

vidades e processo diagnóstico, visando o desenvolvimento de uma estrutura sustentável. Manutenção de um fórum de avaliação, para definição de papéis relativos a execução e avaliação. Planejamento contínuo e integrado e avaliação continuada. Definir metas e ações, monitorar e supervisionar mecanismos e desempenho de cada ação. Relatórios posteriores, com registro fotográfico, entrevista com as pessoas envolvidas, questionários de avaliação de desempenho e desenvolvimento da operação. Conjunto com todos os setores envolvidos, observando se está sendo satisfatória a integração entre equipes.

CENTRO OESTE

Relatórios e acompanhamentos periódicos. Adesão das atividades propostas. Uso de instrumentos de avaliação aplicados à população participante. Com profissionais treinados. Levantamento técnico e metodológico, auto-avaliação, índices, monitoramento, analisando se os processos planejados estão sendo bem conduzidos e se os resultados alcançados estão dentro das metas estipuladas. Por meio da população atingida, se esta surtindo efeito. Criação de indicadores de qualidade.

Quadro 17: Atividades integradas; formas de avaliação citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 18

REGIÕES	TEXTOS E MATERIAIS DIDÁTICOS
SUL	Como fazer projetos de lazer (Leila Pinto, 2007), leituras de Stigger, Marcellino, M. Burgos, Gutierrez, Proni, revistas e artigos da área. Estatuto da Criança e do Adolescente; Dimenstein; Nidelcoff; Toillier; Zagury. Mascarenhas; Vitor Mello; Coletivo de Autores. Verfssimo, Paulo freire, Barros, Estatuto do Idoso, Both, Conferência Nacional do Idoso; Conselho do Idoso. Ferreira, Paulo Freire, Goldstein, Hupffer, IBGE, Junges, Luz, Marmolejo, Martinez, Mazo, Nóbrega, Okuma, Salgado, Sfez, Terra, Wolff. Profissionais capacita-

dos através de cursos para sênior e orientações de especialistas da área. Material produzido pela secretaria, materiais do IDDEHA (referência do Instituto e formação). Material da coordenação pedagógica do município SMECD, livros sobre qualidade de vida, internet, textos sobre a importância do esporte e do lazer. esporte, lazer como melhor qualidade de vida, esporte e saúde, interação ao lazer e esporte. Textos sobre questões legais, técnicas e de formação individual dos indivíduos (psicologia, didática), textos e indicações deixados pelos capacitadores, materiais da capacitação do ME, livro "Brincar Jogar Viver", Projeto Básico e Manual do PELC, textos da Internet. Na formação continuada e em serviço (mensal), são definidos pelos palestrantes convidados, indo ao encontro das necessidades e metas do Programa. Semanalmente, núcleos planejam e estudam temas – livros (Encontro Nacional do PELC). Temos ainda mini bibliotecas com livros de recreação, esporte, atividades para idosos em cada um dos 10 núcleos nossos.

SUDESTE

A Questão do Trabalho Infantil – resolução 05 CNE. O Brincar e Aprender, diretrizes do PELC. Dicionário Crítico de Lazer (Christiane Gomes), Introdução ao Lazer (Marcellino), Introdução ao Lazer (Vitor Melo), Lazer em Minorias Sociais (Vitor Melo), livros sobre gestão e liderança, artigos sobre a inclusão social, palestras de motivação e liderança, texto de como trabalhar em equipe, livros sobre desenvolvimento de esporte e lazer, trabalhos em grupo, vídeos, Atividades da Vida Diária (American Geriatrics Society), Hidroginástica na Terceira Idade, Recreação na Terceira Idade, Envelhecimento no Brasil, Educação como forma integral (Isa Maria F. Rosa Guará), A Preservação e a Promoção das Brincadeiras Populares no Contexto de uma Política Pública (Diná Teresa Ramos de Oliveira), GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, 1989, MAGNANI, J. G. *Festa no Pedço: Cultura e Lazer na Cidade*. São Paulo, 1984. LINHALES, Meily Assbú; & ISAYAMA, Helder (orgs). *Sobre Lazer e Política – maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte, 2006. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos em Lazer: uma in-*

trodução. Campinas, 1996. Licere – Revista de Estudos em Recreação e Lazer – CELAR – UFMG. RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Catálogo Rede de atenção à criança e ao adolescente do ES. (2005). COLETIVO DE AUTORES – Metodologia de ensino da EF (1992). DARIDO e RAGEL – Educação Física na escola (2005). DAMIANI – Práticas corporais (2005). FREIRE – Pedagogia da autonomia (1996). GONZALES e FENSTERSEIFER – Dicionário crítico da EF (2005). MARCELLINO – Pedagogia da animação (1997). VENTORIM – Paulo Freire: a práxis política do educador (2000). SILVA e DAMIANI – As práticas corporais na contemporaneidade. VAZ – Aprender a construir – mediar conhecimentos ... (1999). Outros materiais de suporte: material pedagógico próprio, jornal, revistas e documentários ligados à criança e adolescente, Esporte Capixaba: ação e plano de vôo; Plano de desenvolvimento do ES; Diretrizes do Governo do Estado (2007-2010). Códigos da Modernidade (publicação Colombiana). Anais de congresso. tese de mestrado do projeto, livros didáticos, técnicos de natação, futsal e futebol. Distribuindo planfetos, reuniões, palestras com agentes, livro do PELC (2 volumes). Não temos utilizado materiais pedagógicos, pois os mesmos são fora da nossa realidade. Usamos mais as experiências dos municípios. Aos agentes sociais, contínua assessoria metodológica, através de reuniões, trocas de experiências, reuniões, palestras, comunicação oral, filmes, debates, textos educativos, culturais, contextualizando o lazer e o esporte. Capacitação e formação em parceria com o ME, universidades locais e regionais e pela Rede CEDES. Textos e literatura da área do lazer. Sobre obesidade, hipertensão, diabetes e outros. Os agentes ainda não estão recebendo orientação, dinâmica de grupo, relatos de experiência, textos e mensagens de autoajuda, FREIRE – Pedagogia da Autonomia, FREITAS – Educação e Sociedade, WERNECK – Lazer, trabalho e educação, MONTANO – Terceiro setor e questão social, Atividades pedagógicas, avaliação, relatórios, oficinas de treinamento, filmes, apostila do PELC. “Brincar, jogar, viver”, textos sobre atividades para 3ª Idade. livros sobre cultura, inclusão

	<p>social, jogos cooperativos, material Escola Aberta/MEC, textos e materiais produzidos pelo GRUPO ANIMA – UFRJ, Livros didáticos, PCNs, vídeos, trabalhos universitários, pesquisas científicas.</p>
<p>NORDESTE</p>	<p>Material da OMS, do Ministério da Saúde, do ME, produções científicas das universidades, Organização Pan Americana de saúde, Sociedade Brasileira de Gerontologia. Textos de orientação positivista, sobre organizações administrativas, de relações inter-pessoais; palestras no SEBRAE, reuniões com gestores municipais. Estatuto do idoso e outros. Programa em implantação. Conhecimentos básicos sobre o corpo, noções de higiene e saúde coletiva, xadrez pedagógico, cultura popular e oralidade, “Brincar, Jogar, Viver” volumes I e II – ME e “Esporte e Sociedade – Ações sócio-culturais para a cidadania” “atividades esportivas para idosos – possibilidades e limites”, “País Jovem com cabelos brancos” e outros voltados ao segmento idoso e às políticas. Leitura baseada no Estatuto do Idoso, Política Nacional de Assistência Social, Norma Operacional Básica, além de literaturas relacionadas ao idoso. Sites especializados da internet, competência técnica e material didático, específico, disponível na biblioteca da prefeitura, Paulo Freire; Brincar, Jogar, Viver. Seminários, trabalhos de professores acadêmicos. Textos relativos ao lazer e suas relações, interdisciplinaridade e os interesses culturais, o direito ao esporte e ao lazer, o animador no processo de inclusão social, planejamento participativo. Acervo da UFPE. Como eixo central, as teorias críticas epistêmicas, metodológicas e aplicativas que orientam possibilidades na área de educação, educação física, esporte, lazer. Além de materiais sobre Políticas Públicas, Formação Política, Turismo. Na P. M. de São Luiz ainda não possui os Núcleos de vida Saudável por esse motivo ainda não houve formação dos agentes. Orientações disseminadas pelo ministérios, texto diversos sobre lazer, cultura, esporte, brincadeiras e brinquedos de autores especialistas. Esporte educacional: organização e importância. Recreação e sua ação socializadora. Envelhecimento e atividade física. Cultura e lazer: conceitos e relações.</p>

	Lazer minorias sociais e inclusão social. Esporte e paradigmas da animação sociocultural, com temáticas correlatas aos lazer.
NORTE	Textos sobre processo de envelhecimento, palestras, leituras, vídeos, debates sobre o estado do idoso. Textos sobre desenvolvimento humano, saúde física e mental, infância saudável, protagonismo infanto-juvenil, melhor idade, cultura corporal, pressupostos e práticas de E/L, mercado de trabalho, meio ambiente, processo participativo e democrático. Textos de Nelson Carvalho Marcellino sobre formação profissional e elaboração de projetos, textos de Ademir Muller, "Brincar, jogar e viver", textos de Victor Melo. Textos diretamente relacionados às temáticas abordadas nas formações. Textos de autores conhecidos no campo do lazer e materiais didáticos específicos de modalidades esportivas. Capacitação do Programa, textos da formação introdutória, mas isso não garante a formação continuada, projeto básico contendo objetivos, recursos e meta, textos que possibilitem compreender a política nacional de esporte e lazer, competência dos organismos gestores com base no Sistema Nacional de Esporte.
CENTRO OESTE	Livros e artigos nas áreas de esportes, fitness, avaliação física, prescrição de exercícios, lazer, aprendizagem motora, didática e terceira idade. Textos formulados por profissionais da área no estado (MS). informações do ME, livros direcionados a ludicidade e corporeidade, sites relacionados a esportes e lazer, vídeos práticos de atividades lúdicas, lazer e esportivas, palestras e oficinas com palestrantes de áreas afins, os que forem orientados pelo Ministério e as parcerias com o centro universitário, internet através de sites pedagógicos, material fornecido pelos consultores contratados, materiais sobre inclusão social, primeiros socorros, sexualidade, métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, drogas, reforço escolar, relações humanas.
	Quadro 18: Textos e materiais didáticos citados pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 20007

QUADRO 19

REGIÕES	ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO
SUL	<p>Seguirá a orientação do programa nacional, conforme projeto enviado. Encontros semanais com a equipe e palestrantes convidados, junto ao planejamento de atividades. Partimos do interesse e necessidades da equipe, com ajuda dos coordenadores. Leitura, encontros mensais com temas pré-estabelecidos e reuniões quinzenais com temas surgidos, com leitura e discussão de textos, junto ao grupo gestor, Reuniões com monitores. Semestral, com funcionários do ME. Curso de capacitação de agentes do PELC. Eventos e ações sistemáticas e assistemáticas, quinzenalmente o módulo de aprofundamento (2 horas) com leituras e discussões sobre Esporte e Lazer. Grupos de estudos semanais, Cursos de formação, participação em seminários, relatos de experiências. Palestras, leitura de textos, estudos de caso, filmes, oficinas, reuniões.</p>
SUDESTE	<p>Tivemos a formação do módulo I com professores indicados pelo Ministério do Esporte. Será organizada a partir do levantamento das características de cada local de funcionamento. Simpósio e Seminário. Atividades in loco e cursos integrados, reuniões com agentes e coordenadores, semanal, com a participação da equipe pedagógica da escola integral, paralelo às discussões dos acontecimentos cotidianos. Será realizada durante a implementação do Programa, conforme capacitação prevista no plano básico, com aulas presenciais, encontros temporais, semi-presenciais. Planejamento e troca de experiências nas datas previstas. Por meio de reuniões para discussão do Programa. Reuniões para analisarmos os problemas. Módulos de capacitação para formação de agentes. Em fase de elaboração e implantação. Convocar participantes para debater temas do PELC. 10 encontros mensais durante o projeto. Curso inicial e avaliação. Reuniões pedagógicas e acompanhamento mensal, reuniões de formação de núcleos e montagem de horários e avaliação e debates, reuniões periódicas de coordenação, levantamento junto aos agen-</p>

tes sobre assuntos de interesse seguindo programação e carga horária sugerida pela coordenação.

NORDESTE

Realização de forma paralela e pontual. Cotidianamente por meio de reuniões internas e debates com a comunidade; sessões públicas com a clientela do programa; caravanas transversais com a participação de diversos setores governamentais. Entidade em processo de implantação. Leitura da bibliografia. De forma assistemática – ciclos de vivência, palestras, estudo de materiais, debates, discussões, análise e diálogo sobre os relatórios de atividades, relatos e observações do público atendido e dos parceiros. Com palestras, oficinas, seminários e estudos. Seminários semanais nos núcleos e quinzenalmente com toda a equipe. Está prevista para quatro horas semanais. Grupo de estudos, orientações individualizadas, seminários integrados itinerantes, encontros e debates com as lideranças comunitárias, cursos de aperfeiçoamento. Em três fases, atendendo os princípios da educação popular: estudo da realidade, organização e aplicação do conhecimento. Na fase de implantação: encontro com os envolvidos para tratar o programa, núcleos, com palestras e reflexões pertinentes. Reuniões pedagógicas nos núcleos, para discussão e ampliação dos conhecimentos. Contínuo processo de planejamento e avaliação. Encontro de gestores e agentes locais para avaliar a prática pedagógica de todos os núcleos, com apresentação de relatos de experiência.

NORTE

Reuniões de planejamento e avaliação das atividades de forma participativa, palestras e encontros. Encontros pedagógicos de formação, planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades. Acompanhamentos semanais nos núcleos, reuniões semanais. Fóruns de debates, durante 3 dias consecutivos, com palestras, mesas redondas, relatos de experiência, plenárias, oficinas – tudo é registrado em DVD e disponibilizado aos participantes. Semanalmente nos núcleos, mensalmente com todos os agentes. Sobre conhecimento do processo de envelhecimento, liderança e avaliação de grupos. Reuniões semanais, com planejamento, avaliação e execução das ações. Encontro mensal com os bolsistas, agentes e coordenadores.

**CENTRO
OESTE**

Encontros semestrais com o gestor e semanalmente nos núcleos. Reuniões periódicas e de auto-avaliação dos núcleos. Relatos, estudos de casos, oficinas e troca de experiências. Reunião uma vez ao mês com todos do PELC. Através do curso de formação do programa desenvolvido pelo ME. Contratação de consultores cadastrados no Ministério e em seguida e feito o módulo com 32 horas. Organograma onde cada um tem seu papel.

Quadro 19: Organização da formação em serviço citada pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC – 2007

QUADRO 20

REGIÕES	SOCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES
SUL	<p>Reuniões periódicas para o grupo técnico, na avaliação e capacitação, encontros semanais com todos os envolvidos. Canais de comunicação para a população: murais, rádio, jornal impresso, Internet, folhetos, cartazes, escolas, boca a boca, carro de som, telefonemas, faixas, mosquitinhos, folders, reuniões de bairros, grupos de terceira idade e unidade de saúde, trabalho científico, atividades em praça pública, eventos comunitários, artigos científicos. Por meio das lideranças comunitárias. Conversas informais com professores ligados à áreas atendidas, no cotidiano do projeto e encontros semanais, relatórios, Pelas críticas e sugestões dos participantes. Registro em Livro Ata (reuniões, formação em serviço). Reuniões semanais com coordenadores, quinzenais com agentes e mensais com o Comitê Gestor. Reuniões com monitores. Mobilização da comunidade, escolas, residências, eventos, atividades artísticas, meios de comunicação (rádio, TV, jornais, cartazes, internet).</p>
SUDESTE	<p>Por escrito com as ações desenvolvidas. Eventos – rádio difusão, ofícios, correspondências, fax, e-mails, telefone, jornais de circulação local. São divulgadas entre os interessados, além de rádio, tv e jornal local. Reuniões, atas e discussões. Ofícios, correspon-</p>

dências, fax, e-mails, telefone, jornais de circulação local, folder, banner e cartazes. Reuniões periódicas, relatos informais, rádio e televisão, além da Internet. Por meio do registro das atividades, emissão de relatórios. Folder e boletins informativos. Linha direta de suporte, circular interna, circular virtual, fórum de debates, reuniões mensais. Propaganda televisiva, internet, torneios notícias em jornais. Em planilhas de controle e outros documentos que registram ocorrências. E relatórios. Reuniões periódicas de planejamento, avaliação das atividades, relatórios qualificando registros. Por meio de reuniões sistemáticas. Encontros mensais com os envolvidos. Apresentar informações diretamente às entidades parceiras. Palestras, grupos de estudos e reuniões pedagógicas. Através da boa divulgação. Mídia escrita, falada e televisada (sic), programas de rádio, jornais, boletins informativos, carros de som. Reuniões semanais, gerais, de coordenação, encontros específicos. Através de mensagens eletrônicas. Imprensa escrita e televisada, boletins informativos, internet, reuniões de avaliação, reuniões semanais com coordenadores e reguladores do grupo gestor.

NORDESTE

Reuniões quinzenais, via web, telefone, resumos semanais e no cotidiano durante a execução das atividades. Internamente nas secretarias municipais (Lauro de Freitas-BA); imprensa escrita, falada e televisionada; carros de som, site da prefeitura, palestras nas igrejas e terreiros de candomblé, boletim informativo, jornal da assessoria de comunicação da prefeitura (Paulo Afonso-BA), site da prefeitura, rádio, carro de som, folheteria, faixas e outdoors, sítio próprio na internet, que está em elaboração, nos encontros de vivências, nas observações diárias, no planejamento e avaliação, divulgação na rádio local, convites entregues as famílias dos idosos e faixas espalhadas pela cidade, reuniões técnicas, boletins e e-mail, reuniões e circulares, meio eletrônico. TV universitária, rádio universitária, Assessoria de Comunicação UFPE, jornal, cartazes, folder, panfleto, faixas, AnunCicleta, reuniões, site, eventos, seminários, escolas. Na PM de São Luiz ainda não possui os Núcleos de vida Saudável por esse motivo ainda não houve formação dos agentes. Reuniões periódicas, informativos, visitas e divulgação pela mídia local existentes.

	Divulgação em concursos que dêem visibilidade social ao programa, redação, pintura, poesia, música, divulgação nas Universidades e Faculdades.
NORTE	Reuniões, relatórios, fichas de avaliação e conversas informais. Através das atividades nos núcleos: encontros, atividades gerais, festivais. Meios de comunicação, rádio, TV, impressos, relatórios escritos, reuniões específicas entre os grupos. Reuniões mensais com coordenadores por núcleo, relato dos acontecimentos gerais e apresentação dos registros. Encontros semanais e reuniões mensais de coordenadores de núcleo. Reuniões semanais entre coordenação geral e de núcleo, reuniões semanais de coordenadas. De núcleos e agentes. Compartilhamento de informações e ações entre núcleos de diferentes municípios. Encontro para troca de experiências. Reuniões de planejamento periódicas, relatórios sistemáticos das coordenações. Nas reuniões do conselho gestor.
CENTRO OESTE	Relatórios mensais e semestrais. Veículos de imprensa diversos. Divulgação e participação das pessoas em eventos realizados em bairros e áreas rurais. Boletim e estão em fase de construção do site, reuniões com os agentes, panfletos, carro de som e rádio comunitária Popular FM, através de materiais gráficos informativos periódicos.

Quadro 20: Socialização de informações citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 21

REGIÕES	OUTRAS FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO
SUL	Folders especializados para área, cartazes, divulgação impressa, rádio, jornais, revistas locais, estaduais e nacionais, oficinas, mural, correio eletrônico, seminários, grupos de estudos, rádio, TV, boletins informativos, painéis regionais, reuniões

comunidade e voluntários, site. Formações ampliadas e abertas para toda a comunidade. Oportunizar a participação de pessoas da comunidade em alguns momentos da avaliação, memorandos internos semanais em forma de informativo. Reuniões periódicas, palestras e confecção de um informativo. rádio comunitária que possuímos no bairro, banner, faixas, cultos nas comunidades e festas comunidades. Palestras educativas reuniões com as comunidades, sensibilizar as pessoas para importância da prática de esportes como meio de lazer e integração. Participação de todos no planejamento e execução. Registros de reuniões com as comunidades. Relatórios mensais analisados com monitores. Acompanhamento direto das atividades. Rede virtual de comunicação entre núcleos, encontros presenciais com socialização dos líderes.

SUDESTE

A SNDEL difundir nos grandes meios de comunicação, em caráter nacional, os resultados alcançados com a implantação do PELC. Uma página na internet exclusiva para o Programa. Maior participação das pessoas envolvidas indiretamente no Programa. Troca de atividade entre os agentes – rodízio; “trabalho intermultidisciplinar”. Disponibilidade de uma página na internet, distribuição de panfletos em igrejas e reuniões de associações de bairro; “trabalho intermultidisciplinar”. Muitas vezes somos limitados e amarrados por alguns itens do próprio Programa. Eventos diversos, site do município, e-mails, rádio comunitária, jornais locais, reuniões, seminários, guia didático, meios de comunicação, mídias (DVD, CD), telefone, meio impresso (livro-texto), televisão, computador, correio eletrônico, banner, outdoor. Todas as formas prevista pelo PELC e consulta a equipe realizadora e usuários. Como a cidade é pequena as informações chegam fácil. Eventos recreativos, diversos, permitindo maior integração, participação envolvendo todos os segmentos. Via e-mail, textos informativos e outros. Informática é ferramenta imprescindível para socialização. Pela Internet. Palestras, grupos de estudos e reuniões pedagógicas. intercâmbios. Reuniões, visitas aos locais de ações, e-mail, site, boletins informativos. Através da intervenção de parceiros. Visita a outros núcleos, debates e reflexões sobre o desenvolvimento do núcleo.

	<p>No decorrer do projeto iremos atuar nesse quesito. Todas que viabilizem a comunicação, democratizando o conhecimento. Internet, órgãos de comunicação comunitários.</p>
NORDESTE	<p>Rede municipal e estadual de educação, nas universidades do município, outdoor, faixa e cartaz. Entidade em processo de implantação. Internamente - encontros, oficinas de imersão, palestras dirigidas à comunidade, difusão em veículos locais de informação. Comunidade em geral – matérias na imprensa, rádio, jornal e TV. Inter-relação com outros grupos e comunidades para a troca de experiência. Atividades externas como passeios, caminhadas, teatro e trilha ecológica, carro de som, jornalzinho específico do programa e folders, processo educativo – relatórios dos encontros. Reuniões, informativos, lista virtual. Produção de material local (cartilha), formação de grupos focais, planejamento e avaliação periódica. Jornais de circulação estadual, outdoor, carro de som, banner lona, evento regional – participação PELC e CEDES. Eventos recreativos, gincanas, torneios, festivais esportivos e culturais, ruas de lazer, circuitos de projeção de filmes, peças teatrais, motras culturais, circuito literário, potencial turístico. Feira de Reciclagem, Passeio Ecológico, Mutirão do Lazer, Festival Cultural, Passeios Turísticos, Visita à Museus, Campeonatos esportivos, Apresentação de Fantoches, Oficinas de Músicas, Gincanas Culturais.</p>
NORTE	<p>Entrevistas, estudos de caso e pesquisa. Site da prefeitura, apresentação em eventos do município. por meio de pesquisas, sistematização de encontros com todos os participantes, com formação de grupos temáticos integrando comunidades de bairros distintos, com maior participação dos agentes sociais, por meio de socialização, calendários de evento referentes à gerontologia, folders sobre as atribuições dos participantes do Programa, rodas de aplicação de novas metodologias vividas por cada núcleo, cada núcleo elaborar um relatório de suas ações de planejamento, execução e avaliação enviando para os demais núcleos. Aprender com os erros e acertos implantados. Setor de comunicação do órgão</p>

gestor. Pesquisas e discussões em escolas, conselhos escolares, associações de bairro, pastorais. Experiências de outros municípios buscando readaptá-las a nossa realidade. Por meios de comunicação. Meios de comunicação.

**CENTRO
OESTE**

Festivais – integração PELC e comunidade escolar, pais, filhos e grupo de terceira idade, cartilhas e folders, escolas, pelos professores, diretores e funcionários de empresas, reunião, internet, jornal, através de atividades como ruas de lazer, ajuda dos comerciantes locais, criação de torneios de varias modalidades, contato pessoal e permanente com os atores envolvidos no projeto, reuniões.

Quadro 21: Outras formas de socialização de informações citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC - 2007

QUADRO 22

**REGIÕES
BRASILEIRAS**

ATIVIDADES LÚDICAS

SUL

Realizadas de acordo com a demanda local, respeitando o interesse local e os conteúdos culturais do lazer. Eventos para idosos, atividades que demonstram vários aspectos: social, esporte, educação, jurídico, saúde, cultural, lazer e ocupação profissional, eventos comunitários, gincanas, xadrez, jogo de damas, dinâmicas de grupo, atividades culturais e artesanais que oportunizam o desenvolvimento lúdico das pessoas que participam. Saídas de campos com treinamento ao ar livre “TEAL” como uma metodologia que deixa as pessoas ficarem de forma desarmadas. Ruas de lazer pela cidade, com atrações esportivas, culturais e de inclusão, gincanas, festivais e eventos que envolvam desde a criança até seus avós. Parceria com a comunidade para campeonato para veteranos. Torneios esportivos, eventos que envolvam toda a comunidade local. Noites artísticas, danças, resgate da cultura local, atividades que envolvam diferenças sociais e preconceitos.

Amigos do Projeto (participantes definidos pelo seu envolvimento e comprometimento com o PELC Bagé) auxiliam nos núcleos com suas habilidades (atividades artísticas, manuais, capoeira, etc.) Grupos teatrais. Campeonatos de bochas, cartas, esportes. Encontros de música, canto, coral. Oficinas de danças. Caminhadas. Passeios turísticos. Jogos lúdicos, convescotes, apresentações artísticas, brincadeiras tradicionais. Domingo no parque, sábado da família na praça, natal comunitário, campeonatos, torneios. A partir da cultura lúdica da cidade. Atividades em praças, escolas, ruas de lazer, feira do livro, datas comemorativas, seminários, oficinas recreativas. Brincadeiras e jogos típicos. Encontros, passeios, almoços, jantares, torneios. Eventos de arte e esporte, campeonatos, vídeo e outros. Domingo no Parque, e outras atividades intersetoriais. Palestras teatrais, oficinas de brincadeiras, intergeracionalidade, trocas de experiências. Integração entre envolvidos dos diversos setores. Oficinas de artesanato, gincanas, torneios, mostras, festivais, olimpíadas, resgate das brincadeiras e jogos das comunidades quilombolas. Atividade física com significado (Ver citação de OKUMA, 1998). Grandes eventos em parceria. Relatórios mensais analisados com monitores.

SUDESTE

Escola de artes circenses, intercâmbios, festivais, palestras, encontros, gincanas, simpósios e seminários, recreação nos espaços públicos, festa da família, recreação na escola, recreação em asilos, confraternização da terceira idade, intercâmbio entre crianças e idosos, envolvimento dos pais, oferecimento de lazer, festivais, palestras, encontros, gincanas, simpósios e seminários, atividades de cultura popular – cantigas de roda, passa anel, cobra cega, danças folclóricas, oficinas de percussão, teatro, estórias, vivências circenses, pintura, grafite. Práticas de contato com o meio ambiente, envolvimento de diversas faixas etárias, montagem de uma espécie de Brinquedoteca móvel, gincana cultural, concurso de dança de salão, eleição da Miss Melhor Idade, bingo e jogos diversos, palestras, encontros, gincanas, simpósios e seminários, campeonatos integrados, passeios a outros clubes e

áreas de lazer. Jogo de peteca, oficinas, dinâmicas corporais, dança, jogos de rua, podendo usar materiais alternativos. Eventos diversos (ruas de lazer, colônias de férias, festivais) e atuação direta na comunidade e envolvimento das parcerias. Encontros e atividades conjuntas de convivência, confraternização, trocas e interação. Jogos e eventos, atividades lúdicas com envolvidos. Atividades lúdicas das programações diárias. Apresentação de atividades com relatos de experiência, exibição de filmes e fotos das atividades desenvolvidas. Dinâmicas de grupo, oficinas de brinquedos e artesanato recicláveis, palestras sobre alimentação e aplicação em receitas, aulas de alongamento na natureza. Todas as formas de ludicidade que visem a inclusão social promovendo autonomia dos sujeitos. Apresentações teatrais aos finais de semana, festas nos núcleos, passeios e festivais. workshops jogos cooperativos, esporte na escola, eventos de lazer-saúde para terceira idade, eventos com a participação de diversos setores de serviços da comunidade.

NORDESTE

Resgate da identidade pessoal e familiar, resgate sócio-cultural. Programa Contadores de Estórias, dança de salão, visitação a museus e cidades históricas da região metropolitana de Salvador, resgate de jogos e brincadeiras populares, passeios, gincanas, recreação, festivais culturais, campeonatos esportivos e festas, dança, capoeira, resgate de brincadeiras, jogos infantis, atividades de preservação da cultura popular, jogo de peteca, trabalhos de oficinas, dinâmica corporal, dinâmicas de grupo, festas tradicionais, eventos específicos, festivais, festejos de carnaval e São João, torneios esportivos, Festivais de Jogos Populares, integração entre os participantes. Sejam eventos ou oficinas, buscarão a vivência de experiências lúdicas, vivências comprometidas com a autonomia, autogestão, as quais são compartilhadas por todos os sujeitos desta história, jogos de salão: baralho, dominó, sinuca, o videokê, passeios turísticos e de lazer e sessões de vídeo, gincanas, passeios, brincadeiras diversas, jogos competitivos, atividades culturais, campeonatos, colônias de férias, jornadas, atividades de lazer diversas.

NORTE

Atividades culturais e eventos comunitários. Jogo de Peteca, oficinas, dinâmica corporal e dança. Jogos da comunidade educacional, Semana de Arte e cultura, Festival do Miriti, festivais de música, danças regionais, Noites culturais, colônias de férias, torneios esportivos, projeto de cidadania, noite das comunidades, Caminhadas, passeios fluviais pela orla de Belém, noite social dançante, Gincanas, Festas Juninas, Festivais esportivos, festivais de dança, torneios de modalidades diversas, ruas de lazer com maior participação dos idosos, atividades recreativas, eventos culturais – festa junina, natalina, lual, carnaval, caminhada – meio ambiente, Olimpíadas da Terceira Idade (JIDAM), brinquedos e brincadeiras tradicionais dos seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos, circuito de Esporte e lazer, com oficinas nos bairros de maior risco social, competições inter-bairros – Lei de Incentivo ao Esporte, Programa de Leitura da FGB, Jogos e Brincadeiras tradicionais, oficina de dança e música, festivais de música, colônias de férias, festivais folclóricos, todo envolvimento lúdico poderia trazer o envolvimento dos diversos setores. Ex. campeonato de damas, misturando jogos com palestras de saúde, caminhada envolvendo todos os setores, alongamento na praça com toda comunidade, xadrez, boliche, queimada, amarelinha, jogos de dominó, baralho.

**CENTRO
OESTE**

Ruas de lazer, festivais de esportes, festival da terceira idade, evento sócio-cultural de encontros regionais, postos de atividades, teatros, gincanas municipais competitivas. Viva seu bairro, brincadeiras visando mostrar a vida das pessoas com necessidades especiais, grupos de quadrilha junina, música, exposições, teatro, concurso, dança, jogos pedagógicos.

Quadro 22: Atividades lúdicas citadas pelos depoentes do diagnóstico realizado na 2ª Reunião Nacional do PELC.

Parte 3

LAZER E INTERSETORIALIDADE:

dialogando com palestrantes
da 2ª Reunião Nacional do PELC



MESA REDONDA 1:
Panoramas para a Construção
de Políticas Públicas Intersectoriais

Moderadora:

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto - SNDEL

Palestrantes:

Tânia Brizolla

Diretora do Departamento de Estruturação, Articulação e
Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo

Bom dia a todos e a todas.

Eu estou muito emocionada de estar aqui com vocês porque eu sou oriunda de uma ação comunitária dos professores de Educação Física e fui atleta de esgrima. Aliás, eu nunca imaginei praticar esgrima. Então, eu tenho muita satisfação em estar aqui com vocês hoje. Eu queria agradecer à Rejane e à Leila que gentilmente me convidaram para vir aqui para que a gente pudesse *falar um pouco como está se estruturando hoje a Política Nacional de Turismo.*

Hoje estamos com as 27 Secretarias Estaduais de Turismo aqui em Brasília, fazendo um curso, em que *estamos trabalhando o tema “Governança Regional”*, que eu considero que seja um dos grandes temas.

Eu li *a pesquisa diagnóstica que foi feita pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, com os participantes deste evento, e eu fiquei bastante surpresa ao fazer a leitura das respostas, sobre como vocês enxergam o turismo no nordeste.* Eu não fiz uma leitura geral, minuciosa, de todo o documento, de todas as respostas, mas enxerguei o nordeste aqui dentro, *apontando o turismo como uma perspectiva de cruzamento com o esporte e o lazer.*

Faço uma reflexão acerca da questão do esporte e lazer, levando em consideração que o Ministério do Turismo tem quatro anos de existência, e que antes nós estávamos no Ministério do Esporte e Lazer. Isso mostra o quanto nós somos próximos e o quanto estamos nos percebendo pouco.

Já trabalhei com a Rejane há alguns anos na Prefeitura de Porto Alegre, quando foi criada a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Naquela época, nós já identificávamos como o esporte e o lazer se relacionam com o turismo. Depois, a Rejane fez um trabalho com a Professora Marutschka Moesch, ampliando essa relação.

Hoje, eu gostaria de tentar sensibilizar vocês para que possamos pensar juntos. Aliás, eu acho que trouxe mais perguntas para vocês do que respostas. Para isso, eu gostaria de apresentar, rapidamente, a estrutura da Política Nacional de Turismo e pensar junto com vocês porque *eu não vi o turismo ser citado como uma possibilidade de interseção entre as áreas e eu acredito que isso deva acontecer.*

Já que nós temos hoje uma proposta do Presidente Lula, dentro do Ministério do Turismo, para a Política Nacional de Turismo, *é necessário agora que pensemos na inclusão das pessoas no lazer, para o fluir do seu tempo livre. Isso se dá nos espaços da cidade.*

Ainda ontem, uma grande amiga me dizia: *“A questão é que o lazer dificilmente se dá onde as pessoas não têm trabalho”. Eu acho que esse deve ser um dos grandes desafios para nós que vivemos num país tão desigual como o nosso.*

Queria apresentar a estrutura do Ministério do Turismo, para que possamos discutir e pensar, junto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo algumas ações a serem desenvolvidas para públicos como a “Terceira Idade”. Por exemplo, estamos agora com um programa para a “Melhor Idade”, no sentido da inclusão de novos viajantes pelo País. Como é que se lança

um programa para a “Melhor Idade” se não temos um programa especial de lazer para esse tipo de público? Como é que relacionamos esses programas com as atividades turísticas? Como podemos fazer com que as pessoas que estão numa determinada localidade possam receber esses visitantes para usufruir desse espaço?

Nós vamos lançar um programa para jovens trabalhadores. Como é que podemos fazer isso se vocês não estiverem diretamente envolvidos nesse processo, construindo áreas de lazer e de interação entre aquela comunidade e esses jovens e trabalhadores que vão se deslocar para essas localidades? *Essas são algumas perguntas que eu me coloco porque a atividade turística é uma atividade de produção. Ela é uma atividade que implica na questão sociológica, antropológica, psicológica e nós consideramos todas essas questões.*

Eu sou muito pragmática no que eu faço. Eu trabalho com uma atividade que se relaciona diretamente com o processo econômico e, se não gerarmos riqueza nessas localidades, se não gerarmos movimento de dinheiro na compra de serviços, não teremos turismo. Podemos ter uma cachoeira linda, um lugar lindo, mas se não deslocarmos pessoas naquela localidade, nada acontecerá no plano do turismo. O problema é que, no Brasil, *nós ainda temos uma visão romântica do turismo e não o consideramos como uma atividade produtiva propriamente dita.*

A *Política Nacional de Turismo* tem, ao meu ver, uma estrutura interessante e é, por isso, que *nós estamos trabalhando, hoje, com a questão da governança regional. A atividade turística não se faz sem intersetorialidade, ela precisa ser considerada desde a educação básica até a questão sociológica.* É importante que a gente perceba isso.

Quando nós construímos a Política Nacional de Turismo, o Presidente Lula foi muito inteligente ao perceber que a atividade turística é uma atividade produtiva e que pode trazer emprego,

renda e riqueza para uma localidade. ***O turismo não deve ser visto apenas como lazer, mas nós temos também o turismo de negócios e temos que pensar como podemos associar o turismo de negócios com a questão do lazer.*** De alguma forma, eu vou fazer lazer em algum momento.

A Política Nacional de Turismo se constitui da seguinte forma: estabelece ***um Plano de Turismo***, porque se não tivermos plano e não tivermos metas e ações propostas, não teremos política. A política se estrutura a partir do momento em que nós desenhamos um processo de forma vertical e horizontal, de forma participativa e democrática. Nós temos o Conselho Nacional de Turismo que é composto por 63 entidades; o Fórum Nacional de Secretários de Turismo, que vem sendo fortalecido a partir da criação do Ministério de Turismo. O Ministério do Turismo tem três estruturas que respondem pela organização da atividade turística. Eu trabalho na Secretaria de Políticas. Esse Plano tem oito macro programas diferenciados que se desdobram em diversas ações. Esses programas estão diretamente direcionados a metas e cada estado tem irá dar sua contribuição para que essas metas ocorram.  por isso que ela é a Política Nacional do Turismo, é uma política pública. Ela não é uma política do Governo Lula ou do Ministério do Turismo propriamente dito. Ela é uma política pública, do País.

Portanto, cada estado tem uma contribuio a dar nessa construo. ***O que nós fazemos é junto com os estados.*** Nós não temos braço operacional l na base. O nosso braço operacional é formado pelas Secretarias de Turismo. E nós temos uma grande dificuldade de chegar até ao município, até ao cidadão, até à base. Na verdade, o Governo Federal tem essa grande dificuldade. É muito difícil chegar até ao município. ***Um problema é que, muitas vezes, os municípios não sabem como fazer projetos e buscar recursos. Muitas vezes, o pro-***

cesso acaba parando no âmbito do estado e a gente não consegue chegar até à população e quem é beneficiado não consegue enxergar essa política.

Eu digo isso porque eu *quero instigar vocês a nos ajudar a pensar como que podemos integrar uma política de esporte e lazer com uma política de turismo, tendo como base uma estrutura democrática e participativa.* Turismo é isso. Turismo só acontece se houver participação, integração e flexibilidade.

Por exemplo, pela pesquisa realizada como diagnóstico para esta Reunião Nacional *eu vi que vocês têm alguns problemas de gestão que não são diferentes dos problemas de gestão que nós enfrentamos, mas o que me chamou a atenção foi o ciúme.* O ser humano é movido um pouco por essa questão do ciúme e nós também enfrentamos esse problema. Eu sou lá do Rio Grande do Sul e sei que o Município de Gramado, por exemplo, disputa com o Município de Canela, mas quem vai a Gramado vai também a Canela e ninguém pergunta qual é a divisa desses municípios. Então, nós temos que ver como podemos integrar as políticas desses dois municípios.

Nós *fizemos uma proposta de um macro programa que foi construído de forma a contemplar todas as aspirações do nosso País.* Foram dois anos de trabalho para que pudéssemos construir esse Programa de Regionalização. É o *programa estruturante da Política Nacional de Turismo e desafia os estados a trabalharem suas regiões e nesse processo de integração.*

Aqui nós temos os princípios da Política Nacional de Turismo. *O turismo depende de descentralização, participação, integração, cooperação e flexibilidade.* Essas são as palavras-chave de uma atividade turismo. Se já é difícil pensar em tudo isso numa indústria que, às vezes, tem uma cadeia peque-

na, imaginem pensar numa atividade que movimenta mais de 300 atividades. ***Hoje, o turismo é a primeira atividade econômica no mundo.*** O turismo a nível mundial, como na Europa, por exemplo, enfrenta os mesmos problemas que nós enfrentamos aqui no Brasil, porque, na verdade, é que ***nós ainda não conseguimos enxergar o turismo como uma atividade geradora de riqueza e que tem uma política efetiva que consiga construir, inclusive, as relações de poder de capital.*** Nós estamos falando de muito dinheiro circulando em países como a Espanha, França e Itália, que lideram esse processo hoje no mundo. ***É claro que o pilar principal é a sustentabilidade de todo esse processo.***

Aqui é a nossa estrutura. Eu quero mostrar isso para vocês porque eu quero convidá-los a se integrar a esses Fóruns Estaduais e Regionais. Estão todos convidados. É importante que vocês possam participar, porque ***isso significa geração de emprego, inclusive, para vocês. Nós precisamos de animadores, precisamos de gente que pense o lazer no País.*** Precisamos de gente que ***pense o lazer relacionado ao turismo, o lazer dentro da cidade,*** porque se a cidade não tem prazer “e ***para mim o lazer está relacionado ao prazer***” como é que essa cidade vai ter turismo receptivo? ***Nós temos muitos problemas de receptividade em diversos estados e cidades do nosso País.***

Hoje nós somos uma rede que envolve um programa de 35.000 pessoas. Eu espero que vocês possam aderir a essa rede. É esse o convite que nos viemos fazer a vocês. O Brasil tem hoje 200 regiões turísticas e 3.819 municípios que se dizem municípios turísticos. São municípios que dizem que têm o turismo como fonte de desenvolvimento, mas eu pergunto: “Qual é o orçamento do turismo desses municípios? Qual é o orçamento do turismo desses estados?”. Se as pessoas querem

realmente que o turismo seja uma atividade que faça diferença, então, eles vão ter que fazer diferença, inclusive, nos seus orçamentos. Não é possível que só o Governo Federal diga que o turismo é importante. Os estados também dizem que o turismo é importante, mas na hora de investirem em turismo, as coisas complicam porque ***não se trata apenas de investir recursos financeiros, é energia também. O turismo significa muita energia, assim como, vocês trabalham com a questão da integração das pessoas, do encontro das pessoas.***

Dentro do País, uma vez que fazer um investimento em 200 regiões é bastante difícil, nós ***selecionamos 87 roteiros que entendemos que podem aumentar a competitividade do nosso País no mercado internacional.*** Nós competimos no mercado internacional, com entrada de divisas, somos uma atividade exportadora, então, nós precisamos fazer com que esse dinheiro venha lá de fora aqui para dentro com a vinda desses turistas. Para isso, nós selecionamos 87 destinos turísticos. Nós apresentamos esses 87 roteiros num evento chamado “Salão do Turismo: Roteiros do Brasil”. Nesse evento, nós analisamos a qualidade do nosso produto. ***O nosso produto pode ser classificado como razoável. Nós temos alguns locais excelentes, muito bons para serem visitados e que têm um grande potencial turístico. Só que potencial não é produto. Produto é produção; é energia posta; é gente conversando; é serviço sendo articulado com serviço; é o lazer estando incluído dentro de tudo isso.*** Mesmo que eu me desloque para um evento, eu preciso ter áreas em que alguém me ofereça alguma coisa.

A nossa grande dificuldade é conscientizar as pessoas que temos que todos andar juntos e que tem espaço para isso. Desses 87 roteiros que incluem 116 regiões no país, nós selecionamos 65 destinos que estamos chamando de “destinos

indutores do desenvolvimento regional". São destinos como Porto Seguro, por exemplo. Porto Seguro é um município que tem menos de 100.000 habitantes e tem uma favela de 40.000 pessoas. Como é que foi gerada essa favela? Pela irresponsabilidade dos governantes e por uma atividade turística mal gerenciada. Se Porto Seguro é uma referência como produto no mercado internacional e nós queremos competir, vamos ter que intervir com programas sociais. É onde eu considero que a questão da cultura, do esporte, do lazer e da educação são fundamentais para que nós possamos ter um país competitivo e que o turismo passe a trazer renda e divisas. Turismo serve para trazer renda e riqueza para um país. É para isso que a atividade turística serve.

Aqui nós temos alguns desafios que devemos enfrentar dentro do nosso País:

- Fortalecer a gestão do turismo regional, convidando outros autores para que façam parte desse processo.
- Estimular a integração dos setores, vindo aqui, conversando com vocês, propondo que vocês se aproximem da Secretaria de Turismo para que possamos fazer um trabalho em conjunto. O SESC, por exemplo, tem desenvolvido um trabalho importante na área de turismo social e nós temos que ampliar o acesso à viagem para a população que não tem esse acesso. Essa viagem não significa necessariamente ir para o nordeste, mas, muitas vezes, até me deslocar de uma cidade para outra no mesmo estado, ou até de um bairro a outro.
- Desenvolver a conscientização de que o turismo é uma atividade produtiva, extremamente complexa. Não podemos imaginar que fazer turismo é apenas se deslocar de um lugar para outro. Nós temos que pensar o que significa se deslocar de um lugar para o outro com as deficiências que o nosso país tem em todos os

modais. O País está crescendo, a renda está aumentando e vão aumentar os problemas de infra-estrutura do nosso país. Nós temos que estar cientes disso e temos que ter paciência com o que vai acontecer com o nosso país. Se trabalharmos em grupo, eu tenho certeza que vamos conseguir vencer alguns bons desafios que temos pela frente.

- Subsidiar a estruturação da produção.
- Buscar recursos e financiamentos para que a comunidade possa ser investidora e não precise ficar buscando apenas os investidores de fora. Precisamos ver como criar microcrédito para o turismo e viabilizar o acesso ao crédito.
- Estabelecer alianças e parcerias para elevar o padrão de qualidade.
- Gerar emprego e renda para as comunidades locais, aliviando a exclusão e a pobreza. Acho que essa é uma das grandes tarefas a que nos propomos.

Aqui nós temos alguns dos principais projetos que estamos operando durante este ano. São alguns projetos de mercado e de estruturação de regiões e de destinos. Os 65 destinos turísticos vão receber recursos para se organizarem e espero que, em Porto Seguro, por exemplo, nós possamos fazer uma interferência nas favelas, criando cooperativas, porque o turismo pode ser, inclusive, uma boa via de escoamento daquilo que é gerado pela cultura, esporte e lazer.

Encerrando, eu queria convidar vocês para que, no ano que vem, quem sabe, vocês possam já apresentar alguns produtos que incluam de uma forma mais efetiva a questão do esporte e do lazer. Nós temos um programa chamado “Economia da Experiência” em que nós estamos tendo muita dificuldade para buscar pessoas que possam nos auxiliar, e eu sei que elas estão nessa pla-

téia aqui, na construção da animação dos equipamentos privados e dos equipamentos públicos também. Eu queria agradecer e convidá-los a integrar essa Política Nacional do Turismo para participarem do Salão do Turismo e se integrarem às Secretarias Estaduais do Turismo, aos órgãos de turismo municipais e estaduais para que, efetivamente, possam fazer parte do produto que nós vamos apresentar, no ano que vem, em São Paulo.

Muito obrigada por terem me ouvido e pela oportunidade de vir aqui conversar com vocês.

Muito obrigado.

Secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD - Ministério da Educação

Bom dia a todas e a todos.

Eu queria agradecer pela oportunidade que este evento nos traz, em duas dimensões: uma entre nós, gestores, e a outra por podermos estabelecer esse diálogo com vocês.

O tema que nos foi proposto “Panorama para a construção de políticas públicas intersetoriais” “é um tema que está hoje na ordem do dia do Governo Federal. Quando nós falamos que *esse tema está na ordem do dia, não é uma figura de linguagem. Durante este ano, todos nós do Governo Federal vivemos uma experiência extremamente desafiadora porque, a partir de uma iniciativa do Presidente da República: os diferentes Ministérios foram convidados a formular, organizar, estruturar e apresentar planos nos moldes do Plano de Aceleração do Crescimento “PAC.* Nós tivemos uma grande e forte agenda social em que o tema era exatamente a questão da intersetorialidade, ou seja, como é que nós trabalhávamos junto. Para nossa alegria, a educação participou de praticamente todos os debates: o debate da juventude, da comunidade indígena, da comunidade negra, das pessoas com necessidades especiais, o debate do desenvolvimento agrário, da cultura, etc. *Enfim, todos os planos envolveram o desafio da intersetorialidade.*

Para dar conta desse desafio, é fácil nós imaginarmos a resposta necessária, *mas é muito difícil construí-la. Em grande parte porque o Estado Moderno, tal como nós o conhecemos, foi construído a partir de uma lógica de segmentação de áreas, de especialidades, e não foi concebido com vistas à demanda da população.* Ele foi concebido com vistas a uma racionalidade administrativa que se impõe à necessidade local, individual e coletiva. Portanto, esse *processo de construção*

do Estado Moderno teve um efeito perverso e indesejado, mas extremamente persistente, em que cada burocracia passou a ser proprietária de um conjunto de ações, um conjunto de temas e procedimentos, e, de alguma maneira, essa burocracia tende a se reproduzir e se apropriar desses territórios de conhecimento como se fossem seus.

A partir daí, o diálogo horizontal fica extraordinariamente mais difícil porque, além das dificuldades conceituais da integração intersetorial, se articulam dificuldades de ordem política no sentido da preservação de espaço e territórios e dificuldades administrativas, que são fluxo de processos que não dialogam com aquilo que é imprevisto, com aquilo que não está na linha de montagem.

Quebrar essa lógica de Estado é uma decisão política que o Presidente Lula tomou, uma vez que, ele representa bastante bem a compreensão de uma parte importante da população brasileira que não reconhece o Estado como um aparelho a seu serviço. De fato, o Estado não é para atender à massa da população brasileira. O Estado está montado para atender a um conjunto de privilégios e quebrar isso é um processo muito complexo, muito difícil porque, como eu disse, não importa apenas em ter uma concepção, mas importa em ter um cotidiano de transformação de estruturas e normas.

Nós estamos longe de alcançar esse resultado, mas um evento como esse que pauta este tema, mostra que não falta coragem para enfrentarmos esse desafio. Nós temos clareza que o Estado que se constituiu, em tão longo tempo, com uma lógica que é tão adversa à demanda da população, não será mudado da noite para o dia. *É um processo lento e, mais do que isso, é um processo que deve ter uma sustentabilidade política.* Por isso, *encontros como esse são fundamentais para que possamos construir certos consensos quanto à direção da mudança.*

Uma vez, eu li um livro de um historiador inglês, Raymund Williams, que me marcou muito. Ele discutia o processo da Revolução Industrial na Inglaterra e fazia um comentário muito perspicaz, ao meu ver. Ele dizia que ***todo o processo de mudança implica, pelo menos, em dois aspectos fundamentais: a direção da mudança e a velocidade da mudança.*** Trazendo essa imagem para o Brasil de hoje, eu acho que o Governo Federal tem procurado explicitar, com muita clareza, qual é a direção da mudança. Pode ser que não consigamos atingir a velocidade da mudança necessária, mas acho que essa direção da mudança já está apontada com clareza.

É importante que possamos ver tanto as fragilidades de formulação que ainda temos, como, ao mesmo tempo, o potencial que é importante. Mas, como a Tânia Brizolla disse na primeira fala desta mesa, ***potencial não é produto e nós temos um produto para entregar, que é uma educação de qualidade para todos. Hoje, nós estamos convencidos que o corpo profissional da educação, sozinho, não dará conta do nosso compromisso com a população.***

Em linhas muito gerais, nós educadores temos uma razão muito grande para estarmos contentes. ***O Presidente Lula, na sua campanha pelo segundo mandato, colocou três eixos: a questão do crescimento da economia, distribuição de renda e educação de qualidade.*** Para nós educadores, ***essa notícia é super boa, mas é preocupante também porque o sistema educacional brasileiro não existe.*** Não há um sistema educacional brasileiro. ***Existem diversos “sistemas”.*** Hoje, a União tem um sistema que coordena a educação superior, mas não coordena as entidades de educação superior estaduais, por exemplo. Os estados têm o seu sistema de educação que envolve a sua própria rede e alguns municípios, mas não todos. Alguns municípios têm seu próprio sistema de educação. Então, para vocês terem uma idéia, nós temos um sistema federal de educação, da União; 27 sistemas estaduais; e, dos 5.500 municípios, 30% têm sistemas

próprios de educação. Portanto, ***temos um conjunto de 1.700 sistemas de ensino que não necessariamente se articulam entre si.*** Ou seja, não necessariamente, num Estado da Federação, há um cálculo mínimo que nos diga que a 8ª série, que um determinado município gerencia, está formando 2.000 alunos e que, portanto, o ensino médio está oferecendo 2.000 vagas. Não é assim que funciona. Há, portanto, um desafio extraordinário, quando o Presidente Lula traz para si, como meta do segundo mandato, uma educação de qualidade. ***Como realizar essa educação de qualidade, se nós, Ministério da Educação, não somos os gestores desses diversos sistemas?*** Nós somos parceiros e trabalhamos em regime de colaboração.

Nessa direção é que procuramos instituir o Plano de Desenvolvimento da Educação “ PDE, em resposta a uma demanda expressa do Presidente da República de garantirmos educação de qualidade para todos. A Secretaria que eu tenho a honra de dirigir “ e nós brincamos que o título da Secretaria é quase um manifesto porque se chama Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade “ está dizendo que não há igualdade no acesso à educação no Brasil. O Brasil conta com 14 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade. O estado que tem maior número de analfabetos é a Bahia, com aproximadamente, 1,5 milhões de analfabetos, segundo o Censo da PNAD. Isso mostra o custo das oligarquias nesse Brasil. Em todos os estados brasileiros, em que as oligarquias reinaram por longo tempo, a educação é uma tragédia. Isso é mensurado. Eu não estou falando de preconceito, mas de mensuração, de nota, avaliação, de resultado. O Estado da Bahia tem 1,5 milhões de analfabetos. O Estado de São Paulo tem 1,3 milhões de analfabetos. O Estado de São Paulo não tem nenhum programa de alfabetização de jovens e adultos. Para São Paulo, esse 1,3 milhões não conta porque correspondem a aproximadamente 5% da população. Como, na Bahia, esse 1,5 milhões correspondem a um

pouco mais de 20%, a Bahia se mobiliza. Agora, do ponto de vista do direito, um cidadão paulista e um cidadão baiano que são analfabetos tem o mesmo direito. É por isso que o nome da nossa Secretaria é um manifesto, porque ela pretende lutar, trabalhar e apoiar para que todos os cidadãos brasileiros tenham direito àquilo que a Constituição nos prometeu. Vale lembrar que, no ano que vem (2008), a Constituição Brasileira faz 20 anos e que muita gente boa morreu para que essa Constituição se constituísse, que enfrentou a luta para defender a democracia no Brasil e, na data de seus 20 anos, eu acho que nós temos que honrar aquilo que a Constituição promete, que é a garantia de uma educação de qualidade para todos.

Como trabalhar neste cenário tão complexo e de sistemas tão difíceis? O Plano de Desenvolvimento da Educação trabalha com alguns conceitos muito fortes. Eu vou detalhar três: o conceito de território, desenvolvimento e educação.

Nós estamos de acordo que o direito à educação é garantido para todos. Se você olhar os indicadores da PNAD, você vai ver que nós conseguimos a cobertura de 97.4% na faixa de 07 a 14 anos. Nós brasileiros temos razões para festejar que, num país rico, desigual, amplo e complexo como o nosso, nós tenhamos 97% das crianças na escola. Agora, uma questão central é que isso não significa que elas estejam aprendendo. Essa é a questão de fundo. Nós garantimos o direito à educação, mas não estamos garantindo o direito à aprendizagem. Nós temos um sistema de avaliação, o SAEB, que, até ao ano 2005, fazia uma avaliação da educação brasileira por amostragem. Essa avaliação por amostragem mostra que aquilo que o nosso jovem do 3º ano do ensino médio sabe hoje é o que ele deveria saber na 8ª série. O que o nosso jovem da 8ª série sabe hoje é o que ele deveria saber na 4ª série. Então, nós estamos, praticamente, um ciclo atrasados.

Recentemente, foi feita uma pesquisa de opinião junto à população brasileira sobre vários aspectos, inclusive, educação. Se

não me engano 60% a 70% da população achavam a educação pública boa. Sabem o que isso significa? Na verdade, 65 milhões de brasileiros não têm oito anos de estudo. Para essas pessoas, que são os pais, os tios, os avós, os irmãos das crianças que estão na escola, ir à escola foi uma coisa que eles não conseguiram. Então, ir à escola já é uma vitória extraordinária.

O Ministro Fernando Haddad tem falado, com insistência, que ***se nós conseguirmos educar uma geração, nós resolvemos o nosso problema, porque ninguém quer que seu filho tenha menos estudos do que ele teve.*** Ninguém aceita isso. Nós sabemos que é assim e, depois, o filho só tem a agradecer. Portanto, se nós conseguirmos educar uma geração, o problema educacional brasileiro vai estar resolvido, porque a demanda por qualidade vai ser da população brasileira e nós gestores vamos ter que correr atrás daquilo que a população cobrar, como a qualidade da educação. Hoje, ainda não é assim porque boa parte dessa população não foi à escola e o fato de que seus filhos estejam na escola significa que eles estão fazendo algo que eles não conseguiram fazer. Portanto, a idéia é que eles não podem legar uma pobreza para seus filhos. Tudo bem que não consigam legar uma riqueza, mas eles têm que legar para seus filhos um instrumento chamado educação. Todo mundo tem clareza disso. Então, nós temos um desafio muito grande de vencer essa etapa.

Como é que o MEC começou a trabalhar a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação? Como eu disse a vocês, tem o Sistema Brasileiro de Avaliação e nós fizemos uma prova, em 2005, “Prova Brasil”, em todas as escolas públicas de 4ª à 8ª séries e alcançamos 3,3 milhões de crianças. Esta semana, está havendo a segunda edição da “Prova Brasil” para todas as escolas públicas brasileiras 4ª à 8ª séries nas áreas urbanas. Ainda não deu para chegarmos à área rural. Essa “Prova Brasil” nos mostrou coisas muito interessantes. Primeiro, que a média era a que nós conhecíamos, mas, também nos mostrou que a média

esconde a realidade de que há escolas públicas “EXTRAORDINÁRIAS”. Para vocês terem uma idéia, essa prova é comparável com a prova do PISA, que é um exame internacional que a OCDE faz e do qual o Brasil participa. O PISA mede proficiência em linguagem e matemática dos jovens de 15 anos. Há mil problemas, entre eles, o fato de que os nossos jovens de 15 anos, raramente, estão onde deveriam estar, que é na 1ª série do ensino médio. A média da Holanda no PISA, por exemplo, é sete; o Reino Unido tem média 6,5; os países da OCDE têm média seis, no PISA. Mas tem uma escola do interior do Rio de Janeiro que tem média oito no PISA “é o CIEP de Trajano de Moraes. Tem uma escola particular em Teresina, no Piauí, que também tem média oito. É uma das melhores escolas do Brasil. Então, nós começamos a perceber que há uma profunda desigualdade na educação brasileira, mas é uma desigualdade muito complexa, porque não é apenas uma desigualdade de médias norte/sul, ou nordeste/sul. Essa desigualdade existe, mas é mais do que isso. Dentro de uma mesma rede, há escolas que têm nota 01 e outras que têm nota seis. Portanto, a iniquidade do acesso à educação é estrutural na educação brasileira. Não é um acidente; é uma estrutura que reproduz a desigualdade. Nós acreditamos, como o Anísio Teixeira, de que a escola pública é a melhor máquina democrática que pode existir. Nós continuamos apostando nessa idéia. A escola pública é uma máquina democrática que faz conviver os diferentes, dá acesso igual e ela pode ser de qualidade porque nós constatamos, na “Prova Brasil”, que há escolas públicas de qualidade. Nós fomos a essas escolas que tiveram um bom desempenho para verificar qual é o nível de qualidade que elas têm. Algumas dessas escolas estavam na periferia de Salvador. Quando saiu a nota da “Prova Brasil”, a Prefeitura de Salvador ficou envergonhada porque uma das melhores escolas que Salvador tem fica localizada na favela e a Prefeitura de Salvador não sabia disso. A escola é maravilhosa. O que é que nós aprendemos com essas escolas boas? A

primeira coisa que nós aprendemos é que, nessas escolas, os professores, diretores e a equipe técnica confiam que a criança pode aprender. Não há preconceito contra a criança. Não há preconceito de que ela seja pobre, de que ela seja negra, de que ele não tenha o que calçar e venha para a escola de sandália de dedo. Então, a primeira coisa que nós temos que fazer é combater preconceitos e garantir a compreensão do direito da criança.

Além disso, nós aprendemos muitas coisas. Nós aprendemos, por exemplo, que há sistemas que funcionam muito bem. O que é que esses sistemas têm? Primeiro, têm lideranças comprometidas com a educação. Para nós é preocupante que a educação ainda seja moeda de troca política. Ou seja, o Deputado indica o diretor da escola; o Vereador indica o diretor da escola. Isso é muito complicado. Eu adoro política, acho política fundamental, lutei pela democracia no Brasil, mas tem que ser a política para o cidadão e colocar para dirigir uma escola alguém que não tem identidade com a educação é uma tragédia porque a escola tem que acolher as pessoas. Se o aluno falta, a gente tem que procurar para saber por que ele faltou. O aluno não deve faltar aula e, se ele faltou, tem alguma coisa errada, ou na vida desse aluno, ou na vida da escola. Então, a falta do aluno é um sintoma que deveria ser tratada por nós como uma febre, para podermos ir atrás e descobrirmos a causa.

Hoje, no Ministério da Educação, nós conseguimos ter clareza do que está acontecendo em cada território, em termos de desenvolvimento. Nós aprendemos, nas escolas e redes que funcionam, que elas têm uma coisa fantástica, que é a intersetorialidade. Nas redes que funcionam, ***nunca a educação está sozinha.*** As crianças têm atividade esportiva, têm atividade de lazer, são atendidas na dimensão da saúde, visitam museus, participam de atividades esportivas e de atividades culturais etc. Isso significa que, hoje, há muita gente no Brasil que sabe fazer intersetorialidade. Dessas experiências, nós temos que conseguir abstrair os conceitos e desenhar as políticas.

Como é que nós estamos trabalhando hoje para construir essa política? Há três dimensões que são fundamentais para a intersectorialidade. Primeiro, a dimensão dos princípios. Quando eu falo de educação, estamos falando de um processo que visa garantir a autonomia dos sujeitos, ou estou falando de adestramento? Nós temos que ter um princípio claro, comum porque, caso contrário, não tem acordo. Para nós, o princípio é que a educação é um processo que garante a autonomia dos sujeitos, na sua interação consigo mesmo, com o outro e com a comunidade. A segunda dimensão é que nós temos que *ter instrumentos claros “nossos programas, diretrizes, etc.* E esses instrumentos decorrem dos princípios. Ou seja, não adianta eu ter um programa educativo que não reconhece o estudante como sujeito do seu conhecimento. Terceiro, nós temos que ter uma *compreensão de território.* A intersectorialidade não se faz se não for no território concreto, com sujeitos concretos, a partir de instrumentos acordados e princípios comuns.

No nosso caso, nós temos uma enorme expectativa de que isso que nós estamos aprendendo nas escolas que funcionam e sistemas que funcionam seja levado para o País como um todo. Amanhã, nós temos uma Mesa de Debate, da qual vai participar a Jaqueline Moll, Diretora da SECAD, que irá discutir *o programa “Mais Educação”.* É um programa que construímos *inspirados em escolas que têm sistemas que funcionam e em dois exemplos aqui próximos de nós, que são Belo Horizonte e Nova Iguaçu.* São duas prefeituras que conseguiram, com pouquíssimos recursos, oferecer a educação integral. Eu vou terminar com duas frases que são muito simples e objetivas. A primeira vem do trabalho de *Belo Horizonte: “Educação integral, como nós podemos fazer hoje, significa ampliar o tempo e o espaço educativos”.* Portanto, educação integral não é trancar a criança na escola, mas é fazer da comunidade uma escola, é fazer do parque uma escola, do cinema uma escola. A segunda

vem do trabalho de *Nova Iguaçu. É um ditado africano que diz: “É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”*. Nós precisamos recuperar esta clareza de que *é preciso toda uma cidade para educar uma única criança*. Se nós não conseguirmos fazer essa política intersetorial, não vamos lograr resultados.

Como fazer isso? Esse é um desafio que eu esse seminário vai nos ajudar a responder.

Muito obrigado.

Eu queria saudar a todos os que fazem parte desse esforço e que se encontram aqui, obviamente, porque esperam de cada um de nós a possibilidade de compreendermos e ampliarmos o entendimento sobre o que fazemos, trazendo nossas experiências e recolhendo as reflexões que possamos fazer em conjunto.

Eu diria, brincando um pouco, que eu sou um cara perigoso, porque eu fui deputado por 16 anos. Mas, não era desse setor que indicava diretores e pedia espaços. Quando nós estávamos mais perto das raízes que nos fizeram escolher o caminho da luta e quando achamos que a luta pela democracia pela ditadura e a luta pela construção de uma outra sociedade, no início dos anos 60, nós fomos construindo e nos impregnando de uma certa cultura de referências políticas, valores éticos e de escolhas na vida.

Eu fiquei um pouco assustado quando fui convidado por sugestão da Professora Rejane, porque temos um passado comum na política do Rio Grande do Sul, mas eu pensei muito no que eu poderia contribuir. A minha impressão, depois de um certo nervosismo e *depois de uma leitura atenta do documento diagnóstico deste Encontro sobre “Lazer e Intersetorialidade das Políticas Públicas”, foi me inteirar de coisas que eu não sabia e, em segundo lugar, compreendi intenções e articulações sobre as quais não tinha informação.*

Ao ler o texto, *eu sublinhei alguns pontos que eu considero importantes.* Logo no terceiro parágrafo, a idéia é que *“a intersectorialidade é um dos desafios das políticas sociais do atual governo, desafio esse que é guiado pelas idéias de parceria e solidariedade”.* Mais adiante, se diz: *“Quando há necessidade de superação da vulnerabilidade social no meio rural, o esporte e o lazer são destacados como fatores de elevação do nível de auto-estima dos sujeitos, de agregação*

de grupos, de valorização da identidade local". Mais adiante, se diz: *"Se propõe a ser uma ação educativa conscientizadora"*.

Então, *estamos começando a entender do que se trata. Não se trata de distrair as pessoas, mas de criar espaços, dinâmicas e encontros que permitam que se constitua um tecido, que está completamente esticado, na maioria das vezes, rompido e profundamente marcado por "desilusões sociais"*.

Diz ainda: *"As parcerias com diferentes órgãos implicam na mesma linguagem entendida por todos, com clareza dos princípios e objetivos em todos os níveis"*. No último parágrafo da página 5, se diz ainda: *"As lideranças são desafiadas a participar de mudanças na cultura política local e de rever e reler a realidade"*. Isto é uma bela e digna, mas enorme, ambição. Se é para rever e reler a realidade, não como doutrinarietas estreitos e autoritários, mas como participantes de um processo com responsabilidade, querendo tocar e até reconstituir sensibilidades e fazer renascer possibilidades, sem dúvida nenhuma, esta é uma missão que só pode ser entendida, não somente compreendendo que *"juntos somos nós"*.

É claro que, intersetoriais, seremos mais porque, se o Estado e suas estruturas não forem ilhas, nós temos que verificar: *que Estado construímos, quais são as suas escleroses e qual é o longo caminho a ser percorrido*.

De um lado, temos a convergência da potência, maior ou menor, das políticas fragmentadas que o Estado vinha oferecendo. Se o Estado e suas estruturas não forem ilhas isoladas, com grande paixão, dedicação e honestidade, o cara cuida que seu porta-aviões ande direito, mas até ele se entender com o resto da frota, ou já terminou a guerra, ou já afundaram a metade de nossos barcos. Isso introduz o tema de que há uma atitude mais exigente com o *time* que está se desenrolando na

sociedade da qual falamos e onde pretendemos incidir através de nossas políticas e ações. Então, não adianta, termos uma sociedade lá fora, do outro lado da porta, e nós ficarmos pensando aqui como é que vamos fazer mais e melhor, e mais convergentemente, enquanto aparelho de Estado e enquanto posições de política social que são justas, não são perfeitas, são generosas e vão na boa direção. ***Nós temos, politicamente, uma direção que, inclusive, não era a direção de governos que nos antecederam.*** Então, se lá fora a realidade é muito mais dramática, não só porque não tem tanto sol quanto nós desejaríamos, mas porque a sociedade decide os seus destinos, a partir de questões de poder e, determinantemente, de hegemonia econômica e da possibilidade de ter o poder do Estado e executá-lo numa determinada direção.

Então, o *time* das políticas que desenvolvemos e que aqui se aperfeiçoarão tem um determinado ritmo, mas a batalha selvagem do mundo lá fora tem um ritmo multiplicado por dez. Então, se formos muito devagar, ou se fizermos muitas experiências e perdermos muito tempo, quando nós chegarmos corremos o risco de não termos mais o mundo que nós pensávamos e que entendíamos que estava lá fora. Então, ***a politização, no sentido mais nobre do termo, é imprescindível e vocês lidam com esse desafio, com o máximo de consciência.*** Ou seja, não se trata de fazer bem o que vocês cada vez sabem fazer melhor, mas ***se trata de fazer o que sabem fazer num mundo cruel que está lá fora e que está puxando para trás e para baixo, e não para cima e para frente.*** Esta dinâmica da realidade da sociedade, no Brasil e fora dele, é incontestável e é um núcleo sobre o qual deve haver uma luta no sentido de como devemos ser exigentes com a nossa própria intervenção.

Eu considero que o Governo Lula é atravessado por uma série de crises, mas, ao mesmo tempo, foi afirmado por duas grandes eleições nacionais. Ele é um governo que tem um leque de

políticas extremamente interessantes. Nem todas o são, mas, de qualquer forma, tenhamos o julgamento que tivermos deste governo, a chamada “direita” quer destruí-lo. Na verdade, há um processo intensivo de tentativa de destruir este governo por suas falhas e, principalmente, por suas virtudes. Portanto, ***o fiador dessas políticas, que ora são implementadas, é um fiador que precisa sobreviver e tentar continuar, não pelo terceiro mandato, mas pela continuação dessas políticas.***

O que isso tem a ver com a História, no sentido mais nobre desse termo? ***Nós estamos escrevendo um pedaço da História do Brasil? É claro que sim. Esse tipo de política é uma conquista? É sim, só que toda a conquista é provisória e se cria uma certa instabilidade.***

Portanto, ***esta luta para sustentar a qualidade do que se faz é também a luta para ganhar a sensibilidade das pessoas e, através disso, elementos de recomposição de autoconfiança, de identidade, de sentido para as coisas, de luta permanente contra a idéia de que não adianta nada esse esforço porque este mundo não tem jeito.*** Adianta sim. É possível sim. Essa é uma batalha implícita no circuito cotidiano das ações, dos encontros e dos afetos. ***Não é por acaso que, no filme*** que foi apresentado ontem na Solenidade de Abertura (vídeo do Programa PELC), ***me chamou a atenção uma frase: “Aqui a gente aprende a ser amigo”.*** Depois, a Ministra Matilde evidenciou como ela tinha percebido ***a emoção e o brilho nos olhos da professora*** que disse: “Eu podia estar dando aula numa escola particular, mas aqui eu sinto que posso dar muito mais a estes jovens e esta é a minha grande gratificação isso tem que continuar”. ***Quando a gente percebe as coisas pela emoção dos outros, certamente, nós estamos alcançando a coisa mais profunda para se fazer tudo isso.***

Agora, há um contraponto que eu quero fazer. Infelizmente, nós tivemos circunstâncias políticas, de 2003 para cá, onde

toda uma longa caminhada, que eu chamarei de “campo progressista”, com a chegada do Presidente Lula ao Governo Nacional, o exercício do poder compartilhado com outros imensos poderes, ***todo esse processo foi cruzado e atravessado por elementos de desconstituição dos valores que vinham sendo trazidos até aqui.*** Então, em relação ao ***tema da corrupção, por exemplo,*** eu não posso mais achar que o país em que vivo, depois do que aconteceu e da forma como a TV Globo e associados amplificaram por cem esta temática, de uma forma metódica, em todos os nichos da clientela da televisão, como no Programa do Jô, de 2005 para cá, trituraram o projeto de governo e parte da credibilidade e do seu alicerce ético. Ao fazê-lo, hipotecaram uma parte daquilo que, sem falar partidariamente, é a construção desse processo que levou à hegemonia que hoje existe e que permite essas políticas que vocês materializam e tantas outras. Então, esse é o diálogo, senão, nós estamos convidados a uma esquizofrenia delirante e a uma alienação profunda, estúpida e injusta. ***Se, como diz o texto do documento, trata-se de dar um direcionamento para que as pessoas compreendam melhor o seu mundo e revitalizem a confiança em si mesmos e no mundo onde vivem, para que possamos extrair a força para continuarmos pensando que é possível um mundo melhor, e que fazemos parte desse esforço, eu não posso propor isso, juntamente com uma espécie de política de avestruz, uma cegueira coletiva, ou pior, um código de interpretação da realidade em que só vejo o que me convém e não vejo o que não me convém.*** Essa gigantesca deseducação está lá embaixo, na base e nos poros da sociedade.

Então, eu diria que ***essas são as pessoas que vocês encontram todos os dias,*** de diferentes níveis culturais, de diferentes sensibilidades e regiões muito diferentes, ou seja, com ***uma gigantesca heterogeneidade.*** Entretanto, a Globo tenta pasteurizar e uniformizar essa realidade, com todos os recursos e

com sutilezas que não nos surpreendem. Só que nós não sabemos como é que trabalha a cabeça das pessoas. Se a novela do Globo, que é um tronco central da formação cultural desse País, é assistida por 70 milhões de pessoas, se chama “Duas Caras”, assim como, na época do Collor, a novela da Globo se chamava “Vale Tudo”, os grandes símbolos midiáticos tentam sintetizar uma época e, como símbolos, tentam constituir um imaginário da nossa gente. Esse imaginário é um pouco mais simples, mas não menos exigente que qualquer outro e está dividido pelas coisas que têm acontecido lá fora.

A minha sugestão é essa insistência de que o universo que nós trabalhamos não é o mesmo universo de quando nós começamos a fazer esse tipo de trabalho. Primeiro, *ele mudou um pouco a favor e por isso esse trabalho existe. Depois, ele foi atingido, na linha de flutuação do barco, por uma série de fatos, portanto, o desafio transformou um pouco a sua natureza.* Por exemplo, no caso da tragédia da aviação, eles querem colar a forma como sempre combateram o imaginário popular, com a idéia de que o Presidente Lula era um ignorante e despreparado, só que isso é retomado com o que chama de “caos aéreo”, que é um grave problema. É assim que acontece na novela e na vida. As pessoas que, infelizmente, pereceram no incidente da TAM, multiplicaram com o seu sangue a possibilidade da percepção de que a situação aérea do país estava muito mal e todo mundo passou a dizer que a culpa era do governo, sem nenhum pudor e sem nenhuma meias palavras. Então, se esse é um universo de choque permanente e se trata até de contrapor com o tipo de trabalho que se faz nessas ações do Ministério, e nessa área em particular, eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que, no fundo, as coisas estão mais complexas, mas nem por isso, não possam ser enfrentadas e resolvidas.

Dessa forma, *se a idéia da intersetorialidade é uma percepção clara da convergência de esforços para potencializar*

resultados na sociedade, basicamente, é importante compreender um pouco melhor a sociedade e não falar das nossas políticas como se não houvesse uma grande turbulência e uma grande instabilidade. Como navegadores que seremos nesse presente, temos que atravessar esses mares e não outros mares. Espero que possamos fazer isso. Eu sempre cito o famoso Paulinho da Viola, que retomou agora aquela música notável e diz: “Não sou eu quem me navega; quem me navega é o mar”. Quer dizer, se vocês se colocarem como timoneiros das ações cotidianas que desenvolvem, vocês verão que, se vocês guiam o barco, há um vasto mar difícil e complexo. *Se a ambição dos idealistas e o caminho dos lutadores sociais sempre foram a tentativa de alterar as coisas para melhor, usando a linguagem mais sóbria possível, nós somos da turma que quer navegar do jeito que acha e quer dominar o mar.* Nesse lugar que nós estamos, *espero que possamos avançar porque temos um patrimônio e um ponto de instalação nesse momento que também é muito importante.* O mesmo Paulinho diz: “As coisas estão na vida, a gente só precisa aprender”. *É isso que nós temos que fazer.*

Obrigado.

MESA REDONDA 2:

Estratégias para o Desenvolvimento de Políticas Públicas Intersetoriais: Perspectivas de Parceria com o Lazer I

Moderador:

João Alberto Chagas Lima – SNDEL -
Ministério do Esporte

Palestrantes

Dirce Margareth Gross
Secretaria Especial de Política para as mulheres

Bom dia a todas e a todos.

É com grande satisfação que estamos participando desta atividade, deste evento e compondo esta Mesa como representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, por ***considerarmos o espaço do esporte e do lazer extremamente importante para a construção de uma sociedade igualitária entre homens e mulheres***, que creio que todas nós aqui estamos empenhadas, cotidianamente, em constituir.

Ao olhar o programa e examinar a temática desta Mesa Redonda “Estratégias para o Desenvolvimento de Políticas Públicas Intersetoriais e Perspectivas de Parceria com o Lazer” como representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, eu fiquei pensando: ***Qual seria a pergunta central que se deveria fazer para formular políticas públicas intersetoriais, com a perspectiva da parceria com o lazer, que contemplem, de fato, as mulheres do nosso País?***

Penso que, ***antes de tudo, é necessário nos perguntarmos como a sociedade em que vivemos constrói os sujeitos que a compõem: o que significa para eles o trabalho, o que significa lazer e o que significa ser homem e ser mulher.***

Ou seja, como se constrói cotidianamente o significado do masculino e do feminino na nossa sociedade. Eu gostaria de iniciar uma reflexão sobre esses significados para, depois, poder elencar algumas pistas que devem ser consideradas na constituição de políticas públicas de intersectorialidade, considerando essa perspectiva de gênero.

Recebemos a orientação de olharmos o diagnóstico que vocês realizaram em preparação para este encontro. Seleccionei alguns dados desse diagnóstico para começar uma conversa.

Se olharmos o Quadro 02, onde se fala sobre os participantes do programa, consta o seguinte: ***“O público que mais participa ainda é constituído por adolescentes e jovens de 13 a 24 anos. Os adultos e as pessoas com deficiência são os mais difíceis de serem mobilizados pelo programa. Entre os participantes, há um equilíbrio entre homens e mulheres, sendo que os mais jovens tendem a ser meninos e os mais idosos a serem mulheres”***. Que reflexão nós poderíamos fazer a partir desse diagnóstico que vocês levantaram? Na verdade, parece que a juventude tem um direito maior ao lazer, que vive uma fase da sua vida em que lhe é dado o direito ao prazer e a sociedade lhe confere esse direito de brincar, de se divertir, de se encontrar. Enquanto que, na fase adulta, o trabalho é o centro da vida dos seres humanos.

Aqui, nós poderíamos fazer uma grande reflexão sobre o uso do tempo nesta fase da nossa vida. O que eu quero chamar a atenção especial é para o significado de trabalhos que são realizados por homens e qual o significado de trabalhos que são realizados por mulheres.

Nós sabemos que, na nossa sociedade, os trabalhos que homens realizam e que mulheres realizam têm valores diferenciados. Esta valoração diferenciada também nos remete a uma divisão sexual do trabalho. Quanto à valoração, nós todos sabemos que as

mulheres recebem até 60% do valor que os homens recebem para fazer o mesmo trabalho que as mulheres fazem, nos mesmos espaços e nos mesmos horários, para cumprirem as mesmas tarefas.

Agora, se nós olharmos um pouco mais atentadamente, há alguns trabalhos que são considerados trabalhos de mulheres e há outros que são considerados trabalhos mais para homens. Por exemplo, as tarefas domésticas “ lavar, cozinhar, passar, limpar a casa etc.” são geralmente feitas por mulheres. Agora, se esse trabalho for terceirizado em outras casas, as pessoas que cumprem essa tarefa também são as mulheres, e, na sua grande maioria, são as mulheres negras.

A maior categoria de profissionais no nosso País é formada por mulheres, e por mulheres negras. Além disso, na sua grande maioria, elas não têm seus direitos trabalhistas respeitados e nem sequer totalmente reconhecidos pela Constituição Nacional. Quem cumpre essas tarefas são as mulheres. Isso nos remete a uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho. A nossa sociedade, pela sua tradição e pela sua cultura determina, impõe e responsabiliza, diferentemente, homens e mulheres a cumprirem tarefas na nossa sociedade.

Na verdade, os homens se ocupam, majoritariamente, de um trabalho considerado produtivo, que tem mensuração, que você pode valorar, ou seja, pelo produto produzido, ou pela mão-de-obra empregada para realizá-lo. Às mulheres, lhes compete o trabalho considerado reprodutivo, o que significa a manutenção da perpetuação da espécie humana, o cuidado cotidiano com as pessoas com as quais elas convivem, que estão ao seu redor, como seus filhos e filhas, pessoas mais idosas, às pessoas com deficiência e doentes, para os quais ela tem que preparar a alimentação, se responsabilizar pela vestimenta, organizar o lugar onde o núcleo familiar vive, etc.

A partir daí, nós também poderíamos fazer uma reflexão sobre as mais diversas profissões na nossa sociedade que, majori-

tariamente, são ocupadas por mulheres ou por homens. Por que será que existem algumas profissões, como por exemplo, de professoras, de enfermeiras e serviços que, na sua grande maioria, são ocupadas por mulheres? Por que têm outras profissões que, majoritariamente, são ocupadas por homens e o valor do salário que é auferido por cada uma dessas profissões? Nós não vamos ter muito tempo para falar disso aqui, mas temos que refletir sobre essas questões.

O que é que pensar esse trabalho, a ocupação desse tempo, as tarefas diferenciadas realizadas por homens e mulheres tem a ver com o lazer, tem a ver com o esporte e tem a ver com o nosso Programa Esporte e Lazer da Cidade?

O diagnóstico afirma que há um equilíbrio de participantes entre homens e mulheres, ***mas os mais jovens tendem a ser meninos e as mais idosas tendem a ser mulheres***. Poderíamos fazer algumas considerações sobre: por que na idade mais avançada tem mais mulheres? Primeiro, porque hoje já está comprovado que as mulheres vivem mais do que os homens. Tem mais mulheres do que homens. Há recomendações médicas para elas cumprirem esse espaço e, de certa forma, elas já estão desobrigadas de cuidar do seu núcleo familiar porque há uma outra mulher que a está substituindo, que já está chegando para cumprir esse papel.

Mas, também é necessário nós refletirmos e pensarmos um pouco como acontece a ***socialização do ser humano***, como as pessoas quando nascem, os meninos e as meninas, são educados, na nossa sociedade, ***de uma forma diferenciada***. Eu queria que cada um de vocês refletisse que há brincadeiras e jogos que nós diferenciamos, separando os que são para meninos e outros são para meninas. Normalmente, a sociedade faz essa diferenciação. No cotidiano, nós temos ouvido dos nossos pais, dos nossos educadores, das nossas educadoras que há ***brincadeiras*** em que as meninas se adaptam melhor e outras em que

os meninos se adaptam melhor. No diagnóstico que vocês levantaram, os mais jovens são meninos e já lhes é dado o direito a brincar com carrinhos, com bonecos de filmes de ação, a poderem ficar na rua, a poderem correr, a empinar pipa, a jogar futebol, enfim, brincadeiras que têm muito movimento, muita ação. Já no caso das meninas, nós reservamos as atividades mais tranqüilas, mais calmas, como cantigas de roda, brincadeiras que envolvem bonecas, utensílios domésticos e, talvez um pouco mais tarde, o jogo de vôlei.

Quais são os significados e as construções de sujeitos que estão ocultos nestas brincadeiras e nesses jogos diferenciados? São eles: (1) a força *versus* a delicadeza, de um padrão daquilo que significa você ser menino, ser homem e aquilo que significa você ser menina e ser mulher; (2) o espaço público *versus* o espaço privado. Para o menino é permitido ir para a rua, jogar e brincar; já a menina tem que ficar no ambiente da casa, no pátio, ao redor da sua residência ou do espaço onde habita.

Nessas formas de agir, na maioria das vezes, para nós que somos mães, pais, professores e professoras, educadores e educadoras, nós não nos damos conta de que nós temos uma forma de pensar as brincadeiras, os jogos e o lazer, para as nossas crianças e depois para as pessoas adultas, que fazem essa diferenciação. Isso ajuda a constituir, ajuda a construir corpos diferenciados, com maneiras diferentes de se comportar e de encarar a vida na nossa sociedade. Isso tem a ver, como já disse antes, com os sujeitos masculinos e femininos, que é a concepção que temos na nossa sociedade que é construída ao longo da história. Isso não está escrito em lugar nenhum, mas que perpassa de geração em geração. Isso interfere na vida das pessoas, nas suas relações sociais, nas estruturas de poder e nas desigualdades entre homens e mulheres, que nós todos convivemos no cotidiano de nossas vidas.

O futebol, como já disse, é um jogo que exige muita ação, muito movimento, muita corrida, muita força, muito condicio-

namento físico e às vezes as pessoas até se machucam jogando futebol. Na socialização das crianças, quando damos uma bola de presente, quais são as crianças que na sua grande maioria recebem bolas para brincar? São os meninos. No caso das meninas, isso acontece com muito menos freqüência. As instituições, a família, a escola, os meios de comunicação reproduzem essa percepção de masculino e de feminino. Eu estou fazendo uma pesquisa com professoras e professores de escolas públicas de Dourados, em Mato Grosso do Sul, sobre a percepção deles do que significa ser masculino e feminino no cotidiano do seu trabalho, nas tarefas pedagógicas, nas salas de aula. Quando lhes é perguntado sobre se eles percebem comportamentos diferenciados entre meninos e meninas, e se existe uma discriminação contra as meninas, entre as diversas coisas que eles elencam, o exemplo do jogo de futebol é sempre colocado. Por mais que eles reconheçam que as meninas têm direito de jogar futebol eles alegam que não é um jogo para meninas porque é um jogo violento, deforma o corpo das meninas, que, na verdade, faz uma apologia à beleza e do que significa a feminilidade. Os professores e as professoras não reconhecem que, de fato, as meninas sabem jogar futebol, quando eles dizem: “Não, quando elas jogam, elas sabem fazer gol mesmo!” Como se isso não fosse possível. Uma outra coisa que eles levantam é que, na verdade, os professores não se dão conta da forma como eles encaminham essas atividades na escola.

E também para contar um dado sobre as nossas atletas da Seleção Brasileira, que tiveram excelente desempenho nos jogos do PAN, elas também não são reconhecidas, pela própria CBF, como sendo, de fato, profissionais de auto-rendimento no futebol do nosso País. Dos seiscentos clubes registrados na CBF, apenas vinte desses clubes apóiam o futebol feminino. Essas jogadoras, com muita garra, conseguiram chegar aonde chegaram e demonstraram saber realmente jogar o futebol. Só que, a participação delas nos jo-

gos cotidianos, às vezes, se dá por R\$ 500,00, pela participação em um jogo ou em um campeonato. Agora que estão no topo, há a alegação da desqualificação da equipe técnica que as acompanha, que também é feita por mulheres. Eles acham que esse é um lugar de homens que entendem de fato desse espaço. Na própria organização da CBF de um Campeonato Feminino de Futebol Brasileiro, não estão se observando as mesmas regras que se observam para um campeonato masculino de futebol, e também se desqualifica este lugar que é ocupado por essas mulheres.

O que é que nós, que estamos nos núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade, podemos fazer como coordenadores, como educadores, como agentes, para contribuir na construção de uma sociedade que seja de fato igualitária entre homens e mulheres?

A nossa meta é que essas pessoas possam, cada vez mais, serem realmente felizes em qualquer fase de suas vidas, usando as nossas ações políticas na área do esporte e do lazer. Acho que, em primeiro lugar, nós precisamos prestar atenção, no cotidiano, do que acontece nas nossas ações. Precisamos refletir e questionar sobre as coisas que estão colocadas e nos perguntar: Isso é normal, é natural acontecer? Por que acontece assim e como poderia ser diferente? ***Temos que pegar esse diagnóstico que vocês fizeram, e fazer uma leitura dele com esse olhar de gênero e assim conseguir entender o que está escondido por trás disso, que modelos estão constituídos e o que podemos fazer para, de fato, interferir nessa questão.***

Essa não é uma tarefa fácil, porque isso não nos foi ensinado a fazer em lugar nenhum e não nos é ensinado a fazer. Nós só vamos conseguir fazer isso, na reflexão, na conversa cotidiana com nossas companheiras e os companheiros, olhando a realidade que se coloca. Se já é difícil o desafio de trazer as pessoas na idade adulta para participarem dos jogos, trazer as mulheres vai ser muito mais difícil, por todas essas questões que eu já elenquei. Trazer as pesso-

as com deficiências é difícil, porque precisam ser feitas diversas articulações, mas isso tem a ver também em não trazer as mulheres porque essas mulheres estão cuidando dessas pessoas também.

É importante pensarmos, não só nos espaços de inclusão das mulheres nesse Programa e pensarmos nas atividades específicas para as mulheres, mas é importante pensarmos nas atividades como um todo e como as mulheres podem participar daquilo que está colocado, sem diferenciar o que é para a mulher, e o que é para o homem. Temos que inverter um pouco essa lógica. No filme que foi passado na abertura (Programa PELC), quando vi as senhoras de uma comunidade rural jogando bocha, por exemplo, nós nos perguntamos: Isso acontece no cotidiano da vida delas? No cotidiano da vida delas, quem joga bocha são os homens. As mulheres jogam futebol nos grandes eventos que são realizados. Os homens sempre têm um espaço para se encontrarem e tomarem sua cerveja, para jogar o seu futebol, para jogar cartas. Já as mulheres, precisam estar envolvidas com o cotidiano da sua casa e a sociedade não lhes confere esse direito. Isso é preciso ser levado em consideração no momento da organização dos nossos núcleos lá nas nossas comunidades. É preciso também pensar em atividades não diferenciadas para homens e mulheres, para meninos e meninas. Precisamos inverter situações, como por exemplo, tendo oficinas de dança em que meninos possam participar. A categorização de homem e mulher não nos dá a possibilidade de estarmos trabalhando e olhando, de uma outra forma, as outras sexualidades que podem estar sendo, e devem, ser exercidas. Na verdade, quando surge o menino gay, a menina lésbica, temos dificuldades em lidar com essas situações. Também é necessário produzir espaços de reflexão junto às próprias pessoas que participam dessas nossas atividades.

É importante conversar com essas pessoas que estão no cotidiano de nossas ações, sobre como elas se também

se percebem, meninos e meninas, homens e mulheres. Devemos lhes dar a oportunidade para pensar e refletir sobre isso para poderem também mudar sua própria percepção sobre si, sobre seu corpo e, dessa forma, serem um pouco mais livres para poderem viver a vida, para poderem viver a sua sexualidade, para poderem sonhar e viver a vida de uma forma mais feliz.

Eu sei que essa é uma tarefa muito árdua, muito difícil e você não vai conseguir enxergar a transformação disso daqui a uma semana, daqui a um mês ou daqui a um ano, se você fizer essas ações. Na verdade, pequenas coisas vão gerando uma alteração na forma de pensar, na cultura que está colocada e num processo longo de desconstrução dessa forma de se constituir sujeitos é que nós vamos transformar a nossa sociedade. Mas é isso temos que fazer cotidianamente, em cada lugar e em cada momento onde nós nos encontramos.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem um desafio muito grande, que foi colocado agora, depois da realização da II Conferência. É a reavaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para também pensar essas questões com ações efetivas que possam contribuir para essa transformação.

Pensando em parcerias locais, acho que vocês podem procurar nos estados e nos municípios, onde estão acontecendo essas ações de lazer e de esporte, para poder ajudar a refletir um pouco nestas questões de gênero. Isso poderia ser feito através das Coordenadorias ou as Secretarias Estaduais e Municipais de Mulheres. Ainda são poucas, mas já existem em alguns municípios e acho que é necessário chamá-las para fazerem essa reflexão, junto com os Conselhos de Direitos das Mulheres Municipais e Estaduais, e o próprio Movimento Social Organizado de Mulheres, Movimentos Feministas etc. Eles podem nos ajudar a pensar como isso se dá no cotidiano e ver quais as ações podemos fazer para que possamos interferir.

Para podermos pensar numa parceria, precisamos primeiro pensar como essas coisas se constituem no cotidiano das nossas vidas para que, na prática, nas nossas ações, possamos trazer elementos para construir uma sociedade onde homens e mulheres possam ser cada vez mais felizes.

Muito obrigado.

Carlos Eduardo Trindade
*Subsecretário de Planejamento da Secretaria Especial de
Políticas para Promoção da Igualdade Racial*

Bom dia a todos e a todas.

Gostaria, inicialmente, de saudar a Secretária Rejane e o colega João Alberto, pessoas com quem nós já tínhamos dialogado antes, no início do ano, para tentar ver **como poderíamos articular as políticas relacionadas ao esporte e lazer, e a política de igualdade racial**. Naquele momento de discussão, vimos que havia vários pontos de interseção que poderíamos refletir e pensar possibilidades de transformá-los em uma política pública. Acho que essa iniciativa da Secretaria é muito importante também por isso. Queria saudar também todos vocês porque estão assumindo um compromisso com mais uma política nova no Governo Federal e pela coragem por terem assumido essa política. **Essa não é uma política fácil de se realizar, fácil de se transformar em resultados concretos, para a cidadania do povo brasileiro, para o fortalecimento e pleno exercício da democracia e da participação do nosso povo**. Essa é uma primeira saudação.

Quero ressaltar a novidade dessa política. O governo do Presidente Lula se caracterizou por trazer para a pauta de discussão da sociedade brasileira, várias temáticas que antes eram excluídas, secundarizadas e não discutidas. De repente podemos ver vários desses temas sendo colocados na mesa do Estado Brasileiro, o que não é uma coisa fácil de acontecer. Nós que vivemos isso no dia a dia sabemos muito bem o quanto é difícil. Temos que ter isso presente também nas pautas de reuniões de discussões de diversos grupos organizados na sociedade civil. Seja nas ações da Secretaria de Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres, de Direitos Humanos, do Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Programa Segundo Tempo, todos são grandes e boas novidades que esse governo trouxe para nós brasileiros.

As pessoas costumam levar na brincadeira quando o Presidente fala que isso “nunca tinha acontecido antes nesse País”, mas isso tem mesmo que ser falado, porque ***nunca antes nesse País vimos um processo de mobilização da sociedade, como esse que estamos vivendo nesses últimos cinco anos.*** Isso vai continuar até 2010 e esperamos que, nos próximos 30, 40, 50 anos, haja outras pessoas que possam dar continuidade a essa tarefa, na linha que foi colocada agora.

As temáticas “esporte e lazer” também chamam a atenção de todos nós que estamos à frente das políticas de igualdade, que tratamos no dia a dia com os grupos discriminados, por alguns exemplos históricos que temos no Brasil. Muitos desses exemplos são relacionados à ***questão do futebol*** e outros não. Eu estava vendo um documentário chamado “Futebol”, que mostra as dificuldades de garotos residentes na periferia do Rio de Janeiro, São Paulo e até da Região Sul do País, de chegarem a esses grandes times do futebol brasileiro. Realmente, são filtros onde entram milhares de jovens, milhares de crianças, mas poucos desses jovens e dessas crianças conseguem chegar aos grandes times. E não é só nos grandes times não, mesmo nos intermediários, nos que não são como um Flamengo, São Paulo e Corinthians, dificilmente essas crianças e esses jovens conseguem entrar. O programa “Fantástico”, de alguns dias atrás, mostrou uma reportagem sobre a Copa de 2014 e mostraram jovens jogadores que poderiam estar jogando nessa Copa. Não por coincidência, todos eles eram filhos de jogadores que estavam ou que já haviam passado na Seleção Brasileira. É como se tivesse uma espécie de carimbo ou de filtro já pré-estabelecido, sobre quem vai ou não participar desse momento único que é uma Copa do Mundo no Brasil, daqui sete anos, e que é completamente diferente daquela que houve em 1950. O contexto político era completamente diferente. Essas ***dificuldades que os jovens da periferia encontram para***

inserir a prática do esporte e do lazer na sua agenda diária, na sua agenda cotidiana é o ponto chave para compreendermos a importância dessa política.

Os jogos indígenas acontecem anualmente e essa é uma outra experiência interessante. Os povos indígenas promovem os jogos, mas não para trabalhar o futebol, handebol, basquete, vôlei; eles trabalham arco e flecha, corrida de tora, ou seja, práticas esportivas que estão de acordo com o padrão cultural dos povos indígenas. Eles entram numa competição inter-tribal, buscando ver quem são os melhores atletas naquelas práticas e não nos esportes oficiais que todos nós conhecemos. É interessante chamar atenção para isso e é importante que todos vocês, principalmente aqueles que estão aqui presentes e que residem em estados onde tem pólos indígenas, na primeira oportunidade que vocês tiverem, possam fazer uma aproximação e conhecer melhor o que acontece nessas aldeias. É importante nós procurarmos amadurecer cada vez mais nosso conhecimento sobre a cultura dos outros grupos e não apenas sobre a nossa cultura. Isso é bastante interessante porque este é um dos princípios que está embutido nesse programa do Governo Federal, chamado "Esporte e Lazer da Cidade". ***A adversidade perpassa por esse Programa.*** Vocês vão até à comunidade e é dela que vocês trazem o debate de Esporte e Lazer, e não ao contrário. Esse é um aprendizado mútuo, entre vocês e os praticantes do esporte que vão estar em cada uma das comunidades com as quais vocês trabalham.

É fundamental a relação do Ministério do Esporte com a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), que foi criada em 2003 pelo Presidente na linha de fortalecer algumas temáticas específicas que eram demandas históricas da sociedade brasileira. ***As questões das mulheres, dos direitos humanos, da igualdade racial, tudo isso foi transformado pelo Presidente Lula em Secretarias de Estado com***

status de Ministério. A Ministra Matilde Ribeiro, que esteve aqui na abertura do evento, assim como a Ministra Nilcéa, falam de igual para igual com o Ministro Fernando Haddad, por exemplo. Eles têm o mesmo *status* político institucional. Essa foi uma iniciativa muito importante porque ***colocou, na pauta política do governo, temáticas que antes não apareciam, que não estavam naquele universo político tradicional.***

A SEPPIR trabalha com alguns públicos que seria interessante que vocês conhecessem, para inserirem as ações e atividades que vocês vão realizar, cada qual no seu município, no seu estado. Hoje, para essas políticas, o alvo principal são ***as comunidades quilombolas.*** Essas comunidades quilombolas se diferem um pouco daquele conceito de quilombo que aprendemos nas escolas, onde praticamente o único estudado é o Quilombo dos Palmares onde viveu Zumbi, um herói nacional, que é lembrado numa data especial, no dia 20 de novembro, que é feriado em muitos locais onde se comemora com várias atividades relativas a consciência negra. Durante muito tempo, a referência de data que tratava da questão racial para a população brasileira era o dia 13 de maio. ***O Movimento Negro,*** no seu processo de organização, conseguiu transformar o dia 20 de novembro numa data mais instigante, do ponto de vista da mobilização social, do que o dia 13 de maio. Apesar de que o 13 de maio para o governo também não deixa de ter sua importância, mas hoje é muito ressaltado o dia 20 de novembro, por causa do Zumbi dos Palmares.

Na escola, sempre estudamos a questão quilombola enquanto um marco dos primeiros anos de colonização do nosso País. O governo atual, quando fala em comunidades quilombola, está se referindo a um conjunto de comunidades que conseguiu resistir e fazer com que seu modo de organização e produção se estruturasse ao longo do tempo, independente de todas as experiências sociais e econômicas que o País passou, principalmente, nesse último século. Muitas dessas comunidades vivem hoje, como viviam há

cinquenta, sessenta, setenta anos. Essas comunidades quilombolas são as prioridades da SEPPIR. Mas nós trabalhamos também com as chamadas “comunidades de terreiro”; com as populações ciganas que nunca foram objeto de política pública; com esses jovens negros que estão nas periferias dos grandes centros brasileiros. Nós sabemos que há um órgão que cuida mais diretamente das políticas para os povos indígenas, que é a FUNAI, mas há toda essa população que carece dessa iniciativa de integração através do esporte. É aí que se pensa em trabalhar conjuntamente a política de igualdade racial do governo federal e a política de esporte e lazer, tendo como meta a ampliação da integração social, a inserção social das pessoas e a re-socialização de jovens que, em decorrência de vários motivos, hoje passam por experiências de isolamento social. Então, o esporte tem essa força e nós acreditamos que o esporte seja estratégico para fortalecimento desse espírito comunitário e societário na sociedade brasileira.

Em tudo o que for colocado e implementado por vocês, nós gostaríamos que, a cada momento, vocês estivessem reivindicando a participação da SEPPIR, para que possamos estabelecer uma relação triangular entre quem está na ponta, na experiência concreta da implementação do Programa, o Ministério do Esporte e a SEPPIR. A idéia é que possamos, cada vez mais, trazer esse público “ que antes era discriminado, mas que está num processo acelerado de integração social “ para o centro da política, para o centro da pauta da cidadania no País. Nós acreditamos que isso seja possível e gostaríamos de poder contar com todos vocês para cumprirmos essa tarefa.

Eu fui informado que vamos ter em torno de oitocentos mil reais dos recursos destinados ao esporte e lazer, só para trabalhar comunidades quilombolas. Essa é a política prioritária que o Presidente Lula cobra da SEPPIR, a sua realização, resultados e a transformação da realidade. Não porque são em torno de 3.600 comunidades quilombolas que foram identificadas pelo governo; não por-

que elas representem um público numeroso no Brasil. Nós estimamos que existam hoje em torno de dois milhões de pessoas vivendo nessas comunidades; mas pelo simbolismo que essas comunidades têm, no sentido da preservação da história do povo negro no País, assim como, os povos indígenas das aldeias, e também os não aldeados servem para dar força à identidade indígena da população brasileira.

A iniciativa do Ministério do Esporte, através da Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, vai fortalecer essas comunidades para que tenhamos, em última instância, a mudança da realidade concreta dessa população que hoje é trabalhada pelo governo. E vou repetir que, "nunca antes" tínhamos visto esse tema ser tratado com tanta importância do ponto de vista das políticas públicas. Essa inflexão, essa mudança paradigmática no trabalho que vem sendo realizado pelo governo federal é a chave para entendermos como queremos ver o país nos próximos dez, vinte, trinta anos. Com certeza, acreditamos num Brasil melhor, que respeite mais a sua diversidade e que tenha um grau de desigualdade, se não inexistente, pelo menos muito mais baixo do que ainda encontramos hoje nos vários rincões deste país continental.

Agradecemos a oportunidade, e ficamos disponíveis para debater alguma outra idéia. Esperamos que vocês sejam esses agentes de transformação, não só dos praticantes de esportes, mas também das comunidades quilombolas, dos povos indígenas, das comunidades ciganas, porque assim vocês estarão ajudando, não só o Ministério do Esporte especificamente, mas também toda a agenda colocada hoje pelo Governo Federal em termos de proposição de novas cidadanias para o povo brasileiro.

Obrigado pela oportunidade. Estou à disposição para os debates.

Outras abordagens:

Dalva – *Bom dia a todos e a todas. É um prazer ouvi-los. Eu participo dessa trajetória de ser militante do Movimento de Mulheres, do Movimento Negro. Há dois anos, colocamos um olho na Estátua da Justiça, na Conferência de Mulheres, e fico muito feliz em sentir o quanto o governo está atento para a discussão das diferentes diferenças. Gostaria de fazer uma reflexão no sentido do quanto nós precisamos nos abrir mais para essa discussão, enquanto fazemos esse debate da intersectorialidade. Inclusive, é importante que façamos uma reflexão do quanto sentimos esse espaço mais esvaziado nos dias de hoje, para podermos refletir até que ponto nós estamos abertos para o novo, para esse tipo de debate. É fundamental estarmos na ponta, combatendo os preconceitos e valorizando essas diferenças.*

Quero fazer duas reflexões para os palestrantes. Uma delas é em relação à política para as mulheres. Historicamente, o Movimento de Mulheres sempre construiu essa discussão do gênero. É uma marca histórica. Vamos falar de nós para nos fortalecer, para enfrentar o homem, para poder resistir a todo esse processo histórico do machismo que está marcado na sociedade. Não sei como está dentro da política para as mulheres a discussão de como podemos atacar de forma mais singular o machismo mesmo, podendo pensar em algumas políticas específicas para os homens.

Em relação à discussão da igualdade racial, no Estado do Pará, já tivemos a experiência dos jogos quilombolas. É uma experiência bem interessante, no sentido de identificar essas práticas culturais tradicionais específicas. Então é isso. Obrigada, achei a palestra maravilhosa.

Suely – *Há pouco tempo atrás, nós pudemos ver nos jornais uma reportagem sobre uma juíza de futebol que pousou nua. Eu gostaria de saber como a Doutora Dirce analisa o impacto desse evento.*

A outra pergunta é sobre as atividades esportivas que visam meramente à questão da beleza física, algumas vezes, até em detrimento da

própria saúde da mulher. Seria mais um reflexo da discriminação ou apenas uma tendência natural que deve ser seguida?

A minha última questão é dirigida ao Doutor Carlos: De que forma a SPM e também a SEPPIR estão estimulando a prática de esporte e lazer em seus projetos específicos? Como está sendo feito o desenvolvimento dessa ação, desse estímulo, em relação aos seus parceiros pontuais ou em seus parceiros específicos? Obrigada e parabéns pela palestra.

João Lauriano – *Bom dia. Sou Presidente do Clube Palmares, um clube que foi fundado na década de 60, quando nenhum clube de Volta Redonda aceitava negros nos seus quadros sociais, mesmo sendo funcionário da Companhia Siderúrgica Nacional. Havia vários clubes, um deles com o nome de “Clube dos Funcionários”, mas nós negros não éramos considerados funcionários. Esse clube foi fundado, há 42 anos, com o objetivo de integrar o negro na sociedade, através da cultura, do esporte e do lazer. A Ministra Matilde esteve conosco no Clube Palmares e me disse que estava reorganizando os clubes, uma vez que, a maioria deles foram criados com essa finalidade. Eu gostaria de saber Carlos, como está esse processo. Muito obrigado. Bom dia para vocês.*

Dirce Margareth Gross – Quanto à reflexão que a Dalva fez, é sempre muito importante estarmos abertos a fazer esse debate. Precisamos estar conscientes de que, de fato, existe uma desigualdade colocada nessa sociedade que é de classe social, de raça, de gênero e isso perpassa o cotidiano de nossas vidas. As práticas que fazemos contribuem para manter a sociedade do jeito que está. Agora, se estivermos abertos a refletir sobre isso, poderemos transformar essa questão.

A primeira pergunta da Suely eu não entendi. Gostaria que repetisse. Mas quando você fala da beleza física que é colocada no esporte para as mulheres, esse é um reflexo do não reconhecimento, de fato, da capacidade das mulheres nas ações que elas

praticam, seja no trabalho, seja nas atividades esportivas. Eu trouxe uma publicação do Jornal Zero Hora, do Rio Grande do Sul, que traz uma reportagem, de maio de 2005, daquela Auxiliar de Arbitragem, Ana Paula de Oliveira, quando a sua competência estava sendo destacada pelos seus pares. O que o jornalista escrevia na sua reportagem? Ele dizia assim: "O fato é que de um jeito ou de outro, todos queriam ver a Bandeirinha de perto, em trajes sociais". Nas mesas, os homens discutiam se ela ficava melhor de cabelo preso como nos gramados, ou de madeixas soltas, como numa atividade que ela estava participando. Ou seja, ninguém se referia nesses comentários à sua competência profissional de poder atuar numa arbitragem, num jogo de futebol. Quer dizer, além de ela ter que ser uma boa jogadora, ela tem que ser esbelta e bonita. Se prestarmos atenção, vamos notar que isso fica evidenciado em todos os meios de comunicação. E não acontece o mesmo quando se referem ao desempenho dos homens.

Suely – A minha primeira pergunta foi com relação à Auxiliar de Arbitragem, Ana Paula, quando pousou nua para uma revista masculina. Houve protestos, reações na Internet, e as pessoas achavam que ela não deveria ter feito isso porque, a final, se alguém chegou a esse posto, poderia abrir portas para outras mulheres e, de repente, isso foi levado para o lado da sensualidade. Eu gostaria de saber como a senhora analisa esse fato.

Dirce Margareth Gross – O que as pessoas individualmente decidem, e também pela pressão que a própria sociedade faz, nós não temos nenhuma consideração a fazer sobre a escolha de cada um. Mas, o que nós temos que analisar é como a sociedade aproveita esses espaços e essas pessoas. Não é só nas ações esportivas, ou nos eventos esportivos que isso acontece. Podemos observar, no mundo político, por exemplo, o que algumas denúncias de escândalos o que fizeram com estas mulheres. Isso

também ocorre em relação a questões financeiras e outras ações. Eu me lembro de uma menina do Movimento Sem Terra, que viveu a mesma situação. Quer dizer, temos que analisar o que está no imaginário da sociedade, da população como um todo, o que faz toda uma indústria cultural procurar expor aquilo que se vende, porque isso se consome. Na verdade, as mulheres são vistas e olhadas como objetos, como produtos que podem e devem ser comercializados e têm o seu valor nesta comercialização. É todo um processo educativo e de formação que se acumulou e nós precisamos fazer algo para mudar essa situação. Os meios de comunicação social ajudam a despertar um serviço porque, na verdade, ao invés de nos ajudarem a constituir uma nova forma de podermos enxergar os sujeitos. Isso fica mais evidenciado quando acontece com as mulheres. Quando se retrata a forma de como os homens têm que se portar na nossa sociedade, isso não chama tanto a nossa atenção. Isso também é dolorido, é muito sofrido porque faz constituir essas desigualdades. Os homens, a todo o momento, a toda hora, têm que estar demonstrando a sua virilidade, a sua força, a sua competência, a sua capacidade. Isso também é opressor para os que são constituídos como sujeitos masculinos.

Essas são considerações para as quais nós como Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, assim como o Ministério da Educação, como o Ministério do Esporte, como instituições que trabalham com formação, precisamos estar atentos. É só através da formação, da qualificação, da educação que vamos conseguir discutir esses valores e saber o que de fato importa na construção de nossas autonomias e de nossos sujeitos, para podermos ter uma sociedade um pouco mais igualitária. Obrigada.

Carlos Eduardo Trindade – A Dalva lembrou dos jogos quilombolas no Pará, que é uma experiência interessante, inovadora, organizada pelos próprios quilombolas do Estado do Pará. O

Pará é um dos estados no Brasil, junto com Minas Gerais, Maranhão e Bahia, onde se concentra o maior número de comunidades quilombolas.

Eu gostaria de chamar a atenção também para o exemplo da Mangueira, que conseguiu criar um Centro Esportivo dentro da comunidade e está preparando atletas, inclusive, para as Olimpíadas de Pequim. Algumas experiências comunitárias podem acabar impactando nesses grandes espaços de disputas, de visibilidade da prática esportiva, a exemplo de uma Olimpíada ou de uma Copa do Mundo. É interessante ficar atento a isso.

A Suely chama a atenção para um detalhe que para nós é muito importante, que é a questão do aspecto físico dos atletas. Vou citar dois casos: Hoje, na Seleção Brasileira de Basquete e na Seleção Brasileira de Vôlei, aumentou o número de atletas negras. Não vemos ainda um número muito grande de indígenas porque a dificuldade é muito maior, até porque, eles estão mais afastados dos centros urbanos onde geralmente são treinados e convocados possíveis atletas para atuarem os clubes. Então, no voleibol e no basquete, se ampliou o número de atletas negras e isso vem dando certo. Elas vêm se transformando e se tornando as melhores jogadoras do time, a exemplo da Janete no basquete, e outras mais, inclusive no vôlei. Esse é um aspecto da questão física, ou seja, a sociedade brasileira se sente representada por elas. Por outro lado, quando olhamos para o time de futebol feminino que foi Campeão Pan-americano, vemos que ele é formado, quase em 100%, por mulheres negras. Nós nos perguntamos se não tem uma relação entre o preconceito racial e a falta de apoio ao esporte. Se esse time de futebol feminino tivesse meninas brancas da zona sul do Rio de Janeiro, talvez fosse mais apoiado do que com esse perfil que ele está hoje, e que não vai mudar nos próximos anos. Essa é uma discussão a se fazer. O futebol feminino, pelas suas características, até chegar à classe média, como aconteceu com o futebol masculino, ainda vai ter uma longa caminhada pela frente.

O trabalho esportivo não é o foco da SEPPIR. Como eu estava falando, para a SEPPIR realizar alguma coisa com as comunidades, sejam elas quilombolas ou população negra, ela vai estabelecer parcerias com o Ministério do Esporte, ou através do Programa Segundo Tempo, ou através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, porque dentro do governo quem tem a tarefa de tocar essa política é o Ministério do Esporte. A relação se daria da seguinte forma: nós negociaríamos com o Ministério do Esporte para que a política fosse implementada nas áreas onde a SEPPIR desenvolve suas atividades, sejam comunidades quilombolas, bairros de periferia urbana, aldeias indígenas, comunidades ciganas etc. A relação tem que ser triangular. Nós não temos a competência para substituir o Ministério do Esporte nessa tarefa.

Em relação à questão que o João coloca, nós temos uma ação com clubes, mas não na perspectiva estrita do futebol. São os chamados Clubes Negros. Em São Paulo, por exemplo, tem o Aristocrata. Principalmente nas regiões sul e sudeste existem vários desses clubes. Na SEPPIR tem uma pessoa que está tocando essa ação de articulação junto aos clubes para uma política de igualdade racial. O que você coloca, mesmo focado na questão do futebol, não impede de participar da articulação que está acontecendo aqui na Secretaria. Vou deixar o contato para depois podermos discutir essa questão com mais profundidade.

Kellen – *Carlos, eu gostaria de dizer que, enquanto Secretaria de Esporte, estamos implementando os núcleos em uma comunidade quilombola e uma comunidade indígena. Visitando essas comunidades, eu posso perceber que a efetivação do trabalho acontece nessa intersectorialidade, porque o trabalho da SEPPIR precisa das outras Secretarias. Mas, durante essas visitas às comunidades, eu percebo a inexistência de uma maior efetivação mesmo da cultura negra porque eles se vêem perdidos no processo, eles não sabem por onde caminhar.*

Nesse processo, acho que é muito interessante a participação da SEPPIR, nos dando instrumentos, porque quando vamos falar do esporte, por exemplo, estamos discutindo em promover não apenas os jogos quilombolas, mas também o que significa o jogo nessas comunidades. Eles gostam do futebol, mas do que mais eles gostam? Nessa comunidade que estamos implantando o projeto, eles nunca tiveram acesso à capoeira. Isso é um vazio. O que é dança para eles? Quando perguntados se já viram dança negra, expressão corporal, respondem que eles nunca viram isso, que não conhecem. A televisão foi para lá há pouco tempo porque são comunidades rurais mesmo. Não sei como isso acontece nos outros estados, mas as nossas comunidades são bem carentes de todas as políticas.

Minha pergunta é: Como a SEPPIR vê isso? Como vocês desenvolvem esse trabalho? Como pensam em instrumentalizar esse programa? Mesmo porque, a Secretaria de Cidadania e Justiça, com a qual trabalhamos em parceria, traz os instrumentos, mas eu percebo também essa carência. Precisamos mesmo instrumentalizar as pessoas que trabalham nesse processo. Estamos sem saber como caminhar.

Manoel – *Bom dia. Preocupou-me muito o tema colocado pela Doutora. Dirce sobre as mulheres. Eu gostaria de perguntar a ela o seguinte: Nós promovemos eventos no PELC e quando chega na parte dos eventos esportivos, temos uma colocação de 30% de mulheres participantes; os 60% restantes são homens. Temos uma dificuldade muito grande para organizar a parte feminina. Observamos também, que no país do futebol, só agora nos anos 2000, é que começamos a desenvolver o futebol feminino. Minha pergunta é: Qual é a estratégia de políticas públicas intersetoriais? Qual é a perspectiva do Movimento de Mulher? Tem algum projeto, tem alguma política pública para incentivar as mulheres a se incluírem? Como podemos perceber, não são os homens que as excluem, não é tanto a exclusão da parte masculina, mas elas próprias se excluem. Existe algum projeto onde as mulheres se sintam incluídas no processo, e se juntem à parte masculina?*

Rubens Abreu – *Bom dia a todos e a todas. Minha colocação não é uma pergunta. Quero apenas salientar que várias empresas nacionais e internacionais têm mulheres na sua presidência e também na área executiva. Creio que temos que pensar nisso porque as mulheres estão cada vez mais ocupando seu espaço no mundo do trabalho. Já dizia Napoleão Bonaparte: “A mão que embala o berço é a mão que comanda o mundo”. Está estatisticamente comprovado que é cada vez maior o número de homens que cuidam dos afazeres domésticos, enquanto as mulheres cuidam do sustento da casa com o seu trabalho.*

Quanto à questão dos brinquedos e jogos, isso tudo é uma questão de costumes. Eu não diria que isso é discriminação, mas é algo que, aos poucos, temos que mudar porque, antigamente, o menino jogava futebol e a menina vôlei. Era apenas isso que eu queria colocar. Obrigado.

Dirce Margareth Gross – Respondendo ao Manoel, de fato, 30% da participação nas atividades são mulheres, e 70% homens. É muito mais difícil organizar essas mulheres porque, historicamente, não lhes era dado o direito de estar saindo das suas casas para poderem participar. Isso não faz parte da prática da vida delas. Como já disse na minha fala anterior, isso nos remete à convivência que se constrói, para homens e para mulheres, na nossa sociedade. Ou seja, o espaço público é ocupado por homens, enquanto que o espaço privado fica para as mulheres. Se observarmos os espaços de decisão e de poder no nosso País, ou seja, os cargos públicos, na sua grande maioria, eles são ocupados por homens. Isso também tem a ver com nossa socialização de espaços e territórios que são determinados a serem ocupados por uns ou por outros. É claro, que quando esses 30% de mulheres estão nas nossas atividades, é mais difícil podermos trabalhar com elas. Temos que ter o cuidado de pensarmos que espaço é esse e de que forma queremos organizá-lo, ou seja, se não aquelas formas tradicionais que estamos acostumados a pensar esse espaço.

Sobre a fala do Abreu, realmente, há muitas empresas em que os cargos de chefia já são ocupados pelas mulheres. Isso é resultado da luta das próprias mulheres que saíram para se qualificar e ocupar esses espaços. Mas, se olharmos as estatísticas, a maioria dos grandes cargos e até os cargos de maior decisão política dentro do nosso governo, ainda são ocupados por homens. Pela forma enfática como falamos, dá a impressão que estamos fazendo uma briga contra os homens. Não é isso. Só estamos constatando situações que são colocadas na nossa sociedade e que interferem na nossa forma de pensar, como mulheres e como homens. A verdade é que a sociedade se organiza dessa forma.

Sobre a questão do futebol feminino é que as mulheres estariam se excluindo desses espaços também. Acho que temos que fazer uma profunda reflexão sobre isso. Por que acreditamos que elas estão se excluindo? Eu não acredito que elas se estejam auto-excluindo. Na verdade, elas não estão tendo o direito de ter esse acesso. Por que elas estariam se excluindo desses lugares? Quais são as condições que de fato são oferecidas? Como elas são ensinadas a perceber esses espaços?

Em relação à expressão "A mão que embala o berço, também embala o mundo", isso não é verdadeiro porque, na verdade, isso remete as mulheres àquele espaço do cuidado da sua família. É como se elas, fazendo isso muito bem, estivessem contribuindo para uma sociedade melhor. Nessa sociedade que nos apresenta estatisticamente a desigualdade de gênero existente, nós não vamos conseguir consertar essa situação se mantivermos as mulheres nesse espaço do cuidado da sua família. Elas têm que estar participando de mesas como esta aqui de hoje. Há alguns anos atrás, para começar, não tinha mesas para discutir esses assuntos em políticas públicas e, quando começaram a surgir essas discussões, as mulheres sequer estavam convocadas.

Olhando também nas demandas prioritárias que foram trazidas pelos públicos participantes, vocês destacam três: a su-

peração da vulnerabilidade social, a organização das comunidades e a promoção de ações educativas e conscientizadoras. Eu gostaria de chamar atenção que, para isso, nós precisamos nos atentar em como essas comunidades se organizam, como elas se constituem na sua forma de organização e associações, onde se concentra o poder, quem participa das decisões da organização das suas comunidades, e onde as mulheres e os jovens estão colocados nessas decisões. Na questão da vulnerabilidade social, eu gostaria que fosse dada uma atenção especial à violência que é cometida contra as mulheres, no sentido de que ela seja considerada tão grave quanto a violência que é cometida na rua contra o ser humano. A violência contra a mulher, seja ela doméstica, familiar, psicológica, sexual, intrafamiliar, deve ser considerada também. E nós nos perguntamos: Por que algumas mulheres não estão participando? Nos núcleos familiares, quem é que tem o poder de decidir? Quem participa e quem não participa na forma de o núcleo familiar se organizar? Quem é a chefia nesse núcleo familiar que permite ou não permite a participação das pessoas? Eu volto a dizer que é uma questão que é incorporada no cotidiano e da qual nós não nos damos conta. Obrigada.

Carlos Eduardo Trindade – Eu queria comentar apenas uma questão que foi colocada pela Kellen. Acho que é preciso divulgar essa experiência do Tocantins. Quando eu estava à frente da Subsecretaria de Comunidades Tradicionais, discuti com a Secretaria de Esporte uma infra-estrutura esportiva para a Ilha do Bananal, onde tem uma comunidade indígena, mas faltou alguma coisa na relação com o Ministério do Esporte. Eu acho que dá para recuperar com essa proximidade e fazer a infra-estrutura esportiva lá na ilha. É preciso renegociar com o Ministério, apresentar um projeto do Governo Estadual para o Ministério do Esporte e, se precisar, a SEPPIR entra também nessa negociação referendando. A Dalva falou do Pará, o Manoel de Santarém,

...
você do Tocantins, enfim, há alguns estados em que é possível se discutir experiências conjuntas e apresentar propostas ao governo para trabalhar com as populações indígenas e com as populações quilombolas, de uma forma mais ou menos padronizada e unificada, a partir do que já existe. Quando essas informações chegarem à SEPPIR, no âmbito da administração federal, nós cuidaremos de ajudar na viabilização do projeto. É uma tarefa obrigatória nossa. Estamos à disposição na Secretaria para ajudar vocês a retomarem as negociações, as conversas, para a implementação do projeto. E, a vocês, obrigado.

MESA REDONDA 3:

Estratégias para o Desenvolvimento de Políticas Públicas Intersetoriais: Perspectivas de Parceria com o Lazer II

Moderador:

Marcelo de Almeida Pereira Ferreira – SNDEL - Ministério do Esporte

Palestrantes

Alexandre Valle dos Reis

Assessor Técnico do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar os componentes da mesa: o Celso, meu colega do Ministério da Justiça, o Marcelo, a Secretária Rejane Penna e a Diretora Andréa Everton, companheiras do Ministério do Esporte. Em nome da Secretária Executiva Adjunta do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Dra. Arlete Sampaio que, inclusive esteve aqui ontem. ***Eu gostaria de agradecer pela oportunidade de participar desse debate sobre um tema tão interessante e tão caro para o Governo Federal, que é o tema da “Intersetorialidade das Políticas Públicas”, desta vez, tendo como foco a questão do lazer.***

Essa política visa assegurar a todos os cidadãos, independente da sua idade e do seu gênero, três seguranças básicas: (1) a segurança de renda ou de autonomia, que significa o cidadão ter o mínimo de recursos para garantir a sua sobrevivência; (2) a segurança de acolhida, que diz respeito a esse cidadão poder ser acolhido em situações especiais de necessidades; (3) a segurança de convívio familiar, comuni-

tário, convívio social, no sentido de esse cidadão poder pertencer a uma família, a uma comunidade, poder gozar dessa convivência. Essa talvez seja a mais importante.

Para garantir essas seguranças básicas, a Política Nacional de Assistência Social está instituída com programas, projetos, serviços, e benefícios. Damos como exemplo o Programa Bolsa Família, que é operado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e que visa garantir segurança de renda. Temos também um benefício muito importante que engloba mais recursos que o Bolsa Família, que é o Benefício de Prestação Continuada, que as pessoas idosas que não têm renda recebem e também os portadores de necessidades especiais. Temos ainda um programa principal de assistência social, que é o Programa de Atenção Integral à Família PAIF. Nos municípios, esses programas da assistência social são operados pelos “Centros de Referência da Assistência Social – CRAS”. Esses centros ainda estão em expansão pelo País. Hoje, temos cerca de 2.600 municípios que têm CRAS, mas há a possibilidade de, já no ano de 2008, atingirmos 4.125 municípios brasileiros.

É importante fazermos essa introdução para que possamos entender porque o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é um parceiro muito forte do Ministério do Esporte, principalmente, na questão de garantia de segurança básica de convivência familiar e comunitária, onde o esporte e o lazer têm um papel muito destacado. Dentre os serviços que a Assistência Social operacionaliza, *eu destacaria um serviço que pode ser focalizado nos ciclos de vida*, na criança, no adolescente, no jovem e no idoso, *que é o serviço.*

Depois dessa introdução, eu gostaria de citar um exemplo muito presente que é o serviço conhecido como “ProJovem Adolescente”. Esse serviço surge, numa interseção das Políticas Nacionais de Assistência Social e Política da Juventude. Houve uma demanda do Presidente Lula de integração de ações e de políticas, com foco na juventude. Esse é um segmento da população

que está sofrendo mais os efeitos desse processo de globalização, que tem sido mais vítima de situações de risco, da violência, a ponto de até se observar o estreitamento da nossa pirâmide etária. Hoje, no governo federal, há um esforço pautado de ações integradas intersetoriais para a juventude. Esse Programa “ProJovem Adolescente” é uma modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o “ProJovem”, que é coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude. Nesse ano de 2007, foi constituído um grupo de trabalho, principalmente levado a cabo por quatro órgãos além da Secretaria Nacional de Juventude, o MEC, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e o Ministério do Trabalho. Depois, outros órgãos se agregaram a esse esforço dentre os quais, o Ministério da Saúde, o Ministério da Cultura, o Ministério do Esporte, e estamos numa fase de definição das modalidades desse grande programa que vai atender a jovens de 15 a 29 anos. Nós, do MDS, coordenaremos uma ação para jovens de 15 a 17 anos. Talvez vocês já conheçam, nos seus municípios, um projeto chamado “Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”, o “ProJovem” vai ser uma remodelação do “Projeto Agente Jovem”, com uma preocupação do governo federal em dar escala ao atendimento. Hoje, o “Projeto Agente Jovem” atende a 112.000 jovens e o atendimento previsto para 2008 do “ProJovem Adolescente” que será vinculado ao CRAS, é de 498.000 jovens. Nós vamos mais que quadruplicar a oferta do serviço. Existe nesse momento uma equipe de vários Ministérios, trabalhando sobre a coordenação do MDS, em relação à proposta do “ProJovem Adolescente” e, dentro dessa proposta, se reserva um espaço para o esporte e lazer. O serviço vai ter um ciclo de dois anos, com 1.200 horas de atividades para os jovens, sendo que, desse total de 1.200 horas, 240 horas são dedicadas ao esporte e ao lazer. Quando começamos a discutir esse formato que nós chamamos de “traçado metodológico”, começaram a surgir algumas questões: Quem vai operar a parte de

esporte e lazer do ProJovem Adolescente? Em que espaços, em que equipamentos de esporte isso vai acontecer?

E claro, nada mais natural, do que essa parceria com o Ministério do Esporte, embora seja muito importante dizer que a intersetorialidade é uma coisa muito boa, todo mundo fala disso, mas é uma coisa muito difícil de ser colocada em prática. Na verdade, estamos falando da ***mudança de um paradigma em termos de política pública.*** Sabemos que os Ministérios estão abrindo mão de organizar a sua política de forma isolada, fragmentada, muitas vezes duplicando recursos, duplicando ações, para poderem planejar as ações conjuntamente. Nós sabemos também que muitos desafios estão colocados nesse caminho de progressão da administração em direção a intersetorialidade. No caso concreto do ProJovem Adolescente, nós sabemos que o Programa Esporte e Lazer da Cidade, hoje, não atinge mais que setecentos municípios; talvez seiscentos e poucos municípios estejam hoje colocados. Mas mesmo assim, eu acredito que, nesses municípios, esse programa ainda não está articulado na ponta com a política de assistência social. Nós temos um horizonte de trabalho conjunto, em que os profissionais da área do esporte e lazer vão ter um campo de trabalho. Ou seja, o governo federal, através do MDS, está colocando no ano de 2008, R\$ 290 milhões de reais para atender os mesmos jovens que vocês atendem. Os jovens que o Programa Segundo Tempo atende; os jovens que os programas “Ponto de Cultura” e “Mais Educação” também estão focalizando. ***Existem várias ações no nível federal que precisam ser bem articuladas, num planejamento e esforço conjunto, de rompimento de um paradigma de planejamento setorial, mas é importante que isso seja refletido na ponta.*** Como fazer para que esse esforço que está sendo feito no governo federal se traduza no município e que os gestores municipais das diversas áreas, dos diversos setores, também conversem lá no município? ***Esse é o grande desafio.*** Nós temos

clareza que isso é um processo e que não vai ser estalando um dedo que isso vai acontecer. Mas é o horizonte que se coloca e o caminho correto para a política pública para não pensar o cidadão que é o objeto da nossa ação de maneira fragmentada.

Nós sabemos que a pobreza não tem apenas um viés econômico; sabemos que ela tem várias causas e diversas dimensões que interagem e reforçam essa transmissão da pobreza de geração em geração. O enfrentamento da pobreza é necessariamente um enfrentamento intersetorial, onde as ações de saúde, meio ambiente, de habitação, de educação, de assistência social e do esporte têm que se encontrar, têm que coincidir no cidadão. Essa compreensão já está colocada e o trabalho se inicia. Eu diria que, hoje, estamos engatinhando porque, mais do que uma disposição para trabalhar intersetorialmente, isso depende de romper uma cultura administrativa e burocrática; significa o técnico ouvir um outro saber de uma outra área e poder somar com esse saber.

Eu encaro tudo isso como um grande desafio e vejo com muita alegria o convite para estarmos aqui participando, porque esse exercício está acontecendo na prática. Nós estamos realmente revolucionando a maneira de fazer política pública no Brasil. Temos um caminho a percorrer no “ProJovem Adolescente” em que vocês vão participar. Espero que, na volta a seus municípios, vocês estejam atentos e procurem saber como funciona, com quem devem conversar, como devem agir, porque lá tem o espaço do esporte e lazer na programação e vamos precisar de pessoas capacitadas, ao contrário do que se tem feito, sempre dando um “jeitinho” e colocando pessoas sem competência para fazer a parte do esporte e lazer. É uma área extremamente importante, que resgata o convívio das pessoas, promove o encontro das pessoas na comunidade e temos certeza que esse encontro que se produz na comunidade tem que acontecer também no âmbito das nossas políticas.

Obrigado.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Ministério do Esporte pelo evento; cumprimentar o nosso moderador, Marcelo Russo, Coordenador Pedagógico do Programa; e a Andréa, também do Ministério do Esporte, com a qual já tive oportunidade de participar de várias reuniões, de extrema importância.

Vou tentar mostrar para vocês o “Programa Esporte e Lazer da Cidade”, que foi incorporado à pauta da Segurança Pública. Esse programa é de grande importância para nós.

Quero também cumprimentar o Alexandre Reis, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conforme o Presidente Lula disse na abertura de um evento em Belo Horizonte, “o combate à fome permanecerá no nome por pouco tempo” e queremos que seja assim. Quero cumprimentar também a todos os participantes. Vamos, então, apresentar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania “PRONASCI.

Quando o Ministro Tarso Genro assumiu o Ministério da Justiça, em março de 2007, ele reuniu a equipe e foi sugerido que ele convocasse quatro ou cinco homens da polícia para se juntarem a nós a fim de construirmos esse programa. O Ministro Tarso Genro disse não. Ele ***afirmou que queria sim homens da polícia, mas também precisava de profissionais em educação, de psicólogos, ou seja, técnicos de uma série áreas afins à Secretaria de Segurança Pública para constituir esse programa.*** Imediatamente, se constituiu um grupo com representantes das mais diversas áreas ***e acabamos formulando o PRONASCI***, num espaço de três meses.

Eu vou apresentar para vocês a ***pauta do programa***:

- ***conceito, foco e território*** que o programa abrange;
- ***ações estruturais***, que são ações de amplitude nacional, que vão atingir todo o território nacional;

- **os programas locais** que estarão nos onze territórios inicialmente indicado;
- **a gestão, os parceiros e os investimentos.**

Vamos, então, ao **conceito**. Nessa breve introdução que tivemos, nós vimos que trocamos o “ou” pelo “e”. Por quê? Existe uma discussão da Segurança Pública no sentido de que a polícia não deve apenas reprimir, mas tem que atuar, ou seja, o Programa de Segurança tem que ser policial. Por outro lado, intelectuais da segurança diziam que era importante que nós tivéssemos ações sociais, somada a pauta da polícia. O que o Ministro pensa nesse momento é que temos que colocar um “e” e tirar o “ou”, ou seja, precisamos de programas de ações policiais “e” ações sociais. É por isso que nossas atuações vão se dar nas raízes sócio-culturais da criminalidade, levando a cidadania a todos aqueles que ainda não conseguimos atingir no nosso Brasil. Portanto, vamos **articular os programas de segurança pública e políticas sociais, colocando um outro “e”, que é por meio da integração da União, Estados e Municípios**. Dizem que Segurança Pública é problema da União e dos Estados. Nós estamos tentando inverter a pauta e trazer para essa discussão, o município. Passa a haver, então, uma integração, como se fosse um **“Pacto Federativo”, entre a União, Estados “e” Municípios, tendo como base o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP**, que foi criado no primeiro mandato do Presidente Lula.

O que vem a ser o SUSP? Ele está na Constituição de 1988, no Parágrafo 7º do Artigo 144, que determina que: “A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”. Temos, então, como diretriz básica, o Sistema Único de Segurança Pública, que já está em tramitação no Congresso para regulamentação. Esse é o novo modelo policial que queremos.

Quais são os nossos conceitos? São eles:

- valorizar os profissionais;
- ressocializar as pessoas com penas restritivas de liberdade;
- promover o acesso às políticas sociais do governo;
- promover o acesso à justiça;
- intensificar e ampliar as medidas de enfrentamento dos crimes organizados, principalmente a corrupção policial;
- garantir a recuperação de equipamentos e espaços públicos;
- *promover sempre os direitos humanos, considerando a questão de gênero, étnica, racial e orientação sexual;*
- considerar a diversidade cultural das regiões do nosso Brasil, que é gigantesco.

Eu estive em Belo Horizonte, num evento do Ministério da Cultura, e o Ariano Suassuna fez uma palestra brilhante sobre as variações idiomas do português existentes no Brasil, de sul a norte, e o sotaque brasileiro. Na segurança, nós cremos que também existe uma diferença grande nas diversas regiões do nosso País. Então, sempre considerando a diversidade cultural do Brasil, vamos tentar buscar uma nova abordagem da segurança pública.

Que público nós temos? É preciso ter cuidado porque vamos trabalhar com a juventude, entre 15 a 24 anos. Muitas pessoas podem achar que nós, da Secretaria de Segurança Pública, estamos entrando numa área que pertence à Secretaria Nacional de Juventude. Nós estamos trabalhando com essa faixa de 15 a 25 anos, mas não pegamos essa juventude na totalidade porque essa já está assistida pelos programas sociais do governo federal. O nosso jovem é o jovem egresso do sistema prisional. Vou explicar como funciona o sistema do jovem preso e do jovem egresso.

Hoje, nós temos uma população carcerária de aproximadamente 240.000 presos no Brasil, dos quais, 67% estão nessa faixa de idade entre 15 e 29 anos. Desses 67%, 75% são reincidentes no crime, ou seja, voltam para a penitenciária depois que saem. Esse

é o público do PRONASCI: o jovem preso e o jovem egresso do sistema prisional. Para que essa reincidência não ocorra, o nosso objetivo é reduzir e, quem sabe, até um dia terminar com essa reincidência do jovem em situação infracional e do adolescente em conflito com a lei. Esse jovem em situação infracional e o adolescente em conflito com a lei, são aqueles que ainda não receberam programas do governo, que não estiveram, ou não estão impedidos de acessar programas do governo. Não é aquele jovem que é atendido pela Secretaria Nacional de Juventude nos seus projetos, como o ProJovem, que já foi inclusive comentado aqui.

Temos os jovens oriundos do serviço militar. São aproximadamente 60.000 jovens que saem do serviço militar todos os anos. Eles foram treinados lá dentro, mas saem sem perspectivas de trabalho. O que vamos fazer? Dar a esses jovens um novo percurso na vida, nos ajudando no “Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania”. Na maioria das vezes, por eles saírem treinados, eles são disputados pelo tráfico, são disputados pelo crime. Temos como exemplo, no Rio de Janeiro, o Paulinho PQD, que fez uma turma de pára-quedistas, usando para a ilicitude, todo o treinamento que ele havia recebido. Então, o jovem oriundo do serviço militar também é foco do nosso programa.

Qual é a nossa abrangência territorial? São os 11 territórios inicialmente indicados. Isso não significa que os demais não vão receber projetos que compõe o Programa de Segurança. Vou dar dois ou três exemplos, dizendo porque eles foram escolhidos e, inicialmente indicados, para o início do Programa. Se usarmos como exemplo Porto Alegre, é um território que está no limite, com uma taxa de homicídio de 29,5%, por 100.000 habitantes. Esta é a média nacional. Se nós formos para a taxa de homicídio na nossa faixa de 15 a 24 anos, de todos os estados brasileiros, ela vai mais do que dobrar, então, é essa a faixa que vamos trabalhar. Nós temos Porto Alegre e Belém no limite da

média nacional e temos índices ainda mais elevados, como por exemplo, Recife e Rio de Janeiro. Eu chamo a atenção para o entorno de Brasília. Existe um mapa do crime e da criminalidade, que também não é igual em todo o território nacional. Por exemplo, em Brasília e no entorno, nós temos um índice de roubo, que não é o homicídio, é aquele quase do dia a dia, como o assalto a transeuntes. A média é de 906 roubos/assaltos, por 100.000 habitantes. Se compararmos essa média ao Rio de Janeiro, lá tem uma média de 203 homicídios por 100.000 habitantes, ou seja, bem abaixo da média do Distrito Federal. Então, temos que tomar cuidado com essa diversidade que temos do modelo do crime nas regiões brasileiras. Esses são os territórios inicialmente indicados.

Como vamos fazer este programa? Com diversas ações estruturais que são de âmbito nacional, ou seja, que atendem a todos os estados brasileiros. São elas:

- modernização das instituições;
- valorização dos profissionais de segurança pública, e agentes penitenciários;
- enfrentamento da corrupção e do crime organizado;
- regulamentação do Sistema Único da Segurança Pública. Como eu já disse, está tramitando no Congresso a Regulamentação do SUSP porque ele foi criado e não foi regulamentado. O SUSP hoje é pactuado diretamente com os estados. Estamos levando o SUSP aos estados e municípios, através de uma pactuação direta, para podermos colocar em prática nosso programa;
- aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil. Essa Lei Orgânica é uma reivindicação histórica para determinar tarefas da Polícia Civil e já foi enviada para o Congresso para que ela possa ser aprovada. Através dessa Lei Orgânica, nós queremos reformular aquilo que diz respeito à atuação da polícia e, quem sabe, construir uma nova polícia de proximidade, chegando a uma polícia comunitária, tão logo comecemos a atuar nessas regiões;
- construção de estabelecimentos penais. Isso é muito interessante porque muitos intelectuais da segurança costumam dizer que os presídios, hoje em dia, são verdadeiras "fábricas de monstros". Nós acre-

ditamos que todas as pessoas têm o direito a ter, mesmo sendo presas, a sua condição cidadã, ter os seus direitos garantidos e, por isso, estamos construindo estabelecimentos penais para mulheres;

- construção de estabelecimentos penais especiais, para jovens de 18 a 24 anos. Isso já está aprovado e todos os estados receberão novos presídios. Agora vem a novidade: serão construídos módulos de saúde, educação e informática, para formação desses presos, através de uma vinculação com os projetos do Governo Federal e dos Ministérios Parceiros;
- controle das rodovias federais, visando a redução de mortes por acidentes em estradas. Os Estados de Minas Gerais e Santa Catarina são os que têm o maior número de mortes em estradas, no Brasil. Em Santa Catarina, costumam dizer que, há cada quatro meses, “cai um avião nas estradas”. O controle de rodovias vai fazer a redução do tempo de resposta, e essa redução do tempo de resposta é definitiva para se poder salvar muitas vidas.

Vamos desenvolver ainda outras ações importantes, visando:

1. Valorização dos Profissionais de segurança pública:

- Plano de financiamento habitacional para policiais civis. Nós temos hoje 57.000 Cartas de Crédito da Caixa Econômica Federal para policiais que recebam no mínimo R\$1.400,00. Temos ainda outros programas com a CEF para aqueles que recebem menos. É muito importante que o policial tenha uma casa fora do local de trabalho. Sabemos que tem policiais que trabalham na área onde moram e precisam trocar a roupa antes de ir para casa, sob pena de serem identificados pelos criminosos. Isso acaba gerando sérias ameaças para suas vidas e de seus familiares.
- Bolsa Formação. É uma bolsa concedida a policiais civis e militares, como uma maneira de elevar sua remuneração, não no seu salário, mas através de uma formação acadêmica pela nossa Rede de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP. Todos os policiais ou operadores de segurança que recebem no máximo R\$1.400,00, têm direito a uma bolsa de até R\$400,00, para que possam frequentar cursos de Tecnólogo, Especialização, Mestrado, e Cursos Profissionalizantes em Segurança Pública. Essa bolsa é de cinco anos. Se ele não quiser, tem outros cursos de formação continuada, sendo que, nesse caso, ele não recebe a bolsa por cinco anos e, sim, por um ano, desde que frequente

os seguintes cursos de formação continuada: Perícia Balística ou de Local, DNA, Toxicologia, Antomologia, Medicina Legal, Fonética Forense, para equipar modernamente a polícia a fim de fazer um trabalho de prevenção. Mais que trabalhar na repressão, nosso objetivo maior é a prevenção do crime. A formação continuada atende também as Guardas Municipais e os Agentes Penitenciários, portanto, englobando toda a formação penitenciária.

2. Enfrentamento da corrupção policial e do crime organizado:

- Atos normativos: Solicitamos quatro modificações no Código de Processo Penal, para que possamos dar uma resposta à sociedade sobre homicídios.
- Nova Lei lavagem de dinheiro e Tipificação de crime organizado. O crime organizado não está tipificado. Para ser considerado e julgado como crime, ele tem que estar tipificado. Essas leis estão tramitando no Congresso, desde que foi assinado o PRONASCI pelo Presidente Lula e pelo Ministro Tarso Genro.
- Estruturação de Ouvidorias e Corregedorias de polícia, para a implementação de punições disciplinares dentro da polícia.
- Instalações de laboratórios de lavagem de dinheiro.

3. Controle do Tráfico de Pessoas e Drogas: esse é um programa da Polícia Federal, de extrema importância, focado essencialmente no controle das fronteiras.

Além dessas ações estruturais, que atendem a todo o País, nós temos também os programas locais que atendem àqueles 11 territórios selecionados. Daqui há algum tempo, esperamos poder estender esses programas para os demais estados brasileiros. **Os programas são os seguintes:**

- **Programa I “ Território de Paz.** A regra é que nós vamos chegar ao território, instalando um Gabinete de Gestão Integrada, e a Coordenação Executiva do PRONASCI, juntamente com a Prefeitura. A partir da formação deste gabinete, vamos começar a discutir como

executar ações e, com a instituição de equipes multidisciplinares, veremos para qual estado, para qual região, vamos precisar de um determinado tipo de ação. Não vamos executar todas as 94 ações para todos os territórios inicialmente indicados. A recuperação e a reorganização dos espaços são de extrema importância para nós. Uma vez tomado um local, uma região conflagrada, que é aquela do crime, aquela do tráfico, nós vamos recuperá-la em parceria com os Ministérios. No Rio de Janeiro, por exemplo, se formos ao Complexo do Alemão, não vamos poder chegar com um projeto de esporte porque não nos deixam nem sequer entrar. Quando estávamos sobrevoando o Complexo do Alemão, pedimos para ir um pouco mais adiante, o piloto recuou. Segundo ele, se passasse de um determinado ponto, correríamos o risco de sermos metralhados. Então, não podemos chegar lá com os projetos inicialmente. Primeiro é preciso chegar com a articulação da Polícia Estadual e com a Força Nacional de Segurança. Tem uma equipe nossa há alguns dias no Rio de Janeiro, já pactuado com o governo e com as autoridades policiais locais, para ver de que forma deverá ser a nossa atuação.

- **Programa II – Integração do Jovem e da Família:** Aqui é que entram os Programas dos Ministérios parceiros. Por exemplo, criamos o programa “Mães da Paz”. O Ministro Tarso e a Ministra Nilcéia tiveram uma conversa e julgamos por necessário fazer contato e respeitar a área de todos os Ministérios, para não haver nenhuma sobreposição de ações. A Ministra sugeriu que mudássemos o nome do programa para “Mulheres da Paz”, o que foi acatado, de imediato, pelo Ministro Tarso Genro. O Termo de Cooperação entre os dois Ministérios foi assinado no Rio de Janeiro com a presença de 3.000 mulheres, moradoras de

favelas. Por exemplo, no caso de uma mãe que tem cinco filhos, sendo que um está preso, dois estão à beira do crime e os outros dois são recém-nascidos e ainda estão sendo amamentados. Esse que está no presídio e os dois que estão à beira do crime é que constituem o nosso foco. O que vamos fazer? Vamos dar um curso de formação para essas mães, que serão as chamadas “Promotoras Legais Populares”, para que elas tenham noções de Direito para ajudar seus filhos. No caso do filho que está no sistema prisional, juntamente com os Ministérios parceiros e através dos programas “Brasil Alfabetizado” e “PROEJA”, vamos oferecer-lhe uma formação técnica. Ele poderá ser também incluído no programa “ProJovem”, da Secretaria de Juventude, oferecendo também a preparação para o ENEM e, se ele estiver no último ano, pode tentar uma bolsa de estudos do PROUNI, participando dos projetos do MEC. Esse jovem pode também participar projeto do Ministério do Esporte de “Produção de Material Esportivo dentro dos Presídios”. Aqueles outros dois estão entre os jovens em liberdade, vão para o PROTEJO. É um curso de formação de “Promotores Legais Juvenis”, em que também têm noções de Direito, adaptados a eles é claro, além de buscarmos outros projetos dentro do sistema prisional, no âmbito do PROTEJA. O projeto “Reservista Cidadão”, é destinado àquele jovem que vem do exército. Já estamos tentando, junto ao Congresso, aprovar a liberação dos recursos para pagamento de bolsas aos reservistas para que eles nos ajudem na captação desses jovens que estão no crime, que estão no tráfico. No caso daqueles que estão no tráfico, isso não é muito simples porque estamos oferecendo R\$200,00 a R\$300,00 e, no tráfico, em uma semana, o jovem ganha R\$3.000,00. A captação deverá ser feita não pela via capitalista, econô-

mica, mas sim pela possibilidade de oferecer a ele uma trajetória de futuro, com a construção de casas do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo. Temos também o Programa Saúde da Família – PSF, do Ministério da Saúde. Já temos vagas garantidas, pelo Ministro da Saúde, para aqueles que vêm dos nossos programas. E temos também o programa “Pintando a Cidadania”, do Ministério do Esporte. Faço uma referência ao Ministério do Desenvolvimento Social e ao Centro de Referência Especializado – CREAS porque nosso público não é aquele público que está assistido por algum programa, como é o caso do Programa de Economia Solidária, do MTE, então, é importante trazer esse jovem e oferecer trabalho a ele.

- ***Programa III – Segurança e Convivência.*** Nosso objetivo é aquela polícia de proximidade. Eu fui criança numa década meio complicada para o Brasil e não entendia muito bem o que estava acontecendo, mas, quando passava por um policial, ficava feliz em abanar a mão para ele. No Rio Grande do Sul, a dupla de policiais que faziam o patrulhamento diário do bairro eram chamados de “Pedro e Paulo”. A idéia é modificar essa polícia, chegar a uma polícia comunitária, uma polícia de proximidade, que te conheça pelo nome e que você a conheça pelo nome. Só que, para isso, primeiro, nós temos que conseguir reduzir os índices de violência no Brasil e esse programa atende a tudo isso. Temos trezentos e seis favelas que serão urbanizadas pelo PAC, e estaremos trabalhando em parceria porque, em algumas favelas, só pode entrar com segurança policial. Temos também os programas para construir “Percurso Social e Informativo”, que é o que buscamos para o nosso jovem e “Brasil Alfabetizado”, é aquele jovem que está fora do sistema prisional, pactuado devidamente com o MEC. Dentre

esses programas de cunho educacional, nós podemos destacar: no âmbito da educação profissional, o PROEJA, que também para o jovem que está fora do sistema prisional; Curso Preparatório para o ENEM; a Universidade Aberta do Brasil “ UAB, que também pode ser feita dentro do sistema prisional, uma vez que vamos construir módulos de educação, e o jovem sair de lá com perspectivas. Hoje, temos casos no nosso sistema penitenciário em que o preso sai sem formação, sem família e não sabe o que fazer. Então, vamos tentar dar a ele essa formação dentro do presídio, até mesmo a oportunidade de cursar a universidade à distância, dentro do sistema penitenciário. E não podemos esquecer que, além dos programas voltados para a educação, temos o “Programa Esporte e Lazer da Cidade”, que para nós é de extrema importância. Eu sou de Porto Alegre e tenho uma conterrânea chamada Diane dos Santos. Ela é uma conhecida nossa que deve ter sofrido muito preconceito ao longo de sua trajetória, mas se ela tivesse participado de algum programa semelhante “Programa Esporte e Lazer da Cidade”, teria trazido a medalha olímpica para nós. Ela é uma grande brasileira, tem uma consciência nacional fantástica, pelo que ela já escreveu e pelas entrevistas. Em nossa opinião, o Programa Esporte e Lazer da Cidade é um dos programas pelos quais poderemos cooptar aquele jovem que está no mundo do crime. A partir do esporte, esse jovem pode dar um novo rumo para sua vida, fugindo da violência, da criminalidade, do tráfico de drogas. O esporte é de grande importância para nós nesse momento, com toda a sua formação, com todas as suas oficinas, e com vocês, nossos parceiros, que são os responsáveis pela coordenação desses programas em seus Estados e Municípios.

- **Pontos de Cultura:** Serão 386 Pontos de Cultura. Assinamos com o Ministro Gil todos os programas de cultura, tais como, a implantação de museus, modernização de bibliotecas e pontos de leitura Dessa forma, conseguiremos chegar a uma modificação da consciência, na polícia e no mundo do tráfico.

Como vamos fazer a Gestão? Vamos ter Conselho do PRONASCI e todos os Ministros nossos parceiros que participam desse Conselho; um Comitê Gestor, formado pelos Secretários Internos do Ministério da Justiça; a Secretaria Executiva do PRONASCI, com uma devida Ouvidoria, com o acompanhamento federativo que fará a pactuação com Estados e Municípios, com orçamento, execução, gestão de projetos, comunicação social, monitoramento e avaliação social.

Em relação ao monitoramento, a Fundação Getúlio Vargas assinou um convênio conosco, em 30 de outubro de 2007, para fazer todo o monitoramento e avaliação do nosso programa, nos territórios, gabinetes de gestão, seus representantes etc. Haverá um núcleo que, depois de avaliado o programa, executará aquilo que será necessário em cada região. Tudo isso será feito pela Fundação Getúlio Vargas. Para isso, precisamos de uma contrapartida, mas que não é financeira. Essa contrapartida, que são condicionalidades, vai ter a garantia do gabinete de gestão estadual e municipal, das unidades gestoras dos municípios (Polícia, os Secretários de Segurança, os Secretários de Saúde, os Secretários de todas as áreas afins) e Conselhos Comunitários. Podem haver ações no município para as quais nós vamos aportar recursos. Vamos trazer as ações que são boas e que já existem em vários municípios. Também faremos a mobilização de comunicação e informação. O Programa Plano Diretor do Sistema Prisional já foi feito e já está devidamente encaminhado.

Não posso deixar de citar os nossos parceiros: Casa Civil; Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia com os Tele Centros, Ministério do Trabalho e Emprego, Economia Solidária, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério das Cidades e Secretaria Nacional Antidrogas, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Caixa Econômica Federal e Fundação Getúlio Vargas. Acrescentamos o projeto “Farol”, da SEPPIR porque ele ficou pronto posteriormente ao PRONASCI e vamos aportar recursos.

Por fim, nada poderia acontecer se não fossem investidos R\$ 6,7 bilhões de reais, que não são recursos do orçamento da Justiça, são recursos novos. A imprensa gosta de brincar com o Presidente, mas é verdade que “nunca se investiu tanto em segurança na história desse País”. Serão investidos um bilhão quatrocentos e seis milhões de reais, serão investidos por ano nesses projetos. Para o ano de 2007, o orçamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário já está descontingenciado para que possamos desenvolver as ações que já estão acontecendo, como por exemplo à formação da RENAESP. Já temos 20 universidades, até o final de 2007, teremos 50 e, até metade de 2008, serão 80 universidades trabalhando conosco. Então, são seis bilhões setecentos e sete milhões de reais, que o Ministro Tarso Genro está nos orientando a empregar. Isso foi determinado pelo Presidente Lula para que consigamos mudar a consciência policial e a violência no nosso País.

Muito obrigado.

Outras abordagens

Dalva – *Bom dia a todos e a todas. Novamente, parabéns à mesa pela exposição. Eu quero falar especificamente sobre o PRONASCI. Gostaria de ouvir, de uma maneira mais detalhada, uma explicação sobre essa formação dos policiais, no sentido de combater os preconceitos, atentando mesmo para a questão dos Direitos Humanos. Nós sabemos que alguns estereótipos na sociedade, como os negros, homossexuais, mulheres, sempre foram alvos de policiais. É aquela velha postura da polícia de identificar esses estereótipos com atitude suspeita. Como está realmente sendo pensada essa qualificação na formação?*

Ribamar – *Eu quero fazer duas questões para o companheiro do Ministério da Justiça e também, fraternalmente, uma crítica. Em primeiro lugar, do ponto de vista de informar, o Ministério do Esporte fez um investimento de R\$ 600.000,00, numa parceria com uma ONG do Rio de Janeiro “ Observatório de Favelas “ e tem dois estudos sobre a questão do “Legado Social dos Jogos Pan-americanos”. Foram levantados dados importantes aos quais eu acho que o Ministério da Justiça deveria ter acesso. São dados sobre as questões mais básicas do IDH de 53 comunidades populares, que são retratos importantes da nossa realidade. E há também uma pesquisa qualitativa de qual foi à expectativa da população com relação aos Jogos Pan-americanos.*

A segunda questão é: Como está sendo o processo de avaliação para implantação do PRONASCI, a partir do programa “Medalha de Ouro”, que foi desenvolvido pela SENASP, no Rio de Janeiro. Houve ações bastante importantes, bastante eficazes, mas também surgiram alguns problemas, como por exemplo, os 10.560 jovens classificados no programa “Guias Cívicos”, que podem atravessar a rua a qualquer momento e não se tem dado uma resposta em relação a isso. Ou seja, trabalhou-se com um universo de 15.000 mil jovens durante sete meses, e eles estão ociosos. Nós tivemos muita dificuldade de fazer uma

relação integrada com a SENASP, principalmente, em relação aos projetos sociais. Nós tentamos fazer uma coisa muito simples, que era pegar o cadastro dos “Guias Cívicos”, para juntar com o Cadastro Único. Quem coordenava essa parte era o José Eduardo, que foi deslocado para fazer a integração com o Ministério do Desenvolvimento Social. Infelizmente, nunca conseguimos levar isso a cabo porque encontramos muita resistência por parte do pessoal da segurança. Eles podem até entender muito de segurança, mas precisam dialogar mais conosco que entendemos um pouquinho de área social. O que aconteceu com o programa “Medalha de Ouro” foi exatamente isso. Nós tivemos muita dificuldade em dialogar com a área de segurança.

Para concluir essa crítica fraterna, no Rio de Janeiro, temos que entrar com os projetos sociais. Podemos entrar também com a polícia, mas vamos retomar os projetos do Ministério do Esporte no Complexo do Alemão, como por exemplo, o “Segundo Tempo” e “Esporte e Lazer da Cidade”. Esses projetos vão voltar. Há uma grande resistência hoje, por parte da Política de Segurança Pública, de um enfrentamento nas comunidades. Na verdade, nós temos que apoiar a Política de Segurança Pública, mas a Secretaria de Direitos Humanos, por exemplo, também fez uma denúncia grave, quando da execução de alguns jovens que correram para o lado errado no momento do enfrentamento. Esses jovens estavam na comunidade e foram sumariamente executados. Essa execução foi testemunhada e assinada por organizações do Rio de Janeiro que desenvolvem trabalhos no interior das comunidades. Nesse local, que é a Favela da Coréia, temos um pólo do Esporte e Lazer da Cidade funcionando desde o início, e nós podemos afirmar que o que ocorreu na Favela da Coréia foi uma política de execução. Eu não tenho dúvidas. Veio um representante da ONU para fazer uma averiguação dos fatos e a Secretaria de Direitos Humanos está apoiando. A situação é bastante crítica. O PRONASCI está de parabéns. Somos parceiros, mas queremos dialogar com a atividade fim para não cometermos alguns erros que já cometemos como, por exemplo, no programa “Medalha de Ouro”, da Secretaria de Segurança Pública. Obrigado.

Arlindo – *Nós vimos que a segurança pública é uma questão séria em todo o Brasil. Todas as regiões do nosso País enfrentam esse problema. Agora, com tudo isso que foi colocado, nós gostaríamos de ter acesso a esse montante de dinheiro que está sendo aplicado na segurança pública. Gostaríamos que esses dados fossem repassados para nós, porque lá na ponta onde trabalhamos com a população, nós precisamos ter em mãos todos esses dados para passar essas informações do que o governo faz nessa questão da segurança pública. Tivemos riquíssimas palestras durante esse período que estivemos aqui e isso precisa ser divulgado. Por exemplo, nós gostaríamos que todas as informações que nos foram dadas durante esses dias de reunião nos fossem enviadas porque, lá nas comunidades, nós somos questionados e todas essas informações seriam úteis para fazermos uma divulgação, junto à sociedade, do que o governo faz e como é usado o dinheiro aportado. Quando se coloca um valor de 6,7 bilhões de reais, nós precisamos saber como é repassado esse dinheiro para os estados, para os municípios. Precisamos ter em mão todas essas informações para podermos trabalhar com isso na sociedade de um modo geral.*

Celso Toscano Paz – O Programa é muito extenso para ser apresentado em apenas meia hora. É claro que isso pode gerar uma não compreensão, como já aconteceu até com Governadores de Estados, mas eu vou me referir a algumas questões bem pontuais e importantes. Seria interessante explicarmos, uma por uma, inclusive tem telas de cada programa, com o investimento em cada um. A Dalva, por exemplo, faz um questionamento bastante interessante sobre a formação policial. Eu me lembro que, na minha cidade, dois estudantes negros iam fazer vestibular e a polícia prendeu os dois porque estavam correndo. Com isso, eles perderam a oportunidade de prestar vestibular na Universidade Federal.

Esse modelo de polícia que nós temos é um modelo conservador é um modelo de polícia de execução. Na década de 70, o

Pixote foi executado. Essa foi, talvez, uma das execuções mais emblemáticas da polícia brasileira. Ele estava fugindo e deram quatro ou cinco tiros nele, que pegaram bem na nuca, bem nas costas. Então, fica difícil entendermos isso. Esse modelo policial é um modelo violento e o PRONASCI quer mudar justamente isso porque isso vem da formação. Quando nós vamos a um estado conversar com essa estrutura policial, existe um desconforto, principalmente, quando começamos a conversar tentando mudar essa concepção, essa consciência, esse paradigma dessa polícia de repressão, mas o nosso objetivo determinado pelo governo é fazer essa modificação. Para isso, temos discutido, e enfrentado duramente. Por outro lado, temos recebido apoio de outros operadores de segurança empolgados e dispostos a colaborar para que essas mudanças possam realmente acontecer.

No que diz respeito à formação policial, isso já está contemplado. Estamos começando uma discussão, e já está acertado com o Dr. Alexandre Reis, da SEPPIR, que eles estarão debatendo essa questão conosco, dentro do Ministério.

Em relação ao que o Ribamar, nosso companheiro do Rio de Janeiro, falou sobre o Observatório de Favelas, nós estivemos com eles, em várias oportunidades, uma vez que eles têm projetos com o Ministério de Esporte e pudemos constatar que o Observatório é muito atuante. Em Minas, eu estive não só com o “Observatório de Favelas”, mas estavam lá também representantes do “Nós do Morro”. Tivemos uma boa reunião e conversamos sobre de que forma vamos fazer esse trabalho no Rio de Janeiro. Temos cinco lideranças dentro do Complexo do Alemão e temos lideranças das ONGs que fazem esse trabalho conosco e que são lideranças de uma organização fantástica. Fizemos mais de quarenta reuniões com os Ministérios parceiros para definir essas questões; tivemos mais de doze colóquios com intelectuais da segurança, com policiais, com ONGs, com intelectuais da mídia, com associações, com federações, com pessoas ligadas a todas as áreas, com os organis-

mos internacionais que também são nossos parceiros, não na execução mas na contratação de equipes multidisciplinares locais. Na verdade, no caso do Rio de Janeiro, quem faz a indicação são aqueles de maior liderança dentro das áreas conflagradas. Então, teremos, sim, essa participação em nossos programas porque eles são programas nacionais e não apenas federais.

É bastante interessante porque estamos invertendo uma pauta e isso depende de cada cidade. Tem cidades em que precisamos dizer: “Olha vocês só vão receber recursos do PRONASCI se pactuarem conosco, do contrário não vão receber”, ao que imediatamente respondem: “Ah! Nós não queremos porque não gostamos de a, b, ou c”. “Tudo bem, mas então não vão receber recursos do PRONASCI”. “Vou ficar de fora”? “Vai, porque existe uma condicionalidade. A contrapartida não é financeira, mas, como contrapartida nós precisamos de um local, precisamos de alguém de vocês trabalhando conosco”. Isso quer dizer que estamos invertendo a pauta de segurança. Matam quatro, cinco e imediatamente dizem que a culpa é do Governo Federal. Agora, estamos chamando os Municípios e os Estados para trabalharem nessa questão juntamente conosco. Vamos aportar recursos para os Estados e Municípios, desde que esses recursos, que serão muito bem controlados, sejam usados nesses projetos e não em outros. Os Municípios têm que pactuar conosco, têm que aceitar, têm que ofertar projetos para podermos aportar recursos, tem que haver toda essa organização com o PRONASCI. Há duas semanas estamos fazendo a transferência do que sobrou do PAN para o PRONASCI para a permanência da Força Nacional em algumas regiões. O nosso objetivo é acabar com aquela idéia de que a polícia precisa de mais viaturas, mais armamentos, mais capacetes, mais coletes, mais cassetetes. Nossa idéia não é essa. Isso também faz parte, mas nós precisamos de mais cultura, mais esporte, mais educação, de todos os outros programas e precisamos também de mais formação policial. O PRONASCI não é um programa

ma da SENASP; o PRONASCI é um Programa do Gabinete do Ministro da Justiça Tarso Genro. Tecnicamente, todos os Programas de Segurança Pública saem pela SENASP, mas aqui existe uma mudança. O que o PRONASCI faz? Traz todas as Secretarias para um programa maior e articula esses programas dentro do Ministério da Justiça. Assim como articula os programas dos outros Ministérios, mas com o protagonismo dos outros Ministérios. Não somos nós que vamos implantar o programa “Esporte e Lazer”, ou que vamos implantar o “Pintando a Cidadania”, ou “Pintando a Liberdade”, ou o CRAS, do MDS. O PRONASCI é um programa ligado e orientado pelo Gabinete do Ministro e pelo Secretário Executivo do PRONASCI, que é o Professor Ronaldo Teixeira. Existe, o que existe é uma relação do PRONASCI com os programas sociais. De que forma pode ser feita essa relação? Exemplo: precisamos de um programa de “Esporte e Lazer nas Cidades”, lá em Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. Chamamos o Ministério, verificamos quem são os interlocutores e o que precisamos para que essa região seja pacificada. Vamos fazer um destaque orçamentário para o Ministério parceiro e ele executará essa ação. O PRONASCI não é um programa social, ele é um programa de Segurança Pública, que contempla ações sociais. E é essa a nossa visão de se fazer segurança.

Concluindo, sobre o investimento, desses 6,7 bilhões de reais, eu queria dizer que 3 bilhões de reais estão destinados à formação policial, para o programa “Bolsa Formação”. Restam 3,7 bilhões de reais que são para as outras ações, tanto as policiais quanto para os outros Ministérios. Existe, obviamente, uma prestação de contas que será feita publicamente. Todas essas ações dos Ministérios parceiros e do Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Justiça, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Anistia Política, todas as ações são detalhadas neste livro que é

de uso interno nosso, mas todas elas estão disponíveis no nosso site. Se vocês acessarem nosso site, poderão verificar cada centavo que vai para cada lugar, e para cada uma de nossas ações. O nosso site é: www.mj.gov.br/pronasci.

Agradeço a oportunidade de estar aqui falando com vocês. Sei que ainda ficaram muitas lacunas porque o Programa é gigantesco, por se tratar de um programa nacional, com a participação de todos os nossos Ministérios, então, fica difícil uma compreensão à primeira vista. Mas, todas as outras informações também podem ser solicitadas pelo e-mail “pronasci@mj.gov.br” que nós responderemos. Muito obrigado.

Alexandre Reis – Gostaria de começar dizendo ao companheiro do Rio de Janeiro, que o José Eduardo continua na área. Ele agora é Secretário-Executivo do Conselho Nacional da Juventude e está participando conosco.

Eu não entrei em detalhes de como se constitui o público-alvo do ProJovem Adolescente e do ProJovem. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens é mais que isso e tem quatro modalidades. Eu só falei do ProJovem Adolescente, mas tem o ProJovem Urbano, o ProJovem Campo e o ProJovem Trabalhador, que é voltado à qualificação profissional de jovens. Além disso, há uma articulação com outros órgãos, como, por exemplo, o Projeto “Trabalho Decente para a Juventude”, da OIT. A essas ações integradas é que se pretende dar um caráter de esteira, de maneira que, um jovem que está num projeto possa passar para outro. É essa a intenção desse exercício intersetorial, é preciso se construir. Nessa ação que houve no Rio de Janeiro, que você falou que “estão lá”, possivelmente muitos deles estão nos critérios desses programas do Governo Federal. No caso do ProJovem Adolescente, o programa inclui jovens em situação de risco, 15 a 17 anos, além de jovens egressos de medidas, de medidas protetivas, ou do trabalho infantil. E há também os jovens de famílias be-

neficiadas pelo programa Bolsa Família. Então, a idéia também é uma aproximação de benefício e serviço, para alavancar essas famílias no seu processo de autonomia.

Outra coisa, que talvez eu não tenha destacado bastante, é que, além do atendimento ao jovem, o ProJovem Adolescente faz o acompanhamento da família. A família desses jovens que estarão fazendo atividades será acompanhada porque a ótica da Assistência Social é sempre a ótica da rede; é a ótica de acesso às políticas públicas, acesso dessa família àqueles direitos que lhe foram negados.

Vou emendar aqui numa pergunta que está no papel. Porque não há uma diretriz nacional de aproximação da proteção básica da assistência social com o programa Saúde na Família? Eu diria que é a cultura da ação setorializada, no sentido de cada Ministério estar olhando só a sua especificidade. Essa é uma cultura que nós já estamos ultrapassando; esse é o salto que tem de ser dado. No caso do ProJovem Adolescente, representantes do Ministério da Saúde participam da equipe que está desenhando a proposta. Esse programa inclui as áreas da saúde, meio-ambiente e esporte. Também estão envolvidos o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. São várias políticas coincidindo para romper com essa fragmentação que existe lá na ponta. Essa é a nossa intenção. Mas eu diria que isso é um processo porque existe uma cultura política. Acho que todo mundo já ouviu aquela expressão “não vou colocar minha azeitona na empada do outro”. Isso acontece realmente, nos municípios entre secretários municipais que são de partidos diferentes; mas acontece também no pensamento do técnico que só olha a sua área; e acontece com os mecanismos burocráticos de financiamento que são diferentes. Então, tem toda uma lógica que tem de ser quebrada para que possamos chegar a essa intersetorialidade.

Quanto ao que o Celso colocou, eu não vejo contradição de um programa com o outro. Ele está falando de uma guerra. Infelizmente, chegamos a uma situação muito grave que exige medidas concentradas em determinados pontos do país, onde a política pública não está nem sequer podendo chegar porque se instalou um poder paralelo. Ele está falando de uma outra realidade, no sentido de que tem que haver uma intervenção intersetorial com a participação de todas as políticas públicas. Em minha opinião, a proteção básica custa muito menos do que uma guerra. A guerra custa caro. É a política de acesso aos direitos dos cidadãos. Se nós conseguirmos isso, teremos menos necessidade de presídios, de centros de internação. Se a nossa política pública de base chegar de uma maneira intersetorial lá na ponta, nós vamos ter menos jovens indo para o tráfico, indo para o crime. São políticas que se somam, que não são mutuamente exclusivas. Elas fazem parte de um contexto que é muito complexo e que exige ações diferenciadas. O Celso citou também as ações de proteção especial que nos temos no PRONASCI, mas essa é uma outra questão.

Eu gostaria de agradecer às pessoas que ficaram até esse momento participando ativamente e dizer para o Ministério dos Esportes, para o Ministério da Justiça que estamos aí para trabalharmos juntos, para construirmos juntos políticas integradas articuladas, que tenham um conceito do cidadão integral e não fragmentado. É aí que temos que chegar.

MESA REDONDA 4:
Ações Intersetoriais: Algumas Experiências

Moderadora:

Cláudia Regina Bonalume – SNDEL -
Ministério do Esporte

Palestrantes

Gabriela Santoro de Castro
Coordenadora Geral de Comunicação e Cerimônia da
SEPAN

Boa tarde.

É um prazer estar aqui com vocês e poder dividir a experiência do e dos jogos Pan Parapan-americanos com vocês. Estou aqui representado o Secretário Ricardo Leyser. Espero conseguir passar um pouco dessa experiência maravilhosa que vivenciamos no Rio.

A realização do PAN, com toda certeza, é um caso de sucesso de parceria público-privada e de relações intersetoriais no Brasil. Assim como os Jogos Olímpicos, a Fórmula I, a Copa do Mundo, os Jogos Pan-americanos são produzidos tendo por base um conceito de entretenimento, de troca de experiências e troca de conhecimento. É um evento que extrapola a questão de auto-rendimento e, por isso mesmo, propicia uma possibilidade de uma rede de relacionamentos muito extensa.

Eu costumo traduzir essa relação do PAN como um conceito de ondas. Nós temos um núcleo central, que é o núcleo de competição esportiva na qual você tem um relacionamento de atletas, árbitros, confederações nacionais, federações internacionais, comitês e outras pessoas que estão envolvidas diretamente na operação esportiva. ***Agrega-se a esse núcleo central um segundo aro,*** de governos e parceiros privados, entre

eles, patrocinadores e outras pessoas que respondem pelo financiamento do projeto, além das áreas que são de suporte operacional, como: tecnologia, engenharia, segurança, medicina esportiva etc. ***Temos ainda dois projetos periféricos***, que são o revezamento da Tocha Pan-americana, que percorreu 51 localidades no Brasil e as Cerimônias de Abertura e Encerramento, que têm um papel fundamental de mobilização do país em torno do evento e na disseminação dos ideais olímpicos, que regem o PAN e o Jogos Olímpicos. Além desse primeiro aro periférico, temos o segundo que não é menos importante, que costumamos definir como o ***cenário de experiência ao espectador***. Ou seja, são todos os elementos que são agregados ao projeto e que trazem para o espectador esse caráter de entretenimento, que transformam uma competição esportiva de auto-rendimento numa experiência prazerosa, numa experiência de lazer para os espectadores. ***Então, você tem o “look of the games”, que é o projeto visual, e que cria toda uma harmonia, todo um ambiente adequado para realização do evento***. Deve ser um ambientes alegre, você tem as ações de comunicação, de divulgação, que tem um caráter também de utilidade pública porque informam à população onde e quando as competições acontecem. Temos os produtos oficiais que é uma maneira das pessoas levarem um pouco do evento para suas casas, e toda uma programação paralela, cultural e artística, além da ampla cobertura da mídia que possibilita a democratização da competição.

Finalmente, agregamos a tudo isso, o caráter de oportunidade que um grande evento, seja ele esportivo ou não, traz para a sua cidade ou seu país sede. Eventos como o PAN, a Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos funcionam como um mobilizador da sociedade, o catalisador para o fortalecimento e para a expansão de uma série de políticas públicas. Nós temos uma série de oportunidades de desenvolvimento social, de urbanização, de crescimento do comércio, crescimento econômico,

promoção turística, que estão atrelados a esse tipo de evento. Tudo isso também fortalece o conceito de intersectorialidade dos jogos, uma vez que, essas ações e essas oportunidades são normalmente implementadas por entidades que não estão diretamente ligadas à realização do evento. Então, você tem parcerias governamentais com ONGs, OSCIPs, algumas instituições filantrópicas, fundações, etc. Ou seja, ***os grandes eventos esportivos favorecem a criação de um ambiente multidisciplinar e interativo.*** Nós precisamos ler esses eventos como uma série de membranas permeáveis que trocam conhecimento entre si e que suportam uma a outra nas suas operações. Nós temos um fluxo constante de informações que giram em rede e que são fundamentais para o fortalecimento, ou para agregar valores àquele evento.

São justamente essas características que tornam eventos como o PAN, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo tão preciosos, e muito solicitados por diversos países do mundo. Tem muita gente que quer sediar a Copa do Mundo, muita gente que quer sediar os Jogos Olímpicos, justamente por perceber o grande potencial de catalisação e de mobilização que esses eventos têm, além da oportunidade de entretenimento para sua população.

Só para dar uma informação a vocês, em 2006, o Instituto Ipsos Marplan fez uma pesquisa que revelou que 94% dos 2.300 entrevistados no Brasil afirmam que praticam ou acompanham o esporte regularmente. Ou seja, o apelo do esporte no nosso país é muito grande, e 75% deles acreditam que a prática esportiva representa diversão e socialização. Isso que dizer que a população brasileira está muito aberta para qualquer iniciativa que seja desenvolvida com base no esporte e lazer. Ela tem consciência também de que o esporte não é somente uma questão de auto-rendimento, é uma experiência de vivências, de realizações, uma experiência mais lúdica.

Conforme alguns dados dos Jogos do PAN, no Rio, nós temos cerca de 80.000 credenciados. Então, quando falamos do es-

tabelecimento de uma relação em rede, você imagina que cada um desses 80.000 credenciados, no processo de desenvolvimento e realização dos jogos, tenha feito contato com um mínimo de dez pessoas. Nós estamos falando de 800.000 pessoas que tiveram contato direto ou indireto com o evento. Se aplicarmos essa lógica aos demais públicos, concluiremos um milhão de espectadores diretos viveram os Jogos do PAN e Parapan-americanos nas arenas; um bilhão de espectadores em audiências acumuladas de televisão, para os 100 países para os quais os jogos foram transmitidos; mais 51 localidades por onde passa a Tocha; 06 patrocinadores, 26 parceiros; e 54 empresas que estabeleceram contrato de patrocínio. Você cria um cenário de interdisciplinaridade absurdamente alto, absurdamente complexo, e que pode ser muito bem aproveitado para a divulgação de políticas públicas, para o fortalecimento do movimento esportivo e de alguns conceitos que são importantes.

Falando agora um pouco do exemplo da intersectorialidade, a dimensão que os Jogos do PAN Rio 2007 tomaram, com a infra-estrutura comparável à dos Jogos Olímpicos em muitos aspectos, foi possível devido à união das três esferas de governo. Vou pegar o exemplo da mobilização do Governo Federal. Só para vocês terem uma idéia de como funcionou. No total, só no Governo Federal foram 21 Ministérios envolvidos na organização dos jogos, além da Presidência da República, todos os órgãos que compõem a Presidência da República, empresas públicas e autarquias. O Ministério do Esporte teve a incumbência de coordenar todo esse projeto. As áreas de atuação do Governo Federal foram: instalações, esporte, tecnologia, comunicação, toda a área social, cultura, recursos, operações e logísticas. Toda a operação do ParaPAN foi coordenada pelo Governo Federal, envolvendo as áreas de saúde, relações internacionais, segurança e turismo. Isso é para vocês terem uma idéia do volume de temas que foram movimentados apenas no Grupo de

Trabalho criado dentro do Governo Federal. Esse Grupo de Trabalho estabeleceu um planejamento que foi feito a várias mãos. Foram realizadas inúmeras reuniões durante o processo de preparação dos jogos e, depois, tivemos cerca de 500 pessoas do Governo Federal trabalhando no Rio de Janeiro no período dos jogos, dando suporte às mais diversas operações e outras tantas incontáveis que continuaram em Brasília, também dando apoio, sempre obedecendo a um plano estratégico que foi desenvolvido para isso e que previa a maior participação possível de órgãos Federais, com prontidão, com eficiência para atendimento da operação. A missão era coordenar, mobilizar e dar transparência às ações governamentais no desenvolvimento e implementação das ações necessárias ao cumprimento dos nossos compromissos assumidos. A atuação do Governo Federal no PAN reflete uma tendência que está cada vez mais forte na realização dos grandes eventos. Hoje, o governo enxerga a oportunidade que esses grandes eventos trazem para a mobilização dos seus diversos órgãos e para fortalecimento das suas políticas públicas.

O PAN foi um catalisador de uma série de iniciativas importantes no Rio de Janeiro e no Brasil, como por exemplo, na área de segurança pública. O PAN ajudou a plantar, no Rio de Janeiro, uma sementinha de um novo conceito em segurança pública. Ajudou também no fortalecimento da imagem do país no exterior, que é uma responsabilidade do Ministério do Turismo, a partir do momento que comprova a capacidade do Brasil em sediar e realizar grandes eventos. Realizou-se um diagnóstico social importante, em cinquenta comunidades, em condições de risco social, situadas no torno das instalações. Esse diagnóstico é muito importante porque ele pode ser uma base para nortear a aplicação de políticas públicas no Rio de Janeiro, daqui para frente, ou para nortear a expansão das políticas públicas já implementadas. Poderíamos citar milhões de exemplos para demonstrar a importância da intersetorialidade do PAN.

Por fim, quero dizer que já temos dois grandes eventos captados para o Brasil, que são os Jogos Mundiais Militares, que acontecerão em 2011, e o outro é a Copa do Mundo de 2014. Com certeza, eles vão se somar ao PAN, como agentes de fortalecimento de políticas públicas.

Eu gostaria de resgatar para vocês um trecho da Carta Olímpica que é um dos documentos que norteiam a atuação de todo o movimento esportivo mundial, que trata exatamente da intersectorialidade. A carta diz o seguinte:

“O Olimpismo é uma filosofia de vida, balanceando, num todo, as qualidades do corpo, vontade e mente. Associando esporte com a educação e a cultura, o Olimpismo procura criar um modo de vida, baseado na alegria encontrada no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais”.

Quero pontuar uma só questão a mais. A experiência de Barcelona nos Jogos Olímpicos de 1992. Além de toda a mudança urbanística que Barcelona promoveu com os Jogos Olímpicos, ela deixou um outro legado importante ao Movimento Olímpico, que foram os Programas de Lazer e Educação, que foram implementados, associados aos jogos. A partir de Barcelona, o Comitê Olímpico Internacional entende o desenvolvimento de programas de Educação Lazer e de Cultura, como programas obrigatórios do Projeto Olímpico de qualquer cidade candidata.

Então, como o Brasil está preparando agora a sua candidatura, (*aos Jogos Olímpicos de Verão 2016*) eu me atrevo a dizer, mesmo sem consultar formalmente o meu Secretário e o meu Ministro, que eles trarão, com toda a certeza, para dentro de sua proposta de candidatura, projetos que já estão sendo estruturados, como o “Esporte e Lazer da Cidade” e o “Mais Educação”.

Muito obrigada.

Falar do “Mais Educação” é falar não de uma experiência já construída, já concretizada, mas é falar de um esforço que está em curso. Ele tem como marco, o mês de abril de 2007, em função do Plano de Desenvolvimento da Educação, e em função da Portaria Interministerial que o criou. As belíssimas palavras da Andréa Everton, coordenado do PELC, nos ajudam a compreender as dificuldades inerentes a um programa dessa natureza porque é um programa que desafia a construção moderna do Estado. Se pensarmos em modernidade, vemos que ela produz um modo de compreender o mundo que está posto em caixinhas. É difícil que o professor de matemática pense a matemática como a filosofia, como é na sua origem; ou que o professor de geografia pense as questões de história, porque cada um está na sua caixinha. **Então, a modernidade produz um modo de compreender o mundo e produz um modo de governar o mundo. Esse modo de governar o mundo, que a modernidade produz, diz respeito a campos que, em geral, não dialogavam.**

O Ministro Orlando Silva, em sua fala no primeiro dia, traz a idéia de que o Ministério do Esporte nasce de dentro do Ministério da Educação, mas esse diálogo, não é um diálogo fluído. **Dentro dos próprios Ministérios os campos têm dificuldade de dialogar entre si.** Poderíamos pensar os espaços de poder, os campos que as pessoas acabam se enredando. Estamos diante de uma construção que é plena de possibilidades, mas que é plena de desafios.

Precisamos conseguir pensar uma política para melhorar a qualidade de vida para nossas crianças, jovens e adolescentes, e também para adultos e idosos, que não são

o foco do “Mais Educação”, nesse momento, mas vamos avançando para isso. É importante que haja diálogo entre os vários Ministérios, entre as três esferas administrativas,” Governo Federal, Estadual e Municipal “ entre as instituições públicas e a sociedade civil organizada, que tem que estar presente nesse movimento. Isso não é nada simples. Nós vamos ter muito trabalho e temos que ter muito cuidado para produzir alguma coisa que realmente faça a diferença no campo das políticas sócio-educativas no Brasil.

Para começar, estamos falando de algo que está sendo feito, e que vai precisar de mais tempo, que supera o mandato de um governo. Estamos falando de algo que é para ser uma Política de Estado neste País. Mas, só vai ser isso, se a sociedade se apropriar dessa Política de Estado e pressionar para que as coisas avancem, melhorem e continuem. Essa capa é importante porque ela já vai dar conta do conjunto de Ministérios envolvidos no que nós chamamos hoje, de “Mais Educação”: Educação, Esporte, Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Eu diria que tem um centro que é a erradicação do trabalho infanto-juvenil porque precisamos pensar o tempo dessas crianças e jovens que às vezes estão na escola num turno, mas no outro estão sendo exploradas das mais diversas formas. Daí a importância da presença do MDS. Temos o envolvimento também do Ministério da Cultura, Ciência e Tecnologia, Presidência de República com o Projeto das Escolas Irmãs, e Secretaria Nacional da Juventude. Seguramente, outros parceiros se incorporarão, como por exemplo, o Ministério do Turismo, dentre outros.

Sabemos que estamos diante de algo pleno de possibilidades, mas também de desafios, porque implica mudar o modo de nos movermos. Por exemplo, lá em Porto Alegre, tem vários centros comunitários ao lado das escolas, sem que haja nenhum tipo de diálogo entre os centros comunitários. Muitas vezes, são os mesmos sujeitos que freqüentam um lugar e outro,

mas não há nenhum tipo de diálogo entre os profissionais que estão lá na ponta. Então, temos aqui um enorme desafio, que só terá sentido se pensarmos em algo que nos desafia a todos que é a educação das novas gerações. Estamos num momento radiante do ponto de vista da produção de conhecimento e das possibilidades em termos de políticas públicas, mas temos que parar de pensar que a educação das crianças, jovens e adolescentes é papel somente da escola. A escola cumpre um papel, cumpre uma função, mas as pessoas se educam não só no espaço da escola. Dizer isso parece muito fácil. Mas não é fácil, não é simples, porque o senso comum joga para a escola a total responsabilidade pelo conjunto de temas, de problemas, de questões com os quais, crianças, jovens e adolescentes estão envolvidos.

Há reflexões iniciais que são importantes para o nosso debate:

- ***Ampliação dos tempos e espaços educativos como direito de crianças, adolescentes e jovens.*** Quatro horas de escola por dia é muito pouco. Como se organiza o tempo, sobretudo, o tempo dos filhos e filhas dos trabalhadores desse País, Sejam eles trabalhadores formais ou informais, sobretudo em situações de desemprego? Como se organiza o tempo dessas crianças? Quem conhece um pouco da vida nas periferias sabe que arranjos fazem as famílias para garantir aos filhos um mínimo de segurança. Em geral, nem se pensa na qualidade desse atendimento, mas se pensa muito na segurança. Falamos dessa ampliação de tempo e espaço que o programa “Mais Educação” quer fazer avançar na realidade brasileira como direito.
- ***Compreensão do processo de mudança paradigmática na educação escolar e ampliação dos territórios de aprender e incorporação de novos profissionais ao projeto educativo.*** Estamos falando

de reinvenção da própria instituição escolar. Já temos um conjunto de atividades descoladas da educação escolar. Ontem, eu não estava aqui com vocês porque eu estava em Belo Horizonte. Nos mesmos dias deste encontro do Ministério do Esporte, está acontecendo um enorme encontro do Ministério da Cultura, em Belo Horizonte, que é o I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. São centenas de possibilidades educativas criadas a partir de políticas públicas do Governo Federal. Essas políticas públicas podem acontecer sem nenhum diálogo com a escola, mas nós só potencializamos o processo educativo das novas gerações se nós nos colocarmos em diálogo com os atores da educação que estão dentro do espaço escolar. Nós estamos falando de uma mudança de paradigma que a própria escola, como instituição, está vivendo. Uma outra base conceitual de reflexão importante é a compreensão da cidade como território educativo e educador. A cidade é por si um espaço educativo. O sujeito vai aprender a conviver com as diferenças, vai aprender a pegar um ônibus, vai aprender os espaços que a cidade tem, mesmo que a cidade não se disponibilize de forma intencional. Quando eu falo em território educador, eu estou exatamente me remetendo a essa intencionalidade, que tende caracterizar a ação de agentes públicos, federais, estaduais, municipais e agentes comunitários na conversão do território urbano em território educativo. Nós estamos falando de algo que é relativamente novo na literatura brasileira e, sobretudo, na nossa compreensão de educação e de políticas públicas. Eu completo com a identificação, articulação de espaços e equipamentos a serem disponibilizados às crianças, adolescentes e jovens, como cinemas, praças, parques, museus, centros comunitários, biblioteca e entre outros.

Quando a Gabriela trazia as questões dos jogos, eu pensava na cidade de Barcelona que abrigou as Olimpíadas em 1992. Não foram só os arranjos físicos na cidade de Barcelona, mas a própria construção da Vila Olímpica, que é linda. ***A cidade passa a ser repensada muito em função dos Jogos Olímpicos*** de 1992 e a cidade de Barcelona vai produzir um dos mais fortes movimentos de voluntariado social, mas não esse voluntariado que se constrói na ausência do Estado porque, em países periféricos como o nosso, se tenta colocar garganta abaixo o voluntariado que vai cobrir a função do Estado. ***As pessoas começam a assumir funções no espaço público, em relação às novas gerações, aos visitantes que chegavam para os jogos e começam a se colocar de outra maneira na vida da cidade. É entender a cidade como território educativo, que pode se converter em território educador***, pela intencionalidade de quem está produzindo as políticas que podem dar outros rumos para milhões de vidas nesse país, como um desafio de fundo.

Quando falamos da construção da intersetorialidade entre as políticas públicas de diferentes campos, nós estamos falando de um novo modelo de gestão de políticas públicas, que nós não sabemos ainda qual é. A idéia não é tirar isso de dentro dos gabinetes ou de uma grande consultoria, mas é produzir um diálogo social, produzir ação comunicativa, uma ação dialógica, como diria Paulo Freire. Não é uma ação estratégica do Governo Lula em relação à sociedade. Agora, nós vamos levar as pessoas a um outro lugar a partir de uma compreensão construída por nós. Não é assim. Há, sim, uma construção que vem se fazendo, mas o resultado dela só vai ser bom se houver um diálogo efetivo e permanente com os atores sociais que produzem as políticas de atendimento aos jovens, crianças, e adolescentes lá na ponta. Então, nós estamos falando de um novo modelo de políticas públicas, potencializando a oferta de serviços públicos e seus resultados em termos de humanização e qualidade de vida.

Em relação às bases legais, ***nós temos um conjunto de elementos no ordenamento jurídico atual do País, que nos prova que o que estamos fazendo tem fôlego e legitimidade.*** A Constituição Federal fala dessa oferta. O Estado tem obrigação na área da educação, do esporte, do lazer, da cultura, da saúde. Um desses ordenamentos jurídicos é a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, sobretudo, no seu Artigo 34, mas há outros espaços dos quais poderemos tirar elementos, como por exemplo, O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Educação. Eu trago especificamente o compromisso do programa “Todos Pela Educação”, que é a matriz do PDE, anunciado pelo Presidente Lula em abril de 2007. Esse programa traz quatro diretrizes que me parecem interessante serem apresentadas para vocês.

A Diretriz 24 estabelece as seguintes ações:

- Integrar os programas na área de educação com os de outras áreas como o de saúde, esporte, assistência social, cultura dentre outras, com vistas ao fortalecimento da identidade do educando com a sua escola.
- Fomentar e apoiar os Conselhos Escolares, envolvendo a família dos educandos com atribuição dentre outras a zelar pela manutenção sua escola. Sem as comunidades escolares, sem que os pais se envolvam nisso, fica muito difícil ir para frente.
- Transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade, que possam ser utilizados pela comunidade escolar. Isso pode efetivamente ensejar financiamentos para recuperação de espaços físicos que poderiam modificar a vida de muitas pessoas, se usados em seu benefício.
- Firmar parcerias externas à comunidade escolar visando a melhoria de infra-estrutura. O “Mais Educação” é a

ampliação de tempos e espaços educativos, através de atividades no campo das artes, da cultura, do esporte, do lazer, da inclusão digital, das tecnologias de informação e comunicação, tecnologias de aprendizagem e convivência, da saúde, entre outras, articuladas com os Projetos Políticos Pedagógicos das Redes de Sistema de Ensino e das Escolas.

- Construir essa articulação e abrir o diálogo das escolas. Em inúmeras comunidades o único espaço público, o único local onde possui uma quadra de esportes e uma biblioteca é a escola, por isso ela tem que ser articuladora, tem que ser o espaço que possibilite essa aproximação.

Aqui vocês têm *os territórios do “Mais Educação” em 2008*. São capitais, regiões metropolitanas, territórios de vulnerabilidade social, que estamos trabalhando tentando construir o conceito de zonas prioritárias de ações sócio-educativas, e municípios de baixo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica. *Nos anos de 2009 a 2011*, a perspectiva é de universalização da ampliação do tempo educativo, porque o próprio FUNDEB está prevendo um acréscimo de recursos financeiros para as matrículas em educação integral. É por isso que nós acreditamos que, seguramente, isso vai induzir essa ampliação de tempo educativo. Vejam que não estamos falando de ampliação de tempo escolar, mas estamos falando de tempo educativo. Não quero que muitas crianças tenham oito horas da mesma experiência escolar que às vezes as afastam da escola. É claro que tem que reinventar a escola, mas como temos que andar e dirigir ao mesmo tempo, nós precisamos produzir boas experiências de referências que nos ajudem a construir essa política que é uma política de médio e longo prazo. As áreas de vulnerabilidade social, em geral, estão nas regiões metropolitanas.

A idéia é que cada Ministério apresente um conjunto de programas. O Ministério da Educação está definindo os seus e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, também. Eu ressaltaria aqui o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O Brasil é um país com desafios, com tecnologias de séc. XXI, é uma das maiores economias do mundo, mas com problemas que são da Europa do séc. XVIII e XIX. Essa é uma questão civilizatória e esse é um esforço de todos para que possamos resolver, evidentemente, com indução, com políticas, com recursos fortes do Governo Federal. Estamos falando dos “pontões de cultura”. Estou falando “pontões” porque devem articular os vários pontos de cultura. Temos também os programas “Segundo Tempo”, “Esporte e Lazer da Cidade”, “Jogos Escolares”, “Formação de Gestores”, “Xadrez nas Escolas” e seguramente outras coisas que virão. Depois, temos os programas na área de ciência e tecnologia, como “Ação, Memória e Educação”. E, para completar, temos os focos de atuação do programa “Mais Educação”.

Em relação à **Formação de Gestores**, e aqui falamos de gestores federais, estaduais e municipais, não há como fazer isso sem mudanças no paradigma de gestão. Na formação de gestores escolares, se o supervisor pedagógico, se o coordenador pedagógico não se envolve, não entende a formação de articuladores, professores comunitários, tem que ter um, dois, três ou quatro, professores que dêem conta de ajudar a construir essas articulações. É necessária a constituição de redes locais e regionais de cooperação e acompanhamento reflexivo dos projetos. E quando se fala em redes, está se falando de ONGs, de universidades, de associações de moradores, de grupos de mães, naquela variedade de possibilidades que vão caracterizar cada região do país. Produção de novos marcos conceituais para a educação brasileira, estamos identificando divulgação de experiências de projetos e políticas de curso. Belo Horizonte tem dado um belo exemplo para o país. Porto Alegre fez uma longa caminhada. Não sabe-

mos exatamente em que ponto as coisas estão hoje, mas temos uma bela caminhada pela frente e, seguramente, muito a ensinar para o País. Nova Iguaçu tem feito um belo trabalho. Em São Paulo vamos encontrar alguns focos.

É necessário também o **apoio financeiro e técnico** a projetos desenvolvidos por sistemas, redes de ensino, escolas e articulação de universidades e centros universitários, formadores e professores. Temos que mudar o paradigma de formação de professores, senão vamos ter que estar sempre corrigindo a rota.

Como participar? Através da elaboração do Plano de Ações Articuladas "PAAR, que hoje responde às demandas dos municípios, através de editais específicos. O Ministério do Esporte é um grande parceiro nosso com quem devemos ir trabalhando ao longo do percurso.

Eu termino com uma frase dita pelo Secretário André Lázaro: "É preciso de toda uma aldeia para educar uma criança". Isso significa reforçar essa ruptura de paradigma de que a escola é o lugar aonde o processo educativo vai se realizar. **Os nossos adolescentes, os nossos jovens, estão se negando a aprender os saberes escolares porque, em geral, eles estão desprovidos dos saberes da vida. É no diálogo entre os agentes que trabalham com essas populações que vamos produzir esse novo jeito da escola ser e essa ampliação dos espaços e tempos educativos.**

Muito obrigada.

Boa tarde a todos e a todas.

Para não gastar tempo fazendo aqueles cumprimentos todos, eu quero deixar um carinhoso abraço e reconhecimento para toda a equipe da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, nas pessoas da Rejane, da Cláudia, da Andréa Ewerton, da Leila, da Ana Félix e de toda a equipe que compõe a Secretaria. ***Acho que a Secretaria não só tem realizado um excelente trabalho nos últimos anos, como inaugura uma nova fase com a sistematização do Plano Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, já que caberá a essa Secretaria Nacional a sistematização e a documentação de todo o conhecimento adquirido, trabalhado, buscado, a partir das políticas dos Programas do Ministério.*** Está de parabéns a Secretaria, por tudo que ela já fez e por encarar o desafio por tudo que ainda tem pela frente.

Eu comentava com a Cláudia que, embora respeitando o tema proposto que é o Projeto de Férias, eu vou ocupar uma pequena parte do meu tempo para fazer referência ao que, em minha opinião, se materializa no âmbito do programa “Segundo Tempo”, que é o principal programa, é o que encabeça as ações da Secretaria de Esporte Educacional, ***a nossa concepção de intersectorialidade é uma ação, que temos denominado “Rede Criança”.*** Portanto, vou fazer referências evidentemente ao Projeto de Férias, mas ***vou dar algumas pistas para vocês do que temos chamado de “Rede Criança”.***

Sobre o ***Projeto Recreio***, é preciso dizer que ***ele tem dois objetivos muito claros. O primeiro deles é trazer para dentro do programa “Segundo Tempo”*** que nada mais é do que um programa que articula ações de vivência e de iniciação espor-

tiva de maneira muito clara “ *a dimensão do lazer, do lúdico, da recreação*, não mais como elemento que perpassa a abordagem pedagógica, seja da vivência ou de iniciação esportiva, mas com uma ação determinada. Essa ação determinada vai ter lugar, sobretudo, e de maneira articulada, de maneira precisa naquele que deve ser o período de melhor expressão do lúdico, que é o período de férias. O programa “Segundo Tempo”, não tinha esse alinhamento pedagógico, mas passa a ter a partir de janeiro de 2008.

O atendimento da criança começava no que nós chamamos de Ciclo Pedagógico. Evidentemente, como nós assinamos convênios todas as semanas do ano, *o programa não tinha qualquer alinhamento. Esse desalinhamento era prejudicial para o Programa, sobretudo, na relação do que nós estamos chamando de intersetorialidade*, que é o tema principal. *Bastaria trazer para essa reflexão, o alinhamento com a escola.* A escola começa o ano letivo em fevereiro, portanto, passa a trabalhar com a criança todo um conteúdo, toda uma pedagogia. O “Segundo Tempo” começa em agosto. A escola vem trabalhando, a partir da realidade daquela criança, uma determinada metodologia, um determinado ciclo e o “Segundo Tempo” está totalmente desconectado disso. Estou citando a educação que tem um tempo letivo muito marcado, para demonstrar a distorção que era esse desalinhamento pedagógico do “Segundo Tempo”.

O primeiro objetivo é trazer, de maneira explícita, organizada e estruturada a dimensão do lazer e do lúdico para dentro do programa “Segundo Tempo”, no período de férias escolares. O segundo objetivo é permitir o alinhamento pedagógico do programa. Eu diria que esses são os dois principais objetivos do “Projeto Recreio”. Ao lado disso, o “Projeto Recreio” contribui para uma apropriação mais sistêmica do programa “Segundo Tempo”. Eu sou daqueles que acham que *o pro-*

grama “Segundo Tempo” deve assumir como vocação a política pública e, ao fazer isso, ele não pode deixar de dialogar permanentemente com o desafio da universalização. Essa universalização, por sua vez, *só vai se efetivar em um ambiente de ação intersetorial.* Não há como pensar num programa, numa ação que universalize o acesso ao esporte e ao lazer, a partir de uma abordagem educacional, a partir de uma abordagem escolar, sem que isso se dê a partir de uma ação intersetorial, sobretudo, com a educação, com o ambiente da escola, mas não com aquela escola física intramuros e, sim, num conceito mais amplo, que já foi aqui bastante abordado pela Jaqueline nesta mesa redonda.

Nesse sentido, *o projeto “Recreio nas Férias” vai oferecer, no mês de janeiro, uma programação concentrada para o público-alvo que hoje participa do programa “Segundo Tempo”.* Uma criança inscrita no “Segundo Tempo” é atendida por vinte e quatro horas mensais. São doze dias por mês, duas horas por dia. Então, nós vamos fazer com que essas vinte e quatro horas de atendimento estejam concentradas em uma semana, de terça-feira a sexta-feira. Vamos concentrar o atendimento em quatro dias, de maneira que, a criança possa vivenciar o máximo possível das potencialidades culturais, de turismo, de interação com a comunidade, com a família, de conhecimento da sua própria realidade, do seu ambiente, do seu bairro, enfim, vivenciar experiências e oportunidades de entretenimento, de recreação, de cultura, de conhecimento de todo o arcabouço cultural, artístico da cidade em que vive do ambiente em que habita. A partir daí, começa o que nós chamamos de “Ciclo Pedagógico” de maneira alinhada. Isso se daria a partir de fevereiro.

Em julho, a idéia é que nós tenhamos não propriamente um programa de férias, mas uma grande série de festivais inter-núcleos, festivais que tenham como pressuposto não o reforço da competição, mas o reforço da idéia da cooperação, da

vivência, do conhecimento. Esses festivais inter-núcleos perpassarão todo o segundo semestre, culminando num grande festival nacional, que acontecerá em dezembro de cada ano. Portanto, ao fazer o alinhamento pedagógico, nós temos o projeto “Recreio nas Férias”, de maneira mais específica nas férias escolares de janeiro, e temos ao longo do segundo semestre, os festivais inter-núcleos.

Antes de passar para o projeto “Rede Criança”, eu chamaria a atenção de um aspecto prático da abordagem do projeto “Recreio nas Férias”. Dos quarenta municípios que terão já na primeira edição piloto o Projeto Recreio nas Férias, já que 2008 nós faremos o Projeto Recreio nas Férias em apenas em 20% dos núcleos, haverá algo em torno de 800 pólos que atenderão a 160.000 crianças. Dos 40 municípios que aderiram ao projeto “Recreio nas Férias”, 24 têm o projeto “Esporte e Lazer da Cidade”. Portanto, muito provavelmente, vocês que são gestores e que participam desse projeto verão que na, sua cidade, no ambiente onde se realiza o programa “Segundo Tempo”, haverá o projeto “Recreio nas Férias”. Isso pode ser um primeiro laboratório prático. Eu chamo de laboratório porque o projeto “Rede Criança” talvez aprofunde essa ***experiência da intersetorialidade no âmbito do “Segundo Tempo” e do “Esporte e Lazer da Cidade”***. Todas as crianças terão um passeio e uma apresentação cultural no seu pólo, durante os quatro dias do projeto “Recreio nas Férias”. O importante é fazer com que, nessas 24 cidades onde existe o “Segundo Tempo” e existe o PELC, isso se dê de forma articulada. Acho que isso poderia permitir um trabalho e um olhar específico orientando essas 24 cidades que coincidem com cidades que receberão o projeto “Recreio nas Férias”.

Por fim, me permito e peço desculpas por fugir do tema estrito que me foi proposto, para avançar um pouco no que nós chamamos de “Rede Criança”. ***O projeto “Rede Criança” nada mais é do que a expressão de um conjunto de ações arti-***

culadas, intersetoriais, que objetivam constituir uma rede de proteção social para a criança que é atendida pelo programa “Segundo Tempo”. Isso deriva, sobretudo, da concepção que nos orienta de que não será possível transformar a realidade da criança que nós atendemos, sem que nós façamos uma intervenção para além da iniciação esportiva. Ainda que o programa “Segundo Tempo”, num futuro breve, de maneira articulada com a escola, venha a se transformar em política pública, ainda que ele vença o desafio da universalização, seria incorreto e ingênuo supor que uma ação isolada de vivência de iniciação esportiva, desprovida da responsabilidade que deve ter a política pública, fosse capaz de intervir no ambiente e no meio que a criança vive. De maneira que, *para cumprir com aquilo que nos parece ser o objetivo maior de todos nós, que é transformar o quadro de injustiça que caracteriza o nosso País, mais do que prover a criança de vivência, de conhecimento e de meios que lhe permitam conhecer o esporte e o lazer como manifestação, é preciso que sejamos um pólo dinâmico de uma intervenção que a proteja.* Essa intervenção só se materializa num ambiente de ação intersetorial.

O projeto “Rede Criança” tem quatro focos:

O primeiro foco é a mãe. Ao ver um núcleo do “Segundo Tempo”, onde tem duzentas crianças, nós temos que começar a enxergar que, por trás dessas crianças, há famílias que se constituem basicamente em torno do papel da responsabilidade que tem a mulher, que tem a mãe, que é a provedora, a par de toda a justiça, relação de gênero e desigualdade que caracterizam nosso País. Essa mãe é, sobretudo, um fator de estabilidade do núcleo familiar, portanto, é preciso dialogar diretamente com a mãe da criança que está no núcleo do “Segundo Tempo”, acessando o esporte e o lazer.

O segundo foco é a educação. Quando a Jaqueline falou que o esporte é parceiro estratégico do projeto “Mais Educação”, nós fazemos a mesma afirmação quando tratamos do projeto “Rede Criança”. Até aqui, quando estudávamos o que é um “conjunto” nas aulas de matemática, nós desenhávamos um conjunto, depois outro, e tínhamos um ambiente de intersecção. O ambiente de intersecção do “Segundo Tempo” que ajuda o projeto “Mais Educação” talvez seja o ambiente da educação, que ajuda o projeto “Rede Criança”. Então, é um ambiente muito dinâmico, em que a criança é assistida, mas onde, sobretudo, os educadores são formados e sensibilizados para o papel que tem o esporte e o lazer. Seja na dimensão do projeto “Mais Educação” ou do projeto “Rede Criança”, não basta ver o esporte e o lazer só como uma atividade, só como um meio. O esporte e o lazer têm que ser vistos como um instrumento e também como um direito. Para que o esporte e o lazer sejam mais do que uma atividade que preencha a grade horária da criança, os educadores têm que ser sensibilizados. Eles têm que trabalhar o esporte e o lazer nos seus conteúdos e também como um direito. Não é aula, não é “a iniciação esportiva propriamente” que faz a criança se tornar cidadã. O que contribui para que ela possa assimilar o que pertence a ela, é o reconhecimento desse direito e esse sentimento de cidadania. Se nós não trabalhamos, desde a infância, que a criança tem o direito ao esporte, isso não vai se dar no ambiente de sala de aula porque, no mínimo, a criança que está fazendo atividade de iniciação esportiva, por um motivo ou por outro, já está naquele ambiente privilegiado, dialogando com os profissionais de Educação Física, com os agentes e com os monitores. Então, chamo a atenção para esse segundo foco, no sentido de que os educadores devem trabalhar o esporte e o lazer como um direito.

O terceiro foco é o bairro. É preciso intervir, dialogar, conhecer, trazer para o ambiente de vivência da iniciação esportiva a realidade em que a criança está inserida. Eu não posso

descontextualizar. Eu não posso dar a mesma aula ou trazer a mesma experiência de uma criança que mora nos Jardins, em São Paulo, ou no Rio de Janeiro, ou em Belém, para uma outra criança que vive em uma comunidade quilombola ou uma comunidade ribeirinha. É preciso trazer para o ambiente de sala de aula o bairro e o meio em que a criança está inserida.

O quarto foco é a geração de emprego e renda. A criança vai estar mais protegida. Essa é a idéia fundamental do projeto “Rede Criança”, na medida em que ela vai para o ambiente de prática esportiva, mas onde ela tem a mãe envolvida, o educador sensibilizado, o bairro, o ambiente, dialogando com a realidade dela, mas, sobretudo, onde ela faça parte dessa grande jornada pelo desenvolvimento do nosso País. Para tanto, talvez o ambiente fundamental seja a questão da geração de emprego e renda. Ao apresentar esse conjunto de ações articuladas, não é que nós pretendamos prover a partir do esporte mil outras coisas que estão diretamente relacionadas com esses quatro focos “ mãe, educação, bairro, emprego e renda, “mas nós pretendemos trazer para o ambiente do “Segundo Tempo” um conjunto de ações que já existem.

Termino dando alguns exemplos.

No esporte, vamos trazer o programa “Esporte e Lazer da Cidade”, o projeto “Vida Saudável”, os “Núcleos de Esporte de Base”, o “Talento Esportivo” e o “Pintando a Cidadania”, que são as fábricas de material esportivo. Na educação, o foco vai ser no projeto “Mais Educação”, “Escola Aberta” e o “Ensino de Jovens e Adultos”. Na segurança, nosso foco vai ser no PRONASCI. No meio ambiente, vamos priorizar as ações diretamente relacionadas com a preservação da água, o tratamento de resíduos e as áreas de reservas ambientais. Na cultura, o foco é nos “Pontos de Cultura”. No turismo, vamos priorizar o programa “Turismo para Idosos”, que foi recém lançado. No traba-

lho, vamos focar na formação e no programa “Primeiro Emprego”. Na ciência e tecnologia, vamos priorizar os “Centros de Inclusão Digital”. Na habitação, nossa prioridade vai ser no saneamento e moradia. No desenvolvimento social e combate à fome, vamos focar os restaurantes populares, o programa “Bolsa Família” e o programa “Fome Zero”. Na saúde, nossa prioridade são as ações de segurança alimentar, uso racional de medicamentos, o SUS, o programa “Saúde na Família”, e o programa “Brasil Sorridente”. Temos ainda as ações de igualdade racial, as ações que compõe as políticas para mulheres e as políticas para a juventude.

Enfim, esses são exemplos de ações, programas e projetos que já existem no âmbito do governo federal, que já têm financiamento, estrutura, recursos humanos e que, portanto, devem confluir para um mesmo ambiente, para um mesmo público. Por que não imaginar que seja possível, que a criança faça o “Segundo Tempo”, que a mãe tenha seu lazer no programa “Esporte e Lazer da Cidade”, que o pai desempregado participe de um programa de aperfeiçoamento e que o irmão mais velho esteja no programa “Primeiro Emprego”? Por que não ousar que é possível, com um gesto pequeno, não é recriar políticas, mas sim articulá-las. Por que não podemos fazer isso com um gesto pequeno, que não é inventar o novo, mas é trazer e confluir para um mesmo espaço aquilo que já existe? Nós temos que, efetivamente, transformar, mudar, revolucionar o país que nós vivemos, dando oportunidades a todos aqueles que, ao fim e ao cabo, são a razão da nossa dedicação, da nossa política, e de toda a nossa motivação e trabalho.

Obrigado pela atenção.

**CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO:
Lazer na Intersetorialidade das Políticas Públicas:
Novos Olhares**

Moderador:

Nelson Carvalho Marcellino - Rede CEDES - UNIMEP-SP

Conferencista

Marutschka Martini Moesch - PUC-RS

Gostei muito de estar aqui com vocês. Agradeço à Secretária Rejane pelo convite. Depois de um tempo fora do poder público, esse retorno é muito bom. Muito obrigado Ricardo, pela síntese que você fez na minha apresentação, porque ela auxiliará muito em minha fala.

Rejane, na Secretaria dos Esporte e Lazer de POA e nós no Escritório de Turismo construímos uma política intersetorial instigante. Hoje, vemos o resultado de nosso trabalho, que é a questão da hospitalidade em Porto Alegre. Pois, se uma cidade não acolhe bem, não constrói uma relação qualificada com quem a visita, ela não se democratiza para quem a procura. Esse trabalho é um desafio cotidiano, porque ele se faz pelas relações interpessoais. Aquele rapaz que está atrás do balcão do hotel da localidade e que é pouco remunerado, trabalha fora do horário rotineiro da cidade, não gosta da arrogância do turista quando este chega à localidade. Estabelece-se uma ***dialética neste encontro mediada por tempos e expectativas diferentes, pois um está no seu tempo de trabalho e o outro em seu tempo de lazer.***

Se tecermos uma análise histórica do lazer, podemos descrevê-lo como prática social datada nas transformações gestadas a partir da Revolução Industrial, do avanço do capitalismo e da urbanização, moldando novas práticas culturais e sociais.

Para aprofundar nesta discussão, escolhi a perspectiva radical da dialética histórico-estrutural (DHE), em que objetividade e subjetividade não estão separadas, complexizando a reflexão teórica proposta. A realidade é entendida como uma criação dos SUJEITOS que, com seus pensamentos, sentimentos e ações, transformam o mundo natural em cultura, dando-lhe sentido. Tendo como objeto o LAZER, a partir de uma análise dialética, onde a forma é formadora. Portanto, seus conteúdos podem transitar entre o esporte, a cultura, o turismo e a comunicação social, formando e sendo formados, na relação local-global.

Do ponto de vista histórico-social, o lazer, em nosso contexto mais amplo, foi uma ocorrência característica da sociedade moderna urbano-industrial, fruto de reivindicações sociais por um “tempo de folga” conquistado sobre o trabalho.

As noções de lazer, bem como toda a cultura e saber produzidos no mundo ocidental, têm suas raízes primeiras na Antigüidade clássica.

A palavra grega *skhole*, assim como a latina *otium*, significam toda e qualquer isenção da atividade política, e não simplesmente lazer, embora ambas sejam também utilizadas para indicar cessação de trabalho. Entretanto, *skhole* não resultava de existência de um “tempo de folga” conquistado sobre o trabalho, mas era a possibilidade de abstenção das atividades ligadas à mera subsistência. Os primeiros sentidos de lazer estavam relacionados com o ócio, que significavam, para os gregos, desprendimento das tarefas servis, condição propícia à contemplação, à reflexão e à sabedoria.

Assim, uma sólida interação entre a cultura e a educação era fundamental na formação almejada pelos gregos, importante aproximação para a construção dos primeiros sentidos de lazer em nosso contexto histórico.

A verdadeira relação que caracteriza a categoria trabalho lazer na Antigüidade clássica é a dialética necessidade-liberdade,

pois o desejo de libertação das fadigas e penas do trabalho é tão antigo quanto a história de que se tem registro.

As considerações gregas influenciaram, sobremaneira, a constituição do pensamento ocidental, principalmente no que se refere à inter-relação entre as noções de lazer e trabalho, assumindo ao longo da história ocidental suas contraditórias relações.

Gostaria de tentar “amarrar” um pouco o sentido histórico do lazer para a sociedade e a conexão dos diferentes conceitos que vocês foram trabalhando ao longo dessa semana, e que vocês os constroem cotidianamente.

Como as nossas práticas não têm um processo de reflexão, porque vocês não estão dentro da academia, estão num cotidiano da gestão, nós não nos damos conta que todos esses saberes que foram colocados aqui nesta 2ª Reunião Nacional do PELC são reconstruídos por nós, e dessa forma refeitos historicamente. Vamos refletir juntos entre as experiências que vocês possuem e os seus conteúdos. É para isso que devem servir momentos de encontro e reflexão coletiva, como este. Momento de parar e refletir sobre as nossas práticas. Os ganhos que vamos ter, serão ao longo do processo, quando sairmos daqui e retomarmos a prática e revermos nela questões que aqui conseguimos trocar, reconstruir, manter ou abandonar.

As políticas públicas de lazer caracterizam anseios da sociedade civil já na modernidade; tanto no uso do tempo liberado de forma mais democrática, através da maior acessibilidade, como pela auto regulamentação sobre a exploração abusiva do mercado sobre esta prática social. A exemplo do que vem ocorrendo com os espaços urbanos e rurais transformados em produtos culturais de consumo para o tempo de lazer. Mas estas ações mercadológicas não são suficientes para resolver os problemas das carências de espaços de lazer em diferentes comunidades, dos recursos individuais da população

para gastar em lazer, e da garantia da oferta de uma diversidade cultural local ampla.

A Política Pública é uma das formas das Políticas Sociais. Devemos buscar a gestão desse processo e as redes estabelecidas, como um caminho possível diante da complexidade do que vivemos. Diante das mudanças paradigmáticas que estão ocorrendo quanto a aceleração do tempo, por meio do uso massivo das tecnologias midiáticas o debate se estabelece na discussão da fronteira conceitual entre turismo e lazer, do entendimento do ócio estático (lazer) e do ócio de fluxo (o turismo), conforme livre adaptação da autora de Marcelino (2002), e da diminuição entre tempo de trabalho e tempo de lazer, ou melhor da diferenciação de conteúdo destes dois tempos. Maior contigüidade vem ocorrendo no uso destes dois tempos: trabalho-lazer. Se na modernidade, após os meios de comunicação de massa, a casa, o lar, passou também agregar entretenimento para o tempo de lazer (TV, vídeos-game, home theater, entre outros), hoje, o espaço do trabalho é invadido por esferas de lazer através da Internet.

Estas novas concepções são ocasionadas, entre outros fatores por mudanças paradigmáticas a partir dos avanços da ciência e da tecnologia. Que são:

- emergência de anomalias científicas, diante de novas discrepâncias e paradoxos nos antigos modelos científicos, revelados quando novos fatos vêm à tona;

- desenvolvimento de novos instrumentos para detecção de fenômenos jamais observados antes;

- comunicação rápida e eficiente entre os cientistas, especialmente em comparação com o passado;

- cultura política e econômica que valoriza a ciência e as pesquisas tecnológicas e recompensa as pessoas por isso (as pesquisas florescem quando indivíduos podem enriquecer, e países tornam-se poderosos graças à ciência).

Qual é o nosso objeto? Para mim, o ***nosso objeto é o lazer*** e, a partir dele, as nossas derivações. Nos meus bons anos de professora de escola de ensino fundamental, quando nós debatíamos com os nossos caros colegas da Educação Física a questão da competição, discutíamos as teorias de uma sociedade solidária. ***Nós poderíamos reduzir a cultura ao evento; o turismo ao produto; a cidade e a cultura como produto. A comunicação apenas à mídia e não à mensagem.*** Então, esse é o processo que temos que abstrair. Isso é o que está sendo imposto pela mídia para nós, quase cotidianamente, pois é impossível prever todo o desmembramento desta revolução científica que ainda está se implantando. Mas, já se pode especular sobre os resultados das pesquisas em áreas que têm tendência em obter grandes avanços, como a comunicação e o lazer.

Para compreender as mudanças que estão ocorrendo — nas organizações e nos serviços, na produção e na transmissão do conhecimento —, e perceber que transformações socioculturais estão sendo apoiadas pelas novas tecnologias da informação, necessitamos de abordagens mais complexas e interdisciplinares.

Nesse sentido, eu gostaria de retomar com vocês a idéia da ***Intersetorialidade como uma idéia de articulação entre sujeitos. Nós perdemos os sujeitos nas instituições; não estamos falando de pessoas; estamos falando de uma coisa etérea. Por isso, estamos trabalhando lá na base, enfrentamos tantas dificuldades. Muitos de nós de formação marxistas desconsideramos a pertinência dos desejos individuais nos processos sociais, que está contido em todo o ser humano, com suas vaidades, seus personalismos, com suas disputas, seus micro poderes.***

O que aconteceu que nos fez perder o processo humanizador das relações e distanciou do cotidiano o discurso estabelecido nas políticas? Por não entendermos

a complexidade entre o público e o privado, onde esta articulação se faz entre pessoas.

Nós trabalhamos com setores, saberes, poderes diversos e vontades diferenciadas. Não venham fazer discurso de construção de unidade porque nós somos humanos por sermos diversos. Nós queremos que tudo seja construído pelo consenso. O que constrói a possibilidade desta consensualidade é o cotidiano, as práticas sociais. ***Ela se constrói pela parceria, pela solidariedade, pelo olho no olho, onde nós compreendemos o diferente;*** onde compreendemos o colega que chega chateado porque o filho não está legal; onde compreendemos a colega que está mal humorada.

É muito complexo entender o que está acontecendo conosco, porque as nossas teorias e os nossos saberes não contém mais argumentos explicativos suficientes. Por isso, a necessidade de uma nova postura nas relações humanas, organizacionais onde estamos inseridos.

As principais características destas mutações são as determinações sociais sobre o indivíduo como: o aprofundamento da abertura das economias nacionais para um mercado globalizado, a descentralização dos poderes e ampliação dos governos democráticos a exemplo da Ásia e norte da Europa; a crise generalizada dos sistemas verticais de controle, seja na administração, na produção social e econômica; ações transnacionais sobre meio ambiente, armamentos nucleares, tráfico de drogas, cujos prejuízos dependem de uma atuação conjunta da humanidade; alianças regionais (unidade econômica) e ênfase no tribal num mundo globalizado gerando permanente instabilidade política em muitas localidades.

A tecnologia transforma o meio onde as representações se propagam, como ilustra o organograma a seguir:

Cada tipo de tecnologia intelectual seja oral, escrita ou informacional, coloca uma ênfase em determinadas dimensões

cognitivas e em determinados valores, dos quais decorrem manifestações culturais específicas.

Os estudos sobre aquisição do conhecimento demonstram que a inteligência, ou a cognição, resulta de redes complexas de interações entre atores humanos, biológicos e técnicos.

A mente humana (processos cognitivos) é influenciada pela cultura, pela coletividade que fornece a língua, pelos sistemas de classificação, pelos conceitos, pelas analogias, pelas metáforas e pelas imagens.

O novo cenário cibernético, informático e informacional gera mudanças socioeconômicas e culturais no cotidiano, o que desestabiliza o antigo equilíbrio das forças e formas de representação do conhecimento, fazendo com que novas estratégias e novos critérios venham a ser requeridos para a construção do conhecimento, um conhecimento por simulação, típico da cultura da informática (LEVY, 1994).

Assim, os meios de comunicação assumem um protagonismo ideológico, como uma espécie de cimento social, pois a massa é vista como mecanismos especialmente eficazes para espalhar o cimento. Essa ideologia é o pensamento do outro, o pensamento diferente de nós. Quando se torna sistema de pensamento, sistemas de crenças ou sistemas simbólicos, com uma aura de neutralidade, refere-se a uma prática política. Há pouca evidência que garanta que certos valores e crenças sejam compartilhados por todos os membros de uma sociedade.

Ao visitar Brasília ficamos encantados olhando da janela do hotel e admirando a Esplanada dos Ministérios toda iluminada. Que lindo! Niemeyer, quando construiu tudo isso, idealizou a democracia e a materializou, a partir da idéia da igualdade. E o que fizemos no processo de democratização de nosso país? Nós revertemos em num processo histórico extremamente conturbado.

Os sistemas simbólicos não são ideológicos em si mesmos, e o quanto é ideológico depende da maneira como eles são usados e entendidos em contextos sociais específicos. As formas simbólicas através das quais nós nos expressamos e entendemos os outros não constituem outro mundo, etéreo, que se coloca em oposição ao que é real; ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é o “real”. Pois a vida social é, até certo ponto, um campo de contestação em que à luta se trava tanto através das palavras e símbolos como pelo uso da força física.

Embora a comunicação de massa envolva a troca de formas simbólicas, os tipos de comunicação são diferentes dos envolvidos na comunicação rotineira.

A comunicação de massa institui um corte fundamental entre o produtor e o receptor. O desenvolvimento dos meios técnicos não deve ser visto como um mero suplemento das relações sociais preexistentes: ao contrário, devemos ver esse desenvolvimento como servindo para criar novas relações sociais, novas maneiras de agir e interagir, novas maneiras de expressarmos-nos e de respondermos as expressões dos outros.

O desenvolvimento dos meios técnicos não separa a interação social do local físico. A comunicação de massa institui um corte fundamental entre a produção e a recepção de formas simbólicas, ela torna possível um tipo específico de interação, através do tempo e espaço que se pode chamar de “quase interação mediada”. A ação adquire um novo tipo de visibilidade e o meio possibilita a ação de pessoas com vistas a outras que estão distantes.

Se a comunicação de massa se tornou o meio mais importante para a operação da ideologia nas sociedades modernas, isso se deve ao fato dela ter se transformado num meio importante para a produção e transmissão de formas simbólicas, possibilitando sua circulação numa escala de milhões de pessoas recebendo mensagens mediadas pelos meios. Porém, não é o único meio.

A modificação da cultura moderna é o processo geral através do qual a transmissão de formas simbólicas se tornou sempre mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia.

A cultura de um povo envolve seus modos de viver, seus sistemas de valores e crenças, seus instrumentos de trabalho, seus tipos de organização social, além de todas as dimensões éticas e estéticas e seus modos de pensar e fazer, o caráter simbólico da vida social, os padrões de significados incorporados às formas simbólicas compartilhadas na interação social. Já os fenômenos culturais são formas simbólicas em contextos estruturados (modo de produção, dialeto de determinada classe social).

Os processos de valorização da cultura são conferidos de forma simbólica, é determinado um tipo de valor. O chamado valor simbólico é o valor que as formas simbólicas possuem em virtude da maneira como elas são apreciadas pelas pessoas que as produzem e recebem, ou denunciadas por estes indivíduos. O valor econômico é o valor que as formas simbólicas adquirem em virtude de serem trocados no mercado. Já os bens simbólicos são formas simbólicas sujeitas à valorização econômica e podem ser compradas e vendidas no mercado.

Não podemos simplificar no papel ou em projetos como se isso fosse capaz de ser imposto a uma lógica complexa e dinâmica. Nós vamos ter que entender que isso é dinâmico, vamos avançar três passos, vamos voltar dois. Vamos avançar quatro passos, voltar três, eternamente, como fazemos em nossas vidas. Não é diferente quando dividimos o mundo pessoal, o mundo do querer, essa folia que vocês fizeram aqui, da formalidade do que estou falando agora, foi o nosso erro. Talvez aí o nosso erro epistemológico, o nosso erro de compreensão. As coisas não são divididas, e vocês que trabalham diretamente com a questão do lazer, acho que entendem muito bem o que estou dizendo. ***Eu fui aprender isso, obviamente, quando fui trabalhar com saberes diferentes interdisciplinares.***

Então, *a intersetorialidade trabalha alguns questionamentos que são importantes. O sujeito deve ser capaz de atuar, participar e transformar.* O que ele precisa para isso? Que teorias são mais adequadas diante da complexidade do mundo em que estamos inseridos? Basta uma teoria única? Nós temos que deixar alguns dogmas, baixar nossas bandeiras das verdades únicas.

A primeira palavra chave é “intersetorialidade” e a segunda é “interdisciplinariedade”, que se estabelece no patamar do conhecimento.

Portanto, *temos que repensar algumas coisas, como por exemplo, o Universo.* Esse Universo *que não é nada previsível, que é complexo, dinâmico, criativo, plural.* Aqui foi falado: *“Mas o que é ser plural?”* Nós temos que conviver com um pensamento que não é mais visto, o mundo, as coisas separadas. E não adianta, nós viemos de uma formação Descartiana, nós somos positivistas, somos todos divididinhos é assim que dominamos, é pela divisão e nós sabemos fazer isso muito bem quando trabalhamos na relação de poder familiar, na escola, com a comunidade, nós fazemos isso porque somos o *homo sapiens demem e ludem*, e sabemos ser muito *demem*, sabemos fazer isso independente das nossas correntes ideológicas. Portanto, onde o mundo é tido como algo externo ao indivíduo, distante, uma realidade a ser manipulada e ser submetida aos caprichos do homem. Por que continuar com essa concepção? Como conviver com organizações burocráticas hierárquicas rígidas organizadas por especialidades com uma visão extremamente fragmentada do conhecimento e da própria prática social, com sistemas de controles rígidos dissociados do mundo e da vida? Nós que estamos nas instituições, como se estabelece essa hierarquia? Quando nos damos conta estamos reproduzindo o que criticamos. Fazemos uma crítica à hierarquia mas, no grupo social onde estamos trabalhando, fazemos as

mesmas reproduções. ***Nós não conseguimos reinventar. Esse é o nosso desafio.***

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, por exemplo, recuperando-as e “integrando-as”, desenvolvendo novas atividades de comércio e lazer “festivo”, o que significa uma valorização simbólica destes espaços, decadentes pela substituição do modelo econômico. Mas, quando revisitados são acarretados de um novo valor econômico, o que somado gera um bem simbólico. O exemplo da cidade de Barcelona e a reutilização dos equipamentos instalados para os Jogos Olímpicos, de 1992, para o lazer da comunidade e atração cultural para turistas.

A articulação entre sujeitos de setores sociais diversos, com diferentes saberes, poderes e vontades diferenciados para enfrentar problemas complexos vem superando a fragmentação dos conhecimentos e estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos nas políticas sociais.

Assim, novos saberes são necessários para as novas práticas sociais. A evolução do conhecimento passou do estágio:

1. Oral – baseado em situações, em formas narrativas;
2. Escrita – estabelece um distanciamento temporal entre emissor e receptor, requerendo nova interpretação, memória de curto prazo;
3. Imprensa - nova forma de armazenamento e transmissão do saber: o leitor agora pode adquirir a informação de maneira auto-suficiente, propiciando um processo cumulativo e de explosão do saber;
4. Mídias eletrônicas (informática e telemática) nova forma de conceber, armazenar e transmitir o saber, reproduzindo novas formas de saber e dando origem a novos modos de conhecimento.

Já o UNIVERSO é menos previsível, mais complexo, dinâmico, criativo e pluralista.

Como conviver como um pensamento em que homem, mundo e natureza são coisas separadas? Onde o mundo é tido como algo externo ao indivíduo, distante, uma realidade a ser manipulada e submetida aos caprichos do homem?

Como conviver com organizações burocráticas, hierárquicas, rígidas, organizadas por especialidades, com visão fragmentada do conhecimento e da prática social, com sistemas rígidos de controle, dissociados da dinâmica do mundo e da vida?

A crise atual é a crise do conhecimento, da ignorância de como ocorre o processo de construção do conhecimento. Portanto, ***temos que ter um novo pensar. E a crise atual é geral no patamar do conhecimento, da ignorância no processo de construção.*** Ainda por mais que temos teorias desse conhecimento, pouco sabemos como conhecê-lo e como se procede. Talvez como educadores populares, como trabalhadores da área do lazer, como educadores de uma forma geral e gestores nós temos que entender um pouco melhor isso. Por que? Justamente porque as estratégias são tão dinâmicas hoje no processo dos fenômenos socioeconômicos e culturais que temos que entender como isso se estabelece. ***Temos que trazer para o patamar do cotidiano esses saberes que hoje continuam concentrados dentro das universidades ou nos campos de poder através da mídia. Portanto, requer uma flexibilidade e uma capacidade inovadora.***

Por que uma capacidade inovadora? Por que temos que ter um foco no humano? Acho que cada vez mais temos que falar no humano. Nós não temos mais o direito de amar, as pessoas perderam o direito de amar, ninguém arrisca mais uma grande paixão. Sabem por que estou falando isso? Porque eu trabalho cotidianamente com jovens, e um jovem que não se apaixona, que não corre o risco daquela dor da paixão é muito triste. ***As***

grandes paixões fizeram as transformações da humanidade, não foi à racionalidade, não foi à burocracia e nem as grandes estratégias políticas. Foram pessoas apaixonadas, revolucionárias. Sejam eles quais forem: Buda, Cristo, Marx, Lênin, nós, quando somos apaixonados e vamos à luta derrubamos todas as resistências dentro da burocracia. Essa paixão, por isso o sujeito de ação e reflexão sobre o seu mundo que não é compreendido fora das suas relações dialéticas com o mundo. Nós falamos tanto em Paulo Freire, e esquecemos de interpretar o que ele mais falava. Quem teve o prazer de ouvir ou de ser aluno dele vai lembrar que ele era um sujeito extremamente amoroso. E talvez sobre isso tenhamos que reaprender. O sujeito histórico, e o sujeito da história são sujeitos amorosos, por isso ele transforma, porque se ele não é amoroso ele não transforma. Um ser espiritual em busca de sua transcendência numa viagem individual e coletiva, em busca de significados da vida. Talvez a idade tenha me dado um pouco de necessidade da espiritualidade sim, porque não é da materialidade que se constrói, e, sim, das relações humanas.

As estratégias para a mudança terão de ser dinâmicas, encarando fenômenos socioeconômicos e culturais como processos vivos, com sinergia própria, em permanente transformação. Isso requer um pensamento com muita flexibilidade, criatividade e grande capacidade inovadora.

A evolução da ciência cognitiva permite prescrever que cada indivíduo é uma combinação das oito inteligências: lingüística, lógico-matemática, musical, corporal-cinestésica, espacial, inter e intrapessoal e naturalística. Diferentes tipos de mentes, diferentes formas de aprender, lembrar, compreender e desempenhar algo. Mas, ninguém se conscientiza separado dos outros, ninguém evolui sozinho e desligado do mundo, apartado dos outros, como nos ensinou Paulo Freire. Para ele o Sujeito é histórico e sujeito da história. Um ser espiritual em busca da sua

transcendência, numa viagem individual e coletiva em busca do significado da vida!

O ser humano é um ser de raízes espaço - temporais e, à medida que se integra em seu contexto e se compromete, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito, que está no mundo e com o mundo, agindo e refletindo sobre sua realidade, inserido nela.

A existência da inteligência emocional, e o relevante papel dos sentimentos para o pensamento e a aprendizagem mostram que devemos tomar outros caminhos para a compreensão da complexidade existente. Exigem-se, portanto, novas posturas coletivas e individuais, de atenção ao coletivo.

O sujeito deve ser capaz de atuar, participar e transformar a sua realidade – o que ele precisa para isto? Que teorias são mais adequadas diante da complexidade do mundo que estamos inseridos? Quais são as práticas mais congruentes com o modelo teórico e as teorias adotadas? Quais são as novas pautas sinalizadoras de mudanças significativas?

Para Morin (2000) o cérebro e espírito estão atados num único nó, impossível de ser desfêito, em volta do qual giram as visões do mundo, do homem e do conhecimento. Recomenda o abandono do dualismo cartesiano, aonde espírito e cérebro vem de universos diferentes, pois ambos são constitutivos de um ser individual dotado de qualidades deste sujeito. O espírito-cérebro é reintegrado em todo o ser, mas também é preciso reintegrar o ser humano na sociedade, para que ele possa se desenvolver pela linguagem e pelo saber nela armazenados.

“Devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada”. (MORIN,2000:16)

Assim, ao partilhar as concepções de Morin (2000), quando define que *interdisciplinaridade* pode significar também a troca e cooperação, o que faz com que possa vir ser alguma coisa orgânica. Já a *multidisciplinaridade* constitui uma associação de disciplinas, por conta de um projeto ou de um objeto que lhes sejam comuns; as disciplinas são convocadas como técnicos especializados para resolver tal ou qual problema. Na *transdisciplinaridade* tratam-se, freqüentemente, de esquemas cognitivos que podem atravessar as disciplinas, às vezes com tal virulência, que as deixam em transe. De fato, são os complexos de inter-multi-trans-disciplinaridade que realizam e desempenham um fecundo papel na história das ciências.

No dizer de Morin (2000:113), “não é possível criar uma ciência do homem que anule por si só a complexa multiplicidade do que é humano”. O exercício proposto não é o de reduzir uma ciência a outra, mas o de criar novos vasos comunicantes entre ciências e disciplinas que se apropriam dos fenômenos sócio-culturais.

Não caberia apenas justapor conhecimentos, mas de integrá-los num sentido único, na complexidade do fenômeno estudado. Reconstruir uma compreensão do real. O real é uma totalidade transdisciplinar, e só é apreendido em retotalizações.

Essa realidade sócio-cultural é entendida como uma totalidade: um todo integrado, em que as partes – o ECONÔMICO, o ESPAÇO, o TEMPO, o TECNOLÓGICO, o SUJEITO, a IDEOLOGIA, a DIVERSÃO, a COMUNICAÇÃO, o IMAGINÁRIO e a CULTURA – não podem ser entendidos isoladamente, senão em sua relação com o conjunto. É uma totalidade vista não como soma aritmética das partes, mas como a articulação interna de todas as múltiplas relações dos fenômenos socioculturais.

Uma postura interdisciplinar: “A necessidade de interdisciplinaridade não provém apenas das deficiências do conhecimento científico ou de organização histórica de seu fomento, mas, sobretudo da realidade como tal” (DEMO, 1997:10).

A intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e detentores de saberes, poderes e vontades diferenciados para enfrentar problemas complexos. Visa superar a fragmentação dos conhecimentos e estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos nas políticas sociais.

No pensamento do paradigma da complexidade, no conhecimento em rede, todos os conceitos e todas as teorias estão interconectados. Não há conceitos em hierarquias. Uma ciência ou uma disciplina não é mais importante do que a outra.

Ao pretender educar com o modelo científico atual, continuamos promovendo a fragmentação disciplinar. As especializações cada vez mais desconectadas entre si caracterizam a multidisciplinaridade, esta, associada à pluridisciplinaridade, constitui produto da fragmentação efetuada pela mente humana.

De que forma o lazer poderá ser o mediador de um novo diálogo do indivíduo consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza, com o conhecimento e as novas tecnologias? Como o lazer poderá estabelecer uma rede comunicacional que permita maior aproximação entre os diferentes?

Criando ambientes de aprendizagem nos quais as atenções estejam voltadas para o resgate do ser humano, para a busca e as descobertas de novas formas de pensar e compreender o mundo, de valorar as questões pedagógicas, de facilitar o resgate do potencial humano.

Valorizando mais os procedimentos intuitivos, artísticos e criativos, pois:

- O indivíduo é um todo – corpo, mente, sentimento e espírito.
- Consciência da interdependência e interação entre os organismos vivos e o mundo da natureza e esta com o conjunto de todos os seres, deve ser enfatizada. A Terra é um bem comum.

- A importância do autoconhecimento, saber suas potencialidades, sua personalidade só assim poderá colaborar para a transformação do que lhe é exterior.

- O conhecimento em rede, descentralizado em sua produção.

- A maior valorização dos procedimentos intuitivos, artísticos e criativos.

- A construção de novas moralidades e não só a publicidade que agenda o consumo nos espaços de lazer.

Assim, o lazer poderá ampliar a imaginação criativa, sonhadora e especulativa, transpondo os limites do horizonte e mergulhando-os na virtualidade do concreto imaginado.

Onde o turismo, como lazer em movimento, representa, na reconstituição da prosa e da poesia, o aparato da geração de mais conhecimento e processamento da informação/comunicação, em um círculo retroalimentativo e cumulativo entre as inovações e seus usos.

O turismo deve evitar a homogeneização da representação causada pelo processo globalizador ao qual o espaço está também submetido. Deve retomar as raízes da experiência histórica, e da cultura marcada pelo tempo real e contíguo, em um lugar como localidade cuja forma, função e significado estão constituídos dentro das fronteiras de uma continuidade física, onde seus sujeitos produtores estão fixos, são históricos, onde o estar/junto é fundamental, espontaneidade vital que assegura às culturas a sua força e solidez específicas.

A sociedade não pode se limitar a uma comunidade de interesses, pois a comunhão se faz pelo trabalho dos associados, aplicado ao planeta inteiro pela fecundação da natureza com as redes de comunicação, somatório entre: associação mais comunicação mais comunhão. A rede encarna a passagem, ou a rapidez da passagem.

É um veículo que nos transmuda em “passantes” mergulhados nos fluxos de informações, imagens, sons e dados, num movimento contínuo.

Considerar os fluxos, a partir do lazer, significa não só aprofundar laços com a cultura do lugar onde se vive como vê-lo como espaço qualificado inclusive, para auto-expressão, na qual se somam identidade e identificação.

Uma abordagem assim passa necessariamente pela discussão de noção de cidadania, e de ação política e, para falar em um conceito evidentemente sociológico: políticas sociais.

A cidadania envolveria atender, cada vez mais, ao bem-estar da maior parte da população do planeta.

Tal ação social crítica diz respeito ao exercício da cidadania como processo inventivo de cada um e de todos, de forma que possamos ter as mesmas condições comuns, regidas por normas legais de que possamos fazer uso igualmente. Avançamos daí para maior democracia. Mas contraditoriamente quando não há tempo para compartilhar devido à fatalidade da aceleração deste tempo, já não há democracia possível. Por quê? Não há o encontro para discussão, divergência, o consenso.

Como exercitar esta nova cidadania – a cidadania globalizada?

Primeiro é preciso retomar o histórico da construção da idéias de cidadania, olhando a cidade não como um espaço físico, mas como um espaço onde circulam pessoas, idéias e saberes, e onde as culturas, o imaginário urbano e a idéia de cidadania, seriam pactuados.

A cidadania, ao contribuir para a formação do cidadão, seria um fenômeno da área da educação, mas também da área da cultura.

“Compreendemos cidadania, assim, como processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar processo próprio. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia, de marginalização.” (Fransisco Weffort).

A cidadania tem a capacidade de trazer para fora a subjetividade no sentido de expressá-la no mundo. A busca de formas possíveis de justiça e igualdade, liberdades e, ao mesmo tempo de individualidade, embora impliquem uma relação complexa, difícil de resolver.

É a identidade do indivíduo que vem para fora e, ao mesmo tempo, é pensamento e ação para lidar com o mundo, para organizá-lo melhor na direção do que parece ser o sonho recôndito dos homens.

A mudança social se faz permanente, assim as políticas sociais são incentivadoras de cidadania por serem redistributivas em termos de renda e poder, acrescentando-se que hoje tão importante como a posse de bens materiais é a posse e o manejo de bens simbólicos. São equalizadoras de oportunidades no sentido de instrumentar desiguais para que tenham chances históricas pelo menos mais aproximadas. São emancipatórias, não no sentido de doar a emancipação ao outro, mas de que ele possa emancipar-se; ser preventivas e não curativas.

A cidadania, se associada ao LAZER, encaminharia outras possibilidades de construção do sujeito histórico, aquele em condições de se expressar e de se apropriar das suas circunstâncias espaciais e temporais, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário.

O morador da cidade não pode desconhecer esta contingência, o que o coloca em tensão com os processos de homogeneização incentivados pela globalização das tecnologias e do sistema econômico, em especial, neste caso, nas cidades maiores.

As pessoas, moradoras ou usuárias das cidades, fazem parte dos fluxos que percorrem estes espaços. Colocar os moradores das cidades em movimento – assumindo sua condição de fluxos – para além de suas práticas rotineiras, num primeiro momento pode transformá-lo no cidadão turista, que irá, com o

deslocamento, apropriar-se com maior competência dos espaços e situações.

Nas grandes cidades, mesmo os bairros acabariam por constituir-se em espaços públicos de homogeneidade identitária. Mas, a identidade se marca no reforço do que é igual, em contraste com a exclusão do que seja diferente.

Esse aspecto seqüencial é que permite falar da ultrapassagem do princípio da individuação para o do testemunho coletivo.

A cidade nos seus fixos, deixa de ser uma desconhecida, mesmo para seus próprios moradores, e torna-se o território familiar ao qual se constrói pertencimento e identificação, por passar a compartilhar seus códigos e, com eles, situar a própria subjetividade no urbano.

Estes paradigmas permitem um olhar diferenciado sobre a ação do poder público no sistema sociocultural das localidades, permitindo novas reflexões e ações mais articuladoras sobre os espaços públicos e no fomento de novos projetos urbanos.

É necessário estabelecer um processo de descentralização. As decisões dos cidadãos impõem uma maior exigência e capacidade intersetorial nas autoridades no aproveitamento das circunstâncias favoráveis para planejar algumas estratégias orientadas a incrementar as possibilidades econômicas e a reestruturação urbana local.

O compromisso do lazer e do turismo numa política intersetorial é o de organizar, divulgar, permitir o acesso, circular e co-patrocinar a animação sócio-cultural dos espaços de lazer. Conteúdos de uma agenda para os grupos de trabalho interdisciplinares forjadores dos planos diretores das localidades e de suas políticas públicas.

A materialidade é a expressão das relações humanas, senão não seríamos dialéticos. Eu fui me dar conta muito tempo depois, estudando epistemologia que nós invertíamos essa discussão dizendo que das bases construídas historicamente,

portanto dada materialmente nós temos a consciência possível. Não, a consciência possível se dá nas relações possíveis, e aí é que está talvez o nosso salto da esquerda que não tivemos a capacidade de fazer. Por que devemos ver esse futuro claramente? Primeiro, para continuar a ter esperança no futuro, porque projeto social sem futuro, sem sonho, sem possibilidade ele não acontece. ***É por isso que precisamos nos humanizar de novo, compreender que as mudanças estão ocorrendo em todos os níveis: nas organizações, nos serviços, na produção, na transmissão do conhecimento, tudo está em dinâmica e transmutando.***

Perceber que essas transformações são sócio-culturais. Portanto, são apoiadas pelas tecnologias de informação, e aqui temos um elemento forte, novo, constitutivo, que nós não podemos fechar os olhos, que são as novas tecnologias, que é a Internet. E as características dessa diversidade da economia de estado moderno para esse mundo midiático, globalizado, querendo ou não estamos inseridos, ninguém optou, é uma contingência do processo social estabelecido da própria evolução das tecnologias. Optar pelo modelo industrial, uma cidade até que podia optar, mas, por uma economia, e uma cultura globalizada nós não optamos. Quem trabalha com jovens e quem tem filhos é pautado diariamente na sua casa, na Internet, na lógica da convivência deles, como, por exemplo, na nova linguagem que é o Orkut e que vamos ter que saber lidar com isso inclusive para entender o que eles falam, eles são globalizados e inseridos. A questão está justamente em quem está inserido e que conteúdos estão sendo inseridos, e quanto nós estamos tendo a capacidade de nos apropriar desse processo também.

Mudanças culturais e mudanças no saber. Se entendermos a concepção de cultura como o conhecimento de um povo nos seus modos de viver, seus sistemas de

valores e crenças como instrumento de trabalho, seu tipo de organização social.

O processo de organização que se chama de capital social é muito diversificado conforme a cultura. Por isso, o gaúcho é diferente do nordestino, do amazonense, e nós temos que entender que isso está construído historicamente, sim, e nós temos que saber lidar e não negar e passar modelos únicos de processos de organização ou de gestão. Nós temos que lidar com essas diversidades e tirar dessas diversidades essa riqueza. Toda essa cultura acaba tendo uma dimensão ética e estética, que é esse elemento que temos que trazer para nosso debate. O que vocês fizeram aqui, o Ricardo chamou o grupo porque tem uma voz e uma articulação muito boa de microfone, numa lógica seria: “vocês reverteram o quadro formal do evento, é o meu momento, é o meu palco” poderia ter ficado ofendida. Isso é um processo cultural. Se vocês fizessem isso com o europeu, ele simplesmente iria embora, se negaria a falar. Seja de esquerda ou de direita.

A evolução do conhecimento. Por que estou trazendo isso para vocês? Porque nós temos que lidar com forma e conteúdo. Se quisermos transformar nós temos que ser muito competentes nos nossos saberes e muito bons no nosso fazer. ***O fazer-saber fazem parte dessa lógica.*** Isso é fundamental. ***Quebrar paradigmas também faz parte.*** Parar de idealizar os sujeitos é o que a juventude mais faz hoje, e, portanto, temos que começar a entender isso. Assim, temos uma evolução do conhecimento que começa pela evolução oral, razão pela qual os idosos eram tão valorizados nas sociedades primitivas, e antigas onde a escrita não era acessível a todos. A escrita como um segundo momento de nova interpretação da memória, depois vamos ter imprensa como um processo cumulativo e de expansão expansão desse conhecimento ,e chegamos finalmente nas mídias eletrônicas, revolucionando o acesso porque elas trabalham com a óptica do oral, a fala oral se transforma na escrita e se

democratiza com a reinterpretação do sujeito conforme ele se relaciona mediado pela tela. Cada um, a partir da sua experiência e da sua subjetividade torna-se autor, podendo ser uma democratização como também transformar-se em fragmentos de ditaduras, ou de pensamentos únicos, muito fortes porque esse sujeito que está na frente da tela não dialoga necessariamente.

Agora olhando mais de perto a platéia, vejo que tem pessoas extremamente jovens, vocês lidam com essas mídias de uma forma diferenciada, que nós mais velhos que precisamos antes escrever ou digitar um texto, no Word, pois precisamos colocar no papel para estar seguro de que a idéia não vai fugir, porque vivenciamos outro processo de alfabetização. Assim, desestabilizam as forças e as formas de representação do conhecimento, fazendo que novas estratégias e critérios sejam construídos.

Tem vários tipos de tecnologias com dimensões cognitivas valores e manifestações culturais, e aí vem à importância da TV, dos programas de TV a Cabo, das novelas, enfim, dessas informações que carregam o exercício de síntese de problemas complexos. Ontem casualmente passei o olho na novela das vinte horas, e estava lá o movimento estudantil numa universidade particular, e depois no final da tida invasão vista como baderna, um aluno que era o líder da manifestação discursava que aquilo era um movimento estratégico que havia um avanço e um recuo e então utiliza um trecho de Lênin e o cita quando a dona da universidade se aproxima e exclama algo como: “olha o teu Lênin está lá em Saint Petersburgo num canto jogado e não existe mais nada disso”. Forma de pasteurizar um conflito social pela mídia onde problemas complexos, que para nós foram problemas de movimentos sociais, de vasta discussão, que geraram formas de organização e de lutas pela militância, em um clichê velho e derrotado. Mais uma vez reafirma-se que não vale a pena lutar por ideais. Uma questão que o Nelson Marcellino sempre trabalhou tão bem, que nós não educamos para o lazer, que não educamos

para a participação, que nós educamos para a submissão, para o consumismo acabou refletindo. Então, fiquei imaginando: aqueles jovens que nem sabem quem é Lênin, já o vêem como um cara que um dia teve um discurso possível de ser interessante e talvez devêssemos perguntar: Será que ele vai ter curiosidade de buscar e saber quem foi Lênin, ou que ele irá deletar e achar que o Lênin é um qualquer que não teve valor algum para a história do ocidente? Esse é um dos dilemas que estamos vivendo hoje.

Essa mudança técnica gera uma mudança de meio ambiente, de mentes e redes de armazenamento, uma mudança cultural e uma mudança do saber. Exigem-se posturas novas coletivas e individuais de atenção ao espaço público, uma reinterpretção do coletivo o qual não pode ser pasteurizado, como um tipo ideal weberiano, porque nós também cometemos o mesmo erro ao definir o “público” das políticas públicas. ***Em nome da democracia construímos políticas para a massa e fizemos críticas as culturas de massa, e esquecemos da diversidade. Hoje precisamos batalhar por políticas das mulheres, dos negros, dos índios, das minorias e diferenças como se estas identidades não fossem o “público”.*** Os homens têm que ter políticas públicas, pois ao não termos a capacidade de compreender a totalidade da sociedade e reproduzir r políticas totalizantes ao ser humano, então os homens (lê-se gênero) têm que começar a batalhar por sua política também, sem discriminação! Vocês estão entendendo como nossos conceitos, as nossas ideologias não dão conta destas complexidades! Os papéis do masculino, do pai são tão diversos hoje em relação ao início do movimento feminista que hoje deveríamos pensar em políticas públicas para os homens.

Eu trago um conceito que acho fundamental da interdisciplinaridade, e trago também um autor que eu considero, desses últimos tempos de pensadores da pós-modernidade, o sociólogo Edgar Morin tem essa característica,

com uma trajetória de esquerda e comunista fortíssima na Europa, transpõem estas verdades e busca outras narrativas para a reconstrução e entendimento do mundo. Hoje é um dos intelectuais da área do pensamento complexo e prediz que ***nós erramos inclusive quando nós pensamos as coisas tão separadas, nós precisamos juntar de novo, senão não vamos entender e ter projetos sociais possíveis nesse mundo.*** É importante essa idéia da visão de mundo, do homem, do conhecimento como uma totalidade, totalidade essa que se atrai, mas que se repele, a contradição é permanente, o consenso é possível em alguns momentos, mas ele não é permanente por isso a dinâmica. Temos que ter uma visão sistêmica, mas não a funcionalista e sim a visão sistêmica aberta, orgânica, dinâmica aonde os conteúdos do nosso cotidiano sejam reconstruídos pelos sujeitos não pelas políticas. Não é por uma normatização que eu vou mudar as práticas, é por uma cultura dos sujeitos que tem desejos de mudar as práticas. ***E é aí que talvez tenhamos que ouvir mais os nossos pares e ditar menos os nossos saberes.***

Nesse sentido, convido vocês a conhecerem Porto Alegre, num tempo em que se fez uma Política Intersetorial de Turismo, Cultura e Lazer e Esportes, mesmo que tenhamos que levar o Marcellino para lá para dizer aos nossos colegas da cultura que a animação não era colocar o Bozo nos museus, nas usinas e nos centros culturais, que a animação era dar vida, trazer povo, gente para se apropriar daquele patrimônio. Foi uma tarefa árdua, dois anos discutindo com a cultura o que era animar um bendito cais do porto que acabou pegando fogo. Ficamos tanto tempo discutindo a política que a realidade botou fogo no prédio que era antigo e nós perdemos o projeto, até hoje Porto Alegre não tem aquele projeto, ninguém conseguiu, além do que é um projeto que depende de três níveis: Federal, Estadual e Municipal, não tem governo que consiga se entender para resolver esse problema. Nosso querido Paulo Freire dizia: ***“ninguém se conscientiza***

separado dos outros, ninguém evolui sozinho desligado do mundo, apartado do mundo”.

Como vamos fazer políticas intersetoriais se nós partimos de práticas isoladas? Nós como seres humanos estamos isolados. Por que eu trouxe a questão da comunicação e da mídia? Porque ela é fundamental hoje como um elemento do cotidiano. A aceleração do tempo não permite mais que nós possamos ter uma discussão de conteúdo, e nos impõe cada vez mais a idéia de um desconhecimento do outro. Quanto mais informações acessamos, menos conhecimentos temos das coisas. O que talvez vocês tenham sentido ao longo dessa semana: uma enxurrada de informações que nos coloca em questionamento. Mas na verdade, ***essas informações não terão nenhum sentido e não se transformarão em políticas intersetoriais se nós sujeitos que estamos no cotidiano, não olharmos para o outro relativizando as nossas diferenças, sejam elas ideológicas, partidárias ou de projetos pessoais.***

Está em nossas mãos o projeto social a ser reconstruído na área do lazer, esporte e turismo. Os jovens de hoje se estão desprovidos destes conteúdos e não estão nas ruas militando como nós gostaríamos, é porque nós não tivemos a capacidade de fazer com que eles se apaixonassem. Fomos nós que talvez tenhamos perdido a ilusão e a esperança do novo ao nos burocratizamos, deixando que nossas idéias perdessem sua vitalidade e significado diante das contradições do real não enfrentadas como novas possibilidades.

Muito obrigado por esta manhã de diálogo. Espero que eu tenha provocado vocês não com respostas prontas, mas com o desafio do quanto temos a fazer, apesar de tudo que já construímos, com muita briga, discussão, possibilidades e ocupação de espaços como é o caso deste programa de lazer público. Na esperança que vocês possam recolocá-lo cotidianamente como necessidade humana. Ele tem falhas? Tem. Quem bom! Porque isso nos dá a

possibilidade de sempre estar qualificando-o e incluindo novos parceiros. Se nossas práticas são dadas como *prontas e certas, sempre, serão antidemocráticas, pois não permitirão que o novo entre, e o novo para nós é a quantidade maior da comunidade que possa participar e ser feliz.*

Muito Obrigado.

Fontes para aprofundamento

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, Pedro. *Cidadania menor: algumas indicações quantitativas sobre nossa pobreza política*. Petrópolis: Vozes, 1992.

DEMO, Pedro. *A metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

GASTAL, Susana. MOESCH, Marutschka. Turismo. Políticas públicas e cidadania. São Paulo: Ed. Aleph, 2007.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* São Paulo: ed. 34, 1996.

MARCELINO, Nelson. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 2000.

MOESCH, Marutschka. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2002.

MOESCH, Marutschka. Para além das disciplinas. In: GASTAL, Suzana (org). *Turismo e investigação crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

MORIN, Edgar. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MORIN, Edgar. *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

Outras abordagens

Nelson Carvalho Marcellino – *Bom pessoal, depois dessa brilhante exposição da Professora Maru o que podemos falar. Podemos falar da ação reflexão ação, que foi tantas vezes dita durante essa semana, que ela também pode se dar aqui nesse encontro. Nós tivemos durante a semana desde o início das discussões, uma abordagem da intersetorialidade que se pautou através da política governamental, e nós vimos experiências ou projetos do devir, que estavam evadidos ainda da questão da burocracia, da questão da legislação, se enfatizaram muito a questão da burocracia e a questão da racionalidade. O que eu proponho é que nós procuremos resignificar tudo o que discutimos durante essa semana a partir dessa outra abordagem que a Maru está trazendo para nós. Uma abordagem que não tem medo de focar no subjetivo. Pelo contrario, enfatiza a necessidade da subjetividade, coloca a ação nas mãos do sujeito e não nas mãos das instituições, porque nós é que fazemos as instituições e não o contrario e coloca a Intersectorialidade par e passo com a Interdisciplinaridade. Ou seja, não é qualquer ação que reúna pessoas que pode ser chamada de Intersectorial, é aquela ação que vai trocar teorias, métodos, recursos, vai estabelecer uma relação de troca no dia a dia dos projetos e não ter que se fazer um outro projeto para se fazer o trabalho Interdisciplinar que vem se fazendo no dia a dia.*

Fernando – *Bom dia, primeiro eu gostaria de parabenizar a Professora Maruska pela brilhante conferência e acredito que, por uma questão de tempo, você não abordou e eu gostaria que você falasse um pouquinho, é sobre a reinterpretação do coletivo e eu acho que junto com isso, obviamente vai estar uma reinterpretação do sujeito, uma reinterpretação do indivíduo. Porque o mundo hoje, como você bem coloca, ele leva ao individualismo, ao imediatismo, ao efêmero, é mais veloz e parece que não dá tempo para fazermos todas as coisas que temos para fazer. Se você tiver condição de abordar um pouco essa reinterpretação do indivíduo na perspectiva do sujeito,*

em função do que a gente vê hoje que esse mundo veloz está levando ao individualismo, ao consumismo, ao imediatismo, ao efêmero, ao cada um por si e salve-se quem puder.

Nazareno – *Bom dia. Sobre essa abordagem da intersetorialidade, essa entrada no sujeito, uma limitação que eu vejo na questão das políticas públicas, é a questão de como são montadas as pastas no governo, do critério político, etc., e o papel do gestor político principal, o prefeito, o governador: se não tem essa idéia, o gestor e os companheiros das pastas do governo, como trabalhar a questão da intersetorialidade?*

Participante não identificado – *Eu tenho uma reflexão, pode ser analisada ou não. Tomando como referência a prática como critério de verdade, não consigo ainda achar que um pensamento de Rosa Luxemburgo há quase um século atrás sobre a questão de socialismo ou barbárie, se evidencia bastante nos dias atuais e você apresentou vários elementos no que diz respeito à preocupação com individualismo, a preocupação com as dificuldades de podermos avançar em ações intersetoriais, a relação da humanização. Enfim, trouxe vários elementos que, apesar de não serem fundamentados na referência de Rosa Luxemburgo, para mim ratifica que ainda estamos vivendo uma pergunta social bastante clara, que é essa que ela colocava. Mas me preocupa fundamentalmente a questão da construção dos valores. Por que eu falo isso? Quando uma novela vulgariza um educador, um pensador, uma pessoa que contribuiu com a educação mundial como Lênin, isso se transforma numa verdade quase que absoluta modificada pela mídia. Nós temos um contraponto que é desproporcional na nossa relação no que diz respeito à formação das pessoas que estão lá às vinte horas assistindo a novela, e nós tentamos nos desafiar cotidianamente nas nossas ações pedagógicas como um programa de esporte e lazer que vai discutir a novela, que é um outro espaço, um outro tempo de lazer das pessoas que estamos trabalhando. O que podemos então tirar de desafio pedagógico concordando ou não com a minha referência de Luxemburgo?*

Marutschka Martini Moesch - Quanto à questão da reinterpretação desse sujeito e a questão do individualismo. Eu fui estudar um pouco as origens, apesar do mundo em que vivemos, as coisas não são tão novas assim, tem textos, conceitos, categorias, muito antigas. Por exemplo, a sociologia trabalha a idéia de rede numa concepção enquanto conexão, comunhão. A rede que estabelece a comunhão dos seres. Imaginem isso no início da formação da sociedade capitalista, mercantil, na primeira fase da revolução industrial, ou seja, como comungar as pessoas num projeto social comum. Essa idéia já circula há muito tempo, só que como nós vimos, a própria dinâmica dos conceitos eles vão sendo reapropriadas. Então a idéia do Duran de que a rede é um instrumento e o produto de tecelagem e de fiação, sendo universalmente simbólicos da transformação. Quando eu falo da questão do indivíduo, eu falo enquanto sujeito histórico. Apesar, do egocentrismo fazer parte da projeção social, porque é esse egocentrismo do sujeito que vai impedir a intersetorialidade, vai impedir que ele sente lá na hora da gestão e coloque o seu conhecimento num projeto coletivo, aonde a autoria dele não vai estar nominada. O projeto não é do fulano, o projeto é do grupo, é daquela gestão, é daquele movimento, é tão incrível que isso não ocorre só no poder público, quem trabalha em outras organizações e instituições sabe do que falo. Está no humano essa necessidade de reconhecimento, talvez a idéia do individualismo é a possibilidade do reconhecimento, só que numa sociedade de massa ele se projeta sobre questões fetichistas. O reconhecimento é dado pelo automóvel, pelo apartamento, pelo bairro que você mora e para as camadas populares no acesso ao consumo que aquela mídia fica impondo cotidianamente com uma forma de igualdade e democratização. O processo de democratização em vez de ser uma luta política de direitos, de cidadania, de igualdade, passa a ser pelo consumo. O que em todos os dias está sendo pautado, não é o discurso do professor na sala

de aula, não é o debate que em poucos momentos se faz num grupo, por isso a importância da animação sócio-cultural que para mim é a forma de gestão destas relações sociais. Vocês têm esse conteúdo. Pela animação sócio-cultural se estabeleceu um processo de gestão de tentar que esse individualismo passe por um debate, porque no espaço do lazer ele é discutido. Eu vi cenas de crianças brigando enquanto jogavam futebol porque uma não passava a bola para outra, e nós temos ídolos do futebol que não fazem gol porque não passam a bola. Isso é o imaginário social que está sendo construído, então a criança vai para a escolinha para aprender a performance do futebol, e não para aprender a dividir com o grupo e somar para atingir uma vitória- o gol, mas lhe é inculcada que a vitória é que tem o valor.

O que acontece na gestão? É como você falou. Nas pastas vão os cargos políticos, e irão sempre, não tem como ser diferente. O ideal é quando temos um profissional em um cargo político indicado, mas com conhecimento. Como foi o caso da Rejane, e o meu, em Porto Alegre por exemplo. Nós assumimos pastas e éramos politicamente vinculadas ao projeto da administração popular e tínhamos conhecimento acadêmico, porque vínhamos da academia ou tínhamos um trabalho na área. Isso é ótimo, porque aí você consegue bancar políticas. Por que se fez uma política de turismo, de lazer em Porto Alegre durante a administração popular? Porque nós tínhamos conteúdo para esta disputa. Antes, na hora de disputar com o nosso colega da saúde a verba que a nossa era 0,01%, nós não tínhamos nenhum conteúdo! Íamos pedir o que? Material para mídia para divulgar a cidade? A Rejane pediria material para fazer formação de professores na área de lazer e esporte, e o nosso colega da saúde pediria mais dinheiro para exames de sangue. Quem receberia o dinheiro? A saúde. O bom é que, num processo de participação a comunidade começou a nos dizer: vocês estão equivocados, nós precisamos de saúde sim, mas precisamos também de pão, água,

alegria, e precisamos de lazer. A partir daí começou a pautar no orçamento participativo as questões do esporte e o Linha Turismo-ônibus turístico- que vocês viram aqui, que todos diziam que era loucura, que era jogar dinheiro fora, que Porto Alegre não tem turista, foi pautado no Orçamento Público pela comunidade de pescadores, artesãos. Eles tinham mais visão que os colegas de governo sobre a importância da cidade ter uma boa imagem, porque dinamizaria a economia e eles teriam mais empregos e assim, poderiam vender mais seu artesanato, poderiam levar mais pessoas na ilha para passear, etc. Ou seja, os saberes derrubam isso. Por isso a competência é importante sim! Precisamos estudar, saber, mas temos que ser um intelectual orgânico. Temos que nos colocar a serviço de um projeto coletivo, o meu saber individual, a minha competência individual. Então, o meu reconhecimento vai ser dado, o problema é que o nosso jovem não tem mais como ser reconhecido. O mundo mercantilizado o massificou em consumidor, ele não é mais ‘ o fulano’, nem pelo nome, e isso é muito importante na educação de uma personalidade, e daí o egocentrismo que está sendo pautado. Aí, ele vai lá e mata sim, para ter o tênis de marca porque é uma forma de ele se sentir identificado como um modelo social, e se ele não puder comprar ele rouba. Por quê? Porque a arma está acessível, e os valores humanos não foram construídos, ele está só. A arma é meio e não a sua competência. A degradação humana que aconteceu em nosso processo social, nas últimas décadas, nós não tivemos competência, como esquerda, de reverter. E isso eu digo como professora de escola pública: não fomos suficientemente competentes, porque não conseguimos colocar o trabalho do esporte e lazer dentro das escolas nos fins de semana, porque nossos colegas não queriam trabalhar no fim de semana. Diziam: “Eu não vou trabalhar no fim de semana, não vou abrir a escola no fim de semana só para trazer o lazer para cá”. Então, tinha a política de lazer na comunidade, e eu não conseguia colocar o

único equipamento que tinha dentro da vila que era a escola, porque os colegas professores entendiam que o papel deles não era trazer o lazer para a escola. Papel de professor não é brincar, imagina. Isso é entendimento, é compreensão, porque naquele momento nós não tínhamos essa compreensão. Hoje quem trabalha em escola pública e voltou para ela, viu o que nós perdemos. Nós perdemos, e temos que ter humildade como esquerda para reconhecer que perdemos para o tráfico da droga estamos perdendo feio todos os dias. Eu acho que esse deveria ser o projeto maior que nós devíamos nos preocupar nesse momento, se quisermos ter uma sociedade saudável e feliz.

Quero agradecer pela oportunidade de poder refletir com vocês e também compartilhar as minhas angústias, mas dizer que continuo a ter esperanças, tanto é que estou trabalhando na comunidade de novo, reconstruindo as relações desde o início. Nada melhor que estar em ambientes diferentes, com pessoas e experiências diferentes para que possamos aprender. Quero dizer que eu também aprendi e sempre levo de vocês que trabalham com lazer a alegria de viver.

Muito obrigado por tudo.

Parte 4

LAZER E INTERSETORIALIDADE:

dialogando sobre as experiências de
gestores e agentes do PELC



1. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DESAFIOS, SUPERAÇÕES E INTERSETORIALIDADE

Elizabeth Pessoa Gomes da Silva¹

RESUMO: Este artigo vem expor novos horizontes à inspiração de medidas para a superação de dificuldades na efetivação de ações de esporte e lazer, a partir de um panorama traçado desde 2005, aos dias atuais, pela Prefeitura Municipal de Belém que tem na Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer-CEAL/SEMEC, a sua representatividade efetiva à consolidação de políticas públicas de esporte e lazer para o município, quando discute, elabora e gerencia projetos a partir de demandas comunitárias e setoriais, em conformidade com as preposições das atuais políticas nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: gestão pública, projeto social, esporte e lazer.

1. Panoramizando o esporte e o lazer de Belém

Atualmente a Prefeitura Municipal de Belém vem trilhando a construção, enquanto gestora de políticas de esporte e lazer, compromissada com o dever em atender as demandas da população e na implementação de programas, junto às comunidades de bairros legitimadas, que promovam e assegurem o direito à acessibilidade de projetos afins. Para tanto a Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer-CEAL, vinculada à Secretaria Municipal de Educação/SEMEC, vem assumir o papel de setor responsável

¹ Diretora da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer/Semec-PMB. Contatos: betgomes@globo.com

em alicerçar e efetivar a consolidação das políticas públicas para a esfera municipal.

A CEAL, ao cumprir na íntegra o Artigo 231, da Lei Orgânica Municipal passa a elaborar, implementar e executar, projetos de cunho esportivo-educacional e de lazer, celebrando convênios, apoiando e patrocinando atletas e federações. Diz a lei: “É dever do Município fomentar a educação física e as práticas esportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados no que couber, o que dispõem os artigos 217 da Constituição Federal e 288 da Constituição Estadual, procedidas as necessárias adaptações à esfera municipal²”.

Em consonância com as proposições do Sistema Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, a CEAL, ao compreender o esporte como um direito de todos às práticas esportivas, cumpre e direciona o esporte a três camadas da população, cujos objetivos e características determinam as necessidades de diferentes grupos, e passa a categorizar seus projetos em atendimento às exigências dos eixos setoriais: Os projetos de Esporte-educação mais específicos para o público escolar; projetos de Esporte Participativo voltados para as associações comunitárias e para o público em geral; e, quanto ao setor de Esporte-performance ou esporte de rendimento, projetos voltados para a continuidade do esporte educacional às competições esportivas municipais e regionais, iniciados no ano de 2006.

Mediante a necessidade de estabelecer as matrizes teóricas conceituais norteadoras para os projetos de esporte e lazer municipais, a CEAL decide para a contextualização de esporte, o enfoque de prática social como ação institucionalizadora dos temas lúdicos da cultura corporal, provida de dimensão complexa de fenômeno envolvendo códigos, sentidos e significados da so-

² Lei Orgânica do Município de Belém, Câmara Municipal de Belém, 1994.

cidade que o cria e o pratica, e como uma produção histórico-cultural, considerando-o “uma forma de controle social, pela adaptação do indivíduo aos valores e normas dominantes defendidos para a ‘funcionalidade’ e desenvolvimento da sociedade”³.

Para a contextualização do lazer, a CEAL vem respaldar-se à construção de algo novo sem dissociar os benefícios à formação valorativa do cidadão e propõe que “o lazer seja planejado tendo como sua grande referência à emancipação do homem... à tentativa de situá-lo em seu estar no e com o mundo, possibilitando-lhe a apropriação e o desenvolvimento de determinadas habilidades e valores necessários à sua autodeterminação como indivíduo coletivo”⁴. Portanto, Mascarenhas (2004) vem nos auxiliar, também, em idear a prática das linguagens artísticas, como a dança, a música, a pintura, o graffit, e o teatro, enquanto vivências do e pelo lazer.

A cidade de Belém do Pará, segundo o último senso do IBGE, em 2000, possui 1,3 milhão de habitantes, a saber: 6,42% de idosos; 40,28% de adultos acima de 25 anos; 23,27% de jovens, faixa etária de 15 a 25 anos; 30,03% de crianças e adolescentes, em faixa etária de 0 a 14 anos, e é sobre este panorama que a CEAL, norteada pelas premissas do Programa de Esporte e Lazer da Cidade, vem desenvolvendo suas ações através de projetos na “superação da relação assistencialista e compensatória da história das políticas públicas de esporte e lazer no País”⁵.

2. A CEAL – Estrutura e Projetos

A CEAL atualmente sediada no Ginásio de Esportes Mestre Altino Pimenta⁶, contendo uma quadra poliesportiva, com salas definidas por setores, almoxarifado e um laboratório de

³ Coletivo de Autores (1992, p. 70)

⁴ Mascarenhas (2004, p.33)

⁵ PELC (2007, p.17)

⁶ Até o mês de agosto de 2006, a CEAL tinha como sede um casarão, sem espaços para atividades esportivas e de lazer.

informática, apresenta em sua estrutura, diretoria, secretaria, setor de comunicação, setor administrativo e de convênios, e equipes técnicas, categorizadas pelos projetos com profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de esporte e lazer, proporcionadas em especial, às comunidades periféricas, com parcerias e convênios com instituições federais, estaduais, municipais e associações comunitárias.

São 116 profissionais, entre professores de educação física, arte-educadores, pedagogos e oficinairos envolvidos, somados a 17 estagiários, divididos em ações diversas espalhadas pelos 64 bairros e áreas adjacentes de Belém, que passam a assumir o perfil de agentes sociais, enquanto atores que vivenciam e coordenam os projetos, e que possuem formação plural e legítima junto às comunidades. Ao serem desfragmentados, em relação às atividades que exercem à frente de categorias não mais específicas, de arte, lazer, esporte-educação, esporte de competição, passam a interagir em uma estrutura mais ampla e envolvente.

Ao assegurar o atendimento qualitativo da demanda de ações esportivas e de lazer, nos contextos da educação formal e informal, para todas as faixas etárias, relevadas àquelas direcionadas à inclusão, a CEAL vem, promovendo o fomento e a viabilização dos projetos de esporte e lazer, para a comunidade em geral, combatendo o assistencialismo e afirmando a emancipação do indivíduo e da coletividade.

Os projetos desenvolvidos, através de convênios e parcerias locais, são: *Saúde e Lazer na Metrópole*, projeto revitalizado e redimensionado este ano, diariamente no período vespertino, consiste em sessões de ginástica, caminhadas e atividades de lazer, como jogos recreativos e gincanas. *Caravana da Lazerania*, projeto novo desenvolvido junto às comunidades de bairro, durante os finais de semana, e consiste, dentro de uma proposta de intervenção, promover estruturas sistematizadas para a elaboração de atividades de esporte e lazer com autonomia, e para tal formar

agentes comunitários. *Metrópole em Cores*, formado por um grupo de estudos em artes plásticas tendo como meta a capacitação dos grafiteiros e o combate à pichação urbana, pela linguagem do graffit. *Circuito das Artes*, leva à comunidade escolar, e do entorno, oficinas de cinco linguagens artísticas, entre as quais, música, teatro, dança folclórica, pintura e literatura. Possui duas metodologias de oferta: através de oficinas fixas (escolas municipais) e através de (oficinas itinerantes), associações de bairro ou centro comunitários. *Ciranda da Imaginação*, projeto de vivência lúdica, pela reunião e redimensionamento de 3 (três) projetos: contação de história, brinquedoteca e livroteca (estímulo à leitura e à pesquisa bibliográfica, envia livros, através de uma espécie de uma caixa baú, para o atendimento das comunidades mais distantes). *Escolas Municipais de Dança*, projeto que possibilita o acesso à aprendizagem da dança pelos vieses da contemporaneidade e da regionalidade. *Companhia Municipal de Dança de Belém*, criada em 16 de maio de 2006, pela Portaria Gab/Semec n. 870, em continuidade ao crescimento e amadurecimento técnico e artístico de alunos oriundos das escolas de dança do município. *Escola de Esportes*, e *Esporte de Competição* oferecem atividades esportivas, de cunho educacional e de cunho competitivo, através das modalidades como o futebol de campo, futsal, judô, basquetebol, voleibol, handebol, natação, nado sincronizado, saltos ornamentais, ginástica artística, atletismo, hidroginástica, judô e canoagem. *Futcap*, projeto de capacitação de agentes comunitários que atuam na condição de voluntários, junto às associações de bairro, em escolinhas de futebol de campo e futsal. *Popvolei*, projeto de popularização do voleibol pela capacitação de agentes comunitários que atuam na condição de voluntários, junto às associações de bairro, para o desenvolvimento de atividades com o vôlei. *Recreando, Escola e Comunidade*, revitaliza os espaços das Escolas Municipais, abrindo-as para as comunidades do entorno, durante os finais de semana.

Os projetos desenvolvidos através de convênios e parcerias nacionais são: com o Governo Federal, através do Ministério do Esporte, o Programa Esporte e Lazer da Cidade-PELC, pelos *Núcleos Esportivos e de Lazer da Metrópole*, e o Programa Segundo Tempo – *Escola de Esportes*. Através do Ministério da Educação, o *Escola Aberta*, pelo PDDE, e o *Vivavolei* pela Confederação Brasileira de Voleibol.

3. Os Desafios para uma Gestão Municipal

A atual gestão municipal de esporte e lazer, atendendo as características instituídas pelo PELC, vem adotar os mesmos moldes, para o desenvolvimento de todos os seus projetos, designados a partir de ações sistemáticas, de atividades assistemáticas e da formação continuada ⁷.

Os desafios preliminares manifestam-se pelos indicadores quanto à demanda e oferta para a definição de núcleos, ou pólos, na implementação das ações sistemáticas. Percebem-se as urgências de intervenção, quando as medidas são enfraquecidas em decorrência da participação descontínua da comunidade, em ações sistematizadas de esporte e lazer. Ainda assim as ações mantêm-se sistematizadas e intensificadas nos últimos dez meses, ao se estabelecerem e se consolidarem, através dos projetos da CEAL, e ampliadas para Universidades (públicas e privadas), Associações de Bairros, Clubes Esportivos, Escolas Municipais e logradouros públicos, e organizadas de modo contínuo, com horários pré-estabelecidos, gerenciadas por técnicos e também com o envolvimento participativo de agentes sociais, sobretudo quando os projetos desenvolvem-se diretamente junto às comunidades de bairros.

⁷ PELC (2007, p.17)

As atividades assistemáticas, desenvolvidas em forma de eventos, apresentam como desafio a condição de coordenadoria da entidade gestora, pela dependência orçamentária e pelos recursos administrativo-financeiros reduzidos.

Há pouco mais de trinta e quatro meses, a coordenadoria promoveu atividades anuais como: Noite das Comunidades, com a doação de materiais esportivos e de lazer, Circuitos de Esporte do Dia Internacional da Mulher, Caminhadas da Páscoa, Espetáculo de Dança DEGRAUS, (estréia oficial da Cia. Municipal de Dança), Encontro pelo Lazer em passeio Fluvial, Mostras pela Comemoração do Dia Internacional da Dança (Ginásio Altino Pimenta), Torneio de Voleibol dos bairros de Belém (com eventos de abertura e encerramento), Torneio de Futebol dos Bairros de Belém (congressos técnicos, abertura e encerramento), Cafés Literários (encontros com os agentes sociais do projeto Livroteca), Exposições das produções artísticas do projeto Metrópole em Cores, Noites Sociais de Saúde e Lazer, Festas Juninas, Gincanas Recreativas (Brincando na Praça e na Universidade), Pintando o Muro com o Metrópole em Cores (grafitagem de muros em logradouros públicos), Mostras Culturais do Circuito das Artes, Mostras de Dança, entre outros.

Muitos destes eventos, além de mobilizarem a sociedade local, são elaborados para as culminâncias dos projetos desenvolvidos ao longo do período anual, em que proporcionam lazer para quem os vivenciam e também para quem os acompanham e assistem, realizando relações entre os segmentos setoriais de Belém.

Com os avanços obtidos pelo aumento da delimitação das coletividades atendidas pela CEAL, as formações continuadas, a partir das necessidades de aprofundamento temático, passam a considerar as proposituras dos projetos de esporte e lazer, definindo-as pelas demandas sociais locais, logo, mais um desafio é lançado. O que precisamos discutir para consolidar uma política efetiva municipal e em consonância ao Sistema Nacional de Es-

porte e Lazer, começam a permear o planejamento dos temas, em que as lacunas existentes, em outros tempos, tornam-se indicativos importantes.

Os Colóquios Municipais são instituídos enquanto formações continuadas, complementadas pelas formações específicas conforme as particularidades das atividades dos projetos de arte e lazer e os interesses da população por estes beneficiadas. Entre as formações mais relevantes, no triênio 2005 a 2007, as temáticas abordadas em destaque assinalam os títulos: “Das Linguagens Artísticas ao Esporte Popular”, “As Tendências Municipais para as Políticas de Esporte e Lazer”, “Consolidando Políticas Públicas Municipais para o Esporte de Competição”, “O Treinamento Esportivo na Infância e Adolescência”, “O Esporte, a Arte e o Lazer no século XXI”, “Políticas Públicas e Avaliação Institucional”, “Ação Pedagógica e Motricidade Humana”, “Pessoas com deficiência: a Inclusão pelo Esporte e o Lazer”, “O Esporte e o Lazer enquanto Políticas Públicas: construindo emancipação e conquistando autonomia”, “Espaços esportivos e de lazer: alternativas e disponibilidades para o Município de Belém”. Muitas destas formações contaram com presenças ilustres de autoridades pertencentes ao cenário local, nacional e internacional, proferindo palestras, conferências e ministrando oficinas de esporte e lazer, entre estas, representantes de instituições governamentais e acadêmico-científicas reconhecidas.

Os desafios permanecem e os focos voltam-se para a construção “de experiências de auto-organização, autogestão, planejamento participativo e mecanismos de controle social”⁸, para avaliação e acompanhamento dos projetos. Cabe destacar a revitalização do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, sob a coordenação da atual coordenação da CEAL, aos dezoito dias do

⁸ PELC (2007, p.17).

mês de outubro do ano de dois mil e cinco, que se encontrava inativo desde fevereiro de dois mil e quatro.

Mas, como sistematizar essa construção de experiências para possibilitar o alcance de resultados que garantam autonomia de autogerenciamento à população, para a manutenção de políticas públicas de esporte e lazer? O desafio mantém-se...

4. A Superação pela Intersetorialidade

Ao serem assinalados desafios emergentes às propostas de intervir para modificar os resultados, em qualidade valorativa, à consolidação de políticas públicas para o esporte e o lazer, urge a adoção de medidas em âmbitos diferentemente dimensionais, isto é, da sociedade em geral para a comunidade em particular e vice-versa. Tendo como indicativo conceitual a intersectorialidade concebida como “condição necessária à efetivação dos projetos sociais...⁹”, e tendo como ponto de partida a sinergia, enquanto ação simultânea de resultados convergentes entre parceiros e, o estabelecimento de co-responsabilidades determinadas para constituir alianças às tomadas de decisões, revelam-se emergências a partir de constatações advindas da implementação de projetos sócio-esportivo-culturais na esfera municipal.

Por ocasião da segunda renovação do PELC, no município de Belém, para o exercício de 2006, a CEAL já possuía uma aproximação significativa com inúmeras associações comunitárias, onde se constataavam experiências, embora acanhadas, de organização e planejamento internos pelos seus agentes. Ainda assim as evidências de êxito envolvendo estes agentes sociais, dos próprios bairros, atuando diretamente nas ações do programa, garantiam resultados profícuos e benesses às comunidades dos núcleos e adjacências.

⁹ Segundo o questionário diagnóstico da 2ª. Reunião Nacional dos Gestores e Agentes do PELC.

Portanto, considerem-se acertos investir na identificação de agentes sociais eficazes, que atendam as reivindicações das comunidades em geral, e que já possuem legitimidade reconhecida junto às associações comunitárias municipais, pelo desempenho no comando de atividades esportivas e de lazer, na condição de voluntários.

Os princípios tratados pelo programa passam a permear as diretrizes de todos os projetos de esporte e lazer municipais, com a ênfase em viabilizar e garantir o acesso e permanência¹⁰ da população a ações contínuas de esporte e lazer. Com a criação de novas medidas de intervenção, foram adequadas alternativas, junto aos agentes comunitários, advindas de suas próprias reivindicações.

A exemplo de projetos, aos moldes do PELC, que objetivam a construção de conhecimentos gerenciadores e emancipatórios junto aos agentes sociais, a CEAL implementou a capacitação pelo futebol e pelo voleibol, e a capacitação para as vivências do lazer, pela autonomia das comunidades na organização de suas ações como ruas de lazer.

A CEAL passa a garantir, com eficácia, o direito social ao acesso a ações de esporte e lazer, junto às comunidades de bairro, em especial as mais periféricas, porém, constata-se que, para assegurar a permanência da população nas ações propostas são imprescindíveis medidas intersetoriais. Sem o envolvimento de diversos segmentos da sociedade que concebam, sob o mesmo prisma, a importância de ações simultâneas aliadas à superação dos desafios sociais, as políticas públicas para o esporte e o lazer pouco vão ser fortalecidas.

Pelo perfil histórico-econômico-social da população, do município de Belém, sem a intersetorialidade, todas as medidas

¹⁰ Grifo nosso.

adotadas passam a ser paliativas, sendo os níveis para as superações necessariamente infra-estruturais: legislações eficazes que assegurem investimentos transdisciplinares em projetos de pequeno, médio e grande alcance, ordenamento urbano para assegurar a construção de espaços físicos de esporte e lazer, acompanhamentos estatísticos pelos setores sócio-econômicos que indiquem a redução e/ou aumento de marginalidade X atividades esportivas e de lazer, formações continuadas de aproximação entre os setores públicos e privados ao exercício da intersetorialidade, entre outras, são sugestões para dirimir e superar algumas dificuldades locais.

5. As Conquistas e os Novos Rumos

Hoje, pela atual gestão, iniciada em janeiro de 2005, a CEAL, enquanto Coordenadoria de Esporte e Lazer, da cidade de Belém, vem expor as estatísticas conquistadas pelos projetos e ações, voltados ao atendimento das demandas sociais de esporte e lazer, desenvolvidas nos últimos trinta e quatro meses.

Alcançando números significativos de beneficiários diretos, através de projetos intersetoriais, eventos, formações e convênios de esporte e de lazer, em 2005, foram 48.150 pessoas diretamente beneficiadas. Em 2006 este número alcançou 71.780 de beneficiários diretos, e 2007 a previsão estimada, até dezembro, são 81.160 pessoas, aproximadamente, beneficiadas. Há de se ressaltar que as conquistas não são somente quantitativas, mas também qualitativas, inclusive pelo reconhecimento tácito e expresso dos setores envolvidos nas ações e pela população beneficiada.

Somente em 2007, houve a ampliação e também o redimensionamento de alguns projetos, sem perder de vista o salto qualitativo. Ao todo, a CEAL possui de 18 projetos, contando com a renovação do Programa Segundo Tempo/ Escola de Esporte, ainda para 2007. São 6 projetos de cunho esportivo-educacional, 9 de cunho participativo, e 3 voltados para o esporte

participativo com ênfase na competição. Existem 11 convênios celebrados com instituições: sendo 4 no âmbito federal e 7 nos âmbitos estadual e municipal. Há a formação de 15 equipes de competição distribuída em 10 modalidades esportivas beneficiando, pela continuidade no esporte, 363 atletas, que já participaram de 22 eventos esportivos entre campeonatos, torneios, copas, maratonas e festivais, locais e nacionais, com excelentes resultados. São 64 bairros beneficiados pelo conjunto dos projetos, no atendimento de 36 Escolas Municipais e 59 Associações Comunitárias. São instituídas 14 parcerias, entre setores municipais, federações e associações esportivas. São disponibilizados 21 apoios a eventos, entre torneios, copas e circuitos, esportivos e de lazer externos. São liberados apoios financeiros a 42 atletas amadores do cenário municipal e estadual, contemplando 17 modalidades esportivas. E, para finalizar são, apenas em 2007, 31 eventos promovidos, incluindo as formações, pelos projetos de esporte e lazer municipais, abertos e gratuitos à comunidade.

Sendo, hoje, uma referência para o esporte e o lazer pelo alcance de sua atuação e compromisso social no município de Belém, a CEAL atualmente se esforça para a implementação de uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, passo indispensável para a consolidação de uma política pública eficaz. Urgem a criação de um banco de dados e a participação sinérgica também de setores de excelência acadêmico-científica que construam bases para pesquisas e intervenções para o esporte e lazer, a partir da disponibilização de informações determinantes, quanto aos indicativos do que a comunidade necessita para ver atendida a sua demanda.

Mesmo na condição de Coordenadoria, a CEAL continua a propor mudanças no cenário local e para isso vem avançando nas discussões de base, para que o esporte e o lazer sejam promovidos em consonância com o perfil dos seus agentes sociais em diálogo constante com as peculiaridades regionais. Os próximos rumos

serão temáticas de aprofundamento voltadas para o esporte paraolímpico e a instituição da I Conferência de Esporte e Lazer do Município de Belém, para a construção de propostas municipais de investimentos específicos à disponibilização e construção de espaços físicos para Belém.

Fontes

1. COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. SP: Cortez, 1992.
2. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM, Câmara Municipal de Belém, de 12 de agosto de 1994.
3. MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. Goiânia: Ed. UFG, 2004.
4. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. V. II. Brasília: SNDEL/ME, 2007.
5. SILVA, Elizabeth Pessôa Gomes da (Org.). *Educação, história e movimento: a motricidade humana no município de Belém*. Belém, GTR Gráfica e Editora, 2006.

2. A FORMAÇÃO DOS AGENTES DE ESPORTE E LAZER NO NORTE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA E PELO LAZER

Carmen Lilia da Cunha Faro¹¹

Dalva de Cássia Sampaio dos Santos¹²

Lucília da Silva Matos¹³

Joselene Ferreira Mota¹⁴

Robson dos Santos Bastos¹⁵

Zaira Valeska Dantas da Fonseca¹⁶

RESUMO: As possibilidades de intervenção pedagógica para e pelo lazer dos formadores do norte da Amazônia brasileira, na formação dos agentes de esporte e lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade deve levar em conta a compreensão do lazer enquanto direito social, bem como, o contexto do que é a Amazônia e de quem a habita. As estratégias empregadas na formação consideram a diversidade local e fundamentam-se nos pressupostos da educação popular.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia – Formação do PELC – Educação Popular

1. Introdução

O texto é resultado da experiência de produção coletiva dos formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)

¹¹ Formadora PELC, Professora UEPA/ICAPE, lili.cf@terra.com.br

¹² Formadora PEIC, Professora SEDUC/ ICAPE, dalssia@bol.com.br

¹³ Formadora PELC, Professora SEDUC/ICAPE, motafj@ibest.com.br

¹⁴ Formadora PELC, Professora UEPA, lucilia@uol.com.br

¹⁵ Formador PELC, Professor SEDUC/ICAPE, robsonbastos@hotmail.com

¹⁶ Formadora PELC, Professora SEDUC/ICAPE, zairavaleska@hotmail.com

atuante na Região Norte do Brasil. Trata-se da proposta pedagógica da formação dos agentes sociais de esporte e lazer, desenvolvida com base em três aspectos fundamentais: a experiência vivida pelo coletivo de formadores de gestão pública de políticas de esporte e lazer para Belém, a realidade amazônica e os estudos acadêmicos e de formação continuada de diferentes abordagens sobre o lazer, tendo como eixo orientador a compreensão do lazer como direito social, historicamente situado, que tem sido utilizado como instrumento de reprodução da sociedade capitalista, mas que também pode ser um espaço e ferramenta para transformação social.

Neste sentido ele está estruturado em quatro momentos distintos e complementares. O primeiro situa as compreensões do conceito de lazer que têm influenciado na elaboração de propostas de formação de agentes sociais de lazer na atualidade e a nossa opção pela abordagem crítica no campo. No segundo momento identificamos o contexto amazônico onde essa proposta acontece através do mapeamento das principais características regionais ligadas à geografia e a infra-estrutura física e sócio-política da região. No terceiro momento destacamos a proposta pedagógica desenvolvida pelo coletivo de formadores da região para a realização do primeiro módulo: o introdutório. O quarto momento é a avaliação e a proposição de algumas saídas possíveis para a melhoria do PELC na região no que se refere ao processo de formação.

2. O “Norte” das Discussões do Lazer para a Região Norte

Ao aprofundarmos os debates sobre o conceito do lazer nos deparamos com um conjunto de reflexões e idéias acerca da temática em que alguns pesquisadores, tais como Melo e Alves Junior (2003) e Pinto (2001), apontam para uma polissemia do termo, fato que evidenciou-se em pelo menos duas formas de

materialização das políticas de lazer: o lazer enquanto consumo de atividades e o lazer enquanto fenômeno social e cultural historicamente situado.

Para Mascarenhas (2007) a marca do PELC é tratar a problemática do lazer e suas inter-relações com a questão da educação e cidadania. Isto nos remete a pensar as práticas de lazer enquanto possibilidades de intervenção na realidade, com vistas à emancipação das classes populares, sua participação ativa na definição de políticas e construção de um processo de auto-determinação que leve a transformação social. Significa assumir, portanto,

[...] o compromisso de atuar com o lazer, na proposição de contribuir pedagogicamente, com base na participação popular, o processo de resignificação do sentido e significado do lazer apropriado pela população compreendendo-o como um bem cultural e um direito social. (ANDRADE Jr. et.al, 2002, p.52)

Assim, tomamos como ponto de partida o potencial educativo do lazer, no sentido de entendê-lo como um espaço para intervenção no mundo. As vivências de lazer, portanto, surgem enquanto possibilidades de práticas sociais mobilizadoras, favorecendo a participação crítica e reflexiva do sujeito no contexto sócio-cultural em que vive.

As políticas públicas de lazer, em nosso ponto de vista, podem se consolidar como prática revolucionária na medida em que possibilitem a reinvenção das práticas de lazer da população, em especial das classes populares. Este processo entendido como amplo processo educativo coloca o PELC diante de um novo desafio, o de superar o paradigma assistencialista e compensatório que marcou as políticas de lazer por muito tempo em nosso país.

2.1. Região Norte: o lugar que estamos e para quem falamos

Não é possível pensar um plano sem que se saiba onde ele será aplicado. Neste sentido, a elaboração da proposta metodológica de formação de agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade na Região Norte precisou olhar com atenção para o contexto amazônico, onde essa proposta está acontecendo. Coube a reflexão sobre as principais características regionais ligadas à geografia e a infra-estrutura física e sócio-política da região.

Identificamos no pensamento de Hage e Corrêa (2007) as palavras adequadas para definir como na atualidade a Amazônia tem se revelado.

A Amazônia apresenta como características fundamentais a “heterogeneidade”, a “conflitualidade” e a “contraditoriedade” que se expressam na produção do espaço ambiental, social e no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam. (p. 16)

A heterogeneidade está materializada na ampla e complexa biodiversidade existente e que hoje, mesmo com o avanço tecnológico e científico, ainda não foi possível conhecer sua totalidade. Sua área geográfica é a maior do Brasil, com dimensões continentais e por outro lado é a região brasileira menos habitada. Possui a maior bacia hidrográfica do mundo; nela é possível encontrar praias de água doce e salgada. Além disso, a Amazônia abriga diversas populações tradicionais que se auto identificam ou são identificadas como indígenas, quilombolas, caboclas, ribeirinhas, etc, às quais acumulam saberes tradicionais e valores culturais, ligados as formas básicas de vida na região.

Amazônia ainda destaca-se no globo como a esperança de garantia de vida saudável no planeta, atraindo contraditoriamente, instituições e pessoas ambientalistas e o capital nacio-

nal e internacional com perspectiva de saque dessas riquezas e com práticas predatórias na região. Por isso, é palco de permanentes conflitos agrários gerando assassinatos de trabalhadores rurais; o crescimento dos movimentos que lutam por terra, por defesa do meio ambiente e de políticas para o campo; movimentos dos atingidos pelos grandes projetos na Amazônia, etc. Esses conflitos colaboram para prejuízos, na posse da terra, na vivência das práticas culturais e nas formas de produção econômica pelas populações tradicionais, marcando-se como um território de grandes contradições.

Dessa forma se constata na Amazônia o que afirma Milton Santos (2000) ao referir-se sobre o papel que assume o território na globalização. Ele ressalta que no mundo globalizado, o território agrega um valor de acordo com a sua localização, com o que tem e pode oferecer ao capital, estando reservados aos que possuem maior riqueza e poder as melhores partes do território, deixando às classes populares o que resta da divisão desigual.

Santos ainda aponta que

[...]o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente (SANTOS, 2000,p.80)

A compreensão da importância de atuar neste espaço geográfico, consciente das adversidades e das singularidades da região, nos faz refletir sobre a importância de um Programa voltado para o estímulo às práticas de lazer assumir um caráter estra-

tégico nessa realidade, para também a partir do lazer novas e/ou outras formas críticas e criativas de relação sejam pensadas e experienciadas na Amazônia.

Atuamos enquanto formador e formadoras do PELC nos estados do Acre, Pará, Rondônia e Tocantins, estados que possuem diferentes peculiaridades, mas que no contexto amazônica apresentam alguns traços comuns: grande parte de seus municípios têm características do campo¹⁷, o tempo de trabalho definido pelas condições ambientais, a economia baseada no extrativismo, na pecuária e mineração. Tais características conduzem à reflexão de que as práticas de lazer da população que habita este espaço não podem ser comparadas as dos grandes centros, elementos que não podem ser desconsiderados no processo de formação dos agentes do PELC que atuam nesta região, desta forma a reflexão sobre o lugar e seu povo é também fator fundamental para a construção do programa de formação.

2.2. A estratégia de intervenção na formação de agentes de esporte e lazer na Amazônia

Diante da realidade aqui enfatizada e da compreensão do lazer já evidenciada é que o coletivo de formadores da região norte optou por uma prática educativa na formação que leve em conta a transformação social, adotando a construção de estratégias metodológicas no sentido da organização social do conhecimento, ou seja, com os pressupostos da Educação Popular.

A opção pela Educação Popular se justifica pelos movimentos de resistência popular, cujos princípios são de consolidar uma sociedade mais justa e igualitária e que se coloca como um processo de formação política, dado na luta organizada e intencional

¹⁷ O campo na região norte mostra-se também repleto de diversidades que vão de características geográficas desde a várzea até o cerrado, não devendo nunca ter sua compreensão homogeneizada pelo termo.

e na participação dos sujeitos em seu próprio processo de libertação, como afirma Bastos e Fonseca (2006):

a possibilidade de construção de consciência crítica, apreensão e transformação da realidade, o respeito à autonomia dos sujeitos, a reflexão crítica sobre a prática, a convicção de que a mudança é possível, a coragem de correr riscos e aceitar o novo, a rejeição a qualquer forma de discriminação de que fala Paulo Freire é que levou à opção política pelo trabalho com a educação popular (...). Visto como uma organização social para a efetivação dos princípios acima mencionados, acredita-se que o caminho proposto (...) possibilita ao conjunto de animadores sócio-culturais uma maior aproximação com a realidade concreta dos cidadãos e cidadãs, no sentido de provocar um permanente diálogo entre estes sujeitos, com fins à ampliação de seus olhares, construção de novas explicações para a realidade na qual estão imersos e utilização de seu potencial de intervenção para transformação dela. (p. 184 - 185)

A estratégia metodológica do coletivo de formadores da Região Norte é uma possibilidade de intervenção pedagógica para o lazer, sem a pretensão de torná-la modelo, mas sim com a intenção de socializar a experiência vivida na diversidade e peculiaridades da região, sem nunca perder de vista o projeto mais amplo de formação proposto pelo Ministério do Esporte.

- Momentos Pedagógicos para articulação do lazer com os pressupostos da Educação Popular:

a) Reflexão sobre a prática

É o momento de debate sobre os limites encontrados na implementação de políticas de lazer, as superações construídas,

momento de avaliação acerca das intencionalidades propostas pelo programa e pelo governo local. Deve reunir todos os sujeitos envolvidos, gestores, agentes sociais de esporte e lazer, sociedade civil organizada. A análise é fundamental do ponto de vista de quem está promovendo a política, mas também do ponto de vista de quem está tomando parte dela. Nem sempre os interesses da população são os mesmos dos gestores, não se deve esquecer que não há um dono da verdade, mas que elas devem ser postas em conflito, em um movimento dialético, para construção de novos saberes.

b) Investigação da realidade

Ocasão em que os agentes do PELC mergulham na comunidade, buscando coletar elementos, informações, falas, objetivando conhecer a realidade das classes populares, a partir de suas formas de ser, viver e pensar o mundo. Além de tomarem como referência para suas análises, materiais que expressem a realidade amazônica em termos de dados estatísticos sobre local, a população e o lazer. Visa a compreensão e transformação da realidade, a ruptura com o monopólio do conhecimento, tornando o agente social de esporte e lazer em um pesquisador permanente. Momento de voltar o olhar para realidade onde estão imersos os sujeitos participantes.

c) Organização Metodológica das Práticas/ Plano de Ação das Oficinas

São muitas as possibilidades de organização do trabalho pedagógico dos agentes no trato com as oficinas e a organização das programações. O que está se propondo para este momento aqui é um momento de organização e planejamento realizado pelos próprios agentes de suas ações nos núcleos, em um processo que dialogue com os dois momentos acima descritos e possibilite no dia-a-dia a permanência da atitude contextualizada e mediadora dos mesmos. Assim, seguindo o proposto por Delizoicov (2000) indica-se a estrutura a seguir:

- Escolha da(s) questão(ões) temática(s)/quadro de programação;
- Definição da intencionalidade da ação;
- Problematização inicial: apreensão pelo agente do significado dado pelo sujeito às situações de seu cotidiano, ou seja, o reconhecimento e o diálogo da realidade investigada e suas questões temáticas;
- Organização do conhecimento: é dado como o momento de desenvolver uma compreensão científica das situações que estão sendo problematizadas. Dispor os conteúdos/ interesses do lazer em diálogo com a(s) questão(ões) temática(s), para a ampliação, propriamente dita da visão dos sujeitos sobre a sua realidade;
- Aplicação do conhecimento: momento de articulação entre o conhecimento trabalhado e a capacidade dos sujeitos de ir aplicando os mesmos no cotidiano das situações problematizadas, momento de construção coletiva das possibilidades de intervenção na realidade investigada.

3. *Algumas impressões e considerações ...*

O caminho que percorremos até então, na dinâmica de formação de agentes de esporte e lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade, nos possibilita vivências e trocas de conhecimento de uma magnitude infinita, as páginas deste artigo não dariam conta de registrar os fatos e atos vividos nesses últimos quatro anos. Revendo este processo já é possível levantar algumas impressões e ao mesmo tempo apontar alguns desafios que estão colocados para os formadores que atuam na Amazônia.

A primeira é a de identificar na formação do PELC uma possibilidade real de fomento à mudança na cultura da gestão de programas na área de esporte e lazer da região. A metodologia, inspirada nos princípios do planejamento participativo e da educação popular, traz como dinâmica a construção coletiva, a parti-

cipação efetiva de todos os atores e atrizes como sujeitos do processo. Ela estimula o diálogo entre posições diversas, divergentes e convergentes, trazendo à tona a intenção de cada um partícipe.

A segunda, diz respeito ao fato de a formação dos agentes configurar-se para estes enquanto tempo para reflexão sobre a realidade local, em especial sobre as condições e práticas de lazer vividas no município/estado, que na maioria das vezes destoam das práticas veiculadas pelos meios de comunicação, que por sua vez tomam como referência as grandes cidades. Esta dissonância muitas vezes se dá seja pela falta de políticas de democratização ou pela ausência completa de equipamentos permitindo um constante processo de questionamento e /ou afirmação da realidade local e da cultura de lazer que a permeia.

Para ilustrar esta afirmação, citamos a questão do cinema que enquanto linguagem artística é uma realidade na cultura universal e está presente com estrutura física nas grandes cidades brasileiras, para quem vive na cidade essa é uma prática de lazer comum e possível de viver. Por outro lado, o cinema não é real para a maioria dos municípios da Amazônia. Não existe como equipamento físico, específico para o lazer cinematográfico, e, nem como projeto de popularização da linguagem na política cultural do município.

Um outro aspecto a ser evidenciado é o quanto essa proposta de formação tem influenciado na potencialização das características culturais do amazônida. A nossa herança e auto identificação com a cultura indígena, negra e cabocla, rica de saberes tradicionais repassados pela oralidade e cultura de movimento é um diferencial no processo de formação, pois, esta herança possibilita que encontremos agentes sociais com ricas experiências corporais advindas do contato com a floresta e os rios, podendo estas serem ilustradas na prática de jogos populares próprios dessas comunidades. Além disso, conta-se com a oralidade materializada na contação de histórias tão caracterís-

tica deste povo e a rica musicalidade que mistura ritmo e expressão corporal, a qual tem permitido inserir como vivência no PELC as danças folclóricas da região.

Além dessas considerações, alguns desafios também foram notados. Um deles é a adequação ou diminuição da característica urbana dada à organização e estrutura do PELC, que muitas vezes dificulta sua implementação nos municípios da região e por conseguinte um processo de formação condizente com a realidade que será vivida pelos agentes. É imprescindível que os gestores atentem durante a formulação do projeto básico para uma estrutura que esteja de acordo com a realidade do município, isso possibilita que a formação dos agentes chegue o mais perto possível dela.

Outro aspecto é a utilização de material bibliográfico produzido fora do ambiente amazônida, ocasionada pela pouca produção na área pela região, dificultando ao agente social se perceber nos contextos apresentados pelos textos. Isto nos coloca diante do desafio de produzir material próprio, fundamentado, mas que dialogue com a realidade peculiar da Amazônia.

Por último, ainda está presente o caráter dominante do esporte de rendimento em boa parte das propostas apresentadas, muito em função do perfil dos gestores. O que coloca para o processo de formação a ação educativa também em relação a eles, que precisam darem-se conta da riqueza cultural a ser ainda reconhecida.

Para finalizar, é importante afirmar que o processo que se desencadeou através das Formações do PELC se concretizou também como um processo de auto-formação e conhecimento do lugar onde estamos, de onde e para onde falamos. Para nós, formador e formadoras, este foi um duplo processo educativo onde ao educar também nos educamos pela troca de saberes que nos foi proporcionada pelo povo da floresta.

Fontes

1. ANDRADE Jr., A.F. et al. Entre o lazer que discute e o lazer que se vive. In: SEMEC. Esporte, Arte e Lazer em Belém: sob o olhar dos que fazem. *Cadernos de Educação*, 3, Belém/Pará, 2002, p.50-70.
2. BASTOS, Robson; FONSECA, Z.V.D. Organização Social do Conhecimento: um diálogo com a Educação Popular a partir de Paulo Freire. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Brincar, jogar, viver*: Programa Esporte e Lazer da Cidade, v.1. Brasília: SNDEL/ME, 2007. p. 183-190.
3. DELIZOICOV, Demétrio. Dinâmicas da sala de aula: momentos pedagógicos. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Eventos de Formação Continuada*. Belém: SME, 2001.
4. HAGE, Salomão Mufarrej. CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. Singularidades e conflitualidades da Amazônia e a construção de Políticas Práticas Educacionais In: *III Seminário Estadual de Educação no Campo/Fórum Paraense de Educação do Campo* - (caderno de textos), Belém, 2007, p.16-22.
5. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção educação física e esportes)
6. MASCARENHAS, Fernando. Outro Lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO, Lino (org). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p.17-40.
7. MELO, Vitor Andrade de; ALVES JR, Edmundo de Drummomd. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
8. PINTO, Leila M. S M. Formação de Educadores e Educadoras para o lazer: saberes e competências. In: *Revisa Brasileira de Ciências do Esporte*, v 22, N°03, maio/2001.
9. SANTOS, M., O território do Dinheiro e da Fragmentação. In: SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.

3. O PROCESSO ORGANIZATIVO DA II COLÔNIA DE FÉRIAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EVENTOS DE LAZER.

Rita Maria de Fátima Peloso Grasso¹⁸

RESUMO: Este trabalho faz um relato de experiência do processo organizativo da II Colônia de Férias da Cidade da Gente. A idéia primeira é possibilitar que o trabalho sirva como instrumento de pesquisa na área de Políticas Públicas a gestores e pessoas interessadas na área. É uma experiência de evento de lazer promovido pelo poder público, através do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

PALAVRA CHAVES: Colônia de Férias, lazer, colonistas.

1. Introdução

No relato de experiência da I colônia de férias do Governo da Cidade da Gente¹⁹ se afirmou que o nosso País, ao longo de seu curso privilegiou uma política pública de esporte e de lazer muito distantes da realidade vivida pela imensa maioria de sua população, tanto é verdadeira tal afirmação que as ações e propostas governamentais para esta área específica não foram políticas do Estado, até a criação e implantação do Ministério do Esporte em 2003. Para Félix (2007), o Ministério do Esporte foi implantado justamente para atenuar a relação entre a sociedade e os proponentes das políticas concretas, além de possibilitar a inclusão so-

¹⁸ É Coordenadora Técnica do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Município de Santarém. Especialista em Esporte e Lazer. E-mail: ritapeloso@hotmail.com

¹⁹ Relato de experiência exposto na primeira reunião dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade realizada em agosto de 2006 em Brasília e sistematizada no Livro **Brincar, Jogar, Viver** lançado pelo Ministério do Esporte em maio de 2007.

cial da maioria da população que sempre esteve longe dos pleitos e ações governamentais.

Para Zaluar (1994), o modelo de bem estar social (Welfare State) difundido, no território brasileiro foi muito autoritário, pois foi concebido durante os períodos de muito autoritarismo. Arquetizada neste contexto, sua formulação, bem como a sua execução não trouxe e muito menos incorpora uma concepção integrada de direitos sociais, portanto, o modelo de política pública carrega em seu bojo um caráter seletivo e clientelista.

Também no relato da I colônia se afirmou que iniciativas de colônias férias propostas como ação pública, vêm ao longo dos anos sendo cada vez mais raras. Em contrapartida, o que se constata são empresas privadas oferecendo pacotes e mais pacotes de colônia de férias, porém como as discrepâncias geográficas e financeiras em nosso território são imensas, algumas práticas de esporte e de lazer, consideradas rotineiras para alguns, não faz parte do universo de muitos municípios brasileiros, no caso específico, a ação da colônia de férias. Se fizermos uma pesquisa séria em nosso país, quanto a oferta de políticas públicas de esporte e lazer no período de férias, teremos uma triste e lamentável comprovação, que a grande maioria da população em férias escolares, especialmente no mês de julho, não tem a oportunidade de vivenciar ações que lhe permitam desfrutar da tão sonhada e esperada férias, principalmente por causa das dificuldades financeiras de suas famílias, ou por culpa de governos que não vêem e muito menos desenvolvem programas específicos para esse período.

Portanto, se faz necessário desenvolver propostas e programas de políticas públicas de lazer para a população brasileira sem perder de vista os aspectos acima e principalmente por que “política social não se limita a uma discussão técnica sobre quais são os critérios universalistas ou seletivos para inclusão no sistema de atendimento estatal, embora esta seja fundamental para garantir a cidadania” (ZALUAR, 1994, p. 17).

2. O Passo a Passo da II Colônia de Férias

Organizar uma Colônia de Férias não é tarefa simples, a começar pela análise de nossa realidade, não existe um modelo deste tipo de evento que possa servir como referência, especialmente, em relação à atuação profissional da equipe de trabalho.

O processo de planejamento de todas as atividades necessárias para a realização de uma colônia de férias (divulgação, implementação dos pólos, mobilização comunitária, inscrição de profissionais, infra-estrutura, logística, capacitação, distribuição de materiais, avaliação) deve ser bem estruturado e requer muitos meses de antecedência, no mínimo três meses, ao período de execução da mesma, a fim de se obter resultados satisfatórios.

3. Processo de elaboração do Projeto

O primeiro passo para efetivação da Colônia de Férias foi a elaboração do projeto, por isso, em janeiro de 2007, construímos a proposta da “II Colônia de Férias da cidade da gente” foi elaborado. Baseado nas experiências adquiridas na primeira edição da colônia de férias realizada em julho de 2006²⁰, o projeto inicialmente foi elaborado, com algumas modificações para adequar os pontos contraproducentes ocorridos na primeira versão, bem como, para atender o maior número de munícipes durante as férias de julho.

Dois versões foram construídas, a primeira no final de 2006 e início de 2007, onde o departamento de Educação Física responsável imediata pela implementação da proposta escreveu o projeto inicial, para subsidiar o orçamento total da Assessoria. A segunda, em abril e maio de 2007, com os ajustes necessários. A principal mudança do projeto de 2006 foi a decisão de aumentar o número de vagas ofertadas e conseqüentemente o número de

²⁰ A primeira edição da Colônia de Férias do Governo da Cidade da Gente foi realizada em julho de 2006, e contou com a presença de 1.749 colonistas distribuídos em 4 pólos da cidade.

pólos, profissionais e recursos financeiros. Cabe aqui um parêntese, da coordenação geral do projeto de 2006, somente faziam parte dois profissionais, sendo que, antes de encerrar a concretização da segunda versão do projeto de 2007, houve o desligamento de um desses profissionais por problemas estritamente pessoais.

A principal mudança da experiência do projeto anterior foi o aumento dos colonistas, de 1.749 (mil setecentos e quarenta e nove) na versão passada, foram para 3.000 (três mil), assim como, a quantidade de locais²¹ para efetivar o projeto. De quatro pólos do ano anterior, a versão 2007, aumentou para 6 (seis) sendo que para cada pólo foram disponibilizadas 500 (quinhentos) vagas distribuídas entre crianças e adolescentes.

4. Processo da divulgação do Projeto

No final do mês de maio, deu-se início às mobilizações necessárias para a efetivação da II Colônia de Férias da Cidade da Gente. Alguns contratempos ocorreram, especialmente, o fato da pequena estrutura disponível para composição da Assessoria, tanto em termos de pessoal, como financeira. Este fato ligado aos projetos de esporte e lazer que a mesma equipe tem que organizar e realizar na cidade deixou uma margem muito pequena de tempo um mês para providenciar em tempo hábil as ações como: divulgação, reuniões, inscrições, confecção de: formulários, camisetas, banner's, crachás e convites, curso de formação, os recursos materiais e didáticos. Em outras palavras, as políticas públicas de lazer para que tenham êxitos em todas as suas etapas, devem ser construídas coletivamente com todos os seus atores.

A primeira etapa dessa divulgação/mobilização foi a reunião com os diretores das escolas para explicar o projeto, uma vez que os mesmos seriam um dos nossos principais agentes no proces-

²¹ Intitulamos de pólos os locais de realização da colônia de férias, por que envolve uma quantidade significativa de bairros de escolas ao seu redor.

so de divulgação/inscrições das crianças e dos adolescentes. Depois desta mobilização dos diretores das escolas municipais, foi a vez de discutir o projeto com os professores de educação física pertencentes à rede municipal de ensino. Os profissionais de educação física, além de nos ajudar na mobilização/inscrições fariam parte da equipe como monitores da colônia.

Outro ator envolvido no processo de divulgação/inscrições foram os núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade e do Programa Segundo Tempo. Com todos esses atores foram organizados reuniões e debates para explicação e entendimento do projeto, pois partilhamos do princípio que as Políticas públicas, no nosso caso específico de lazer, deva ser construídas coletivamente.

Faltando duas semanas para o início da colônia, a coordenação geral da II Colônia de Férias, tomou conhecimento que havia poucas inscrições efetivadas, e resolveu intensificar a divulgação. Participou novamente de outra reunião com os diretores organizada pela SEMED na EEEM Álvaro Adolfo da Silveira e com os coordenadores de pólos.

Como último passo de mobilização/divulgação foi à decisão da coordenação geral em conjunto com os coordenadores de pólos, de fazerem “in loco” o processo de mobilização e inscrições. Cada coordenação de pólo e equipe passou pelos menos três dias divulgando nas escolas e clubes próximos do local onde se efetivariam a colônia. A avaliação desse processo nos comprovou que se faz necessário no próximo ano mudar de estratégia, pois em menos de três dias o número de inscritos triplicou em todos os pólos. Também fazendo parte desse processo foi entregue a imprensa local, os convites de abertura da II Colônia de Férias da cidade da gente.

5. Processo das Reuniões

Houve inúmeras reuniões a fim de se efetivar a II Colônia de Férias. A primeira delas ocorreu no dia 06/06/07 às 08h00, na UEPA, com os diretores das escolas municipais. Nesta reunião se

discutiu a programação da Colônia de Férias; o encerramento; como ocorreria o processo de inscrições; quem poderia participar da Colônia; a composição dos Pólos/local/coordenação; a composição das equipes de trabalho, e o curso de formação para todos aqueles iriam trabalhar na colônia. Faltando duas semanas para o início da Colônia, a coordenação geral participou novamente de uma segunda reunião com os diretores, que ocorreu no dia 20/06/07 às 14h00, no colégio Álvaro Adolfo da Silveira. Esta reunião foi necessária em função das poucas inscrições por pólo, a idéia era sensibilizá-los para a efetivação do projeto.

Outra reunião efetivada foi com os coordenadores de pólos, ocorreu no dia 08/06/07, no SEBRAE às 14h00. Foi apresentada a proposta do projeto. Nesta reunião se fez a composição dos pólos, dos coordenadores, assim como, os locais de funcionamento e estruturação das equipes de trabalho.

Para a concretude do projeto, os coordenadores de pólos e os professores de Educação Física reuniram-se dia 12/06/07 na paróquia de São Sebastião às 16h00 para discussões sobre as ações de cada pólo: divulgação, inscrição, formação da equipe de trabalho, atividades propostas e recursos materiais.

Na semana que antecedeu o início da colônia de férias, 29/06/07, os coordenadores reuniram-se na SEMED para ajustes finais e montagem do calendário para entrega de materiais. Neste dia foi solicitada às coordenações de pólos, a quantidade de inscritos por faixas etárias, programação dos pólos, plano de atividades, relação da equipe de trabalho, frequência do curso de formação e programação de abertura.

Para avaliar o andamento do projeto e planejar o encerramento da Colônia de Férias, foi realizada nas dependências do FUNDAC – Fundo de Desenvolvimento e Ação Comunitária, no dia 07/07/07 às 14h00, a última reunião entre coordenadores e coordenação geral. Nesta reunião avaliou-se que, apesar de muitas dificuldades com os monitores de atividades no repasse das

vivências de lazer para os beneficiários, era positivo o desenrolar do projeto. A coordenação geral apresentou um modelo de atividades proposto para o encerramento que aconteceria no Colégio Dom Amando²². Chegou-se a um consenso de que teria rodízio de atividades por faixa etária, gincana, apresentações culturais convidadas e animação circense.

6. Processo das inscrições

Ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro quando se estabeleceu o período de 11 a 25/06/07, que ficou sob responsabilidade da direção das escolas municipais e dos professores de Educação Física da rede municipal. O segundo, motivado pelas poucas inscrições do processo anterior ocorreu cinco dias antes do início da Colônia de férias, quando os coordenadores de pólos e suas equipes de trabalho organizaram mobilizações nas escolas municipais e estaduais e montaram equipes específicas de inscrições no próprio espaço onde ocorreria às atividades. Esta decisão foi a mais acertada, pois em menos de três dias as inscrições por pólo se multiplicaram. A avaliação feita desse último processo pela coordenação geral e pelas coordenações de pólos foi salutar e importante para o sucesso da Colônia de Férias.

O total de inscritos para participar da II Colônia de Férias da Cidade da Gente foi de 2.906 (dois mil novecentos e seis), distribuídos entre crianças a partir de 5 anos de idade, adolescentes e adultos. Desse total participaram efetivamente durante as duas semanas, 2.670 (dois mil seiscentos e setenta) colonistas.

7. Processo da estruturação da Colônia de Férias

O projeto da II Colônia de Férias previa a formação de uma coordenação geral e duas específicas e ficou assim constituída:

²² O Colégio Dom Amando é uma escola particular que atende alunos do ensino infantil ao ensino médio e dispõe de uma ampla área de esporte e lazer.

Coordenação Geral: Rita Maria Peloso Grasso, Elianey Roberta Lages de Azevedo e Daniela Neves; Coordenações específicas: de Infra-estrutura: Clodoaldo Santos Pereira, Jony Caldas e Anderson Augusto e as coordenações dos Pólos. No pólo Prainha a coordenação foi feita por dois acadêmicos de Educação: Ruth Helena Pereira Barroso e César Augusto Sadalla Pinto; no pólo São José Operário com o acadêmico de Educação Física Márcio Luiz Nascimento dos Santos e do professor Ernandi Nogueira Paiva; coordenando o pólo da Nova República ficou sob a responsabilidade da acadêmica de direito Donária Souza Silva, da agente de esporte e lazer da cidade do Programa Esporte e Lazer da Cidade, Tânia Maria Sousa de Castro e do acadêmico de Educação Física e coordenador do núcleo do Programa Esporte e Lazer da Cidade do bairro da Nova Republico o senhor Manuel Pereira Silva; na coordenação do pólo Esperança ficou a administradora Maria do Socorro Peloso da Silva e da acadêmica de Educação Física a senhora Maria Betânia S. de Farias; a coordenação do pólo Santarenzinho ficou sob a responsabilidade do acadêmico de Educação Física o senhor Rodrigo Alessandro Silva Sousa e do Professor de Educação Física o senhor Joaquim Élson de Jesus Marialva e por fim a coordenação do pólo Mapiiri esteve sob o comando do professor de Educação Física o senhor Edmundo Sidney Oliveira Jati e da monitora do Programa Esporte e Lazer da Cidade a senhora Josiane Roque dos Santos.

Cada coordenação dispôs de um período para estruturar/ planejar as ações/atividades dos seus pólos, ficando no curso de capacitação a montagem das equipes, bem como, o fechamento do planejamento. Três dias antes do início das ações da Colônia de Férias, cada equipe se deslocou para os pólos onde organizaram cada detalhe para o início do projeto.

A coordenação geral ficou responsável pela confecção de todos os materiais didáticos, propagandas, ofícios e convites; pela articulação e busca dos recursos, das compras dos materiais es-

portivos e didáticos, pela alimentação e pelo acompanhamento das ações diárias vivenciadas nos pólos. Coube também a coordenação geral em conjunto com a equipe de infra-estrutura, a distribuição dos materiais necessários para o funcionamento dos pólos, a ornamentação do local e elaboração das atividades para o encerramento.

8. Processo de Capacitação das equipes

O curso de capacitação visava um aprimoramento para a equipe de trabalho, ocorreu nos dias 27 e 28/06/07 no horário de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 18h00, nas dependências do Colégio Batista de Santarém, e se estruturou da seguinte forma: Na manhã do dia 27/06/07, o primeiro momento foi à abertura feito pela Professora Rita Maria Peloso Grasso, que enfatizou a importância da efetivação do projeto, bem como, do papel do Poder do Público com as Políticas Públicas.

Ressaltou a primeira experiência de Colônia de Férias organizada pela equipe e sua publicação no livro “Brincar, Jogar, Viver”, organizado por Nelson Carvalho Marcellino e Marcelo Pereira de Almeida Ferreira e editado pelo Ministério do Esporte. Depois desse momento, houve uma dinâmica de grupo feito pela coordenadora geral do Programa de Esporte e Lazer do município de Santarém, a senhora Maria do Socorro Peloso da Silva.

Fazendo parte do terceiro momento a professora Roberta Lages de Azevedo, conduziu os trabalhos e apresentou o projeto da II Colônia de Férias da Cidade da Gente. Houve um período de debates em grupos obedecendo já o critério dos pólos. Depois desse momento, foi apresentado o vídeo contendo parte das experiências da primeira Colônia de Férias. Ainda no período da manhã do dia 27 de junho, foi distribuída e discutida uma apostilha, onde continha algumas orientações para uma boa efetivação de um projeto de Colônia de Férias. Ao final, como parte do sexto

momento da manhã, as equipes foram divididas por pólo, a fim de que no período da tarde iniciasse o planejamento. À tarde do primeiro dia foi dedicado ao planejamento das ações de cada pólo, seguido no final da apresentação desse planejamento. No segundo dia, 28/06/07, cada grupo dirigiram-se aos seus pólos para reconhecimento do local e término do planejamento.

9. A organização dos pólos

O processo organizativo e as ações ocorridas nos pólos ocorreram baseado muito na realidade local e nas experiências e criatividade de cada coordenação/equipe. Esta etapa de preparação e efetivação do projeto foi um momento muito rico. Por exemplo, o pólo Esperança trabalhou uma experiência de coordenação compartilhada, onde possibilitou a outros membros da equipe a experimentação de fazer parte das decisões dos trabalhos. O pólo do São José Operário apostou na unidade de sua equipe, a fim de facilitar e desenvolver as tarefas com a maior responsabilidade e perfeição. Neste pólo a capacitação dos membros da equipe foi levada muito a sério, tanto é verdadeira tal afirmação, que um curso foi realizado durante o transcurso da Colônia.

Em termos de organização os pólos funcionaram tendo uma coordenação geral e algumas equipes setorizadas responsáveis, por exemplo, pelos materiais esportivos e didáticos, pela alimentação, limpeza do local e etc. Ficando sob responsabilidade da coordenação geral e equipe geral de infra-estrutura a distribuição diária de materiais e alimentação em falta nos pólos, da água ou qualquer problema de maior proporção ocorrida em cada pólo. Em cada grupo havia uma equipe específica de enfermagem que se responsabiliza pelos pequenos acidentes ocorridos no decorrer das vivências. Esses profissionais de enfermagem foi uma parceria com uma Universidade Particular. Importante ressaltar neste relato foi a participação da comunidade nas equipes, como

voluntária. Em nossa cidade há algum tempo existe um fenômeno formado pela maioria de jovens que se chama “ganguê”²⁵, muitas vezes esses grupos se juntam por falta de iniciativas e oportunidade oferecidas pelos governos e praticam atos ilícitos de todas as espécies, e em muitos casos não deixam que ações aconteçam, em nossa Colônia de Férias foi possibilitado em todos os pólos a oportunidade para esses grupos e assim, os mesmos fizeram também parte da equipe, diga-se de passagem com muita dedicação e competência.

10. A Confecções dos materiais

Com o intuito de otimizar e organizar os serviços para uma boa visualização do antes, o durante e pós-colônia de férias, foram confeccionados alguns formulários, algumas artes e materiais didáticos. Na confecção das artes contamos com um profissional ligada a Secretaria de Educação, que sempre tem colaborado com as artes dos eventos e dos projetos da Assessoria. Fora às artes, todos os demais materiais foram propostos pela coordenação geral da Colônia, e foram os seguintes: **Formulários:** ficha de inscrição, controle de inscrição, composição da equipe, frequência da equipe dados dos colonistas, bairros e escolas de origem, dados da equipe de trabalho, dados das atividades, avaliação dos colonistas 06 anos, avaliação dos colonistas 10 anos, controle de gastos, frequência curso de formação, ficha dos jurados, ficha resultado geral da gincana, recibo de entrega de materiais.

O formulário “controle de inscrição” proposto pela coordenação geral da Colônia não foi útil, por ser segundo os coordenadores muito complexo, ficando sob responsabilidade dos coordenadores instituírem uma nova proposta, conforme o entendimen-

²⁵ São grupos especialmente de jovens desempregados e que não estudam que formam uma galera chamada de gangues e que praticam muita arruaça nos bairros.

to de cada um, por isso, novos controles e confecção de novos formulários foram feitos no decorrer do processo.

Constatou-se a grande dificuldade dos profissionais em lidar com o processo burocrático, houve dificuldade na devolução dos formulários que continham todos dados quantitativos dos colonistas e da equipe trabalho. Na falta desses dados a coordenação geral teve dificuldade de visualizar a participação dos colonistas, dos profissionais e dos voluntários. Faz-se necessário diante da comprovação que esse item deve fazer parte do processo de capacitação. Os dados evitam alguns transtornos como, por exemplo: a falta de camisas dos colonistas e equipe, a alimentação, os materiais esportivos e os materiais didáticos. **Artes:** camisas – da equipe e dos colonistas, banner, crachá, convite abertura, convite de encerramento, calendário para a frequência dos colonistas, senha para lanche, certificado para monitor, certificado para padrinho/madrinha, certificado para coordenadores, certificado para voluntários e agradecimento aos colonistas.

Como a maioria das inscrições dos colonistas ocorreu na última semana antes de iniciar a Colônia, houve problema quanto a quantidade de camisas para os pólos. Como já foi relatado o processo de divulgação/inscrição foi atropelada pelo tempo, por conta desse atraso, a coordenação geral teve que mensurar aleatoriamente o quantitativo das camisas dos colonistas e da equipe, assim como também, os tamanhos por faixa etária. Vale ressaltar que por cada faixa etária estava prevista uma cor de camisa, sendo instituído pela coordenação 5 faixas etárias assim distribuídos: 7 a 8 anos; 9 a 10 anos; 11 a 12 anos; 13 a 14 anos e de 15 a 16 anos.

De acordo com as visitas aos pólos feitos pela coordenação geral durante o decorrer da colônia de férias para acompanhar o desenrolar das atividades, se percebeu que o calendário organizado para se obter a frequência diária dos colonistas, não foi prático, pois alguns pólos optaram em elaborar um outro controle de

freqüência, argumentando que os calendários davam muito trabalho e se perdia um montão de tempo.

O agradecimento aos colonistas foi confeccionado em forma de pipa. A quantidade foi feita de acordo com o número de colonistas, porém, nem todos os colonistas participaram da festa de encerramento da Colônia. **Materiais didáticos:** orientação para coordenação de pólo, programação do pólo, apostila monitor e roteiro de relatório.

11. As Atividades vivenciadas em cada pólo

Todas as atividades efetivadas nos pólos foram inicialmente propostas pela coordenação geral, em seguida pelos coordenadores de pólos e por fim por toda a equipe. Constatou-se das seguintes atividades: futebol, voleibol de areia e de quadra, handebol, basquetebol, tênis de mesa, futsal, oficina de papagaio, pintura, artesanato em argila, jogos de salão, jogos e brincadeiras, dança, contação de história, trilha ecológica, acantonamento, passeios, palestras, filmes, escovação, canto coral, tênis de mesa. Nem todos os Pólos tiveram a oportunidade de vivenciar todas essas atividades acima elencadas, pois as ações/atividades, diferenciavam-se conforme os pólos e suas estruturas de funcionamento, bem como, da organização e captação de recursos da equipe organizadora.

Em termos organizativos e de vivências/atividades, se avaliou que o Pólo da Esperança e do São José Operário foram aqueles que mais conseguiram possibilitar aos seus colonistas momentos diferenciados e lúdicos de lazer. Suas equipes de trabalho conseguiram captar recursos, além daqueles oferecidos pela coordenação geral, capacitar melhor suas equipes, assim como, favorecer um sentido de férias para aqueles que optaram ou por falta de opção, ou decisão própria, em participar da II Colônia de Férias.

As vivências foram as seguintes: pólo Prainha: Basquete, Lutas, Vôlei de areia, Futsal Jogos de salão, Dança, Handebol,

Jogos populares, Papagaio. Também foram oportunizadas palestras com o Corpo de Bombeiros sobre os primeiros socorros e com a Secretaria Municipal de Saúde sobre higiene bucal. No Pólo do São José Operário; Futebol de campo, Futsal, Capoeira, Tae kwon do, Basquete, Recreação, Jogos de salão, Vôlei, Dança, Ginástica, Música, Pintura, Palestras, Laboratório pedagógico, oficina de Papagaio, canto coral. No pólo da Nova República, o local onde foram oportunizadas as maiorias das atividades foi uma escola parceira da rede estadual de ensino e as atividades foram as seguintes: Ginástica, Capoeira, Dança, Futsal, Basquete, Vôlei de areia, Futebol, Jogos populares, oficina de Papagaio, palestras sobre relações interpessoais e sobre meio ambiente, além de caminhada ecológica. No pólo Esperança a variedade de vivências foram intensas como: Contação de história, Jogos e brincadeiras populares, Jogos de salão, Música, Dança, Vôlei de areia, Futsal, Atletismo, Jogos eletrônicos, Oficinas criativas, Artes, Hand beat, oficina de Papagaio, Cinema, Palestras, Passeio e trilhas ecológica, Acantonamento. As atividades possibilitadas no pólo do Santarenzinho foram: Futsal, Futebol de campo, Cantinho da leitura, Pintura, Ginástica, Capoeira, Jogos Populares, Voleibol de areia, Brinquedos alternativos, Oficina de Papagaio, artesanato em argila e Cinema. No pólo Mapiri os colonistas vivenciaram: Handebol, Vôlei, Futsal, Dança, Capoeira, Jogos de salão, Jogos populares, Pintura, Karatê, Oficina de Papagaio e Cinema.

12. O Encerramento

Para o encerramento da II Colônia de Férias, a equipe contou com as dependências do Ginásio do Colégio Dom Amando, com o campo, com uma área livre de grama, com 2 piscinas e o refeitório. Tudo planejado, conforme o planejamento realizado no dia 7, haveria um rodízio das atividades por faixa etária, e simultaneamente a gincana, e as apresentações culturais convidadas e animação circense. Uma proposta muito ousada para pou-

co tempo previsto, para uma equipe pequena e muito cansada e, principalmente para uma equipe não capacitada para “controlar” 2.300 (duas mil e trezentas) pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos.

Imediatamente a coordenação geral reuniu todos os coordenadores de Pólos e decidiu em conjunto, que a proposta inicial era inviável em função dos problemas citados acima. Pela nossa avaliação era quase que impossível conter a boa organização das atividades, especialmente as aquáticas, pois em Santarém não existe piscina pública e em função disso, nossas atividades neste campo seriam “invadidas” pelos participantes e nós perderiam o controle da situação e do local, podendo por falta de profissionais, contávamos somente com dois especialistas (bombeiros) no local, ocorrer uma tragédia.

Para reflexão da próxima Colônia, eleamos alguns contratempos mais relevantes para que sejam repensadas e mudadas as estratégias de execução: **Quanto a Programação**, ficou muito extensa e cansativa para os colonistas. Fica a sugestão de fazer somente a gincana, e que esta envolva mais colonistas, através das provas relâmpagos, assim como, diminuir o horário que foi até as 13h00 para as 11h30min. **As atividades circenses** foram pobres, por isso, não envolveu os colonistas, talvez pelo fato da distância em que ele ficou (no palco). **O Lanche** foi servido muito tarde apesar de sua programação ter sido previsto para as 9h30, deixando principalmente as crianças com muita fome, causando em algumas mal estar. A infra-estrutura não providenciou com antecedência os copos suficientes. **A senha** – a proposta foi salutar, porém se faz necessária encontrar uma estratégia, onde não haja repetição da alimentação, talvez a melhor maneira seja dividir os lanches por pólo e cada equipe faria a distribuição, evitando problemas de longa espera e de repetição. Este ano houve uma inovação na alimentação para o encerramento, além da pizza servida com refrigerante, houve ao final do evento um sopão ofere-

cido pela equipe da Secretaria de Trabalho e Assistência Social. Como o calor era insuportável e o horário muito avançado, poucos colonistas participaram desse momento.

13. O processo avaliativo

Foi dividida em duas fases. Uma proposta pela coordenação geral que um dia antes do término da Colônia de Férias deveria ocorrer. Esta etapa estava dividida por faixas etárias, sendo que, os colonistas de 7 a 8 e alguns de 9 anos poderiam avaliar a Colônia por meio de dois instrumentos: o primeiro o escrito caso ele fizesse tal opção e o segundo, através de desenhos, onde pudessem expressar a sua avaliação utilizando tal recurso. Os monitores, madrinhas, padrinhos e voluntários avaliaram a Colônia por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas. Já os coordenadores de pólos avaliaram a Colônia de Férias em uma reunião com a coordenação geral cinco dias após o encerramento. Outro momento de avaliação ocorria todos os dias, assim que se encerravam as atividades nos pólos, neste momento a equipe avaliava o dia a dia da Colônia. Além desses dois momentos cada pólo entregou após o encerramento da colônia um relatório.

Fontes

1. BONALUME, Claudia Regina, O Lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, Ademir & DA COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
2. GRASSO Rita Maria de Fátima Peloso. Colônia de Férias: Um Relato de Experiência de Políticas Públicas em Santarém. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho Marcellino e FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida (ORG.). *Brincar, jogar, viver*. N. 1, V. 2. Brasília/DF: SNDEL/ME, 2007.

3. MULLER, Ademir. Lazer, Desenvolvimento Regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: MULLER, Ademir & DA COSTA, Lamartine Pereira (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
4. ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas/São Paulo: Escuta, 1994.

4. TECENDO UMA NOVA CULTURA LÚDICA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Gislei Siqueira

Paulo Ueti

Equipe do CEPATEC

O projeto ora citado situa-se no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Ministério do Esporte, destinado a possibilitar o acesso à prática esportiva e de lazer às pessoas, principalmente em áreas de vulnerabilidade social.

Os assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, sem dúvida, são áreas de extrema vulnerabilidade. A estrutura fundiária do Brasil é historicamente marcada pelas políticas que sempre beneficiaram os grandes proprietários. Isso sempre causou violência física e psicológica contra as populações camponesas. Esta estrutura fundiária inserida e modernizada pelos efeitos da globalização, em especial pela *Revolução Verde* e sua conseqüente mecanização, produziu no último cinquentenário um violento processo de êxodo rural e desemprego no campo.

O projeto vem se desenvolvendo em áreas da Reforma Agrária acompanhadas pelas Equipes Locais do CEPATEC, bem como de parceiros locais importantes e relevantes, nos estados de Maranhão – com dois núcleos, São Paulo – com 10 núcleos, Paraíba – com dois núcleos e Pernambuco – com 3 núcleos.

O projeto prevê atender aproximadamente 8.500 pessoas em todas as atividades previstas e algumas imprevistas que estão acontecendo por iniciativa própria das comunidades.

Tem sido muito relevante a organização da comunidade para estas atividades. As impressões que se tomam das pessoas dos assentamentos tem mostrado o quão importante para as Áreas da Reforma Agrária é levar este tipo de discussão bem qualificada de esporte e lazer, bem como oportunidades atividada-

des diversas, muitas destas já perdidas ou esquecidas, como danças populares, danças tradicionais, capoeira, brinquedos artesanais, etc.

Este projeto de “Esporte e Lazer da Cidade nos Assentamentos da Reforma Agrária” tem como principal objetivo contribuir para a melhoria das condições de convivência e de sociabilização das comunidades rurais através da utilização do esporte, do lazer e da cultura como instrumentos de inclusão social, de afirmação da identidade cultural e de melhoria da qualidade de vida do meio rural paulista.

Por meio da parceria com o Ministério do Esporte, o Centro de Formação e Pesquisa Contestado – CEPATEC está construindo alternativas que superem a exclusão social e a falta de oportunidades das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, além das pessoas com deficiência e com necessidades especiais dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária no Brasil.

Queremos apresentar um pouco dos resultados desse processo para a Reforma Agrária.

Metodologia adotada pela equipe do CEPATEC para todas as atividades de Capacitação e Formação:

A estratégia adotada é, especialmente, a da **educação popular** em todos os níveis de atuação e com todos os grupos familiares envolvidos. Como processo, é nossa prática: sensibilização e reorganização dos grupos em torno da proposta, envolvimento dos educadores (diretamente envolvidos no dia a dia ou pontualmente na atividade) no projeto; envolvimento de educadores técnicos agrícolas que atuam nas comunidades e nos empreendimentos e outros profissionais locais que atuam na ATEs; realização dos eventos propostos de qualificação profissional e troca de experiência com outros grupos que atuam na área de capacitação proposta.

Nossa metodologia leva em consideração a cultura camponesa, a diversidade, a participação equitativa de homens e mulheres, o aprender fazendo, o aprender a aprender, envolvendo os vários aspectos da formação humana desde as condições objetivas em que se encontram os trabalhadores em cada curso, cada grupo, cada participante e os aspectos pedagógicos que são construídas pelos participantes com apoio da coordenação e assessoria de cada curso.

O método pedagógico tem como ponto central que a formação é feita pela própria prática dos Sujeitos envolvidos no processo. Nossa caminhada nas diversas atividades formativas que realizamos, nos ajudam a identificar alguns ou aspectos básicos desta construção.

Princípios pedagógicos:

- Relação entre prática e teoria.
- Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação.
- A realidade como base da produção do conhecimento.
- Conteúdos formativos socialmente úteis.
- Educação para o trabalho e pelo trabalho.
- Vínculos orgânicos entre processos educativos e processos econômicos.
- Vínculo orgânico entre educação e cultura.
- Gestão democrática.
- Auto-organização dos/das estudantes.
- Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e das educadoras.

5. OS DESAFIOS DO ANIMADOR CULTURAL NO COTIDIANO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE/PELC

Robson dos Santos Bastos¹

O Governo Federal, através do Ministério do Esporte (criado no ano de 2003 pela atual gestão), implanta o Programa Esporte e Lazer da Cidade com o intuito de “suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004) com ele também nasce a figura do Agente Social de Esporte e Lazer, sujeito fundamental para a concretude dessa política social, por ser um militante cultural, mobilizador comunitário, representante legítimo da comunidade que aglutina as condições técnica e políticas no trato com o Esporte e Lazer.

De acordo com a concepção do programa o quadro de Agentes Sociais de Esporte e Lazer selecionados pelas entidades ou pelos órgão governamentais convênidos com o Ministério do Esporte, não deve, necessariamente, ser composto por profissionais de Educação Física, haja vista a possibilidade de ações que o programa poderar desenvolver, pois ele é entendido como um sujeito de múltiplas características que dá a dinâmica para as atividades culturais necessárias ao desenvolvimento humano. Por essas características, o texto trata o Agente Social de Esporte e Lazer como Animador Cultural, haja vista que suas ações aproxima-se da premissa da Animação Cultural². O intuito é de contextualizar suas ações identificando os desafios do Animador Cultu-

¹ Professor de Educação Física, Especialista em Pedagogia do Movimento Humano – Membro do Instituto Cabano de Assessoria e Pesquisa em Educação Popular – ICAPE. Email: robsonbastos@hotmail.com

² Para melhor aprofundamento do termo, recorrer a TRILLA, 1997 e 1998 (Coord.)

ral no cotidiano do Programa Esporte e Lazer da Cidade/PELC apontando caminhos que possam colaborar com a superação das dificuldades.

Sua ação pedagógica desenvolvida no cotidiano do PELC não é fácil e estará sempre se defrontando com realidades desiguais onde o seu lado será a do mais frágil, em seu cotidiano suas concepções serão permanentemente contestadas, bem como seus valores e a todo instante será tentado a se corromper pelos valores capitalistas. Essa realidade se faz presente haja vista o valor estabelecido pela indústria cultura à prática do esporte, da arte e do lazer que traz em seu cerne um conjunto de normas e hábitos no sentido de ajustamento e de reforço da sociedade capitalista.

Dentro desta lógica de consumo materializada ao longo da história na sociedade moderna, as ações culturais ligadas ao esporte e lazer se utilizam de atividades econômicas como estratégia para se proliferar em diversos setores da sociedade, essa prática, industrialmente organizada nos padrões dos grandes blocos monopolistas do capitalismo, nos faz refletir sobre o compromisso da Animação Cultural na perspectiva de transformar a idéia de que a cultura é privilégio pra poucos.

Quando falamos de cultura, estamos nos referindo a algo amplo e complexo, que abarca valores, linguagens e manifestações, ritos, símbolos, relações sociais, disputa de poder e manipulações. Devemos entendê-la não de forma linear e maniqueísta, mas sempre com base em uma visão de trocas e resistência (embora haja muitas acomodações) entre o oral e o escrito, entre o macro e o micro, entre quem domina e quem é dominado. Estamos, enfim, falando de um campo de tensões e conflitos. (MELO 2003, p. 28)

Neste sentido o principal desafio do Animador Cultural está na busca de uma ação que se contraponha a essa lógica da espetacularização televisiva que molda o pensamento das pessoas tendo

como compromisso questionar e problematizar os conceitos e valores sustentados pela ideologia dos que dominam.

A complexidade que ele encontra em sua trajetória, requer preparação e disposição, pois cabe a ele o cuidado para não reproduzir de maneira descontextualizada as manifestações culturais disponíveis na sociedade, principalmente aquelas que estão vinculadas aos grandes meios de comunicação, sua preocupação deve estar voltada para a relação que essas manifestações possam vir a ter com a realidade cultural dos sujeitos que fazem parte do cotidiano do programa, pois, as estratégias utilizadas por esses veículos estão ligadas aos interesses daqueles que comandam a indústria cultural que entram na vida das pessoas, moldando seus rumos através de significados e valores que influenciam diretamente no seu comportamento.

Na concretude desta ação contextualizada o Animador Cultural deve exercer um papel de mediador, abandonando a idéia de um simples realizador de atividades corporais e considerar a multiplicidade de manifestações culturais existente no contexto onde o programa está sendo desenvolvido. A Animação Cultural deve ser entendida como o desenvolvimento de uma ação pautada no cotidiano dos sujeitos que participam da dinâmica das ações, através de uma ação pedagógica que prisme pela mediação do conhecimento, do estímulo à compreensão dos conceitos e significados da cultura local, na construção democrática visando a organização comunitária e a contestação permanente do *status quo* da sociedade.(MELO, 2006)

Essa intervenção não deve se restringir apenas ao cotidiano do PELC mas também como uma ação permanente na família, no trabalho, na escola, no lazer ou em qualquer outro espaço possível de educação, principalmente entendida como possibilidade de intervenção não apenas em uma área de conhecimento, haja vista, que a concepção política do programa abrange diversos conteúdos do lazer e amplia as possibilidades de di-

nâmicas corporais, com isso afirmamos que uma das tarefas dos animadores culturais é mesmo questionar e problematizar os conceitos do esporte, da arte, da dança, do teatro, da música dentre outros.

Neste sentido aponta-se neste texto a perspectiva do processo de Avaliação na Animação Cultural e a Organização Comunitária como os desafios principais a serem superados pelo Animador Cultural, na busca da qualificação de sua intervenção no cotidiano do programa através do exercício pleno da cidadania.

A avaliação na Animação cultural

Toda ação de uma pessoa ou um grupo de pessoas deve passar por um processo avaliativo na perspectiva de se pensar o avanço das barreiras encontradas, de mudança de estratégias ou de continuidade de ações consideradas produtivas, portanto, indispensáveis para concretude das metas inicialmente pensadas. A Avaliação na Animação Cultural sob esse parâmetro deve ser referência, por ser tratar de uma ação que busca a transformação da realidade social, pois, não caberia um processo avaliativo baseado na condição única da mensuração de resultados, de conquistas individuais ou de comportamentos unilaterais e sim de uma concepção bidimensional da cultura.

Isso torna a avaliação um processo complexa, pois a concepção positivista de avaliação foi historicamente disseminada nas práticas esportivas, influenciando as práticas sociais desenvolvidas por instituições ligadas ao esporte e lazer (Secretarias municipais e estaduais, departamentos, diretorias, coordenadorias, club's, ong's, etc.) e devido essa herança, a ação pedagógica desenvolvida em grande parte dos programas sociais ligados ao esporte e lazer, em sua grande maioria, cumpre um papel educativo de manutenção de uma sociedade extremamente competitiva. Estabelecer o contraponto a essa realidade através de um processo avaliativo que dialogue com a tríade ação-refle-

xão-ação é um desafio do Animador Cultural no cotidiano do PELC.

MARTÍNEZ define a Avaliação na Animação Cultural da seguinte forma:

...como a recolha e a análise sistemática de todas as informações necessárias para determinar o valor ou o mérito das ações realizadas ou em curso de realização. Trata-se, portanto, de emitir juízos de valor, de avaliar a atribuição de sentido às acções, processos, produtos, realidades, etc. Toda a avaliação é algo mais do que uma mera descrição ou análise; é, fundamentalmente, uma comparação entre <<oque há>> e <<o que julgamos que deveria haver>>. O <<julgamos>> e o <<deveria>> remetem, necessariamente, para uma axiologia; causa e ou produto da ideologia dos implicados no processo avaliador (cliente, avaliador, grupo ou comunidade, etc.). Assim sendo, não há avaliação neutra, mas obedecerá sempre, quer na concepção quer na seleção ou elaboração de instrumentos, à posição ideológica dos avaliadores. A avaliação tem um <<porquê>> e um <<pra quê>> que contextualizam e condicionam o <<quê>>, o <<quem>>, o <<como>>, o <<quando>>, e o <<onde>> dessa avaliação. (2004, p. 190, grifos do autor)

Desta maneira o Animador Cultural deve exercer no cotidiano do programa uma ação permanentemente reflexiva sobre suas atitudes e as dos outros, compreendendo os indivíduos como produtores e não como produtos, respeitando os seus limites, mas não aceitando os limites impostos pelos setores da sociedade que procuram determiná-los. Esse desafio se torna ainda mais complexo quando se é deparado com a extrema necessidade do ser

humano, que vive em uma cultura capitalista, de vencer a qualquer custo, de alcançar resultados expressivos, mesmo que isso signifique subjugar o outro, trapacear, lubrificar, ações inadequadas a busca de um bem estar social.

De uma maneira geral, o processo de avaliação na Animação Cultural que aqui é defendida enquanto intervenção para o PELC, deve efetivamente levar em conta a realidade de todos que estão envolvidos no processo de intervenção do programa, a partir da visão particular do mundo de cada sujeito que atribui um valor ao contexto de sociedade, para então introduzir modificações e ajustamentos que o torne compreensivo a partir de um contexto mais amplo de sociedade.

De certa forma todo esse processo não deve ser entendido apenas como tarefa única de quem esta na ponta do programa, desenvolvendo ações que possam implementar a política defendida por uma política de governo, a transformação do *status quo* se faz também com a intervenção daqueles que são os responsáveis institucionais dessa ação político-social, se fazendo presente no cotidiano da comunidade tendo o compromisso de utilizar esses parâmetro na construção de um espaço participativo e democrático, proporcionando uma dinâmica permanente de assessoramento e acompanhamento, além da formação continuada, criando um ambiente cooperativo onde todos estejam envolvidos na concepção e na implementação de um processo de ensino-aprendizagem necessário para a construção de uma nova cultura que contemple a avaliação como um processo desejável e necessário na busca de uma dinâmica social mais justa e igualitária.

Vamos gerir a cultura da Organização Comunitária

As políticas públicas voltadas às práticas culturais desenvolvidas nas cidades são reduzidas e limitadas, normalmente elas são ligadas à cultura erudita, com o objetivo de proporcionar a

espetacularização das manifestações artísticas com o intuito de promover uma ordem social que, propositalmente, acabam por afastar as pessoas comuns dos espaços que estão sendo destinados a essas manifestações, desta forma tentam estabelecer uma certa classificação hierárquica que limita a compreensão da população sobre os diversos planos da organização cultural. (MELO, 2003) O tempo excessivo destinado ao trabalho, a compreensão estreita sobre cultura, o número reduzido de equipamentos adequados e o limite dos próprios sujeitos envolvidos na compreensão de organização comunitária é um dos fatores que contribuem para esse processo.

Essa realidade, dificulta o envolvimento de cidadãos na construção de uma prática inclusiva e democrática, pois, essa participação predispõe de uma organização a partir das necessidades humanas. No PELC, o processo de participação efetiva dos envolvidos na concepção e na produção das ações culturais que deverão ser desenvolvidas passa inicialmente pela concepção política e administrativa dos gestores do programa, “homens e mulheres com estilo de trabalho organizativo partilhado, cooperativo. A partir de um método comum. Onde as decisões são partilhadas e a maioria toma-se nas equipas de serviços.”(PICART, 1998)

Essa dinâmica tem como princípio o estímulo a auto-organização e o trabalho coletivo no âmbito das práticas corporais, sendo assim, os Animadores Culturais que passam por esse processo pedagógico poderão ter uma referência na construção de um ambiente participativo e democrático no cotidiano do PELC, tendo como paradigma a formação promovida pelo programa e ainda o assessoramento e acompanhamento permanente feito pelos coordenadores de núcleos com o intuito não de fiscalizar mas de criar um ambiente favorável para que o Animador Cultural possa superar os desafios encontrados.

Sendo assim, o entendimento de que as práticas culturais deve ser um direito de todos passa por um processo de transformação das práticas educativas tradicionais, “onde a cidade deve ser compreendida como espaço privilegiado de realização do desenvolvimento humano, como realização de direitos” (LIMA e RODRIGUES, 2000, p.10), por meio da criação de um ambiente democrático e participativo que envolva todos os sujeitos no processo de feitura do cotidiano do PELC e das práticas de lazer que emergirão do reconhecimento do lazer enquanto direito e necessidade humana.

Fontes

1. LIMA, Alberto Ferreira e RODRIGUES, Edmilson Brito (Org.): *Educação: nave do futuro*. Belém: Labor Editorial, 2000.
2. MARTÍNEZ, Xavier Úcar. A avaliação da Animação Cultural. In: TRILLA, Juame (Org.). *Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Editora Ariel, 1998. (Coleção Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget)
3. MELO, Vitor Andrade de, ALVES JR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
4. MELO, Vitor Andrade de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papirus, 2006. (Coleção Fazer/Lazer)
5. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Manual de orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: SNDEL, 2004.
6. PICART, Toni Puig. Gerir a cultura da cidade com os cidadãos. In: TRILLA, Juame (Org.). *Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Editora Ariel, 1998. (Coleção Horizontes Pedagógicos – Instituto Piaget)

6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO CRÍTICO-EDUCATIVA PARA O ANIMADOR CULTU- RAL DO PROGRAMA ESPORTE LAZER DA CIDADE

Cláudio Gualberto²⁴

Leonardo Toledo Silva²⁵

RESUMO: Este artigo procura de alguma forma contribuir com as possibilidades de atuação do animador cultural no PELC. Considerando as peculiaridades do cenário, atores, platéia e vivências, os autores procuram argumentar com base nos fundamentos da animação cultural, como uma tecnologia educacional, propondo uma intervenção que seja ao mesmo tempo crítica e educativa para o animador cultural que trabalha no PELC.

PALAVRAS-CHAVE: animador cultural, animação cultural, educação.

1. O Programa Esporte lazer da Cidade (PELC)

O papel ocupado pelo Esporte e Lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano. Portanto, faz-se necessário formular políticas públicas para a área. Políticas públicas segundo Bobbio et al (1995), são os “instrumentos de gestão do bem público, que o governo define e opera em nome da população”.

Entendendo Política Pública como uma Política Social, Vila Lobos, citada por Zingoni (2001) apresenta o conceito de política social do Comitê Social de Ministros do Chile, como sendo:

“o conjunto de medidas e intervenções sociais que são impulsionadas a partir do Estado e que têm como objetivo melhorar a qualidade de

²⁴ PELC Guanhães, claudio@fitnes.com.br,

²⁵ PELC Guanhães, leotoledos@yahoo.com.br

vida da população e conquistar crescentes níveis de integração social, especialmente dos grupos socialmente excluídos, nas diversas dimensões pelas quais se expressa a sua exclusão (econômica, política, territorial e/ou cultural)".(p.48)

Nesta perspectiva, observando programas de governo, lendo trabalhos apresentados em congressos de Esporte e Lazer - Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte (CONBRACE), chega-se à conclusão que existe uma preocupação acadêmica quanto à democratização do Esporte e Lazer. O tempo destinado ao Esporte e Lazer deve ser vivido de maneira saudável e feliz. E é papel do Estado viabilizar isto para a população, com recursos próprios, com parcerias com o setor privado e com o terceiro setor, mas principalmente promovendo a conscientização da população para que ela se sinta co-gestora do processo, e pouco a pouco construa sua autonomia.

Os avanços na gestão democrática com participação e controle social registrados nas I e II Conferências Nacional de Esporte (2004 e 2006, respectivamente) que resultaram nas diretrizes para a consolidação da Política Nacional de Esporte e Lazer, bem como a reestruturação do Conselho Nacional do Esporte, a aprovação do Estatuto do Torcedor, a regulamentação da Lei Agnelo/Píva, a criação da Bolsa Atleta, os Projetos de lei como a Timemania e a Lei de Incentivo ao Esporte demonstram a vitalidade do mais novo Ministério. Entretanto, são os programas sociais como o Segundo Tempo e o PELC que apresentam maiores possibilidades de ampliar a oferta de atividades esportivas, recreativas e de lazer, combatendo todas as formas de discriminação, na busca da inclusão social e da qualidade de vida, marcas do Governo Lula. (RODRIGUES, 2007, p.14).

Portanto, o PELC é entendido como instrumento importante no fortalecimento do esporte e lazer como direito social.

Implementado através de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, atendendo a todas as faixas etárias, sem abrir mão do atendimento a pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, em atividades sistemáticas de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular na realidade de macros eventos de lazer.

Os núcleos são espaços de convivência social do município, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. As praças, quadras, o salão paroquial e o campo de futebol em cada bairro são exemplos de espaços destinados aos núcleos. Nestes, as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais, físico-esportivas acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática.

O grande diferencial é a ressignificação dos espaços existentes e a busca de espaços alternativos onde a comunidade exatamente não tem sido atendida por não ter espaços específicos de lazer, acreditamos que a efetivação de políticas públicas leva a comunidade a auto organização na busca desses espaços específicos.

Portanto, os núcleos são os locais de referência da comunidade que podem e devem buscar descentralizar as suas ações/atividades nos demais espaços da comunidade sendo esses espaços configurados como sub-núcleos, buscamos com isso evitar considerar como núcleo um espaço que restrinja a comunidade a participação em uma única atividade de lazer. (manual de orientação, 2007).

Contextualizado este cenário, com as particularidades que dão um caráter único ao palco, aos atores, platéia e as performances já desenvolvidas no PELC é que os autores propõem *uma Intervenção Crítica-Educativa do Animador Cultural no PELC*. No entanto, entendermos ser imprescindível uma reflexão sobre alguns pontos acerca da animação cultural e esse personagem, ao qual se

denomina animador cultural: O que é animação cultural? Quem é esse animador cultural? Quando, onde, como, para que e com quem ele atua? No capítulo próximo é justamente esta reflexão que pretendemos fazer, por intermédio da dialogicidade com os autores que tem se dedicado a este campo de estudo, ainda tão incipiente.

2. O Animador Cultural

Neste capítulo transitaremos por um terreno firme, mas ainda um tanto desconhecido para muitos, por que não dizer para uma maioria de nossa sociedade. Muito ainda é preciso se refletir para que essa caminhada tenha um norte definido, com menos entroncamentos ou bifurcações que possam nos confundir para onde seguir, muito embora, nossa proposta de trajeto esteja muito clara, o caminho é que às vezes se mostra muito longo e pouco explorado. Por isso mesmo, não vamos nos aprofundar em conceitos, mas procuraremos entender os questionamentos citados no desfecho do capítulo anterior.

Segundo Victor Melo (2004), a animação cultural pode ser definida como uma das possibilidades de intervenção pedagógica nos momentos de lazer e ainda é citada como uma expressão epistemologicamente mais adequada que outras correntes nacionalmente, dentre elas recreação e ação cultural. Ainda numa aproximação com o mesmo autor, Melo (2006), a animação cultural recebe *status* de tecnologia educacional que tem a cultura como sua preocupação e estratégia central e que devemos compreender que a intervenção no âmbito da cultura significa levar em conta que mais do que com valores estaremos trabalhando também com percepções.

O mundo contemporâneo tem se apropriado significativamente da importante influência dos diferentes padrões de cultura sobre a relação do homem para consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Daí o surgimento crescente de conceitos que são

revistos e afirmam que a educação para as sensibilidades, em suas mais diferentes possibilidades poderá muito em breve ser definidora de uma nova ordem social e um modelo tanto quanto diferente deste atual, construído, sobretudo, sobre a marca do capitalismo exacerbado e uma elitização da cultura, restringindo seu acesso a uma minoria elitista da sociedade. Novos olhares de e para a sociedade contemporânea, favorecem o emergir de novos atores, um deles é exatamente o animador cultural.

Um animador cultural que não estabeleça uma conotação de inércia e de conformismo com sua realidade é o que estamos preconizando para que a própria sociedade possa ser definidora do modelo de sociedade que se quer construir para os anos seguintes aos nossos, perspectivando como cidadãos futuros, nossos filhos, netos e todos que comporão a sociedade daqui a alguns anos. O nosso perfil de animador é consonante com o recomendado por Gómez (*apud* MELO, 2004), qualificado como dialético, com uma atuação referendada na perspectiva dialética, acreditando ser possível a democratização cultural, considerando ser a realidade complexa e construída, a cada dia, é um processo histórico, cumulativo. Democratizar cultural, interpretar a complexidade da realidade, sua construção por acúmulos vivenciais implica necessária em aproximação da comunidade, em incentivo aos movimentos que favoreçam a organização dos movimentos populares, sua autonomia e apropriação das questões que dizem respeito aos seus direitos como cidadãos.

O perfil animador cultural que pensamos precisa partir do pressuposto que as manifestações culturais exercem uma influenciada nunca antes percebida pela sociedade, tanto no âmbito da elite que vê ameaçadas seus privilégios, quanto no âmbito da camada mais simples da população, que cada vez mais deve ser organizada satisfatoriamente para reivindicar o que lhe deve ser assegurado como direito social, por se tratar de dever do Estado, como registro na Constituição Federativa do Brasil.

Para o perfil de nosso animador cultural é preciso questionar a ordem social, cada vez mais excludente, onde concentração de renda e vulnerabilidade social são contrapontos que crescem juntos. Não se trata de abolir um ou outro padrão cultural que se construiu ao longo de toda a historicidade humana, mas sim, perceber e dar oportunidade que se perceba, possibilidade de novos olhares sobre estas manifestações e que se reflita com criticidade contribuindo para a um processo, embora recente e lento, de se educar o homem para as sensibilidades, onde o homem possa compreender melhor a relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

Acreditamos que democratização cultural é um processo evolutivo, onde o animador cultural tem papel destacado, não como o principal ator, mas uma liderança formadora de opinião e que possa mobilizar uma comunidade em busca de uma organicidade participativa e autônoma. Para tal, é importante que o seu trabalho seja dinâmico, junto a representatividade comunitária, oportunizando o comprometimento, a apropriação consciente, o pertencimento. Atuar com e para a comunidade onde se atua é condição prioritária para o trabalho do bom animador cultural.

Por fim, a contextualização de alguns princípios essenciais para concepção de políticas públicas efetivas, com o formato de política de Estado e não de governos (como vemos atualmente) merecem ser mencionados, pois deverão ser pilares de sustentabilidade da atuação deste animador cultural: universalidade, territorialidade, descentralização, intersetorialidade, dialogicidade (participação popular), alfabetização e diversidade cultural e outros.

Isto posto, com um entendimento elementar do que seja animação cultural, o perfil do animador cultural, quando, onde, como, para que e com que ele atua propomos a possibilidade um novo olhar e procuramos nos fazer entender, transferindo o

referencial teórico para ações concretas, como demonstradas no capítulo que segue.

3. Por uma Intervenção Crítica-Educativa

A metodologia preconizada pelos autores recomenda ao animador cultural, a organização coletiva de oficinas com vivências multifacetadas, sempre associadas a um processo crítico-educativo de discussão dessas vivências, por parte dos envolvidos, não os tendo como meros consumidores, mas sim, como também construtores de cultura (s).

Nessa proposta, o animador cultural, na estruturação das oficinas, deverá considerar a realização de 07 encontros, com objetivos claros e específicos, e 01 evento de mobilização comunitária. Segundo Canton (2004) o evento contribui para uma participação do público e a criação de um cenário de diversão cada vez mais criativo, em que os apelos e o envolvimento do indivíduo na atividade sejam cada vez mais expressivos. Passam a ser, então, considerados elementos de comunicação dirigida, aproximativa e interativa em razão das estratégias por ele utilizadas.

O desafio central parece ser criar condições para que todos possam ter acesso aos meios de produção cultural, entendendo que os de "baixo" também produzem cultura. A questão é criar mecanismos para garantir constantes fluxos e contrafluxos culturais, encarando todos como potenciais produtores culturais, não somente consumidores. (MELO, 2006, p.32).

O nosso referencial para a concepção do modelo de intervenção crítica-educativa proposta é Melo (2006), que expressa a Animação Cultural como uma tecnologia educacional que tem a cultura como sua preocupação e estratégia central e que devemos compreender que a intervenção no âmbito da cultura significa levar em conta que mais do que com valores estaremos trabalhando também com percepções.

O módulo de 07 encontros e um evento terá capacidade máxima de 15 participantes, oriundos das turmas de frequentadores do PELC, preferencialmente com jovens acima de 15 anos. Importante destacar que o fator faixa etária não se deverá se constituir em um critério excludente quanto a participação, mas, sim, apenas um ponto de referência, em caso especiais de interessados que estejam fora deste critério.

Cada encontro terá reflexão crítico-educativa e o último os participantes serão incentivados a organizar coletivamente junto à comunidade local um evento de mobilização comunitária, evento este que terá como protagonistas os participantes das oficinas e a comunidade e papel do animador cultural será de apoio para efetivação das ações discutidas e construídas coletivamente.

Novamente dialogamos com Melo (2006) para justificar nossa escolha temática central das oficinas propostas:

A arte cumpre sua função social quando permite ao indivíduo exercer sua possibilidade de crítica e de escolha; quando amplia, ao incomodar, as formas de ver a realidade; quando educa para necessidade de olhar cuidadosamente (tão importante em um mundo de signos e símbolos); também quando desencadeia vivências prazerosas (embora estas não devam ser consideradas como único padrão de julgamento: por vezes não é essa a intencionalidade do artista). Quando cumpre esses papéis, a arte extravasa sua existência para além da manifestação em si. Quando não, as obras podem não passar de algo amorfo para alguns, privilégio de uma minoria. (MELO, 2006, p.36).

Ainda concordamos com Melo (2006) quando ele afirma falar da arte como um meio de educação. Ela é uma parte importante de nossa vida e possui uma ligação inextricável com a realidade. A experiência artística passa a ser uma vivência fundamental para que os seres humanos melhor compreendam o que

está a seu redor. A arte não tem uma função, a arte é uma função. Não se trata de pensar somente em uma educação pela arte, mas fundamentalmente em uma educação para a arte.

Quadro esquemático da proposta de organização das oficinas

Atividade	Descrição sucinta	Local
Encontro I	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação da proposta/objetivos da oficina 2. Abordagem de questões pontuais acerca da cultura: fatores que influenciam, compreensões, acessibilidade aos bens culturais, padrões de organização da (s) cultura (s) e, 3. Proposta de intervenção crítica-educativa: <i>cinema</i>. 4. Apresentação de "curtas". 	<p>Sala de</p> <p>Cinema</p> <p>ou</p> <p>Improvisada</p>
Encontro II	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assistir a um filme do circuito de "Hollywood". 2. Reflexões sobre as contribuições do filme assistido. 	<p>Sala de</p> <p>Cinema</p> <p>ou</p> <p>Improvisada</p>
Encontro III	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assistir a um filme alternativo, fora do circuito convencional. 2. Reflexões sobre as contribuições do filme assistido. 	<p>Sala de</p> <p>Cinema</p> <p>ou</p> <p>Improvisada</p>

Encontro IV	1. Assistir a um filme do circuito de "Hollywood".2. Reflexões sobre as contribuições do filme assistido.	Sala de Cinema ou Improvisada
Encontro V	1.Assistir a um filme alternativo, fora do circuito convencional.2. Reflexões sobre as contribuições do filme assistido.	Sala de Cinema ou Improvisada
Encontro VI	1.Assistir a um filme alternativo, fora do circuito convencional.2. Reflexões sobre as contribuições do filme assistido.	Sala de Cinema ou Improvisada
Encontro VII	1.Construção e preparativos do evento com a presença do animador cultural, todos os inscritos na oficina.	Sala de Cinema ou Improvisada

Evento comunitário	<p>1. Realização do evento de mobilização comunitária, contemplando as expectativas da comunidade e as contribuições das experiências vividas no cinema.2. Discussão, avaliação e reflexões do evento realizado. Local indefinido</p>	Sala de reuniões
--------------------	---	------------------

A dinâmica sequencial apresentada anteriormente tem caráter ilustrativo, já que na prática a definição dar-se-á mediante escolhas do grupo de participantes, face às opções apresentadas pelo animador cultural.

Pontualmente quanto a organização e realização do evento, destaca-se que deverá ser construído pelos participantes, orientados a ouvir a comunidade, sendo disponibilizada a infraestrutura e dependências do núcleo. Como o evento é comunitário, entende-se ser imprescindível a mobilização dos artistas ou talentos desta comunidade, valorizando algo que tem se propagado a quatro cantos como “resgate da cultura local”, termo do qual discordamos, sem que no entanto, percamos de vista a importância da ação para o que deveria ser qualificado como “valorização da cultura local”.

Assim como Melo (2006), os autores entendem que o animador cultural deve ser fundamentalmente um estimulador de novas experiências estéticas, alguém que, em um processo de mediação e diálogo, apresente e discuta novas linguagens; um animador que ao causar incômodo e inquietação favoreça o processo educativo e que informe sobre as possibilidades de melhor sorver, acessar e produzir diferentes olhares. O animador deve perceber que não se trata de catequização, mas de um processo de estimulação de oportunidades de experiências.

O mesmo autor nos fornece dicas ao assistir o filme que podem ser observadas e contextualizadas para as outras manifestações culturais propostas. Sobre o filme relata:

Assim sendo, o ato de assistir o filme é uma diversão que começa antes de entrar no cinema e a película ser projetada. É importante, sim, uma preparação prévia (para saber sobre as críticas, para compreender as intencionalidades ao redor do filme); passa pelo ritual de ir, entrar, assistir; continua quando podemos refletir e conversar posteriormente sobre a fita.

Não estamos com isso propondo uma “produtivização” dos momentos de lazer, mas sim uma ampliação da compreensão desses momentos, para além do seu sentido de alienação correntemente expresso nas considerações do senso comum (aliás, bastante interessante para a manutenção do status quo). Argumentamos que a preparação prévia e a discussão posterior também podem e devem ser divertidas e prazerosas. (MELO, 2006, p.117).

4. Considerações Finalísticas

Em um país com uma distribuição de renda tão ruim outros reflexos são imediatos sobre a sociedade, sobretudo, nas camadas menos favorecidas, que têm que lidar com comprometimento do acesso a direitos sociais como educação, saúde, saneamento básico, habitação, segurança pública e também ao lazer.

Nos últimos anos temos percebido crescente, desenfreado e perigoso aumento das ações organizadas da sociedade civil, por intermédio do Terceiro Setor, no sentido de tentar de alguma forma, suprimir a pouca atuação do Estado no que se refere a garantia constitucional dos direitos do cidadão, dentre estes, a democratização e acesso qualificado ao lazer e esporte. Ao mes-

mo tempo em que estas iniciativas sinalizam a melhor organização da sociedade na busca instrumentos que assegurem seus direitos, o perigo é uma possível desobrigação do Estado para com seus deveres e uma indevida substituição da figura do Estado pelas organizações não-governamentais.

Todo este cenário faz eclodir a todo o momento projetos e programas sociais, grande parte deles numa relação muito próxima com o lazer e o esporte, como é o caso do projeto focado pelos autores. Numa perspectivação de projetos mais maduros e que possam produzir efetividade junto aos seus beneficiários, entendemos a proposta apresentada possa ser replicada em outras iniciativas similares, mas sendo imprescindível a devida contextualização, considerando as peculiaridades de cada cenário.

Considerando a necessidade de uma postura não-conformista, mas sim, de criticidade e contributiva para a construção de um novo modelo de sociedade, acreditamos que a educação para as sensibilidades, a partir de novos olhares seja imprescindível, o que denota também a importância do animador cultural e sua atuação, que preconizamos ser sempre sobre uma perspectiva dialética e que sempre tenha a possibilidade de contribuir para a ampliação do repertório vivencial do ser humano.

Por fim, acreditamos que a abordagem proposta valoriza o conjunto de cenários e atores envolvidos, não reproduzindo modelos anteriores, declaradamente ineficazes para o alcance dos objetivos a que se propõem. A metodologia sugerida possibilita a discussão temática, de modo crítico e educativo, sem que se provoque a produtivização das vivências do lazer, mas nos parece ser uma possibilidade de uma intervenção efetiva por parte do animador cultural que atue no PELC.

Lembramos que optamos pela vivência de uma forma particular de arte (o cinema), mas nas cidades que possuem outras formas de expressão (teatro, museu, espetáculo de dança etc.) é

interessante a vivência e oportunidade de frequentar e diversificar o repertório de experimentações. Ainda destacamos que a experiência é passível de replicação em outros cenários beneficiários por projetos de natureza predominantemente social, centradas nos princípios da inclusão social e direito social.

Fontes

1. BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO G. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995. v.1, p.319-329.
2. CANTON, Antônia Marisa. Eventos. In WERNECK, Christianne Luce Gomes (org.), *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 85-88.
3. MELO, Victor Andrade de. Animação Cultural. In WERNECK, Christianne Luce Gomes (org.), *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 12-15.
4. MELO, Victor Andrade de. *A animação cultural: Conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papyrus, 2006. – Coleção Fazer/Lazer.
5. MINISTERIO DOS ESPORTES. *Manual para implementação do Programa Esporte Lazer da Cidade ações: funcionamento de núcleos, vida saudável e eventos interdisciplinares*. Brasília, 2007.
6. RODRIGUES, Rejane Penna. Introdução: Programa Esporte Lazer da Cidade. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho; FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida (org.), *Brincar, jogar, viver: programa Esporte Lazer da Cidade*. Brasília. Ministério do Esporte, 2007, v. I, p.13-17
7. ZINGONI. Patrícia. A descentralização e novos desafios para a política pública de Lazer em Belo Horizonte. *Revista Cinergis*, Santa Cruz do Sul, v.2, n.1, p. 45-72, jan/jun 2001.

7. A GESTÃO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA PAULISTA-SP

*Diná Teresa Ramos*²⁶

*Bruno Mazzuco*²⁷

*Marcos Vinícius Martines*²⁸

RESUMO: Este estudo apresenta aspectos da gestão do PELC-Várzea Paulista que interferiram diretamente na execução do convênio. Tem destaque ao longo da discussão as dificuldades enfrentadas pelo grupo gestor, bem como elementos da avaliação final do Programa que nos permitem apontar elementos a serem superados no próximo convênio entre a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista-SP e o Ministério do Esporte.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Esporte e Lazer da Cidade; gestão, intersectorialidade

1. O Município de Várzea Paulista e a Realidade Enfrentada pela Administração Pública e pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade

Várzea Paulista é um município do interior do Estado de São Paulo, distante 50 km da cidade de São Paulo, com aproximadamente 100.000 habitantes (IBGE, 2006) e com uma das maiores densidades populacionais do Estado de São Paulo.

A região que constitui o município conta com 36 km², onde o equivalente a 6 km² é formado pela área de preservação ambiental da Serra dos Cristais (conhecida como Serra do Mursa).

²⁶ Consultora do Programa Esporte e Lazer da Cidade que atuou no módulo de formação inicial e no módulo de avaliação do PELC Várzea Paulista-SP e acompanhou a gestão do Programa. Endereço eletrônico: dinafef@hotmail.com

²⁷ Coordenador Geral do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Várzea Paulista-SP. Endereço Eletrônico: mazzuco_fef@yahoo.com.br

²⁸ Coordenador do Núcleo do Programa Esporte e Lazer da Cidade da Vila Popular.

Pode-se dizer, conforme aponta Pereira (2007) que, “o município fica comprimido e participando de um aglomerado urbano que se liga principalmente a Jundiaí, cidade com a qual tem divisas em sua maioria ocupadas por habitações (...) e Campo Limpo Paulista. Pertence assim a uma região comprimida entre a Região Metropolitana de São Paulo, cuja divisa ao norte chega aos municípios de Cajamar, Francisco Morato e Franco da Rocha, e a Região Metropolitana de Campinas, cujo limite ao sul chega aos municípios de Itatiba e de Vinhedo” (p.33).

As características sócio-econômicas de Várzea Paulista apontam para uma das menores arrecadações da região. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), apurado no ano 2000, é de 0,795. Atualmente a cidade encontra-se em 209ª no IDHM no Estado de São Paulo.

Sua população economicamente ativa é formada por trabalhadores, cuja principal ocupação profissional é a indústria (23% da população) - os quais constituem, o que podemos chamar de: *o chão da fábrica*.

É um caráter marcante da cidade o fato de 31% da população trabalhar em Jundiaí, cidade vizinha e bem mais desenvolvida, ou seja quase metade da população economicamente ativa (Pereira, 2007). Porém, segundo projeto apresentado ao Ministério do Esporte para a renovação do convênio em 2008, os varzinos empregados em Jundiaí ocupam, em grande parte, os postos de garçons, empregados domésticos, de operários da construção civil e atuam em algumas outras atividades profissionais não qualificadas. Um fato que ilustra tal fato é o funcionamento do transporte público que no ano de 2006 dava-se, segundo Pereira (2007), da seguinte forma: “O transporte público oferece poucas alternativas urbanas, operando com 11 micro-ônibus em 3 linhas com 5 extensões, enquanto o transporte interurbano opera com 55 ônibus, ou seja, grande parte do transporte de passageiros dá-se no sentido de Jundiaí e não entre os bairros da cidade.”

Apesar do PIB ser de R\$ 712.000.000 (2003), o rendimento da população varzina, segundo dados do IBGE (em 2001), mostra que o acesso à renda é, aqui também, muito desigual. Isto porque das pessoas residentes no município em 2001 - com 10 anos ou mais e com rendimento - a média de rendimento mensal era de R\$ 588,00²⁹. Sendo que, no ano de 2001 (IBGE), 4.723 habitantes declararam renda de até 1 salário mínimo e 33.734 (com 10 anos ou mais) não tinham rendimento. De tal forma, dos aproximadamente 100.000 habitantes do município, segundo os dados oficiais da administração municipal, 57% é de trabalhadores pertencentes à classe de renda C (57%) e 23% da classe de renda D e E (23%).

A realidade encontrada pela atual administração pública com relação o acesso à educação também é grave. Segundo dados do IBGE (referentes a 2001), havia 4.753 habitantes, com idade superior a 10 anos, sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo.

Outro fator presente no cotidiano do município é a violência, com presença mais localizada em algumas regiões da cidade que *convivem* com furtos, roubos, homicídios, e também o tráfico de drogas e até mesmo com *o toque de recolher*.

No que se refere à administração municipal e os recursos com os quais tem para gestar a cidade, afirma o estudo de Pereira (2007) que “apesar da produção significativa, com um PIB de R\$ 712.000.000 em 2003, colocando-se como a 90ª em São Paulo, o orçamento municipal é um dos piores em termos *per capita* do Estado”.

²⁹ Segundo o Projeto apresentado ao Ministério do Esporte no ano de 2006, a renda mensal dos municípios era de 1,5 salários mínimo, embora semelhante a realidade nacional, mostrasse bem abaixo da renda mensal do município de Jundiá (2,5 salários-mínimos).

Por todas essas características, Várzea Paulista é um município carente de equipamentos e de muitos serviços mínimos para atendimento das necessidades de sua população. Nesse sentido, a administração – democrática e popular³⁰ – tem buscado convênios e parcerias nos setores público e privado, em variadas instâncias, no sentido de promover a inclusão social, proporcionando a seus municípios o direito a melhores condições nas áreas de infra-estrutura urbana, moradia, saneamento, educação, esportes, cultura e lazer.

Diante deste breve quadro apresentado, já é possível ter uma maior compreensão da realidade de Várzea Paulista-SP, bem como da importância que o PELC tem e teve para os municípios ao longo do convênio que vigorou ao longo de 2007.

2. Convênio de Várzea Paulista com o Programa Esporte e Lazer da Cidade - Ministério do Esporte: limites e avanços

O 1º Convênio com o Programa Esporte e Lazer da Cidade vigorou entre janeiro e novembro de 2007 (10 meses).

O recurso para a implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Várzea Paulista-SP foi obtido através de emenda parlamentar (Dep. Federal Vicentinho) em julho de 2006. Porém, por razões que detalharemos a seguir, a implementação do PELC deu-se seis meses após a assinatura do convênio.

O convênio previa o funcionamento de dois núcleos do PELC (Ginásio da Vila Popular e Espaço Cidadania) e, para tanto, a contratação de 01 coordenador geral (Contrapartida), 02

³⁰ A atual administração municipal, cujo lema é “Construindo uma vida melhor”, desenvolve como um dos pontos centrais da gestão a construção e implantação do Orçamento Participativo. Com relação ao O.P. de Várzea outras informações podem ser encontradas na tese de doutorado apresentada pelo prefeito de Várzea Paulista, Eduardo Tadeu Pereira que discutiu exatamente “O OP (Orçamento Participativo) como processo de educação política: um estudo da histórica experiência de Várzea Paulista – SP”.

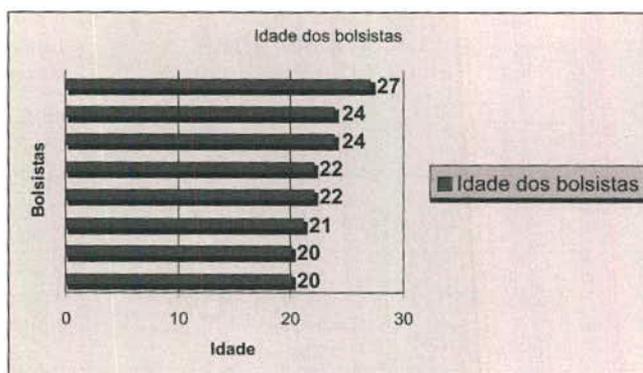
coordenadores de núcleo, 08 bolsistas e 03 agentes de serviços gerais.

A primeira dificuldade enfrentada foi com relação à contratação dos agentes sociais de esporte e lazer (bolsistas) que iriam desenvolver as oficinas. Diante do valor da bolsa (abaixo de 1 salário mínimo – R\$ 300,00) a Prefeitura não encontrava caminhos legais para efetivar a contratação dos bolsistas. Isto porque, segundo o setor da Prefeitura responsável pelas contratações, um contrato abaixo de um salário mínimo poderia gerar problemas ou processos administrativos posteriores. Sendo assim, a saída encontrada pela Prefeitura foi a complementação da bolsa e a ampliação da jornada de trabalho semanal dos bolsistas em mais 10 horas, totalizando 30 horas semanais (R\$ 500,00).

À época, a única opção de contratação admitida pela administração municipal foi por meio do CIEE (Centro de Integração Escola-Empresa). E, uma vez que o CIEE trabalha com a contratação de estagiários, isso implicou na exigência de que os agentes sociais de esporte e lazer do PELC fossem estudantes do ensino superior cursando Educação Física.

Percebemos que este formato de contratação gerou um conjunto de limites à implantação do convênio e também um distanciamento da proposta oficial do Ministério do Esporte para o Programa Esporte e Lazer. Isto porque houve uma limitação das possibilidades de atuação no PELC de não acadêmicos ou de graduados, ou mesmo de pessoas da comunidade varzina com competências para o trabalho no Programa.

Tal decisão de contratação levou também a um restrito perfil etário dos agentes sociais de esporte e lazer contratados pelo PELC-Várzea Paulista. O quadro abaixo demonstra que a idade dos graduandos, como era de se esperar, foi predominantemente de jovens sendo que apenas um bolsista “mais velho” tinha 27 anos e os demais estavam entre 20 e 24 anos de idade. De tal forma, os mais jovens de 16, 17, 18 ou 19 anos – os quais têm



muitas dificuldades em entrar no mercado de trabalho e conseguir o seu 1º emprego; bem como os adultos ou também os idosos não foram contemplados.

No próximo quadro é apresentada de forma mais detalhada o perfil dos bolsistas contratados ao longo do 1º Convênio do PELC-Várzea Paulista-SP.

Bolsista ³¹	Escolaridade	Oficinas do PELC	Permanência no PELC
A	5º semestre Educação Física	Caminhada C e Ginástica Localizada	Janeiro a Novembro
B	5º semestre Educação Física	IogaZ, Alongamento e Relaxamento C, Caminhada, Oficina de Qualidade de Vida e Ginástica Localizada	Janeiro a Novembro
C	3º semestre Educação Física	Dança de Salão C, Teatro e Oficinas de Esportes	Junho a Novembro
D	5º semestre Educação Física	Voleibol AdaptadoZ, Futsal* e Caminhada	Janeiro a Novembro
E	5º semestre Educação Física	Ginástica Artística e Oficinas de Esportes	Janeiro a Novembro
F	3º semestre Educação Física	Voleibol, Futsal e Vôlei de Areia	Janeiro a Novembro

³¹ O nome dos bolsistas não é apresentado, entendemos que não se trata de uma informação necessária e também para preservar as pessoas envolvidas no Programa. Assim, os bolsistas foram nomeados pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H e I.

G	5º semestre Educação Física	Ginástica Rítmica Desportiva, Ginástica Localizada* e Ballet	Janeiro a Novembro
H	7º semestre Educação Física	IogaZ, Alongamento e RelaxamentoZ, Ginástica Localizada e Handebol	Janeiro a Julho
I	4º semestre Educação Física	Ginástica para 3ª idade, Handebol e Oficinas Esportivas	Agosto a Novembro

* Estas oficinas já estavam em andamento nas comunidades em que os Núcleos do Programa foram implantados. Os bolsistas do PELC atuaram auxiliando os professores de Educação Física da Prefeitura de Várzea Paulista que as desenvolviam. Z Oficinas oferecidas no período noturno

Os agentes sociais de esporte e lazer A, B, C, F, G e H são moradores de cidades vizinhas e somente os agentes D, E e I moradores da cidade de Várzea Paulista. Sendo assim, o PELC-Várzea Paulista deixou de estar mais próximo das comunidades atendidas pelos núcleos, sendo esta uma característica objetivada pelo Programa.

Ainda assim, por meio das oficinas e das atividades assistemáticas do PELC, a população varzina foi atendida em seu direito ao esporte e ao lazer.

A faixa etária dos beneficiários variou em acordo com as atividades desenvolvidas e, em muitas oficinas havia participação de crianças e jovens; de jovens, adultos e idosos – juntos – garantindo a perspectiva da intergeracionalidade.

Com relação às PPDs o atendimento do PELC foi restrito. Por outro lado percebemos que ao longo da vigência do convênio os equipamentos de lazer utilizados pelo Programa contavam com a presença de um número maior de pessoas com algum tipo de deficiência.

De acordo com a pouca oferta de atividades no período noturno, e em sua maioria por atividades marcadas por um predomínio

mínio do interesse feminino, não conseguimos atender de forma significativa o público masculino adulto.

O número de pessoas atendidas pelo PELC-Várzea Paulista era estimado em 800 pessoas para dois Núcleos, mas houve uma superação da meta e estimamos que o dobro de pessoas sejam atendidas até o final do convênio.

Embora o diagnóstico da realidade local apontasse a existência de variados grupos de capoeira no município e houvesse um destacado interesse dos munícipes pela prática da capoeira, o mesmo problema da contratação foi encontrado e assim, neste primeiro convênio a mesma não foi ofertada.

Com o resultado do módulo de avaliação³² do PELC realizado no município, entendemos (opinião também dos atuais agentes do PELC) que pessoas com outros perfis (para além de graduandos em Educação Física), com outras experiências e competências, poderiam ter contribuído para um enriquecimento e diversidade maior das oficinas do programa e no atendimento a comunidade.

Como observamos no quadro do perfil dos agentes, a oferta de atividades de lazer foi marcada pelas práticas corporais e esportivas e, com isso, outros interesses culturais do lazer tiveram pouca ênfase. Nesse sentido, os interesses culturais do lazer de caráter social, turístico, intelectual, artístico e manual ocorreram com bem menor frequência do que os de caráter físico-esportivo e deram-se majoritariamente de forma assistemática (eventos), conforme apresentamos a seguir:

³² O Módulo de Avaliação do PELC Várzea Paulista foi realizado ao longo de seis dias (outubro de 2007) e contou com visitas aos Núcleos em funcionamento, entrevistas junto aos beneficiários do Programa e reuniões de avaliação com os agentes, auxiliares de serviço geral, coordenadores do Programa e gestores.

MICRO E MACRO EVENTOS REALIZADOS

INTERESSE CULTURAL DO LAZER (predomínio)

- Festa dos Aniversariantes do mês (em algumas oficinas)	
- Festa Junina (e no interior desta "Apresentação de Catira") ³⁵ ;	Interesse Social
- Festa(s) de encerramento do PELC 2007 (prevista para 3ª semana de Novembro/07)	
- Caminhada na Serra do Mursa (Área de Proteção Ambiental Mata Atlântica);	Interesse Turístico
- Caminhada no Parque da Cidade (parque do município vizinho);	
- Palestra "Mulher na Mídia";	
- Oficinas de Qualidade de Vida;	Interesse Intelectual
- Palestra sobre cidadania e meio ambiente (Caminhada na Serra do Mursa)	
- Oficina de teatro	Interesse Artístico
- Oficina de pipa	Interesse Manual

Compreende-se que os interesses artístico e manual do lazer foram pouco contemplados devido as dificuldades contratuais. Foi identificada (em setembro de 2007) uma pessoa (não acadêmica) com perfil para se trabalhar com oficinas de artesanato, e construída a possibilidade deste tipo de contratação, porém, por problemas pessoais o contrato não se estendeu até o final da vigência do convênio do PELC - Várzea Paulista.

Porém não foram apenas questões contratuais que caracterizaram o PELC de forma "física-esportiva". Entendemos que o PELC-Várzea Paulista-SP, fator já identificado em Maio por oca-

³⁵ Catira é uma manifestações da cultura popular de cunho musical e de dança, que é tradicional do interior paulista. A música da catira é entoada em duas violas, e geralmente, é cantada por dois cantores. A dança tradicional da catira acontece em conformidade com a música e dá-se em uma espécie de coreografia que é praticada por dançarinos de botas (antigamente os dançarinos só podiam ser do sexo masculino, mas hoje as mulheres já são aceitas e também dançam a catira). O sapateado no chão de madeira emite sons de forma ritmada.

sião do módulo introdutório de formação do Programa, também foi fortemente caracterizado pela política de esporte e lazer do Departamento de Esporte e Lazer da Prefeitura. Com isso, distanciando-se da política objetivada pelo PELC - ME. A política municipal de esporte e lazer de Várzea Paulista desenvolve um trabalho através de escolinhas de esportes para crianças e jovens, de ginástica para mulheres e de vôlei adaptado para idosos. Dessa maneira, observando as oficinas propostas pelo PELC entende-se que ele seguiu essa mesma linha de atuação.

Outro ponto que deve ser abordado é a contratação dos agentes de serviços gerais e dos coordenadores de núcleo realizada pela Prefeitura no início da vigência do programa (Janeiro de 2007). Tal contratação não se deu exatamente como previa o Ministério do Esporte, isto porque três agentes de serviços gerais e os dois coordenadores de núcleo já ocupavam cargos na Prefeitura. No início essas pessoas acumularam cargos e desenvolveram ambas as funções, porém por ocasião da realização do módulo introdutório da capacitação (Maio de 2007) e com a presença e orientação do Sr. João Alberto Chagas (Coordenador da SNDEL/ME) foi identificado o equívoco contratual. Após consulta oficial ao ME foi rompido o contrato do PELC com essas pessoas. Com isso, somente em setembro de 2007 foi regularizado o quadro de pessoal e finalmente foi possível contar com a equipe completa.

Um dos princípios norteadores do PELC é a auto-organização comunitária. No nosso caso, no núcleo do Espaço Cidadania esse princípio ficou prejudicado devido à centralidade espacial do núcleo e do pequeno número de moradores próximos ao núcleo que participavam das oficinas. O Núcleo Cidadania acabou atendendo pessoas que vinham de diferentes locais da cidade, e até mesmo de cidades vizinhas, para se reunir nas oficinas. E como as oportunidades de encontros aconteciam 1 ou 2 vezes por semana a mobilização popular, a identificação e enfrentamento de

problemas específicos de cada comunidade, assim como a construção de mecanismos de controle social não tinham condições de acontecer ou aconteceram de forma insignificante.

Por outro lado, percebemos no núcleo do Ginásio da Vila Popular que a comunidade se apresenta de forma mais mobilizada em torno do lazer. Inclusive no Orçamento Participativo³⁴ do bairro a comunidade reivindicou um espaço de lazer (praça) em um local de passagem de grande circulação de pessoas.

No núcleo do Ginásio da Vila Popular os freqüentadores do espaço, diferentemente do que acontece no núcleo do Espaço Cidadania, são moradores do próprio bairro e bairros vizinhos. Acontecendo assim uma identificação e um apoderamento muito maior da comunidade pelo equipamento e pelas oportunidades de lazer.

Identificamos que, ao longo dos meses de trabalho, o número de freqüentadores aumentou neste núcleo. No próprio ginásio percebemos uma cobrança maior dos usuários com relação à limpeza das instalações. Vale lembrar que no início do convênio o ginásio estava em péssimas condições de uso, além de faltarem materiais esportivos e iniciativa dos funcionários de manutenção para limpeza do local. Do lado de fora se observava um aspecto bastante degradado do local e hoje já se percebe uma maior limpeza do mesmo, além da reforma de uma EMEI localizada ao lado do ginásio e da construção de um Ponto de Cultura (Convênio com o Ministério da Cultura), que será inaugurado em novembro.

2.1. Desafios para o PELC-Várzea Paulista

Indicamos, na busca de sintetizar a discussão apresentada, como elementos a serem superados no próximo convênio do município com o PELC-ME os seguintes pontos:

³⁴ Com a eleição do prefeito Eduardo Tadeu Pereira do Partido dos Trabalhadores e o governo "Construindo uma vida melhor" no ano de 2004, o mandato teve como uma de suas prioridades a implantação do Orçamento Participativo.

- A contratação dos oficinairos do PELC não deverá se restringir a acadêmicos de Educação Física.

- As oficinas do PELC deverão ampliar a diversidade de atividades oferecidas.

- O funcionamento dos Núcleos deve acontecer também à noite e nos finais de semana.

- Ampliação do atendimento as PPDs e de homens adultos;

- Uma maior articulação com demais esferas administrativas - intersetorialidade.

- Ao PELC não compete a lógica das escolinhas de esportes e com isso é incompatível em seu interior o atendimento de um objetivos da política de esporte e lazer do Departamento de Esporte e Lazer do Município, cabendo-lhe também orientar a estruturação e condução de suas políticas públicas de esporte e lazer do município.

- Ações como a “Caminhada Ecológica na Serra do Mursa” precisam ser valorizadas de forma a difundir a cultura do lazer através do fomento a eventos de lazer construídos e realizados de forma participativa com a comunidade.

- Fomentar e implementar instrumentos e mecanismos de controle social e para tanto poderá contar com a experiência do Orçamento Participativo.

- Investir ainda mais na perspectiva de ressignificação dos espaços e equipamentos de lazer, que já observamos no Ginásio da Vila Popular e que poderá se dar em outras regiões do município.

- Desenvolver mais ações de Fomento e difusão da cultura local – Catira, capoeira, hip-hop dentre outros.

Gostaríamos de destacar que o Ponto de Cultura (Ministério da Cultura) que deve iniciar seu funcionamento em Novembro/07 no Ginásio da Vila Popular, com isso uma política integrada entre essas duas políticas do governo federal precisam e poder se dar.

A missão do PELC Várzea Paulista é acreditamos que caminhará no sentido de implantar a Política Nacional de Esporte e Lazer proposta pelo Ministério do Esporte e assim atender de forma mais efetiva aos seus quatro princípios:

- Da reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social;
- Do esporte e do lazer como direitos de cada um e dever do estado;
- Da universalização e inclusão social;
- Da democratização da gestão e da participação.

Fontes

1. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em www.ibge.br Último acesso em 29 de março de 2007.
2. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade: ações de funcionamento de núcleos, vida saudável e eventos interdisciplinares*. Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Disponível em: www.esporte.gov.br, Último acesso em: 22 de Outubro de 2007.
3. PEREIRA, Eduardo Tadeu. *O OP (Orçamento Participativo) como processo de educação política: um estudo da histórica experiência de Várzea Paulista – SP*. Tese: Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2007.

8. O LAZER JÁ TOMOU CONTA DA CIDADE DE BAGÉ E A CIDADE DE BAGÉ JÁ TOMOU CONTA DO LAZER!

Ana Elenara da Silva Pintos

1. Esporte e Lazer Tomaram Conta da Cidade de Bagé

No município de Bagé, estado do Rio Grande do Sul, cerca de 4.000 pessoas, são diretamente atendidas nas atividades do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Em uma importante parceria do Governo Municipal – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com o Governo Federal – Ministério do Esporte.

Crianças, jovens, adultos, idosos, portadores de necessidades especiais e portadores de deficiência física são os beneficiados.

Dez núcleos foram criados para atender a comunidade bageense, que desde 2004 participa e prestigia as atividades sistemáticas e assistemáticas do Programa Esporte e Lazer. As oficinas oferecidas são as mais variadas: esporte, dança, lutas e artes manuais, e nos intervalos, todos recebem um delicioso lanche.

Com uma equipe capacitada, composta por 100 agentes sociais, o intuito de todo o trabalho, é sempre ir de encontro com os interesses dos participantes. Dessa forma, eles não só desfrutam das atividades, como também, participam das ações de planejamento, execução e posterior avaliação das mesmas.

Até a chegada do Programa Esporte e Lazer da Cidade, o município de Bagé não possuía nenhuma ação específica na área do Lazer. Com certeza, este é o principal fato, que faz a comunidade bageense reconhecer a importância de todo e qualquer movimento, realizado pelo Programa. Este alcance se deve, em especial, a promoção de grandes eventos, com importantes parceiros. Caracterizado pela capacidade de mobilização, o PELC de Bagé, têm em seu currículo, importantes Eventos, que fazem

parte, inclusive, do Calendário de Eventos do município. A seguir o relato de algumas destas atividades.

2. Esporte, Lazer e Entreterimento.

2.1. “Estação Saúde”

Com o objetivo de promover a prática regular de atividades físicas e a utilização de uma importante praça do município de Bagé, o “Estação Saúde” foi criado. O projeto recebeu este nome, em homenagem à praça, chamada Praça da Estação (carinhosamente apelidada pelos bageenses - por estar localizada em frente ao antigo Centro Ferroviário de Bagé).

Constatamos que, após uma importante ação do governo municipal de revitalização da praça, muitos bageenses passaram a caminhar em torno dela, porém sem nenhuma orientação e acompanhamento. Dessa forma, o PELC passou a oferecer, três vezes na semana, orientações nas caminhadas e diversas academias foram convidadas e desenvolveram, uma vez por semana, aulas de dança ou ginástica.

Uma atividade desengadeadora foi realizada, denominada Lançamento do “Estação Saúde”. Na programação, cadastramento, preenchimento de Termo de Responsabilidade (atestando plenas condições para prática de atividades físicas) e entrega de questionários, para o devido preenchimento, que serviriam para a equipe de trabalho se informar sobre cada participante (histórico familiar, vícios, doenças). Na seqüência, aulas de dança com música ao vivo, distribuição de suco e bonés aos inscritos no projeto.

Quanto a metodologia de trabalho, em relação às caminhadas, foram criadas quatro categorias, com o intuito de atender melhor as necessidades e características dos participantes: Iniciantes (a mais de um ano não realizavam uma atividade física regularmente), Intermediários (há seis meses não praticavam atividades físicas), Avançado (praticavam atividades físicas com

regularidade, pelo período mínimo de 04 meses – categoria que alterna caminhada e corrida) e Melhor Idade (atendendo os participantes com idade a partir de 60 anos).

Durante três meses (meses quentes do ano), 330 bageenses tiveram acesso a estas atividades. A semente foi plantada, onde o grande desafio foi provocar a necessidade de uma prática regular de atividades físicas, com orientação, buscando uma melhor qualidade de vida.

O mais interessante é que além de haver uma boa participação no projeto “Estação Saúde”, a comunidade passou a “curtir” a praça, levando cadeiras para sentarem nas áreas verdes, tomando chimarrão com amigos e familiares, levando as crianças para brincar.

União perfeita de esporte e lazer.

2.2. “Piquete de Tradições Gaúchas do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Bagé”

Com o objetivo de cultivar as tradições gaúchas, foi criado o P.T.G do PELC. Respeitando as normativas tradicionalistas, uma patronagem foi criada (2006).

Após desenvolver diversas ações, voltadas para os participantes dos núcleos do programa, como mateadas, escolha de prendas, jantares baile, em 2007, o trabalho desenvolvido pelo P.T.G ganha importante reconhecimento ao ser confeccionado um Galpão Crioulo nas dependências da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. O espaço abrigou o fogo simbólico da semana farroupilha (pira), almoços e jantares típicos, além de muitos momentos de lazer regado a um gostoso chimarrão. Fizeram parte desta programação funcionários do PELC, SMEL e comunidade em geral. Para coroar ainda mais, o P.T.G do PELC foi convidado a organizar, juntamente a Comissão Cultural da Semana Farroupilha 2007 de Bagé, a Escolha Municipal de Prendas.

Todo esse reconhecimento mencionado, sem dúvida alguma, deve-se ao desafio recebido pelo Programa, ao organizar as Olimpíadas Tradicionalistas, nos meses de agosto e setembro do mesmo ano.

2.3. Olimpíadas Tradicionalistas

Buscando preservar e divulgar os hábitos, costumes e tradições do gaúcho, o PELC de Bagé foi convidado, por um grupo de tradicionalistas (por termos criado um P.T.G do Programa), para coordenar e desenvolver torneios, de modalidades esportivas campeiras. Posteriormente denominadas “Olimpíadas Tradicionalistas”.

Diversas reuniões com os padrões de C.T.Gs (Centro de Tradições Gaúchas) e P.T.Gs (Piquetes de Tradições Gaúchas) foram realizadas. A grande dificuldade apontada pelos tradicionalistas era não possuírem recursos humanos, isentos dos grupos de tradições, para coordenar tais atividades. A partir de então coube a equipe do PELC propor, em reuniões periódicas: calendário de eventos, modalidades esportivas e atividades de lazer que pudessem ser somadas a programação dos jogos. Onde todos deveriam (atletas), participar devidamente pilchados (caso contrário seriam desclassificados). Aos C.T.Gs e P.T.Gs coube a responsabilidade de mobilizar seus integrantes, auxiliar a equipe do Programa na execução das modalidades que sediarium, bem como, nas promoções culturais, que em conjunto deveriam desenvolver.

Foram dois meses, onde todos os finais de semana, uma modalidade era desenvolvida. As modalidades foram:

- **Jogo de Tava** – é o lançamento do astrágalo do vacum e divide-se em 4 partes para efeito de regulamento: osso, chapa de bronze, chapa de ferro e pinho de fixação. Sendo que, a chapa de bronze corresponde a “sorte”(01 ponto) e a chapa de ferro ao “culo” (passa a vez). Realizado em uma cancha de areia (de 7m até 9m de raia a raia), na categoria individual, cada jogador têm o direito a 10 tiros, sendo 05 em cada extremidade da cancha.

- **Jogo de Bocha Campeira** – é o lançamento da bocha, cujo objetivo é aproximar ao máximo do “chico” (bocha menor e principal - pivô). Cabe aos competidores “bocharem” (baterem), as demais bochas (dos adversários), com o desafio de afastá-los do Chico. Pode ser realizada a campo aberto ou em uma cancha (20m de comprimento por 05 de largura). Com equipes formadas por um quarteto, sendo um reserva, os competidores, têm 12 lançamentos a fazer.

- **Vaca Parada** – desenvolvido na modalidade Laço Individual, cada participante tem direito a 05 armadas classificando aquele que acertar 03 delas. As idades das diversas categorias foram as seguintes: Piá – até 10 anos, Guri – de 11 á 15 anos, Adulto – de 16 á 60 anos e Veterano – acima de 60 anos. A armada é lançada até a raia marcada para tal, ficando distante nove passos da vaca. Os competidores têm aproximadamente um minuto para executar sua armada.

- **Futebol de Bombacha** – Caracterizado pelo jogo de futebol sete, cujo fardamento é composto por: camisetas devidamente numeradas, bombacha e tênis. As partidas são compostas por dois tempos de dez minutos com intervalos de um minuto. A forma de disputa é classificatória e eliminatória, na categoria livre.

- **Jogos de Carta: Escova, Solo e Truco** (ambos jogados a partir das Regras do Movimento Tradicionalista Gaúcho).

Além de organizarmos as Olimpíadas Tradicionalistas, possibilitamos aos participantes diretos do Programa, o acesso a estas atividades, por intermédio de representações através do P.T.G do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Paralelamente: mateadas, bingos, mostras de canto e dança e almoços campeiros foram promovidos pelos C.T.Gs e P.T.Gs que sediaram as modalidades das Olimpíadas Tradicionalistas.

A culminância das Olimpíadas Tradicionalistas se deu no dia 20 de setembro de 2007, data em que comemoramos a Revo-

lução Farroupilha, com entrega da premiação – troféus e medalhas a todos os competidores.

Esta promoção foi plenamente satisfatória, uma vez, que o Programa Esporte e Lazer da Cidade cumpriu seu papel, beneficiando esta importante clientela, até então, pouco beneficiada.

Esta atividade teve o apoio da RBS TV, Jornal Minuano e Secretaria Municipal de Cultura.

2.4. “Dança dos Idosos – O Show da Vida”

Com o objetivo de ressaltar e valorizar os idosos de Bagé, o Programa Esporte e Lazer, juntamente com seus parceiros - RBS TV e Jornal Correio do Sul - na Semana do Idoso, promoveu a Dança dos Idosos – O Show da Vida.

Grupos de Melhor Idade da cidade foram convidados a participar. Com inscrição gratuita, troféus para todos os casais foram entregues, onde o mais importante era se divertir e representar o seu grupo de convivência. Além disso, o primeiro colocado recebeu uma viagem para o Natal Luz – Gramado / Canela – RS.

Com uma programação diversificada e prestação de serviços, o momento mais esperado foi o Concurso. Cada grupo da cidade ou dos núcleos do PELC, puderam inscrever um casal representante, em uma das modalidades de dança: Bolero, Samba, Discoteca ou Valsa. Com um júri composto por 02 técnicos (professores de Dança de Salão) e 03 personalidades do município. Desenvoltura, entrosamento e carisma, estes foram os critérios avaliados pelo júri.

Torcidas coloriram e abrilhantaram o espetáculo de som, luzes e dança. Uma bela atividade que envolveu todos os grupos de melhor idade de Bagé.

9. A CONSTRUÇÃO DE AÇÕES INTERSETORIAIS NO LAZER A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E ANIMAÇÃO CULTURAL³⁵

*Diná Teresa Ramos*³⁶

RESUMO: Este estudo, realizado a partir de uma revisão bibliográfica apresenta uma crítica às visões conservadoras e funcionalistas de promoção da saúde e qualidade de vida. Para uma superação deste quadro aponta para uma aproximação entre animação cultural, lazer e demais políticas públicas. Reflete ainda, sobre a urgente e necessária construção de ações intersetoriais, de forma a contribuir com uma efetiva ampliação do lazer e de melhorias da qualidade de vida junto à população brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: qualidade de vida, animação cultural, lazer

1. Apresentação

A promoção da qualidade de vida a partir da intervenção educacional pautada na animação cultural representa um campo de discussão bastante inexplorado e que neste estudo nos propomos a realizar.

A partir da realização de uma revisão bibliográfica são apresentadas algumas reflexões sobre os elementos que permitem uma interface da qualidade de vida com a animação cultural. Tivemos como principais objetivos para a realização deste estudo relacionar as duas áreas em questão e trazer para os profissionais ligados ao lazer e a saúde uma dimensão do desenvolvimento humano,

³⁵ Grupo de Saúde e educação: ações intersetoriais no lazer.

³⁶ Mestre em Educação Física pela Unicamp. Consultora do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte e Docente do Curso de Educação Física do Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiá-SP. Endereço eletrônico: dinafef@hotmail.com

relativa à qualidade de vida, que pode ser potencializada por uma atuação que tenha como perspectiva a animação cultural.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas seguintes Bases de Dados: Bireme; Scielo; *Google Acadêmico* (que alcança diferentes publicações científicas) e; ainda, investigamos as edições da Revista Ibero-Americana de Animação Cultural; os Anais eletrônicos do “VII Seminário Lazer em Debate” e; todas as edições da “Revista Licere”.

O objetivo principal do levantamento bibliográfico, para além de uma revisão da literatura, foi identificar as publicações que, no cenário brasileiro, compreendessem conjuntamente estes dois conceitos – qualidade de vida e animação cultural. Porém, identificamos que estudos de tal perspectiva não constavam nas bases de dados pesquisadas. Somente nos foi possível identificar trabalhos que discutiam a qualidade de vida (e/ou a promoção da saúde) e que não falavam de animação cultural e vice-versa.

Por outro lado, o caminho percorrido na revisão bibliográfica indicou vasta amplitude e abrangência de áreas do conhecimento que dialogavam com a tão propalada qualidade de vida: psicologia, turismo, geografia, geologia e meio ambiente, arquitetura e urbanismo, medicina e enfermagem, educação física, atividade física e esporte, odontologia, fisioterapia, ergonomia, terapia ocupacional, biologia, engenharia, economia, nutrição, direito, lazer, administração de empresas e políticas públicas. Mais de uma centena de estudos traziam assuntos e temáticas que, segundo os autores, se relacionavam ou promoviam a qualidade de vida (o que foi identificado a partir da leitura do título e do resumo do conjunto de textos pré-selecionados).

Com relação ao tema da animação cultural, este foi encontrado poucas vezes em associação a alguma dimensão da saúde e/ou qualidade de vida. O trabalho de Pinto (2006) discutiu a importância do lazer na promoção da saúde em clínicas e hospitais, Lima et al (2007) discutiram a animação cultural no contexto

hospitalar com crianças em tratamento de hematologia e Garcias e Isayama (2007) analisaram os significados da atuação do educador físico que trabalha na perspectiva da animação cultural no contexto hospitalar. Com maior ocorrência identificamos a animação cultural em interface com o lazer, o teatro, o cinema, o turismo, a educação física, na atuação com idosos e em discussões conceituais. Nem mesmo nas fontes mais específicas do lazer, em que se encontram estudos sobre a animação cultural, a mesma foi observada em relação direta com a qualidade de vida ou promoção da saúde.

Vale destacar que, com relação aos temas lazer e qualidade de vida, foram observados alguns estudos que traziam como recorte a questão da promoção da saúde em diálogos críticos com o lazer. Porém, tais trabalhos não faziam relação com a perspectiva da animação cultural ou animação sociocultural.

2. Qualidade de Vida e Promoção da Saúde: Relações e Distinções

Conforme apontam Buss (2000) e Minayo *et al* (2000), a questão da qualidade de vida perpassa diferentes áreas do conhecimento e tem um caráter multi e interdisciplinar. Porém, para estes autores, é especialmente com relação à saúde e a sua promoção que a discussão conceitual da qualidade de vida tem maior desenvolvimento.

Inúmeros trabalhos científicos discutem a influência da qualidade de vida na promoção saúde e vice-versa. Segundo Buss (2000), ao traçar um panorama histórico sobre saúde e qualidade de vida ao longo dos últimos séculos, observa-se que políticos e pesquisadores têm se ocupado em investigar e apontar a enorme influência da saúde sobre as condições/qualidade de vida e das influências das condições/qualidade de vida na saúde.

Encontramos em gestores, pesquisadores de diferentes áreas e, principalmente, em relatórios de organismos nacionais e in-

ternacionais sobre a Saúde Mundial, a compreensão de que a saúde e as condições/qualidade de vida das sociedades, especialmente de países subdesenvolvidos - como é o caso do Brasil -, estão intimamente ligadas e diretamente associadas a um conjunto de fatores: sociais, econômicos, culturais, habitacionais, ambientais, de lazer, educação, dentre outros.

Diante disso, é fundamental apontar de qual compreensão de saúde estamos nos aproximando e de quais nos distanciando. Isto porque, o discurso sobre saúde como ausência de doenças nos *indivíduos*, encontrada em perspectivas funcionalistas e de caráter individualista como a apresentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ainda precisam ser devidamente questionadas e superadas. Para a OMS, saúde “é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”.

Tal conceito segundo Nogueira e Palma (2003a, p.109), “mostra-se estático e impossível de ser alcançável, uma vez que não compreende a saúde a partir de um processo dinâmico, onde a doença seria uma nova dimensão da vida (...)”. No mesmo sentido, Palma et al (2003) afirmam que embora o conceito de saúde da OMS apresente um caráter mais ‘social’, este incorpora apenas mais uma dimensão da vida em detrimento das outras. Além disso, afirmam, tal definição traz consigo uma dificuldade em si de existir, isto porque a meta de “completo” bem-estar “é uma forma implícita de indicar a impossibilidade de se alcançar tal meta” (p.19).

No mesmo sentido, Gonçalves e Pires (1999) apresentam uma crítica as abordagens individualizantes e funcionais da saúde, pois em tais abordagens, a saúde não é vista de forma dinâmica e de dimensão coletiva. Nelas a responsabilidade da condição saúde-doença é associada a uma escolha individual, ignorando os determinantes sociais e a própria (in)existência dos serviços de saúde compatíveis com as necessidades básicas da sociedade.

Segundo Buss (2000, *apud* Sutherland & Fulton, 1992), este grupo de conceituações – funcionais –, tem um caráter bastante limitado e consistiria exclusivamente em propor a promoção da saúde a partir de “atividades dirigidas à transformação dos comportamentos dos indivíduos, focando nos seus estilos de vida e localizando-os no seio das famílias e, no máximo, no ambiente das culturas da comunidade em que se encontram” (p.166). Nestes casos, as propostas de promoção da saúde (e com vistas a alguma melhoria da qualidade de vida) são aquelas concentradas em componentes educativos relacionados com riscos comportamentais passíveis de mudanças e sob a decisão dos próprios indivíduos, por exemplo: parar de fumar, comer bem, praticar atividade física, dirigir cautelosamente. Nas quais, destacadamente, são ignorados os fatores externos ao controle dos indivíduos (Buss, 2000, p.166).

É como se dizer que ter uma doença e também uma reduzida qualidade de vida seja o resultado da (ir)responsabilidade ou culpa do próprio indivíduo, desprezando-se o conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais, habitacionais, ambientais, de lazer, educação (citados anteriormente) que interferem direta e indiretamente na possibilidade de qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

Entretanto, de acordo com Minayo *et al* (2000), a aproximação do conceito de saúde à qualidade de vida aponta uma superação do reducionismo biomédico, mas a mesma ainda não resolve a questão. Para os autores, o que ocorre é que a área médica incorporou o tema qualidade de vida na sua prática profissional, porém, quando se apropria do termo, “o utiliza dentro do referencial da clínica, para designar o movimento em que, a partir de situações de lesões físicas ou biológicas, se oferecem indicações técnicas de melhorias nas condições de vida dos enfermos. Neste caso a expressão mais adequada é qualidade de vida em saúde. No entanto, a noção de saúde é totalmente funcional e corresponde ao

seu contrário: a doença em causa, evidenciando uma visão medicalizada do tema” (p.4).

De tal forma, não nos contentamos com a visão médica de saúde-doença, com o conceito da OMS ou visões funcionalistas e reducionistas da saúde, os quais implicam a própria compreensão do que é qualidade de vida e contrapõe-se a proposta da animação cultural. Para uma ampliação destas compreensões uma perspectiva mais progressista, como a apresentada por Buss (2000), nos permite entender que a promoção da saúde precisa ser caracterizada pela “constatação do papel protagonista dos determinantes gerais sobre as condições de saúde” (p.167). Buss (2000, p.167) afirma que

“a saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, e de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um espectro adequado de cuidados de saúde” (grifos meus).

Um documento que corrobora tal perspectiva é a Carta de Otawa, a qual afirma que “*as condições e requisitos para a saúde são: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade*” (1986) e define a promoção da saúde como “*o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo*”.

Assim, compreender o conceito de qualidade de vida, que segundo Minyao *et al* (2000) é um conceito polissêmico, exige manter em foco a questão histórica, cultural e de classe social que permite variações de compreensão sobre o mesmo. Variações e valores estes, atribuídos à qualidade de vida, muito amplos e que se alteram em diferentes e desiguais realidades mundiais.

Para Minyao *et al* (2000, p.3).

*“Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar”.
“O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural”.*

Estas pontuais críticas e necessárias distinções permitem que nos aproximemos de uma visão de qualidade de vida e também de saúde de caráter mais progressista e efetivamente comprometidas com as necessárias transformações sociais.

A partir das contribuições de Buss (2000) e Minayo *et al* (2000), dentre outros, construímos um quadro, composto por seis tópicos, do que hoje entendemos como dimensões essenciais à qualidade de vida. São eles:

a) existência, qualidade e suficiência no atendimento a saúde pública (garantia de atendimento e agendamento de consultas nos postos de saúde e hospitais, condições concretas para a realização de exames médicos e laboratoriais, distribuição regular de medicamentos, qualidade nas instalações e nos serviços públicos de saúde etc.);

b) condições adequadas de habitação (no que diz respeito ao espaço, iluminação, qualidade do ar, ventilação, aquecimento, umidade, estética, mobiliário, segurança, acesso a rede de água, saneamento básico, energia elétrica, serviço de coleta de lixo – orgânico e reciclável etc.);

c) acesso a uma nutrição com qualidade, quantidade e variedade;

d) acesso e permanência no sistema educacional (ampliação da escolaridade e dos índices de alfabetização da população);

e) direito ao trabalho e a uma remuneração digna;

f) direito ao lazer e ao descanso.

Neste sentido, pensar de maneira crítica em promoção da saúde e, principalmente em ampliação da qualidade de vida exige tratar do coletivo (ao individual) e compreender o ambiente de maneira complexa (físico, social, político, econômico e cultural).

Esta compreensão efetivar-se-á na existência de políticas públicas e de um conjunto de ações que, articuladas em uma multi e intersetorialidade, apontem de fato para uma elevada condição de saúde e qualidade de vida nas sociedades. O que segundo Buss (2000, p.167) exige ações públicas voltadas às condições mais favoráveis do desenvolvimento da saúde (onde as escolhas saudáveis serão as mais fáceis) em que se dará um reforço (empowerment = empoderamento) da capacidade dos indivíduos e das comunidades. É com esta compreensão de empoderamento da sociedade que nos aproximamos ainda mais da perspectiva de animação cultural.

3. Animação Cultural, Qualidade de Vida e Lazer – Interface em Construção

Uma compreensão bastante atual para animação cultural é apresentada nos estudos de Melo (2002, 2006). O autor, buscando satisfazer a necessidade de uma definição do termo aponta:

“a Animação Cultural como uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica), pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude a nossa existência cotidiana, construída a partir do princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do ‘status quo’ e para a construção de uma sociedade mais justa.” (MELO, 2006, p.28-29, grifos meus).

As perspectivas da animação cultural e da qualidade de vida (não funcionalista) compreendem a necessidade e importância de ações conjuntas e políticas intersetoriais com ênfase na construção da cidadania e da emancipação humana. De tal forma, a conquista da qualidade de vida passa a ser compreendida no interior de um contexto complexo, dinâmico e sujeito a intervenções planejadas e que se abrem para esta “nova” tecnologia educacional (proposta da animação cultural).

Assim, a atuação do animador cultural compreende a valorização e a construção de autonomia e de ampliação do bem-estar social dos sujeitos envolvidos. Para tanto, ao animador é fundamental conhecer a sua realidade de atuação, o grau de cidadania dos cidadãos, os valores morais observados, os interesses das pessoas, as condições de habitação, trabalho, descanso, lazer, saúde, religião etc.

Neste sentido, um olhar mais minucioso e preocupado “com o que vai atuar o animador cultural”, leva-nos a alguns desdobramentos que indicam outros aspectos da sociedade que comprometem as condições e o ambiente favorável de vida nas cidades (e também no campo), os quais interferem direta e indiretamente no direito e acesso ao lazer das pessoas.

De tal forma, entendemos que tais problemas são objeto de preocupação do poder público e também privado, os quais exigem a nossa intervenção e devem ser enfrentados de forma intersetorial – o que inclui também a esfera do lazer e, diretamente o trabalho do animador cultural que atua junto as comunidades.

Tais desdobramentos constituem um diagnóstico de muitas realidades e trazem-nos alguns marcos para a atuação do animador cultural na perspectiva conscientização e da intervenção pela conquista do lazer e da qualidade de vida. São eles:

- a falta de conservação do patrimônio arquitetônico, urbano e ambiental das cidades, a qual torna ainda mais inóspita a

vida nas cidades, diante de uma desapropriação da cidade e de uma “contemplação” estressante, cansativa e arriscada;

- a qualidade das vias públicas, dos passeios e dos asfaltos – repletos de buracos, sem guias rebaixadas nas esquinas, com objetos diversos que tornam intransitáveis as calçadas etc.;

- a inexistência/precariedade, na ausência de políticas de animação e a centralização (em detrimentos das periferias e regiões rurais) de equipamentos públicos de lazer, como praças, parques, bosques, parquinhos (play-ground), centro de exposições, ginásios, quadras, campos, pistas de caminhada, piscinas, museus, cine-clubes, bibliotecas, pistas de skate, centros comunitários, centros culturais etc.;

- a desarborização das cidades e no desmatamento do campo que implicam, não apenas no aquecimento do planeta e uma desproteção de mananciais (para citar apenas alguns), mas também, na elevação direta da temperatura de bairros com escassez de árvores, do aumento da luminosidade e da radiação (gerando uma elevada incidência de raios ultravioletas, principalmente nas regiões mais próximas a linha do Equador que prejudicam, não só a pele, mas também a visão das pessoas³⁷),

- a urbanização não planejada (e não fiscalizada) que gera impermeabilização do solo urbano e conseqüentes empoçamentos, inundações, erosão e assoreamento, além de doenças relacionadas ao consumo e contato com águas contaminadas, do desabrigoamento e destruição de moradias, lavouras, prédios públicos, histórias, lembranças etc.

- a (in)eficiência dos serviços de limpeza urbana e de inadequada destinação do lixo doméstico e industrial;

- a poluição sonora, visual e do ar;

³⁷ A situação da cidade de Natal-RN é hoje um temível exemplo do que pode acontecer ou já acomete outras cidades brasileiras (Mais: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/prozonesp/noticias/191103.htm>>) Projeto Vida Saudável e-mail: ribas_rodrigues@hotmail.com

- a qualidade do transporte público;
- a mobilidade crescente de pessoas perante um trânsito saturado (que piora nos dias de chuva, dias de jogo, dias de visitas internacionais etc), da ineficiência do transporte público, inexistência de ciclovias;

O trabalho com animação cultural exige compreender estes problemas, mas isto não basta. A ele é indispensável saber que, muitas vezes, as pessoas não se acham merecedoras de obter alguma melhoria em suas vidas e o imobilismo representa uma dificuldade a ser enfrentada. Isso sem falar em comunidades que, diante de anos de abandono, não sentem mais necessidade de mudar a sua vida e o (des)conformismo precisará ser provocado. Há ainda situações em que, embora o animador acredite que algumas mudanças trariam benefícios, “uma certa” qualidade de vida está consolidada e a compreensão das pessoas envolvidas é de manutenção – nestes casos, a construção de uma outra qualidade de vida passará por longos processos de diálogos e convencimentos. E sem querer desanimar o animador, ou melhor, a equipe de animadores culturais, é comum haver no trabalho com comunidades, sejam elas carentes ou não, disputa de interesses, as quais podem dificultar o trabalho e também precisarão ser coletiva e estrategicamente mediadas.

Destas reflexões, bastante breves e a serem ampliadas, sobre a realidade das cidades e do campo o que implica em um comprometimento direto e indireto das possibilidades qualitativas de vida das comunidades é que encontramos terrenos férteis para a animação cultural. De tal forma, é necessário um conjunto de ações para e com as comunidades na perspectiva de conscientização e de busca de soluções, as quais podem ser alcançadas por meio das estratégias de atuação dos animadores culturais.

Com isso, defendemos a possibilidade da atuação de uma equipe de animação cultural (seja ele educador físico, terapeuta

ocupacional, médico, agente de saúde, agente de lazer, artista, liderança comunitária ou outro) voltada para a conquista e aquisição da qualidade de vida que, compreenda a necessidade de intervenções na realidade de forma articulada e intersetorial, e se oriente para a construção de um mundo mais justo, humano, equânime, democrático, participativo e de qualidade para todos.

Fontes

1. Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana. Em <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural> Último acesso: 09 de Junho de 2007.
2. BUSS, Paulo Marchiori. Health promotion and quality of life. *Ciência e Saúde coletiva*, 2000, vol.5, no.1, p.163-177. ISSN 1413-8123. Em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7087.pdf>> Último acesso: 15 de maio de 07.
3. GARCIAS, Livia Maria Guimarães; Isayama, Hélder Ferreira. Animação Cultural e Educação Física: reflexões sobre os significados da atuação no contexto hospitalar. *Anais do VII Seminário Lazer em Debate*. Rio de Janeiro, p.561-571, 2007.
4. GONÇALVES, Aguinaldo; PIRES, Giovanni De Lorenzi. Educação física e saúde. *Revista Motriz*. Vol. 5, n.1, Junho/1999
5. LICERE. Revista Licere. Em <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/licere> Último acesso: 09 de Junho de 2007.
6. LIMA, Inácio de Loyola Ruas Lima et al. Animação Cultural no contexto hospitalar: vivências da educação física e do turismo em clínica de hematologia do Hospital de Clínicas da UFMG. *Anais do VII Seminário Lazer em Debate*. Rio de Janeiro, p.926-930, 2007.
7. MELO, Victor Andrade de. Educação estética e animação cultural. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v.5, n.1, p.101-112, 2002.
8. MELO, Victor Andrade de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Papirus: Campinas, 2006.
9. MINAYO, Maria Cecília de Souza; Hartz, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um

debate necessário. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. V.5, n.1, Rio de Janeiro, 2000.

10. NOGUEIRA, Leandro; PALMA, Alexandre. Reflexões acerca das políticas de promoção de atividade física e saúde: uma questão histórica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. v24, n.3, p.103-119, 2003.

11. PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana; BAGRICHEVSKY, Marcos. Considerações teóricas acerca das questões relacionadas à promoção da saúde. In: *A Saúde em Debate na Educação Física*. Orgs. PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana; BAGRICHEVSKY, Marcos. Blumenau: Edibes, p. 15-31, 2003.

12. PINTO, Gabriela Baranowski. Lazer e promoção da saúde: um estudo com profissionais da área da saúde humana. *Revista Licere*. Belo Horizonte, v.9, p.85-97, 2006.

13. VIII SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE. Em: http://www.lazer.eefd.ufrj.br/lazer_em_debate_2007/ Último acesso: 09 de Junho de 2007.

10. PELC NO TOCANTINS: POLÍTICA PÚBLICA DE INTERSETORIALIDADE PARA A COMUNIDADE INDÍGENA XERENTE E COMUNIDADE QUILOMBOLA MALHADINHA

Khellen Cristina Pires Correia Soares
Núbia Cristiane Zago Garcia

A Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins busca parceria com a Fundação Cultural, Secretaria de Cidadania e Justiça e Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social para a implantação e desenvolvimento do PELC nas comunidades Indígena Xerente e Quilombola Malhadinha. O território Xerente localiza-se ao leste do estado, exploram o cerrado através da caça e da coleta, associados a uma agricultura de coivara complementar. Pintam seus corpos como forma de expressão cultural. Um ritual característico desse povo é a corrida de tora de buriti e um dos esportes mais apreciados atualmente pelos Xerente é o futebol. A Comunidade Quilombola Malhadinha, faz parte do município de Brejinho de Nazaré, região sudeste do estado. São 60 famílias e um total de 362 pessoas, que se integram por meio da súsia – uma dança de origem africana e pelo processo de conscientização de luta histórica. O processo de intersectorialidade tem como objetivo agregar valores aos serviços prestados a estes povos.

Intersetorialidade, índios, afrodescendentes

Referências Bibliográficas:

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Editora: Paz e Terra, 2002.

FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida (Autor). **Brincar, jogar, viver.**: programa esporte e lazer da cidade. Brasília: Ministério do Esporte, 2007, 363p.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Pedagogia da Animação. Campinas, Papyrus, 2003.

_____. **Lazer: Formação e Atuação Profissional.** Campinas, Papyrus, 2002.

MELO, Victor Andrade. Lazer e Minorias Sociais . São Paulo. Editora: Ibrasa, 2003.

Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil Cód. do Produto: 295381

11. EVENTOS PARA O IDOSO: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS NO TOCANTINS

Khellen Cristina Pires Correia Soares¹

A Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins buscou uma política intersetorial e construiu o projeto Idoso Ativo e Feliz, espaço que possibilita o acesso do idoso a serviços de saúde, educação, esporte, lazer e cultura. Neste, mensalmente, são organizados eventos colaborando para a democratização das atividades de lazer/cultura/educação, incentivando o acesso dos idosos às atividades propostas, sem distinção ou discriminação. Os idosos têm liberdade de participar e contribuir no processo de planejamento, execução e avaliação dos eventos, gerando o exercício da liberdade de escolha e pertencimento.

Idoso, Eventos, Intersectorialidade

Envelhecer com dignidade é ter acesso ao lazer

O lazer e a prática regular de atividades físicas são instrumentos de desenvolvimento humano e de melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. O acesso a atividades de esporte e lazer, em nosso país, deve ser assegurado a todas as pessoas, independente de idade, de gênero ou de raça. Nesta perspectiva a Secretaria de Esportes do Estado do Tocantins busca incorporar o princípio da inclusão social como eixo norteador da Política Pública Esportiva e de Lazer do estado.

Segundo Simone de Beauvoir, o grau de civilização de uma determinada sociedade pode ser medido pelo tipo de tratamento dispensado a seus velhos. Portanto, há que se amparar não so-

¹ Graduada em Educação Física (ESEFFEGO) e Mestre em Educação Superior (UCG). Núcleo PELC – Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins e-mail:

khellencristina@gmail.com

mente a infância e a juventude, mas avançar muito nas políticas de atendimento à velhice. (BEAUVOIR, 1990)

A redução das taxas de mortalidade e o aumento da longevidade, nestas últimas décadas, transformaram o perfil demográfico do Brasil. O último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destacam a existência de cerca de 15 milhões de idosos no Brasil em 2000. Dados de 2005 estimam que esse número já chegue a 18 milhões de pessoas e a previsão é que cheguemos ao ano 2030 com quase 25 milhões de pessoas com idade superior a 60 anos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Visitado em 10/09/2007.

Em função dos números destacados é que ressaltamos a importância de políticas públicas em favor do idoso. No Brasil, essas políticas iniciaram-se formalmente com a Lei n° 8.842 de 4 de janeiro de 1994, lei que implantou a Política Nacional do Idoso, que tem como objetivo assegurar seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. O Estatuto do Idoso, Lei n° 10.711, de 1° de outubro de 2003, ampliou em muito a resposta do Estado e da sociedade às necessidades dos idosos, dispõe dos mais variados aspectos da sua vida, abrangendo desde direitos fundamentais até o estabelecimento de penas para crimes mais comuns cometidos contra as pessoas idosas.

Assegurar a qualidade de vida e o envelhecimento ativo faz-se necessário neste processo de acesso do idoso na construção de políticas públicas. O envelhecimento ativo é uma recomendação da ONU (Organização das Nações Unidas) para as políticas públicas relacionadas ao envelhecimento. Ele prevê a otimização das oportunidades de saúde a fim de aumentar a qualidade de vida conforme as pessoas envelhecem. Se envelhecer é natural, isso não implica que o idoso vá aceitar a queda na saúde e da qualidade de vida como uma coisa natural. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2005>. Visitado em 25/10/2007.

Para tanto devemos destacar as referências relativas ao esporte, lazer educação e cultura presentes no estatuto do idoso, lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003:

Fica instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos.

- Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

- Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único: A garantia de prioridade compreende:

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso; IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

TÍTULO II

Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I

Do Direito à Vida

Art. 9º *É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.*

CAPÍTULO V

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. *O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.*

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido de preservação da memória e da identidade cultural.(BRASIL, 2003)

Contribuir para a efetivação dos direitos dos idosos estabelecidos no Estatuto do Idoso e fazer parte do processo de consolidação da Política Nacional do Idoso é um dos objetivos da Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins, para tanto construiu o projeto: Idoso Ativo e Feliz, um espaço que possibilita o acesso do idoso a serviços de saúde, educação, esporte, lazer e cultura.

Uma proposta de ação com base na intersetorialidade

O projeto Idoso Ativo e Feliz teve início com a proposta de promover o envelhecimento ativo através das atividades esportivas e de lazer, que pudessem estar contribuindo para com a saúde e a qualidade de vida dos idosos da cidade de Palmas. Segundo Spiruduso, o sedentarismo no idoso, advém muitas vezes de imposições sócio-culturais, mais do que de uma incapacidade funcional. As faltas de estímulo pessoais, da família e de iniciativas de ór-

gãos especializados e públicos remetem o idoso a uma estagnação. (SPIRDUSO, 1995)

O processo de envelhecimento ativo perpassa pela compreensão de que é importante que o idoso aprenda a lidar com as transformações de seu corpo e tire proveito de sua condição, prevenindo e mantendo a sua autonomia plena. Para isso é necessária que se procurem estilos de vida ativos, integrando atividades físicas a sua rotina. Os comportamentos atribuídos aos idosos, referem-se à passividade e imobilidade, com reduzido nível de atividade física. No entanto sabe-se que muito das alterações fisiológicas e funcionais observadas nos idosos são resultado da inexistência de estímulos do que alterações atribuídas ao envelhecimento (BARRY e EATHORNE, 1994).

O projeto Idoso Ativo e Feliz busca desenvolver atividades esportivas e de lazer variadas para o idoso, valorizando a participação nas atividades e compreendendo ser este mais um espaço de intervenção para a contribuição na formação de pessoas saudáveis. Neste momento, nos remetemos ao conceito ampliado de saúde estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, onde atividades físicas e de lazer fazem parte da formação de um sujeito saudável.

Este projeto vem ao encontro dos anseios desta comunidade, carente por políticas públicas de Esporte e Lazer sistematizadas e que possam trazer contribuições para a qualidade de vida dos cidadãos idosos oportunizando o acesso ao Esporte e ao Lazer, reconhecendo-os como direito social.

Comungando destes conhecimentos e idéias a Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins observou a necessidade de incentivar um projeto que contribuísse para que a comunidade idosa da cidade de Palmas obtivesse a oportunidade de acesso ao lazer, esporte e educação. Porém, com o início das atividades a equipe técnica percebeu a necessidade de buscar parceiros para desenvolver serviços nas áreas da saúde, cultura, direitos humanos e desen-

volvimento social; de forma sistematizada a um público alvo totalmente carente por estes serviços de forma gratuita.

A equipe técnica da Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins (SESPO) é composta por profissionais da área de educação física, pedagogia e nutrição. A necessidade dos parceiros se tornou imprescindível para que a proposta de lazer construída fosse contextualizada na vida dos idosos participantes do projeto. Camargo ressalta: “em vez do entretenimento inconseqüente que ocupa a sua maior parte, esse tempo livre poderia ser preenchido com mais atividades que levassem o indivíduo a pensar e a agir de forma mais rica em todos os momentos de sua existência.” (CAMARGO, 1998)

Portanto, o objetivo desta proposta é desenvolver uma política pública intersetorial para a comunidade idosa, na faixa etária acima de 50 anos, visando à melhoria da qualidade de vida, o bem estar físico, social e emocional dos idosos do município de Palmas, promovendo atividades físicas em diferentes modalidades, alfabetização, artes cênicas, acompanhamento médico, nutricional, fisioterapêutico, fonoaudiológico, psicológico e com assistentes sociais.

“Entender o lazer, em sua especificidade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. A meu ver, esse entendimento parece ser uma postura que contribui para abrir possibilidades de alteração do quadro atual da vida social, tendo em vista a realização humana, com base em mudanças no plano cultural.” (MARCELINO, 1987, p. 15)

O projeto Idoso Ativo e Feliz tem sua consolidação com os seguintes parceiros: Centro de Convivência dos Idosos, Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins, Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social, Secretaria de Saúde do Estado e

do Município de Palmas e o Centro Universitário Luterano de Palmas (ULBRA) que se organizam da seguinte forma:

O Centro de Convivência dos Idosos do Tocantins disponibiliza o espaço físico (que consiste em uma piscina, um salão aberto e quatro salas amplas), para a realização de todas as atividades propostas, responsabiliza-se pela manutenção do espaço físico e pelos profissionais dos serviços gerais;

A Secretaria Estadual do Esporte disponibiliza o material esportivo/lazer necessário para o desenvolvimento das atividades, as camisetas uniformes – identificando o projeto, financia o pagamento dos estagiários e técnicos que coordenam o projeto.

A ULBRA é responsável por coordenar os atendimentos relacionados à fisioterapia, selecionar os alunos de acordo com as modalidades ofertadas e ainda orientar na construção de pesquisas nas áreas desenvolvidas.

A Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social disponibiliza profissionais da área de assistência social para acompanhar os idosos cadastrados nas atividades do projeto.

A Secretaria de Saúde do Estado e Município disponibilizam profissionais desta área para atendimentos periódicos aos idosos cadastrados nas atividades do projeto.

O projeto *Idoso Ativo e Feliz* acontece de forma conjunta, no que tange ao planejamento e desenvolvimento das atividades desenvolvidas por todos os profissionais envolvidos. São ofertadas atividades como natação, hidroginástica, atividades rítmicas e expressivas, dança, ginástica localizada, relaxamento, teatro e atividades de lazer/recreativas. O processo educacional acontece através da alfabetização e desenvolvimento de palestras com temas de interesse do grupo. Os atendimentos são realizados com duas ou três sessões semanais para cada modalidade, nos turnos matutinos e vespertinos. As turmas são formadas de acordo com a demanda de matrículas/solicitações e as sextas feiras são reservadas para reuniões de planejamento.

Eventos: o resultado eficiente da proposta intersetorial

Na formatação do projeto Idoso Ativo e Feliz, mensalmente são organizados eventos para maior integração dos idosos.

“Com as transformações trazidas pelas mudanças que acontecem nos nossos dias, à pessoa idosa deixou de ser o centro da família e da comunidade, onde em outras épocas todos iam buscar orientação e conselho, e a quem todos respeitavam, ouviam e davam apoio. Essas mudanças isolaram as pessoas idosas, tornando-as, frequentemente, solitárias, infelizes, excluídas do convívio social.” (GIUSTINA, 2003)

Com a finalidade de ampliar a esfera de seus relacionamentos inerentes ao convívio em família, no trabalho, na escola ou no lazer, e de quebrar a rotina dos afazeres diuturnos, o homem cria, organiza e participa de reuniões, que são genericamente chamadas de eventos. Tem como característica principal propiciar uma ocasião extraordinária ao encontro de pessoas. (GIACAGLIA, 2004)

Desta forma são organizados passeios, conhecendo os pontos turísticos da região, festas, seminários, momento cultural, dias de lazer, palestras interativas, desfiles, a construção e futura publicação do livro de receitas das vovós de Palmas e visitas a outros Centros de Convivências. Melo Neto coloca que:

“Criatividade em eventos é um processo de pensar sobre novas formas de diversão para o público. Tendo como princípio básico o de oferecer diversão, a criatividade em eventos principia com uma reflexão sobre as “áreas de atenção”. Estas correspondem aos diferentes aspectos do processo de diversão, que inclui entretenimento, lazer, esporte, cultura, artes em geral.” (MELO NETO, 2000)

Estes eventos têm como características o encontro das pessoas, na maioria das vezes encontros intergeracionais, para conversar, aprender, se expressar, dançar, sorrir, se emocionar, se comunicar, se doar, receber, sentir e se descobrir como ser vivo

capaz de trocar, conviver e contribuir para a realização de algo.”Uma das formas de reverter essa situação de empobrecimento emocional do homem moderno é fazê-lo participar de eventos. O evento amplia os espaços para a vida social e pública e conduz as pessoas para a experimentação conjunta de emoções.”(MELO NETO, 2000)

Nesta perspectiva, há uma compreensão da equipe técnica quanto à relevância dos espaços de eventos “gerando, na definição de espaços, condições para o exercício de atividades programadas do lazer, como forma de integração e crescimento social do indivíduo na sociedade.” Para contribuir com o processo de envelhecimento ativo temos como ferramenta de trabalho a realização de eventos

“Considerando-se evento como um conjunto de atividades destinadas à otimização de ações profissionais em busca de resultados qualificados e quantificados junto ao público-alvo, seu organizador deve possuir, além do conhecimento e habilidades essenciais de administração e gerência, a criatividade para olhar velhos problemas sob novos ângulos e visão estratégica para bem utilizar os instrumentos e ferramentas disponíveis para sua realização.” (CANTON, 2002)

A realização dos eventos no Projeto Idoso Ativo e Feliz promove a democratização das atividades de lazer/cultura/educação, incentivando o acesso dos idosos às atividades propostas do projeto, sem distinção ou discriminação. Os idosos têm liberdade de escolher, participar, contribuir no processo de planejamento, execução e avaliação dos eventos, gerando desta forma, o exercício da liberdade de escolha de acordo com seu interesse.

Desta forma, há uma grande interação dos idosos com a equipe técnica, entre os participantes e destes com sua realidade local –comunidade, centro de convivências- cooperando para o processo de pertencimento. Os eventos são determinantes para a melhoria da auto-estima dos participantes e esta é uma forma de

divulgação do projeto, visto que o idoso repassa para os amigos, vizinhos e parentes as vivências experienciadas nos eventos, colaborando para um maior número de participantes nos futuros eventos.

No dia 27 de setembro é comemorado o Dia Nacional do Idoso e o projeto Idoso Ativo e Feliz realiza, há três anos, o Dia de Lazer do Idoso. A primeira edição, no ano de 2005, foi planejada, executada e avaliada pela equipe de trabalho do Centro de Convivências, Secretaria de Esporte do Estado do Tocantins e Secretaria de Saúde do Município de Palmas; a programação consistia em um café da manhã, atividades de lazer e a maratona da pessoa idosa, conhecida como maridosa, somente no período matutino, com participação média de 200 idosos. A segunda edição, no ano de 2006, foi realizada pelos mesmos organizadores, com uma programação diversificada, tendo o café da manhã, a maridosa, apresentações culturais, almoço e um circuito de lazer, com a participação média de 450 idosos. A terceira edição, no ano de 2007, foi realizada com um grupo maior de parceiros, tendo os já citados acima, com também, a Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social, Secretaria de Cidadania e Justiça, o Conselho Estadual do Idoso, Saneatins, Fundação Cultural, Procon, INSS, Ordem dos Advogados do Tocantins, Instituto e Previdência do Estado do Tocantins, Ministério Público e Caixa Econômica Federal; sendo a programação composta pelo café da manhã, a maridosa, momento cultural, almoço, palestra abordando a auto-estima, uma consulta pública com um tema de grande relevância para os idosos: Empréstimo Consignado: benefícios e malefícios, coffe-break e um show com forró pé-de-serra, com participação de cerca de 500 idosos.

A organização avaliou e constatou que o evento deste ano de 2007, obteve maior repercussão que dos anos anteriores, visto que foram ofertadas atividades mais diversificadas, ou melhor, o lazer não se restringiu á recreação e adentrou no campo das discus-

sões e contribuições políticas e sociais. “Se detectarmos sinais de desrespeito ao cidadão e principalmente aos que envelhecem, devemos elaborar estratégias para superar esta deficiência.” (ALVES JUNIOR, 2007min) A consulta pública sobre empréstimo consignado era necessária para os idosos, já que os mesmos vêm sendo lesados financeiramente e não sabem a quem recorrer e que providências tomar, nesta perspectiva, o evento construiu um espaço de construção de novos conhecimentos e o contato dos idosos com os responsáveis pelas questões dos idosos nos órgãos responsáveis. Ao término do evento podia-se perceber como se sentiam satisfeitos por terem aprendido como se defender.

O processo de politização, no sentido de se apoderar do conhecimento torna-se uma riqueza e o espaço dos eventos têm possibilitado estas experiências. Este espaço que é marcadamente reconhecido como espaço de lazer, deve ser compreendido como espaço que tem propriedade para educar, e o lazer tem a capacidade de motivar, aglutinar e educar pessoas. Portanto os eventos de lazer podem ser instrumentos do processo de construção de uma sociedade crítica e autônoma.

Conclusões:

A Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins e seus parceiros estão se empenhando para atender as necessidades da população idosa de Palmas, para tanto está investindo no Projeto Idoso Ativo e Feliz. Formou uma equipe multiprofissional e buscou parceiros, promovendo a intersetorialidade, pois acredita que o ser deve ser compreendido em sua totalidade, portanto deve ter acesso à saúde, educação esporte, lazer, cultura e segurança. “Por todas as razões referentes aos aspectos psicológicos, econômicos e de dignidade pessoal, bem como pelas razões de ordem social, deduz-se a importância do resgate da pessoa idosa e da formulação de políticas específicas e adequadas em seu favor.”(GIUSTINA, 2003)

Os eventos realizados neste projeto têm proporcionado maior unidade entre os parceiros envolvidos, visto que o planejamento, a execução e avaliação são realizadas em conjunto, refletindo nas ações desenvolvidas no cotidiano. Como o grupo se envolve na realização dos eventos, se comunica com maior frequência e pode estar melhorando a qualidade dos serviços e ações realizadas.

Outra questão relevante é a da divisão dos custos do projeto e dos eventos, não sobrecarregando para um órgão somente e sendo o idoso o maior beneficiário, pois encontra em um mesmo local uma grande diversidade de serviços.

Através de contínuas avaliações a SESPO busca incrementar as ações direcionadas ao público idoso, reafirmando a consciência de sua responsabilidade social com a qualidade de vida e envelhecimento ativo do idoso do Tocantins.

Fontes

1. BARBOSA, Rita Maria. *Educação física gerontologia*. São Paulo: Ed. Sprint, 2000.
2. BARRY H. C.; EATHORNE. *Exercise and aging. issues for the practitioner*. Medical Clinics North America, S. W. 357-375, 1994.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do idoso*. Brasília: Ed. MS, 2003.
4. CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Educação para o lazer*. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.
5. CANTON, Antonia Marisa. *Eventos: ferramenta de sustentação para as organizações do terceiro setor*. São Paulo: Roca, 2002.
6. FARIA, Alfredo G. Junior *et al.* *Atividades físicas para a terceira idade*. Brasília: Sesi-DN, 1997.
7. FERREIRA, Vanja. *Atividade física na 3ª idade: o segredo da longevidade*. São Paulo: Ed. Sprint, 2002.
8. GIACAGLIA, Maria Cecília. *Organização de eventos: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

9. GIUSTINA, Aurora C. Della. *Manual de organização e funcionamento de grupos de idosos*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2003.
10. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
11. MEIRELES, Morgana. *Atividade física na 3ª idade*. São Paulo: Ed. Sprint, 1997.
12. MELO NETO, Francisco Paulo de. *Criatividade em eventos*. São Paulo: Contexto, 2000.
13. MOTA, J.; PAIVA, P.; SILVA, S. Effects of a 6 month programme of non specific physical activity on physical capacity of aged sedentary women. *Journal of Human Movements Studies*, 243-254, 1995.
14. BRASIL. *Brincar, jogar e viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: SNDEL-ME, 2007.
15. ROSA, Maria Cristina. *Festa, lazer e cultura*. Campinas, SP: Papyrus, 2002.
16. SPIRDUSO, W.W. *Physical Dimensions of Aging*. Human Kinetics Publishers, Champaign, Illinois, 1995.
17. <http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2005>
18. <http://www.ibge.gov.br>

12. EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA ORIENTADA SOBRE O AUTO-CONCEITO DE PESSOAS IDOSAS

*Cristiane Melo de Oliveira**
Nanci Maria de França

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo verificar os efeitos da atividade física orientada sobre o auto-conceito em idosos. Foram estudadas 48 idosos, de ambos os sexos, com idade variando entre 60 a 75 anos, divididos em grupo controle (n= 17) e grupo experimental (n= 31). Os idosos foram recrutados junto ao Posto de Saúde nº 6 de Taguatinga / D.F. que atendia cerca de 200 indivíduos idosos na época do recrutamento. Os indivíduos foram submetidos a uma escala de auto-conceito (antes e depois) da aplicação do fator experimental (exercício) que constituiu em uma atividade física de intensidade moderada - ginástica aeróbica. O estímulo foi introduzido apenas ao grupo experimental. Para a avaliação do auto-conceito utilizou-se a Escala Reduzida de auto-conceito validada por Corona (1999). Os idosos do GE foram submetidos a um programa de atividade física com três sessões semanais e duração 50 minutos durante 17 semanas. No tratamento estatístico, num primeiro momento, foi realizada uma análise descritiva na qual foram avaliados os parâmetros de normalidade dos dados. Foram observadas uma elevada assimetria e curtose. Por este motivo, optou-se pela técnica não-paramétrica para análise inferencial. Assim, o teste U de Mann-Whitney e teste do χ^2 foi realizado para testar a hipótese do estudo. O nível de significância adotado foi $p < 0,05$. Os resultados do pré-teste evidenciaram uma diferença significativa no auto-conceito dos grupos em estudo, com escores mais elevados para o grupo experimental. Ao final das 17 semanas a diferença entre os grupos se manteve, porém o GC apresentou uma redução significativa no Auto-conceito. Assim, conclui-se que o

programa atividade física moderada não promoveu mudanças significativas no auto-conceito dos idosos, porém é importante ressaltar que o grupo controle apresentou um decréscimo significativo nos escores do auto-conceito após as 17 semanas.

PALAVRAS-CHAVE: idosos, auto-conceito, atividade física.

1. Introdução

Segundo SHARKEY (1998), a expectativa de vida aumentou em proporção ao declínio da mortalidade infantil e doenças infecciosas. Mas a duração de vida atingível, que consiste numa idade de vida livre de acidentes ou doenças graves, não mudou de forma significativa nos últimos 200 anos. Do ponto de vista do autor, não estamos vivendo por mais tempo estamos evitando a morte prematura. O contingente de pessoas idosas, no âmbito da população em geral, adquiriu uma prevalência significativa, de forma a exigir para a velhice uma modalidade de atenção e de interesses sociais que só eram vistos em países desenvolvidos.

Para Cançado (1986), essa preocupação vem desde tempos remoto, constituído apenas por um reduzido grupo de interessados. Apenas por volta da década de 70 é que se notou uma acentuada modificação no interesse e no número de estudos sobre o processo do envelhecimento entre os profissionais de varias áreas. Assim, o envelhecimento populacional é um fenômeno que gera novas demandas para os serviços de saúde, para profissionais das áreas de saúde e ciências sociais. Neste sentido, Albuquerque (1994), ressalta que as pesquisas anteriores a este período mostram um particular interesse pela criança, adolescentes e adultos jovens, relegando ao esquecimento o cidadão que está em processo funcional e cognitivo de envelhecimento.

Para alguns autores como Kuroda & Israel (1988) e Matsudo & Matsudo (1992), à medida que ocorre o incremento da idade, o indivíduo se torna menos ativo, suas capacidades físicas diminuí-

em, começa a aparecer o sentimento de velhice que pode, por sua vez, causar estresse, depressão e levar à diminuição da participação em atividade física e, como conseqüência, a aparição de doença crônica, que por si só contribui para o envelhecimento.

Partindo da afirmativa destes autores, percebe-se que grande parte das pessoas idosas apresentam comprometimento motor, que por sua vez é agravado pelo sedentarismo e por patologias que alteram o funcionamento orgânico. Dessa forma, os idosos tendem a se tornar retraídos em seu convívio social, já não podem atender às próprias necessidades e carências, enfim, a própria sociedade em que vivem os inviabiliza.

Numa outra perspectiva, o sedentarismo pode ocasionar problemas que afetam o desempenho motor suscitando, concomitantemente, na pessoa idosa, um progressivo distanciamento do mundo e de si mesmo. A atividade física deve ser vivenciada, principalmente pelas pessoas idosas, como um dos meios de recuperação da própria autonomia.

Além disso, segundo Neri (1995), a atividade física proporciona equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo. De acordo com Guiselini (1996), as experiências e as evidências científicas demonstram que a atividade física constitui parte integrante da vida humana e o homem necessita de um mínimo dessa atividade para se manter orgânica e emocionalmente sadio. Ainda segundo este autor, fazer atividade física ajuda a controlar o estresse, melhorar o humor, favorecendo as condições para que as pessoas idosas sejam mais alegres e dinâmicas.

Para Gallahue & Ozmun (1995), vários aspectos do domínio motor influenciam os estados psicológicos e as características sociais do indivíduo idoso. A possibilidade de a pessoa ter uma vida fisicamente ativa, de ser capaz de realizar as atividades da vida diária e de se exercitar são fatores que podem ter efeitos positivos sobre o que ela sente, sobre seu auto-conceito e sobre como os outros a vêem. Conforme observação de Okuma (1997),

pouco tem sido estudado a respeito da relação entre atividade física e saúde psicológica na população idosa.

Atualmente, estudos sobre os efeitos da atividade física para as pessoas na terceira idade já alcançam algum destaque. Há um consenso no reconhecimento dos benefícios, tanto em seus aspectos psico-sociais, como fisiológicos, advindos da prática regular de exercícios.

Assim, o envelhecimento populacional é um fenômeno que gera novas demandas para os serviços de saúde, para profissionais das áreas de saúde e ciências sociais. Diante dessa perspectiva, tem-se procurado desenvolver programas de atividade física orientada, com enfoque para o resgate do bem-estar físico, mental e social do idoso.

2. Caracterização da Pesquisa

Trata-se de um plano clássico de experimento em que a amostra foi dividida em dois grupos: Grupo Controle (GC) formado por indivíduos sedentários e Grupo Experimental (GE) formado por indivíduos também sedentários, mas que participaram da atividade física proposta para este estudo. Os indivíduos foram submetidos a uma escala de auto-conceito (antes e depois) da aplicação do fator experimental (exercício), que constituiu em uma atividade física de intensidade moderada – ginástica aeróbica. O estímulo foi introduzido apenas no grupo experimental durante 17 semanas.

3. População

Foi considerada a população deste estudo os indivíduos da terceira idade de ambos os sexos, residentes na cidade satélite de Taguatinga, pertencente ao Distrito Federal. Segundo dados da (REVISTA FEICOMÉRCIO, 2000) o total de idosos, na época, era de 102.415 habitantes no Distrito Federal e, aproximadamente, 14.148 na cidade de Taguatinga /D.F.

4. Amostra

A amostra foi composta por 48 voluntários, com idade entre 60 a 75 anos, de ambos os sexos, caracterizando-se como uma amostra de conveniência, sendo ($n = 17$) no grupo controle e ($n = 31$) no experimental. Os sujeitos foram recrutados junto ao Posto de Saúde nº 6 de Taguatinga/DF que atendia cerca de 200 indivíduos idosos na época do recrutamento.

5. Procedimentos utilizados

5.1. Inscrição dos voluntários:

As inscrições para participarem do Programa Atividade Física foram anunciadas em cartazes colocados no próprio posto de saúde e pelo contato direto com os idosos nas reuniões que ocorriam semanalmente. Os voluntários preencheram uma ficha de inscrição, que permitiu avaliar os critérios de inclusão ao programa de atividade física, que foram: 1. Ser independente física e psicologicamente; 2. Estar sedentários (não ter praticado exercício físico nos últimos seis meses) e 3. Ter idade cronológica de 60 anos ou mais no momento da adesão ao programa.

Após atenderem os critérios de inclusão, os sujeitos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, conforme normas do Comitê de Ética em Pesquisa da UCB/DF. Na sequência foi aplicado, a Escala Reduzida do Auto-conceito – ERA antes de iniciar o programa de atividade física orientada e ao final do programa de exercício.

Antes de iniciarem a atividade física orientada, os participantes realizaram uma avaliação médica prévia, sendo considerados aptos a desenvolverem a atividade física – ginástica aeróbica.

5.2. Desenvolvimento das atividades:

O período de realização do experimento ocorreu entre os meses de julho a outubro de 2001. A atividade foi desenvolvida nas

instalações do Posto de Saúde nº 6 de Taguatinga/DF (salão de automassagem e quadra externa). O programa de Atividade Física Orientada totalizou 51 aulas, com 3 sessões semanais, sempre às 2ª, 4ª e 6ª e duração de 50 minutos, iniciando-se às 14h30m e término às 15h20m. As aulas foram ministradas pela pesquisadora.

A metodologia utilizada para o trabalho de ginástica aeróbica obedeceu aos princípios básicos do treinamento: individualidade biológica, adaptação, volume, intensidade, totalidade do exercício físico e princípio da motivação. Foram organizados passeios e confraternização em datas comemorativas como o Dia do Idoso.

5.3. Avaliação do Auto-conceito

Para avaliação do auto-conceito foi utilizada a Escala Reduzida de Auto-conceito - ERA (CORONA, 1999). Por não existir um instrumento validado para avaliar essa variável em pessoas idosas.

A validade da Escala Reduzida do Auto-conceito - ERA foi julgada de dois modos - "Validade funcional" com aplicação da forma reduzida a um grupo de 60 alunos para verificar sua adequação e acessibilidade, em termos de linguagem e comunicação. "Validade de construto" julgada por cinco juizes psicólogos, para verificar se os traços observáveis, teoricamente, são básicos ao que se pretende medir. Não foi feita a comparação estatística com outras medidas de auto-conceito, por inexistirem tais instrumentos em língua portuguesa. A validade foi calculada pelo método das metades - índice de consciência interna - e pelo método de teste e re-teste - índice de estabilidade - obtendo-se, no primeiro caso, um coeficiente de 0,86 e, no segundo caso, um coeficiente de 0,72.

Por uma escala de fácil aplicabilidade e compreensão para os examinados e por trazer em seu conteúdo os aspectos que esta pesquisa propõe obter (o "eu físico", o "eu moral", o "eu social") é que optamos em adotá-las neste estudo.

A aplicação do instrumento se deu individualmente, através de entrevista, sendo ministrado por um único entrevistador. Essa forma de aplicação ocorreu devido à alta percentagem de analfabetismo na amostra, inviabilizando a auto-aplicação do questionário.

5.4. Tratamento Estatístico

Num primeiro momento, foi realizada uma análise descritiva, na qual foram avaliados os parâmetros de normalidade dos dados. Não foram constatados casos faltosos, porém ocorreu elevada assimetria e curtose. Devido aos desvios de normalidade, optou-se pela técnica não paramétrica para análise inferencial. Desta maneira, o teste U de Mann-Whitney e o teste do Qui-quadrado (χ^2) foram realizados para testar a hipótese do estudo. O nível de significância adotado foi $p < 0,05$. O tratamento estatístico foi realizado com o auxílio do “Statistical Package for the Social Sciences” – SPSS, versão 10.

5.5. Resultados

Na tabela 1 são apresentados os dados relativos às características demográficas (idade, estado civil e escolaridade). Os resultados indicam não haver diferença na idade cronológica dos grupos; indicam também que o GE possui maior número de indivíduos alfabetizados do que o GC. Além disso, o percentual de indivíduos que vivem com os seus companheiros é maior no GE.

TABELA 1 - Características demográficas da amostra

	GC (N=17)	GE (N=31)
IDADE (anos)	68,65 ±8,16	67,81 ±7,64
ESTADO CIVIL (%)		
Solteiro	52,94	64,52
Companheiro	47,06	35,48
ESCOLARIDADE (%)		
Alfabetizado	76,47	93,55
Analfabeto	23,53	6,45

Na tabela 2, são apresentadas as prevalências no uso de medicamentos e de doenças não transmissíveis na amostra estudada; constatamos que o uso de medicamentos é percentualmente maior no GC, Vale a pena destacar que o uso de medicamentos é menor no GE, provavelmente, por se tratar de um grupo fisicamente ativo. Quanto à prevalência de doenças não transmissíveis, encontramos percentual considerável das seguintes doenças: hipertensão arterial 33,3%; osteoporose 16,7%; diabetes e dor nas articulações 8,3%, cardíacos 6,3% além da depressão, da artrose lombar, da dor nas pernas e da labirintite, com 4,2%.

TABELA 2 - Prevalência de uso de medicamentos e de doenças não transmissíveis na amostra.

	GC (N=17)	GE (N=31)	% Total
Uso de medicamentos (%)			
Sim	94,12	70,97	
Não	5,88	29,03	
Sinusite		Sim	2,1

Hipertensão arterial	Sim	Sim	33,3*
Diabetes	Sim	Sim	8,3
Osteoporose	Sim		16,7*
Depressão	Sim	Sim	4,2
Surdez em pequeno grau		Sim	2,1
Artrose Lombar		Sim	4,2
Escoliose		Sim	2,1
Hérnia de Disco	Sim		2,1
Dor nas Pernas	Sim		4,2
Úlcera	Sim		2,1
Dor nas Articulações	Sim		8,3
Cardíaco	Sim	Sim	6,3
Catarata	Sim		2,1
Bulsite		Sim	2,1
Doenças nos Rins	Sim		2,1
Labirintite	Sim		4,2
Doença de Chaga		Sim	2,1
Reumatismo		Sim	2,1

* *Doenças não transmissíveis de maior incidência na amostra total.*

Quanto ao auto-conceito, é necessário ressaltar que, conforme fomos construindo o nosso estudo, constatamos que na literatura, não existe um instrumento validado para avaliar essa variável em pessoas idosas. No quadro 1, apresentamos o cruzamento da distribuição de frequência do auto-conceito (valores absoluto e percentual) nas duas situações de pré e pós teste, quando considerada a amostra total.

QUADRO 1 – Distribuição do auto-conceito considerando a amostra total (n = 48)

		Auto-conceito Pré-teste				
		1	2	3	4	
Auto-conceito Pós-teste	Classificação					
	1	Absoluto	6	3	1	
		%	12,5	6,3	2,1	
	2	Absoluto			4	1
		%			8,3	2,1
	3	Absoluto	4	3	15	3
		%	8,3	6,3	31,3	6,3
	4	Absoluto		1	3	4
	%		2,1	6,3	8,3	

Legenda: 1 – auto-conceito desvalorizado; 2 – auto-conceito mal estruturado;

3 – auto-conceito bem estruturado e 4 – auto-conceito super valorizado

Podemos constatar que existem células em branco, o que significa que nas categorias 1 (auto-conceito desvalorizado), 2 (auto-conceito mal estruturado) e 4 (auto-conceito super valorizado) não foram mencionadas no pré ou no pós-teste. Esta condição de células vazias inviabiliza o tratamento estatístico. Neste sentido, foi realizada uma decodificação dos dados de acordo com os critérios qualitativos da escala ERA. As categorias desvalorizado (1) e mal estruturado (2) passaram a compor uma única categoria: Mal Estruturado; e as categorias bem estruturado (3) e supervalorizado (4) passaram a compor a categoria Bem Estruturado. 56

Os resultados do pré-teste são mostrados na tabela 3. O teste U de Mann-Whitney mostrou diferenças significativas entre os grupos $z = -3,355$; $p = 0,001$. No grupo controle, 52,9% dos indivíduos apresentaram auto-conceito mal estruturado. Já no grupo experimental, 87,1% da amostra apresentava o auto-conceito bem estruturado.

TABELA 3 – Distribuição do auto-conceito em função dos grupos controle e experimental no pré-teste.

		AUTO-CONCEITO (PRÉ)	
		Bem Estruturado	Mal Estruturado
GC	Absoluto	8	9
	%	47,06	52,94
GE	Absoluto	27*	4*
	%	87,10	12,90

* $z = -3,355$; $p < 0,001$.

Na tabela 4, é apresentada a distribuição do auto-conceito dos grupos no pós teste. O teste U de Mann-Whitney mostrou diferenças significativas entre os grupos $z = -4,982$; $p = 0,001$. No grupo controle ocorreu uma migração dos valores de maneira que 82,3% dos indivíduos apresentaram auto-conceito mal estruturado, já no grupo experimental 90,32% da amostra apresentava o auto-conceito bem estruturado.

O teste do Qui-quadrado indicou haver uma diferença significativa, nos dados pareados, apenas no grupo controle $\chi^2 (1 N=17) = 5,259$ $p = 0,001$ o que representou uma modificação negativa do pré-teste para o pós-teste, indicando que os indivíduos pioram o auto-conceito no período do experimento. No entanto no grupo experimental nenhuma mudança significativa foi constatada quando comparamos o Auto-conceito antes e depois do experimento.

TABELA 4 – Distribuição do auto-conceito em função dos grupos controle e experimental no pós-teste

		AUTO-CONCEITO (PÓS)	
		Bem Estruturado	Mal Estruturado
GC	Absoluto	3	14
	%	17,65	82,35
GE	Absoluto	28*	3*
	%	90,32	9,68

* $Z = -4,982, p < 0,0001$

6. Discussão

Conforme podemos observar através da análise estatística, o grupo experimental que participou do programa de atividade física orientada conseguiu manter o auto-conceito em níveis adequados, ou seja, bem estruturado. Porém não foi confirmada a hipótese experimental. Sendo assim, a atividade física orientada não provocou qualquer efeito sobre os níveis de Auto-conceito nestes idosos. O mesmo não pode ser dito do grupo controle porque aqueles indivíduos que estavam com escore adequado, acabaram modificando suas respostas de tal maneira que, no período do experimento, 29,4% destas pessoas migraram da condição de auto-conceito bem estruturado para um auto-conceito mal estruturado.

Diferentes teóricos concordam que o auto-conceito deve ser entendido como o conjunto de atitudes que um indivíduo tem para consigo mesmo e este constitui-se de componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. Neste sentido, uma grande diversidade de estudos referentes ao tema tem evidenciado este construto como sendo um fenômeno complexo e dinâmico (GIOAVONI, 2000), uma estrutura multifacetada e maleável composta por uma coletânea de auto-representações.

Os dados obtidos, neste estudo, embora não sejam conclusivos, nos possibilitam hipotetizar que à medida que os sujeitos do

grupo experimental envolveram-se com as atividades orientadas, mantiveram a estabilidade do Auto-conceito em níveis bem estruturado. SWOAP (1994), quando comparou os efeitos de 26 semanas de exercícios aeróbicos de intensidade alta e moderada, nas variáveis psicológicas, depressão, moral, auto-conceito e sensações corporais evidenciaram que, apesar do aumento significativo da aptidão aeróbica, não houve nenhuma alteração nas variáveis psicológicas analisadas. De acordo com os autores, tal fato dá suporte aos achados anteriores, de que o exercício não melhora quem já está "normal" mas tem efeito positivo naqueles que já têm alguma alteração psicológica antes do programa.

Neste sentido, uma sugestão que emerge a partir desta experiência é que o pré-teste possa servir de parâmetro para dividir e construir os grupos baseados nos escores iniciais de Auto-conceito para só depois ser aplicado o programa de exercícios e avaliar o efeito do exercício sobre as diferentes categorias (4 níveis da escala ERA).

Nossos dados não nos permitem estabelecer uma relação direta causa-efeito entre exercício e Auto-conceito, pois não foram conclusivos. No entanto, esta relação encontra suporte nas evidências dos estudos que descreveram uma relação positiva entre exercício físico e função psicológica compreendida em três grandes áreas: auto-eficácia (TESSER, 2000), na área sensorial (SPIRDUSO & CLIFFORD, 1978) e na função cognitiva (CHIELLO et al., 1998).

No corpo de conhecimento da área em questão ainda faltam informações relativas aos mecanismos neurológico, bioquímicos, sociais e emocionais, que regulam a função psicológica. Porém dados recentes no campo da neurofisiologia mostraram que os exercícios induzem à secreção e liberação dos opióides endógenos, como a beta-endorfina, encontrada em diferentes partes do corpo humano (KURODA & ISRAEL, 1988). Esta substância é encontrada no cérebro e outros tecidos e tem a capaci-

dade de controlar a sensação de dor, além de participar igualmente na regulação da temperatura corpórea, do apetite e melhorar o sono, o humor e o limiar de dor. (KURODA, 1990).

Os resultados deste estudo mostram a importância de se fazer uma intervenção junto aos idosos para aumentar as oportunidades de atividade física orientada e melhorar a saúde mental desta população.

7. Conclusão e sugestões

A fundamentação teórica e os dados obtidos, neste estudo, mostram a importância de se fazer uma intervenção junto aos idosos para aumentar as oportunidades de atividade física orientada e melhorar a saúde mental desta população.

Coloca-nos diante da realidade e da certeza de que a atividade física na maioria dos indivíduos da população idosa encontra-se bem abaixo dos níveis recomendados pela literatura.

A estratégia de intervenção resultou na diminuição do risco de distúrbios emocionais nos idosos que participaram do programa de atividade física orientada. Por outro lado, os indivíduos do grupo controle apresentaram maior labilidade nos escores de auto-conceito, portanto, apresentaram maior probabilidade de serem acometidos de distúrbios na sua saúde mental.

Pelos resultados obtidos, não podemos afirmar que a prática regular de uma atividade física, na forma de exercícios aeróbicos, de intensidade moderada, tem resultados efetivo sobre o auto-conceito. No entanto as diferenças no padrão de modificações do auto-conceito nos grupos favorecem a hipótese de que a atividade física propicia uma estabilidade do auto-conceito e, portanto a melhora do bem estar dos idosos que participaram do experimento. Entretanto, novas investigações com indivíduos em todos quatro níveis de classificação do auto-conceito são indicados para confirmar nossos achados.

Outro fator que merece ser ressaltado, e que limitou nossa análise, foi pareamento e o número de indivíduos do grupo controle, uma vez que na maioria dos indivíduos já apresentavam o auto-conceito mal estruturado no pré-teste.

Conclui-se, portanto, que a promoção da saúde mental em idosos necessita de adequada normatização dos valores de auto-conceito para esta população, além da compreensão das inter-relações que se estabelecem entre os fatores biológicos, emocionais e sociais específicos desta fase da vida etária, para que se possa proporcionar intervenções que promovam alterações benéficas em suas condições de saúde e na qualidade de vida.

Fontes

1. ALBUQUERQUE, S.R.T.P. Viabilidade de um centro para a terceira idade, *Revista Psicologia Argumento*, a. XII, (XIV): 83-100, 1994.
2. ALOISI H. M. & LIPP M. N. Auto-conceito e sexualidade na opinião de pessoas portadoras de defeito físico. *Revista Estudos de Psicologia* nº 2 ago. / dez. de 1988.
3. ALVARES R. B. , CARDOSO T. A. Capacidade de desenvolver trabalho físico progressivo de sedentários após programa de condicionamento física *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 4.(4): 15-31, 1990.
4. AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. *Guidelines for Exercise Testing and Prescription*. Philadelphia; Williams & Wilkins, 1995.
5. AMORIM, C. A. *Atividade física e terceira idade: uma perspectiva psicossocial*, 1996.
6. ANDERSEN L. M. A forma física, um seguro de vida. In: *Enciclopédia Salvat da Saúde*, Salvat Editora, 1983.
7. BARBANTI, V. Aptidão física e saúde, *Revista FESTUR*, 3 (1): 5-8, 1991.

8. BEAUVOIR S. A Velhice I. *A realidade incômoda*. v.1, Trad. Heloisa Helena Durate, 2. ed. São Paulo: Diefel, 1976.
9. BEAUVOIR S. *A velhice*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1990.
10. BEE, H. *A criança em desenvolvimento*. São Paulo: Editora Harper & Row do Brasil Ltda, 1984.
11. BENTO O. J. *Desporto, saúde, vida: em defesa do desporto*. Lisboa: Livros Horizontes, 1991.
12. BERGER, B. e McINMAN, A. Exercise and the quality of life. In: SINGER, R.; MURPHEY, M. E TERNNANT, L. (eds.) *Handebook of research on sport psychology*. New Yorks: Macmillan Publishing Company, p. 729-760, 1993

13. DIREITOS DOS IDOSOS: UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÕES COLETIVAS E EDUCAÇÃO PERMANENTE

*Suzana Hübner Wolff **

RESUMO: A presente reflexão busca abordar aspectos que contemplem algumas construções coletivas de garantia dos direitos dos idosos, contextualizadas na realidade contemporânea mundial e brasileira. O trabalho identifica que as Instituições de Ensino Superior do Brasil são referências na organização e execução de programas sócio-educativos na velhice. Apresenta também um espaço de socialização e formação permanente, identificado como “Fórum Gaúcho das Instituições de Ensino Superior com Ações voltadas ao envelhecimento humano”, destacando, para o sucesso das intervenções sociais, a necessidade permanente de compartilhar e de oportunizar a construção coletiva das ações, na garantia de fazer valer os direitos dos idosos.

PALAVRA-CHAVE: envelhecimento humano, instituições de ensino superior, direitos.

1. Introdução

Na história contemporânea da humanidade, mais especificamente nos séculos XX e XXI, observamos movimentos que resultaram em documentos e ações, que identificaram alguns posicionamentos e orientações sobre os espaços e direitos dos idosos. Neste sentido, é prudente observar que, no que tange aos direitos dos idosos, é sabido que a velhice está organizada a partir de uma política de idades, dando-lhes significados particulares em diferentes contextos. Pensar a política deste modo, portanto, implica em reconhecer o controle social que a organização humana exerce sobre o desenvolvimento dos indivíduos. Estes controles se efe-

tivam de diferentes formas, como por exemplo, o uso da força, da educação ou da disciplina. Pensar a velhice deste modo nos permite reconhecer as maneiras em que ela se problematiza, e buscar responder como ela pode ser identificada, tratada e valorizada. Segundo Caramuto e Laborde (2006, p. 19), no contexto sociológico-jurídico, ser velho significa “viver condicionado pelos fatores biológicos próprios deste tempo, como pelo conjunto de condutas de outros indivíduos a respeito dele”. Esta situação leva o velho a uma condição desfavorável, reproduzindo estereótipos sociais de debilidade e passividade. Isto nos leva a refletir e atuar numa perspectiva de responsabilidade, no que supõe considerar o velho no seu contexto, como agente de transformações sociais, mas também remetendo a uma reflexão crítica e permanente da sociedade.

2. Os idosos e as construções coletivas de garantia dos direitos:

Dentre os documentos elaborados nos últimos anos, a fim de indicar e qualificar as ações e as construções de políticas para os idosos, destacamos as seguintes conquistas:

- na década de 1970, foram lançados os Princípios Universais da Bioética que, dividem-se em “autonomia”, “beneficência”, “não-maleficência” e “justiça”, como indicativos éticos de práticas profissionais e atividades científicas frente aos seres humanos, incluindo os idosos;
- em 1982 é lançado o “Plano de Ação Internacional de Viena sobre envelhecimento”;
- em 2002, o “Plano de Ação Internacional de Madri”.³⁹ Programa Núcleos de Vida Saudável: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS suzanaw@unisinobr

Estes documentos, e as discussões internacionais que deles demandaram, geraram desdobramentos para políticas, progra-

mas de governos ou metas a serem alcançadas, já efetivadas ou ainda construção nos diversos países do planeta.

No Brasil, podemos considerar que, a grande primeira conquista foi a lei 8842/1995, que apresentou a Política Nacional do Idoso, e que posteriormente, daria sustentação para a construção e aprovação da Lei 10.741/2003, definida como o Estatuto do Idoso. Destacando como diferencial do Estatuto para a Política Nacional do Idoso, a inclusão de sanções frente aos possíveis descumprimentos dos direitos garantidos no Estatuto. Ainda, a título de destaque de uma referência regional do Brasil, sinalizamos a Política Estadual do Idoso do estado do Rio Grande do Sul (lei 11 517/2000), que possui junto a Secretaria do Trabalho e Cidadania e do Conselho Estadual do Idoso, estratégias de implantação e fiscalização desta política.

É sabido que são muitos os desdobramentos destas políticas citadas, novos espaços legais estão sendo construídos e que os avanços podem ser considerados importantes na realidade brasileira, porém é notório o distanciamento ainda existente entre a formulação de leis e a efetivação de direitos. Nesse sentido, alguns movimentos institucionais importantes são observados nos últimos 20 anos, ressaltando aqui, a trajetória significativa das Universidades brasileiras e diferentes instituições de ensino superior (Faculdades, Centros Universidades e outros) na organização, aplicação e desenvolvimento de Programas e Projetos sociais para a população idosa.

3. As instituições de ensino superior brasileiras e as relações sócio-educativas na velhice

No Brasil, conforme apresentam os dados, ainda são poucos os idosos que ingressam formalmente nos cursos de graduação e pós-graduação. De acordo com o censo de 2000, apenas 3,6% dos brasileiros com 65 anos ou mais possuem 12 anos ou mais de escolarização formal. Um levantamento do setor de registros da

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos –RS, indicou que dentre os mais de 30 mil alunos de graduação, matriculados no primeiro semestre de 2006, apenas 27 possuíam 60 anos ou mais, ou seja, 0,09%. As projeções, porém, sugerem, a partir do aumento da escolarização dos jovens, ganhos expressivos na escolarização formal da população idosa, num futuro próximo.

Portanto, relativo à educação dos mais velhos nas instituições de ensino superior do Brasil, essa também se dá predominantemente por meio dos programas de extensão. Segundo Alencar (2002), no ano de 2002 existiam mais de 140 programas educacionais e de lazer elaborados para atender a pessoas com idades superior a 50 ou 60 anos, no País, certamente nos dias atuais este número é superior.

Goldman (2001) defende que, por intermédio de atividades e programas de extensão, vinculados à pesquisa e ao ensino, a universidade pode se constituir em um canal privilegiado, no debate e na ação do resgate da cidadania do idoso, “tão ameaçada nessa conjuntura sob impacto da globalização e que tende a excluir os mais vulneráveis do processo competitivo-produtivo, entre os quais se situam os idosos” (GOLDMAN, 2001, p.9). Nesse enfoque, Alencar (2002) reconhece que a educação esteve – e continua estando – a serviço da atividade produtiva, voltada principalmente para a formação profissional, mas que, a partir dos anos 70, vem sendo crescente uma preocupação com uma proposta capaz de ultrapassar o trabalho e a produção, colocando-se mais a serviço do homem e de seu desenvolvimento pessoal. Para a autora, a presença dos idosos nas universidades fazem deles protagonistas desse processo, já que eles vêm questionando a concentração das oportunidades de conhecimento produzido. De alguma forma, eles rompem com afirmações que defendem que, em uma sociedade de economia capitalista, a educação precisa preparar as pessoas para o mercado de trabalho, e para a competição. Nesta reflexão, argumenta Both:

a universidade, se pretende ser cidadã responsável, deve oferecer-se como um lugar onde a vida humana aprende um novo discurso, [...] ela pode ser mediadora no perfil do último estágio do ciclo de vida, não só afastando a dor, promovendo a saúde, oferecendo novos objetos de paixão para pensar e amar, novas formas de interação social, mas nisto constituir-se como propositora de novos discursos (BOTH, 1996, p.3).

4. A experiência das Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul

Ao compartilhar experiências, espera-se dos interlocutores, uma reflexão e apropriação do que é feito e como é feito, assim como, a disposição de todos em ouvir e ver a realidade alheia. Busca-se um espaço de ebulição e de “re-construção”. Neste sentido, apresentamos nossa trajetória institucional e regional, referente ao “Fórum Gaúcho das IES com ações voltadas ao envelhecimento humano”, considerando a possibilidade de fomentar e qualificar as diferentes experiências e realidades envolvidas em projetos e programas sociais para idosos.

4.1 História do Fórum

Desde 1981, as Instituições de Ensino Superior brasileiras têm oportunizado sucessivas discussões sobre os programas de extensão universitários dirigidos a população idosa. Por ocasião do *VI Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira idade* – ocorrido na Universidade Estadual - UESC/Ilhéus – Bahia, no ano de 1999, ficou definido, dentre os vários encaminhamentos, a necessidade de regionalizar estas reflexões, a fim de aproximar as experiências existentes, qualificá-las e oportunizar construções coletivas nesta área. Sensibilizados com a orientação nacional, a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, organizou no ano de 2000 um evento, em que as

IES participantes instituíram um espaço de discussão permanente, intitulado desde então de FÓRUM GAÚCHO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COM AÇÕES VOLTADAS AO ENVELHECIMENTO HUMANO.

4.2 Objetivo do Fórum

Refletir e avançar frente aos desafios do envelhecimento humano, associado à realidade e aos compromissos educacionais e científicos das instituições de ensino superior.

4.3 Organização

O Fórum congrega 23 instituições de ensino superior (centros universitários, faculdades e universidades gaúchas) cada Instituição possui um representante titular e outro adjunto. As IES participantes são:

- Centro Universitário - FEEVALE
- Faculdade de Taquara - FACCAT
- Faculdade de Ciências da Saúde - IPA
- Fundação Universidade de Rio Grande - FURG
- Pontifícia Universidade Católica do RS - PUC
- Universidade Católica Pelotas - UCPEL
- Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
- Universidade de Caxias do Sul - UCS
- Universidade Federal Pelotas - UFPEL
- Universidade Federal Santa Maria - UFSM
- Universidade Federal do RS - UFRGS
- Universidade Franciscana- UNIFRA
- Universidade LaSalle - UNILASALLE
- Universidade Luterana do Brasil - ULBRA
- Universidade de Ijuí - UNIUI
- Universidade de Passo Fundo - UPF
- Universidade da Região da Campanha - URCAMP
- Universidade Ritter dos Reis - UNIRITTER

- Universidade Regional Integrada - URI
- Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
- Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES
- Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha-

CESF

Dentre os participantes é eleita uma Instituição coordenadora que se responsabiliza em organizar os encontros, socializar informações e representar o grupo. O Fórum se concretiza com 4 encontros anuais, em diferentes Instituições do estado, conforme definição do grupo. Também é função da Instituição coordenadora, organizar e promover um evento de cunho científico, aberto aos especialistas e profissionais da área. O evento é bi-anual, e os trabalhos são publicados em anais. A troca de coordenação culmina com o término do evento científico.

O Fórum também se coloca como um espaço de colaboração para a organização dos “Encontros Estaduais de Alunos de Terceira Idade de Programas Universitários”. Estes encontros são bi-anuais, intercalados com os encontros nacionais.

4.4 Indicativos relevantes da organização (e manutenção) do Fórum:

- Trajetória pregressa das IES: em 1992, o Conselho Estadual do Idoso liderou uma pesquisa intitulada como “OS IDOSOS DO RIO GRANDE DO SUL; estudo multidimensional de suas condições de vida”, em que 16 Instituições de Ensino superior do RS estiveram a frente deste estudo. Entende-se que esta experiência de quatro anos de estudos foi significativa para a organização do fórum.
- Capacidade de trabalhar em grupo: o Fórum Científico (bi-anual) tem sido um experiência de trabalho coletivo, visto que, a definição de temas, organização de painéis e

palestrantes, por exemplo, são de responsabilidade de todos os representantes institucionais do Fórum. Neste sentido há uma rigorosa divisão de tarefas.

- Respeito às diferenças institucionais: como estratégias de aproximações, são oportunizadas nas reuniões, espaços de apresentações dos programas institucionais, refletindo com isso na compreensão de diferenças e valorização de ações.

5. Recomendações

Diante do exposto, sugerimos as seguintes recomendações, como indicativos de ferramentas para ampliar e qualificar os programas e projetos sociais com idosos:

- que as conquistas legais, e as experiências e ações desenvolvidas até o momento nas Universidades, municípios e federação, possam servir de suporte para o desenvolvimento de novas conquistas, em um processo contínuo de ação/reflexão/ação;

- que as experiências locais e regionais sejam socializadas, favorecendo novas oportunidades a outros contextos;

- que em todas e quaisquer trajetória, sejam levados em consideração, os princípios da continuidade vital, particularidade e participação das pessoas idosas. Isto os estimulará a exercer sua autonomia, promovendo a construção de projetos individuais e coletivos que vão ao encontro de seus interesses. Neste caso, os Conselhos poderão se apresentar como facilitadores;

- que a participação de especialistas na área da Gerontologia seja oportunizada, garantindo a referência científica e/ou técnica que as propostas apresentam.

Portanto, enfrentar o desafio de construir programas sociais para as pessoas idosas, é responder aos avanços que a ciência nos proporcionou ao ampliar os anos de vida da população mundial e brasileira. Logo, não é apenas o viés da cura ou da recuperação da saúde, que deve ser observado, visto que estas já possuem

uma trajetória de superações. Os desafios que estão por vir remetem-se as conquistas nas áreas da saúde, quando pensamos em qualificar os anos vividos, por meio de um estilo de vida ativo, recheado de atividades físicas, esportivas e lúdicas, promovendo um envelhecimento bem-sucedido. Desafios na educação, quando buscamos oportunizar a educação por toda a vida, seja ela em espaços formais e não formais, incluindo aí a qualificação dos programas universitários para os idosos. Desafios na cultura e lazer, quando entendemos que a ocupação do tempo livre deve ser um espaço de escolhas e de oportunidades, de crescimento humano, espiritual, cultural, distante de imposições ou restrições sem significados.

Porém, a superação destes novos desafios não é uma tarefa que remete somente às ciências e as lideranças políticas e institucionais. Certamente é um processo diferente, com novas estratégias de organização e representação. E neste novo cenário, o idoso deve estar presente, defendendo e construindo seus direitos. Já passou o momento da tutela, da passividade, da obediência e do silêncio. Estamos caminhando para a construção de novas conquistas, porém agora, em um ambiente crítico e reflexivo, sustentado na exigência de qualificação dos profissionais que atuam junto aos idosos, e da capacidade de organização dos próprios idosos, ou seja, momentos bem diferentes daqueles em que foram registrados na maioria das experiências anteriores.

Fontes

1. ALENCAR, Raimunda. *Ensinar a viver, ensinar a envelhecer: desafios para a educação de idosos*. Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento. v.4, p. 61-84. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
2. BOTH, Agostinho. *Identidade existencial na velhice: mediações do estado e da universidade*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.
3. CARAMUTO, Maria Isolina Dabove e LABORDE, Adolfo Prunoto. *Derecho de la Ancianidade: perspectiva interdisciplinaria*. Rosário (Argentina: Editorial) júris, 2006.

4. GOLDMAN, Sára Nigri. Universidade para a terceira idade: uma lição de cidadania. In: Unati/UERJ. *Textos Envelhecimento*. a. 3, n.5, p. 37-39, Rio de Janeiro, 2001.
 5. JUNGUES, José Roque. "Uma leitura crítica da situação do idoso no atual contexto sociocultural". In: *Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento*, v. 6. p. 123-144, Porto Alegre, UFRGS, 2004.
 6. LUZ, Madel. *Novos saberes e práticas em saúde coletiva: estudos sobre acionalidades médicas e atividades corporais*. 3 ed. São Paulo: Hucitec: 2004.
 7. WOLFF, Suzana Hübner. *A universidade como espaço promotor do envelhecimento bem-sucedido: um estudo de caso*. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Tese Doutoral (Doutorado em Ciências do Movimento Humano), 2003.
- www.stcas.rs.gov
www.estado.rs.gov.br
www.planalto.gov.br/ccivil

14. O CONTEXTO DA PRÁTICA ESPORTIVA E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Fabiane de Oliveira Macedo

Luciane Coelho Rabel

Valmir Moises Rabel

Norma Rejane Santos Ribas

RESUMO: Este ensaio discute as prováveis implicações que a prática esportiva pode estabelecer no processo de desenvolvimento das pessoas inseridas no Projeto Comunitário de Esporte e Lazer do Parque Ayrton Senna em Campo Grande – MS. Buscando-se uma simetria condizente às propriedades conceituais do Modelo Bioecológico, atribuindo atenção ao papel do ambiente aos processos evolutivos, delineado como microssistema. As constantes interações de diferentes atributos da pessoa com as características do contexto identificam uma preocupação com o desenvolvimento de seus participantes, considerando este fato como parte do compromisso político e social da Universidade.

PALAVRAS-CHAVES: Projeto, lazer, desenvolvimento humano.

1. Contextualizando a prática esportiva

O significativo dos estudos científicos atualmente está relacionado a aplicabilidade, na contribuição das investigações para diferentes aspectos que envolve a humanidade. Nesta perspectiva tende-se considerar a interação entre o ser humano em desenvolvimento e os seus diferentes contextos. Trabalhar nesta abordagem na Universidade é contribuir para novos paradigmas referentes à formação e a atuação acadêmica, preocupando-se com os processos de mudanças e de transação entre os fatores inter-

nos e externos que determinam, estimulam ou interferem nas diferentes características biológicas, psicológicas, sociais e culturais pelas quais a pessoa passa ao longo da sua vida.

Este entendimento está presente nos pressupostos políticos pedagógicos do Curso de Educação Física da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, que busca dentro da dimensão institucional: ensino, pesquisa e extensão a atuação subsidiada na “concepção de pessoa humana, [...] que a põe no centro da vida e ou promove na sua integralidade” (IUS, 2003, p. 14). Sendo que o contexto que permeia as ações do Curso de Educação Física da UCDB, incluindo inclusive a prática esportiva, consideram o bem estar físico, social e espiritual do ser humano, comprometido com a construção da sociedade em que se insere (PPP, 2005).

Entende-se que proporcionar a prática do esporte considerando os fatores do desenvolvimento humano é ir além da dicotomia existente entre o aspecto da pessoa e do ambiente em que se está inserido, é considerar a indissociabilidade existente entre os fatores, que podem ser estudadas a partir de uma variedade de estruturas teóricas. Este trabalho vem ao encontro do entendimento de estudiosos como Krebs (1995 e 2003), Copetti, (2001), Gallahue e Ozmun (2001) que citam Urie Bronfenbrenner como um dos teóricos creditados como emergente e que de forma singular aborda o desenvolvimento humano em uma perspectiva ecológica.

Krebs (1998 e 2005) apresenta os caminhos identificando alguns fatos na construção das estruturas teóricas elaboradas por Bronfenbrenner, que em 1979 publica hipóteses e proposições que discutiam teorias e pesquisas e que enunciavam considerações a respeito das relações existentes entre os atributos da pessoa e os parâmetros do contexto; em 1992 o teórico apresenta a *Teoria dos Sistemas Ecológicos*; delineada pelo mesmo em 1995 como *Paradigma Bioecológico* centrados na relação *pessoa-contexto*, *pessoa-processo*, *pessoa-processo-contexto* e

cronossistema, que culminou no modelo *processo-pessoa-contexto-tempo*, renomeado em 1998 como *Modelo Bioecológico* por Bronfenbrenner e Morris.

O Modelo Bioecológico propõe uma recombinação dos principais componentes do modelo original com novos elementos, tratando – os forma interativa e dinamizada, considerando o ser humano como um ser em desenvolvimento contínuo, sendo cercado quatro elementos: processo, pessoa, contexto e tempo, centrados em dois conceitos: o primeiro trata sobre os processos proximais, que se refere às formas de interações recíprocas que ocorrem no ambiente imediato, se tornando progressivamente mais complexas; e segundo sobre a pessoa nas perspectivas do curso da vida. Os processos são inferidos como tendo uma variabilidade, em função das características da pessoa (*pessoa*), dos ambientes mais próximos ou remotos (*contexto*) e dos períodos de tempo que ocorrem (*tempo*) e os processos (*processo*), refletidos nas experiências imediatas do dia-a-dia, formam estratégias para o engajamento, a manutenção ou o abandono de atividades, sejam elas as atividades escolares, esportivas, sociais ou culturais (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998 e 1999).

A compreensão destes processos apresentados por Bronfenbrenner busca serem evidenciados no Projeto Comunitário de Esporte e Lazer realizado pelo Curso de Educação Física - UCDB no Parque Ayrton Senna em Campo Grande – MS, em parceria com o Governo do Estado. Paiva, Souza e Rabel (2004) colocam que as atividades realizadas no referido Parque se iniciaram em 2002 pela administração da FUNDESPORT - Fundação de Esporte e Lazer do Governo de Mato Grosso do Sul, sem a interferência da Universidade, apresentando uma estrutura básica, atividades de iniciação esportiva. Terra (2001) afirma que um dos objetivos das políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado era dinamizar a aplicação das ações de esporte e lazer do Parque, através das parcerias entre os órgãos públicos e privados,

pautadas na realidade da região. E, assim, em 2003 firmou-se a parceria com a UCDB, mantendo-se os aspectos de funcionamento das atividades neste primeiro momento, para a aceitação da população, mas buscando-se ações mais envolventes. Atualmente são oferecidas diferentes vivências da prática de esporte e lazer para crianças, jovens, adultos e idosos não possuindo uma organização uniforme, rígida ou estanque. Porém, com uma intenção de organizar aspectos relevantes que podem ser adotadas no processo de mudança e transformação pela qual passam as pessoas nele inseridas, sejam docentes, acadêmicos e comunidade.

O contexto específico da prática esportiva do Projeto Comunitário de Esporte e Lazer possui como um de seus objetivos: respeitar a concepção do processo de construção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento; contribuir no desencadeamento da zona real para o potencial das competências (cognitiva, motora, sócio-afetiva) das pessoas que nele transitam, tendo como um fator essencial o papel do desencadeado pelo mediador seja ele o acadêmico e/ou o docente; ter atividades seqüenciadas para orientar as ações e as vivências dos acadêmicos e da comunidade; colaborar para a formação de cidadãos críticos e capazes de avaliar e propor alternativas para soluções de diferentes problemas. Enfim os objetivos do Projeto visam enunciar possibilidades comprometida com a comunidade, onde todos possuem o mesmo direito para vivenciar e expressar formas diferentes de práticas corporais.

2. O ambiente imediato

Busca-se neste trabalho uma simetria condizente às propriedades conceituais do Modelo Bioecológico, atribuindo atenção ao papel do ambiente aos processos evolutivos, assim será delineado o conceito de ambiente a um único ambiente imediato contendo a pessoa, sendo denominado de microssistema.

“Microsistema é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciado pela pessoa em desenvolvimento em um dado ambiente, face-a-face, com características físicas e materiais particulares, contendo outras pessoa com características distintas de temperamento, personalidade e sistema de crença.”
(BRONFENBRENNER, 1992, p. 227)

Observa-se que existem três elementos singulares em um microsistema: as atividades, os papéis e as relações interpessoais, que serão discursados na apresentação dos resultados, pois se observa que as práticas esportivas instigam o engajamento e a persistência no seu envolvimento; que as pessoas incorporam expectativas a respeito ao que ela espera que os outros esperem dela; e que se criam relações que continuam existindo mesmo quando as pessoas não estão presentes. Sabe-se da relevância de se ter atenção ao comportamento humano em diferentes ambiente, reconhecendo que existem relações interambientais, e que o ambiente pode ser compreendido como as condições da vida material, além das dimensões política-sócio-culturais, que assumem impacto sobre o processo do desenvolvimento.

Mas as atividades que se destacam neste momento são as da prática esportiva de natação, hidroginástica, futsal, vôlei e basquete realizados de forma contínua no Parque Ayrton Senna, localizado em um bairro populoso da periferia da cidade de Campo Grande – MS constituído por um complexo de três piscinas, sendo uma infantil para natação de crianças, uma de 25 metros para natação de adolescentes e adultos e outra para atividades de recreação aquática; e três quadras cobertas, área para caminhadas e aulas de ginástica. Identificam-se como pessoas participantes destas atividades a comunidade e os acadêmicos e docentes do Curso de Educação Física da UCDB. Existe a participação flutuante da comunidade influenciada principalmente pelo fator climático. Contudo, o Projeto consegue ter o número de atendi-

mentos mensais que podem chegar a 18.000, realizado, de terça a sexta – feira por cerca de 28 acadêmicos, entre eles bolsistas e voluntários, os quais recebem orientação de 3 docentes responsáveis por grupos de atividades e acadêmicos que constroem um cronograma de ações, além da orientação geral da coordenadora do Projeto, que faz a ligação entre governo, universidade tendo o papel de organizar, estimular e possibilitar as condições de aplicação das ações.

As atividades apresentadas no Projeto iniciam-se nas reuniões realizadas no Campus da UCDB que parte das considerações colocadas pelos interesses, necessidades e características do local de ação. Existem reuniões semanais e mensais que visam dinamizar todo o processo de participação da Comunidade, ou seja, que vão desde o cadastramento até o planejamento das ações. Nas atividades buscam-se o desenvolvimento e envolvimento, subsidiada pela significância dada a efetividade das características das pessoas como precursores e produtores do futuro desenvolvimento, acreditando que podem ser potenciais para a efetivação de processos proximais, considerando: a) a disposição, incluindo nesse sentido, a motivação, curiosidade e interesse por tais atividades; e b) os recursos pessoais, que incluem as habilidades, os conhecimentos e experiências. As relações do processo de envolvimento de crianças, jovens, adultos e idosos no Projeto Comunitário relacionados às características de demanda, sendo estas as que convidam ou desencorajam reações a partir do ambiente social, são percebidas como interdependentes e indissociáveis dos atributos pessoais dos recursos e/ou das disposições, ou seja, das habilidades, conhecimentos e experiências e das motivações para a prática de atividades esportivas.

3. O processo de mudança e transformação

A seguir apresentam-se os resultados alcançados pelo projeto através do enredamento de ações como a inserção, inter-

venção, capacitação, orientação e avaliação, fazendo considerações gerais aos parâmetros do contexto envolvendo a relação dos ambientes em que a pessoa participa ativamente e constituem a dimensão mais imediata, nomeados como *microssistemas*; a rede sistêmica que é formada pelos microssistemas que uma pessoa vivencia o *mesossistema*, os contextos em que a pessoa não participa ativamente, mas aos quais esteja indiretamente relacionada, o *exossistema*, e finalmente a dimensão mais abrangente que envolve todos os níveis de contextos o *macrossistema* (BRONFENBRENNER, 1979 e 1995). A influência contextual na perspectiva ecológica, neste trabalho, está considerando a relação imediata das pessoas à prática esportiva, mas sabe-se que as outras dimensões do contexto irão influenciar o envolvimento e o desenvolvimento.

A apresentação dos processos de mudança e transformação que percorre o Projeto de Esporte e Lazer da UCDB está sendo possível porque existe interação entre os participantes (comunidade, acadêmicos e docentes). Esta interação é identificada como sendo geradora de uma transferência de energia, o que pode produzir processos proximais de desenvolvimento para os participantes, pois está tendo uma base estável através de períodos de tempo, não sendo efêmera e nem ocasional.

Após a implantação de atividades no Parque ocorreram algumas mudanças e transformações, até mesmo ocorridas devido à inserção da Universidade no contexto Tomando-se consciência que o projeto estava apresentando relevância social, política e acadêmica, vislumbrando o potencial entre a relação do ensino, pesquisa e extensão aumentaram o estreitamento da parceria entre órgão público e privado, disponibilizando recursos de ordem financeira, técnica, humana, material e estrutural. Quando as atividades foram assumidas pela UCDB o número de participantes era de 900 pessoas aproximadamente ao mês. E atualmente consegue-se atender 18.000 pessoas mensalmente. As atividades como

natação em média 1000 pessoas, e nas atividades esportivas de quadra 750 crianças e adolescentes por semana. O Projeto oferece também atividades como ginástica e caminhada orientada. Os dados apresentados demonstram a aderência da população à idéia do projeto que oferece atividades de esporte e lazer que tem como objetivo essencial estimular a comunidade a ocupar o espaço que lhes pertencem, realizando a integração e despertar os aspectos sociais, como o convívio amistoso e a troca de experiências.

Com a inserção das atividades acadêmicas no Parque se fez necessário uma reestruturação, passado o primeiro momento de reconhecimento do campo, organizou-se a equipe de forma a colocar em prática as questões de ensino, extensão e pesquisa, pois apesar de se ter à estrutura definida, ainda faltavam dados para que se entender o contexto e as pessoas, deste modo constituíram-se os grupos de estudos e iniciaram-se as pesquisas em várias atividades, a princípio com o foco voltado ao esporte e lazer. A partir desta inserção alguns fatos foram sendo descobertos e que influenciaram as ações da coordenação, docentes e acadêmicos quanto ao oferecimento das atividades.

Foram implantadas as seguintes ações metodológicas que estão efetivamente influenciando a formação acadêmica dos alunos do curso: reuniões gerais e setoriais (específicas para cada atividade); caderno de planejamento das aulas; diário de campo; desenvolvimento contínuo de pesquisa; envolvimento em eventos nas escolas e centros comunitários adjacentes ao projeto; palestras à população sobre cuidados com a saúde e participação de acadêmicos e docentes em eventos regionais e nacionais.

A capacitação do acadêmico não se restringe aos inseridos no projeto, mas outras disciplinas fazem uso do local, e da população para interagirem.

Com relação a população, o estímulo a participação partem; do bom atendimento; palestras de orientação; eventos para agregar as pessoas que participam ou não do projeto; festivais de ati-

vidades específicas; encontros sociais entre comunidade, acadêmicos e professores; e intercambio entre universidade e população através de sugestões da população para o desenvolvimento de outras ações.

A disposição dos indivíduos envolvidos no projeto tem motivações que podem ser intrínsecas e extrínsecas ao ser, como por exemplo, os acadêmicos que ingressam podem ter disposição para participarem porque é oferecida uma bolsa, capacitação, prática na área de formação, participação em eventos, onde farão trocas de informações com outros acadêmicos e professores. A disposição que envolve os docentes também ocorre próxima das características que envolvem os acadêmicos. Por fim, a disposição da comunidade tem seus aspectos fundamentados através de pesquisas realizadas por Souza (2004), Paiva (2004) e Rabel (2004), nas quais relatam a procura da saúde, estética, o convívio social e o fator econômico pela gratuidade do que é oferecido. Não se pode deixar de relatar disposição da Universidade e do Governo que através desta ação procuram promover e oferecer atividades para uma região populosa, onde este espaço é primordial para o lazer e o esporte. A integração de todos os fatores e agentes envolvidos e interdependendo é que concretiza os bons resultados alcançados.

Verifica-se que o sucesso do Projeto esta sustentado no desenvolvimento das ações, na formação de uma equipe de trabalho sólida, o que tornou o Projeto referência na região, sendo este o primeiro passo para o estabelecimento de relações mais profundas com a comunidade. Com o aumento do entendimento relacionados a interação entre o contexto e a pessoa enfatizou-se a relação ação-reflexão-ação, resultando no surgimento de um Grupo Interno de Pesquisa. A criação de condições estruturais para o início do processo de ação comunitária no local, já é intensa, principalmente em algumas vivências esportivas que têm a

metodologia pensada e aplicada a partir do equilíbrio de poder das relações interpessoais.

4. Considerações das relações

Inicia-se observando que cada contexto em que há envolvimento da pessoa é considerado de microssistema, e que o papel do ambiente é relevante aos processos evolutivos. Entender o contexto da prática esportiva do Projeto Comunitário de Esporte e Lazer como um microssistema é visualizá-lo como um contexto de desenvolvimento humano. Este Projeto oferece aos seus participantes, entendidos aqui como a oportunidade de observação ou engajamento em atividades esportivas, a partir dos papéis e das relações interpessoais, estabelecidos pelo envolvimento nas práticas esportivas.

Em relação aos atributos dos participantes, geralmente avaliados pelos recursos, ou seja, pelas diferentes capacidades físicas, sócias e afetivas da pessoa, são considerados no Projeto como em transformação. Os recursos dos docentes se modificam quando buscam estratégias de Ensino, Pesquisa e Extensão para poder contribuir na atuação das ações propostas no Projeto; dos acadêmicos quando ampliam campos de conhecimento e de relações na Comunidade e com outros colegas; e os da comunidade quando engajados nas atividades que podem contribuir para a inserção em atividades de diferentes contextos que não é necessariamente as do Parque, mas como a escola, a rua, o clube e outros. Observando que estes recursos estarão sempre muito próximos das disposições que as pessoas possuem, podendo estas disposições interagidas com os recursos convidar ou afastar as participações no contexto esportivo.

A dimensão temporal no envolvimento com o Projeto não possui como fator determinante à idade cronológica dos seus participantes, favorece a mediação nos processos de ensino-aprendizagem da prática esportiva, através de estratégias de ação, onde a

pessoa que possui um maior recurso, como os conhecimentos sobre habilidades esportivas, tática, técnica, transferência de aprendizagem, complexidade da tarefa, processos de desenvolvimento humano, seja o mediador, facilitando a transação ecológica entre os mesmos. Acredita-se que esta interação contribuiu para desencadear práticas esportivas que podem vir a contribuir positivamente para o desenvolvimento dos participantes. As constantes interações de diferentes atributos com as características do contexto das práticas esportivas do Projeto Comunitário de Esporte e Lazer identificam uma preocupação com a transformação de seus participantes, o que faz parte do compromisso político e social da Universidade.

Fontes

1. BRONFENBRENNER, Urie. Ecological System Theory. In: ROSS, Vasta. *Six Theories of child development: revised formulations and current issues*. London: Jessica Kingsley Publishers, 1992 p. 187 – 249.
2. BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela A. The Ecology of Developmental Process. In: DAMON, W.; LENER, R. M. *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development*. New York: John Wiley and Sons, 1998 p. 993 – 1029.
3. BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela A. The Ecology of Developmental Process. In: Pedro, João G. *Stress and violence in childhood and youth*. Lisboa: Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, 1999 p. 21 – 95.
4. COPETTI, Fernando. *O desenvolvimento de crianças de Teutônia, interpretado através do paradigma ecológico*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 1996.
5. COPETTI, Fernando. *Estudo exploratório dos atributos pessoais de tenistas*. Tese de Doutorado. Santa Maria: UFSM, 2001.
6. GALLAHUE, David.L.; OZMUN, J. C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: Phorte, 2001.

7. KREBS, Ruy J. *A especialização esportiva precoce: uma releitura à luz da Teoria dos Sistemas Ecológicos*. In: VARGAS, A.. *Desporto e tramas sociais*. Rio de Janeiro: Sprint, p.133-144, 2001.
8. KREBS, Ruy J. et al. *Desenvolvimento humano: uma área emergente da ciência do movimento humano*. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 1996.
9. KREBS, Ruy J. *Desenvolvimento humano: teorias e estudos*. Santa Maria: Pallotti, 1995.
10. KREBS, Ruy J. *A criança e o esporte: reflexões sustentadas pela Teoria dos Sistemas Ecológicos*. In: VARGAS, Ângelo. *Os processos desenvolvimentais na infância*. Belém: GTR, 2003.
11. PAIVA, José. L.; SOUZA, Flavia. F. RABEL, Luciane. C.. *Projeto comunitário de esporte e lazer 01: Uma ação de extensão universitária no campo do lazer*. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, XVI, 2004, Salvador. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.
12. PAIVA, José. L.; SOUZA, Flávia. Flavia. RABEL, Luviane. C., RABEL; Valmir. M. *Projeto comunitário de esporte e lazer 02: a extensão universitária e a produção de pesquisas de iniciação científicas*. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, XVI., 2004, Salvador. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.
13. P.P.P. Projeto Político Pedagógico. *Curso de Educação Física*. UCDB, 2005.
14. SOUZA, Flavia F. *Projeto comunitário de esporte e lazer 05: possíveis significados sobre o corpo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, XVI., 2004, Salvador. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.
15. TERRA, R. *Esporte e lazer: uma experiência no estado do pantanal*. In: MARCELINO, Nelson C. (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Coleção educação física e esportes Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

15. DESAFIOS E OBSTÁCULOS: GERANDO CONHECIMENTOS E SAÚDE

Débora de Cássia Fernandes

Marcelino Conti

Simone de Carvalho Thuler

Marcelo Dantas Britto

RESUMO: Através de emenda parlamentar, o projeto Esporte Você - Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Ministério do Esporte, tem origem na demanda por mais acesso ao esporte e lazer para uma população desprovida de bens e serviços fundamentais e colabora na realização de políticas públicas para uma região com 1,2 milhão de habitantes, segundo o IBGE. Em convênio com o Instituto Consuelo Pinheiro, atende sete cidades: Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende, Itatiaia, Porto Real e Quatis. São 36 núcleos, que funcionam em complexos populares, distribuídos conforme a densidade demográfica e grau de exclusão social. Os relatos mostram que construir é enfrentar desafios e obstáculos, gerando conhecimento e saúde. De forma efetiva, o projeto propicia cumplicidade com as comunidades, promovendo saúde coletiva e comunitária. Apesar dos obstáculos, nossos alunos se tornam cada vez mais participativos, criativos e integrados à sociedade, mostrando que a saúde depende da realização das suas potencialidades. As atividades de lazer proporcionam autonomia, desmedicalização e fortalecimento da auto-estima.

Instituto Consuelo Pinheiro⁴⁰
debfernandes2004@yahoo.com.br

16. DOMINGO NO PARQUE

*Cláudia Marins de Souza**

Gracia Maria da Silva Baldez

Parcerias e intersetorialidade no PELC

RESUMO: O texto trata da descrição de um evento realizado pela Prefeitura de Niterói; suas idéias, suas inspirações, seus sentimentos, planejamento, execução e avaliação. Evento organizado durante a execução do convenio Ministério do Esporte/ Prefeitura de Niterói, que estava entre os projetos pilotos do PELC em 2004.

PALAVRAS-CHAVE: sentimentos, integração, evento.

“O rei da brincadeira
Êh José!
O rei da confusão
Êh João!
Um trabalhava na feira
Êh José!
Outro na construção*
Êh João!...”

I – O PARQUE

Podemos falar que o Campo de São Bento é um espaço intersetorial, um espaço em que decisões isoladas não são capazes de atender as necessidades da sua existência; um parque que tem coreto, lago, fonte, escola pública, feira de artesanato, quadra, alamedas, centro cultural e pessoas de todas as idades com de-

mandas extremamente diversificadas. Para realizarmos um evento ali, mesmo que não quiséssemos, seríamos forçados a dialogar com diversos setores da comunidade e da administração pública. É certo que esse já era o nosso desejo, pois sabemos que atuações comunitárias não se sustentam se não estiverem integradas aos diversos setores da sociedade, públicos ou não; mas a necessidade imposta pelo local e pela proposta do evento fez com que, naturalmente, as ações relativas a produção do evento fossem articuladas com esses diversos setores. Portanto, o DOMINGO NO PARQUE, por conceito e por necessidade, foi um evento intersetorial.

II – A MÚSICA

Uma música que fala de amor, de trabalho, de brincadeira e de violência; é, acima de tudo, uma música que fala de vida. A vida de José, João e Juliana, a vida de milhares de pessoas que trabalham nas feiras e nas construções e que no domingo buscam um momento e um espaço para brincar e amar; a vida e seus diversos setores, que necessitam estar juntos e equilibrados para serem plenos.

A música nos inspirou e nos lembrou que gestão de programas sociais deve estar sempre atenta às necessidades e anseios dos que são atendidos, que não podem haver limites institucionais que impeçam a participação de setores integrantes da comunidade a que se destina, que quando isso acontece nos afastamos da própria comunidade, de suas vidas; perdemos assim o sentido do programa, o sentido da ação, a possibilidade de transformação.

Uma música que conta a história de um domingo de lazer, de encontros que acontecem a todo momento, encontros que revelam tensões acumuladas no dia a dia e, que se expressam de formas tão diferenciadas quanto diferentes são as realidades vividas.

III – O EVENTO

Ao percebermos a profundidade e a riqueza da música, encontramos o caminho necessário para realizarmos um evento completo, um evento que não deixasse de fora nenhuma das partes integrantes das comunidades, nenhum de seus sentimentos, desejos, crenças, de suas produções e seus personagens. Nesse momento começa o planejamento.

Primeiro pedimos para que cada coordenador analisasse a letra com seus agentes, refletindo sobre a história contada e as relações existentes com suas próprias vivências; depois pedimos que essa análise e reflexão fosse feita também com os participantes do Programa. Decidimos então que cada pólo (eram quatro), ficaria responsável por elaborar uma apresentação com uma parte da música, com um dos “sentimentos” nela representados: Amor, Violência, Brincadeira e Trabalho. Do Amor tivemos poesia e dança de salão; da Violência, música de Chico Buarque (Meu Guri e Construção) e do Rappa (Minha Alma) apresentadas com coreografias interpretativas; da Brincadeira, Bumba Meu Boi (com músicas da comunidade) e Capoeira e; do Trabalho, desfile teatral, representando profissões. Tudo integrado por sentimentos cotidianos das comunidades.

Ao mesmo tempo, começamos a mapear as entidades que deveriam estar envolvidas no evento, como resultado dessas análises e planejamento integrado tivemos as seguintes participações:

- SECRETARIA DE ESPORTES: elaboração e coordenação;
- EQUIPE DO PELC: concepção, elaboração e execução das atividades;
- SECRETARIA DE CULTURA: produção e show de abertura;

- SECRETARIA DE URBANISMO: autorização e reserva do espaço, orientação sobre horários e locais para serem utilizados e mapeamento das atividades;
- NELTUR: palco, som, energia e orientação sobre montagem de estruturas;
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Prefeitura): transporte dos participantes;
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Estado): utilização do espaço da escola para alimentação dos participantes, elaboração e montagem das exposições;
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES: mobilização e transporte da comunidade;
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO: orçamento e divulgação;
- CLIN (Companhia de Limpeza de Niterói): apoio durante o evento;

Nesse momento, o evento tinha corpo, tinha rosto, tinha sentimento, tinha participação e integração.

IV – ESTRUTURA DO EVENTO

OBJETIVOS:

Integrar as comunidades atendidas pelo PELC;

Divulgar os trabalhos realizados nas oficinas do PELC;

Integrar as comunidades a espaços em que elas não frequentam regularmente;

Elaborar atividades integradas entre os diversos núcleos do PELC;

Propiciar momentos de lazer esportivo e artístico diversificado a comunidade de Niterói.

PROGRAMAÇÃO:

1 – Abertura:

- foi feita uma apresentação da música Domingo no Parque com a cantora Juliana Martins, voz e violão;
- falas oficiais.

2 – Apresentação de trabalhos:

foi montado o “Caminho das Artes” em algumas alamedas do parque, em que ficaram expostos os trabalhos realizados pelos participantes nas oficinas artísticas do Programa;

foi elaborada uma apresentação de dança e teatro baseada na música Domingo no Parque. A partir da letra da música a apresentação foi dividida em quatro atos com os seguintes temas: Amor, Trabalho, Violência e Brincadeira; cada núcleo (eram 4) ficou responsável por um tema.

3 – Oficinas:

foram realizadas oficinas, espalhadas pelo parque com as diversas atividades desenvolvidas no Programa: esporte, dança, mosaico, teatro, artes plásticas, brincadeiras populares e música.

4 – Show:

O evento terminou com a apresentação de uma banda da cidade.

V – O FOLDER

Outra ação importante do evento foi a elaboração do folder, após diversas reuniões decidimos quais as partes necessárias na sua composição. Ele tinha então: a marca do programa, com um resumo do seu objetivo; um texto falando do PELC em Niterói, seus núcleos, suas atividades e seus atendimentos; a programação do evento; um mapa do parque com as localiza-

ções de cada oficina ou atividade; um questionário para que o participante refletisse sobre o seu lazer e as organizações envolvidas na sua realização.

O folder foi distribuído nas entradas do Parque durante todo o evento, com um espaço para entrega das respostas, uma urna em que eram depositadas.

VI – COMO FOI

Crianças descobrindo o parque, idosos redescobrando a emoção do protagonismo, jovens concentrados naquilo que queriam dizer, lideranças emocionadas com a riqueza das suas comunidades, gestores surpresos com as possibilidades concretas de eventos de lazer. Esse foi o evento, com participação efetiva dos pólos e dos frequentadores do parque; e principalmente, esse foi um evento em que o processo de construção se mostrou tão importante quanto a sua execução; os significados das ações desenvolvidas no parque estavam nos meses que às antecederam, e nas mudanças que se consolidaram.

VII – POR FIM...

Gostaríamos de reforçar a idéia de que assim como não se separa amor e ódio, trabalho e lazer; também não é possível fracionar ações governamentais. Tal prática tem sido responsável por ineficiência nas ações públicas; tanto no desperdício de recursos quanto nos insignificantes resultados alcançados. É necessário que se entenda que ações integradas não são uma estratégia, mas sim a única possibilidade concreta de transformação da lógica de nossa sociedade, para que se possa iniciar, enfim, uma mudança na sua realidade.

VIII – ALGUMAS LETRAS

Colocamos aqui algumas letras que foram significativas na construção do evento. A música que nos inspirou e as músicas da comunidade utilizadas no Bumba Meu Boi

DOMINGO NO PARQUE

Gilberto Gil

O rei da brincadeira

Êh José!

O rei da confusão

Êh João!

Um trabalhava na feira

Êh José!

Outro na construção

Êh João!...

A semana passada

No fim da semana

João resolveu não brigar

No domingo de tarde

Saiu apressado

E não foi prá Ribeira jogar

Capoeira!

Não foi prá lá

Prá Ribeira foi namorar...

O José como sempre

No fim da semana

Guardou a barraca e sumiu

Foi fazer no domingo

Um passeio no parque

Lá perto da boca do Rio...

Foi no parque
Que ele avistou
Juliana!
Foi que ele viu
Foi que ele viu!
Juliana na roda com João
Uma rosa e um sorvete na mão
Juliana seu sonho, uma ilusão
Juliana e o amigo João...

O espinho da rosa feriu Zé
(Feriu Zé!) (Feriu Zé!)
E o sorvete gelou seu coração
O sorvete e a rosa
Oh José!
A rosa e o sorvete
Oh José!
Foi dançando no peito
Oh José!
Do José brincalhão
Oh José!...

O sorvete e a rosa
Oh José!
A rosa e o sorvete
Oh José!
Oi girando na mente
Oh José!
Do José brincalhão
Oh José!...

Juliana girando
Oi girando!

Oi na roda gigante
Oi girando!
Oi na roda gigante
Oi girando!
O amigo João (João)...

O sorvete é morango
É vermelho!
Oi girando e a rosa
É vermelha!
Oi girando, girando
É vermelha!
Oi girando, girando...

Olha a faca! (Olha a faca!)
Olha o sangue na mão
Êh José!
Juliana no chão
Êh José!
Outro corpo caído
Êh José!
Seu amigo João
Êh José!...

Amanhã não tem feira
Êh José!
Não tem mais construção
Êh João!
Não tem mais brincadeira
Êh José!
Não tem mais confusão
Êh João!...
Êh! Êh! Êh Êh Êh Êh!

Êh! Êh! Êh Êh Êh Êh!

Êh! Êh! Êh Êh Êh Êh!

Êh! Êh! Êh Êh Êh Êh!...

- Músicas utilizadas no Bumba Meu Boi -

MENTE CULTURAL – José Rodrigues

Ao som da matraca, pandeiro e o maracá

Ronca o tambor, onça e a toada eu vou cantar

To chamando quem tem mente cultural

Para a mim se juntar, se as portas não se abrirem

As trancas vamos quebrar.

Utilizando a arte, dança, poesia e o teatro

Que do Nordeste é local

Folclore Maranhense Cultural Nacional

FIRME O BATUQUE – José Rodrigues

Firme o batuque faça-me o favor

Vou cantar uma toada,bumba-meu-boi,em louvor

Aos santos guerreiros do estado em que estou

Estou no Rio de Janeiro São Sebastião é o padroeiro

A fé em São Jorge leva as multidões

Cristo lá de cima assistindo a procissão

E atravessando a ponte irmão você chega em Niterói

Onde nasce o quebra tranca e o padroeiro é São João

CULTURAL QUE BRA TRANCA – José Rodrigues

Cheguei

Sou cultural quebra tranca

Quem tem suingue,se balance

Sempre que houve o meu som

Eu lhe trago Reggae e outros ritmos

Pode crer,

Minha intenção mesmo, é mexer com você
Sou de Niterói e o padroeiro é São João
Sou Cultural tranca
Bumba-meu boi do Maranhão

IX – FONTES

Poderíamos citar alguns livros que nos falam sobre o assunto, mas não seria correto, pois o que nos inspirou foram às músicas e os textos lidos, essa é nossa bibliografia.

DOMINGO NO PARQUE – Gilberto Gil
CONSTRUÇÃO – Chico Buarque
O MEU GURI – Chico Buarque
MENTE CULTURAL – José Rodrigues
CULTURAL QUE BRA TRANCA – José Rodrigues
FIRME O BATUQUE – José Rodrigues
MINHA ALMA – O Rappa

17. CARAVANAS DA LAZERANIA: LIBERDADE E AUTONOMIA ÀS COMUNIDADES PERIFÉRICAS

*Elizabeth Pessôa Gomes da Silva^{††}
Elenir da Silva e Cunha*

RESUMO: Iniciado em agosto de 2005, através da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer/Ceal/Semec este novo projeto, de cunho social, intitulado Caravana da Lazerania foi criado e desenvolvido à promoção de estruturas sistematizadas, em que as atividades de esporte e lazer se tornem uma iniciativa emancipatória das comunidades periféricas ao apresentar uma estrutura metodológica, dentro de uma proposta efetiva de intervenção, ao instruir agentes comunitários, durante finais de semana, possibilitando-lhes a apropriação e o desenvolvimento de determinadas habilidades, como indivíduos coletivos, a gerenciarem, com autonomia, a organização do seu lazer. A Ceal contribui, desse modo, para a formação valorativa do indivíduo, e coletividade, de um terço do contingente populacional local, pela adequação do cidadão aos valores imprescindíveis para a defesa do desenvolvimento de uma sociedade solidária, pelo lazer.

PALAVRAS-CHAVE: lazer; formação de agentes comunitários; projetos sociais.

Fontes:

1. COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. SP: Cortez, 1992.
2. MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

18. PELC: IMPLEMENTAÇÃO E ATIVIDADES SISTEMÁTICAS EM NATAL/RN

*Gabriela Dalila Raulino Bezerra –**
Núcleo PELC/CEFET-RN

Gabriela Olivar de Oliveira Santos –
Núcleo PELC/CEFET-RN

Juliana Medeiros Freire da Costa Mafra –
Núcleo PELC/CEFET-RN

Franciane Carla de Pontes Aguiar –
Núcleo PELC/CEFET-RN

RESUMO: O trabalho a ser apresentado refere-se a um relatório de experiência das autoras quando da implementação das atividades sistemáticas (oficinas culturais e esportivas) nos núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade -PELC/CEFETRN em Natal, no que tange à análise dos aspectos de implementação do programa e às características presentes nas atividades sistemáticas, quando de seu planejamento e prática. A problemática em questão permeia, principalmente, os entraves e busca da superação dos obstáculos encontrados na execução das ações de planejamento e atividades/vivências. O objetivo da pesquisa foi relatar o processo de implementação das atividades sistemáticas (oficinas culturais e esportivas) do referido programa quando da sua realização no período de julho/2006 a março/2007.

PALAVRAS-CHAVE: Implementação, Atividades Sistemáticas, Programas sociais.

19. A AUTO-ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E O TRABALHO COLETIVO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DOS NÚCLEOS DE NATAL

Lerson Fernando dos Santos Maia – Núcleo PELC/CEFET-RN
Lucyana Kelly Silva da Costa – Núcleo PELC/CEFET-RN

RESUMO: Lazer e políticas públicas são expressões que inferem, separadas e em diálogo, confusões em torno de sua compreensão conceitual, importância e garantia social. O presente artigo se propõe analisar a implantação do PELC nos núcleos de Natal/RN a partir do diálogo entre as diretrizes de auto-organização comunitária e o trabalho coletivo dos usuários do programa; investigar como ações de esporte recreativo e de lazer favorecem o trabalho comunitário; examinar os princípios metodológicos que favorecem a auto-organização comunitária e a ação em grupo e ampliar os fundamentos de conjunção entre a auto-organização comunitária e o trabalho coletivo. Para tanto, está sendo realizada a discussão dos princípios que norteiam o PELC, procurando compreender a sua implantação nos núcleos em questão. Trata-se de um estudo do tipo exploratório-descritivo, que privilegia os procedimentos da abordagem qualitativa sem, no entanto, descartar o tratamento quantitativo. A amostra é constituída por 120 participantes do PELC, de ambos os sexos, da faixa etária dos 10 aos 60 anos. Os dados são coletados através de instrumentos como: observação direta, manual de princípios norteadores do PELC e entrevista semi-estruturada aplicadas a amostra. A pesquisa encontra-se em fase de análise e discussão dos dados, não apresentando, portanto, a totalidade dos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: auto-organização comunitária, lazer, políticas públicas.

20. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS AGENTES SOCIAIS DO PELC EM NATAL: PROPOSTAS E DIRETRIZES METODOLÓGICAS

*Gabriela Dalila Raulino Bezerra –**

Núcleo PELC/CEFET-RN

Gabriela Olivar de Oliveira Santos –

Núcleo PELC/CEFET-RN

Juliana Medeiros Freire da Costa Mafra –

Núcleo PELC/CEFET-RN

Franciane Carla de Pontes Aguiar –

Núcleo PELC/CEFET-RN

RESUMO: Estabelecida pela proposta e diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), para os convênios firmados até 2006, a formação dos agentes sociais de esporte e lazer compreende 3 módulos de capacitação (módulo Introdutório, formação continuada e aprofundamento), além de possibilitar outras ações metodológicas implementadas pela coordenação local a partir das demandas e necessidades dos seus agentes sociais e da realidade da comunidade atendida. Dada sua importância, as capacitações visam subsidiar as atuações desses profissionais, de modo que atuem como animadores socioculturais, alicerçados na vontade social e no compromisso político-pedagógico de promover mudanças nos planos cultural e social. Diante disso, esse trabalho se propõe analisar a formação profissional e capacitação dos agentes sociais do PELC dos núcleos de Natal, avaliar as ações do Ministério do Esporte e do Cefet/RN no que se refere às capacitações e identificar as contribuições da formação acadêmica no Curso de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida.

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, e consiste em um relato de experiência cuja amostra compreende os agen-

tes sociais do PELC/CEFET-RN nos núcleos de Natal que participaram das capacitações e formações correspondentes. Para a obtenção dos dados necessários, os instrumentos de pesquisa utilizados foram: questionário de avaliação da reunião ampliada (aplicado aos agentes sociais), os relatórios da I Reunião Ampliada e das discussões temáticas do Círculo de Leituras (elaborados pela coordenação dos núcleos), além das observações participantes realizadas durante o convênio da I edição do PELC em Natal.

PALAVRAS-CHAVE: Formação, diretrizes, Programa Social.

21. LAZER POLÍTICA E INCLUSÃO SOCIAL: UM POSSÍVEL AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE: O CASO DO PELC

*Talita Nara Campos Fernandes**
Lerson Fernando dos Santos Maia

RESUMO: Lazer e políticas públicas. Essas são expressões que inferem, separadas e em diálogo, confusões em torno de sua compreensão conceitual, importância e garantia social. Nesse contexto, e contemplando ambos interesses, a presente pesquisa se propôs a analisar o PELC- Programa de Esporte e Lazer da Cidade, desenvolvido no município de Natal/RN, núcleo do bairro Pajuçara com foco nos princípios norteadores relacionados ao lazer enquanto direito constitucional e social. Para tanto, realizou-se a discussão dos princípios que norteiam o PELC, procurando principalmente compreender como ocorreu a sua implantação no núcleo em questão. Buscou-se, também, compreender a presença do lazer no cotidiano da comunidade, ou seja, como o lazer é observado pela comunidade de Pajuçara. Além de revelar a impotência das políticas públicas de lazer como elementos facilitadores da inclusão das comunidades, e, por fim, identificar os princípios metodológicos norteadores de uma intervenção de lazer quando da implantação do PELC. No que se refere à relevância da temática, é possibilitando tanto fazer esclarecimentos sobre o lazer, as políticas públicas e as políticas públicas lazer, quanto encaminhar indicativos de qualificação dessas políticas, além de indicar princípios teóricos metodológicos de uma intervenção eficiente. Trata-se de um estudo do tipo exploratório-descritivo, que deu privilégio aos procedimentos de abordagem qualitativa sem, no entanto, descartar o tratamento quantitativo. A pesquisa teve a amostra constituída pelos alunos, monitores, oficinairos, lideranças comunitárias e outros agentes sociais de

esporte e lazer envolvidos com o PELC de Natal/RN, especificamente, do núcleo do bairro de Pajuçara. Os dados foram coletados através de instrumentos como: observação participativa; manual de princípios norteadores do PELC; anotações de campo; os relatórios das atividades de lazer desenvolvidas durante o período de pesquisa; e questionários - aplicados a 200 representantes da comunidade escolhida aleatoriamente, além de entrevistas. Assim realizada, a pesquisa apontou para avaliação positiva da implantação do PELC no núcleo de Pajuçara, enquanto iniciativa de política pública de lazer que vise o desenvolvimento e uma emancipação dos sujeitos e a partir de sua análise buscou propor princípios para uma intervenção eficiente de lazer. Entretanto, para que isso ocorra é necessário que estas intervenções permitam o questionamento, o constante polemizar / problematizar as situações cotidianas enfrentadas por determinado grupo e principalmente que indique a conscientização, superação e emancipação da realidade vivida.

PALAVRAS CHAVE: Políticas públicas, Políticas sociais, Lazer.

22. O “V ENCONTRO MUNICIPAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ESPORTE E LAZER - RECIFE/PE” E A “I REUNIÃO NACIONAL DE AGENTES DO PELC – BRASÍLIA/DF” NO CONTEXTO DO PELC EM NATAL/RN

*Gabriela Dalila Raulino Bezerra – Núcleo PELC/CEFET-RN**

Gabriela Olivar de Oliveira Santos – Núcleo PELC/CEFET-RN

Juliana Medeiros Freire da Costa Mafra – Núcleo PELC/CEFET-RN

Franciane Carla de Pontes Aguiar – Núcleo PELC/CEFET-RN

RESUMO: Discutir conceitos, metas, objetivos e trocar experiências. Esses são elementos de grande importância para o desenvolvimento de programa bem sucedidos e foram características marcantes aos agentes que participaram do “V Encontro Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer -Recife/PE” e a “I Reunião Nacional de Agentes do PELC – Brasília/DF”. É com o objetivo de relatar ambas as experiências, dialogando com a realidade de implementação do PELC em Natal/RN, que foi desenvolvido o presente artigo, metodologicamente construído com base no material e discussões das Reuniões de Relato de Experiência realizadas pelos coordenadores e monitores que viajaram, e direcionado aos demais agentes que compõem o PELC no município. As conclusões apontam para contribuições significativas dessas experiências pelo contato com diferentes realidades, aprofundamentos teóricos e “antecipação” de desafios característicos do programa, possibilitando um “preparo” dos agentes de Natal nas futuras tomadas de decisões para o PELC no município.

PALAVRAS-CHAVE: Formação, Qualificação, Programas Sociais.

23. UM OLHAR INCLUSIVO PARA OS ADOLESCENTES DA COMUNIDADE DO PAJUÇARA ATRAVÉS DO PROJETO ESPORTE E LAZER DA CIDADE

*Gabriela Câmara de Araújo
Lerson Fernando dos Santos Maia*

RESUMO: Esta pesquisa tem o interesse de analisar as questões relacionadas á temática de intervenções sociais, mais especificamente, ao programa de “Esporte e Lazer da Cidade” na comunidade de Pajuçara, localizada na zona norte de Natal. Trata-se de um estudo do tipo exploratório–descritivo–analítico, que deu privilégio aos procedimentos da abordagem qualitativa, sem no entanto, descartar o tratamento quantitativo. Como subsídios para sua execução, foi diagnosticado o perfil sociocultural da própria comunidade; analisando como se deu o envolvimento, a participação e o acesso ás oficinas culturais por parte dos adolescentes, além de terem sido discutidas as principais alterações sociais que se deram com a implementação desse programa. Os dados para a sua caracterização foram levantados com base no diagnóstico inicial dos equipamentos de lazer disponíveis no bairro, assim como a partir dos questionários e entrevistas semi-estruturadas, respectivamente aos líderes da comunidade a ao público investigado; associados às observações participantes, aos recursos audiovisuais e ao próprio projeto dessa intervenção. A amostra se caracterizou como sendo do tipo intencional não-probabilística, tomando como base o lazer enquanto direito social capaz de promover transformações na esfera da comunidade. Nesse sentido, quatro adolescentes integrantes desse projeto e membros da comunidade de Pajuçara, foram objetos de investigação, através dos quais, percebemos uma grande mobilização social de maneira implícita e desligada de qualquer perspectiva

funcionalista, a parti da implementação desse programa e, conseqüentemente um fortalecimento de valores como a coletividade, cidadania. Principalmente, a participação popular dessas pessoas. Verificamos também, a importância do lazer e dos espaços públicos como importantes instrumentos na vida da comunidade; levando os adolescentes à uma conscientização quanto ao usufruto do seu tempo livre.

PALAVRAS CHAVE: Comunidade; lazer; mobilização social; Conscientização.

24. A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA FORMAÇÃO DO PELC NA REGIÃO NORTE

*Carmen Lília da Cunha Faro*⁴²

*Dalva de Cássia Sampaio dos Santos*⁴³

*Joselene Ferreira Mota*⁴⁴

*Lucília Matos*⁴⁵

*Robson dos Santos Bastos*⁴⁶

*Zaira Valeska Dantas da Fonseca*⁴⁷

RESUMO: A preocupação que permeou a construção do processo de formação para esta região foi a de dar um caráter de projeto coletivo, onde os formadores levassem em conta princípios e diretrizes comuns de acesso ao esporte e lazer. Princípios esses baseados nas experiências de gestões democráticas e populares já concretizadas no Brasil. Essa coletividade foi efetivada na construção da proposta de formação em que os professores formadores do PELC da região norte, aderiram à dinâmica de planejamento com estudos e análises sobre a temática do lazer e de questões específicas que envolvem a região amazônica a fim de formular estratégias de atuação e intervenção condizentes com a realidade local. Essa construção baseia-se em momentos de encontros colegiados, para o levantamento diagnóstico/estudo da realidade, construção/organização do conhecimento e aplicação desses, durante o processo de formação nos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia - Planejamento - Formação

Contatos

⁴² lili.ch@terra.com.br

⁴³ dalssia@bol.com.br

⁴⁴ motafj@ibest.com.br

⁴⁵ lucilia@uol.com.br

⁴⁶ robsonbastos@hotmail.com

⁴⁷ zairavaleska@hotmail.com

25. PERSPECTIVA DE QUALIFICAÇÃO NO PROGRAMA ESPORTE LAZER DA CIDADE (PELC)

*Cláudio Gualberto*⁴⁸

*Leonardo Toledo Silva*⁴⁹

*Lômeu de Malaquias Lomeu*⁵⁰

RESUMO: Considerando a estrutura do PELC surge a necessidade de um modelo de qualificação, com vista na formação interdisciplinar e pedagógica dos Agentes. Nossa proposta tem proximidade com Freire⁵¹, “Ninguém educa ninguém, as pessoas educam em comunhão”, e terá como perfil a formação dos agentes e a organização do trabalho pedagógico. Como multiplicadores da proposta temos que dialogar com autores que discutem utilizar o momento do lazer como um momento de descanso, diversão e desenvolvimento humano e, oportunamente de educação⁵². A proposta se pauta na superação inicial de qualquer determinação de princípios fixos, onde a comunidade tem voz ativa, de forma que quanto maior a sua participação, maior será a sua apropriação. Esta poderá alcançar uma organização voltada para as particularidades locais, com a participação efetiva dos envolvidos no processo de construção da cultura local, gerando assim um processo emancipatório de construção do conhecimento, com vista ao desenvolvimento humano.

⁴⁸ PELC Guanhães, claudio@fitnes.com.br

⁴⁹ Consultor- técnico e palestrante. leotolidos@yahoo.com.br

⁵⁰ PELC Xopotó, lomeu_ef@hotmail.com

⁵¹ FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1975.

26. FERRAMENTAS DE GESTÃO DE PROJETOS APLICADAS AO PROGRAMA ESPORTE E LAZER NA CIDADE – PELC.

*Cláudio Gualberto*⁵³

*Júlio César Carvalho Caldeira*⁵⁴

*Leonardo Toledo Silva*⁵⁵

RESUMO: O processo de qualificação é fator fundamental para que os agentes do PELC sejam eficazes em suas funções dentro do Programa. Considerada esta premissa, realizou-se o Curso “Ferramentas de Gestão Aplicadas a Projetos Sociais.” O evento aconteceu em outubro/2007, como marco inicial de uma série de encontros, cujo objetivo é contribuir para a qualificação dos coordenadores, responsáveis pelo monitoramento das ações do PELC. Os seguintes temas foram abordados: PDCA como ferramenta de gestão, abordagem técnica e humana de gestão, desdobramento de metas e indicadores, melhoria contínua, gestão de projetos e solução de problemas pelo PDCA – concordantes com Zingoni⁵⁶, “através do projeto, pretende-se mudar a realidade de acordo com critérios planejados com antecedência. É ao mesmo tempo uma metodologia de trabalho e um território formal apropriado para a ação. Assim, procura-se planejar e ordenar a intervenção usando um procedimento que possa ser identificado, examinado e avaliado”.

PALAVRAS-CHAVE: gestão, planejamento e avaliação.

Contatos:

⁵² MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas. Papiros, 1987.

⁵³ PELC Xopotó, claudio@fitnes.com.br

⁵⁴ PELC Xopotó, leotoledos@yahoo.com.br⁵⁵ PELC Guanhães, juliocaldeira@acesita.com.br

⁵⁶ZINGONI, Patrícia. Planejamento Participativo nos Projetos Sociais de Esporte Lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho; FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida (org.), **BRINCAR, JOGAR, VIVER: programa Esporte Lazer da Cidade**. Brasília. Ministério do Esporte, 2007, v. I, p.159-172

27. PROGRAMA ESPORTE LAZER DA CIDADE (PELC): MODELO DE GESTÃO CONSORCIADA

*Cláudio Gualberto*⁵⁷

*Leonardo Toledo Silva*⁵⁸

*Lômeu de Malaquias Lomeu*⁵⁹

RESUMO: Consórcio intermunicipal do PELC efetivado em julho/2005 em Minas Gerais foi articulado com a integração de 21 municípios. Coordenado pelo Terceiro Setor, em parceria com poder público municipal e com a iniciativa privada. Foram implantados 63 núcleos com 14.712 inscritos e mais de 30.000 atendimentos/semana e 17.820 pessoas beneficiadas em eventos. O consórcio nasceu com o objetivo de possibilitar a participação de pequenos municípios, localizados fora dos grandes centros, garantindo um direito estabelecido pela Constituição Federal de 1988 de oportunizar o acesso livre e irrestrito às manifestações de esporte, cultura e lazer a toda população. Tendo em vista a necessidade de ampliação imposta pela demanda alcançada durante o decorrer do primeiro consórcio, o modelo foi reestruturado e ampliado para 35 municípios. O êxito alcançado credenciou a experiência a ser replicada em três diferentes regiões do Estado, Guanhães, Vale do Aço e Zona da Mata, abrangendo 45 municípios.

⁵⁷ claudio@fitnes.com.br

⁵⁸ Coord. Geral do PELC-Várzea Paulista-SP. leotoledos@yahoo.com.br

⁵⁹ Coord. do Núcleo do PELC Ginásio da Vila Popular. lomeu_ef@hotmail.com

28. CAMINHADA ECOLÓGICA NA SERRA DO MURSA: UMA AÇÃO INTERSETORIAL NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA PAULISTA-SP

*Bruno Mazzuco*⁶⁰

*Marcos Vinícius Martines*⁶¹

*Diná Teresa Ramos*⁶²

RESUMO: A Serra do Mursa é uma área de reserva ambiental, formada por Mata Atlântica nativa e é componente da Serra dos Cristais, situada na região de Jundiá, Cajamar e Campo Limpo Paulista. No município de Várzea Paulista recebe o nome de Serra do Mursa. O PELC-Várzea Paulista, em atuação conjunta com as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte, Comunicação, Saúde, Infra-estrutura Urbana, da Guarda Municipal e da ONG EcoMursa, realizou uma caminhada ecológica que atendeu diferentes núcleos do PELC. A “caminhada” compreendeu um macro-alongamento, uma explanação sobre a Serra do Mursa e a retirada do lixo encontrado ao longo da caminhada de 5 km. Em torno de 200 pessoas participaram da caminhada ecológica muitas das quais jamais tinham ido até a Serra do Mursa.

PALAVRAS-CHAVE: caminhada ecológica, intersectorialidade, lazer

Contatos:

⁶⁰ mazzuco_fef@yahoo.com.br

⁶¹ dinafef@hotmail.com

⁶² Consultora do PELC que atuou no módulo de formação inicial e avaliação, acompanhando a gestão do Programa. dinafef@hotmail.com

REFLETINDO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS PROJETOS E PROGRAMAS

29. PROJETO BOLA DE OURO: ESPORTE & EDUCAÇÃO CIDADÃ

André Ricardo da Luz Almeida^{63}*

José Luiz da Silva Lima

RESUMO: Encantados pelo fascínio que a bola, o jogo e o jogar, competir: perder ou vencer; o brinquedo e o brincar, a superação e o lúdico exercem sobre o ser humano em todo o planeta, este projeto ancora-se neste encantamento coletivo e, há 08 anos, vem agregando mais de 400 jovens carentes do semi-árido baiano, através da oportunização desportiva integrada a atividades culturais e educativas que derivaram em empreendimentos premiados pelo MinC e Unicef. Objeto gregário, a bola vem possibilitando o compartilhamento de saberes e competências entre diferentes indivíduos e grupos.

PALAVRAS-CHAVE: futebol – cultura – educação.

“Deus criou o mundo, redondinho como uma bola! Se o planeta Terra é um brinquedo, a bola é o planeta que rola na fantasia lúdica do homem. A bola se orgulha de pertencer a nobre família das esferas, divina, que mantém com o menino uma relação fraterna, harmoniosa!...

⁶³ Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenador Rede CEDES-FAEFID-UFJF. Email Carlos.Fernando@ufjf.edu.br

*Contatos: imaq.imaq@ig.com.br

Bola de Futebol, brinquedo mágico que fascina e hipnotiza, irresistível!

Rubem Braga dizia que uma das boas coisas da vida é ir andando por uma rua e, de repente, poder devolver com um chute solene e infantil a bola que sobrou de uma pelada e, sem querer, subiu em uma calçada!"⁶⁴

Essa crônica instigante do grande jornalista e cronista Armando Nogueira faz-nos refletir sobre o universo encantador e mágico que este instrumento milenar é capaz de produzir no inconsciente coletivo da Raça Humana. Responsável por parar guerras, unir povos e nações, provocar histeria coletiva, fazer chorar e rir ao mesmo tempo, gerar riqueza, produzir mitos, mudar a vidas das pessoas... enfim, a bola é, sem dúvida nenhuma, o maior símbolo lúdico e de prazer que faz parte do conjunto de arquétipos que formam a consciência e alimentam a existência humana.

Ponto de partida deste ensaio científico, far-se-á um recorte temático nesta abordagem inicial e, demonstrar-se-á como a bola pode, facilitar a inclusão social e o empoderamento entre diferentes pessoas e grupos buscando, através de ações didático/pedagógicas e sistematização metodológica de projetos ludo/desportivo e cultural, transformar a realidade de comunidades empobrecidas na zona rural da região sisaleira da Bahia particularmente, na cidade de Santa Luz.

O PROJETO DE BOLA DE OURO: Esporte & Educação Cidadã, vem ao encontro de um ideário coletivo que cada vez mais ganha vida e corpo dentro do entendimento re-significado e contextualizado da Educação Física, da Cultura Corporal e do Esporte enquanto formas interacionistas, inovadoras e maturadas dentro de um entendimento amplo e profundo da es-

⁶⁴ NOGUEIRA, Armando: Crônica à Bola. Disponível em URL

<<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/>

DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=51230> Acessado em 19 de outubro de 2007.

sência humana. Busca-se conceber e entender a prática desportiva como sinônimo de inserção e inclusão social, focada na instrumentalização de procedimentos multidisciplinares integrados que objetivam, não só à oportunização e aprendizado do Esporte, mas sim, estabelecer novos parâmetros para a sedimentação de processos que ampliam todo um conjunto temático interativo, inter e multidisciplinar, que auxiliam no fortalecimento do papel da Família e da Escola dentro de uma perspectiva que estimule o exercício cidadão e a transformação de indivíduos em sujeitos comprometidos e aptos para assumir um papel de liderança em suas comunidades e, conseqüentemente, potencializar mudanças nas relações entre homem e habitat social.

O precursor do **IMAQ** – Instituto Maria Quitéria foi fundado em Feira de Santana em 10 de Junho de 1998 por profissionais das áreas da Educação Física, História e Pedagogia, o **Projeto Bola de Ouro: “Esporte & Educação Cidadã”** foi um empreendimento iniciado em 1996, que saiu do campo privado (escolinhas de futebol) e passou para o âmbito comunitário a partir de 1999 indo ao encontro de jovens carentes que não têm recursos para pagar mensalidades de escolinhas de futebol. Em seu segundo ano de existência, foram agregados sub-programas de cunho cultural e educativo que culminaram na formatação e implementação do **Projeto Comunidades Literárias**, transmutado para **Expressões Sertanejas**, que possibilitou a inserção de atividades multidisciplinares que vão desde o exercício de competências e habilidades artístico-culturais, identificação, resgate e exercício de vivências culturais regionalizadas, tendo inclusive, possibilitado a incorporação de experiências didático-pedagógicas e metodológicas que possibilitaram um convênio, em 2005, com o **MinC Programa Cultura Viva – Ponto de Cultura**.

No início de 2004, o **IMAQ** leva sua práxis institucional, partindo da operacionalização de núcleos de oportunização ludo-

desportivos comunitários para a região do semi-árido a convite da **FATRES** – Fundação de Apoio ao Trabalhador e Grupos Familiares da Região do Sisal da cidade de Valente-Ba. em projeto de Assessoria e Extensão Rural financiado pelo **INCRA**, que possibilitou um mergulho técnico-profissional e trocas de experiências horizontalizadas enriquecedoras onde, houve a necessidade imediata de mobilizar e articular ações concatenadas que facilitassem a implantação destes núcleos em 09 comunidades assentadas, localizadas nas cidades de Conceição do Coité (01 núcleo); Santa Luz (03 núcleos); Cansansão (02 núcleos) e Quijingue (03 núcleos). Entretanto, as dificuldades locais e a falta de recursos difusos para manutenção do empreendimento possibilitaram que o Projeto se firmasse apenas em 03 comunidades da zona rural da cidade de Santa Luz, atendendo a 200 crianças e adolescentes com idade entre 06 aos 16 anos.

Esse desafio e experiência inovadores, transformou e resignificou as formas de interação e compartilhamento de ações comunitárias de nossa instituição haja vista que, esse campo novo de trabalho possibilitou a visualização de possibilidades socioculturais e educacionais transformadoras. De imediato, foram mobilizadas lideranças comunitárias e associações de pequenos produtores locais que identificaram e reconheceram a necessidade de fundar uma entidade representativa que congregasse os interesses maiores e em comum dos colonos assentados. Surge em Abril de 2004 a **LIDER** – Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da Região do Sisal, que hoje, juntamente com a **Rádio Comunitária Santa Luz FM**, são parceiros fortes e que participam da gestão compartilhada dos projetos e programas do **IMAQ** na região sisaleira.

Fundamentalmente, o **Projeto Bola de Ouro** atende populações carentes em 05 núcleos comunitários em Feira de Santana (2 núcleos) e comunidades assentadas e povoados das cidades de Santa Luz (3 núcleos) na região sisaleira no sertão da Bahia. A

partir de um arsenal metodológico que imediatiza a mobilização de lideranças comunitárias que são sensibilizadas à apropriação da proposta, intervindo diretamente na gestão, operacionalização, monitoramento e avaliação do empreendimento que, além da Oportunização Desportiva ao Futebol de Campo, Futsal e Handebol traz atividades integradas como Xadrez Pedagógico, Oficinas de Artes Plásticas (xilogravura, desenho, pintura e modelagem), Oficinas de Música e Teatro e, por fim, Oficinas Literárias Regional, têm explorado o exercício da expressividade oral, incentivo à leitura e a escrita, servindo como modelo inovador na região.

Em Dezembro de 2005, com a chancela do **Ministério do Esporte – Projetos Desportivos Sociais** que, juntamente com o **CONANDA** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, outorgou a captação de recursos financeiros, dedução de 1% do Imposto de Renda à recolher, a serem viabilizados junto às grandes empresas recolhedoras de IRPJ em todo o Brasil. A expectativa gerada por esse novo fato que, sem dúvida, daria uma alavancada extraordinária em todo o conjunto operativo do Bola de Ouro entretanto, esbarrou na insensibilidade e falta de visão de responsabilidade social das grandes empresas de nossa região, bem como, outras de fora que foram contactadas, inviabilizando a capitalização de um único centavo de real que seria muito bem aplicado nas diversas áreas multidisciplinares da proposta.

Essa fato inviabiliza a otimização didático-pedagógica e expansão comunitária do Projeto, fazendo com que se busque a articulação compartilhada de soluções que passam fundamentalmente por uma ampla discussão interinstitucional, através de fóruns de debates comunitários. Essa práxis tem possibilitado a sensibilização para o voluntariado, autonomia na tomada de decisões e resolução de problemas nos núcleos e, gestão participativa em todo o processo multidisciplinar integrado do Projeto que tem resultado na manutenção das atividades ludo-desportivas e culturais básicas desenvolvidas nas comunidades beneficiadas.

Diante de vários desafios e obstáculos enfrentados ao longo destes oito anos de vida que, talvez em um outro contexto, poderia inviabilizar qualquer iniciativa com este perfil, haja vista que o **Projeto Bola de Ouro** está inserido em uma realidade de uma região que está notabilizada por séculos de abandono e estagnação socioeconômica que vêm avassalando o homem sertanejo que sempre tem lutado contra as adversidades impostas pela natureza, contra a insensibilidade e descomprometimento de grupos políticos hegemônicos, bem como, pela falta de um pacto federativo que realmente promova o desenvolvimento sustentável do semi-árido e, em particular, na região sisaleira que tem sofrido muito com a falta de melhores oportunidades de vida para esse povo tão sofrido.-

Problemas como o desemprego, o trabalho infantil, o crescimento da violência urbana e rural, o analfabetismo, o êxodo rural provocado pela seca e pela redução de oportunidades de emprego e renda, o aumento do uso de drogas e alcoolismo entre jovens, aumento de doenças virais, desagregamento de grupos familiares, desnutrição infantil e vários outros fatores adversos têm sido uma preocupação crescente e constante dos organismos representativos do movimento popular. Superlativizando esse quadro preocupante, tem-se como fator agravante o controle do poder dos municípios da região sendo exercido por grupos políticos hegemônicos controlados por famílias tradicionais que se revezam no poder exercitando práticas clientelistas e anacrônicas que são pautadas na centralização de decisões, desmandos administrativos, perseguições, revanchismos, corrupção e insensibilidade político-administrativas que produzem o avassalamento destas populações empobrecidas e excluídas.

Diante dessas impossibilidades e desafios, o Esporte tem sido um facilitador de aproximação entre diferentes pessoas e grupos sociais que estão se empoderando e se apropriando de novas possibilidades que resultam em desdobramentos de proje-

tos como o Expressões Sertanejas, Ateliê Escola Arte Sertão, Griôs Sisaleiros e, finalmente, Recriando e Criando Lendas e Mitos, apoiados pelo MinC.

Em contrapartida, nestas comunidades há uma crescente e notória capacidade de mobilização e articulação de ações coletivas, ideais ao estabelecimento de novos parâmetros e perspectivas que promovam e facilitem uma melhor qualidade de vida para todos. Com foco na inserção de temáticas interativas, contextualizadas capazes de exercitar nos envolvidos a apropriação de saberes, competências e habilidades responsáveis pelo desenvolvimento da consciência e cultura corporal interacionista. Apenas tratar o esporte pelo esporte,; competição pela competição, diversão por diversão e lazer como esporte ou jogo estabelecendo, com isso, conceitos simplistas, não cabe aqui nesta proposta pelo simples fato de que estes não são pressupostos institucional e tampouco profissional respaldados em uma nova forma de entendimento da complexidade humana que, inicialmente foi abordado.

Durante esses oito anos de atuação nestas comunidades da zona rural de Santa Luz, o Projeto Bola de Ouro produziu alguns resultados alentadores. Dentre os quais:

1. Redução total do índice de evasão escolar (nenhum aluno assistido está fora da Escola);
2. Redução em 30% na repetência escolar;
3. Diminuição de 25% nos alunos que faziam provas recuperativas;
4. Melhoria do interesse dos jovens pela leitura e por manifestações artístico-culturais, a partir da identificação e vivificação de acervos oralizados locais;
5. Ampliação nos padrões de comunicação e expressão verbal e não-verbal motivada pela discussão interativa e compartilhada dos textos e temas literários propostos nos círculos de leitura e oficinas de artes plásticas;

6. Melhoria da concentração e do raciocínio lógico exercitado dentro das Oficinas de Xadrez Socializador junto a crianças, adolescentes e adultos beneficiados pelo Projeto;
7. Formação de mais de 30 monitores ludo-desportivos que exercem atividades voluntárias nas comunidades assistidas e que, em momentos pontuais, realizam atividades ludo-desportivas e culturais;
8. Aproximação entre diferentes grupos de indivíduos e comunidades vizinhas;
9. Melhoria significativa na oralidade, representação gráfica, afetividade e relacionamento inter-pessoal dos alunos dos assistidos;
10. Produção de textos, pinturas, músicas, peças teatrais, cordéis, xilogravuras e artefatos artesanais que estão sendo catalogados e classificados;
11. Identificação e reconhecimento de novas lideranças jovens que estão assumindo um papel de destaque dentro das demandas emergenciais de suas respectivas comunidades.

Essa interdisciplinaridade socializada que teve como vetor gregário o Esporte, tem refletido na apropriação de novas formas de inter-relacionamento e produzido um grande atrativo nas questões que envolvem uma tomada de posição frente às demandas reprimidas de cada localidade assistida e, via de regra, possibilitado uma melhor e maior interlocução entre o jovem e o idoso; o homem e a mulher, a criança e o adulto enfim, ampliado as capacidades de empoderamento e fortalecimento do movimento de representatividade popular que é um marco muito forte no processo de mobilização e articulação comunitária na região do semi-árido baiano.

Fazendo um outro recorte ainda dentro da temática Esporte e Cultura, observaremos que há na experiência institucional ora

apresentada, indicativos expressivos que servem como elementos facilitadores para o estabelecimento de políticas públicas intersetoriais mais afinadas e ajustadas às necessidades e particularidades regionais do Brasil. O Projeto Bola de Ouro, demonstra que é possível ancorar-se em saberes e práticas populares, construídas secularmente, que estabelecem matrizes histórico/sociais e culturais que devem ser fortalecidas, potencializadas e reverberadas, através de uma rede de fruição democratizada que permita o acesso aberto de democratizado de diferentes atores e linguagens.

Em um contexto adverso, à primeira vista hostil, é imprescindível o estabelecimento de parcerias e associações entre indivíduos e entidades que os representam, para que se possa superlativizar as inúmeras possibilidades de melhoria da qualidade de vida tendo como ponto de partida o investimento e a validação do capital humano e, neste sentido, o Esporte e a Cultura têm uma grande contribuição a oferecer, haja vista que, podem ser vetores de transformações profundas e elementos aglutinadores poderosos.

O Projeto Bola de Ouro: “Esporte & Educação Cidadã”, deu origem a desdobramentos importantes, projetos que foram gestados e “paridos” a partir das incursões sócio-comunitárias e trocas de vivências dentro de uma visão pertenciva, endemizada e de validação do que é comum e próprio a todos. Esses empreendimentos ligados a cultura e educação estão por si só ganhando notoriedade e reconhecimento por parte de organismos público/privados de grande expressividade e renome.

Com o **Recriando e Criando Lendas e Mitos**, ancorado na identificação, reconhecimento e fruição de fazeres e fazeres das tradições orais, está sendo possível agregar valores importantes à elevação da auto-estima individual e coletiva de pessoas e comunidades beneficiadas pelas ações do Bola de Ouro e suas derivações temáticas.

Voltando ao **Recriando**, este empreendimento está entre os 35 melhores do **Prêmio Itaú / Unicef – 2007** que, em seu 12º ano de existência recebeu 1.574 projetos inscritos em 09 regionais espalhadas por todo o Brasil e, o **Recriando e Criando Lendas e Mitos**, ficou entre os 35 finalistas do país! Este reconhecimento valida e legitima um conjunto de ações interdisciplinares que estão sendo construídas a partir da horizontalidade entre os saberes, exercício empoderativo, compartilhamento de decisões interinstitucional, diálogo aberto entre pessoas e grupos, enfim, há toda uma prática integrada que singulariza este projeto que já está em seu 2º ano.

Já na **2ª Edição do Prêmio Cultura Viva do MinC**, o **Recriando** foi um dos projetos semi-finalistas da Categoria Ponto de Cultura – Escola Viva - que, por outro lado; qualificou o **PRO-CURO – Projeto Cultural da Comunidade do Rosário** que é uma outra proposta vinculada ao **IMAQ**, que foi classificada na Categoria Organização da Sociedade Civil e o **Recriando** como um dos 200 projetos que tem inserção direta na Escola. Acolhido pelo **Prêmio Escola Viva**, valida e reconhece uma iniciativa que transcende o universo da vivência pela vivência e, partindo, para consolidação de práticas pedagógicas contextualizadas apoiadas em matrizes histórico/culturais que validam o saber popular que, sem dúvida alguma, tem fomentado o saber acadêmico.

Percebe-se que há um sincronismo e cumplicidade interativa entre a prática ludo-desportiva, que é o chamariz: a bola, o jovem e a bola, a família, a escola e a comunidade que, juntos e solidarizados, são conduzidos e ao mesmo tempo conduzem ações inter-setoriais que estabelecem soluções próprias e apropriadas às suas particularidades demandadas. Diante deste caminho percorrido até o momento, percebe-se entretanto que falta um impulso específico, para que haja uma reformulação nas formas e mecanismos que possibilitem possibilidades sócio-educacionais e culturais inovadoras, aliadas aos interesses e necessidades

emergenciais destas populações que residem na zona rural. Crê-se que através do encanamento que as manifestações e vivências culturais proporcionam, há um enorme leque de possibilidades educacionais já que a ludicidade imersa nestes afazeres tradicionais, agregam conteúdos e currículos subliminares que podem e devem ser explorados pela Escola e, neste aspecto, essas comunidades e populações da zona rural de Santa Luz têm uma enorme contribuição a oferecer a Escola dita canônica.

Diante deste intercâmbio com o **Ministério da Cultura**, que chancela o Programa Cultura Viva, tem-se garantido o fomento e manutenção destas atividades sócio-culturais, com viés educacional, que atende às necessidades operacionais básica bem como tem provocado o despertar de outras possibilidades que terão reflexo direto na melhoria da qualidade de vida destas populações da zona rural.

Mais recentemente, o **Ministério do Esporte/ME**, através do **PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade**, selecionou a proposta do IMAQ que teve sua origem nestas possibilidades multi e inter-disciplinarizadas de entendimento da cultura ludo-desportiva e do lazer formativo e construtor estabelecidos pela práxis originada do Projeto Bola de Ouro.

Tal proposta atenderá a um leque de atividades inclusivas, a partir da prática ludo-desportiva, que estavam descobertas pelas falta de recursos e investimentos que pudessem viabilizar e garantir as ações primárias que foram a porta de entrada nas três comunidades da zona rural de Santa Luz.

Com o **PELC - Programa Esporte e Lazer da Cidade** tem-se um vetor fomentador que fortalecerá todo conjunto estrutural e operativo já implantando e que vislumbra empreender, a partir de uma concepção já elaborada e testada ao longo destes quase quatro anos de trabalho interativo e de subsistência destas populações historicamente excluídas de possibilidades reais de uma vida melhor.

Busca facilitar o acesso às práticas desportivo-culturais democratizadas, atuando em um ambiente sócio-econômico que tem sido relegado e sub-valorizado neste e em outros aspectos e que, agora, encontra uma vertente fomentadora capaz de suprir carências básicas destas populações que têm um enorme poder de superação e empreendedorismo. O atraso social e as dificuldades de acesso aos mecanismos que possam garantir melhores oportunidades de uma vida mais digna, não são obstáculos intransponíveis para um povo que sempre tem algo para oferecer de bom. Quer seja o calor humano contagiante, um lugar à mesa para dividir o alimento escasso ou, simplesmente, um sorriso fácil e sincero!

“Se a bola soubesse o encanto que tem, não passaria a vida rolando de pé em pé”.

30. EDUCAÇÃO FÍSICA E JUVENTUDE: UM “TERRITÓRIO DE OPORTUNIDADES”.

Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior^{65*}

*Roseana Mendes*⁶⁶

RESUMO: Este artigo discute possibilidades de intervenção pedagógica para a juventude a partir da Educação Física. Analisamos a experiência do Projeto Território de Oportunidades desenvolvido no interior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nossa intenção é possibilitar aos jovens envolvidos uma visão crítica do mundo das atividades físicas e do campo do Lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física – Juventude – Lazer

O Pólo de Suporte às Políticas de Proteção à Família, Infância e Juventude da Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais – Brasil) é um programa de extensão que busca através da articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade contribuir para o fortalecimento de políticas públicas, prioritariamente as de assistência social desenvolvidas na Zona da Mata Mineira e adjacências, destinadas à família, infância e juventude. O Pólo tem como estratégia de intervenção atuar em três dimensões que se expressam em três linhas: (1) Assessoria à gestão de políticas, programas e projetos sociais destinados à família, infância e juventude; (2) Capacitação de recursos humanos

⁶⁵ Cabe aqui uma questão importante, específica sobre o Projeto Território de Oportunidades: como consideramos o tempo que estes jovens passam conosco na UFJF? Lazer ou trabalho? Arrisco a dizer que este é um tempo de semi-lazer, ou seja, mais do que qualquer outro interesse, aquele que traz estes jovens a UFJF é a satisfação pessoal alcançada com as diversas atividades programadas.

⁶⁶ Produção inglesa do diretor Stephen Daldry no ano de 2000. Estudo realizado na Universidade Católica de Brasília - Brasília/Distrito Federal - Brasil

*Contatos: carlos.fernando@ufjf.edu.br

envolvidos nas políticas, programas e projetos sociais destinados à família, infância e juventude; e (3) Desenvolvimento de projetos de atendimento à família, infância e juventude, que possuam caráter experimental e que estejam diretamente vinculados à pesquisa e ao ensino.

A situação de grande parte dos jovens juizforanos não é diferente da juventude brasileira, latina e mundial, especialmente daquela oriunda das classes populares: falta de oportunidades de inserção na vida social, desemprego, influência do crime e das drogas, exploração e abuso. Na tentativa de enfrentar esta problemática na região que cerca a UFJF foi criado o “*UFJF - Território de Oportunidades*”, projeto este que reúne jovens, de 15 a 18 anos, matriculados e freqüentes no Ensino Médio, residentes nos bairros São Pedro e Dom Bosco. O objetivo desta iniciativa foi trazer os jovens para o interior da Universidade com vistas a despertar suas vocações e desenvolver criticamente suas consciências através do acesso ao conhecimento produzido por diversas áreas e ciências. Busca-se também com o projeto que os jovens sejam multiplicadores em suas comunidades dos saberes adquiridos na UFJF.

Quando fomos convidados a participar do projeto, representando a Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID), sabíamos dos desafios que teríamos pela frente, especialmente no que diz respeito a superar representações tradicionais que permeiam o senso comum sobre a Educação Física: sua identificação com o esporte competitivo, a busca de formação e seleção de talentos esportivos, a prática de atividades sem reflexão, a ênfase no treinamento físico e técnico através de repetições, etc. Assim, na tentativa de basear nossa ação para enfrentar e superar tais representações, organizamos um grupo de estudos com alunos da FAEFID e definimos as diretrizes teórico-metodológicas do trabalho que desenvolveríamos com os jovens do *Território de Oportunidades*.

Nossa ação está baseada no entendimento de que a Educação Física deve ser compreendida enquanto prática pedagógica que trata do conjunto das manifestações corporais produzidas pelos seres humanos ao longo da história, ou seja, o esporte, a ginástica, o jogo, as lutas e a dança. Essas práticas, portanto, constituem a chamada cultura corporal de movimento (COLETIVO DE AUTORES, 1992), conhecimento ampliado que temos trabalhado com os jovens do *Território de Oportunidades*.

Atuar nessa perspectiva significa buscar superar o modelo tradicional que tem baseado o trabalho com a Educação Física em seus diversos campos de atuação, especialmente o escolar e o lazer. Apoiadas no paradigma da aptidão física, as práticas corporais são reduzidas ao seu aspecto biológico, à ênfase no ensino da técnica, à preparação física, ao fazer pelo fazer e ao desenvolvimento de valores como a competitividade, a hierarquia e a obediência.

Nossa inspiração teórica fundamenta-se na proposta crítico-superadora (COLETIVO DE AUTORES, *op. cit.*) que aborda os conteúdos da cultura corporal de movimento na sua totalidade, ou seja, sob o enfoque de diversas áreas e ciências (biologia, sociologia, história, etc), naquilo que lhes são específicos (técnicas, táticas, regras) e nas implicações com o mundo e a realidade social.

Essa superação do modelo tradicional de Educação Física com vistas a um entendimento mais amplo e crítico do mundo das atividades físicas, do esporte e do lazer é ainda mais valioso se levarmos em consideração a condição social dos jovens inscritos no *Território de Oportunidades*. De acordo com os dados fornecidos pelo relatório das ações do projeto em 2004 (CASSAB, MENDES, PORTELLA, 2005), quanto à renda familiar tem-se que 48,4% possuem renda até dois salários mínimos, 38,7% de dois a quatro salários, enquanto que 12,9% possuem renda familiar de quatro salários mínimos ou mais. A renda *per capita* média entre

essas famílias é de R\$133. E quanto à ocupação profissional dos pais desses jovens observa-se que as mães apresentam idade que variam de 31 a 63 anos, 48,3% desenvolvem atividade de doméstica/diarista, 29% são “do lar”, 6,5% estão desempregadas, enquanto que 16,2% possuem como ocupação profissional atividades como balconista, acompanhante, cozinheira, etc. Quanto aos pais tem-se que entre 47,9% há pedreiros, eletricitistas, mecânicos, comerciantes e técnico em enfermagem; entre 13,9% encontram-se aqueles que desempenham atividades de carpinteiro, porteiro e jardineiro; 8,7% dos pais encontram-se desempregados e 26,1% estão aposentados. Portanto, estamos diante de jovens da classe trabalhadora e nossa proposta visa, além de ampliar sua vivência no mundo das atividades físicas, esportivas e de lazer, fazer com que eles compreendam criticamente o processo de injustiça e desigualdade ao qual estão historicamente submetidos.

A formulação original da proposta crítico-superadora tem como local de produção e intervenção a instituição escolar. No entanto, tal pensamento que critica o modelo tradicional de Educação Física e lança bases teórico-metodológicas para fundamentar sua superação pode inspirar outros setores como o campo do lazer⁶⁷.

O lazer pode ser definido como o tempo que resta das obrigações de trabalho, familiares, religiosas e fisiológicas, disponível para a fruição e vivência de atividades artísticas, intelectuais, físicas, manuais, sociais e turísticas (DUMAZEDIER, 1980). É, portanto, um tempo onde a cultura é vivenciada. Um tempo em que certas condições, como a de classe social e gênero, por exemplo, podem ter repercussões limitadoras. E este problema afeta os jovens inscritos no como veremos mais à frente no texto.

⁶⁷ Coordenadores do Projeto Canarinho – SEMCEL.

Valendo-nos da perspectiva de Nelson Carvalho Marcellino (1987), consideramos o lazer como campo de intervenção social que possui um duplo aspecto educativo, ou seja, o lazer pode ser objeto e veículo de educação. E está aqui a base fundamental para nossa ação junto ao *Território de Oportunidades*.

Tratando-se do lazer como veículo de educação (a educação pelo lazer) é necessário considerar seu potencial para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. As atividades que propomos no projeto, ainda limitadas aos interesses físicos-esportivos, visam contribuir para o prazer propiciado pela prática das mesmas, para o desenvolvimento de valores como a solidariedade e a cooperação, como também para a compreensão crítica da realidade social.

Já o lazer enquanto objeto de educação, ou seja, a educação para o lazer, visa demonstrar a sua importância, esclarecer sobre seus significados, ampliar o conhecimento dos envolvidos sobre as diferentes possibilidades de ocupação do tempo disponível, derubar barreiras impostas por preconceitos e estereótipos e alimentar o espírito crítico com relação à ação da indústria cultural.

Nossa participação no *Território de Oportunidades* visa possibilitar aos jovens a vivência dos conteúdos da cultura corporal orientada por uma postura crítica que contribua para a compreensão da realidade social, para sua autonomia e para a qualificação da ocupação do seu tempo disponível. Nossa intenção é colaborar para que estes jovens consigam “ler” o mundo das atividades físicas, esportivas e culturais com lentes mais amplas, para além de si mesmas.

Buscamos fugir, portanto, da perspectiva tradicional que tem orientado diversos programas de lazer, cujo objetivo é simplesmente oferecer atividades estanques que “distraiam” e “entrettenham”, sem qualquer tipo de preocupação com as possibilidades que este campo proporciona em termos de uma ação educativa e crítico-pedagógica. Para nós, “a admissão da importância do lazer na vida mo-

derna, significa considerá-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural” (MARCELLINO, 1996, p.15).

Nos primeiros contatos com os jovens inscritos no projeto buscamos conhecer suas experiências anteriores com a Educação Física e o lazer e concluímos que: (a) o esporte competitivo é a base de suas práticas anteriores; (b) suas vivências são limitadas as atividades esportivas tradicionais; (c) suas experiências são marcadas por preconceitos e estereótipos, especialmente aqueles relacionados à categoria gênero; e (d) sua condição de classe funciona como barreira à vivência de atividades culturais na cidade.

Também questionamos os jovens sobre suas expectativas com relação à participação da Educação Física no projeto e registramos alguns depoimentos:

- “Eu quero fazer futebol, natação, ginástica, dança e se tivesse capoeira seria uma boa”.
- “Na área da Educação Física espero que tenham poucas aulas teóricas e mais aulas práticas”.
- “Eu quero praticar vários esportes junto com meus amigos”.
- “Acho que a Educação Física é importante hoje em dia, pois pode tirar jovens da rua e divertir quem rala a semana toda”.
- “Eu espero aprender coisas novas, ter oportunidades. Poder fazer uma faculdade aqui mais pra frente. Para mim a Educação Física tem grande importância”.

Conhecer as experiências dos jovens com a Educação Física e suas expectativas com relação a nossa atuação no projeto foi de fundamental importância. A partir destes dados estabelecemos os objetivos específicos de nossa ação, bem como as estratégias metodológicas a serem utilizadas.

Constatamos que suas experiências com as atividades físicas sistematizadas eram restritas às modalidades esportivas tra-

dicionais com caráter competitivo. Sendo assim, nosso primeiro objetivo foi ampliar as vivências dos alunos no que diz respeito às práticas corporais através do trabalho com a natação, os jogos e brincadeiras, a ginástica artística e a ginástica rítmica desportiva. Questões interessantes foram trabalhadas a partir destes conteúdos, como veremos a seguir.

Logo no primeiro dia de nossa ação no projeto, os alunos foram apresentados às instalações da FAEFID. A piscina foi o local mais festejado e logo solicitaram que a primeira atividade fosse a natação. Atendemos o pedido. Trabalhamos com o conceito do que é “nadar”, ou seja, deslocar-se no meio líquido através de variadas formas e gestos que necessariamente não são aqueles utilizados nos “nados” da natação de alto nível. Os alunos compreenderam que a técnica não é algo dado, imutável, mas que pode ser reconstruída de acordo com os objetivos e as necessidades de cada um.

O trabalho com a unidade “jogos e brincadeiras” foi orientado no sentido de que os alunos trariam para a aula atividades de sua própria escolha. Eles foram divididos em grupos e cada grupo deveria organizar a sua atividade para o restante da turma. Buscamos explorar seu potencial criativo, sua capacidade de organização e sua autonomia.

A ginástica artística e a ginástica rítmica desportiva foram escolhidas propositalmente com o objetivo de flagrar no grupo de jovens manifestações de preconceito e estereótipo com relação ao gênero. Foram apresentados os principais elementos e aparelhos das ginásticas, bem como exercícios básicos. Durante as atividades, vários alunos homens recusaram-se a participar e comentários do tipo “Isto é coisa de mulher!” foram comuns. Na aula seguinte, trabalhamos com o filme “Billy Elliot”⁶⁸.

⁶⁸ Coordenadora do Programa Esporte e Lazer da Cidade – Vida Saudável – ESTRELA/RS

O ator Jamie Bell interpreta um garoto de 11 anos que vive numa pequena cidade da Inglaterra, onde o principal meio de sustento são as minas da cidade. Obrigado pelo pai a treinar boxe, Billy fica fascinado com a magia do balé, ao qual tem contato através de aulas de dança clássica que são realizadas na mesma academia onde pratica boxe. Incentivado pela professora de balé (Julie Walters), que vê em Billy um talento nato para a dança, ele resolve então largar as luvas de boxe e se dedicar à dança, mesmo tendo que enfrentar a contrariedade de seu irmão e seu pai à sua nova atividade.

Utilizamos o filme para discutirmos os estereótipos e preconceitos de gênero que permeiam a prática de atividades físicas. Houve um intenso debate entre os alunos e a participação masculina nas atividades aumentou.

Nosso esforço de superar o modelo tradicional de Educação Física e Lazer prossegue em nossa ação com os jovens inscritos no *Território de Oportunidades*. Nossa ação terá continuidade especialmente focalizando a temática do lazer: seu conceito, as barreiras para sua vivência com intensidade e diversidade, as opções que Juiz de Fora oferece e a organização dos jovens de programas e ações nesta área.

Fontes

1. COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da educação física*. Campinas: Cortez, 1992.
2. CASSAB, Maria Aparecida Tardin, MENDES, Juliana T. N., PORTELLA, Maria Carolina Ribeiro. Projeto UFJF – *Território de oportunidades: relatório de atividades*, 2004. UFJF: Juiz de Fora, 2005.
3. DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
4. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.
5. _____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

31. PROJETO CANARINHO

Carlos Antonio Sfalsin^{69}*

Eduardo Lopes

RESUMO: O Projeto Canarinho tem como base uma sua metodologia específica e uma proposta de um projeto social voltado para o desenvolvimento em grupo. Embora carecendo de aprofundamento nos aspectos filosóficos, sociológicos, e pedagógicos, este trabalho é considerada adequada para valorizar a cooperação, a integração, a socialização e o espírito esportivo nas comunidades atendidas. O objetivo é além de aperfeiçoar uma nova metodologia de ensino da natação como um esporte sociomotor é oportunizar vivências esportivas e em grupos em um ambiente adequado e específico.

PALAVRAS-CHAVE: sociomotor, projeto social, esporte.

1. Introdução

A Prefeitura Municipal de Cariacica, através da Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer, em parceria com a Secretaria de Educação executa um projeto social, esportivo e educacional chamado PROJETO CANARINHO. O Projeto Canarinho teve seu início em outubro de 2003 com a participação da comunidade de Vila-Graúna, onde foi colocado que poderiam utilizar toda a estrutura do Clube Canarinho com atividades esportivas. Neste início, tivemos a participação de 30 famílias, e um total de 65 alunos inscritos para participar das aulas de natação e futsal.

⁶⁹ Professora Orientadora do Trabalho de Conclusão, da Especialização em Esporte Escola da Universidade de Brasília/DF. Monografia: "Mapeamento do Programa Segundo Tempo e a gestão deste no município de Estrela/RS" defendida em 25 de agosto na ESEF - UFRGS/RS.

* Contatos: caranga.costa@ig.com.br

O projeto tem como essência atuar como agente direto nas comunidades, evitando o aumento do número de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social permitindo, a estes indivíduos o acesso a seus direitos de participar da construção de uma cidadania justa e democrática em nossa cidade.

O Município de Cariacica por sua vez, já demonstra a ação do poder público em busca da melhoria da qualidade vida e cidadania, através de suas Secretarias no atendimento e valorização da vida e da comunidade, garantindo a população do município o desenvolvimento urbanístico, geração de emprego e renda, e os direitos básicos do acesso ao esporte lazer, saúde, educação, cultura, transporte e outros serviços com qualidade. Sendo assim foi proposto e aceito pela comunidade cariaciquense a ampliação do Projeto Canarinho no ano de 2007. Propomos através do esporte uma ação direta e conjunta nas comunidades, famílias, movimentos sociais, instituições públicas e particulares, para construção e manutenção de uma vida saudável usando o esporte como base.

Como a própria designação dada diz - criança e adolescente em situação de risco pessoal e social, demanda que as vidas das mesmas estão “a beira do penhasco”, em perigo ou possibilidade de perigo, pessoal. Enquanto indivíduo social - sua família, comunidade e sociedade como um todo.

O público-alvo do projeto Canarinho são criança e adolescentes entre 7 a 14 anos estudantes na rede municipal de Cariacica.

O que temos percebido ao longo dos anos nos bairros de Cariacica, são ações de indivíduos isolados com objetivos particulares nessas áreas carentes, mas que não são suficientes para evitar e recuperar as crianças e adolescentes desocupados em seu horário extra escolar, sendo fruto da desestrutura familiar que estão acometidas. Nota-se que, não só houve uma valorização das atividades esportivas pela comunidade de Vila-Graúna

com o Projeto Canarinho, como também diminuiu a evasão escolar e a violência no bairro, constatado na pesquisa feita no final de 2006 pelo Professor Carlos Antonio Sfalsin para defesa da tese de mestrado defendida em abril de 2007.

Portanto, percebemos que o grande anseio da criança e adolescente em situação de risco pessoal e social, bem como, a família e comunidade, aspira em ter a oportunidade de condições estruturais na busca da autonomia para a qualidade de vida.

Para tornar seguro a proteção social da criança e o adolescente em situação de risco pessoal e social, como também, de sua família, formulou-se os seguintes objetivos:

1. **Implementar ações** que venham contribuir com o desenvolvimento e proteção social integral das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e da família nas comunidades e bairros de Cariacica;
2. **Promover atividades esportivas**, intensificando proposta pedagógica de vivências coletivas, com aulas de acordo com o nível de desenvolvimento do aluno, sendo norteadado pela orientação constante do professor, com referência na condição técnica do aluno e atividades apresentada em diferentes níveis de desempenho (intensidade, ritmo, habilidades motoras e capacidades de esforço), respeitando a individualidade de cada aluno;
3. **Constatar neste projeto que um trabalho inclusivo de esporte educacional** com a prática do esporte, na proposta da Sociomotricidade, **evidencia melhoria na formação da cidadania sócio-educacional** nas crianças onde acontece o Projeto.
4. **Construir uma compreensão de cidadania**, utilizando as atividades esportivas de um modo diferente de sua característica, abordando uma característica da **interação**

motriz de cooperação. Segundo BROTTTO (2002, p.27), Cooperação “um processo de interação social, em que os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os resultados benefícios são para todos”.

5. Vivenciar práticas esportivas, sócias, educacionais em ambientes específicos de cada esporte dentro do município, utilizando áreas ociosas dos clubes situados no Município de Cariacica, durante a semana.

2. Atividades desenvolvidas e locais

- Atualmente o Projeto Canarinho atende a aproximadamente 1000 crianças com atividades esportivas, divididas em núcleos descritos abaixo:

- 1- Núcleo Clube Canarinho – Bairro Vila-Graúna
- 2- Núcleo Clube Desportiva - Bairro Jardim América
- 3- Núcleo Sítio Digit – Bairro Campo Verde
- 4- Núcleo SEST/SENAT – Bairro Alto Lage
- 5- Núcleo Kleber Andrade – Bairro Campo Grande

Atividades de Natação, Futebol, Futsal, Capoeira, atletismo e Judô.

3. Metas

- Na totalidade, a ação conjunto de todas as escolinhas envolvidas tem como objetivo atender 1.300 crianças e adolescentes entre 7 à 14 anos.

4. Metodologia de Implantação

O projeto é desenvolvido através de aulas práticas e teóricas com atividades esportivas, culturais, pedagógicas.

As aulas acontecem durante a semana de 7 a 11 horas e 13 as 17 horas com aulas de segunda a sexta-feira.

A divulgação do projeto e seleção da clientela (público alvo - crianças e adolescentes de 7 a 14 anos em situação de risco pessoal e social), terá a seguinte orientação metodológica:

- **Locais:**
Escolas da Rede Municipal.
- **Materiais:**
Panfletos, Cartazes.
- **Outras formas de divulgação:**
Impressa falada (Rádio), Televisada (TV), Escrita (Jornal) e Palestras em sala de aula com equipe especializada.

A participação voluntária, embora o público-alvo preencha uma ficha de inscrição que verifica dados referentes a escola, saúde e de sua família esta localizada no bairro, assegurando a seleção das crianças e adolescentes caracterizadas pelo projeto.

- **Atividades Complementares:**
- Palestras sobre temas transversais (drogas, meio ambiente, dst, direitos humanos e outras).
- Torneios internos trimestrais entre núcleos e eventos das respectivas federações de acordo com o calendário.
- Atividades extras – reuniões e passeios bimestralmente envolvendo os pais e alunos, e apresentações de atividades para os mesmos.

5. Recursos Humanos:

Projeto Canarinho conta hoje com 6 professores de Educação Física e 2 coordenadores.

Material utilizados: jogo de camisa, jogo de calção, jogo de meiões, cones, bola de futebol, bola de futsal, bola de borracha, calça para capoeira, rede de voleibol, rede de futebol, rede de Futsal, coletes, prancha de EVA, sunga, maiô, touca, flutuador para pernas, flutuador tipo macarrão, colchão para salto em altura (atletismo).

6. Parceiros

PARCEIRO	RELAÇÃO/ATRIBUIÇÃO
Secretaria de Educação	Material de apoio pedagógico e instalações físicas.
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer	Toda parte técnica esportiva e social

7. Acompanhamento e Avaliação

Para melhor acompanhamento e avaliação serão utilizados relatórios diários dos aspectos sócio-pedagógicos e administrativos do projeto, sendo os mesmos repassados quinzenalmente aos coordenadores. A avaliação é de forma participativa, envolvendo todos os segmentos do projeto - coordenação, professores, crianças e adolescentes, famílias, escolas, unidades de saúde e comunidade em geral. Seguirá no relatório, dados sobre a criança e adolescente no que tange sobre a saúde, sua família, dados pessoais - nome, endereço, RG, escolaridade entre outros, para uma atuação globalizada no acompanhamento e avaliação.

O acompanhamento será por escrito, e também serão feitos registros fotográficos, filmagens, reuniões semanais e visitas constante da divisão de esportes.

Acredita-se que, com o envolvimento de todos os segmentos no processo de avaliação, de forma incentivada (questionário) e aberta (livre-espontânea - conforme esquema a seguir. O acompanhamento garantirá o alcance dos objetivos, metas e resultados.

8. Plano de Comunicação e Divulgação do Projeto

- A Prefeitura de Cariacica fará toda divulgação de identificação do projeto nos diversos núcleos por meio de placas, banners, faixas, pinturas ou outra forma similar.

9. Considerações Finais

Há necessidade de se compreender a criança, a vida e o mundo, e suas carências, privações ou vacuidade a fim de que o Ser dessa criança não viva no mundo natural e sim no sobremundo, no mundo da cultura e dos valores. A partir de então poderemos aspirar a cidadania com um mundo melhor, justo e humanitário.

A satisfação, a alegria das crianças de estar participando das aulas nos mostra como isso está sendo importante para o seu desenvolvimento, fora os depoimentos das famílias valorizando o trabalho dos profissionais que lá atuam.

Este projeto vem de encontro a política social que a Prefeitura de Cariacica está implementando na Cidade.

Fonte

1. BROTTTO, F. O. *Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência*. Santos: Projeto Cooperação, 2002.

32. A PRÁTICA DE UM PROGRAMA SOCIAL: A GESTÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS

Daiane Wagner do Couto^{70}*

Alessandra Brod⁷¹

RESUMO: Este trabalho é parte da monografia de especialização em Esporte Escolar, realizado pela Universidade de Brasília, através do Ministério do Esporte. Teve como cerne de sua pesquisa configurar o município de Estrela/RS como gestor contínuo no processo de renovação e os mecanismos utilizados por este, para permanecer sistematicamente com o Programa Segundo Tempo. A metodologia utilizada foi à qualitativa-descritiva, tendo como base a descrição, análise e interpretação através de dois caminhos: a análise documental e a experiência de gestão do Programa Segundo Tempo no município de Estrela no período de 2003 a 2006.

PALAVRAS CHAVE: Políticas Públicas, Esporte, Programa Segundo Tempo.

O esporte é tradicionalmente conhecido pelos benefícios que traz ao desenvolvimento humano, na contribuição para a formação física e intelectual. Estabelecendo conceitos de liderança, trabalho em equipe e disciplina. Os quais são estimulados desde a infância, de maneira a formar indivíduos mais solidários e com sentido de cooperação. (BRASIL, 2004)

⁷⁰ Coordenadora do Programa Esporte e Lazer da Cidade – Vida Saudável – ESTRELA/RS
Contato: daiane@estrela-rs.com.br

⁷¹ Professora Orientadora do Trabalho de Conclusão, da Especialização em Esporte Escola da Universidade de Brasília/DF. Monografia: "Mapeamento do Programa Segundo Tempo e a gestão deste no município de Estrela/RS" defendida em 25 de agosto na ESEF - UFRGS/RS.

Segundo a UNESCO (1999)⁷², a cada dólar investido na área do esporte, atividade física, educação física, há uma economia de 3,2 dólares na área da saúde. Sem levar em conta, a economia nas áreas da educação, assistência social, segurança pública entre outros. Estes dados nos levam a questionar a importância do desenvolvimento do esporte como forma de promoção da qualidade de vida, inserção na sociedade e de lazer para os cidadãos.

A Educação Física Escolar, vista a priori, exclusivamente, como um processo educacional deve ser valorizada por todas as áreas, como o esporte, lazer, cultura, economia, segurança, meio ambiente, assistência social, saúde, entre outras. Conjuntamente com as áreas citadas, a Educação Física Escolar promove ações importantes e relevantes na melhoria da qualidade de vida e na socialização de crianças e jovens em um processo de formação da cidadania.

Em 2003, o Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, criou o Programa Segundo Tempo. Este tem como objetivo a democratização e o acesso à prática esportiva no contra-turno escolar. É de caráter complementar com a finalidade de colaborar com a inclusão social, bem estar físico, promoção da saúde e o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Desde a sua criação o Programa Segundo Tempo já atendeu a 980.038⁷³ mil crianças em todos os estados do Brasil e Distrito Federal, mas infelizmente ainda não em todos os municípios. O Programa Segundo Tempo é um programa de fácil implantação, pois tem como eixo principal atender as crianças em idade escolar no contra-turno deste. Quando não muitos são realizados em escolas públicas.

⁷² Dados obtidos através da Declaração de Punta Del Este de 1999, promovido pela UNESCO e Organização Mundial da Saúde. http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=196 acesso em 17 de abril de 2007.

⁷³ Visualização do Programa Segundo Tempo no Brasil – <https://www.seguro.esporte.gov.br/segundotempo/visualizacaoBrasil.asp> acesso em 15 de janeiro de 2007

Este programa implantado e disseminado durante estes últimos quatro anos vem na tentativa de provocar mudanças de conceito sobre o papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha em nossas vidas. Fomentando assim a necessidade de se repensar todas as ações públicas e privadas e as formas de gestão de todos àqueles responsáveis pelo esporte e lazer, tanto profissionais como gestores que há muito vem sendo relegada ao segundo plano.

Os desafios sociais do Programa Segundo Tempo são o de incluir um maior número de alunos em atividades esportivas nas escolas ou fora destas, democratizando o processo das práticas e do conhecimento do esporte; assegurar a oferta de modalidades esportivas, espaços e momentos de esporte, viabilizando a abertura dos portões escolares, também nos finais de semana, na busca da ampliação da jornada escolar, possibilitando o desenvolvimento da cidadania e, como possível consequência, o afastamento de crianças e jovens de situações de risco social (em parceria com Programas do Ministério da Educação e UNESCO); incentivar a formação/qualificação continuada de professores de educação física, monitores, instrutores de esportes e estudantes de educação física, orientados na perspectiva do esporte educacional; combater a discriminação de habilidades, raça, gênero, cor e deficiências, nas aulas de esporte educacional; preservar a integridade física e moral de crianças e adolescentes e garantir a reposição permanente de material pedagógico.

Objetivamos através desta exposição: configurar o município de Estrela como gestor contínuo no processo de renovação e permanência deste no Programa Segundo Tempo e relacionar os mecanismos utilizados pelo município de Estrela para manter o Programa Segundo Tempo sistematicamente.

Justifica-se este trabalho pelo propósito de apresentar o Programa Segundo Tempo por suas ações, objetivos, metas e amplitude nacional. Buscando identificá-lo, ou não, como uma política

pública voltada para a ação social. Existe certa dificuldade em encontrar nesta área literatura específica voltada para a orientação dos gestores públicos, de como construir políticas públicas eficazes, eficientes e efetivas dentro de uma ótica que busque o bem-estar do cidadão.

A metodologia do presente trabalho teve uma abordagem qualitativo-descritiva, onde não há possibilidade de generalizações, e as interferências que se produz a partir do processo investigatório se traduzem em hipótese de trabalho, se referindo ao um contexto em particular (MOLINA NETO, 1999), a gestão do Programa no Município de Estrela-RS, no período de 2003 a 2006.

O cerne desta pesquisa está embasado na descrição, análise e interpretação das informações subsidiadas através de dois caminhos: a análise documental e a experiência da gestão do Programa Segundo Tempo no município de Estrela durante o período do ano 2003 ao ano 2006, com planos de trabalhos, mecanismos de encaminhamento, prestação de contas e gerenciamento do programa durante sua execução. As informações sobre o funcionamento do Programa Segundo Tempo no município de Estrela/RS foram experiências da própria autora deste trabalho. Estes procedimentos foram utilizados para melhor análise e interpretação das informações.

No decorrer das considerações finais far-se-á triangulação das informações entre o referencial teórico, o Programa Segundo Tempo no Brasil e no município de Estrela.

1. Políticas Públicas Sociais

O artigo sexto da Constituição Federal estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Todos esses direitos são pertinentes a todas as pessoas que moram neste país.” (BRASIL, 1988).

Muitas leis já foram formatadas e implantadas durante o período em que a Constituição está em vigor, portanto, agora cabe mais aos gestores colocarem em prática do que aos legisladores, as políticas públicas da ordem social.

A gestão social de uma política pode ser entendida como uma ação gerencial que se desenvolve por meio da interação negociada entre o setor público e a sociedade civil (Tenório, 1996 apud CUNHA e CUNHA, 2002 p.17), o que pressupõe inter-relação constante entre o poder público, os cidadãos e as organizações que os representam. (CUNHA e CUNHA, 2002, p.17).

Continuando, Cunha e Cunha (2002, p.18) colocam que “a gestão dos sistemas das políticas públicas sociais implicam numa relação de cooperação e complementaridade entre União, estados e municípios no desenvolvimento de ações compartilhadas com a sociedade civil, por meio de redes de serviços de atenção a população (saúde, educação, assistência social, proteção à criança e adolescente, e outras).” O órgão gestor municipal tem a responsabilidade pelo exercício das funções de planejamento, coordenação, organização e avaliação das ações em estreita interação com os demais atores (conselhos, ONGS, prestadores de serviço e outros).

Para implantar esses sistemas de políticas públicas é necessário considerar a diversidade e a diferenciação apresentada pela realidade dos estados e municípios nos modelos de organização, nas atividades desenvolvidas, nos recursos disponíveis e na capacidade gerencial. Deve-se considerar também o quanto é importante que o processo de implementação dessas políticas seja acompanhado do desenvolvimento da capacidade técnica, administrativa, financeira e política dos gestores e dos diversos agentes que integram os sistemas. (CUNHA e CUNHA, 2002)

As disposições legais sobre as formas de gestão dos recursos financeiros das políticas públicas sociais a serem adotadas pelas três esferas de governo consideram tanto o aspecto da descentralização político-administrativa, como também a auto-

nomia administrativa e a agilidade do processo decisório de cunho financeiro que o sistema possibilita, além de ordenar a gestão política de forma a lhe garantir recursos necessários. (CUNHA e CUNHA, 2002 p. 20)

Implantar, um sistema de políticas públicas sociais, requer criar um fundo que às mantém com órgãos fiscalizadores (conselhos municipais ou estaduais) que estão diretamente em contato com todas as ações realizadas pelos programas instalados. Cunha e Cunha (2002, p.20) ressaltam que “os fundos como instrumentos de gestão, possuem vantagens inequívocas para aqueles que assumem o compromisso com uma administração transparente, mas inevitavelmente um problema para o que permanecem na cultura da administração pública tradicional”.

Um dos fatores significativos para a pouca efetivação dos fundos é a não compreensão sobre o processo orçamentário e as normas de financiamento das políticas públicas sociais. Principalmente, no que diz respeito à legislação e procedimentos para inclusão das demandas da área no orçamento, ou quanto à própria compreensão da peça orçamentária e dos instrumentos e processos de prestação de contas.

2. Programa Segundo Tempo no Município de Estrela – Rio Grande do Sul

O município de Estrela localizado no Estado do Rio Grande do Sul, pertence à micro região colonial fisiográfica da Encosta Inferior do Nordeste Gaúcho, inserido no Vale do Taquari. Estrela está à margem esquerda do rio Taquari, a 45 metros acima do nível do mar, distante da capital gaúcha 113 km pela BR 386 (Rodovia Presidente Kennedy).

A Prefeitura Municipal de Estrela possui 09 secretarias entre elas a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Estrela (SMEL) que iniciou suas atividades, na condição de Secretaria no ano de 1985. Desde então suas ações sempre estiveram voltadas

para a área do esporte, por meio de campeonatos, torneios, escolas de iniciação esportiva e ao lazer, através de ruas de lazer, jogos de integrações, eventos e o nos últimos seis anos o maior destaque é os projetos na área do esporte educacional.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer é composta pelos departamentos de esporte, iniciação esportiva, atividade física e saúde, lazer e eventos, e projetos e captação de recursos⁷⁴. O Programa Segundo Tempo está vinculado ao departamento de projetos e captação de recursos e é desenvolvido desde o ano de 2004, sendo que o Projeto Navegar desde 2001, este subprojeto do Programa Esporte Solidário.

O desenvolvimento de Projetos Esportivos Educacionais entre o Ministério do Esporte e Prefeitura Municipal de Estrela iniciou-se no final do ano de 2001, mais precisamente em 18 de dezembro, com a assinatura do convenio para implantação do Projeto Navegar, na época pertencente ao Programa Esporte Solidário, desenvolvido pelo então Ministério do Turismo e Esporte, em 2003.

O Programa Segundo Tempo - Projeto Navegar é um projeto que consiste na prática dos esportes náuticos de vela, remo e canoagem no contra-turno escolar, em Estrela ele é realizado no Parque Náutico do município onde consta com toda a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do Projeto. Em 2001, no primeiro convenio atendeu 160 crianças, com duração de 5 meses, já em 2003 sua duração foi de 10 meses sendo que a cada 5 meses o projeto atendeu 160 crianças. Neste mesmo ano o Projeto Navegar atendeu crianças portadoras de necessidades especiais.

A estrutura do Programa Segundo Tempo - Projeto Navegar possui 10 barcos a vela, 10 barcos a remo, 10 barcos K1 para a canoagem, 02 botes a motor, assim como coletes salva-vidas

⁷⁴ <http://www.estrela-rs.com.br/> acesso em 09 de março de 2007.

para cada aluno, monitor e instrutor. Os alunos recebem lanche e uniformes e freqüentam o Projeto duas vezes por semana. Para cada modalidade há um instrutor e monitores específicos. Somente a vela necessita além do instrutor de dois monitores para a sua aplicação. As turmas são de no máximo 15 alunos e todos os alunos aprendem as três modalidades esportivas. Além das aulas práticas o Projeto Navegar possui aulas teóricas sobre as modalidades esportivas, assim como, atendimento odontológico e palestras sobre saúde e meio ambiente, atividades extras também são realizadas como participação em eventos náuticos e em campanhas de conservação e limpeza do Rio Taquari.

No término da segunda edição do Projeto Navegar foi realizado, no dia 06 de novembro de 2004 em Estrela o I Encontro Estadual do Programa Segundo Tempo/Projeto Navegar com a presença dos Projetos Navegar de Caxias do Sul e Porto Alegre, foi uma experiência impar para todos que participaram deste evento.

Em maio de 2004, sabendo da nova estruturação dos Programas voltados ao Esporte Educacional do Ministério do Esporte, a Prefeitura Municipal de Estrela pleiteou o Programa Segundo Tempo sendo contemplado no mesmo ano e executando pela primeira vez o programa no município de Estrela. Atendendo a um público de 400 crianças distribuídas em 02 núcleos com idades em 09 a 14 anos da rede pública do município de Estrela.

Embasados nos objetivos e metodologia do Programa Segundo Tempo, além dos constantes na Proposta Técnica de 2004⁷⁵, enviado com o Plano de Trabalho, o programa ocorreu de outubro de 2004 a outubro de 2005.

⁷⁵ Proposta Técnica de 2004 – elaborado pela autora deste trabalho. Encontra-se nos documentos arquivados do Programa Segundo na Prefeitura Municipal de Estrela/RS

Durante este período, já iniciamos o processo de renovação do Programa Segundo Tempo para a execução do Projeto Navegar, pois este foi incorporado para possibilitar a sua continuidade nos núcleos que já estavam instalados antes de 2003. Assim, em setembro de 2005, o município de Estrela foi contemplado com o convênio, ocorrendo sua execução de setembro de 2005 a outubro de 2006, atendendo 320 crianças, sendo 160 crianças nos cinco primeiros meses e 160, nos últimos cinco meses, conforme Foto 07. A metodologia de implantação das atividades do Projeto Navegar possui peculiaridades que o diferem do Programa Segundo como já exposto.

Quando do término do Programa Segundo Tempo em outubro de 2005, iniciamos uma nova renovação, sendo contemplado em dezembro de 2006 e que está em vigência neste momento. Para a melhor compreensão do processo de renovação iremos expor os trâmites necessários para o convênio ou renovação. Até o ano de 2006 os encaminhamentos de solicitação de pleitos eram realizados através de ofício ao Secretário Nacional de Esporte Educacional, constando:

- Plano de Trabalho conforme a Instrução Normativa 01/97⁷⁶.
- Proposta Técnica - a proposta técnica demonstra as reais condições de efetivação, eficácia e eficiência do projeto. Como os objetivos, metodologia, proposta pedagógica, quadro de recursos humanos e quadro de aplicação das atividades esportivas, organização do(s) núcleo(s) implantado(s), processo de avaliação, viabilidade financeira de execução, assim como de que forma serão desembolsados os valores pertinentes, ao concedente e, ao proponente do Programa.

⁷⁶ BRASIL, 1997, Instrução Normativa da Secretaria Nacional do Tesouro número 01 de 15 de janeiro de 1997. www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/IN1_97.pdf acesso em 17 de abril de 2007.

- Condicionantes Legais, conforme a Instrução Normativa 01/97.

A partir de 2007, os pleitos estão sendo realizados via on-line no site do Ministério do Esporte⁷⁷, no qual apresenta a proposta inicial e gera-se um ofício solicitando ao Secretário Nacional de Esporte Educacional o convenio para a execução do Programa Segundo Tempo, após a análise da equipe técnica do Ministério do Esporte, é liberado on-line planilhas para o preenchimento e continuação da proposição inicial.

Após ser aprovado nos condicionantes técnicos do Ministério do Esporte e encaminhado para a formalização do convênio, este inicia sua vigência que, a partir de 2006 é de 12 meses, sendo 02 meses para a preparação e 10 meses para a real execução do mesmo. Anteriormente o convênio era de 10 meses, sendo estes de efetiva execução do Programa ou Projeto e por isto, muitas vezes necessitando de aditamento, pois quando recebemos recursos é necessário um período de preparação (contratação de recursos humanos, processos licitatórios para lanches, transportes, material esportivos, e outros, quando estes estiverem de acordo com a Lei 8.666/93 e 10.520/02) e após inicia-se a execução de fato com a participação dos alunos.

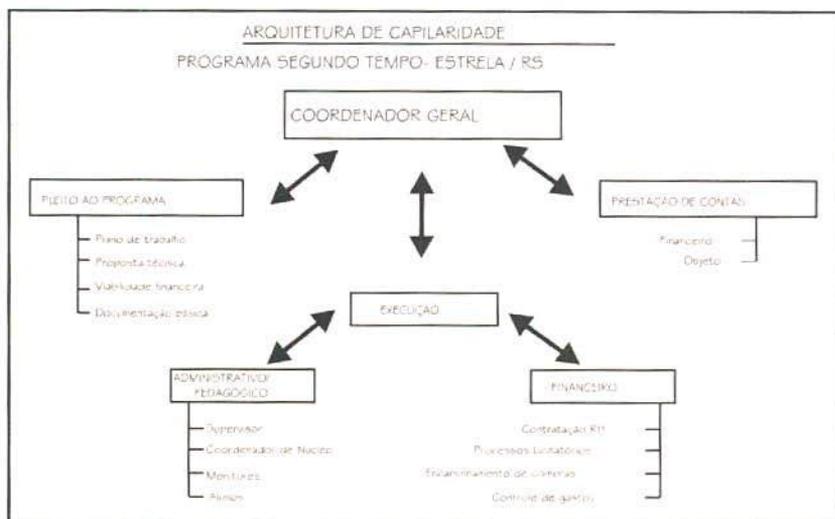
Quando ocorre o término do convênio a entidade proponente possui 60 dias para Prestação de Contas financeira e do objeto. A prestação de contas financeiras consta de planilhas de gastos e indicadores de despesas, assim como, cópias das notas fiscais e, quando necessário, processos licitatórios utilizados no convênio. Importante salientar que, um convênio bem executado financeiramente é aquele que segue rigorosamente o plano de trabalho inicial ou suas readaptações realizadas durante a vigência, sendo estas autorizadas pelo conveniente. A prestação

⁷⁷ www.esporte.gov.br.

de contas do objeto, e este é a real comprovação de sua execução, é o relatório de todas as ações realizadas durante o período de convênio, com relatos, fotos, em fim tudo o que comprove que realmente foi executado o que pactuado no convênio.

Encaminhado estes documentos de prestação de contas e outros que constam na Instrução Normativa 01/97 para o conveniente, este irá aprová-lo ou não, e assim somente em caso positivo, poderá dar início a um novo processo de renovação.

FIGURA 01 – Arquitetura de Capilaridade do Programa Segundo Tempo – Estrela/RS



Toda esta explanação se faz necessária para visualizar o porquê de poucas entidades darem continuidade sistemática ao Programa Segundo Tempo e há outros programas e projetos existentes nas esferas federal e estadual. Vemos que nem todos os projetos ou programas são contínuos e permanentes, sendo necessário sempre um período de paradas para que ele retome sua execução. Isto somente ocorre quando a entidade possui uma política voltada para a continuidade e estruturada

tecnicamente com possibilidades de executar programas e projetos que beneficiam um número grande de crianças, adolescentes e jovens.

Estrela, como demonstrado na apresentação dos dados coletados é um gestor que teve uma continuidade, executando quase que simultaneamente dois subprojetos do Programa Segundo Tempo. Sempre possibilitando atividades do programa para as crianças, adolescentes e jovens de seu município. E para o entendimento de como ocorre este processo contínuo foi construído a Arquitetura de Capilaridade do Programa Segundo Tempo no município de Estrela⁷⁸.

A gestão do Programa Segundo Tempo está embasada no gerenciamento contínuo de todos os processos de pleito ao programa, execução e prestação de contas do convênio, no qual foi construída a Arquitetura de Capilaridade⁷⁹. A arquitetura de capilaridade abrange todo o processo e a articulação de toda uma rede de informações voltadas para uma mesma ação, tanto de pessoas como de mecanismos administrativos que propiciam uma dinâmica rede que permite com que a gestão seja concatenada com o proposto no início do processo até o seu término. Todos estes procedimentos estão a cargo do coordenador geral.

O processo de Pleito ao Programa inicia com a elaboração do projeto básico (proposta técnico-pedagógica) e o plano de trabalho (cronograma físico-financeiro de desembolso dos recursos necessários para a execução do Programa), viabilidade financeira do proponente para verificar se este possui a contrapartida necessária e há a possibilidade real de execução do Programa. Coleta toda a documentação básica - os condicionantes legais (documen-

⁷⁸ Elaborado pela autora do trabalho e Coordenadora Geral do Programa Segundo Tempo no município de Estrela desde sua implantação em 2004 até o presente momento (elaboração da Proposta Técnica, plano de trabalho, viabilidade financeira, execução, gerenciamento e prestação de contas), com atuação desde a Prestação de Contas do Projeto Navegar em 2003.

⁷⁹ O princípio da Arquitetura de Capilaridade está embasada no Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis (chamada pública 01 do Ministério do Meio Ambiente, 2006.) http://www.pr5.ufrj.br/historico_noticia/julho/chamadaMA001_2006.pdf acesso em 17 de abril de 2007.

tos referentes ao conveniente) que são integrantes do processo de solicitação de recursos. Após esta etapa pronta encaminha ao Ministério do Esporte, especificamente para a Secretaria de Esporte e Educacional. Enquanto aguarda o parecer dos técnicos do Ministério, monitora via telefone ou e-mail às necessidades de adequação ou modificação da proposta para que realmente o convênio seja viável.

Após, estabelecido o convênio entre o conveniente e concedente, o Coordenador Geral inicia o processo de implantação dos núcleos, articulando com as escolas (direção e professores) a instalação do Programa, assim como a captação dos alunos que realizarão o projeto. Conjuntamente, captam-se os recursos humanos, assim como encaminha para a licitação a compra dos outros materiais necessários para o início do Programa.

Quanto à execução esta divide em: administrativo-pedagógico e financeiro. No administrativo pedagógico conta com o apoio do supervisor, coordenador de núcleos e monitores para que o estabelecido no Projeto Básico seja realizado, assim como a articulação entre o Programa e a Escola onde este está inserido. Estabelece reuniões quinzenais com a equipe do Programa Segundo Tempo para verificar as boas práticas e dificuldades encontradas. Encaminha trimestralmente um relatório das atividades desenvolvidas pelos núcleos a Coordenação do Programa Segundo Tempo – Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

No Financeiro, contratasse os recursos humanos, encaminha e controla todos os processos de compras específicos para o programa, controle de gastos, assim como já inicia a coleta dos documentos que farão parte da Prestação de Contas Financeira do convênio. Monitora as necessidades de aditamento de prazo ou readequação ao plano de trabalho e controla a vigência do Programa.

O Coordenador Geral Local do Programa Segundo Tempo é o elo entre o convenete e concedente, estando ao par, de todas as orientações advindas da Coordenação Nacional do Programa.

Na fase da Prestação de Contas, o Coordenador Geral realiza a prestação de contas financeira, encaminhando e demonstrando que todos os recursos repassados pela concedente e mensurados como contrapartida foram gastos de forma legal e de acordo com no pactuado o Plano de Trabalho, através do convênio. Presta contas também do objeto estabelecido no convênio, que é através de um relatório de gestão, descrevendo todos os objetivos e metas alcançadas, o número de atendimento, de que forma se processou as atividades estabelecidas através do Projeto Básico, quais foram os intervenientes, quais os impactos gerados na comunidade enquanto do funcionamento do Programa. Além de fotos e reportagem do andamento do Programa enquanto este esteve sendo executado.

Apresentar a estrutura de gestão do Programa Segundo Tempo no município de Estrela/RS, tem o intuito de socializar a prática de gerenciamento do programa. E cabe ressaltar que a função do Coordenador Geral não é única, pois ele precisa trabalhar concatenado com o gestor financeiro, jurídico e administrativo de sua instituição. Assim como, ter bons profissionais ao seu lado para estar atuando com as crianças e adolescentes nos núcleos. Estes profissionais, é que realmente, são os agentes do Programa Segundo Tempo. São eles, que diariamente junto aos núcleos fazem com que os participantes permaneçam no Programa, realizando as atividades esportivas de forma prazerosa, contribuindo assim para o seu processo de desenvolvimento social. O Coordenador local do programa é apenas um gestor, que propicia condições favoráveis para que o Programa Segundo Tempo continue em sua comunidade.

Analisando globalmente todo o processo das políticas públicas, e neste pontualmente a do esporte, vemos que urge de-

envolver políticas públicas assentadas em planejamentos efetivos das necessidades eminentes da sociedade, pois como ressaltam Figueiredo e Figueiredo (1996 apud Arretche, 2001) o sucesso ou fracasso de um programa determinarão efetivamente mudanças nas condições sociais prévias da população a ser atingida pelo programa.

Faz-se necessário enfatizar, que um programa com o objetivo de atender, 500 crianças ou adolescentes, não estará beneficiando somente estes, mas sim, seus familiares e amigos, tecendo uma rede de beneficiários. E, é desta forma que projetos e programas sociais formam uma cadeia transformadora da sociedade. Pois, a criança bem assistida pode vir a ampliar suas competências no seu processo de ensino-aprendizado. Influenciando positivamente em seu meio familiar, fomentando neste, novos saberes e valores, no grupo de amigos socializando o seu aprendizado, no bairro e na sociedade sendo agentes multiplicadores de novas ações, enfim, a todos que estiverem em seu micro e meso sistema de desenvolvimento farão parte do processo de construção do ser social.

Reforçando o pensamento, há pouca literatura na área do esporte voltada para políticas públicas. O que há, são teorizações dos conceitos e dos porquês do esporte e do lazer como benefícios para a população, mas de fato, discussões de como se processa a tríade entre as questões técnica, administrativa e financeira de um programa ou projeto não são pontuadas e nem aprofundadas nas literaturas existentes. Faz-se necessário divulgar as boas práticas de gestão e de como elas ocorrem para socializar e serem utilizadas pelos demais. A visão dos responsáveis pelos processos administrativos difere daqueles que por de trás da janela apenas contemplam o espetáculo. Portanto, os pensadores devem aliar-se aos gestores e esses vice-versa para colocar um pouco mais de prática a suas teorias e um pouco mais de teoria em suas práticas.

Desenvolver o Programa Segundo Tempo é cuidar não somente da criança, pois esta é o agora; mas amanhã será o

adulto e mais tarde o idoso. Portanto, é propiciar ao cidadão uma qualidade de vida não apenas neste momento, mas sim, para o amanhã.

Fontes

1. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* – 1988. Brasília, Senado Federal/Centro Gráfico, 1988. 292p.
2. BRASIL. *Instrução Normativa da Secretaria Nacional do Tesouro Nacional*, n. 01 de 15 de janeiro de 1997. Brasília-DF, 1997 http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/IN1_97.pdf acesso em 17 de abril de 2007.
3. BRASIL. *Mapeamento de potenciais coletivos educadores para territórios sustentáveis*, Chamada Pública 01 de 2006, Ministério do Meio Ambiente http://www.pr5.ufrj.br/historiconoticia/julho/chamadaMMA001_2006.pdf acesso em 17 de abril de 2007.
4. BRASIL. *Visualização do Programa Segundo Tempo*. Ministério do Esporte, Programa Segundo Tempo, Área restrita, <https://www.seguro.esporte.gov.br/segundotempo/visualizacaoBrasil.asp>, acesso em 15 de janeiro e 05 de fevereiro de 2007.
5. CUNHA, E.P. CUNHA, E.S. Políticas públicas. In: CARVALHO, A., SALLES, F., GUIMARAES, M., UDE, Walter (ORG) *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex 2002. 142p.
6. ESTRELA, Rio Grande do Sul, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. *Estrutura administrativa*, <http://www.estrelars.com.br/> acesso em 09 de março de 2007.
7. IBGE. *População: censos demográficos*. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31&paginaatual=1&uf=43&letra=E> acesso em 08 de março de 2007.
8. SAUDE EM MOVIMENTO. *Declaração de Punta Del Este de 1999*. http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=196 acesso em 17 de abril de 2007.

33. O LAZER NO PARQUE ECOLÓGICO SÓTER: UMA ABORDAGEM A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS⁸⁰

Anderson da Cunha Baía^{81}*

Rodrigo de Souza Gabriel⁸²

RESUMO: Esse estudo tem como objetivo geral analisar as políticas públicas que se materializam/ou pode materializar no Parque Sóter. Foram aplicados questionários, dos quais observamos que o conceito de lazer, segundo os pesquisados, é muito restrito, por entenderem, em sua maioria, que lazer seria somente exercício físico, assim prevalecendo muito o interesse físico-esportivo. Com relação ao profissional do lazer, muitos acreditam que seja importante sua presença, mas restringe sua ação a um personal que deveria estar presente para atender individualmente quem lá passar.

PALAVRAS-CHAVE: Parque, Políticas Públicas, Lazer.

1. Introdução

O presente trabalho tem como finalidade analisar as políticas públicas de lazer no Parque Ecológico Sóter⁸³, tendo como eixo norteador a visão dos frequentadores do parque, no que tange as possibilidades de lazer que materializam (ou podem materializar) neste espaço. Cabe esclarecer inicialmente que entendo lazer no sentido atribuído por Marcellino (2000, p.31), como “uma cultura-compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada

⁸⁰ Graduando do curso de Educação Física da Universidade Católica Dom Bosco.

⁸¹ Membro do Programa Esporte e Lazer na Cidade, referente à Campo Grande/MS e região. E-mail: andersonbaia@yahoo.com.br.

⁸² Professor do curso de Educação Física da Universidade Católica Dom Bosco.

⁸³ Ao longo do trabalho chamarei Parque Ecológico Sóter apenas como parque Sóter.

(praticada ou fruída) no seu tempo disponível. O importante, como traço definidor é o caráter 'desinteressado' dessa vivência".

Sabe-se que a discussão no campo do lazer é um tema relativamente recente, uma vez que o movimento de valorização da ocupação do tempo disponível como lazer é reflexo do processo de exploração advindos da revolução industrial que teve início no final do século XVIII. Esse movimento de construção teórica foi lento e gradativo, passando a termos hoje o lazer como um campo de conhecimento, bem definido, com importantes teóricos⁸⁴ no Brasil discutindo assuntos relacionados a este tema. Entretanto, essa discussão no campo do lazer não tem chegado, pelo menos na proporção que gostaríamos, na vida da grande maioria da população; a qual, muitas vezes, tem uma jornada de trabalho que dificulta a ocupação do tempo disponível com o lazer, já que são várias as barreiras⁸⁵ existentes para a vivência do lazer.

De encontro a esta falta de opção/possibilidade⁸⁶ por parte de considerável número da população, temos a Constituição Federal Brasileira de 1988, que assegura no Título II, Capítulo II, artigo 6º que o lazer é um direito social, assim como moradia, alimentação, segurança pública (...). Entretanto, Marcellino (2000a) explica que o lazer, entre esses outros temas sociais, é visto como algo secundário, que não apresenta prioridade na vida da população, sem considerar que há uma importante relação entre lazer e saúde, já que os benefícios são inegáveis e está bastante presente nas discussões do campo do lazer.

A escolha pelo Parque Ecológico Sóter enquanto objeto desse estudo não se deu por acaso. Além de professor de uma disci-

⁸⁴ Nelson Carvalho Marcellino, Crhistianne Luce Gomes, Victor Andrade de Melo, Edmundo de Drummond Alves Andrade, Luiz Octavio de Lima Camargo entre outros.

⁸⁵ Cf. Marcellino (2000).

⁸⁶ Opção por não ter conhecimento do que se pode realizar num tempo disponível, aliado a escassa política de lazer que leve a este fato; ou/e possibilidade que estão relacionado as barreiras existentes no campo do lazer que impedem muitos de praticarem determinadas vivências no tempo disponível.

plina intitulada “Lazer e atuação profissional”, coordeno o Grupo de Estudos do Lazer (GEL) que reúne quinzenalmente no Parque Sóter para discutir questões do campo do lazer que acontecem neste espaço, buscando contribuir na formação dos acadêmicos que participam do grupo possibilitando a abertura de um novo campo de trabalho em Campo Grande e região, que ainda tem sido muito pouco explorado. Além do mais, trata-se de um tema fruto do trabalho monográfico do discente Rodrigo Gabriel, que é morador da região do Sóter, também freqüentador do GEL.

Contudo, outra questão que nos chamou atenção é o fato do Parque também possuir uma função que vai além de um espaço construído para o oferecimento de lazer à comunidade. Trata-se do primeiro – e acredito que único – parque construído em Campo Grande enquanto parte de um projeto de reordenação do espaço urbano, inserido no projeto agenda 21, que discutirei a seguir.

2. Políticas Públicas de Lazer: o parque Sóter enquanto espaço de reordenação urbana

Segundo Padilha (2004) a palavra política vem do grego “*polis*” que está relacionado a tudo que se refere à cidade, significando tudo que é público, ou seja, que é de todos (ou deveria ser). Portanto, quando falamos em políticas públicas, segundo Pimentel (2003), estamos tratando de um guia ou princípios que nortearão ações e projetos voltados para o bem-estar da sociedade em geral, com vários objetivos, sendo um deles, a diminuição das desigualdades sociais, onde todos possam usufruir o seu tempo de lazer da melhor forma possível, buscando o prazer e a satisfação que a atividade e o ambiente podem proporcionar.

As políticas públicas devem propor ações diretas, buscando aumentar e oferecer condições da prática do lazer para todos os indivíduos, tentando atingir todas as classes sociais, gêneros, e faixa etária, dando oportunidades para que os mesmos vivenciem

no seu tempo disponível momentos de lazer como exercício da própria cidadania. Entendendo política pública, é importante compreendermos a existência de política de Governo e política de Estado; sendo que a primeira constitui-se baseada em princípios instáveis, ficando a mercê de certos dirigentes públicos que definem ao início de cada mandato quais serão as novas diretrizes que nortearão as políticas públicas de lazer para a população. Portanto, política de governo não é a ideal já que a existência de conflitos entre partidos políticos (que muitas vezes se alternam no governo) pode levar a mudança dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos, desfazendo trabalhos importantes no campo do lazer em algumas áreas necessitadas da cidade. (BRAMANTE, 2006)

Bramante (2006) entende que política de Estado é compreendida como fundamental para o desenvolvimento da comunidade, sendo que a alternância no governo não afeta a continuidade de determinada política pública, tendo a população a tranquilidade de continuar recebendo ações que visem à melhoria de sua qualidade de vida. Além da política pública, podemos pensar nas políticas privadas, que são financiadas por recursos advindos de iniciativa privada, visando contribuir com o oferecimento de lazer para a comunidade, recebendo em troca, muitas vezes, a divulgação de sua marca. Nesse sentido, como forma de incentivar o investimento das empresas particulares, o poder público lançou uma lei, chamada "Rouanet", nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, ampliada e aprimorada da lei nº 7.505 datada de 02 de julho de 1986, que simplificada visa abater uma porcentagem do imposto de renda de empresas que promovam ações que contribuam com a sociedade.

Após breve discussão sobre políticas públicas, faz-se importante compreender o parque Sóter enquanto parte de uma política pública de Lazer criada em Campo Grande/MS, fruto de um movimento denominado "Agenda 21". Tal movimento é

um programa mundial buscando propor ações de desenvolvimento sustentável, através da preservação ambiental e reordenação urbana.

O Brasil investigou formas de como construir esse programa, buscando adequar-se a uma agenda que pudesse atender a realidade e às suas diferentes situações e condições do país. Surge assim a Agenda 21 local⁸⁷, a qual seria um instrumento de implementação de políticas públicas, por meio de mobilização da população, com uma construção participativa, procurando atender e solucionar problemas locais de um Estado, Município, bairro, escola, etc. Existem hoje no Brasil 153 programas⁸⁸ de agendas 21 cadastradas na coordenação nacional do projeto, onde encontramos a agenda 21 “Nosso Lugar, É A Gente Que Faz”, pertencente à cidade de Campo Grande, MS.

Dentro do programa agenda 21 de Mato Grosso do Sul, encontramos importantes contribuições para a região do Parque Ecológico Sóter, o qual passou por um processo de reordenação urbana e recuperação de áreas degradadas, como sendo um dos objetivos da agenda 21, através de um projeto intitulado “Projeto sóter”⁸⁹, feito pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, através do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB.

Foi através das ações do PLANURB que foi possível a implantação de um parque ecológico voltado à educação ambiental, dotado de infra-estrutura para a vivência de momentos de lazer para a população da área de influência. Nesse sentido, o parque é um projeto muito além de uma simples construção de lazer, primeiramente ele é único da cidade de Campo Grande, MS, oriun-

⁸⁷ Disponível em: <http://www.pmcg.ms.gov.br/index.php?s=44&location=24&idCon=865&idPai=865>. Acesso em: 28 ago. 2007.

⁸⁸ Marcellino (2000) entende a existência de 6 interesses culturais: Físico-desportivos, Artísticos, Manuais, Turísticos, Intelectuais e Sociais.

⁸⁹ Consultora junto ao MEC para o Programa Escola Aberta na modalidade específica de Esporte e Lazer. Contatos: martins.bigolin@brturbo.com.br

do do programa agenda 21, que visa buscar através de uma reordenação urbana e preservação ambiental, uma melhoria da qualidade de vida, não somente através de suas inúmeras áreas e formas de vivenciar o lazer, mas sim com a recuperação de áreas degradadas, uma vez que a área que deu o lugar ao espaço de lazer era um antigo “lixão” da cidade, com grande índice de criminalidade e prostituição.

Tal espaço, construído em 2003, possui uma grande área verde possibilitando piqueniques e vários tipos de brincadeiras, disponibilizando também quiosques, os quais são espaços pouco utilizados pela população. Os equipamentos mais utilizados pela comunidade são as quadras de vôlei de areia, basquete, futsal e o campo de futebol. Possuindo também uma pista interna e externa para atividades físicas, como caminhadas e corridas, contendo ciclovia, além de um parquinho com equipamentos em perfeitas condições para a sua utilização.

Com criação desse espaço quebrou a estigma de muitas pessoas em sempre visitar os mesmos locais, ou em certas regiões nem possuindo um espaço como esse, havendo aqui uma quebra de rotina, através de uma simples visita ao parque. Como podemos ver a restauração de um espaço urbano interfere e muito na vida das pessoas, além de proporcionar uma melhoria em relação à moradia em geral, o que aconteceu nessa região, também proporcionou um espaço para atividades, onde foram atingidas várias regiões, preservando uma identidade local e também até aumentando e muito o poder turístico desse local e regiões adjacentes, através de uma boa visibilidade e melhorias nos acessos a os mesmos.

3. Análise e Discussão dos Dados

Para a realização deste estudo, aplicamos 40 questionários aos freqüentadores do parque Sóter, com 14 questões, sendo 12 objetivas e 2 dissertativas. No conjunto das questões procuramos compreender se a pessoas restringiam o lazer à vivência de ape-

nas um ou dois interesses⁹⁰, se observavam a importância do profissional do lazer na animação cultural, se faltavam atividades diferentes do interesse físico no parque, se conheciam as projetos frutos de políticas públicas e privadas que se materializavam no Sóter, e se sentiam necessidade de novos projetos que dessem melhor suporte ao oferecimento do lazer neste espaço.

Traremos a seguir algumas questões que mais nos chamaram atenção, mesmo porque o espaço aqui é restrito para analisarmos todas que fizeram parte do questionário. Quando perguntamos para os freqüentadores, “Para você o que é lazer?”, observamos respostas variadas, agrupadas no quadro abaixo.

Passear com filhos, namorados, amigos e entre outros.	16
Praticar esportes	9
Vivenciar seu tempo disponível de uma forma prazerosa	6
Viajar	1
Fazer algo nos finais de semana	5

Podemos notar que as pessoas têm uma conceituação confusa quando são questionados sobre o que vem a ser lazer. Não estamos a afirmar que as pessoas teriam que saber teoricamente o que seria lazer, mas as respostas observadas nos indicam uma certa visão restrita, percebido principalmente quando respondem a pergunta citando algum tipo de vivência específica, como no caso de viajar ou passear com os amigos. Para esta pessoa, será que lazer é só quando viaja ou passeia? Dumazedier (1980) já nos indicava que quase sempre o lazer é tratado de forma restrita, compreendendo apenas um dos interesses culturais, tais como esporte, ou turismo ou a arte. Além do que Marcassa (2004) mostra que o ócio é uma forma de lazer, que pode ser vivenciado sozinho ou acompanhado.

⁹⁰ Marcellino (2000) entende a existência de 6 interesses culturais: Físico-desportivos, Artísticos, Manuais, Turísticos, Intelectuais e Sociais.

Uma análise que merece destaque é que dos 40 entrevistados, 5 responderam que lazer era “fazer algo no final de semana”, como se o lazer fosse uma atividade que tem um tempo específico para acontecer, que não é diário, mas pode ser mensal ou nas férias anuais. Seguindo esta visão, Marcellino (2000) vai mostrar que muitas pessoas passam a vida inteira trabalhando e deixam para se dedicarem aos momentos de lazer depois de se aposentarem, o que é outro problema, pois numa idade avançada fica difícil de sair para viajar – devido a vários compromissos familiares –, ou mesmo ter condições financeiras para isso uma vez que muitos vão viver de salário mínimo e as moléstias estão mais presentes nesta fase.

Perguntamos também “Com qual objetivo você vem ao Parque do Sóter?”, sendo encontradas as seguintes respostas:

Jogar vôlei	4
Manter a forma, como caminhada e exercícios físicos	12
Trazer as crianças para brincar no parquinho	6
Aliviar o stress	5
Passear	1
Quebrar a rotina do dia-a-dia	4
Jogar futebol	5
Conversar com amigos e amigas	3

Analisando o quadro acima, podemos observar que o interesse físico prevalece com mais de 50% de atividades realizadas pelos pesquisados, em sua soma, chegando a 21 opções do gênero, constatando o restrito conhecimento dos frequentadores sobre o lazer e seus objetivos. Seguindo essa linha, Camargo (1989) entende o lazer como um vasto campo educativo, exercitando equilibradamente as possibilidades de participação social lúdica, ou seja, não necessitamos apenas do interesse físico para a nossa satisfação e sim buscar englobá-lo com os outros interesses cul-

turais, assim trabalhando desenvolvimento social, pessoal e físico do indivíduo.

Podemos ainda observar que encontramos 4 pessoas que procuram o parque simplesmente para a quebra da rotina diária, sobre o qual Camargo (1989) explica que o lazer pode (ou deve) ser vivenciado de várias maneiras, mas que essa vivência promova a mudança no estilo de vida do cidadão. Assim se enquadrando no conceito de Marcellino (2000) que coloca a quebra de rotina espacial e temporal como um interesse turístico, como passeios e viagens, assim podemos atribuir a esse interesse mais duas vivências citadas pelos pesquisados, seriam elas, passear - com 1 indicação - e trazer as crianças para brincar, com 3 indicações, perfazendo o interesse turístico, caracterizando enquanto contemplação da natureza na grande área verde que o parque oferece.

Quando perguntado “O que você conhece de atividades que o Governo ou outra instituição tem realizado no Sóter para proporcionar lazer para a comunidade nesses últimos tempos?”, ficamos surpresos com as respostas, sendo que 11 responderam conhecer e 29 responderam não conhecer. Entre os 11 que conhecem, quando perguntado quais projetos ou atividades conheciam, as respostas foram as seguintes:

Atividades realizadas pelos estagiários da Universidade Católica Dom Bosco	14
Projeto segundo tempo de iniciação esportiva	1
Projeto escoteiro mirim	1
Programas da prefeitura, como eventos, shows e entre outros esporádicos	2

Ao observarmos o quadro acima, percebemos que a maioria dos pesquisados (29), ou seja, mais de 70 % dos frequentadores diz não conhecer nenhuma atividade relacionada diretamente à comunidade, sendo minoria os pesquisados que conhece alguma atividade realizada no parque (11). Mas porque esse grande desconhecimento, visto que nas entradas do parque existem

faixas bem à mostra que divulgam a comunidade sobre as atividades de outras instituições ali inseridas, com seus respectivos dias e horários?.

Quando perguntado se eles acreditavam que deveriam ter profissionais do campo do lazer contribuindo no oferecimento de lazer ao Sóter e o que tais profissionais poderiam fazer; observamos que 29 pessoas responderam que deveria ter profissional do lazer enquanto 11 acreditam não precisar. Entre os que responderam que é necessário, as respostas foram as seguintes: 13 responderam que deveria ter em todo parque, com orientações sobre atividade física, 6 com realizar atividades recreativas para crianças no parquinho, 7 propõe usar o campo como espaço de iniciação esportiva, 1 pensa que deveria oferecer atividades diversas e 1 com monitorar as quadras.

Ao analisar os dados acima, podemos observar que a grande maioria (29) pessoas, diz ser necessária a presença do profissional de lazer no Parque Sóter, entretanto foram diversas as opiniões sobre a função do mesmo, concluindo que o profissional do lazer e suas funções perante a sociedade são evidentemente desconhecidos pelos pesquisados. A maioria, chegando atribuí-lo a um personal, onde o mesmo terá que orientar as pessoas sobre exercícios físicos e seus benefícios ou para organizar campeonatos de futebol.

Não devemos pensar nesse profissional enquanto um simples comediante, um personal, ou um organizador de campeonatos, uma vez que a função desse vai além dessas tarefas pontuais direcionadas apenas para determinada classe, sendo necessário construir uma política de animação que vai oferecer vivências visando os diferentes interesses do lazer, com o objetivo de atrair a comunidade para esses espaços de lazer. Assim podendo trabalhar divertimento, descanso e desenvolvimento pessoal e social, que segundo Gomes (2004) são essenciais no desenvolvimento integral do ser humano.

Portanto, concluímos que por mais que o Parque Sóter seja recente em Campo Grande/MS - em relação a outros parques da cidade - é evidente que possui em sua infra-estrutura uma grande área física, podendo proporcionar vários tipos de manifestações de lazer para a comunidade. Desta forma, entendemos que precisamos é de pessoas capacitadas para atuarem neste espaço, aliado com políticas públicas que garantam a permanência do profissional do lazer como animador cultural, tendo compreendido a importância deste enquanto agente mobilizador de vivências que possam proporcionar prazer à comunidade que o frequenta.

Fontes

1. BRAMANTE, Antônio Carlos. Políticas de lazer e transversalidade. In: *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: PUCPR, Champagnat, 2006.
2. CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. *O que é lazer*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
3. CAMPO GRANDE, MS, Prefeitura Municipal, PLANURB. *Projeto Sóter*. Disponível em: <http://www.pmcg.ms.gov.br/index.php?s=44&location=24&idCon=865&idPai=865>. Acesso em: 28 ago. 2007.
4. DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
5. GOMES, Christiane Luce. Lazer: definição. *Dicionário crítico de lazer*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.
6. MARCASSA, Luciana. Ócio. *Dicionário crítico de lazer*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.
7. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*: ed. 2. São Paulo: Autores Associados, 2000.
8. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 6ª ed. Campinas: Autores Associados, 2000a.
9. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas Públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

10. PADILHA, Valquíria. Apontamentos para um estudo crítico sobre políticas públicas de lazer. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 7/ n. 1, p. 65-82.
11. PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. *Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional*. Jundiaí/ SP: Fontoura, 2003.
12. REDE BRASILEIRA DE AGENDAS 21 LOCAIS: *O que é a agenda 21*. Disponível em: <http://www.redeagenda21local.org.br/>. Acesso em: 28 ago. 2007.

34. “CONSTRUINDO UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA: OS FESTIVAIS EM QUESTÃO

Antonieta Martins Alves^{91}*

RESUMO: Este texto tem como objetivo principal socializar as ações construídas dentro do Programa Escola Aberta⁹², no âmbito do esporte e lazer, buscando mostrar as ações efetivas desenvolvidas a partir das intervenções voltadas para a construção de um projeto político que atenda aos três eixos básicos do PEA, quais sejam: Educação, Cidadania e Inclusão Social. O Programa atua dentro das escolas públicas nos finais de semana quando são realizadas oficinas voltadas para a comunidade que é ao mesmo tempo atora e usuária dessa ação. Buscando atender aos eixos do Programa neste ano de 2007 as formações no âmbito do Esporte e Lazer apontaram para a construção e implantação das propostas de Festivais, modelo este que se contrapõe aos clássicos torneios ou campeonatos, baseia-se na participação de todos e todas, respeitando a diversidade pessoal e a cultura das comunidades envolvidas e sua autonomia, ampliando seu universo de conhecimentos e, principalmente superando a lógica da competição como fator de inclusão social. Busca, ainda, a valorização do ser individual e universal contido em cada um de nós.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Escola Aberta, Lazer, Inclusão Social.

⁹¹ Consultora junto ao MEC para o Programa Escola Aberta na modalidade específica de Esporte e Lazer. Contatos: martins.bigolin@brturbo.com.br

⁹² PEA - Programa Escola Aberta, ação do Ministério da Educação (SEB/SECAD/FNDE) e UNESCO em parceria com o Ministério do Esporte, Ministério da Cultura e Ministério do Trabalho e Emprego.

Pretendemos apresentar a proposta dos Festivais dentro do Programa Escola Aberta e sua perspectiva de uso do lazer e do lúdico como uma de suas possibilidades de intervenção onde competir se transforma em sinônimo de cooperação, de inclusão e de auto-superação. Faremos assim, rápida descrição do Programa com base nos documentos oficiais que o criaram e, nesta perspectiva entender as ações que vêm sendo implantadas por intermédio das formações de esporte e lazer, seus objetivos, formas de ação e, resultados imediatos dessas ações, neste caso os festivais.

Criado por meio da RESOLUÇÃO/CD/FNDE/N.º 52, DE 25 DE OUTUBRO DE 2004 o Programa trás dentre as ações prioritárias a ampliação do

...escopo das atividades da escola para promover a melhoria da qualidade da educação no país, de se promover maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas e a necessidade de redução da violência e da vulnerabilidade socioeconômica nas comunidades escolares. (SECAD, 2006, p.1) ⁹⁵

Neste contexto utilizamos do termo *pertencimento* que nada mais é do que a presença da comunidade dentro da “sua própria” escola de forma interativa e propositiva onde os oficinairos⁹⁴, são elegíveis pela própria comunidade, de acordo com suas habilidades e pelas oficinas demandadas.

O arranjo institucional; Governo Federal, estados e a sociedade civil organizada estão voltadas para a abrangência de boa parcela da população brasileira, aquela que se encontra excluída das várias formas de manifestações culturais, sociais e esportivas no sentido mais amplo das suas concepções.

⁹⁵ COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA – UGP/ULE's. *Projeto pedagógico-Programa Escola Aberta*. Brasília: MEC-SECAD, 2006.

⁹⁴ Responsáveis pela condução das oficinas

Corroborando com essa afirmação ROCHA JUNIOR, C. P. da & PINTO JUNIOR, F. D. também vêm o PEA como sendo,

uma concreta demonstração de uma proposta política que se faz democrática desde sua origem, uma política pública de estado que visa, efetivamente, tocar boa parcela da população brasileira. (2007, p. 1)

Nos próximos tópicos faremos exposição mais detalhada sobre o PEA e a intervenção do Esporte e Lazer dentro do mesmo.

1. O que é o PEA

O PEA - Programa Escola Aberta é uma ação do Ministério da Educação e UNESCO que tem como parceiros os Ministérios do Trabalho e Emprego, Esporte e Cultura e, como órgãos executores as Secretarias de Educação e Escolas Públicas de Educação Básica.

O Programa “acontece” nos finais de semana, em escolas situadas em comunidades urbanas em situação de risco e vulnerabilidade, oferecendo oficinas de educação, lazer, cultura, esporte e formação inicial para a comunidade em geral e particularmente para os jovens.

As oficinas são demandadas e conduzidas por talentos da própria comunidade de forma a estabelecer uma relação escola/comunidade a qual denominamos pertencimento.

2. Objetivo Geral

Contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz mediante ampliação de atividades oferecidas aos alunos e à comunidade, aos finais de semana.

3. Objetivos Específicos

- Promover e ampliar a integração entre escola e comunidade.

- Ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania.
- Contribuir para a redução das violências na comunidade escolar.

4. Detalhando sua ação

De acordo com a Resolução/CD/FNDE nº. 052 art. 2º a execução do PEA ficará a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria de Educação Básica (SEB), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e contará com a participação das Secretarias Estaduais de Educação – SEDUC e Secretarias ou Órgãos Municipais de Educação.

O PEA se orienta por seus eixos estruturantes que contemplam os seguintes aspectos: Educação, Cidadania e Inclusão social.

Bem como por princípios tais como: Solidariedade (ética da cooperação) Respeito à diversidade: cultural, étnica, lingüística, religiosa, de orientação sexual, de classe social, O trabalho como meio de transformação do homem e da sociedade.

5. O Esporte e Lazer na perspectiva do PEA

Na delimitação do funcionamento do PEA dentro das escolas, e de acordo com as oficinas demandadas existe um volume muito grande destas voltadas para as áreas do esporte e lazer sendo este um dos fatores responsáveis pela efetiva presença do ME como um dos parceiros do Programa.

Dessa forma, o ano de 2006 representou o marco dessa parceria, foram realizadas formações em Esporte e Lazer em oito estados (Rr, Pe, Ba, MG, RJ, ES, RS, Ms) e no DF.

Assim, a parceria celebrada entre o MEC e o Ministério do Esporte cumpre mais um momento importante dentro do princípio defendido como política de intersetorialidade implementada pelo Governo Lula, neste sentido é importante entender em quais aspectos esta parceria foi construída e, partir daí auxiliar nesse processo de construção, solidificando-o e ampliando sua área de ação.

Em nível de ME a execução e acompanhamento, quanto à consolidação da parceria acontece em duas ações distintas, mas complementares, são elas:

a) A Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do ME - SNDEL que atuado no sentido de construir a concepção teórica que baliza as ações pedagógicas dos oficinairos de esporte do Programa Escola Aberta, investindo na qualificação dos mesmos. Para isso, a SNDEL/ME conta com a experiência consolidada do programa Esporte e Lazer da Cidade que desde 2003 vem garantindo, com qualidade, o acesso ao lazer e às práticas esportivas de natureza recreativa de milhares de crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e necessidades especiais, em todas as regiões do Brasil.

Ressaltamos que uma das ações mais importantes do referido Programa tem como finalidade formar os agentes comunitários de esporte e lazer, qualificando suas ações pedagógicas e, também, ampliando o universo dos saberes práticos constituídos por eles em seus cotidianos, no caso específico do PEA estes agentes são denominados de *oficineiros*, termo já explicitado em parágrafo anterior.

Essa experiência qualifica a SNDEL-ME e se constitui como uma das principais ações da parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação.

b) O ME, por ocasião da assinatura do termo de cooperação com o Ministério da Educação, assumiu a responsabilidade no que diz respeito ao fornecimento do material esportivo utilizado nas oficinas esportivas do Programa.

Os relatos obtidos nos encontros com os coordenadores locais do Programa têm revelado a potência que o PEA possui para revitalizar o ambiente entre as escolas e suas comunidades.

Não podemos esquecer que as oficinas esportivas correspondem a, aproximadamente, 40% do universo de oficinas do Programa Escola Aberta, dessa forma a demanda das comunidades por atividades de caráter esportivo e recreativo é uma realidade concreta.

Com base nessa realidade faz-se necessário a construção de ações que auxiliem na implantação de instrumentos eficazes para o sucesso das oficinas de esporte e lazer, dentre eles a formação, uma vez que há necessidade de se considerar os eixos estruturantes do programa - Educação, Cidadania e Inclusão Social, como elementos presentes em todas as atividades desenvolvidas, e obviamente dentro das oficinas de esporte.

Sabemos da dificuldade de se entender o esporte não apenas como regras e técnicas esportivas evitando-se inclusive a especialização precoce, mas fundamentalmente como elemento de prazer que pode ser desenvolvido no tempo livre, como lazer, como cultura.

Assim, em concordância com MELO & DRUMOND (2003) referendamos a afirmativa de que

mais do que simplesmente estimular pessoas à prática de atividades físicas, é importante tentar conscientizá-las sobre os sentidos e significados dessas práticas na ordem social contemporânea.

A Lei de Diretrizes e Bases do Desporto Nacional (Lei 9615/98) em seu artigo 3º reconhece três manifestações esportivas; **desporto educacional**, **desporto de rendimento** e o **desporto de participação** – praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente.

Dentro do PEA a formação que nos interessa e contempla os princípios de cidadania, culturas de paz, valorização da pessoa humana, preocupação com o meio-ambiente podem estar contidas no Esporte de Participação, que entendemos como **a busca da formação humana a partir do lúdico dentro da prática do esporte**, foco da nossa intervenção.

Neste sentido, precisamos abordar a forma como o esporte vem sendo tratado no lazer, é importante observar que não se trata de *ser contrário à existência do esporte de rendimento, mas de analisar a invasão do esporte de rendimento e seus princípios, códigos, sentidos e valores em outras esferas de atuação*, buscando fugir da concepção de cultura corporal ou busca da performance. Corroborando assim com BRACHT (1996) quando este verifica que nas concepções biológicas e psicológicas a preocupação entre outras é com o desenvolvimento cognitivo, com a manutenção do equilíbrio afetivo, da emoção, dos desenvolvimentos fisiológicos e motor etc.

Observamos que mesmo nas atividades rotuladas como lazer o esporte assume as características de competição sem reflexão, qual seja: restrito às modalidades esportivas de maior status social e aos seus gestos técnicos, restrito à repetição exaustiva de gestos técnicos/fundamentos das modalidades, em favor dos mais habilidosos, prática alienada, sem reflexão, visando à competição em detrimento do caráter lúdico.

Estes aspectos nos conduzem à reflexão sobre e o que não queremos⁹⁵:

- Subordinação ao esporte de rendimento na dimensão do lazer;
- Espaço para caça de talentos esportivos;
- Formação de um exército de consumidores passivos, contramão da construção da cidadania.

⁹⁵ PowerPoint da Formação em Esporte do Programa Escola Aberta. ME, 2006.

Uma avaliação crítica dessas formas de condução e com base nas reflexões aqui apresentadas podemos caminhar no sentido de fazer do esporte instrumento de felicidade, prazer, reflexão crítica, criação coletiva, solidariedade, inclusão social, cooperação, reconhecimento e valorização das diferenças, por fim, direito social como preceitua a constituição.

Assim, podemos redimensionar reconstruir, reinventar, fazer do esporte instrumento de aglutinação onde todos tenham seus desejos e necessidades atendidos, em uma participação prazerosa, solidária, possibilitando a aquisição de senso crítico e autonomia para as escolhas (em nível global), desenvolvendo ainda, a sensibilidade e o compromisso com o conjunto dos seus pares.

Neste contexto, cabe ao grupo definir as regras do jogo, valorizar e garantir a participação de todos independente da habilidade, buscando a autonomia pessoal e do próprio grupo. A finalidade principal é o prazer resgatando a ludicidade.

6. Os Festivais

Assim, nos reportando a Paulo Freire “*na observação atenta a outras práticas, na leitura persistente e crítica...*” apontamos alguns desafios colocados para o PEA, seus atores e atrizes e para a comunidade que dele participa:

- Tornar as atividades de lazer acessíveis a todos, de forma qualitativamente superior a que hoje encontramos.⁹⁶
- Conceber a intervenção no âmbito do lazer como algo que contribua para superar a lógica social existente, que é pautada na diferença e na desigualdade.⁹⁷

Ao analisarmos as relações entre Escola e Comunidade, foco de atuação do PEA, podemos perceber o isolacionismo da escola, a violência simbólica exercida pela escola e as disputas ideológi-

⁹⁶ Ibid

⁹⁷ Ibid

cas-políticas-culturais que orientam as práticas sócio-institucionais e as ações individuais que tornam a escola uma instituição à parte da comunidade à sua volta.

As barreiras que separavam a escola da comunidade ganharam hoje a sua materialidade nos grandes muros de concreto dando vida, ou melhor, forma ao isolacionismo no qual a escola se fechou representando tão bem as barreiras socioculturais definidas pelo capital.

Nesta escola quem entra tem que deixar na porta de entrada a sua vida, suas particularidades, seus saberes e seus não-saberes por que ali dentro *todos são iguais*. A escola mente e nós damos vida a essa mentira.

O *pertencimento* ao qual nos referimos mais acima vem na contramão dessa situação, pois que valoriza a diversidade e os saberes construídos a partir da realidade de vida de cada um e é essa “tomada” do poder representada pela autonomia que possibilita a construção de uma forma nada nova, mas, diferente de fazer a valorização de todos dando oportunidade às construções coletivas.

Assim, o ano de 2007 começa com essa avaliação e caminha então para a preparação das intervenções no campo do esporte e lazer que respondam ao acima diagnosticado apontando para a realização dos Festivais que tem como princípios:⁹⁸

- Fazer valer o direito de todos participarem ativamente das atividades;
- Planejar e organizar junto com a comunidade;
- Enfatizar a participação e o caráter lúdico;
- Promover a integração;
- Incentivar a autonomia;
- Premiar a participação (certificados e/ou medalhas para todos).

⁹⁸ PowerPoint da Formação em Esporte do Programa Escola Aberta. ME, 2007

Com base nestes princípios após quatro formações em Vitória-ES, com uma metodologia de trabalho seqüenciada a partir dos temas **Inclusão e Minorias Sociais; Corpo e Festivais** avançamos para o planejamento, elaboração e concretização de algumas propostas de festivais:

- Dança (Vitória e SEDU) dia 08/12/2007.
- Capoeira (Serra e SEDU) dia 24/02/2008.
- Esporte (Vila Velha) ainda sem data definida.
- Esporte (Vitória) ainda sem data definida.
- Esporte (Cariacica) em novembro.

A organização começou durante a formação com os primeiros *traçados* construídos a partir do entendimento da ação **exclusiva e discriminatória** dos modelos já tradicionais de Campeonatos e/ou Torneios, avançando para ações que integram várias escolas participantes do PEA em uma mesma região entendendo que a construção coletiva possibilita as trocas e unifica em torno do objetivo comum que passa também pela democratização da escola, tendo um caráter cooperativo, participativo, inclusivo e não seletivo.

De forma geral os Festivais foram montados obedecendo alguns critérios básicos como:

- Envolver outras atividades: dança, música, capoeira etc.
- Adequação à realidade da comunidade,
- Apresentação de filmes e documentários voltados para os temas trabalhados,
- Envolvimento do maior número possível de pessoas nas fases de idealização, produção e de realização, dividindo tarefas a partir de interesses individuais e grupais,
- Apresentações culturais das escolas abordando temas relacionados à capoeira, danças, músicas, dramatizações, cordel, maculele, samba de roda, puxada de rede etc.,
- Confraternização e entrega de diplomas, medalhas ou certificados para todos.

Festival de Esporte:

- Equipes mistas,
- Garantir que todos joguem o mesmo número de vezes e uma quantidade igual de tempo,
- Privilegiar o jogo **com** o outro e não **contra** o outro,
- Propor modalidades esportivas não tradicionais.

Festival de Dança:

- Valorização de diferentes modalidades de dança,
- Integração de diferentes linguagens artísticas e de propostas cênicas experimentais.

Festival de Capoeira:

- Grandes rodas de capoeira com a participação de escolas diferentes, com dois ou mais oficinairos controlando o tempo de jogo entre os participantes,
- Oficinas de construção de berimbau, orquestra de berimbaus, movimentos de capoeira angola e regional com a participação de mestres de capoeira.

Dessa forma acreditamos que os primeiros passos foram dados, mesmo porque de acordo com a sua coordenadora em nível nacional o PEA está em construção cabendo todas as experiências responsáveis e exitosas próprias ou incorporadas de outras ações governamentais que venham somar.

Por fim, não pretendemos aqui esgotar ou pontuar como única e verdadeira nossa visão sobre esse segundo momento do PEA, mas, apresentar dados concretos que necessitam de um outro olhar no sentido de aprimorar os instrumentos utilizados dentro do Programa.

Fontes

1. BRACHT, Valter. Educação física no 1º grau: conhecimento e especificidade. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, 1996.

2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. In: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> acessada em 20/11/2006.
3. FREIRE, P., PEDAGOGIA DA AUTONOMIA. *Saberes necessários à prática educativa*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
4. LEI 9615/98. In: http://www.risolidaria.org.br/vivalei/outrasleis/lei_pele961598.jsp acessada em 20/11/2006.
5. ME/FNDE, RESOLUÇÃO/CD/FNDE/N.º 052, DE 25 DE OUTUBRO DE 2004. Acessado em 19 de outubro de 2007. ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2004/res052_25102004.pdf
6. MELO, Vitor Andrade de & DRUMOND, Edmundo. *Introdução aos estudos do lazer*. Rio de Janeiro: 2003.
7. ROCHA JUNIOR, C. P. da & PINTO JUNIOR, F. D. *Lazer e cidadania: uma relação vista a partir do Programa Escola Aberta*. Bahia, 2007 p. 1

35. A FORMAÇÃO DOS AGENTES DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA NA EM SALVADOR / BAHIA.

Edson Farret da Costa Júnior^{99}*

RESUMO: O Programa Escola Aberta fomenta o direito ao lazer em suas oficinas de caráter cultural, esportivo e artístico, estimulando as comunidades a repensarem nas suas práticas culturais e a utilização de seu tempo disponível. O programa possibilita o exercício do que Marcellino (2002) cunhou de “duplo aspecto educativo do lazer”, ou melhor, é possível nos educar pelo e para o lazer. Neste sentido, qualificar essas práticas pedagógicas e elevar o nível de reflexão sobre as temáticas que alicerçam o PEA tornou-se uma tarefa primordial nas formações dos Consultores de Esporte e Lazer. O objetivo deste estudo é apresentar o levantamento de dados das formações do PEA na Bahia. Pelos resultados obtidos certificamos que os que as formações do PEA vem esclarecendo os conceitos propostos por ela em relação ao Esporte no âmbito do Lazer, devendo o esporte ser direcionado no sentido recreativo. Não havendo dúvida de que num Programa dessa amplitude, uma Formação continuada sempre se faz necessária.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; lazer; programa social.

⁹⁹ Monitor do Núcleo de Atividade Física, Esporte e Lazer – NAFEL/PROEX.
Contatos: edsonfarret@bol.com.br

36. A ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA NA ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS NO CAMPO PREVENTIVO JUNTO AO PROJETO SAÚDE, BOMBEIROS E SOCIEDADE

José Ribamar Cunha Rodrigues – MAJOR BM

RESUMO: Este trabalho destina expor a estratégia administrativa adotada na atual gestão do Corpo de Bombeiros junto ao Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade³⁸ que trabalha através da atividade física, com geriatras que objetiva a melhora da qualidade de vida, a re-socialização e a prevenção de acidentes domésticos. Apontaremos as vantagens do Programa tanto para o ente público como para a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: terceira idade, atividade física e estratégia administrativa.

1. Introdução

Em termos gerais, este estudo tem como objetivo identificar o tipo de Administração Estratégica que o Corpo de Bombeiros vem exercendo nos últimos anos, a partir do pensamento de alguns autores, bem como a tentativa de associá-la a conceitos modernos como empreendedorismo e gestão participativa, no sentido de contribuir, de alguma forma, para a aferição das vantagens do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade por parte dos futuros dirigentes da Corporação.

Devido a atual conjuntura econômica, tecnológica e estrutural pela qual passa o mundo globalizado, as organizações não devem oferecer resistências às mudanças, devendo juntar-se a elas para a sua própria sobrevivência. Assim, concordamos com a afirmação de Gilman¹ (*Apud* HSM Management, 2004, p. 82-85) de que “aquelas (organizações) que não aderirem às mudanças, não

aproveitarem as ameaças e transformá-las em oportunidades estarão, com toda certeza, fadadas ao fracasso.”

No universo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, escolhemos como referência o Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade localizado na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, coordenado pela 1ª SB/2º GB (1ª Seção de Bombeiros do 2º Grupamento de Bombeiros). Por meio de visitas ao local das atividades físicas, produzimos estatísticas e entrevistas com especialistas que trabalham naquela cidade, como o sociólogo Paulo Roberto Arruda e o gerontólogo Everardo Freire. Desta maneira seguiremos uma linha de raciocínio lógica através de capítulos e subcapítulos onde abordaremos desde a visão da Administração Estratégica em que ressaltará a relevância da proatividade no seio das organizações até o impacto social do Projeto.

Faremos ainda um *link* com a idéia de empreendedorismo, onde demonstraremos que uma organização empreendedora deve afastar-se da organização formal, da estrutura rígida, do administrador clássico. Com isso, empregando o conceito de empreendedorismo ao ramo de Prestação de serviços, onde realmente o Corpo de Bombeiros atua, fizemos uma abordagem teórica sob os olhares de Karl Albrecht (1984). Este autor criou o triângulo do serviço como forma de representar os três principais elementos para alcançar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos.

Através de estatísticas atualizadas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) abordaremos ainda o crescimento da população idosa no Brasil e demonstraremos os motivos pelos quais a sociedade deve rever os seus conceitos de inter-relação para com as pessoas de terceira idade.

Por fim, os resultados advindos deste objeto de estudo serão levantados tanto para o grupo social aqui estudado como para a Corporação enquanto órgão público voltado para atendimento imediato das necessidades da comunidade alencarina.

2. Uma Visão da Administração Estratégica

No Brasil é freqüente o administrador negligenciar quanto às questões de planejamento. Nossa história, até mesmo a recente, está repleta de exemplos. O homem solução, o salvador-da-pátria e heróis correlatos pertencem ao senso comum de tal forma já enraizado, que praticamente cada brasileiro espera ao dobrar uma esquina que os “mágicos poderes” sejam materializados em corpo humano e todos os seus problemas sejam solucionados!

Quase sempre, o fracasso de algum tipo de atividade ou projeto de uma organização, como o Corpo de Bombeiros, é creditado de forma predatória à falta de recursos financeiros. Na verdade, esta precisa de administradores mais proativos e de visão holística. A cultura do dinheiro está tão enraizada em nosso dia-a-dia que sem ele nos amarramos a uma justificativa, no mínimo, imoral, pois vários projetos bem intencionados foram criados com a disponibilidade de recursos e estes foram condenados ao fracasso por falta de uma administração estratégica. De acordo com Motta (1995, p. 15)

O ato de pensar e refletir antes que os fatos aconteçam deve ser incorporado às atitudes do gestor contemporâneo.[...] A complexidade da função requer extremo preparo para enfrentar riscos e desafios, ora minimizando efeitos desastrosos, ora maximizando resultados, produto das mais variadas demandas que cercam esse administrador. A gama de alternativas, para vencer tais obstáculos, exige criatividade ao tomar decisões e cuidados em evitar o pensamento excessivamente técnico, cartesiano, de origem nos tempos em que pensar era confortavelmente possível.[...] A Sociedade de hoje requer, portanto, uma nova postura dos gestores públicos.

Estratégia pressupõe conhecer o campo de atuação da Organização. Administração estratégica leva isso em conta. Um dos aspectos mais importantes no processo estratégico é a escolha da estratégia; normalmente, a que representa a melhor interação entre a organização e o ambiente a ser aplicada.

As primeiras atividades de planejamento estratégico no Brasil começaram em empresas e órgãos públicos nos anos 60, tendo como pano de fundo a duração do mandato dos governantes. O sentido estava na necessidade de ampliar a abrangência do tradicional planejamento, pois os costumeiros planos operacionais praticados até então contemplavam curtíssimos prazos, com a finalidade de responder às necessidades de caixa.

Fora do Brasil, a preocupação principalmente das indústrias consistia em administrar os recursos de modo que a sua renovação não provocasse falência ou colapso do sistema econômico.

Desta forma, no atual ambiente competitivo, independente de ser um Órgão Público ou Privado, tem seus atributos junto à Sociedade, e deve se antecipar às necessidades e oportunidades, cabendo à instituição tomar a iniciativa.

A transformação da atitude e da capacidade estratégica é bastante complexa, exige uma coerência mútua entre fatores culturais, razão pela qual acreditamos haver uma certa dificuldade na implementação dos projetos e estratégias de prestação de serviços, posto que nem sempre a cultura organizacional interna de qualquer instituição está aberta às mudanças.

2.1 A Estratégia Adotada Pelo Corpo de Bombeiros

Após vasta consulta sobre o assunto acreditamos que o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, através do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade, destinado às pessoas idosas, adota a Estratégia de Diferenciação defendida por SERRA (2003) como forma de dispor serviços com características específicas para alcançar os resultados esperados. Um dos resultados alcançados está legalmente descrito no ESTATUTO DO IDOSO (Artigo 3º da Lei 10.741 de 2003) que diz IN VERBIS:

“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do **Poder Público** assegurar ao **idoso**, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à **saúde**, à alimentação, à edu-

cação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à **cidadania**, à liberdade, à **dignidade**, ao **respeito** e à **convivência** familiar e **comunitária**". (grifos nossos)

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, como um órgão do poder público, vem exercendo o seu papel consciente e constitucionalmente de maneira estratégica, diversificando os seus serviços e obtendo resultados positivos. Estes são oriundos da redução no atendimento de emergência às pessoas que pertencem ao grupo social aqui abordado; diminuição no estresse dos bombeiros (paramédicos) por contarem com menos ocorrências e, por conseqüência, um aumento da vida útil das ambulâncias e redução nos gastos com combustível por contar com um menor número de saídas. Mesmo não sendo grande o número de ocorrências envolvendo geriatras, é bom enfatizar que qualquer vantagem administrativa obtida será de extrema importância.

Outro beneficiado é a rede pública de saúde que conta com o "desafogamento" da demanda através da diminuição de atendimento com pessoas idosas que apresentam patologias comuns a este grupo social, como a hipertensão, depressão, quedas da própria altura, Acidente Córdio-Vascular, reumatismo etc...

De acordo com o site especializado em medicina de idoso as atividades junto às pessoas de terceira idade estão no âmbito biopsicossocial: Bio (biológico) – O exercício influi em aspectos funcionais (internos) e visa o aumento da força, da flexibilidade, do equilíbrio e da função córdio-vascular; Psico (psicológicos) – O trabalho físico aumenta a disposição, melhora a auto-imagem, a auto-estima e a sensação de bem-estar; Social – A reinserção do indivíduo no grupo social e a ampliação das relações sociais são benefícios da prática desportiva.

Então, conforme o sociólogo Paulo Roberto, os parentes e amigos que convivem diariamente com os geriatras também ganham com este tipo de atividade preventiva prestada pelo

CBMCE por contarem com idosos mais alegres e de bem com a vida. Não obstante todos estes resultados têm ainda os idosos que são os principais beneficiados. A auto-estima dos participantes desse Projeto melhora o convívio com familiares e amigos por tratar-se de um sentimento bastante enfatizado em todos os encontros. Além da relação interpessoal os idosos deste Projeto adquirem autoconfiança para as suas atividades diárias através do condicionamento físico dando-lhes independência e autonomia.

A aplicabilidade da Estratégia de Diferenciação, como prega SERRA (2003), só é possível para aquela Instituição que detém uma grande confiabilidade da sociedade. Assim a implantação do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade foi facilitada por o Corpo de Bombeiros ser detentor de um alto índice (tabela abaixo) de confiabilidade junto à população. O resultado disso é um ambiente de conforto e tranquilidade para o Administrador montar a sua estratégia de ação sem pressões externas. Porém, diz Serra (2003), conseguir um bom fator de diferenciação não garante o sucesso de um empreendimento; sustentar essa vantagem perante os cidadãos é tão importante quanto consegui-la. Manter a diferenciação depende se a Instituição aplica a seus serviços atributos inovadores e que sejam desejados pelos usuários.

Para conseguir resultados esperados e de longo prazo a Estratégia de Diferenciação exige que a Corporação seja sólida em uma ou mais das características a seguir:

- Produtos ou serviços inovadores;
- Superioridade técnica;
- Qualidade e confiabilidade;
- Atendimento amplo e eficaz ao usuário.

Porém, Serra (2003, p. 102) diz que a “[...] Estratégia de Diferenciação também tem seus obstáculos. Uma Instituição pode ser malsucedida em sua tentativa de diferenciar-se em características dificilmente percebidas pelos usuários de seus serviços,

diferenciar-se em excesso, diferenciar-se erradamente por não perceber corretamente o desejo dos usuários[...]”.

O processo de implementação e execução da Estratégia de Diferenciação é orientado para a ação e envolve a gestão de pessoas, o desenvolvimento de competências e capacidades, orçamentação, motivação, construção de cultura e liderança. Há uma gama tão grande quanto variada de tarefas a cumprir, como a “construção” de uma Organização capaz de alcançar os objetivos estratégicos, as parcerias para aquisição de recursos, o estabelecimento de políticas e de uma cultura que suportem a estratégia, a motivação de pessoas para que persigam metas, o reconhecimento por resultados obtidos, a disponibilidade e a funcionalidade dos sistemas de informação, de comunicação, o aprimoramento dos sistemas e recursos operacionais, a instituição das chamadas *melhores* práticas e os programas de melhoramento contínuo. Além de tudo, é preciso que a alta administração da Instituição empenhe-se profundamente, exercendo a liderança necessária para manter todo esse processo complexo.

3. A Importância da Prestação de Serviços

Os brasileiros, de um modo geral, não têm cultura de mudança, nem de qualidade, basicamente por deficiências de educação, instabilidade econômica, e falta de oportunidades. A persistir esse clima torna-se inviável falar-se em qualidade de vida na terceira idade.

A atitude do Administrador público contemporâneo vem evoluindo nos últimos anos, principalmente no que tange a aproximar-se do cidadão.

Para uma Organização que presta serviços diretamente à comunidade sobreviva, é de vital importância que ela registre a percepção pelos usuários do serviço, como é o caso da qualidade subjetiva. Essa qualidade subjetiva deve ser entendida como a que é ofertada diretamente pelo provedor do serviço e pode ser

representada pela atitude, comprometimento, flexibilidade e fundamentalmente atenção que esse provedor pode passar para o cidadão, que a perceberá pela atmosfera, solução de atendimentos e cumprimento de compromissos.

Albrecht (1984) havia idealizado o triângulo do serviço como uma forma prática de desenhar a operação dos serviços. A meta de qualidade na prestação de serviço é alcançada toda vez que há: uma estratégia de serviço, profissionais de linha de frente orientada para o cidadão e, principalmente, os sistemas voltados efetivamente para o cidadão. Comprovadamente o Corpo de Bombeiros possui todas essas três características em boa quantidade e como consequência acarreta em uma excelente prestação de serviço junto à comunidade cearense. Inversamente não conseguimos pensar numa única Organização que seja deficiente de qualquer uma dessas características, e ainda esteja entre as melhores.

4. A Terceira Idade em Foco

Do ponto de vista demográfico, segundo Censo do IBGE do ano de 2000 (citado por CARVALHO e ANDRADE, 2000, p. 82), no plano individual envelhecer significa aumentar o número de anos vividos. Paralelamente à evolução cronológica, coexistem fenômenos e natureza biopsíquica e social, importantes para a percepção da idade e do envelhecimento. São considerados idosos aqueles que alcançam 60 anos de idade. É difícil caracterizar uma pessoa como idosa utilizando como único critério a idade. Além disso, nesse segmento conhecido como terceira idade estão incluídos indivíduos diferenciados entre si, tanto do ponto de vista socioeconômico como demográfico e epidemiológico. "Analisando os indicadores sociais deste grupo populacional, os diferenciais por sexo, educação e renda costumam ser bastante expressivos." (IBGE, *apud* PARAHYBA, 1998).

Mesmo reconhecendo que a idade não é o único parâmetro para definir o processo socioeconômico do envelhecimento, a fim

de facilitar a análise dos dados e a construção dos indicadores selecionados, o presente trabalho adotou como critério de classificação do idoso, as pessoas com 60 anos ou mais de idade.

O IBGE (*apud* ANDREWS, 2000, p. 247) acrescenta ainda que “o crescimento da população de idosos, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial e está ocorrendo a um nível sem precedentes. Em 1950, eram cerca de 204 milhões de idosos no mundo e, já em 1998, quase cinco décadas depois, este contingente alcançava 579 milhões de pessoas, um crescimento de quase 8 milhões de pessoas idosas por ano. as projeções indicam que, em 2050, a população idosa será de 1.900 milhões de pessoas, montante equivalente à população infantil de 0 a 14 anos de idade.”

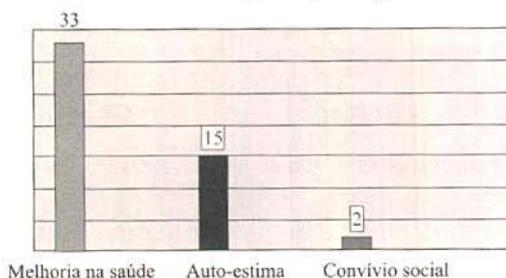
Outros aspectos importantes para explicar este fenômeno, na visão de Andrews (2000, p. 248) são os seguintes:

- Desde 1950, a esperança de vida ao nascer em todo o mundo aumentou 19 anos;
- Hoje em dia, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais; para 2050, estima-se que a relação será de um para cinco para o mundo em seu conjunto, e de um para três para o mundo desenvolvido;
- Segundo as projeções, o número de centenários aumentará 15 vezes, de aproximadamente 145.000 pessoas em 1999 para 2,2 milhões em 2050;
- Entre 1999 e 2050 o coeficiente entre a população ativa e inativa, isto é, o número de pessoas entre 15 e 64 anos de idade por cada pessoa de 65 ou mais – diminuirá em menos da metade nas regiões desenvolvidas, e em uma fração ainda menor nas menos desenvolvidas.

Segundo o Censo de 2000, a população de 60 anos ou mais de idade, no Brasil, era de 14.536.029 de pessoas, contra 10.722.705 em 1991. O peso relativo da população idosa no início da década representava 7,3%, enquanto, em 2000, essa proporção atingia 8,6%. Neste período, por conseguinte, o número de idosos aumentou em quase 4 milhões de pessoas, fruto do

crescimento vegetativo e do aumento gradual da esperança média de vida. Trata-se, certamente, de um conjunto bastante elevado de pessoas, com tendência de crescimento nos próximos anos. (Gráfico 1).

Gráfico 3 - Principais vantagens trazidas pelo Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade para o participante



Fonte: Aplicação de questionário a 50 participantes do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade no Núcleo da Cidade de Maracanã sob a Coordenação da 1ª SB/2ºGB

5. Os Resultados do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade

Por meio de uma pesquisa empírica detectamos que os principais problemas dos idosos são: exclusão social, baixa auto-estima, falta de perspectiva, ócio, estado limítrofe (vida e morte) e processo de degeneração genética psicológica e física; logo, para o Corpo de Bombeiros desenvolver um projeto social, como o Saúde, Bombeiros e Sociedade, de maneira responsável com qualidade administrativa e funcional, visando atender as carências do grupo social aqui em estudo, requereu um baixo custo. Para a Corporação bastava a disponibilidade de espaço físico e profissional qualificado. Isto não foi problema, pois o Corpo de Bombeiros está localizado em vários pontos da Região Metropolitana com suas Unidades Operacionais e possui dentro da estrutura do ensino militar vários bombeiros com Cursos de Especialização em Educação Física.

Gráfico 2 - População residente de 60 anos ou mais de idade por grupos de idade - Brassil - 1991/2000



Fonte: Censo demográfico 1991: Rio de Janeiro: IBGE, Censo demográfico 2000.

Através de uma análise de 50 (cinquenta) entrevistas controladas e aleatórias, que envolveram visita aos idosos em sua atividade física diária oferecida pelo Corpo de Bombeiros no Núcleo da Cidade de Maracanaú e avaliação da satisfação dos participantes e monitores deste Projeto, foi comprovado estatisticamente que a melhora na saúde dos participantes deste Projeto trata-se de uma constatação evidente juntamente com a melhora da auto-estima dos participantes. (gráfico n^o2).

Já em relação à Corporação a vantagem fica por conta de uma política pública envolvendo a Gestão Participativa junto à Comunidade cearense, fazendo com que os 100% (cem por cento) destes participantes entrevistados viessem a aprovar este tipo de estratégia do Corpo de Bombeiros em que visa o desenvolvimento de Projetos sociais. Além dessa aprovação, este tipo de política pública faz com que o cidadão sintam-se mais valorizado e passe a divulgar para pessoas próximas de sua convivência diária as ações governamentais neste campo social junto aos geriatras por intermédio do Corpo de Bombeiros.

Ainda fundamentado na pesquisa diagnóstica detectamos que as atividades físicas coletivas desenvolveram entre os participantes, através da socialização, vários outros benefícios que

eles mesmos descrevem como sendo o aumento das amizades, o que lhes proporciona o fim da solidão e o aumento da autoconfiança.

Em entrevista exclusiva, o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros – Coronel BM José Ananias Duarte Frota¹¹ – ratifica a informação acima dizendo: “[...] nós temos dados hoje de que algumas senhoras que participam do Projeto deixaram de tomar alguns medicamentos ou reduziram os medicamentos[...]”. O Comandante Duarte Frota ainda ressalta a importância do Projeto por facilitar a organização de grupos com o objetivo de trazer de volta o “velho” pic-nic, uma oportunidade para uma maior integração dos geriatras através do bate-papo, e incentivar o voluntariado como coleta de leite materno junto às jovens senhoras, doação de sangue e divulgação dos conceitos de prevenção de sinistros.

6. Considerações Finais

O Corpo de Bombeiros, como Órgão Público de Prestação de Serviços à comunidade, não foge à sua atividade fim como: combate a incêndios, resgate, salvamento e defesa civil. Ele simplesmente trabalha uma Gestão Participativa que visa a ampliação de seus serviços e busca da eficácia destes junto ao seu cliente: a sociedade. O que reforça a idéia da existência de uma simbiose muito grande da Corporação, através do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade, com a comunidade cearense. A Própria Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu Capítulo VII – Da família, da criança, do adolescente e do idoso, Artigo nº 230 nos garante que: IN VERBIS

“A família, a sociedade e o **Estado** têm o **dever** de amparar as **pessoas idosas**, assegurando sua **participação na comunidade**, **defendendo sua dignidade** e **bem estar** e garantindo-lhes o direito a vida.” (Grifo nosso).

Seguindo a linha da Administração Moderna já citada anteriormente por Serra (2003) no aspecto da flexibilidade organizacional, a atual Administração do Corpo de Bombeiros, através da mobilização de uma grande parcela da sociedade, da grande quantidade de projetos sociais abraçados e das estatísticas aqui apresentadas, podemos afirmar que esta Instituição mostra-se um exemplo de Corporação pública empreendedora, afastando-se daquela Organização formal, rigidamente estruturada, e do administrador clássico. O novo administrador da "era do conhecimento" é empreendedor de sua própria ação, atento às oportunidades e consciente dos riscos que deve assumir.

Com o Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade o CBMCE conseguiu reverter um quadro de ameaça iminente, como enfraquecimento operacional devido à escassez de recursos financeiros, provocado por fatores externos e com isso, estaria fadada ao esquecimento, e o transformou em uma oportunidade fazendo com que a Corporação continuasse em evidência positiva junto à sociedade cearense.

Fontes

1. ALBRECHT, Karl. *Revolução nos serviços*. São Paulo: Pioneira, 1992.
2. ANSOFF, H. Igor; McDONNELL, Edward. *Implantando a administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 1993.
3. BERNARDI, Luiz Antônio. *Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas*. São Paulo: Atlas S.A., 2003. ISBN 85-224-3338-0
4. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
5. BRASIL, Estatuto do idoso (2003). Lei 10.741 Artigo 3º. Brasília: Senado, 2003
6. Da ameaça à oportunidade. *Revista Hsm Management*, Rio de Janeiro, n. 45, a. 8, v. 4.. p. 82-85. Julho-Agosto 2004. ISSN 1415-8868.

7. JACOB FILHO, Wilson. *Promoção da saúde do Idoso*. Rio de Janeiro: 1998
8. LORDA, C. Raul. *Recreação na terceira idade*. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.
9. MEIRELLES, Morgana E. A. *Atividade física na terceira idade*. Rio de Janeiro: Sprint, 1997
10. MOTTA, Paulo Roberto. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
11. O que diz o grande mestre. *Revista Hsm Management*. Rio de Janeiro. Número 45. Ano 8. Vol. 4.. p. 19-28. Julho-Agosto 2004. ISSN 1415-8868.
12. PERFIL dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000/IBGE. *Estudos e pesquisas*. Rio de Janeiro. Série 005/009. p. 09-30. 2002. ISSN 1516-3296.
13. PROJETO estimula prática de esporte na terceira idade. Diário do Nordeste online. Fortaleza, 15 out 2004. disponível em <<http://diariodonordeste.com.br>>. Acesso em 15 out. 2004: 10:15.
14. QUALIDADE de vida do idoso. *Revista Fitness & Performance*. n.13. v. Mai-Jun, 2002.
15. ROBERTO, Paulo. *Entrevista* concedida pelo sociólogo do Centro de Assistência ao deficiente – CAD/Maracanaú. Fortaleza, 27 dez. 2004.
16. SERRA, Fernando; TORRES, Maria Cândida S.; TORRES, Alexandre Pavan. *Administração estratégica*. Rio de Janeiro. Reichmann & Affonso Editores, 2003.
17. WEBER, Max; *Economy and Society: An Outline of Interpretative Sociology* Nova Iorque, Bedminster Press, 1968; publ. orig. 1925, p. 241-254;

37. A ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA NA ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS NO CAMPO PREVENTIVO JUNTO AO PROJETO SAÚDE, BOMBEIROS E SOCIEDADE: OUTRAS EXPERIÊNCIAS

José Ribamar Cunha Rodrigues - MAJOR BM

RESUMO: Mediante o lócus deixado, ou pouco explorado, pelo poder público no que tange a uma ação governamental voltada especialmente para atender às necessidades dos geriatras o Corpo de Bombeiros Militar do Ceará desenvolveu o Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade que tem por finalidade estimular a parceria entre a Corporação e a comunidade através de atividades físicas de baixo impacto voltadas para a terceira idade, trabalhando também as emoções e motivações, de forma a resgatar a auto-estima, auto-imagem e autoconceito de cada um, visando a melhoria da qualidade de vida dos geriatras. Desta forma desejamos expôs de cinco a dez pôsteres no evento para divulgar a importância de nosso Programa no Estado do Ceará com mais de 50.000 participantes..

PALAVRAS-CHAVE: terceira idade, atividade física e estratégia administrativa.

Cleonice Maciel Perez¹

Ângela Mendonça de Souza¹

Sueli Cano de Oliveira¹

RESUMO: A prática do exercício físico orientado caracteriza-se por propósitos sociabilizadores, ampliando, incentivando e ajudando na interação. O desgaste físico e mental na sociedade moderna exige do indivíduo a prática de atividades de lazer e esporte para que as tensões do dia-a-dia sejam aliviadas. A preocupação com a prevenção nos fez criar um Projeto que visa à orientação de atividades físicas como caminhada, ginástica, alongamento, orientação nutricional e psicológica. Através de uma equipe multidisciplinar, proporcionamos melhoria e manutenção da saúde. Os exercícios são orientados e programados pelo educador físico e assistido pela equipe de saúde do respectivo Programa de Saúde da Família. Este Projeto oferece alternativas de melhoria de saúde da população de baixa renda de Campo Grande, possibilitando a melhoria na qualidade de vida. A população atendida, inicialmente, encontra-se por grupos de faixa etária acima de 50 anos de idade em tratamento e/ou acompanhamento pelo PSF.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício físico, prevenção, qualidade de vida.

¹ Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia- Coordenadora do Núcleo de Atividade Física, Esporte e Lazer- NAFEL/ PROEX

39 - O ENVELHECER DE BEM COM A VIDA: BRINCANDO, CANTANDO E CONTANDO HISTÓRIA

Manuela Barreto Araújo Gomes¹

Jacemile da Silva Pereira²

Isa Gomes da Silva²

Marcus de Almeida Gomes³

RESUMO: O envelhecimento é um processo complexo que resulta em mútua dependência dos aspectos biológicos, psico e sociocultural que interage o ser humano de forma global. O bem estar do idoso não pode ser considerado simplesmente como um estado físico, e sim um processo de mudança e desenvolvimento. Este projeto teve como objetivo o resgate cultural despertando a criatividade e reflexão sobre o envelhecimento na sociedade, bem como motivar os participantes à adotar um estilo de vida saudável. O Envelhecer de bem com a Vida foi realizado em três dias consecutivos, através de quatro oficinas pedagógicas: Construindo um Arraial, Jogos e Atividades Lúdicas, Expressão Corporal e Memória- Contando História e palestras educativas com as temáticas: Estatuto do Idoso e Envelhecimento Saudável. Implanta-se através desta intervenção uma ação multidisciplinar. Percebe-se que através desta ação a auto-estima despertada nos idosos e resgate da sua cidadania foi fator primordial que fora alcançado.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento, Resgate Cultural, Auto-estima.

¹ Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia- Coordenadora do Núcleo de Atividade Física, Esporte e Lazer- NAFEL/ PROEX

² Monitora do Núcleo de Atividade Física, Esporte e Lazer- NAFEL/PROEX

³ Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia- Coordenador da Linha de Estudo, Pesquisa e Extensão em Atividade Física-LEPEAF/Campus XII. nafel@listas.uneb.br/nafel_uneb@hotmail.com

AVALIAÇÃO DA SEGUNDA REUNIÃO NACIONAL DE GESTORES E AGENTES DO PELC:

FALA DOS PARTICIPANTES

Comissão de Avaliação do Evento

A 2ª Reunião Nacional de Gestores e Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) teve como objetivo geral contribuir com a ampliação e o aperfeiçoamento das políticas intersetoriais do Ministério do Esporte implementadas localmente pelo PELC, buscando parcerias com outras ações governamentais.

Para alcançá-lo, assumiu como objetivos específicos, desenvolver atividades que possam contribuir com a:

1. consolidação do lazer como um dos eixos intersetoriais da Política Nacional de Esporte;
2. discussão sobre a intersetorialidade como um dos princípios do PELC;
3. socialização de experiências do Programa;
4. promoção trocas de experiências entre as entidades conveniadas e outros parceiros do PELC;
5. estreitamento e sensibilização de parcerias entre o PELC e outros Programas Governamentais;
6. construção de estratégias de intersetorialidade em políticas públicas com o esporte e o lazer.

Esses objetivos orientaram a realização de atividades compartilhadas a começar pelo planejamento do Evento, que integrou os Departamentos e Gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer em ação integrada necessária ao sucesso da realização do projeto desse Encontro.

O público alvo do evento integrou também o planejamento das atividades a serem realizadas, por meio do diagnóstico realizado na inscrição dos participantes. Pesquisa que foi sistematizada e encaminhada aos palestrantes do evento, tendo em vista iniciar o diálogo sobre a interdisciplinaridade a partir da realidade vivida pelos gestores e agentes presentes na 2ª Reunião Nacional.

Foi fundamental o diálogo estabelecido com parceiros convidados sobre a diversidade de realidades vividas no PELC, assim como experiências, conhecimentos e reflexões iniciais dos seus gestores e agentes presentes neste evento.

Esperávamos que pudessem ser estreitar o diálogo com os parceiros, ampliando o conhecimento de ações já fossem ou pudessem ser integradas com o PELC, o que foi observado pelo uso das informações sistematizadas pela pesquisa diagnóstica não só como fundamento das reflexões de vários palestrantes como na Oficina ministrada neste Encontro sobre “Gestão do Conhecimento”.

Os objetivos do evento orientaram, ainda, a complementariedade das atividades realizadas, tendo em vista buscar a reflexão sobre a transversalidade do lazer em políticas intersetoriais. Como, para alguns participantes, essa discussão poderia ter uma articulação mais clara, a Comissão de Avaliação do Evento sugeriu que o presente livro, registro desta experiência, pudesse ampliar dados sobre o lazer e intersetorialidade, de modo a contribuir com maior fundamentação para futuras discussões entre os participantes do PELC e outros programas e setores parceiros.

Esse registro em livro articula, pois, fundamentos sobre o lazer, intersetorialidade e o PELC com reflexões realizadas nas conferências (abertura e encerramento) e mesas-redondas; no encontro de formadores do PELC, nos relatos de experiências e nas oficinas desenvolvidas com os temas: Estabelecimento de

Parcerias (CONANDA e Lei do Incentivo ao Esporte); Gestão Administrativa do PELC - Prestação de Contas; Sistema de Gerenciamento do PELC; Qualificação Pedagógica para Ações Intersetoriais; Gestão do Conhecimento de Programas e Ações de Esporte e Lazer; Elaboração de Projeto Intersetorial - Programa MAIS EDUCAÇÃO; Intersetorialidade e Diversidade Cultural.

As comunicações dos palestrantes, gestores e agentes destacam suas experiências acumuladas no PELC e em outros Programas Sociais, abrindo espaços importantes para reflexões de possibilidades de interações entre eles.

A avaliação das atividades desenvolvidas pelos participantes do evento, encaminhadas após cada ação e computadas considerando % dos respondentes, consideraram:

CERIMÔNIA E CONFERÊNCIA DE ABERTURA – 72			
ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
30%	40%	3%	27%

JUSTIFICATIVAS

EXCELENTE: A presença do Ministro do Esporte e da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer deu credibilidade ao evento, fomos recebidos com muita atenção; o atraso não prejudicou o andamento do evento; todos os membros da mesa de abertura demonstraram interesse no trabalho em conjunto dos vários setores; a integração entre convidados do programa mostra que, com boa vontade de nossas autoridades, haverá a integração de todos; o evento foi muito organizado principalmente pelo cuidado com o cumprimento dos horários, local ótimo para realização do evento e principalmente para a abertura. A palestrante foi excelente, apesar de discordar dela quanto as relações entre esporte social e o rendimento; ela foi

rápida, objetiva e animada; tem conhecimento e linguagem acessível, clareza nas exposições, atendendo nossas expectativas; sua fala foi bem organizada e conduzida, exemplificando e esclarecendo pontos importantes. Apresentação cultural foi excelente, atendeu a todas expectativas; o grupo é fantástico.

BOM: Momento importante da participação das várias instâncias governamentais, mostrando seu compromisso com os problemas sociais. Abertura muito boa, embora a palestrante não tenha respondido a última pergunta escrita que chegou à mesa. Bom porque só conseguiremos resolver os problemas de exclusão social se fortalecermos os vínculos familiares através das políticas de integração dos setores tanto governamental como não governamental; é fundamental que o lazer seja visto como política social, estabelecendo diálogo como áreas com histórico de pesquisa e intervenção social, como é o caso do serviço social; na abertura o tema lazer foi pouco mencionado; a fala da convidada contemplou bem o conceito de intersetorialidade; faltou abordar como realizar intersetorialidade; palestra foi um incentivo para continuar no programa; a palestrante esclareceu e abordou um tema que precisa ser muito discutido, gostei muito da fala da palestrante, proporcionou um visão geral de como o PELC pode articular com diversos setores; palestra excelente para tratar de um tema difícil, foi esclarecedora no sentido político da relação do lazer com as ações sociais; oportunidade de termos mais conhecimentos e conhecer as pessoas do programa e que se interessam por eles; faltou tempo para todas as respostas. Achei dinâmica a abertura, mas o atraso inicial prejudicou um pouco; o atraso implicou na redução de tempo para os debates com um tema rico. A apresentação cultural foi fantástica, nunca tinha visto tanta criatividade junta na apresentação cultural, só assisti a apresentação cultural que foi super criativa, somente o atraso para a cerimônia de abertura não foi legal.

REGULAR: Palestra de abertura não deixou claras as linhas de trabalho futuro; achei confusa.

RUIM: Infelizmente não assistir por ter chegado atrasado.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO: LAZER NA INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOVOS OLHARES

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
80%	20%	-	-

EXCELENTE: Foi ótima, prazerosa, criativa e sensível; palestrante clara, precisa, vibrante e com exemplos concretos.

MESAS REDONDAS

MESA REDONDA 1 – PANORAMAS PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS – 88

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
50%	40%	9%	1%

MESA REDONDA 2 – ESTRATEGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS: PERSPECTIVAS DE PARCERIAS COM O LAZER 1

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
30%	50%	18%	2%

MESA REDONDA 3 – ESTRATEGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS: PERSPECTIVAS DE PARCERIAS COM O LAZER 2

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
30%	43%	27%	-

MESA REDONDA 4: AÇÕES INTERSETORIAIS: “algumas experiências”

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
40%	50%	10%	-

EXCELENTE: Palestrantes ótimos e interessados; temas esclarecedores e importantes; debates muito pertinentes, exploraram bem o tema, exceto o turismo; significativo tema; debate importante para formação de gestores; palestrantes com linguagem simples e competentes, superaram minhas expectativas principalmente em relação aos esclarecimentos sobre o Ministério de Educação; esclareceram dúvidas; as falas da educação e do turismo foram interessantes e objetivas; palestrantes bem fundamentados; as falas de André e Flávio foram as mais instigadoras, abriram perspectivas para realização de outras parcerias; turismo e alfabetização de adultos supriram necessidades e, mostraram interações entre os setores e a direção das políticas federais com a mesma linguagem; faltou a área da saúde, importante para colisão de políticas públicas intersetoriais; abordaram temas que precisarmos; local adequado; tempo de debate razoável; faltou maior debate; teve idéias novas; todos foram bons profissionais, mas o sociólogo foi a grande participação com objetividade na dinâmica de fala; as abordagens foram ao encontro das minhas expectativas; muito importante porque trouxe vários esforços de implementação de política pública; foi possível verificar que faltou maior dedicação de quem aplica lá no núcleo; foi importante ver o contexto onde se insere o público do PELC; interessantes as informações do programa e das ações do PRONASCI; temas muito interessantes; como mulher me senti mais valorizada; abrangeu os preconceitos à mulher e racial; falas esclarecedoras e acessíveis a todos, capacidade dos palestrantes tratar o tema, palestrantes muito comunicativos, interessante e prazerosa, local adequado; palestrantes excelentes, principalmente o Celso nas

suas colocações sobre o PRONASCI, esse programa é um exemplo de intersetorialidade que quero acreditar que vai dar certo, é um sonho da sociedade que somente um Presidente popular poderia desenvolver; como trabalho na comunidade do meu bairro vou poder ajudar as pessoas mais jovens e com a segurança do lugar; toda a mesa nos esclareceu muito, só ressaltando que o tempo não deu espaço para maior debate; foi muito esclarecedor quanto a segurança, dirigido para quem mais precisa; local adequado; palestrantes muito comunicativos, claros e objetivos; ficou muito claro o que é intersetorialidade; são temas que me interessam, que passei a gostar ainda mais, pois foi apresentado por pessoas inteligentíssimas e esclarecedoras; através dessa mesa vi que a intersetorialidade é possível e que realmente ela tem que acontecer, deveria ser o momento de maior debate dessa reunião, pena que o tempo não permitiu isso; foi muito proveitosa e dinâmica; foi muito bom ver a participação de duas secretarias do Ministério do Esporte juntas.

BOM: Muito boa, a mesa tem grande capacidade de comunicação; mostrou conhecimento de todos no assunto; para mim essa é uma conquista que deveria permanecer em todos os governos; concluiu mostrando um grande proveito dos Jogos Panamericanos e mostrou intersetorialidade; tema importante mais com pouco tempo de discussão (sugestão de mesa com dois palestrantes); falta de diálogo mais voltado para a intersetorialidade com o lazer; mostrou inter-relações entre as áreas; excelentes palestras, porém pouco tempo de exposição; a visão das políticas intersetoriais não foram muito panorâmicas; é preciso que tudo o que foi dito não fique no esquecimento, nos instigou a pensar; boa dinâmica da mesa, mas faltou questões mais práticas a serem discutidas; debate bom porque colocou o que pensamos, pena que nos alongamos muito nas perguntas e a mesa não podia dar soluções e

só respostas; Flávio poderia falar mais porque é muito bom; a temática desenvolvida por muitos representantes institucionais dificulto debate; muito boa escolha dos palestrantes, embora em muitos momentos fugiram do tema; é fácil explicar a intersetorialidade o difícil é conseguir realizá-la; o governo federal deve criar coragem para mudar a educação; debate ainda superficial porque cada setor falou de suas atividades em separado; a mesa conseguiu nortear o nível do debate com elevado grau de aprendizagem e reflexão; nem todos se atrelam ao tema, bem como a platéia fugiu ao tema; interessante e eficiente pelo que se propôs, porém devido ao tempo as abordagens ficaram na superficialidade; foram esclarecedoras, importante para compreensão e sensibilização dos agentes e coordenadores; palestrantes preparados, porém faltou experiências mais concretas de intersetorialidade; relevância dos temas para qualquer política social, principalmente a professora Dirce apontou urgência de discuti-las; sou mulher e acho que estamos conquistando sim nossos espaços, o que não devemos querer competir com os homens, nos igualar a eles; mostrou que trabalho isolado não gera resultado; as falas não foram muito claras; faltou material didático; palestrantes foram mais pragmáticos, mostraram possibilidades de interação, pena que com pouco debate; pudemos ter informações que desconhecíamos; os palestrantes expuseram muito bem seus programas, mas deixaram interrogações sobre a intersetorialidade com o PELC; muito interessante, apontou para uma ação integrada, a preocupação maior é a falta de formação dos gestores para trabalhar de modo integrado, mas esse é um momento histórico importante para desencadear esta ação; boas contribuições das informações; foi possível identificar nas oficinas, relatos de experiências e em comunicações orais as realidades de vivências comuns e diversificadas de relações vividas nos PELCs pelo Brasil.

REGULAR: O som não estava bom, apesar da excelente composição da mesa; eu não consegui chegar a tempo de assisti-la; os palestrantes falaram de suas secretarias, mas faltou práticas, chega de políticas específicas, precisamos pensar o Brasil dos brasileiros, incluindo todos de verdade; se estamos buscando interdisciplinaridade, porque tivemos de escolher só uma oficina? Tema da participação da mulher foi muito bom, mas não era novidade, pouco acrescentou; poucas foram as sugestões; informações dispensadas; apresentação não atendeu às expectativas do público; os temas abordados somente foram explanados com enfoque no futebol; nenhuma novidade; a gestão das metas foram tratadas adequadamente, visando ao lazer; a gestão étnica mostrou clara improvisação; os palestrantes abordaram com propriedade o conteúdo de suas falas, no entanto os conteúdos não foram na direção proposta como tema do evento; gostaria de saber mais, pois tudo que foi dito já é conhecido; tive a sensação que faltou algo; a representante da SEPIR foi equivocada e não atendeu ao público; a representante da SPM foi melhor pois tratou do conhecimento. Espero ver mudanças na realidade, nas histórias do passado que ainda não se apagaram das nossas memórias; os palestrantes simplesmente apresentaram seus programas; lamentavelmente os palestrantes somente apresentaram seus programas sem fazer um link com o tema lazer, foi uma pena; a intersetorialidade poderia ser abordada pela idéia de qualidade de vida; o debate foi razoável; as apresentações demonstraram ações isoladas, diferentes dos discursos colocados por todos da necessidade da intersetorialidade da política pública; os horários não foram cumpridos.

RUIM: Palestrantes não conseguiram articular sua fala com a temática proposta; tudo que foi falado eu já conheço: quero mudança; espero ver mudança na realidade. Horários ruins; não trouxe novidade ao tema; não trouxe intersetorialidade e não apresentou perspectivas de ação.

OFICINAS

OFICINA 1 – ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS: CONANDA E LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
10%	9%	45%	36%

OFICINA 2 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PELC: PRESTAÇÃO DE CONTAS

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
56%	38%	6%	-

OFICINA 3 – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PELC

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
80%	20%	-	-

OFICINA 4 – QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA PARA AÇÕES INTERSETORIAIS

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
21%	50%	29	-

OFICINA 5 – GESTÃO DO CONHECIMENTO: ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO NO PELC

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
82%	18%	-	-

OFICINA 6 - ELABORAÇÃO DE PROJETO INTERSETORIAL: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

ÓTIMA	BOA	REGULAR	INSUFICIENTE
25%	50%	25%	-

EXCELENTE: Oficineiros deixaram claros pontos mais importantes sobre o tema; esclareceu dúvidas; oficinaira foi mui-

to feliz e esclarecedora, prática e direta, clara na explicação; importância para tirar dúvidas; o tempo foi suficiente; tivemos espaço de diálogo com palestrante; tivemos muitas perguntas e muitas respostas; o tempo foi suficiente; esclareceu todas as dúvidas sobre o programa; ufa! é o programa que precisávamos para o alívio geral; oficinairos ótimos, excelente programa para sistematizar a informática; excelente programa para sistematizar informações, parabéns; a dinâmica foi proveitosa e as discussões ricas; experiências do grupo enriqueceram, interessantes experiências foram trocadas, valorizando o intercâmbio entre as políticas públicas; a oficina foi abrangente e provocadora de debates proveitosos, a oficina foi maravilhosa, pois todos participaram do debate e conseguiram construir idéias e conceitos, pudemos contribuir coletivamente; a discussão foi excelente, foi participativa e esclarecedora, foi ótima em conteúdo, forma e participação; a professora é 10, ótimas discussões, exercícios e resultados; importância do tema, postura e didática da palestrante e da participação dos ouvintes; poderia ser uma apresentação de mesa redonda, domínio do conteúdo e metodologia da dinâmica; foi ótima e no tempo estipulado; professora e participação ótima da turma com produção final de grupos; tive oportunidade de conhecer o programa.

BOM: Na minha oficina ficou uma lacuna entre a proposta da palestrante e o conhecimento dela e do público; a primeira parte foi mais ou menos a segunda muito boa; quatro horas sem intervalo foi pesado; pela possibilidade de participação na construção do conceito proposto e de aprender mais, foi muito proveitosa e participativa; faltou aprofundar o debate conceitual; as facilitadoras poderiam estar mais preparadas, pois as contribuições foram alavancadas muito mais pelos participantes; aprendemos muito com as propostas discutidas; gostei muito da palestra; o desenvolvimento dos trabalhos em grupos atendeu as expectativas; muito bom apesar de alguns desacertos ou desencontros de

pontos de vista e de concepções diferenciadas; foi uma discussão enriquecedora para entendermos como fazer parcerias em nossas cidades; esclarecedora mais desviou do assunto por causa de alguns participantes; apesar dos contratemplos e má interpretação dos participantes foi uma boa oficina; repetição de comentários pelos participantes; a oficina foi boa pelo que conseguiu resgatar quando sua finalidade; as discussões fugiram um pouco do tema, pois algumas pessoas não entendem bem a proposta e levaram a discussão para outro caminho, tornando debate ideológico e conceitual; tirou dúvidas sobre o sistema do PELC; faltou material didático sobre decretos e leis o que dificultou o desenvolvimento das atividades; importantes informações e esclarecimentos, embora sejam muito complicados; ficou presa nos questionamento das entidades que já têm convênios; o tema requer mais tempo e maiores esclarecimentos.

REGULAR: Metodologia dificultou a sistematização; apesar da boa vontade daicineira, ficaram muitas dúvidas; local adequado; o tema requer mais tempo e mais esclarecimentos; acrescentou pouco para quem já participava do PELC, mas foi importante para novatos; deveria ter duas horas, dando oportunidades para participarmos de outras oficinas; não contemplou o conteúdo proposto apesar do produto final apresentado pelos grupos poderá contribuir com o PELC; o início foi conturbado, alguns participantes não têm clareza dos objetivos e metas do PELC e qual problema quer solucionar; não entendi de forma clara como esse programa pode estar realizando a intersetorialidade.

RUIM: O tema abordado se esgotou em menos de 50% do tempo; a pessoa que ministrou a oficina estava totalmente inflexível; o primeiro tempo foi confuso, apesar da boa vontade dos técnicos, eles estavam despreparados e chegaram a se confrontar, tudo ficou restrito à Lei de Incentivo ao Esporte.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: TEMA 1: PARCERIAS E INTERSETORIALIDADE NO PELC

ÓTIMOS	BONS	REGULARES	INSUFICIENTES
54%	37%	9%	-

EXCELENTE: Os relatos de experiências foram considerados excelentes e, de uma maneira geral, os participantes gostaram muito, principalmente pela troca; foram ressaltados pelos novos conveniados por terem a oportunidade de entender esse trabalho; palestrantes objetivos, práticos e efetivos; oportunidade de aprender com as experiências passadas e principalmente tirar minhas dúvidas sobre o PELC; acho esse o momento mais especial e importante devido a socialização das dificuldades técnicas e gestões de sucesso, para quem está implantado é fundamental; muito boas explicações e com aporte crítico; pouco se falou de controle social, requerendo um debate maior sobre o assunto; muito boas explicações. Encantador e grandioso o Projeto da Prefeitura de Bagé; palestrantes socializaram suas experiências; promove troca de experiências; tivemos oportunidade de aprender e ver como é fácil fazer as atividades com um pouco de boa vontade; excelentes, embora alguns relatos poderiam conter mais informações sobre as experiências e menos pessoas apresentando; palestrantes socializaram experiências de forma ilustrativa e dinâmica; ótimos, todos os relatos muito bem apresentados; satisfação de aprender ver com e fácil fazer; para que o proposto seja realizado nós temos que envolver várias secretarias, pessoas e culturas.

BOM: Foram boas as apresentação; os palestrantes podem ser mais claros nos debates, esclarecendo como conseguem o recurso para as atividades (as prefeituras arrecadam pouco, têm poucos recursos e eventos grandes); gostei muito, porém a gran-

de problemática da contratação dos agentes sociais tem se mostrado uma dificuldade comum entre os programas em diferentes instâncias, necessito de maiores orientações sobre esta questão; os palestrantes falaram pouco sobre controle social: só falaram sobre quem faz o controle social, cerne da democracia; poderíamos trazer maiores conhecimentos sobre os municípios; local muito adequado; sistematizações e reflexões sobre experiências bem feitas, a partir de experiências significativas, mas já conhecidas, sem acréscimo de elementos; os dois primeiros trabalhos poderiam buscar maior contextualização, mas são excelentes as suas coordenações; os relatos apresentaram conteúdos interessantes; faltou tempo de discussão; não foram muito claras.

REGULAR: Faltou discutirmos mais as experiências dos agentes sociais; alguns trabalhos foram apresentados na 1ª Reunião, por isso gostaria de, na próxima reunião, conhecer inovações nos eventos, especialmente nos consórcios do PELC.

O quadro de avaliação geral revelou o termômetro do Encontro. Para os participantes, o cumprimento geral do Evento foi principalmente ótimo e bom; programação, principalmente boa, e para alguns, ótima. A inscrição *on line* foi considerada ótima; o diagnóstico de inscrição, principalmente, foi avaliado como ótimo e bom; o local de realização, principalmente ótimo e bom; ótimas mesas redondas; ótimas conferências. Inclusive, alguém falou: “Eu ainda não assisti a Conferência Final, mas já estou achando ótima pela própria composição da mesa”. As oficinas principalmente boas e alguns achando ótimas; a recepção dos participantes principalmente uma ótima e alguns achando boa; o transporte também ótimo e regular; quem colocou regular explicou que foi pelo agendamento muito próximo do dia de abertura; a sinalização foi considerada ótima como as apresentações artísticas; excelentes pôsteres; ótimas exposições; o informe da lei de incentivo também foi considerado uma ótima iniciativa.

Para muitos participantes foi excelente a oportunidade de conhecer a equipe do Ministério, negociar diretamente com ela detalhes do Programa e ampliar as trocas de experiências.

As avaliações realizadas com formadores do PELC apontam para a necessidade de verificarmos o que foi alcançado efetivamente em relação ao proposto pela programação do evento, considerando, especialmente a relevância da temática para a consolidação e qualificação do Programa. Destacam que ainda há muito que avançarmos nas discussões sobre lazer e intersectorialidade entre os participantes do PELC e os parceiros de outras ações sociais. Isso reforça a necessidade de ações permanentes tanto no sentido da realização da integração de programas e projetos quanto em relação a fundamentação e reflexão aprofundada sobre essas ações conjuntas, valorizando os espaços de discussão e interlocução entre os envolvidos.

Além disso, os formadores destacaram o desafio que o tema proposto colocou ao PELC no sentido de desenvolver sua rede conceitual de forma a orientar com maior qualidade e criticidade as ações do Programa.

Sugerem que o tema "lazer e intersectorialidade" precisa ser aprofundado em outros encontros considerando os aspectos pedagógicos de suas ações e com participação cada vez mais integrada dos formadores e pesquisadores do PELC nos encontros dos agentes que atuam com o funcionamento de núcleos do Programa.

2ª REUNIÃO NACIONAL DE AGENTES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

COMISSÕES ORGANIZADORA DO EVENTO

COORDENAÇÃO GERAL

Rejane Penna Rodrigues (Coordenadora); Débora Alice Machado da Silva (Relatoria); Cláudia Regina Bonalume Andréa Nascimento Ewerton; Samiramis Khouri Freire. Apoio: Andréia Meneses Silva; Muriel de Carvalho Plautz.

PEDAGÓGICA

Andréa Nascimento Ewerton (Coordenadora); Marcelo "Russo" Ferreira (Relatoria); Débora Alice Machado da Silva; Anamélia Lima Naves; Elizabete Maria Barbeita Marinho.

AVALIAÇÃO

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (Coordenadora e Relatoria); Cristiane Melo de Oliveira. Apoio: Andréa Nascimento Ewerton; Andréia Meneses Silva Lopes; Débora Alice Machado da Silva; Leandro Casarin Dalmas; Luiz Roberto Malheiros de Araújo; Marcelo Pereira de Almeida Ferreira; Muriel de Carvalho Plautz; Volney Rodrigues Montes.

MOBILIZAÇÃO

João Alberto Chagas Lima (Coordenador); Luiz Roberto Malheiros de Araújo (Relatoria); Ana Maria Félix dos Santos; Muriel de Carvalho Plautz; Andréia de Meneses Silva; Marilete Ribeiro de Carvalho; Betânia Maria dos Santos; Cristiane Castro Cruz; Maurício da Costa Oliveira.

INFRA-ESTRUTURA

Mário Dutra Amaral (Coordenador); Adriana Nemer Afonso (Relatoria); Aldenora Andrade Ramalho; Ana Maria Souza Dornelas; Francisco das Chagas S. Rego; Heraldo Gomes Cabral; Luzia Maria de Vasconcelos Leal; Maria Aparecida Fonseca; Maria do Amparo Silva Gomes; Paulo Henrique Mióti; Waldir Dimas Geraldo.

Impresso nas Oficinas da
Gráfica e Editora América Ltda.,
em Novembro de 2008



Av. C-233 Qd. 568 Lt. 28 Nova Suíça
Goiânia - Goiás - Brasil - CEP: 74290-040
Fone/Fax: 055 (62) 3253-1307
www.graficaeditoraamerica.com.br



Esporte e Lazer
da Cidade - PELC

Ministério
do Esporte

